

INTERAÇÃO

**CIÊNCIAS HUMANAS
E SOCIAIS APLICADAS**

LUIZ FERNANDES DE OLIVEIRA
RICARDO CESAR ROCHA DA COSTA

**VOLUME
ÚNICO**

SOCIOLOGIA
PARA JOVENS
DO SÉCULO XXI

**MANUAL DO
PROFESSOR**

ENSINO MÉDIO – 1º, 2º E 3º ANOS
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
APLICADAS – SOCIOLOGIA

 **Editora
do Brasil**



INTERAÇÃO

▶ CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

SOCIOLOGIA ▶ PARA JOVENS DO SÉCULO XXI

LUIZ FERNANDES DE OLIVEIRA

- ▶ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
- ▶ Doutor em Sociologia pela Universidade dos estudos de Roma La Sapienza
- ▶ Doutor em Ciências Humanas – Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)
- ▶ Professor de Sociologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
- ▶ Lecionou Sociologia no Ensino Médio da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (Faetec-RJ)
- ▶ Lecionou nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ)
- ▶ Lecionou Sociologia no Ensino Médio nas escolas municipais de Macaé (RJ)

RICARDO CESAR ROCHA DA COSTA

- ▶ Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF)
- ▶ Especialista em História da África e do Negro no Brasil pela Universidade Candido Mendes (UCAM)
- ▶ Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF)
- ▶ Professor de Sociologia no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)
- ▶ Professor do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)
- ▶ Lecionou Sociologia no Ensino Médio da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (Faetec-RJ)
- ▶ Lecionou Sociologia no Ensino Médio da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ)
- ▶ Lecionou Sociologia no Ensino Médio nas escolas municipais de Macaé (RJ)

1ª edição
São Paulo, 2024



“Em respeito ao meio ambiente, as folhas deste livro foram produzidas com fibras obtidas de árvores de florestas plantadas, com origem certificada”

VOLUME ÚNICO

ENSINO MÉDIO – 1º, 2º E 3º ANOS
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
APLICADAS – SOCIOLOGIA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Oliveira, Luiz Fernandes de
Sociologia para jovens do século XXI :
volume único / Luiz Fernandes de Oliveira, Ricardo
Cesar Rocha da Costa. -- 1. ed. -- São Paulo :
Editora do Brasil, 2024. -- (Interação ciências
humanas e sociais aplicadas)

ISBN 978-85-10-10271-1 (aluno)
ISBN 978-85-10-10267-4 (professor)

1. Sociologia (Ensino médio) I. Costa, Ricardo
Cesar Rocha da. II. Título. III. Série.

24-225798

CDD-301

Índices para catálogo sistemático:

1. Sociologia : Ensino médio 301

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

© Editora do Brasil S.A., 2024
Todos os direitos reservados

Direção-geral: Paulo Serino de Souza

Diretoria editorial: Felipe Ramos Poletti

Gerência editorial de conteúdo didático: Erika Caldin

Gerência editorial de produção e design: Ulisses Pires

Supervisão de design: Catherine Ishihara

Supervisão de arte: Abdonildo José de Lima Santos

Supervisão de revisão: Elaine Cristina da Silva

Supervisão de iconografia: Léo Burgos

Supervisão de digital: Priscila Hernandez

Supervisão de controle de processos editoriais: Roseli Said

Supervisão de direitos autorais: Luciana Sposito

Supervisão editorial: Agueda C. Guijarro del Pozo

Edição: Ana Paula Fernandes, Fernanda Mirele Heberle e Izabella Bosisio

Assistência editorial: Ludymilla Duarte e Mariana Oliveira

Apoio editorial: Amanda Felix, Juliana Simões e Kelly Haraguchi

Revisão: Alexander Siqueira, Amanda Carvalho, Andréia Andrade,
Gabriel Ornelas, Giovana Sanches, Graciela Paparazo, Maisa Akazawa e
Sandra Garcia Cortés

Pesquisa iconográfica: Tatiana Lubarino, Joanna Heliszkowski e
Priscila Ferraz

Tratamento de imagens: Robson Mereu

Projeto gráfico: Talita Lima, Diego Lima e Rafael Gentile

Capa: Gláucia Koller

Imagem de capa: Jacob Lund/Shutterstock.com

Edição de arte: Lucas Trevelin

Ilustrações: Alexandre Siqueira, Dacosta Mapas, Fabio Nienow,
Murilo Moretti, TDP Studio Art

Produção cartográfica:

Edição eletrônica: RAF Editoria e Serviços

Licenciamentos de textos: Cinthya Utiyama, Renata Garbellini e
Solange Rodrigues

Controle de processos editoriais: Ana Fernandes, Bianca Gomes,
Juliana Gonçalves, Maria Trofino, Terezinha Oliveira e Valéria Alves

1ª edição, 2024



Avenida das Nações Unidas, 12901
Torre Oeste, 20º andar
São Paulo, SP - CEP: 04578-910
Fone: +55 11 3226-0211
www.editoradobrasil.com.br

APRESENTAÇÃO

Caros(as) estudantes,

Certa vez, um grande sociólogo francês, chamado Pierre Bourdieu, disse que a Sociologia é “um esporte de combate”. O que isso quer dizer? Ele era um intelectual que gostava de debater suas ideias, sempre pronto para defendê-las em meio a diferentes públicos. A ideia de “esporte de combate” significava, para Bourdieu, que a Sociologia deveria fazer com que as pessoas entendessem as origens das desigualdades e das violências de diversos tipos. Mas isso não bastava: devia-se reagir, buscando uma saída.

Este livro de Sociologia está imbuído desse espírito. Abrir um diálogo com um grande público – os jovens brasileiros do século XXI – e buscar outra visão além do que chamamos de senso comum, ou seja, precisamos compreender e superar as ideias que se baseiam na aparência das coisas, sem uma reflexão mais apurada.

Para nós, os autores, a Sociologia tem como princípio dar conta de duas tarefas que julgamos fundamentais: problematizar as opiniões que predominam no cotidiano e, ao mesmo tempo, desnaturalizar a realidade social. Isso significa que as ideias sobre a vida social dos indivíduos devem ser pensadas baseando-se em um estudo criterioso, com base científica. Todos nós, em geral, temos as opiniões mais diversas, sobre as relações entre as pessoas, as instituições, a cultura, a economia, a política, entre outros. Mas será que somente as opiniões das pessoas, sem um estudo minuciosamente criterioso, refletem a realidade da vida social? Como dizia o poeta e dramaturgo alemão Bertold Brecht: “nada deve parecer natural”.

Este livro apresenta diversos temas, conceitos e teorias estudados e pesquisados pela Sociologia. Queremos apresentar aos jovens conteúdos que construam um saber crítico, dinâmico e problematizador das noções do senso comum. Crítico, porque visa a inserção consciente dos jovens no mundo à sua volta; dinâmico, por incentivar a participação política e social consciente na realidade social brasileira; e, por fim, problematizador, por questionar os discursos naturalizadores de uma realidade social marcada por profundos problemas éticos, sociais e econômicos.

Mas este livro não trabalha só com a Sociologia enquanto ciência, pois a vida em sociedade é influenciada também pela compreensão de ideias e fatos estudados por várias áreas do conhecimento. Por isso, dialogamos sempre com outros componentes curriculares, com o objetivo de entendermos melhor os diversos temas abordados.

Os capítulos do livro começam com a apresentação de fatos e ideias da vida cotidiana. Os conceitos sociológicos são introduzidos e aprofundados a partir de uma problematização inicial de como esses fatos e ideias são formulados no nível do senso comum. São também utilizados tabelas, gráficos, mapas, ilustrações e imagens que estimulam uma reflexão crítica do estudante sobre os temas discutidos. A cada capítulo, são listadas questões que possam sintetizar e sistematizar o assunto em debate, propostas de dinâmica para o trabalho em sala de aula, propostas de pesquisas e de outras leituras de livros, filmes, sites e a indicação de letras de músicas. Além desses, apresentamos ao final de cada unidade a indicação de jogos que possam contribuir para a reflexão sobre o tema desenvolvido.

Os conteúdos do livro têm como base as principais elaborações teóricas da Sociologia contemporânea, desde os autores considerados fundadores da disciplina até os nacionais e internacionais da atualidade.

Desejamos construir com você, estudante, uma profunda e longa parceria, tendo como ponto de partida as discussões que apresentamos e propomos desenvolver neste livro, referentes às várias questões da realidade social que nos cerca.

Bons estudos!

Os autores

SUMÁRIO

UNIDADE 1 Conhecimentos sociológicos 10

CAPÍTULO 1

| | |
|---|----|
| Sociologia: dialogando com você..... | 12 |
| O objeto de estudo da Sociologia..... | 13 |
| Como a Sociologia imagina o mundo?..... | 14 |
| Perfil – Charles Wright Mills..... | 14 |
| Observando além do senso comum..... | 15 |
| A socialização dos indivíduos..... | 16 |
| As instituições sociais..... | 18 |
| Saberes em foco – Refletindo sobre a família extensa..... | 21 |
| Para retomar..... | 24 |

CAPÍTULO 2

| | |
|--|----|
| A Sociologia como ciência..... | 25 |
| O contexto do surgimento da Sociologia..... | 26 |
| Perfil – Auguste Comte..... | 28 |
| Karl Marx: “É necessário mudar o mundo”..... | 29 |
| Émile Durkheim: “A sociedade está na cabeça de cada pessoa”..... | 31 |
| Max Weber: “Só fazemos o que faz sentido”..... | 33 |
| A aplicação das teorias sociológicas em nossa vida..... | 34 |
| Para retomar..... | 35 |

CAPÍTULO 3

| | |
|---|----|
| Nossas culturas e nossas diferenças..... | 36 |
| Natureza e cultura..... | 37 |
| Falando nisso... – Repensando a oposição entre natureza e cultura..... | 37 |
| Cultura como representação da realidade..... | 38 |
| Cultura e os estudos antropológicos..... | 39 |
| Perfil – Franz Boas..... | 40 |
| Perfil – Bronislaw Malinowski..... | 41 |
| Perfil – Claude Levi-Strauss..... | 42 |
| Saberes em foco – O impacto da teoria da evolução das espécies na interpretação da diversidade cultural humana..... | 44 |
| A diversidade cultural..... | 45 |
| O etnocentrismo..... | 47 |
| As relações interculturais..... | 48 |

| | |
|--------------------------------------|----|
| Interculturalidade no cotidiano..... | 49 |
| Para retomar..... | 50 |


CAPÍTULO 4

| | |
|---|----|
| Juventudes e identidades sociais e culturais..... | 51 |
| Identidade: o que é?..... | 51 |
| Identidade no debate da Sociologia..... | 54 |
| Perfil – Stuart Hall..... | 55 |
| Existe uma identidade nacional brasileira?..... | 58 |
| Perfil – Kabengele Munanga..... | 60 |
| Para retomar..... | 62 |

CAPÍTULO 5

| | |
|---|----|
| Ideologia e Indústria Cultural..... | 63 |
| O que dizem os teóricos sobre o conceito de ideologia?..... | 64 |
| Saberes em foco – Hegemonia cultural e contra-hegemonia: a arte contemporânea indígena..... | 65 |
| Perfil – Karl Mannheim..... | 67 |
| Cultura e ideologia..... | 67 |
| Perfil – Walter Benjamin..... | 69 |
| Ideologia e controvérsias públicas..... | 70 |
| Falando nisso... – Negacionismo científico e a queda nas taxas de vacinação..... | 70 |
| Para retomar..... | 74 |

CAPÍTULO 6

| | |
|---|----|
| Sociologia e as religiosidades no Brasil..... | 75 |
| A secularização aconteceu?..... | 76 |
| Sociologia e religiosidade..... | 77 |
| Pertencimento religioso no Brasil..... | 79 |
| Ferramentas da Sociologia – Projeções estatísticas e a transição religiosa à brasileira..... | 80 |
|  Infográfico interativo..... | 87 |
| A sociedade, seus desafios e a religiosidade..... | 88 |
| Para retomar..... | 90 |

CAPÍTULO 7

| | |
|---|----|
| “Sou onde penso”: sociologias além da Europa..... | 91 |
|---|----|

| | |
|---|-----|
| A crítica pós-colonial | 92 |
| Perfil – Abdias Nascimento | 93 |
| Afrocentricidade | 94 |
| Ferramentas da Sociologia – Eles vieram antes de Colombo? | 96 |
| Perfil – Lélia Gonzalez | 98 |
| A crítica decolonial | 99 |
|  Mapa interativo | 99 |
| Perspectivas ameríndias sobre <i>bem viver</i> e os outros mundos possíveis | 101 |
| A Sociologia antes dos clássicos | 103 |
| Para retomar | 105 |
| De olho no Enem | 106 |
| Escola em movimento | 107 |
| Exames Brasil afora | 108 |

UNIDADE 2 Trabalho, política e sociedade

CAPÍTULO 8

| | |
|---|-----|
| Capitalismo, globalização e neoliberalismo | 114 |
|  Podcast | 114 |
| Origens do capitalismo | 115 |
| Novos ideais políticos e econômicos: o liberalismo | 118 |
| Perfil – Adam Smith | 119 |
| A crise: superprodução de mercadorias e imperialismo | 120 |
| Max Weber e o “espírito” do capitalismo | 121 |
| Existiria alguma alternativa ao capitalismo? | 122 |
| Mais-valia e luta de classes | 123 |
| Perfil – Vladimir Lênin | 124 |
| A crise econômica da década de 1970 | 126 |
| O que é um mundo globalizado? | 126 |
| Falando nisso... – Organizações econômicas internacionais | 128 |
| As desigualdades socioeconômicas e a globalização | 129 |
| Os ideais do neoliberalismo | 130 |
| Ferramentas da Sociologia – Analisando discursos sobre o neoliberalismo | 132 |
| Globalização e neoliberalismo no século XXI | 133 |
| Para retomar | 137 |

CAPÍTULO 9


| | |
|---|-----|
| Trabalho, estratificação e desigualdades sociais | 138 |
| Relações entre trabalho, classes e Estado | 139 |
| Falando nisso... – Diferentes formas de estratificação social | 140 |
|  Infográfico | 141 |
| Formas de organização do trabalho na sociedade capitalista | 143 |
| Falando nisso... – Linha de montagem e alienação do trabalhador | 145 |
|  Infográfico | 147 |
| Consequências sociais das novas formas de organização do trabalho | 148 |
| Perfil – Ricardo Antunes | 148 |
| Histórico da conquista de direitos pelos trabalhadores | 149 |
| Para retomar | 153 |

CAPÍTULO 10

| | |
|---|-----|
| Capitalismo e questão ambiental | 154 |
| Capitalismo, desenvolvimento econômico e a questão ambiental | 155 |
| Falando nisso... – Poluição atmosférica durante a pandemia | 155 |
| Perspectivas e contribuições da Sociologia ambiental | 158 |
| Perfil – Selene Herculano | 158 |
| Perfil – Benjamin Chavis | 159 |
| Antropoceno: estamos vivendo em uma nova era geológica? | 161 |
|  Podcast | 161 |
| Perfil – Ailton Krenak | 162 |
| Saberes em foco – “Segurar o céu” | 162 |
| Para retomar | 163 |

CAPÍTULO 11


| | |
|--|-----|
| Cidadania e direitos no mundo e no Brasil contemporâneos | 164 |
| Uma breve história da cidadania | 165 |
| Direitos civis, políticos e sociais | 166 |
| Falando nisso... – A experiência do Estado de Bem-Estar Social nos países capitalistas | 167 |
| Direitos sociais e cidadania em tempos de neoliberalismo | 169 |

| | |
|--|-----|
| A cidadania no Brasil: uma “corrida de obstáculos” | 170 |
|  Carrossel de imagens | 173 |
| Direitos civis | 175 |
| Direitos políticos | 176 |
| Direitos sociais | 176 |
| Para retomar | 177 |

CAPÍTULO 12

| | |
|--|-----|
| Estado e democracia | 178 |
| A Ciência Política e as teorias sobre o Estado Moderno | 179 |
| O Estado nas abordagens da Sociologia clássica | 184 |
| Falando nisso... – Tipos de dominação ... | 185 |
| Saberes em foco – Povos sem Estado e contra o Estado | 186 |
| O Estado e as formas contemporâneas de governo | 187 |
| Modelos de democracia | 188 |
| Falando nisso... – O que é democracia liberal? | 189 |
| Perfil – Maria Victoria de Mesquita Benevides | 189 |
| Falando nisso... – A posição ideológica dos partidos políticos no Brasil | 193 |
| Cidadania política x ditaduras | 194 |
| Para retomar | 196 |

CAPÍTULO 13

| | |
|---|-----|
| Movimentos sociais ontem e hoje | 197 |
| Definindo e caracterizando os movimentos sociais | 198 |
|  Vídeo | 198 |
| Movimentos sociais no século XXI | 206 |
| Falando nisso... – <i>Black blocs</i> , o que significam? | 207 |
| Movimentos sociais na história do Brasil | 210 |
| Ferramentas da Sociologia – Elaborando entrevistas | 215 |
| Para retomar | 216 |

CAPÍTULO 14

| | |
|---|-----|
| Mídias, novas tecnologias e inteligência artificial | 217 |
| Uma revolução que não para... .. | 218 |
| Internet e as novas formas de mobilização ... | 219 |

| | |
|---|-----|
| Mudanças de hábitos e de relações sociais | 219 |
|  Vídeo | 219 |
| Perfil – Guy Debord | 220 |
| Da sociedade em rede ao colonialismo de dados: reflexões sobre o século XXI | 222 |
| Conhecimento, cultura e transformações tecnológicas | 223 |
|  Podcast | 223 |
| Saberes em foco – Tecnologia e distopia | 224 |
| Racismo algorítmico | 225 |
| Sociedade de controle, aprendizado de máquina e inteligência artificial | 226 |
| O transumanismo | 228 |
| Para retomar | 229 |
| De olho no Enem | 230 |
| Escola em movimento | 231 |
| Exames Brasil afora | 232 |

UNIDADE 3 Desafios atuais

CAPÍTULO 15

| | |
|--|-----|
| A questão urbana | 238 |
| Origem e desenvolvimento das cidades e da urbanização | 239 |
| Falando nisso... – As primeiras cidades ... | 240 |
| A cidade contemporânea como espaço de segregação socioespacial | 241 |
| Falando nisso... – Movimentos sociais na luta por moradia | 245 |
| Ferramentas da Sociologia – Desigualdade à mesa | 246 |
| As cidades dos grandes eventos | 249 |
| Como serão as cidades no futuro? | 250 |
| Para retomar | 252 |

CAPÍTULO 16

| | |
|---|-----|
| A questão da terra no Brasil | 253 |
| A constituição do meio rural no Brasil | 254 |
| Os trabalhadores do campo começam a se organizar | 256 |
| Perfil – José de Souza Martins | 257 |
| A luta dos trabalhadores sem terra | 258 |
| A reforma agrária na Constituição Federal de 1988 | 259 |

| | |
|---|-----|
| Falando nisso... – A política da reforma agrária atualmente | 261 |
| Perfil – Roseli Salete Caldart | 262 |
| Saberes em foco – A etnomatemática nos assentamentos do MST | 264 |
| Falando nisso... – Ações de solidariedade do MST | 265 |
| Concentração fundiária, agronegócio e agricultura familiar | 266 |
| Perfil – Chico Mendes | 270 |
| Novas formas de organização do campo no Brasil: a agroecologia e o Movimento dos Pequenos Agricultores | 271 |
| A Sociologia e a questão da terra no Brasil | 272 |
| Para retomar | 273 |


CAPÍTULO 17

| | |
|--|-----|
| Violência e desigualdades sociais | 274 |
| A violência no cotidiano brasileiro | 275 |
| Falando nisso... – A guerra nas sociedades ameríndias | 275 |
| Os estudos sociológicos sobre violência | 279 |
| Violência e desigualdades sociais | 280 |
| Violência e ausência de cidadania | 282 |
| Poder do Estado e crime organizado | 283 |
| Perfil – Loïc Wacquant | 284 |
| Perfil – Marielle Franco | 285 |
| Para retomar | 288 |

CAPÍTULO 18

| | |
|--|-----|
| Desnaturalizando as desigualdades raciais | 289 |
| O que é racismo? | 290 |
| População negra e racismo no Brasil | 291 |
| Movimentos negros, ativismos e antirracismo | 296 |
| Racismo e pensamento sociológico no Brasil | 302 |
| Racismo institucional e branquitude | 305 |
| Necropolítica no dia a dia da sociedade | 306 |
| “Vidas negras importam” e as políticas de ações afirmativas | 307 |
| Para retomar | 309 |

CAPÍTULO 19

| | |
|--|-----|
| Relações de gênero no mundo de hoje | 310 |
| Sexo, gênero e poder | 311 |
| Movimentos feministas ao longo da história | 312 |
|  Vídeo | 312 |
| Falando nisso... – Três definições para entender o machismo e o seu combate | 317 |
| Violência contra as mulheres e legislação brasileira | 319 |
| Ferramentas da Sociologia – A violência contra a mulher no Brasil | 320 |
| Para retomar | 321 |

CAPÍTULO 20

| | |
|---|-----|
| Debatendo a diversidade sexual e de gênero | 322 |
| Sexo e gênero | 323 |
| Transfobia e homofobia | 326 |
| Identidade de gênero e orientação sexual em algumas culturas | 329 |
| Saberes em foco – Papéis de gênero em diferentes culturas | 330 |
| Movimento social LGBTQIAPN+ no Brasil | 330 |
| Para retomar | 333 |

CAPÍTULO 21

| | |
|---|-----|
| Povos indígenas no Brasil | 334 |
| O conceito de indígena | 335 |
| As populações indígenas e seus territórios | 339 |
| Influências linguísticas e culturais dos povos indígenas no Brasil | 344 |
| Conhecimentos medicinais indígenas | 346 |
| Saberes em foco – Práticas e saberes para a saúde indígena | 347 |
| Modos de vida e formas de resistência indígena | 348 |
| Perfil – Davi Kopenawa | 351 |
| Para retomar | 352 |
| De olho no Enem | 353 |
| Escola em movimento | 354 |
| Exames Brasil afora | 355 |
| Referências comentadas | 359 |

A Sociologia é definida, de modo geral, como a ciência da sociedade. A forma como os indivíduos se relacionam entre si e com as regras e instituições sociais está em constante transformação. Na fotografia, observamos diversas pessoas circulando pela cidade e cumprindo uma regra social, como o uso da faixa de pedestre para atravessar vias urbanas.

wsturian/Stockphoto.com

Conhecimentos sociológicos

Você conhece a Sociologia? Nesta unidade, vamos estudar alguns conceitos básicos dessa ciência humana, para compreender a relevância que ela tem em nossa vida, de forma crítica e consciente. Conversaremos também sobre as relações entre indivíduo e sociedade e conheceremos alguns sociólogos que nos ajudam a refletir sobre esse tema. Em seguida, vamos debater assuntos que estão presentes no seu dia a dia, como nossas culturas, diferenças culturais, identidades, ideologias, a indústria cultural, a religiosidade e, por fim, dialogaremos com pensadores da Sociologia de diferentes partes do mundo.

Plano de estudos:

1. Conhecendo a Sociologia
2. A Sociologia como ciência
3. Culturas e diferenças culturais
4. Identidades sociais e culturais
5. Ideologia e indústria cultural
6. Religiosidades no Brasil
7. Sociologias pelo mundo

1. O que você sabe sobre a Sociologia? Você conhece algum sociólogo e sabe dizer qual tema ele estuda?
2. Se a Sociologia é a ciência da sociedade, na sua opinião, qual é o papel do indivíduo nessa ciência?
3. O que constitui sua identidade? Como a sociedade em seu entorno contribui para que você se identifique dessa forma?

Pessoas atravessando avenida na faixa de pedestres. São Paulo (SP), 2022.

Sociologia: dialogando com você

É comum que parte dos estudantes, mesmo que ainda não conheça os temas da Sociologia e como eles são tratados, estranhe o estudo desse componente e questione por que ele é necessário.

As dificuldades iniciais com a Sociologia podem ser explicadas de várias formas. Uma delas está relacionada ao fato de vivermos em uma sociedade que exige, tanto do jovem como dos adultos, que os conhecimentos adquiridos na escola tenham utilidade prática, para que possam ser reproduzidos no mercado de trabalho. Conhecimentos com menos aplicabilidade técnica, por sua vez, às vezes são considerados divagações de pouca importância.

Essas “divagações”, no entanto, também têm utilidade. O raciocínio do parágrafo anterior a respeito da aplicabilidade técnica dos conhecimentos adquiridos é um exemplo de análise social do convívio coletivo que pode ajudar a compreender o mundo em que vivemos e a refletir sobre como queremos participar dele.

Antes de definirmos o que é Sociologia, podemos adiantar que ela não é o estudo do ser humano e seu ambiente; para isso, temos a Geografia. A Sociologia também não é o estudo da história da humanidade e das sociedades; para isso, temos a História propriamente dita. Esses dois componentes são conhecidos pelos estudantes desde o Ensino Fundamental, e a Sociologia, de certa forma, utiliza conhecimentos geográficos e históricos para explicar o comportamento humano em sociedade. Por outro lado, como veremos, a Geografia e a História também se alimentam dos conhecimentos sociológicos para explicar muitos fenômenos pertinentes ao espaço geográfico e aos acontecimentos históricos.

Aloisio Mauricio / Fotoarena



Trabalhadores desempregados aguardam cadastramento em mutirão de emprego. Carapicuíba (SP), 2024.

Questionamentos

1. Você diria que todos os jovens têm as mesmas oportunidades para ingressar no mercado de trabalho? Por quê?
2. O desemprego é um problema individual ou da sociedade? Explique sua resposta.
3. Como você imagina que a Sociologia pode contribuir para as reflexões propostas acima?



O objeto de estudo da Sociologia

Assim como a eletricidade é um fenômeno estudado pela Física, os organismos que têm células são estudados pela Biologia e os elementos oxigênio e carbono são objetos de estudo da Química, a Sociologia tem seu objeto de estudo: os **fenômenos sociais**. Fenômenos sociais são as relações que os indivíduos estabelecem entre si, gerando normas de comportamento e atitudes, formando grupos e elaborando ideias sobre esses grupos.

Émile Durkheim (1858-1917), sociólogo francês considerado “pai” da Sociologia acadêmica, afirmou que os fenômenos sociais são *sui generis*. *Sui generis* é um termo do latim que significa, literalmente, “do próprio gênero”, ou seja, “único em seu gênero”. O entendimento dos fenômenos sociais, assim, requer uma ciência também única e específica para seu estudo.

Consideremos o seguinte exemplo. Recentes estudos já comprovaram que o cigarro faz mal à saúde. Uma professora de Química pode explicar que os elementos químicos presentes no cigarro (alcatrão e nicotina) causam determinada reação no organismo, o que, com o decorrer do tempo, pode provocar câncer de pulmão. Por sua vez, a Biologia pode explicar como esses elementos químicos deterioram os pulmões, cuja função é vital para o corpo humano.

Mas por que as pessoas sabem disso e continuam fumando?

Para responder a essa pergunta, podemos recorrer à Psicologia, que talvez afirme que os fumantes são influenciados por outras pessoas ou pela publicidade.

E por que milhões de cigarros são produzidos, já que as indústrias sabem que eles são prejudiciais à saúde? Por que o governo permite a venda de cigarros?

A Química e a Biologia não podem ajudar a obter respostas a perguntas como essas. Entra em cena, então, a Sociologia, para dar uma explicação possível: os interesses econômicos das grandes indústrias, cujo objetivo é o lucro – legitimado pela maioria dos governos do mundo e principal fator da existência do capitalismo. O capitalismo é um sistema econômico, social e político que é objeto de estudo da Sociologia.

Os efeitos químicos do cigarro, portanto, são objetos *sui generis* da Química, e as consequências orgânicas do uso de cigarro para os pulmões são objetos *sui generis* da Biologia. Entretanto, o motivo que leva as pessoas, como os proprietários das fábricas de cigarro, a produzir e comercializar o cigarro é objeto *sui generis* de estudo da Sociologia.

Esse é apenas um exemplo de como a Sociologia contribui para entendermos uma questão básica: a vida cotidiana é social, ou seja, não estamos sós no mundo. Estabelecemos relações com outros indivíduos e criamos regras de convivência. Algumas regras já existiam quando nascemos e, provavelmente, existirão depois de nosso falecimento. Sob esse aspecto, o indivíduo é um **produto social**, isto é, o que as pessoas fazem é influenciado, muitas vezes, pela convivência com outros indivíduos e grupos de indivíduos.

Nesse sentido, a preocupação central da Sociologia é com o ser humano e suas **relações sociais**, pois entende que os indivíduos não são isolados. Pelo contrário: relacionam-se uns com os outros e formam grupos sociais, com regras de comportamento e atitudes diversas na família, na escola, no trabalho, no lazer e em outros espaços de convivência cotidiana.

Essas regras de comportamento, no entanto, não são estáticas, mas bastante dinâmicas. No decorrer da história, as pessoas modificam seus comportamentos, atitudes e formas de lidar com a realidade. Exemplo disso é a existência do divórcio, recurso que não estava disponível para gerações anteriores de nossa sociedade, quando a união matrimonial não era mais desejada pelo casal.

Além disso, existem sociedades que são bem distintas entre si e que estabelecem regras diferentes de comportamento no mesmo período histórico. Com relação a formas de matrimônio, há sociedades que seguem os preceitos das religiões muçulmanas (baseadas na **poligamia**) e aquelas que seguem os preceitos das religiões cristãs (baseadas na **monogamia**).

GLOSSÁRIO

Monogamia: forma de relacionamento na qual uma pessoa se envolve romanticamente ou cria um vínculo contratual legalmente reconhecido (matrimônio) com apenas uma pessoa.

Poligamia: forma de relacionamento na qual há a participação reconhecida de mais de duas pessoas em uma relação afetiva ou contratual.

No Brasil e em muitos países do Ocidente, a monogamia é a forma mais comum e legalmente reconhecida de matrimônio.

Casal de noivos em cerimônia religiosa de casamento. Brasil, 2018.



Como a Sociologia imagina o mundo?

Buda Mendes/Getty Images



As manifestações populares constituem um comportamento de grupo com o intuito de apoiar ou questionar determinadas estruturas sociais ou condutas institucionais. A manifestação retratada na fotografia foi organizada por uma parcela da sociedade contrária às medidas e posturas do governo federal no enfrentamento à pandemia de covid-19.

Manifestação popular. Rio de Janeiro (RJ), 2021.

Para exemplificar como a Sociologia investiga a sociedade, Wright Mills discute o desemprego. Se em uma cidade de milhares de habitantes, por exemplo, apenas um indivíduo está desempregado, isso é um problema pessoal dele. Para entender esse problema, talvez tenhamos de observar a personalidade dessa pessoa, suas habilidades e as oportunidades que recebe. Por sua vez, se existem 15 milhões de desempregados em um país de 50 milhões de trabalhadores, isso já não é um problema individual e, sim, um problema coletivo, que está relacionado com a estrutura e o funcionamento da sociedade.

Outro exemplo discutido por Wright Mills é o divórcio. Um casal pode ter perturbações pessoais, o que o levará ao divórcio. Porém, quando o número de divórcios cresce em uma cidade e, de cada mil casais, 250 se separam nos primeiros quatro anos de casamento, isso pode ter relação com a instituição do casamento naquela determinada sociedade.

Wright Mills apresenta uma questão simples e que nos permite perceber que nossa vida, ou seja, aquilo que experimentamos em vários âmbitos do cotidiano, como desemprego e divórcios, muitas vezes é influenciado por questões culturais, econômicas ou de caráter mais geral que ocorrem nas sociedades. Por isso, segundo o autor, precisamos ter consciência da existência de uma estrutura da sociedade e das relações sociais e utilizar essa noção com sensibilidade para sermos capazes de identificar as ligações entre as diversas experiências da vida cotidiana. Ter essa consciência e essa capacidade é ter uma **imaginação sociológica**.

A Sociologia, além de estudar as relações sociais e os comportamentos dos indivíduos e dos grupos, aborda os conflitos entre esses grupos e as razões deles para deixarem de seguir as regras de funcionamento das sociedades, bem como os motivos que as pessoas têm para questionar ou legitimar essas regras.

O sociólogo estadunidense Charles Wright Mills (1916-1962) escreveu um livro chamado *A imaginação sociológica*, publicado pela primeira vez em 1959. Nessa obra, com o objetivo de explicar a importância da Sociologia, Wright Mills afirma que essa ciência representa a qualidade do espírito humano de perceber o que acontece no mundo e como nos situamos nele.

Perfil

Charles Wright Mills

Charles Wright Mills foi professor de Sociologia na Universidade de Maryland e na Universidade Columbia, nos Estados Unidos. Cursou Arte, Filosofia e Sociologia na Universidade do Texas e doutorou-se em Sociologia e Antropologia pela Universidade de Wisconsin. Sua principal obra, *A imaginação sociológica*, foi publicada nos Estados Unidos, em 1959. Além da noção de imaginação sociológica, Mills aborda na obra o “ofício” do sociólogo como o de um “artesanato intelectual”. Tal artesanato seria possibilitado pelo trabalho de observação cuidadosa e dedicada ao cotidiano, como o de um artesão que trabalha em sua oficina. A **pesquisa** seria, portanto, uma dimensão da própria vida. Dessa forma, o cientista social construiria seu método, ou seja, um caminho para alcançar determinado objetivo.

Wright Mills também defende que a produção da Sociologia seja escrita de forma acessível, para que qualquer pessoa possa entender suas contribuições à compreensão das sociedades.



Archive Photos/Getty Images

Charles Wright Mills, sociólogo e antropólogo estadunidense, 1960.

Observando além do senso comum

Até aqui, refletimos sobre a necessidade de estudar Sociologia e a importância de pensar sociologicamente o mundo. Agora, vamos discutir uma questão importante nesse campo de conhecimento e estudo: a diferença entre senso comum e Sociologia.

O **senso comum** é caracterizado por opiniões pessoais e generalizantes, ou seja, que julgam coisas ou fatos específicos como universais. Afirmações com base no senso comum reproduzem, em geral, ideias sem fundamentação científica, como “todo político é corrupto” ou “o povo brasileiro é preguiçoso”.

A atitude científica em Sociologia, por sua vez, envolve um **método** com os seguintes passos: constatação de um problema social, observação dos fatos e da realidade dos indivíduos e grupos e de suas relações, formulação de hipóteses de explicação, pesquisa e estudo aprofundados sobre o assunto e, ao final, elaboração de tendências de que um fato possa ocorrer em razão de determinados motivos.

Voltemos ao exemplo do desemprego. No Brasil, o desemprego é um problema social, porque sua origem está relacionada com a forma de organização da sociedade e porque atinge grande número de indivíduos. Com essa constatação, poderíamos formular a hipótese de que a política econômica de determinado governo promove o desemprego. Em seguida, devemos observar a realidade com dados estatísticos em mãos, como pesquisas que indiquem os fatores que levaram as pessoas ao desemprego. Ao retornar à hipótese inicial, podemos avaliar se determinadas decisões políticas governamentais tendem a provocar o desemprego em massa no país.

A Sociologia, portanto, parte de diversas teorias sociológicas, conceitos e temas para incentivar a imaginação sociológica e ir além do senso comum. Aquilo que pode parecer “natural” nas relações sociais pode ser “desnaturalizado”, deixando de ser visto como imutável para ser compreendido como o que ele realmente é: um **fenômeno social**. Segundo Wright Mills, para compreender nosso mundo cotidiano, devemos olhar além dele.



Mayra Rodrigues/Tyba

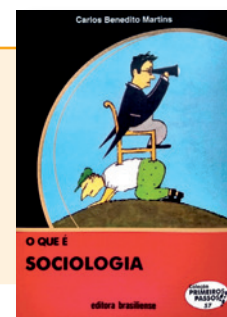
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (RJ), 2018.

Nos cursos de graduação em Ciências Sociais oferecidos nos centros de Ciências Humanas, estudantes pesquisam com base em métodos científicos da Sociologia.

Para ampliar

Leia

O que é Sociologia, de Carlos Benedito Martins (Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 2001). Livro introdutório ao conhecimento sociológico, de fácil leitura e compreensão, que apresenta a Sociologia como ciência.



Editora Brasiliense

A socialização dos indivíduos

Você considera que o pensamento e a ação dos indivíduos influenciam a sociedade como um todo ou, pelo contrário, é a sociedade que influencia o pensamento e o comportamento de cada indivíduo? Esse é um grande dilema e um dos grandes temas da Sociologia a respeito do comportamento humano. É a reflexão sobre a socialização dos indivíduos.

Primeiro, vamos refletir sobre o conceito de socialização; depois, em outro momento, entenderemos como alguns pensadores trataram as relações entre indivíduo e sociedade.

Quando falamos em **socialização dos indivíduos**, estamos sugerindo que aquilo que somos é resultado do que aprendemos na convivência com outros seres humanos, com base em valores, ideias, atitudes e fazeres comuns. Assim, os sentimentos que você tem sobre uma criança, sua ideia sobre um assunto, seu tratamento de respeito aos idosos ou seu modo de se vestir são aprendidos por meio do seu contato com as gerações anteriores. Você é consciente do que faz, sente e pensa na relação com outras pessoas.

Imaginemos, então, a seguinte situação. Quando nasce uma criança, a vida dos responsáveis por ela muda por completo. No entanto, dependendo de como a criança é fisicamente, podemos imaginar de maneira intuitiva como ela será tratada pelos familiares, pelos vizinhos ou pelos conhecidos, bem como qual será a expectativa dos adultos sobre seus comportamentos e as atitudes que ela deve tomar.

Se a criança for do sexo biológico feminino, serão esperados, com o passar dos anos, vários rituais específicos, roupas características, comportamentos e atitudes – inclusive com relação a seu desempenho profissional. Dependendo dos valores que a criança receber dos adultos, ela pode ter um comportamento submisso ou, então, um comportamento de disputa ou de igualdade perante os homens. Se a criança for do sexo biológico masculino, serão esperados outros rituais, roupas, comportamentos e atitudes. Se a criança vive em uma sociedade em que existem pessoas com cor de pele ou etnias distintas, dependendo de como a maioria dessa sociedade pensa, a criança, sendo negra ou branca, por exemplo, poderá ser tratada de uma forma diferente, com privilégios ou não. Os olhares para a cor, para os cabelos ou para outros aspectos físicos poderão representar determinada visão de mundo, com suas possíveis definições a respeito do caráter, da origem e da expectativa de um futuro de sucesso ou não.

Uma prática que se tornou comum nos últimos anos é a realização de um evento para anunciar aos conhecidos e familiares o sexo biológico do bebê. Em geral, o anúncio antecipa uma série de expectativas em relação ao gênero da criança.



Decoração para realização de um chá de revelação.

Se a criança vive em uma sociedade dividida em classes sociais, ou seja, em que as pessoas não têm a mesma condição econômica de acesso às riquezas produzidas pela sociedade, a ascensão social dessa criança dependerá muito da condição econômica dos responsáveis e da possibilidade de acesso à educação e a outros bens que a situação de classe determina.

Podemos imaginar mais aspectos, como a possível influência das referências de vida dos adultos ao redor (valores, moralidade, ética, jeito de se comportar, entre outros) ou da religião e até mesmo do sotaque deles.

Concluimos, portanto, que todas as pessoas são socializadas de acordo com seu ambiente social. A primeira fase de socialização é chamada de **socialização primária**. Ela acontece nas famílias e representa o momento em que aprendemos a nos comportar diante da sociedade.

A socialização que ocorre no ambiente familiar, entre os cuidadores da criança, é chamada de socialização primária.



Pai auxiliando o bebê em seus primeiros passos. Brasil, 2021.

Em seguida, quando ingressamos na escola ou entramos em contato com outros ambientes que não o familiar, por meio de colegas, grupos de jovens ou até em redes sociais ou programas televisivos, acontece a chamada **socialização secundária**.

Os dois tipos de socialização condicionam, ou seja, influenciam nossas relações com outros indivíduos e, dependendo da forma, do ambiente social e da educação que recebemos, adotamos ou abandonamos uma série de **papéis sociais**. Você deve estar perguntando: papel? O que isso tem a ver com o social?

Papéis sociais são comportamentos esperados de um indivíduo que ocupa determinada posição na sociedade. Esta definição pode fazer você se perguntar: será que as pessoas, então, não têm liberdade para adotar certo papel social? A resposta a essa questão foi e continua sendo um dos grandes debates de pesquisadores da Sociologia.

As mulheres podem ser pouco estimuladas a praticar algumas atividades esportivas, dependendo de seu ambiente de socialização. Isso está relacionado aos papéis que a sociedade espera que sejam cumpridos pelos indivíduos de cada sexo.



Mulheres praticando futsal. Brasil, 2023.

Questionamentos



1. Quais problemas cotidianos mais preocupam você?
2. Tendo como referência o conceito de imaginação sociológica de Charles Wright Mills, você diria que esses problemas têm mais a ver com seu modo de ser ou com a sociedade? Explique sua resposta.
3. Quais aspectos da sua socialização você considera que foram mais importantes para a formação da sua personalidade?
4. Você acredita que suas escolhas profissionais podem ser influenciadas pela sociedade? De que forma?

Para ampliar

Assista

Megamente, direção de Tom McGrath (DreamWorks, 2010, 96 min). Dois seres alienígenas, provenientes de dois planetas diferentes, são enviados à Terra quando bebês. Eles chegam ao mesmo tempo ao planeta, mas são socializados em ambientes distintos.



As instituições sociais

Outro tema importante da Sociologia relacionado com a nossa vida são as instituições sociais.

Quando falamos anteriormente de uma criança hipotética, chegamos à ideia de que ela aprende regras e normas sociais. Normas e regras existem em todas as sociedades, pois exercem determinado controle sobre os indivíduos e garantem o funcionamento da própria sociedade. Os indivíduos sabem que as regras existem e as aprendem desde a mais tenra idade. São as **instituições sociais** que impõem esse controle sobre os indivíduos e os levam a cumprir as regras e condutas esperadas.

Em uma partida de futebol, por exemplo, muitas vezes reparamos mais nos jogadores do que nas regras do jogo. Os jogadores, evidentemente, são mais visíveis do que as regras. E na sociedade: prestamos mais atenção nos indivíduos ou nas instituições?

Em primeiro lugar, a reflexão sobre as instituições sociais é muito importante para pensar sobre a nossa vida e o cotidiano. As instituições estão por todos os lados. Nossa convivência com os familiares se dá na instituição **família**, que tem suas regras de comportamento e maneiras de pensar. Da mesma forma, há a instituição **escola**, com todas as suas normas, que envolvem os critérios de avaliação de desempenho, os horários e os uniformes, assim como a convivência com professores e outros profissionais.

Quando vamos nos divertir com nossa família em um **clube** do qual somos sócios, por exemplo, estamos participando diretamente de uma instituição voltada para o lazer. Já uma pessoa que frequenta um local de **culto**, como uma igreja, está associada a uma instituição para fins religiosos.

No decorrer da vida, temos de lidar com uma série de documentos e com uma burocracia que pertence ao **Estado**, que é outra instituição fortemente presente em nosso cotidiano.

A ação das instituições sociais

Não vivemos, contudo, em um mundo “automático”, em que tudo é determinado por instituições sociais. Da mesma forma que elas moldam os indivíduos, eles também podem moldar as instituições.

As instituições influenciam os indivíduos por meio de regras e normas impessoais e controle – como sanções ou ameaças de sanções.

No futebol, por exemplo, o jogador que não seguir as regras pode ser expulso. Na sala de aula, se o estudante não cumprir uma rotina de estudos e não alcançar certo nível nas avaliações de desempenho, pode ser reprovado; se não tiver uma conduta ou uma postura adequada, pode ser repreendido pelo professor ou pela direção da escola.

Várias formas de controle social são sutis, mas ainda assim exercem influência sobre o comportamento dos indivíduos. O olhar de desaprovação para alguém que fura uma fila, por exemplo, é uma tentativa de gerar constrangimento em uma pessoa que não segue uma norma esperada socialmente.

Embarque de passageiros em ônibus urbano. Salvador (BA), 2021.

A escola é uma das instituições sociais que mais exercem influência na formação dos indivíduos.



Estudantes apresentam trabalho realizado na escola. Itaquaquetuba (SP), 2019.



Fernando Favoreito/Criar Imagens

Sergio Pedreira/Pulsar Imagens

No entanto, as pessoas também podem ajudar a moldar ou modificar as instituições. Um exemplo disso é quando os movimentos sociais lutam para que o Estado garanta um direito do cidadão ou quando um grande movimento de pessoas pressiona as instituições para que elas tenham outra forma de organização.

Os Jogos Paralímpicos são eventos esportivos disputados por atletas com diferentes tipos de deficiência. Eles passaram a ser organizados pelo Comitê Olímpico Internacional em 1960, como resposta à luta das pessoas com deficiência para serem incluídas em diferentes esferas sociais.

Delegação italiana na Vila Olímpica durante os primeiros Jogos Paralímpicos. Roma, Itália, 1960.



Keystone/Hulton Archive/Getty Images

Mudanças também podem ocorrer em instituições com regras rígidas, devido às ações e atitudes de certos indivíduos. Por exemplo: a Igreja Católica, há algumas décadas, exigia que os padres realizassem as celebrações somente em latim, que era a língua oficial do Império Romano. Porém, os membros da Igreja questionavam a dificuldade de participar das missas e celebrações, o que levou a questão a ser debatida na década de 1960, durante uma conferência que reuniu importantes autoridades da Igreja Católica, sendo a principal delas o Papa João XXIII. O evento, chamado Concílio Vaticano II, foi responsável por implementar importantes transformações na Igreja, entre elas a possibilidade da celebração das missas no idioma local. Esse é um exemplo explícito de que as instituições podem sofrer mudanças devido à ação dos indivíduos.



Leandro Ferreira/Fotorena

Padre celebrando missa. Campinas (SP), 2022.

Entendendo isso, podemos definir as instituições sociais como **órgãos reguladores** da vida humana, que dizem de que maneira devemos nos conduzir, que existem de forma padronizada e que constroem os indivíduos a seguir comportamentos e atitudes desejáveis pela sociedade. Muitas vezes, as instituições sugerem que suas próprias formas de fazer e pensar as coisas do mundo são as únicas válidas para toda a sociedade.

As instituições existem independentemente de nós e moldam nossas ações e expectativas. Ainda que discordemos da forma como atuam, não podemos negá-las e temos de cumprir certos papéis sociais – se os recusamos, as instituições têm um número variado de recursos de controle e sanções.

Mas, como dissemos antes, a vida com as instituições não é tão automática assim. Se elas são entidades quase impessoais e estão acima de nós, por que muitas pessoas as aceitam e convivem plenamente com elas? A resposta está relacionada com o fato de que quase sempre desejamos aquilo que a sociedade e outras instituições esperam de nós; e também porque o que somos e a forma como definimos as coisas em grande medida condizem com o que as instituições estabelecem. Isso também pode ser entendido tendo em vista que todas as instituições tiveram uma origem em determinada época da história.

Os seres humanos sempre inventaram novas formas de conduta, novas regras, novos valores e novas ideias. Contudo, à medida que são transmitidos às novas gerações, as condutas, as regras e os valores se cristalizam ou se solidificam, quer dizer, passam a ser percebidos como independentes dos indivíduos que os mantêm e os desejam. É como se as instituições sociais adquirissem vida própria, cuja existência não é mais percebida como uma criação humana.

Por isso, é muito difícil os indivíduos perceberem que as instituições – ou a estrutura da sociedade em que vivem – são assim porque outros indivíduos, em determinado momento, instituíram-nas e as reproduziram. Entretanto, isso não impede que as pessoas modifiquem uma instituição – ou a destruam – e criem outras no lugar.

As instituições, portanto, funcionam para determinado fim, representam certas ideias, códigos e valores expressos com determinada linguagem, se autorreproduzem para se legitimar, têm durabilidade muito maior que a dos grupos e a dos indivíduos e interagem e influenciam mutuamente outras instituições.

As famílias

Quase todos nós nascemos em uma família. Nem todas as famílias são iguais ou se formam da mesma maneira, mas a família é a primeira instituição social com que os indivíduos entram em contato ao nascer. Por ser uma instituição primordial, ela é a que mais influencia e tem impacto sobre as relações sociais, assim como sofre as influências de outras instituições sociais e da história de determinada sociedade. Em geral, uma família é definida por laços de parentescos, convivência e necessidades mútuas dos indivíduos. Essas são suas características básicas, cujas formas variam no tempo e no espaço, pois dependem da cultura, ou seja, de hábitos, costumes e valores de determinada sociedade; e dependem das relações econômicas, das relações com determinada religião e de outros fatores.

Em algumas sociedades africanas, a identificação de uma família não acontece, por exemplo, com base na transmissão do sobrenome paterno, mas pelo reconhecimento de quem são a mãe, as tias ou as irmãs de um indivíduo. Os pais das crianças podem até ser conhecidos, mas não são eles que possibilitam identificar a família. Isso tem a ver com um estudo bastante tradicional da Sociologia chamado **relações de parentesco**. No caso em questão, trata-se de um sistema de parentesco matrilinear. Já nas sociedades em que as relações de parentesco são determinadas pela figura paterna, temos um sistema patrilinear.

O antropólogo francês Claude Lévi-Strauss (1908-2009) pesquisou as relações de parentesco na década de 1940. Para ele, o parentesco é uma estrutura formal, universal, própria dos seres humanos. É por meio das variadas formas de parentesco que as famílias se organizam. Com esses estudos, Lévi-Strauss desnaturalizou a conceito ocidental de família, ou seja, demonstrou que o tipo de família tradicional nuclear não é universal.

As famílias também são estruturadas e influenciadas por concepções religiosas, condições econômicas ou valores e ideias em determinada sociedade, no espaço e no tempo. Isso quer dizer que, dependendo da sociedade e da religião, certas formas familiares são aceitas e outras não. Um bom exemplo diz respeito aos casamentos entre pessoas do mesmo gênero. Na cultura ocidental, esse tipo de unidade familiar é bastante rejeitado e malvisto, inclusive no Brasil, onde o casamento homoafetivo é legalmente reconhecido. A maioria das religiões não aceita esse tipo de união matrimonial e influencia diretamente as pessoas em suas concepções sobre o que é família.

A família, portanto, é uma instituição que socializa os indivíduos, tem certas normas, prescreve condutas e apresenta laços parentais, que podem ser nucleares – com casais que cuidam de seus filhos – ou ampliadas – compostas também de outras pessoas próximas, não necessariamente parentes. Por isso, é mais interessante falarmos em “famílias”, no plural.

No Brasil, é muito comum a configuração familiar em que a mulher é a única responsável pela criação dos filhos. Segundo dados do IBGE de 2022, a cada dez mulheres chefes de família no Brasil, seis são mulheres negras.



Luciana Whitaker/Pulsar Imagens

Mãe cuidando dos filhos durante ação ecológica realizada em um parque. Rio de Janeiro (RJ), 2024.

Refletindo sobre a *família extensa*

[...] para o africano típico, a sua identidade está, em primeiro lugar, centrada no *núcleo familiar*. A família constitui o cerne da vida social no continente, conotando-o com suas cores mais características. É justamente a sua existência que permite compreender por que a África tem suportado séculos de agressões contínuas.

A família africana é uma categoria muito ampla, incluindo, além dos membros que no mundo ocidental são considerados “parentes diretos”, toda uma gama de “parentes distantes”, daí ser denominada *família extensa*. Essa inferência reflete-se em muitos idiomas do continente. Na maioria das línguas faladas na África, não existe palavra para “primo”, nem para “tio”, pois todos são considerados irmãos e pais. Também não existe termo equivalente a “tio-avô” ou “tia-avó”, pois todos são avôs e avós.

Nas sociedades africanas, essa *família extensa* ou *linhagem* leva em consideração um ancestral comum conhecido, presente na memória das pessoas, por exemplo, um bisavô ou um tetravô. O culto aos ancestrais está fortemente presente na vida social, porque o africano entende que estes, [...] de certa maneira interagem com os familiares vivos. Um agrupamento de diversas linhagens, tendo por referência um ancestral comum não conhecido – eventualmente mítico – compõe um *clã*.

SERRANO, C.; WALMAN, M. *Memória D'África: a temática africana em sala de aula*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 129-130.

O exemplo da **família extensa** presente nas sociedades africanas nos ajuda a pensar sobre as diversas concepções de famílias. Em primeiro lugar, ele ilustra bem a não universalidade do modelo de família nuclear, como a conhecemos, tradicionalmente definida como sendo composta de genitores e irmãos. Mais adiante, veremos como a Antropologia e os estudos de Claude Lévi-Strauss foram fundamentais para esse entendimento e como contribuíram para a reflexão sobre as diferentes configurações familiares na cultura ocidental.

No Brasil, o termo “família extensa” foi incorporado ao Estatuto da Criança e do Adolescente em 2010 para se referir à família “que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade”. Ao reconsiderarmos a instituição familiar dentro de um contexto mais abrangente, é importante situá-la em relação às classes e demais condições sociais. Isso porque as configurações familiares no Brasil sofreram diversas mudanças ao longo das últimas décadas. Você consegue pensar quais foram essas mudanças?

De acordo com dados do IBGE de 2024, essas são algumas transformações que têm impactado a instituição familiar brasileira nas últimas décadas:

- a diminuição da taxa de natalidade: o número de nascimentos registrados no Brasil caiu de 3,4 milhões em 2003 para 2,5 milhões em 2022.
- o adiamento da maternidade: houve um aumento do número de mulheres que tiveram filhos após completarem 40 anos, ao mesmo tempo que caiu o número de mães com menos de 20 anos de idade.
- crescimento do número de famílias **monoparentais** chefiadas por mulheres: entre famílias monoparentais com filhos, ou seja, quando somente uma pessoa assume a parentalidade, 87% dessas famílias são chefiadas por mulheres e 13% por homens.



Família extensa africana. Togo, 2016.

Pascal Deloche / GÖDDON/G/Getty Images

A escola

A escola, como a conhecemos hoje, surgiu por volta dos séculos XVII e XVIII, junto com a modernidade na Europa. Era na escola que se depositavam todas as esperanças redentoras de uma sociedade mais justa, igualitária, fraterna e livre.

A história revela que uma “política educacional”, em seu sentido específico, começou no final do século XVIII e início do XIX, e decorria de três visões de mundo que passaram a ser dominantes no Ocidente naquele momento: a crença no poder da razão e da ciência, o projeto liberal de igualdade de oportunidades e a consolidação dos Estados Nacionais.

Quando falamos em “política educacional”, nos referimos a um conjunto de ações planejadas por instituições – como o Estado – no sentido de construir escolas, contratar professores e organizar currículos (ou seja, selecionar os conteúdos que serão ensinados).

Com essas ações, a educação escolar recebe uma missão principal: a **ilustração** do povo. Essa missão não significou necessariamente que os sistemas nacionais de ensino – na Europa e na América do Norte – assumiram proporções significativas de imediato. Pelo contrário, do final do século XVIII até meados do século seguinte, a presença da escola foi, em grande medida, resultado da intenção de um grupo de intelectuais da burguesia – a classe dominante composta de industriais, banqueiros e comerciantes.

Só a partir do século XX houve um desenvolvimento significativo do processo de escolarização nas sociedades ocidentais, atingindo basicamente todas as classes sociais. Nesse sentido, a escola moderna – tal como hoje a conhecemos – é uma invenção histórica, ou seja, surgiu com a ascensão do mundo industrial e de uma nova classe social, a burguesia. Assim, aparece uma instituição especializada – a escola – que separa o **aprender** do **fazer**.

GLOSSÁRIO

Ilustração:
instrução,
transmissão de
conhecimento.



Em aula. Gravura da pintura de Jean Geoffroy (1853-1924). Exposição Universal de 1889. França, século XIX.

Pensando historicamente o papel desempenhado pela instituição escola, vale lembrar que faz menos de 200 anos que foi estabelecida a ideia de que a educação é um produto da escola, com um conjunto de pessoas especializadas na transmissão de saberes e conhecimentos – os professores.

Esses elementos, portanto, contribuíram para a longa estabilidade da escola. Criaram-se regras, um tempo de aprendizagem dividido em etapas, uma organização burocrática, um rol de conteúdos selecionados com objetivos específicos para a formação dos estudantes, sistemas de avaliação de desempenho que estabelecem quem será “credenciado” com determinado título (quem receberá o certificado ou o diploma), entre outros. Em outras palavras, a forma de organização dessa instituição conferiu à escola papel fundamental na seleção daqueles que serão “incluídos” ou “excluídos” da sociedade como um todo, bem como na escolha de conteúdos que incidirão sobre a formação cultural e política dos estudantes.

Quando a criança ou o jovem ingressa na escola, o que se discute são as questões internas à escola, que não existem em outros espaços. No espaço escolar existe um cotidiano específico: ali, crianças e jovens se transformam em estudantes – passando a desempenhar um papel social. Mas não somente eles. Os adultos, dependendo da função profissional que ocupam, sendo professores, gestores ou outros funcionários da escola, ocupam espaços e se relacionam de forma específica. Existem regras também específicas e formas de relacionamento entre eles, que devem obedecer a essas regras.

No espaço escolar, existem relações cotidianas que acontecem de formas social e cultural, territorial e existencial. Isso quer dizer que, apesar das regras existentes, das funções que cada um ocupa na escola, existe um cotidiano de funcionamento que é muito influenciado pelas histórias de vida de cada um dos **agentes socializadores**.

Para ampliar

Assista

Entre os muros da escola, direção de Laurent Cantet (Imovision, 2009, 128 min). O filme retrata o cotidiano de uma escola na periferia de Paris, na França, e permite refletir sobre essa instituição como um espaço de socialização.



A forma social e cultural da escola é aquela que estabelece regras e formas de funcionamento, e é muito influenciada por ideias como hierarquia, solidariedade, comportamentos adequados, divisão de tarefas, entre outras. A forma territorial segrega a educação em um espaço próprio: corredores, pátios e salas de aula; e a forma existencial define a nossa forma de ser por alguns anos da vida, já que ali passamos boa parte do tempo.

Nesse sentido, falar de cotidiano escolar é entender que a escola não é um mundo à parte, constituído fora da sociedade. No cotidiano da escola, aprendemos muito mais do que os conteúdos dos componentes curriculares. Assim, ao ingressar nessa instituição, a criança encontra outra forma de **socialização**, outras regras de convivência e outras pessoas com as quais se relaciona. Esse cotidiano não é frio e sem vida, mas repleto de histórias, desejos, expectativas, sonhos, paixões, angústias, medos, entre outros. Isso vale também para professores e outros profissionais da educação.

Luciana Whitaker/Pulsar Imagens



Estudantes durante intervalo, no pátio da escola. Barbacena (MG), 2022.



1. Com base nas leituras e reflexões propostas pelo capítulo, qual foi sua principal compreensão relacionada à Sociologia?

2. O conceito de **imaginação sociológica**, de Charles Wright Mills, articula diferentes contextos da vida em sociedade e constitui para os indivíduos a consciência e a capacidade de compreender e agir nas diferentes realidades sociais.



Com base nesse conceito, reúna-se com um colega e discuta as afirmações a seguir, identificando quais delas são corretas e quais são incorretas.

- I. O êxito e o fracasso de homens e mulheres dependem exclusivamente de seu esforço pessoal.
- II. A imaginação sociológica leva os indivíduos a relacionar sua história individual aos acontecimentos históricos.
- III. Acontecimentos históricos raramente definem os rumos da vida de homens e mulheres comuns.
- IV. Podemos compreender a vida dos indivíduos sem interpretar o contexto social de sua existência.
- V. Indivíduos que não desenvolvem a imaginação sociológica não relacionam a biografia à história, isto é, o eu com o mundo.

Agora, indique o número das afirmações incorretas e explique os erros que elas contêm. Converse também com seu colega sobre o que é necessário alterar em cada uma delas para que se tornem corretas.

3. Leia o texto a seguir.

As realidades da história contemporânea constituem também realidades para o êxito e o fracasso de homens e mulheres, individualmente. Quando uma sociedade se industrializa,

o camponês se transforma em trabalhador; o senhor feudal desaparece, ou passa a ser homem de negócios. Quando as classes ascendem ou caem, o homem tem emprego ou fica desempregado; quando a taxa de investimento se eleva ou desce, o homem se entusiasma, ou se desanima. Quando há guerras, o corretor de seguros se transforma no lançador de foguetes; o caixeiro de loja, em homem do radar; a mulher vive só, a criança cresce sem pai. A vida do indivíduo e a história da sociedade não podem ser compreendidas sem compreendermos essas alternativas.

MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 9-10.

Considerando as ideias do texto, responda:

a) Podemos considerar que os indivíduos são um produto de seu tempo? Explique.

b) Pensando na sua trajetória de vida e na vida das pessoas que você conhece, consegue identificar algum evento histórico ou social que tenha impactado diretamente a trajetória individual de uma dessas pessoas? Descreva-o.

4. É correto afirmar que o **senso comum** é o contrário da Sociologia? Justifique sua resposta apresentando exemplos.

5. (UEM-PR – 2020)

A Sociologia, ao estudar o processo de socialização, desenvolveu o conceito de agentes de socialização. Sobre esses agentes, assinale o que for **correto**.

01) Os agentes de socialização são responsáveis pela efetivação dos mecanismos de socialização.

02) A família e a escola são exemplos de agentes de socialização.

04) Os meios de comunicação de massa, na contemporaneidade, também são considerados agentes de socialização.

08) As redes sociais não são consideradas agentes de socialização.

16) Os meios de comunicação podem, em algumas situações, rivalizar com outros agentes de socialização; por exemplo, a religião e o Estado.

6. Converse com seus colegas e o professor sobre o conceito de instituição social e elabore, de forma colaborativa com a turma, uma lista de instituições sociais. Em seguida, organizados em grupos, você e os colegas deverão montar um dossiê sobre uma ou mais instituições, de acordo com a orientação do professor. O trabalho deverá conter:



- a identificação da instituição;
- um breve histórico de como ela foi instituída, considerando principalmente a realidade em que vocês vivem;
- as características principais dela;
- as regras e conseqüentes sanções estabelecidas por ela para a sociedade;
- as formas pelas quais ela interfere na realidade social, destacando as influências exercidas no seu grupo.

Compartilhem o trabalho com os demais grupos e, após as apresentações, discutam: Essas instituições poderiam ser transformadas pelos indivíduos? De que forma(s)?

A Sociologia como ciência

Muitas pessoas se perguntam: onde vamos parar com o desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da inteligência artificial? Que mundo estamos construindo? Será que passaremos a nos relacionar somente por dispositivos digitais? Essas são algumas perguntas que os sociólogos também fazem ao observarem as grandes transformações no mundo.

Se novas tecnologias geram questionamentos sobre nós e o futuro da sociedade, imagine quantas perguntas surgiram no século XIX, na Europa, quando se popularizou o uso do motor a vapor. Inventado no século anterior, ele revolucionou o cotidiano ao possibilitar a criação de máquinas baseadas na utilização do carvão como combustível, impulsionando a Revolução Industrial.

Além da indústria, os motores a vapor transformaram, em grandes proporções, algumas atividades agrícolas, assim como a mineração, a comunicação e os meios de transporte, substituindo, por exemplo, os moinhos de vento na geração de energia e o transporte marítimo entre regiões distantes, que dependiam de condições climáticas favoráveis. Também substituiu com sucesso o uso da tração animal para o transporte de matéria-prima.

O deslocamento da população das zonas rurais até as cidades teve sua duração reduzida com a invenção das locomotivas a vapor e a instalação das vias férreas, que se espalharam por todos os continentes. Nesse processo de mudanças, surgiram diversas profissões.

Talvez atualmente seja difícil entender as consequências revolucionárias da invenção da máquina a vapor, durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX, na vida de parte considerável da população.

Desde então, muitas invenções mudaram o cotidiano, as formas de trabalho, a relação entre os governos e a percepção das desigualdades sociais. Surgiram várias perguntas sobre esse novo mundo e, com base nelas, intelectuais e estudiosos das sociedades europeias, no século XIX, começaram a desenvolver teorias sobre o impacto social dessas grandes mudanças.



Paul Popper/Popperfoto/Getty Images

Estação Liverpool Street. Londres, Inglaterra, 1885.

Questionamentos

1. Estamos vivenciando um período de grandes mudanças? Por quê? Dê um exemplo diferente daquele citado no início do texto.
2. Será que a Sociologia pode ajudar a entender as transformações do presente e contribuir para uma reflexão sobre nosso futuro? De que forma?



O contexto do surgimento da Sociologia

A Sociologia é uma ciência relativamente nova, com pouco mais de um século, que, como disciplina acadêmica, desenvolveu-se em um momento de intensas transformações da sociedade europeia.

A partir do século XVI, ocorreram grandes transformações econômicas: as trocas comerciais se expandiram e os europeus entraram em contato com povos da Ásia, da África e das Américas.

Por meio da Expansão Marítima e do colonialismo, os europeus organizaram grandes empreendimentos comerciais e agrícolas, como a lavoura da cana-de-açúcar no Brasil, o tráfico de africanos escravizados e a promoção de pilhagens e saques, obtendo um acúmulo de riqueza inigualável até aquela época.



Benedito Calixto. *Moagem de cana - Fazenda Cachoeira - Campinas, 1830*. Óleo sobre tela, 1,05 m × 1,36 m.

A Expansão Marítima e, conseqüentemente, o acúmulo de riquezas – especialmente do ouro e da prata das Américas – foram acompanhados por um grande investimento nas ciências e pelo florescimento e pela expansão da cultura europeia. A partir do Renascimento, em meados do século XIV, os europeus disseminaram com sucesso a ideia de que o indivíduo europeu era o modelo universal de razão e humanidade.

A partir do século XVIII, com a primeira Revolução Industrial, a produção de mercadorias expandiu-se, assim como o crescimento das cidades. Um grupo social em ascensão – a burguesia – tornou-se dominante, tomando o lugar da nobreza e do clero, que até então comandavam a sociedade feudal europeia. Formada por proprietários de fábricas, terras e matérias-primas, a burguesia acumulou para si o resultado da produção das riquezas.

Paralelamente a esse processo, ocorreram grandes transformações políticas. Com o poder econômico da burguesia, os feudos medievais começaram a desaparecer e iniciou-se o surgimento dos Estados Nacionais. Em 1789, a Revolução Francesa, inspirada pelo Iluminismo e sob o lema “liberdade, igualdade e fraternidade”, declarou que os seres humanos eram todos iguais perante a lei e tinham direitos universais. Vale ressaltar que os europeus se consideravam universais, mas, enquanto diziam que “todos eram iguais perante a lei”, várias nações europeias, até meados do século XIX, ainda escravizavam africanos e ameríndios. Entretanto, lançaram-se, assim, as bases políticas do que, mais tarde, seria a cidadania. Esse tema será estudado posteriormente, com mais atenção.

A Revolução Francesa fez com que muitas ideias sobre liberdade e igualdade triunfassem sobre a concepção de autoridade divina, ou seja, a ideia de que havia alguns indivíduos “ungidos” de poder pela vontade de Deus e outros que deveriam obedecer-lhes. Dali em diante, grandes teorias que questionavam a ordem feudal e o Absolutismo passaram a ser colocadas em prática na política das sociedades europeias. Entre elas, havia teorias sobre temas como democracia representativa, direitos humanos, Estado e liberdade comercial, produzidas por pensadores como John Locke (1632-1704), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Montesquieu (1679-1755) e Adam Smith (1723-1790), entre outros.

Museu Carnavalet, Paris



Jean-Jacques-François Le Barbier. *Representação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, c. 1789. Óleo sobre madeira, 71 cm x 56 cm.

A Revolução Industrial modificou a vida dos europeus: alguns – a burguesia – passaram a ter mais conforto com as máquinas a vapor e a concentrar a riqueza produzida; outros – o proletariado – viviam e trabalhavam em condições deploráveis nos bairros operários e nas fábricas, com uma jornada diária de até 14 horas, sem qualquer segurança ao operar as máquinas. Esses trabalhadores, ao migrarem do campo para as cidades, passaram por mudanças no modo de vida. Essas transformações revolucionaram as relações entre os indivíduos, colocando em segundo plano as explicações religiosas e míticas sobre os comportamentos humanos.

Nesse contexto, em que a religião não era mais considerada a única fonte de respostas, alguns pensadores se questionavam: por que a sociedade é assim? Por que alguns indivíduos se comportam de um jeito e outros agem de modo diferente? Por que as sociedades mudam? Jean-Jacques Rousseau, antes da Revolução Francesa, já dizia que o ser humano nasce puro, mas a sociedade o corrompe. É nesse período da história europeia que apareceram as indagações sociológicas, como as perguntas acima.

A Sociologia, portanto, surgiu nesse contexto de mudanças, com a necessidade do indivíduo europeu de explicar cientificamente o mundo, suas relações com as pessoas e com as outras sociedades.

Ora, como explicar que, na Europa, com toda a riqueza gerada pela Revolução Industrial, houvesse o aumento da pobreza e da miséria dos trabalhadores? Por que a Revolução Francesa clamava por igualdade e fraternidade, mas o que se via era o aumento da desigualdade social e econômica?

Por que nas Américas, entre os povos indígenas, apesar das hierarquias entre eles, aparentemente não havia pessoas passando fome antes da chegada dos europeus? Por que na África havia sociedades inteiramente diferentes das europeias, com costumes, deuses e tradições familiares próprios?

Estava em curso o afastamento dos indivíduos europeus das explicações de origem divina em direção ao predomínio da razão humana: tudo passava a ser explicado pelos seres humanos, não somente por Deus. Com o desenvolvimento das técnicas e das ciências, o controle do ambiente natural pelos europeus aumentou ainda mais. Enfim, fazia-se necessária uma explicação para essas mudanças, com a elaboração de leis científicas, conceitos e teorias.

Sociologia: uma ciência positiva

A invenção do termo **Sociologia** é atribuída ao francês Auguste Comte (1798-1857). Sua intenção era criar uma ciência que explicasse a vida em sociedade da mesma forma que as ciências da natureza explicam o mundo natural. Ele queria, assim, descobrir leis que governassem a vida social humana para ajudar a construir um futuro melhor considerando o bem-estar dos indivíduos. Uma de suas contribuições nessa área foi a **lei dos três estágios**, segundo a qual o conhecimento do mundo pelos seres humanos passaria por três estágios: o teológico, o metafísico e o positivo.

No **estágio teológico**, o pensamento humano seria guiado pelas religiões. Em seguida, evoluiria para o **estágio metafísico**, e a sociedade passaria a ser vista com base em critérios conceituais, não mais sobrenaturais. Por fim, haveria a evolução para o **estágio positivo**, no qual o conhecimento da realidade passaria pelo método científico. É nesse estágio que aparece, segundo Comte, a ciência da sociedade – a Sociologia –, que consistiria, conforme sua classificação, em uma **ciência positiva**.



Auguste Comte

O filósofo Isidore Auguste Marie François Xavier Comte, nascido em Montpellier, na França, ficou conhecido como o responsável pela formulação do positivismo, doutrina social que entendia a ciência e a tecnologia como uma “nova religião”, cujo “deus” era a razão. O positivismo, por esse motivo, foi nomeado por Comte como a “Religião da Humanidade”. Apesar de originalmente influenciada pelo socialista utópico Saint-Simon, a filosofia positiva de Comte tinha caráter conservador, pois defendia a manutenção da ordem social e a submissão de todos os indivíduos aos interesses da sociedade.

Comte é conhecido também como um dos pais da Sociologia, ciência que ele chamou inicialmente de “física social”, cujo objetivo era analisar leis sociais que regem o comportamento humano.



Auguste Comte, filósofo francês.

Além das concepções formuladas por Auguste Comte, diversas teorias foram elaboradas a partir do século XIX. Destacaremos, aqui, os três autores considerados pela maioria dos pesquisadores de Sociologia como grandes referências desse campo do conhecimento. São eles Karl Marx (1818-1883), Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920). Esses três autores são chamados de **clássicos** porque representam algumas das principais teorizações europeias acerca das relações entre indivíduo e sociedade. Em razão da importância, da extensão e da influência de suas obras em quase todo o mundo, eles são considerados fundadores da Sociologia como disciplina.

As teorias desses três sociólogos nos acompanharão daqui em diante, uma vez que serviram de base para as formulações de diversos intelectuais da Europa e de outros continentes.

Nos capítulos seguintes, debateremos teorias sociológicas de pesquisadores de fora da Europa.

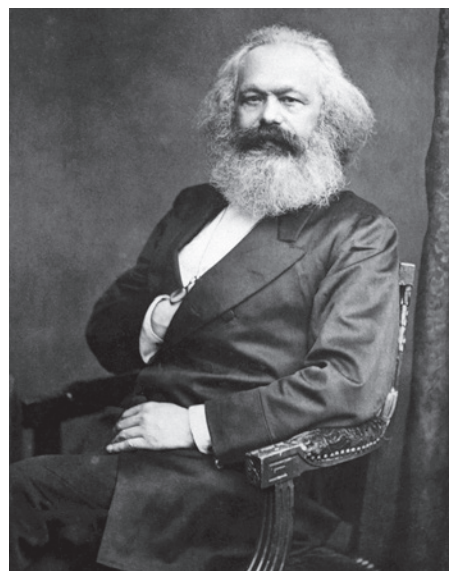
Karl Marx: “É necessário mudar o mundo”

Karl Marx nasceu em Tréveris, na Alemanha, e faleceu em Londres, na Inglaterra, aos 65 anos de idade. Seu principal objeto de estudo foi a sociedade capitalista de sua época. Marx não se preocupava somente com a análise, mas também com a ação militante de organização e luta contra as injustiças inerentes ao capitalismo. Em um de seus escritos filosóficos, Marx afirmou que era necessário aos pensadores **intervir na realidade** com o objetivo de modificá-la, e não simplesmente interpretá-la.

A análise de Marx sobre a sociedade passa pela compreensão de que os indivíduos, no decorrer da história, relacionam-se com os outros e com a natureza de determinada maneira. Para analisar a realidade social, portanto, é necessário observar como o ser humano transforma a natureza por meio do trabalho e quais relações ele estabelece com outros indivíduos. Nesse sentido, o trabalho é entendido por Marx como a **essência** da existência humana.

Marx era **materialista**, não no sentido do senso comum, mas no entendimento de que os seres humanos constroem sua história e suas relações sociais por meio da produção material, ou seja, pelo trabalho. Em todas as sociedades, por intermédio do trabalho, os seres humanos relacionam-se com outros e, juntos, constroem a sociedade, no que Marx chamou de **relações sociais de produção**. Segundo ele, essas relações têm características específicas, que variam ao longo da história e conforme a sociedade. Além disso, essas relações são estabelecidas em meio a contradições e conflitos entre os indivíduos.

Com o aumento da produção de riquezas no decorrer da história, ocorreu a divisão do trabalho. Observaram-se tanto divisões entre agricultores e pescadores, homens e mulheres, trabalho manual e intelectual quanto entre proprietários e não proprietários dos meios de produção (terras, fábricas, instrumentos de trabalho, entre outros), ou seja, a formação das classes sociais.



Betmann-Archiv/Getty Images

Karl Marx, filósofo alemão, um dos formuladores do materialismo histórico.

O conceito de **classe social**, na concepção de Marx, define-se com base na constituição das sociedades caracterizadas pela divisão do trabalho e da riqueza entre proprietários e não proprietários. Nesses casos, as duas classes sociais principais – proprietários e não proprietários – serão sempre antagônicas e excludentes: seus interesses materiais, em virtude da forma de organização da sociedade, nunca poderão coincidir.

Segundo Marx, os trabalhadores, que não são proprietários dos meios de produção, integram a mesma classe social.

Rubens Chaves/Pulsar Imagens



Trabalhadores fazem o recapeamento de asfalto. Manaus (AM), 2022.

Com base nessa concepção, Marx afirma que o que move a história humana nas grandes transformações é a **luta de classes**, com uma classe proprietária dos meios de produção que explora economicamente e domina politicamente a outra. Essa classe dominada, não proprietária dos meios de produção, é formada pelos trabalhadores – escravos, servos ou proletários (trabalhadores assalariados), dependendo de como as sociedades se constituíram historicamente. A classe de não proprietários, por ser a que de fato produz socialmente a riqueza mediante seu trabalho, é a classe que, segundo Marx, com base na **consciência de classe** (a tomada de consciência da própria condição de classe explorada), pode subverter sua subordinação, levantar-se contra os proprietários e apropriar-se da riqueza, constituindo, nesse processo, uma sociedade igualitária por meio da distribuição da riqueza.

Essas mudanças radicais que podem ocorrer na história são conhecidas como **revoluções sociais**. Na visão de Marx, significam uma mudança em momentos de grandes crises sociais, políticas e econômicas, com conflitos abertos e violentos entre as classes antagônicas, abrindo a possibilidade de derrubada das classes dominantes pelas classes dominadas. Nesse sentido, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa significaram a ascensão e a tomada do poder por uma classe social, a burguesia, que até então era subordinada à nobreza e ao clero. Por esse motivo, essas revoluções foram definidas por Marx como **revoluções burguesas**.

Em relação ao mundo feudal preexistente na Europa, Marx entendia que essas revoluções eram “progressistas”, pois constituíram uma sociedade moderna, capitalista, livre das amarras que impediam o desenvolvimento econômico e tecnológico. Marx, no entanto, defendia que essas revoluções burguesas fossem superadas por outra revolução mais radical, na qual a classe dos não proprietários se apropriaria dos meios de produção e do poder político nas mãos da burguesia. Ele se referia, nesse caso, à necessidade de que o proletariado realizasse uma **revolução socialista**.

Para Marx, o papel do indivíduo na história e na sociedade não pode ser entendido sem levar em consideração a classe social à qual pertence, ou seja, a posição que o indivíduo ocupa nas relações sociais de produção. Essa análise é chamada de **materialismo histórico**. Em outras palavras, o indivíduo na sociedade age de acordo com sua posição social nas relações de produção; portanto, para entender as ações dos indivíduos, é necessário observar suas trajetórias inseridas em uma classe social.

Marx viveu no século XIX, época de intensas transformações na Europa, com a eclosão e a expansão de diversas revoluções burguesas. Ele vivenciou as consequências delas, contribuindo sociologicamente para a compreensão dessas revoluções. Ao mesmo tempo, Marx considerava a situação da classe trabalhadora injusta e afirmava que era necessário modificá-la radicalmente.



Jean-Pierre Houël. *Queda da Bastilha, 1789*.
Aquarela, 50,5 cm x 37,8 cm.

Assim, conforme sua análise sobre a sociedade capitalista da época, Marx propôs que a classe explorada – ou seja, a maioria dos indivíduos, trabalhadores assalariados que não possuíam os meios de produção (fábricas, terras, entre outros) –, se organizassem em associações, sindicatos e partidos políticos. Primeiramente, o objetivo seria a formação política e a tomada de consciência de classe, na condição de classe trabalhadora. Depois, a construção de uma nova sociedade, sem a participação dos proprietários privados dos meios de produção (ou seja, industriais, grandes comerciantes, banqueiros), de modo que a riqueza fosse apropriada coletivamente pelos trabalhadores.



Reprodução de pintura que retrata a indústria química St. Rollox Chemical Works na inauguração da ferrovia entre Garnkirk e Glasgow, Escócia, 1831.

Para ampliar

Assista

O jovem Karl Marx, direção de Raoul Peck (Agora Films, 2017, 118 min). O filme retrata o exílio de Karl Marx em Paris, em 1844, e seu encontro com Friedrich Engels, que se tornou seu principal parceiro intelectual.



Diaphana Films

Émile Durkheim: “A sociedade está na cabeça de cada pessoa”

Émile Durkheim nasceu em Épinal e faleceu em Paris, cidades na França, com 59 anos de idade. Influenciado pelas ideias de Auguste Comte, é considerado o pai da Sociologia acadêmica, pois foi o autor que sistematizou, definiu e aplicou a Sociologia nas universidades francesas, no final do século XIX.

Bettmann Archive/Getty Images



Émile Durkheim, professor, filósofo, antropólogo, sociólogo e cientista político francês.

Na segunda metade do século XIX, a Europa, e em especial a França, vivia grandes conflitos sociais, como insurreições e revoluções. Durkheim, nesse contexto, preocupado com a estabilidade da ordem social francesa, quis entender o funcionamento dos mecanismos da sociedade de sua época.

Durkheim afirmava que a sociedade molda comportamentos, atitudes, ideias e ações dos indivíduos por meio de **fatos sociais**, que, segundo ele, apresentam três características:

- **generalidade:** além de serem comuns à maioria dos indivíduos em uma sociedade, os fatos sociais existem independentemente da presença desses indivíduos;
- **exterioridade:** a presença dos fatos sociais na sociedade é exterior aos indivíduos, sendo internalizados por eles por meio do processo de socialização;
- **coercitividade:** os fatos sociais exercem tanto “uma influência coercitiva”, ou seja, um poder de pressão, de obrigação, quanto uma força social que orienta e molda o comportamento de forma sutil.

De acordo com Durkheim, quando uma pessoa nasce, já encontra fatos sociais estabelecidos coletivamente, os quais a seguirão por sua vida e se manterão depois de sua morte.

A forma como esses fatos são representados na vida de cada um de nós é que define o que Durkheim chama de **consciência coletiva**. Ela é formada por ideias comuns a todos e está espalhada na sociedade, constituindo uma **consciência de sociedade**, que define nossa conduta. É a consciência coletiva que vai impor as regras sociais que precisarão ser obedecidas por cada indivíduo, ou seja, as normas de comportamento.

A consciência coletiva, por sua vez, se manifesta por meio da cooperação entre os indivíduos. Durkheim define essa cooperação como **divisão social do trabalho**, já que se relaciona com o nível de especialização das funções entre os indivíduos em dada sociedade.

A divisão do trabalho social, para Durkheim, está relacionada a outra definição importante: a de **solidariedade**. Esta dependeria do número de especializações na sociedade, subdividindo-se de duas formas: solidariedade mecânica e solidariedade orgânica. Aqui, o termo “solidariedade” significa cooperação entre os indivíduos.



O cultivo coletivo da terra na sociedade feudal é um exemplo de solidariedade mecânica.

Pieter Bruegel, o velho. *Ceifeiros*, 1565. Óleo sobre madeira, 1,16 m × 1,6 m.

A **solidariedade orgânica**, por sua vez, é típica das sociedades industriais, nas quais a divisão do trabalho social é diferenciada e complexa, e os indivíduos estão juntos porque fazem atividades diferentes – são interdependentes. Nessas sociedades, em que a divisão do trabalho social é intensa, a solidariedade é dada pela especialização das funções e pela divisão profissional do trabalho.

Além da solidariedade, a divisão do trabalho gera também **coesão social**, ou seja, princípios, regras e normas que estabelecem união e harmonia entre os membros da sociedade. Um dos exemplos estudados por Durkheim é a religião, já que seus princípios e normas têm a função de garantir a coesão e a solidariedade entre seus membros.

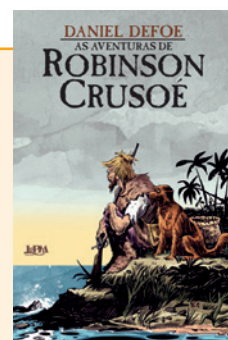
Assim, quando Durkheim constrói sua teoria, está considerando que o indivíduo é também um **ser social**, ou seja, foi socializado partindo do que já existe na consciência coletiva.

Se levássemos alguém do lugar onde vive para outra sociedade, ou mesmo para uma ilha deserta, certamente essa pessoa levaria muito da sociedade consigo. O indivíduo é um ser com personalidade própria; ao mesmo tempo, a sociedade vive em sua mente.

Para ampliar

Leia

As aventuras de Robinson Crusóé, de Daniel Defoe (L&PM Editores, 2021). Após um naufrágio, o jovem aventureiro inglês Robinson Crusóé passa a viver em uma ilha deserta, onde fica por 28 anos e cria diversas estratégias de sobrevivência. Esse romance inglês, um dos clássicos da literatura, deve ser lido criticamente, considerando a época em que foi publicado (1719), mas contribui para a reflexão sobre os conceitos de Durkheim.



Outro debate teórico importante desenvolvido por Durkheim relaciona-se com sua preocupação quanto à estabilidade da sociedade. Situações de instabilidade geram o que ele chamou de **anomia**, isto é, a ausência de regras, normas e limites (como se depreende da própria etimologia da palavra, derivada do grego *nómos*, que significa “norma”, precedida pelo prefixo a-, indicando negação). A anomia em dada sociedade, segundo Durkheim, pode ser causada pelo excesso de individualismo (egoísmo) ou por alguns tipos de desvio e desequilíbrio de outra ordem, que abalariam a rotina de “normalidade” da vida, interrompendo a solidariedade e a coesão. Esses processos de anomia poderiam ser causados por guerras ou outros conflitos armados, por exemplo, ou altos índices de criminalidade e até mesmo greves e revoltas da classe trabalhadora que interferissem na rotina da sociedade a ponto de alterar seu funcionamento.

Max Weber: “Só fazemos o que faz sentido”

Max Weber nasceu em Erfurt e faleceu, aos 56 anos, em Munique, cidades da Alemanha. Os estudos de Weber, considerado um dos mais complexos e eruditos entre os teóricos da Sociologia, têm raízes filosóficas no pensamento alemão do século XIX. Diferentemente de Marx e Durkheim, o pressuposto básico de Weber é o de que a sociedade é resultado das diversas ações dos indivíduos, e que todos são capazes de agir livremente, de acordo com dadas alternativas.

Para Weber, todo indivíduo é dotado da capacidade e vontade para assumir uma posição consciente no mundo. No entanto, como a realidade humana é diversificada, não seria possível compreendê-la em sua totalidade, mas somente as inter-relações entre determinados fenômenos.

Weber diz que, para compreender a sociedade, é preciso entender a **ação social**, isto é, uma ação que o indivíduo realiza quando leva em consideração, em suas atitudes e intenções, as ações dos outros indivíduos. Para Weber, a ação humana tem necessariamente um sentido, portanto é possível compreender as ações de vários indivíduos para, então, compreender a sociedade e sua estrutura. Assim, ele formula classificações e tipologias, como fez Durkheim.

Weber classifica a ação dos indivíduos em quatro tipos: “tradicional”, “afetivo”, “racional relacionado a valores” e “racional com relação a fins”. Para ele, todos esses tipos de ação têm uma intencionalidade.

Weber oferece um exemplo bastante simples para trabalhar os quatro tipos de ação: uma pessoa entra em uma loja para comprar sapatos. Se comprar os sapatos influenciada pela moda, sua ação é do tipo **tradicional**, com base no que a maioria faz. Mas, se fizer a compra porque os sapatos lhe agradam, sua ação é do tipo **afetivo**. Se a compra dos sapatos considera o fato de que determinado modelo possa lhe dar *status* ou certo prestígio, sua ação é **racional em relação a valores**. Por fim, se o modelo de sapato escolhido é exigido como parte do uniforme de trabalho ou de alguma outra atividade, sua compra é uma ação do tipo **racional com relação a fins**.

Apesar da categorização, os tipos de ação não são tão bem delimitados. Ninguém, na prática, vai comprar um sapato pensando nos tipos de ação separadamente. Nas ações, os tipos se confundem, se encaixam uns nos outros, dependendo do sujeito e do momento.

É importante ressaltar que, para Weber, esses tipos de ação nunca correspondem exatamente ao que acontece na realidade. Eles são, na verdade, aproximações teóricas e idealizadas da realidade. Por esse motivo, ele se refere a qualquer uma dessas definições como um modelo – chamado **tipo ideal** – que serviria de referência para a reflexão teórica.

Os tipos de ação não significam que os indivíduos agem como querem e bem entendem, pois, segundo Weber, um indivíduo só age em relação ao comportamento de outros indivíduos. Para Weber, esse é o **juízo de possibilidade**, a expectativa de a ação do indivíduo se basear em regulamentos que fazem sentido para vários indivíduos.

Por isso, Weber afirma que, nas sociedades, há uma expectativa recíproca nas ações de cada indivíduo – são as regras e a ordem social que surgem quando os indivíduos aceitam as normas como se fossem “naturais”. Dessa situação, criam-se as ações esperadas de todos os indivíduos e grupos em determinada sociedade, e disso decorrem as leis, as instituições, o Estado e a sociedade em geral.

Para Weber, compreender as relações entre indivíduo e sociedade é compreender os sentidos e os significados das ações individuais, os pontos de vista dos sujeitos e as interações entre eles, assim como os significados dessas interações.

Além dessa teoria sociológica da ação dos indivíduos, Weber escreveu sobre outros assuntos, como o fenômeno da burocracia nas sociedades modernas, o capitalismo e suas origens nas sociedades ocidentais, as religiões, o Estado, o poder e os tipos de dominação. Sua obra tem grande influência no pensamento sociológico desde então, com reflexos em diversas áreas do conhecimento acadêmico – como História, Direito e Administração –, fornecendo pistas para interpretar fenômenos importantes.

O uso de redes sociais pode ser considerado uma ação social.

Grupo de jovens brasileiros utilizando *smartphones*. Brasil, 2023.



Max Weber, sociólogo, jurista e economista alemão, 1918.



A aplicação das teorias sociológicas em nossa vida

▼ Questionamentos



1. Como as teorizações apresentadas até aqui ajudam a refletir sobre nosso cotidiano?
2. Como elas se relacionam com o processo de socialização dos indivíduos que você estudou no capítulo anterior?

Dependendo da sua história de vida, de seu bairro e de seu país, podemos usar as teorias de Marx, Durkheim e Weber para imaginar sociologicamente o mundo, conforme o pensamento de Charles Wright Mills (1916-1962). Considerando que alguns aspectos dessas teorizações nos ajudam a entender o mundo, vamos apresentar dois exemplos: você já soube de algum conflito por terras em seu município ou estado? Já viu manifestações de grupos de trabalhadores reivindicando aumento de salário ou melhoria das condições de trabalho?

Nesses casos, seria possível usar algumas das interpretações formuladas por Karl Marx para analisá-los de forma sociológica. Uma interpretação possível de Marx para os exemplos citados é a de que esses conflitos sociais representam parte de uma luta de classes e que os indivíduos estão se posicionando para reivindicar direitos coletivos e, assim, transformar a situação em que vivem.

Mais um exemplo: se alguém tiver determinada opinião negativa sobre o casamento de um homem com várias mulheres, poderia dizer: “essa é minha opinião, eu fui criado assim”. Nesse caso, Durkheim diria que o fato social chamado “casamento” impõe normas de pensamento e valores sobre os quais não temos controle e que sua manifestação reflete o pensamento e a tradição das sociedades ocidentais, que reproduzem, em grande parte, a cultura europeia.

O casamento é uma instituição social presente em várias culturas, mas suas regras podem variar de acordo com valores religiosos, por exemplo.



Yanuar Dani - Alfarizi/Stockphoto.com

Casal de noivos em cerimônia religiosa de tradição islâmica. Indonésia, 2024.

Continuando nosso exercício de imaginação sociológica, se você e os colegas tiverem opiniões diferentes sobre a obrigação de se casar na igreja, isso pode ser um sinal daquilo que Max Weber fala sobre as ações dos indivíduos diante das instituições e dos outros sujeitos. Sua ação estará de acordo com as possibilidades, ou seja, levará em consideração o que seus colegas pensam e esperam de você. Você não agirá sem pensar: agirá racionalmente, de acordo com as normas e as regras aceitas pela maioria das pessoas.

Se as normas dominantes, que consideram que não se casar na igreja é algo condenável, estiverem, por algum motivo, sendo questionadas na sociedade brasileira, seu juízo de possibilidade, como diria Weber, poderá levá-lo a também questionar essa ideia.

Para ampliar

▼ Leia

Sociologia para jovens: iniciação à sociologia, de Maria Luiza Silveira Teles (Vozes, 2011). Livro que sintetiza as principais discussões que apresentamos neste capítulo. A autora também aborda questões atuais das sociedades modernas.





- 1.** A Revolução Industrial produziu mudanças significativas na estrutura econômica e social da Europa. A produção em massa, a mecanização do trabalho e o surgimento de grandes fábricas criaram uma nova classe de trabalhadores urbanos, o proletariado, que enfrentava condições de trabalho e de vida precárias. O crescimento do capitalismo industrial levou a uma crescente desigualdade econômica e social. Marx observou a concentração de riqueza nas mãos de uma pequena classe de proprietários de capital (a burguesia) e a exploração dos trabalhadores (o proletariado).
- a)** Com base no texto e no que estudamos sobre o pensamento de Karl Marx, explique os conceitos de classe social e luta de classes.
- b)** Como esses conceitos se relacionam com o contexto histórico vivenciado na Europa quando Marx os formulou?
- 2.** Analise as afirmações a seguir sobre as relações entre indivíduo e sociedade. Em seguida, indique com o pensamento de qual fundador da Sociologia cada uma delas está relacionada: Marx, Durkheim ou Weber.
- I. As ações individuais e a subjetividade são importantes na construção da realidade social. Para compreender a sociedade, é necessário analisar as ações dos indivíduos que são motivadas por significados e intenções pessoais.
- II. Os indivíduos são produtos das estruturas econômicas e das relações de classe. A autonomia individual é limitada pela posição do indivíduo na estrutura de classes.
- III. O comportamento individual é moldado pela sociedade e suas instituições, que têm existência próprias, distintas dos indivíduos que a compõem e exercem coerção sobre eles.
- 3.** Considerando as afirmações da atividade anterior e sua própria experiência, qual delas você acredita que melhor retrata a relação entre indivíduo e sociedade? Justifique sua resposta.
- 4.** Considere a situação a seguir.
Um estudante pesquisa diferentes carreiras, avaliando fatores como salários, oportunidades de emprego, mercado de trabalho futuro e suas próprias habilidades e interesses. Ele decide estudar Engenharia porque acredita que oferece um equilíbrio ideal entre suas habilidades e as recompensas econômicas. Como cada um dos autores estudados neste capítulo explicaria essa situação? Elabore três parágrafos, explicando, em cada um deles, como a situação poderia ser interpretada com base no pensamento de Marx, Durkheim e Weber.



- 5.** Elabore um quadro apresentando os principais conceitos desenvolvidos pelos pensadores Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, como relações sociais de produção, fato social, divisão social do trabalho, tipo ideal, ação social, entre outros conceitos que tenham sido estudados no capítulo.
O quadro deverá ter três colunas, uma para cada pensador, e o número de linhas poderá variar, de acordo com os conceitos que serão inseridos. Na intersecção entre o nome do pensador e o conceito estabelecido por ele, apresente uma breve explicação sobre o conceito.
Ele pode ser manuscrito, no caderno ou em uma folha avulsa, ou elaborado em um recurso digital.
Ao final, compartilhe seu quadro com os colegas e converse sobre o conteúdo que inseriu. Considere o trabalho deles para adicionar novas informações em seu quadro ou mesmo corrigir algo que não esteja adequado.
- 6.** (UEPG-PR – 2021)
A respeito dos precursores da Sociologia, ou seja, os autores que colaboraram para o surgimento e a consolidação da Sociologia como ciência, assinale o que for correto.
- 01) Émile Durkheim teve um papel decisivo na efetivação da Sociologia como uma disciplina acadêmica.
02) As considerações de Émile Durkheim sobre os fatos sociais e o método sociológico são reconhecidas como fundamentais para a ciência sociológica.
04) O “tipo ideal” foi um instrumento metodológico desenvolvido por Max Weber que teve grande importância para o avanço da Sociologia.
08) O positivista Augusto Comte foi um importante precursor da Sociologia, inclusive sendo o pioneiro no uso do termo “Sociologia”, para designar a ciência da sociedade.
- 7.** As teorias sociológicas estudadas no capítulo apresentam diferentes premissas, algumas delas apresentadas a seguir. Analise-as e indique no caderno a alternativa que apresenta apenas as que estão corretas.
- I. De acordo com Marx, o desenvolvimento da indústria fez com que o proletariado se multiplicasse e se fortalecesse.
- II. Os tipos ideais, segundo Weber, existem em forma realmente pura na realidade social.
- III. Durkheim afirmava que há maneiras de agir, de pensar e de sentir fora das consciências individuais.
- IV. Toda a luta de classes é uma luta política, conforme o pensamento de Max Weber.
- a)** Apenas I está correta.
b) Apenas II está correta.
c) Apenas III está correta.
d) Apenas I e III estão corretas.
e) Todas as afirmativas estão corretas.



Nossas culturas e nossas diferenças

Outro dia ouvi uma pessoa dizer que “Maria não tinha *cultura*”, era “ignorante dos fatos básicos da política, economia e literatura”. [...]

[...] usa-se *cultura* como sinônimo de sofisticação, de sabedoria, de educação no sentido restrito do termo. Quer dizer, quando falamos que “Maria não tem cultura!” e que “João é culto”, estamos nos referindo a certo estado educacional dessas pessoas, querendo indicar com isso sua capacidade de compreender ou organizar certos dados e situações. Cultura aqui é equivalente a volume de leituras, a controle de informações, a títulos universitários e chega até mesmo a ser confundida com inteligência, como se a habilidade para realizar certas operações mentais e lógicas (que definem de fato a inteligência), fosse algo a ser medido ou arbitrado pelo número de livros que uma pessoa leu, as línguas que pode falar, ou aos quadros e pintores que pode, de memória, enumerar. [...]

DAMATTA, R. Você tem cultura?

In: DAMATTA, R. *Explorações: ensaios de sociologia interpretativa*.
Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2012. *E-book*.

O texto acima aborda um exemplo de como o senso comum define a ideia, ou conceito, de cultura: como se fosse algo que alguém pode ter ou não. Quando utilizamos essa forma de definição, estamos nos referindo ao acesso que as pessoas tiveram a determinadas informações, consideradas mais “sofisticadas”. Trata-se, portanto, do tipo de educação formal que as pessoas receberam durante a vida – ou, colocando a questão de outra forma, se elas “têm educação”. A avaliação que alguns fazem sobre as pessoas que são consideradas “sem cultura” se baseia na falta de acesso à educação formal, concluindo-se equivocadamente, com base nisso, que essas pessoas são menos capazes de compreender a realidade.

Dessa perspectiva, cultura se torna um termo para classificar indivíduos, pessoas com as mesmas afinidades e até grupos inteiros, de forma generalizante. Um exemplo seria uma pessoa nascida em determinada região do Brasil se referir a outro grupo de brasileiros como pessoas que “não têm cultura” ou que “são analfabetos”. Nesse sentido, então, a ideia de cultura, no senso comum, estaria sendo usada para discriminar indivíduos e grupos, servindo como forma de julgamento e revelando preconceitos. Mas será que a palavra **cultura** pode ser usada somente nesse sentido? Vamos responder a essa pergunta conhecendo outras formas de definir o conceito de cultura.



Thales Antônio/Alamy/Fotoarena

Questionamentos

1. Observe a imagem desta página com atenção. Você diria que ela mostra um aspecto cultural do Brasil? Justifique.
2. Como você definiria cultura?

Jovens jogando bola na praia.
Salvador (BA), 2021.

Natureza e cultura

Cultura é um termo de origem latina que tem ligação com o verbo “cultivar”, no sentido de ser um meio de buscar o crescimento – daí, por exemplo, a palavra *agricultura*. A ideia de “buscar o crescimento” em termos de formação intelectual e moral, idealizada como forma de elevação do ser humano, tornou-se mais frequente a partir da difusão dos ideais iluministas, na Europa do século XVIII.

Daí a afirmação de que alguns “têm mais cultura” do que outros, em razão de seu acesso a uma formação intelectual mais ampla, que pode incluir não somente a educação formal adquirida nas escolas. O reconhecimento de uma pessoa como “cultu” passa também pelo acesso que ela tem ao mundo das artes plásticas, da literatura ou da música considerada erudita.

Em geral, a música clássica é considerada uma expressão artística sofisticada, à qual poucas pessoas têm acesso. Em contrapartida, a música produzida em áreas periféricas, por exemplo, pela perspectiva do senso comum, muitas vezes é considerada inferior.



Tony Oliveira/Agência Brasília

Voltando mais ainda no tempo histórico, podemos dizer que o ato de transformar a natureza pode ser entendido como a **primeira definição** de cultura. Afinal, os seres humanos são diferentes dos outros seres vivos, pois seriam “inventores do mundo”. Isso significa que eles são os únicos que não se submetem totalmente à natureza, e sim a transformam. Cultura, nessa perspectiva, pode ser definida por **oposição à natureza**. Trata-se da intervenção do ser humano – utilizando a capacidade intelectual e a criatividade – no mundo natural ao seu redor.

Apresentação da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro. Brasília (DF), 2022.

Falando nisso...

Repensando a oposição entre natureza e cultura

Essa forma de conceber o mundo dos seres humanos, isto é, “da cultura”, como separado do mundo “da natureza” é uma operação muito comum ao pensamento moderno ocidental, que passou a imperar na Europa a partir do Iluminismo. Como veremos ao longo dos nossos estudos, várias sociedades não concebem o mundo da natureza (ou dos não humanos) e o da cultura (dos humanos) a partir de uma separação tão rígida. Esse é o caso da maioria dos povos ameríndios, isto é, os povos indígenas da América.

O antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro (1951-) desenvolveu o conceito de **perspectivismo ameríndio** para se referir à concepção indígena de que todos os seres existentes são potencialmente humanos e, por isso, possuem também cultura. Segundo esse autor, os ameríndios invertem o modo de pensar predominante no mundo ocidental: em vez de pensarem em uma única natureza que seria universal a todos os seres (humanos e não humanos), o perspectivismo ameríndio baseia-se no entendimento de que existem múltiplas naturezas (ou corpos) que compartilham uma só cultura (ou espírito).



Índigena da etnia kuikuro tecendo rede de dormir com fibra de buriti e fios de algodão no Parque Indígena do Xingu. Gaúcha do Norte (MT), 2023.

Cultura como representação da realidade

O longo processo de adaptação do meio ambiente original para um ambiente que podemos chamar de “cultural”, em razão da intervenção humana, teve início há cerca de quinze milhões de anos. Desde então, segundo o antropólogo francês Denys Cuche (1947-), a cultura permitiu ao ser humano, além de se adaptar ao meio, adaptar o meio aos seus projetos e necessidades. Nosso mundo, portanto, é resultado da cultura.

Assim, o ser humano, nessa concepção do pensamento ocidental, não vive de acordo com seus instintos, e sim conforme sua capacidade de pensar a realidade que o cerca e de construir significados. Essas são realizações culturais, que se transformam em **símbolos**. A título de exemplo, vamos imaginar como seria uma necessidade básica de homens e mulheres com a mediação da cultura: a alimentação.

As pessoas costumam comer qualquer coisa, ainda que seja considerada nutritiva? Na sociedade brasileira, por exemplo, as formigas são consideradas alimento? Por que em determinadas sociedades ingere-se carne de porco e em outras há restrições a esse consumo?

Apesar de carne de porco e formigas poderem ser consideradas alimentos, pelo fato de serem comprovadamente nutritivas pela ciência, algumas sociedades não as consideram comestíveis. Por quê? Porque cada alimento tem um **significado cultural** para determinada sociedade, incluindo a forma como se come. Por exemplo: enquanto no Brasil é comum misturar vários alimentos no mesmo prato, na Itália a maioria dos habitantes separa os alimentos na hora do almoço e do jantar: primeiro as verduras, depois uma massa e em seguida uma carne.

Em uma de suas obras, o sociólogo alemão Norbert Elias (1897-1990) relata que, na Idade Média europeia, os franceses comiam com as mãos um cabrito inteiro sobre a mesa, arrotavam e cuspiam os ossos no chão. Séculos depois, esse hábito alimentar mudou. Os franceses passaram a utilizar talheres, e desapareceram certos hábitos, como o de levar à mesa um animal inteiro e de arrotar.

O hábito de se alimentar, portanto, não é igual para todas as sociedades, pois depende dos costumes e dos significados atribuídos às ações de seus membros. Essa é outra forma de definir cultura, ou seja, como **representação da realidade** ou da **ação dos indivíduos**.

Um gesto simples como o beijo pode ilustrar isso. Quando um brasileiro do sexo masculino e heterossexual encontra um conterrâneo amigo (também do sexo masculino e heterossexual), ambos se abraçam ou dão um aperto de mão. A troca de beijos no rosto entre homens brasileiros é mais comum entre pais e filhos. Os italianos beijam-se no rosto, porém é usual os amigos russos se beijarem nos lábios. Assim, nas diferentes sociedades há diversas formas de representar um gesto de amizade, e um ato desse tipo tem seu significado. O ato de beijar na boca entre os homens no Brasil tem o significado de uma relação homoafetiva – entendimento que não existe, necessariamente, na Rússia.

A representação da realidade acontece muitas vezes por meio dos símbolos. O termo símbolo tem origem no grego (*sýmbolon*) e designa um elemento representativo que está no lugar de algo que tanto pode ser um objeto como um conceito ou ideia. O símbolo é um elemento essencial na comunicação e nas culturas e difundido no cotidiano. Alguns são reconhecidos internacionalmente, e outros só em determinado grupo ou contexto religioso, cultural, entre outros.



Domenico Grimani. *Banquete do Cardeal Grimani*, 1754. Gravura.

A representação de cada símbolo pode aparecer como resultado natural das relações sociais ou pode ser de comum acordo. Poderíamos citar vários exemplos de símbolo, tais como a cruz para a Igreja Católica, que representa a crucificação de Jesus Cristo; ou a aliança de casamento, que representa a união de um casal.



Tuomas Kallio/Shutterstock.com

O preto é um símbolo que costuma ser utilizado para representar o luto vivido com a morte de uma pessoa.

O símbolo, então, representa algo para alguém e é um dos elementos centrais das culturas. Por meio dos símbolos, os indivíduos representam a realidade em que vivem e formam a cultura, inventam e cultivam maneiras de se relacionar uns com os outros e elaboram visões de mundo. A cultura como forma de representar a realidade existe em todos os lugares e indivíduos, não havendo, portanto, pessoas que têm e pessoas que não têm cultura. Todos nós temos uma cultura, que se expressa em símbolos – as formas de se vestir, de falar, as formas religiosas, as formas artísticas, e muitas outras formas.

Cultura e os estudos antropológicos

Para a Antropologia, cultura é um conjunto de regras que permite aos seres humanos ler e interpretar o mundo ao seu redor. A Antropologia é o estudo das culturas humanas em suas diversidades históricas e geográficas.

De forma semelhante à Sociologia, a Antropologia é uma Ciência Social que nasceu no século XIX, como um projeto de ciência que consistia em reconhecer, conhecer e compreender a diversidade das manifestações culturais dos povos no tempo e no espaço.

A Antropologia permitiu aos europeus descobrir que aquilo que pensavam ser natural era, na verdade, cultural. Assim, o menor dos comportamentos (gestos, mímicas, posturas, reações afetivas) nada tem de natural, como vimos no exemplo do beijo e dos hábitos alimentares.

Trata-se do reconhecimento de que o “outro” é simplesmente diferente do “nós” – o que, na Antropologia, é chamado **alteridade**. Para a Antropologia, o conhecimento de nossa cultura passa inevitavelmente pelo conhecimento de outras; e devemos reconhecer que somos uma cultura possível entre tantas outras, não a única.

O que podemos dizer sobre quaisquer indivíduo e sociedade é a aptidão quase infinita para inventar modos de vida e de organização social extremamente diversos. As formas de andar, dormir, interagir, se emocionar, comemorar e tantas mais existem em todas as sociedades, mas os modos como essas manifestações ocorrem dependem da cultura de cada uma.

Na Antropologia, o conceito de cultura já passou por várias mudanças ao longo dos anos. Já se afirmou tratar-se de um complexo de conhecimentos; que cada cultura é única; que é um meio de adaptação do ser humano à natureza; que vai além da herança genética; que é um meio para o funcionamento da sociedade; que é um sistema simbólico; entre outras possibilidades.

A primeira definição formal de cultura é atribuída ao britânico Edward Tylor (1832-1917) em 1871. Para Tylor, cultura é todo o contexto que inclui costumes, crenças, artes, conhecimentos, moral, leis e quaisquer outros hábitos adquiridos pelos seres humanos como membros de uma sociedade.

Outro antropólogo que estudou o tema foi o alemão naturalizado estadunidense Franz Boas (1858-1942). Para Boas, cada cultura tem história, dinâmica e consistência próprias e origina-se da interação com o meio ambiente e com outras culturas. Boas acreditava que, para investigar ou interpretar uma cultura, era necessário buscar a história de um povo ou sociedade – processo denominado particularismo histórico na Antropologia.

As pesquisas de campo desenvolvidas por Boas foram consideradas pioneiras em razão de seu **método etnográfico**, em que defendia que qualquer detalhe deve ser descrito da forma mais meticulosa possível. Uma das conclusões dos estudos de Boas é que cada sociedade deve ser entendida “por si mesma”, de forma autônoma do ponto de vista cultural.

Método etnográfico, pesquisa etnográfica ou etnografia é uma metodologia de pesquisa das Ciências Sociais, especialmente da Antropologia, que consiste na descrição cultural de um povo, grupo ou fenômeno social. Essa descrição cultural ou etnográfica é feita com base em pesquisas de campo que envolvem a convivência com os grupos estudados e o uso de técnicas como a observação participante e as entrevistas em profundidade.

A pesquisa etnográfica de Franz Boas junto aos inuítes, também conhecidos como esquimós, no norte do Canadá, no final do século XIX, foi fundamental para as suas conclusões acerca da diversidade cultural humana.



Bettmann Archive/Getty Images

Primeira fotografia que mostra a construção real e o interior dos iglus feitos por inuítes. América do Norte, 1926.

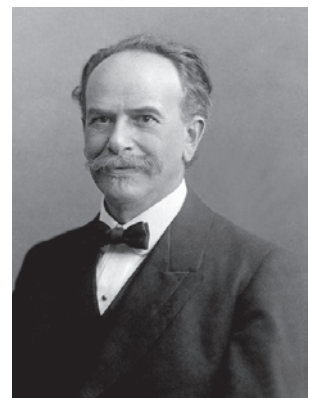
Perfil

Franz Boas

Franz Boas é considerado o fundador da Antropologia cultural nos Estados Unidos. Os estudos de Geografia e Física que desenvolveu na Alemanha o conduziram a uma primeira viagem de cunho etnográfico junto aos inuítes, na América do Norte. Foi esse trabalho de campo que o levou a compreender a cultura – e não aspectos biológicos vinculados à “raça” – como fator determinante para entender o comportamento humano.

A contribuição teórica de Boas foi extremamente relevante no combate a determinadas generalizações que ignoravam o quão complexa é a realidade. Teve grande importância também na rejeição à influência de teorias racistas na Antropologia, assim como a leituras evolucionistas da história.

Franz Boas, antropólogo de origem alemã e estadunidense, 1915.



Museu Canadense de História, Quebec

O polonês Bronislaw Kasper Malinowski (1884-1942) se formou em Física, mas tinha interesse em estudar povos não europeus. Em 1914, participou de uma expedição às Ilhas Trobriand (em Papua Nova Guiné, na Oceania) e ficou por lá cerca de três anos. Observando os costumes dos trobriandeses, Malinowski não os considerou “atrasados” ou “primitivos”, embora fossem muito diferentes dos europeus; para ele, a cultura dos nativos da ilha tinha significados e coerência.

Essa estadia nas ilhas estimulou Malinowski a formular a teoria de que os indivíduos têm necessidades básicas que as culturas podem satisfazer de formas diferentes umas das outras. Cada cultura realiza isso elaborando instituições (religiosas, econômicas, políticas e educativas) e fornecendo respostas organizadas que constituem, cada uma à sua maneira, soluções originais que permitem atender a essas necessidades.

Perfil

Bronislaw Malinowski

Bronislaw Kasper Malinowski tem grande relevância para a Antropologia devido à elaboração metodológica da **observação participante**. Ela consiste em uma técnica de imersão profunda e observação detalhada da população pesquisada e tem como um dos seus objetos a distinção entre as normas e os discursos, de um lado, e, de outro, as práticas concretas, reais.

Malinowski é autor de diversas obras importantes, entre elas *Argonautas do Pacífico Ocidental* (1922), sobre sua experiência etnográfica nas Ilhas Trobriand, e *Sexo e repressão nas sociedades selvagens* (1927). Nessa obra, Malinowski contesta a tese apresentada pelo fundador da psicanálise, Sigmund Freud, na obra *Totem e tabu* (1913) e defende que as características psicológicas dos seres humanos, como entendidas pelo psicanalista, não eram universais, e sim culturais, distintas em cada sociedade.



Bronislaw Malinowski, etnólogo e antropólogo de origem polonesa e britânica, 1930.

Biblioteca da Escola de Economia e Ciências Políticas de Londres

Já o belga-francês Claude Lévi-Strauss é considerado o antropólogo mais influente do século XX, com dezenas de publicações. Para Lévi-Strauss, culturas devem ser entendidas como uma **estrutura de sistemas simbólicos** presente em todas as sociedades. Em outras palavras, a enorme variedade de culturas só poderia ser entendida se algumas estruturas comuns a todas elas fossem identificadas, tais como as relações de parentesco, a linguagem e a economia.

Lévi-Strauss faz uma analogia com o jogo de cartas para desenvolver essa ideia. Segundo ele, o ser humano é como um jogador de cartas que, ao sentar-se à mesa para jogar, sabe que aquele jogo não foi invenção sua, e sim um dado da história humana. Quando os jogadores dão as cartas, cada jogador, assim como cada sociedade, interpreta os movimentos de acordo com um sistema de pensamento, sendo de conhecimento de todos que as cartas e o jogo (estruturas, sistemas simbólicos) podem ser usados por diferentes jogadores e com regras diferentes (culturas distintas).

O antropólogo francês Lévi-Strauss realizou pesquisa junto aos indígenas da etnia bororo, no estado de Mato Grosso, na década de 1930.



Crianças da etnia bororo jogando pingue-pongue em uma escola indígena. General Carneiro (MT), 2018.

Luciana Whitaker/Pulsar Imagens

Claude Lévi-Strauss

O antropólogo Claude Lévi-Strauss nasceu em Bruxelas, na Bélgica, em 1908, e faleceu em Paris, França, em 2009. Com uma vasta obra reconhecida no meio acadêmico, é o fundador da escola antropológica estruturalista, que compreende a cultura como um conjunto de símbolos que organizam e dão sentido ao mundo.

Entre 1935 e 1939, Lévi-Strauss lecionou Sociologia na Universidade de São Paulo, fundada naquela ocasião. Durante esse período, desenvolveu trabalho de campo sobre os povos indígenas do Brasil central. Seus estudos serviram de base para sua tese *As estruturas elementares do parentesco*, publicada em 1949, e para a obra *Tristes trópicos*, de 1955. Nesta última, o autor relata suas viagens pelo Brasil, durante as quais, segundo ele, surgiu sua vocação como antropólogo.



Claude Lévi-Strauss, antropólogo belga. Amazônia, Brasil, 1938.

Outro antropólogo estadunidense, Clifford Geertz (1926-2006), também considera as culturas sistemas simbólicos, porém não busca o entendimento de que exista somente uma forma universal de ser humano. Geertz considera que a cultura é um conjunto de mecanismos de controle, regras, planos, instruções, receitas (que na linguagem da informática denominam-se programas) que governam o comportamento humano. Leia o trecho a seguir de Geertz sobre esses mecanismos ou padrões culturais:

[...] Não dirigido por padrões culturais – sistemas organizados de símbolos significantes – o comportamento do homem seria virtualmente ingovernável, um simples caos de atos sem sentido e de explosões emocionais, e sua experiência não teria praticamente qualquer forma. A cultura, a totalidade acumulada de tais padrões, não é apenas um ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela – a principal base de sua especificidade.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008. p. 33.

Para Geertz, portanto, estudar a cultura é procurar e identificar um determinado código de símbolos; é assumir a tarefa de interpretar as culturas como teias de significados, pois todos os atos humanos são simbólicos e se relacionam entre si. Geertz estabelece uma analogia dessa procura pelo sentido dos atos humanos com um simples exemplo: dois garotos piscando rapidamente um olho, mas um deles o faz como um tique nervoso, e o outro, como uma “piscadela”. A diferença entre um e outro é grande: o tique nervoso pode ser um sintoma orgânico, mas a “piscadela” é um gesto, uma “partícula” de comportamento, um sinal de cultura relacionado com outros sinais, que deve ser interpretado.

Por fim, cabe mencionar o antropólogo brasileiro Roberto DaMatta (1936-), que elaborou uma síntese de algumas dessas definições. Segundo ele, cultura é um conjunto de códigos, mapas e receitas em que os indivíduos pensam, estudam, modificam e classificam a realidade e as próprias relações. Em outras palavras, a cultura é o “cimento” que dá unidade a certo grupo de pessoas que compartilham os mesmos costumes e valores. Desse ponto de vista, portanto, tudo o que faz parte do mundo humano é cultura.

Concretamente, portanto, podemos falar de **culturas** em vez de cultura, no singular. Assim, referimo-nos às culturas indígenas, com seus modos de vestir, dormir, caminhar, se relacionar, entre outros, às culturas chinesas, japonesas, francesas, ciganas, negras, nordestinas... Quando identificamos e estudamos traços de comportamento, personalidades, simbologias compartilhadas, atitudes comuns em determinados grupos, comunidades ou nações, podemos dizer que há culturas específicas dos indivíduos que compõem grupos, comunidades ou nações.

Definir cultura é compreender também as variadas formas que governam os grupos humanos em termos de suas relações de poder, diferentes modos de organizar a sociedade, de se apropriar dos recursos naturais, de inventar, significar e expressar a realidade humana.



Jovens dançando na rua. Brasil, 2023.



Desfile dos bonecos gigantes. Olinda (PE), 2023.

O Brasil é um país culturalmente diverso. Nele podemos observar diferentes culturas que convivem em um mesmo território nacional e compõem a sociedade brasileira.



Índigenas da etnia kalapalo realizando a dança tawarawanã, na aldeia Aíha. Querência (MT), 2022.



Roda de samba do projeto Criolice. Rio de Janeiro (RJ), 2018.

Para ampliar

Leia

O que é cultura, de José Luiz dos Santos (Editora Brasiliense, Coleção primeiros passos, 1983). O livro aborda a cultura e as diversas escolas antropológicas que procuraram definir seu conceito.



Estudamos até aqui diferentes definições de cultura e podemos ressaltar alguns pontos:

- A cultura é produzida pelo ser humano em qualquer local.
- A cultura permitiu ao ser humano que se adaptasse ao meio, aos outros seres humanos e às suas necessidades.
- A cultura estabelece regras que orientam como o mundo pode e deve ser classificado.
- A cultura molda o comportamento humano e pode servir como justificativa para todas as ações humanas.
- A cultura dá unidade a grupos de pessoas que compartilham costumes e valores.
- Por fim, devemos sempre falar em culturas, no plural.

O impacto da teoria da evolução das espécies na interpretação da diversidade cultural humana



As origens da Antropologia, assim como o desenvolvimento de outras ciências, estão atreladas aos processos coloniais e imperialistas europeus do século XIX, contexto no qual se ampliou e sistematizou a produção de conhecimento sobre as diferentes populações de outros continentes, que já vinha ocorrendo desde o final do século XV. Como vimos até agora, a Antropologia dedica-se à *compreensão da diversidade das culturas, suas distintas razões e suas diferentes manifestações*. Antes do surgimento dessa perspectiva culturalista e do desenvolvimento de métodos e técnicas específicos para o estudo das diferentes sociedades e suas culturas, as análises sobre as novas sociedades com que os europeus se deparavam ao redor do mundo eram baseadas em teorias e metodologias elaboradas por outros campos do conhecimento como as Ciências Naturais e a Filosofia. A teoria da evolução das espécies de Charles Darwin (1809-1882) é um exemplo de conhecimento produzido no campo das Ciências Biológicas e que foi aplicado para interpretar as sociedades humanas.

Em 1859, o naturalista britânico Charles Darwin revolucionou as Ciências Biológicas ao demonstrar cientificamente que as espécies do mundo natural, incluindo os seres humanos, evoluíram biologicamente a partir do mecanismo de **seleção natural**.

Seleção natural: mecanismo evolutivo que faz com que organismos geneticamente mais bem adaptados a um ambiente sobrevivam e se reproduzam com mais sucesso em relação a outros de uma mesma população.

Na década de 1870, alguns estudiosos do mundo social, como o filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903), impactados pela teoria de Darwin, passaram a defender que as leis da evolução do mundo biológico poderiam ser aplicadas para entender as sociedades humanas. Spencer defendia a existência de estágios de desenvolvimento “sucessivos, únicos e obrigatórios”, pelos quais passariam todos os grupos humanos, em direção a estágios mais complexos de organização social, sendo o ápice do progresso e do desenvolvimento cultural, a civilização ocidental europeia. Para esse estudioso, existiriam povos dotados de mais capacidades do que outros, o que os levava a desenvolverem sociedades superiores e tecnicamente mais avançadas. Segundo seus critérios, as sociedades brancas europeias corresponderiam ao ápice da evolução social, ao passo que os povos indígenas, africanos e asiáticos ocupariam um lugar inferior na escala evolutiva das sociedades. Essa teoria ficou conhecida como **darwinismo social**. O avanço das pesquisas nas áreas da Biologia e da Antropologia demonstrou que essa interpretação da teoria de Darwin não tem fundamento científico e foi formulada com base em concepções errôneas sobre a existência de diferenças evolutivas entre raças humanas. Ainda que errônea, essa teoria ajudou a disseminar o ideal de superioridade das sociedades brancas europeias.

O darwinismo social, enquanto uma interpretação equivocada das teses de Darwin, defendia o princípio de eliminação dos menos aptos e foi utilizado para justificar as políticas **eugenistas** que defendiam a separação entre as raças, e, até mesmo, a exclusão de grupos considerados “indesejados” ou “inferiores”.

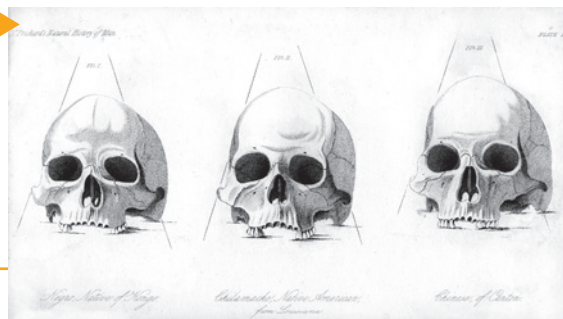
As teorias do evolucionismo social foram contestadas por diversos antropólogos ao longo do século XX, que não apenas buscaram demonstrar a existência de diversos tipos definitivos e coexistentes de civilização, como também rejeitaram a ideia de uma linha única e geral de desenvolvimento cultural. A antropologia cultural, tendo o antropólogo alemão Franz Boas como um de seus maiores expoentes, contribuiu ainda para desmantelar as teorias racistas na ciência.

GLOSSÁRIO

Eugenia: teoria que busca produzir uma separação e seleção genética nos grupos humanos.

A mensuração de crânios humanos era uma prática dos pesquisadores da época. Eles procuravam por diferenças evolutivas entre as supostas raças humanas que comprovassem suas teorias sobre a superioridade dos seres humanos brancos de origem europeia.

Três tipos de crânios humanos. Gravura presente na obra *História natural do homem*, de James Cowles Prichard, 1848.



The Print Collector/Getty Images

A diversidade cultural

Vimos várias formas de definir cultura. Entretanto, o maior interesse da Sociologia está nas definições de cultura como representação da realidade humana e no seu sentido antropológico, pois são essas as definições que permitem fazer uma interpretação sociológica das distintas sociedades e contribuem para a compreensão dos processos de mudanças sociais.

A cultura como representação da realidade e no sentido antropológico faz lembrar que as sociedades são **pluriculturais**: há várias culturas no interior de uma mesma sociedade. A relação entre essas diversas culturas pode ser de aceitação, troca, tolerância ou conflito. O que vai determinar a maneira como se dá a relação entre essas culturas distintas está relacionado com a história de cada sociedade ou com a forma como determinada cultura dominante se impôs (ou foi imposta) diante das demais culturas.

Vamos fazer uma analogia para entender melhor isso, por meio de duas narrativas culturais bem conhecidas no Brasil.

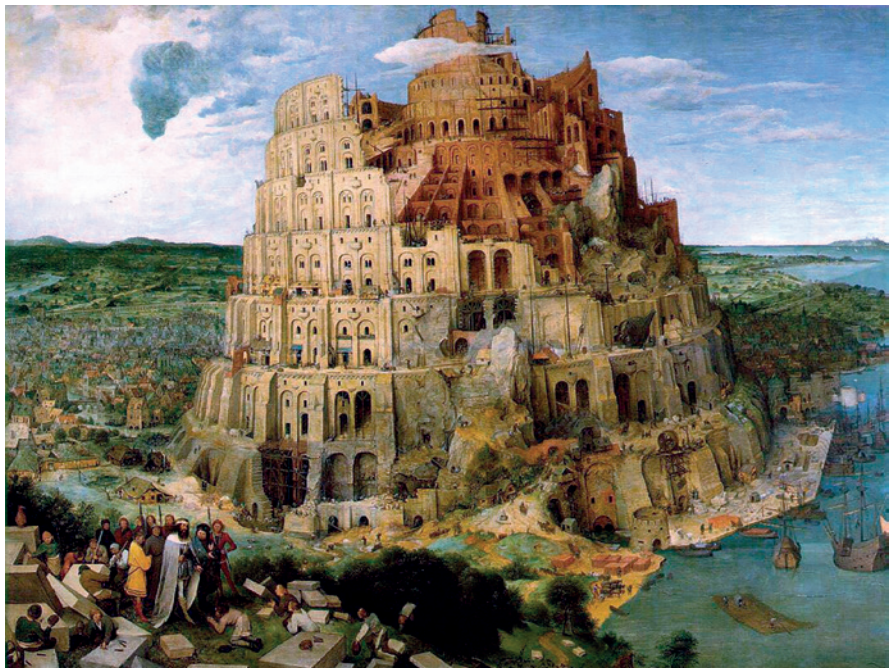
A Torre de Babel, segundo a narrativa bíblica apresentada no livro do Gênesis, foi uma torre que começou a ser construída pelos seres humanos com o objetivo de alcançar o céu. Segundo a narrativa, Deus interpretou esse projeto como um ato de orgulho e desobediência por parte da humanidade e decidiu agir para conter as ações imprevisíveis dos seres humanos a partir dali.

Assim, como as pessoas falavam uma só língua, Deus confundiu a linguagem com a qual se comunicavam, diferenciando a língua única que falavam, além de dispersá-las por diferentes partes do mundo. Essa é apenas uma das várias narrativas de cunho mítico que tentam explicar a criação do mundo e dos seres humanos, bem como a existência das diversas línguas e culturas. A narrativa da Torre de Babel é a explicação apresentada pela tradição judaico-cristã, porém há várias outras, provenientes de diferentes povos ao redor do mundo.

Existe um provérbio nagô-iorubá – sociedade africana milenar localizada na Nigéria – que afirma que “os dedos não são iguais”, mas, como pertencem à mesma mão, precisam viver juntos, lado a lado. Esse provérbio pode ser interpretado, entre outras leituras possíveis, da seguinte forma: apesar de suas diferenças, todos os seres humanos precisam se respeitar e saber conviver entre si. É importante ressaltar que, nesse provérbio, não há conotação de “desigualdade”, mas sim de “diferença” – apesar dos tamanhos diferentes de cada dedo.

Tanto o livro do Gênesis quanto o provérbio africano se relacionam com os estudos desenvolvidos pela Antropologia voltados para a compreensão da diversidade das culturas, suas diferentes razões e manifestações. Compreender que nossas sociedades são pluriculturais é afirmar que a diversidade do gênero humano constitui uma questão fundamental de convivência e respeito entre todas as culturas, apesar das diferenças. Essa diversidade é um dado da realidade humana. E, para nos situar no mundo, é necessário ter a consciência de que existe uma “Babel cultural”, ou seja, de que os dedos não são iguais, que as pessoas são diferentes e que encontram, com base nas suas culturas, formas diversas de lidar com a realidade e atender a suas necessidades.

Pieter Bruegel. *A Torre de Babel*, 1563. Óleo sobre madeira, 155 cm × 114 cm. Coleção do imperador Rodolfo II.



Museu de História da Arte, Viena

Ser diferente é normal

Já vimos que a diversidade cultural é um dado da realidade humana, presente em qualquer lugar do planeta. Agora, devemos ter a consciência dessa realidade para dar atenção a fatos que dizem respeito aos diversos interesses de grupos e pessoas.

Isso significa que, quando uma pessoa ou grupo considera normal ou natural uma situação ou ideia, muitas vezes essa normalidade ou naturalidade se expressa como relação de poder, desigualdade ou opressão.

Para a Sociologia, falar em sociedade não significa descrevê-la simplesmente de forma homogênea. Quando fazemos uma análise das sociedades, identificamos de imediato a existência de desigualdades sociais e diferenças entre grupos e pessoas. As desigualdades são fabricadas pelas relações sociais, econômicas, culturais e políticas.

Geralmente, as classes ou camadas superiores das sociedades são as mesmas, tanto do ponto de vista cultural como do político. As classes sociais ou camadas superiores das sociedades são as mesmas em termos de manutenção do poder político e dos privilégios sociais e econômicos, reproduzindo sua dominação por meio da cultura e da disseminação de certa visão de mundo. Não devemos, no entanto, confundir **desigualdade social** com **diferenças sociais e culturais** dos indivíduos, grupos e sociedades.

As desigualdades sociais são definidas com base nas condições sociais e econômicas de determinados grupos. Há grupos que detêm mais riquezas do que outros, bem como mais acesso a determinados serviços, o que gera uma sociedade desigual, na qual poucos dispõem da maior parte da riqueza, enquanto muitos permanecem na pobreza.

A diferença social e cultural, por sua vez, significa que os indivíduos ou grupos são apenas diferentes, e não superiores e inferiores. O indivíduo originário do continente africano é diferente do chinês ou do europeu; a mulher é diferente do homem; o adepto ao candomblé tem uma religião diferente da do evangélico; as pessoas com deficiência são diferentes daquelas que não têm deficiências; e assim por diante. Essas características dos seres humanos não significam superioridade ou inferioridade de uns sobre outros.

Para ampliar

Assista

Crianças invisíveis, direção de Kátia Lund (Brasil), Mehdi Charef (França), Emir Kusturica (Sérvia e Montenegro), Spike Lee (Estados Unidos), Jordan Scott & Ridley Scott (Reino Unido), Stefano Veneruso (Itália) e John Woo (China) (Act Films, 2005, 129 min).

Composto de sete curtas-metragens, o filme mostra a dura realidade de crianças que sofrem com segregação, pobreza, preconceito e violência em sete lugares diferentes, culturalmente, no mundo.



Mik Film Productions

Para ampliar

Ouçá

Ser diferente é normal: o Império Serrano faz a diferença no carnaval,

de Arlindo Cruz, Maurício, Aloísio Machado, Carlos Senna, João Bosco. Intérpretes: Nêgo e G. R. E. S. Império Serrano – Samba-enredo do Carnaval do Rio de Janeiro, 2007.

A letra do samba-enredo pergunta “diferença social para quê?”.

Bruno Domingos/Reuters/Fotograma



Em 2007, no samba-enredo da Escola de Samba Império Serrano, do Rio de Janeiro, cantava-se: “Quem nasceu diferente e venceu preconceito, a gente tem que admirar”. Esse samba fala de pessoas com deficiências físicas e neurodiversidade, porém podemos ampliar a ideia para considerar que todas as diferenças são normais. Entretanto, se ser diferente é normal, lidar com a diferença pode ser um desafio, dadas as relações de poder entre as pessoas e grupos.

Desfile da escola de samba Império Serrano. Rio de Janeiro (RJ), 2007.

O etnocentrismo

Por que as diferenças sociais e culturais são, para muitas pessoas, sinônimo de desigualdade? No senso comum, por exemplo, nordestinos são muitas vezes associados ao analfabetismo ou à ignorância, e pessoas negras e povos indígenas são considerados marginais ou selvagens. Mulheres são consideradas “inferiores”. Pessoas homossexuais ou transsexuais apresentariam “anomalias mentais” e “morais”.

Podemos dizer que essas ideias representam *visões etnocêntricas* de mundo. Mas o que significa o termo “etnocentrismo”?

Etimologicamente, “etno” deriva do grego *ethnos* e se refere a etnia, raça, povo, clã. Assim, **etnocentrismo** significa considerar a própria etnia o centro ou o eixo de tudo, a base que serve de referência ou ponto de vista de onde se deve olhar e avaliar o mundo ao redor. O termo foi criado em 1906 pelo sociólogo estadunidense William Graham Sumner (1840-1910) e tem sido usado para explicar sociológica e antropologicamente preconceitos, discriminações, racismo, homofobia, sexismo e estereótipos sobre os variados grupos considerados diferentes em comparação a determinado padrão.

Estendendo essa definição, o etnocentrismo é uma tendência que considera apenas os valores da própria cultura ao analisar as demais. Isso significa dizer que as visões de um determinado grupo política, econômica e socialmente dominante em dada sociedade são consideradas a referência. Tudo – inclusive outros grupos e indivíduos – é pensado e sentido por meio dos valores, modelos e definições do grupo dominante, que seria a própria “representação” da existência humana.

Quando duas culturas se encontram, pode ocorrer um **choque cultural**: quando surge um grupo “diferente”, que não age como o grupo dominante, ele é considerado estranho ou ameaçador, porque pode afetar de alguma forma a **identidade cultural** do grupo dominante. Então, se pertencemos ao grupo que apresenta os padrões culturais considerados “corretos” e “naturais”, se houver choque cultural, não será aceitável que o grupo diferente tenha hábitos que julgamos “estranhos”.

Em poucas situações, a atitude etnocêntrica passa por um julgamento simples do valor da cultura do outro, nos termos da cultura própria, sem consequências mais sérias. Mas a história é repleta de exemplos de violência causada pelo etnocentrismo. Considerar um povo – como os indígenas ou os africanos – primitivo ou bárbaro pode significar, social e politicamente, que há “algo a ser destruído” ou um empecilho ao “desenvolvimento econômico” das nações.

O etnocentrismo formula representações e imagens distorcidas sobre aquele que entendemos como “diferente” de nós; essas representações são sempre manipuláveis como bem entendemos. Além disso, no fundo, o etnocentrismo transforma a diferença pura e simples em juízo de valor, perigosamente prejudicial à humanidade.

A charge representa a Britânia (uma figura feminina branca que simboliza a Grã-Bretanha) dirigindo-se à África, seguida de soldados britânicos e colonialistas. Ela empunha a bandeira da civilização enquanto os africanos, a da barbárie. Esse é um exemplo de como os europeus viam e representavam os povos não europeus.



Udo J. Keppler/Biblioteca do Congresso, Washington

KEPPLER, U. J. [Charge *Da Cidade do Cabo ao Cairo*]. Revista Puck, Nova York, 1902.

▼ Questionamentos

1. O que você sabe sobre o processo de conquista dos territórios que hoje compõem o continente americano?
2. Aquilo que você sabe é baseado em registros produzidos de qual ponto de vista – daqueles que foram colonizados ou dos colonizadores?



Esclarecido isso, podemos refletir sobre a nossa própria história: como sabemos, as sociedades ocidentais americanas são herdeiras diretas da tradição europeia, branca e cristã, que foi trazida pelos colonizadores e que predominou sobre outras culturas que existiam nas Américas.

Se pensarmos em termos de história do Brasil, podemos verificar que nossa formação nacional foi marcada pela eliminação física do “diferente” (indígenas) ou por sua escravização (indígenas e africanos). Da mesma forma, foi forjada uma verdadeira negação do “outro” no que diz respeito aos seus pensamentos, suas ideias, suas crenças e seus comportamentos.

Por exemplo, até algum tempo atrás, na maioria dos livros didáticos de História, encontrávamos um julgamento distorcido sobre a nudez dos povos indígenas à época da chegada dos portugueses. Esse “escândalo exótico” esconde, na verdade, a noção particular dos europeus do que deve ser considerado roupa e das partes do corpo que podem ser mostradas e das que devem ser cobertas.

Da mesma forma, com relação à religiosidade, os valores dominantes em nossa sociedade, herdeira da tradição cultural europeia ocidental, baseiam-se na concepção de que o nosso deus – ou deuses – é o correto, que somente a nossa religião representa a verdade. No sentido oposto, a religiosidade existente entre os diversos povos ameríndios, segundo essa visão eurocêntrica (ou seja, etnocêntrica europeia), não deveria sequer ser definida como “religião”, e seus deuses “não existiriam”, pois não teriam qualquer sentido. O deus europeu representaria a “civilização”, e as “crenças” indígenas, a sua ausência.

Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro



A obra *A primeira missa no Brasil* retrata o encontro entre os colonizadores europeus e os indígenas brasileiros.

Questionamentos

1. Que ponto de vista foi adotado pelo pintor da obra *A primeira missa no Brasil* para retratar indígenas e europeus?
2. Como você acha que um artista indígena teria retratado essa cena?

Victor Meirelles. *A primeira missa no Brasil*, 1860. Óleo sobre tela, 268 cm × 356 cm.

As relações interculturais

Relação intercultural significa valorização, interação e comunicação recíprocas entre os diferentes sujeitos e grupos culturais. A interculturalidade é uma ideia que tem por base o reconhecimento do **direito à diferença** e a luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social. Ela busca promover o diálogo e relações igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a culturas diferentes, sem perder de vista a crítica às relações desiguais de poder.

Nas palavras de Catherine Walsh (1952-), pedagoga estadunidense e professora aposentada da Universidade Andina Simón Bolívar, no Equador, a interculturalidade é:

[...] um processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simetria e igualdade.

Um intercâmbio que se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturalmente diferentes, buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença.

Um espaço de negociação e de tradução onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas, e as relações e os conflitos de poder da sociedade não são mantidos ocultos e sim reconhecidos e confrontados.

Uma tarefa social e política que interpela o conjunto da sociedade, que parte de práticas e ações sociais concretas e conscientes e tenta criar modos de responsabilidade e solidariedade.

Uma meta a alcançar.

WALSH, C. *La educación intercultural en la educación*. Peru: Ministerio de Educación, 2001. Mimeografado.

A interculturalidade, portanto, pode ser considerada o oposto do etnocentrismo.

Na sociedade brasileira, ainda há muita dificuldade em reconhecer e promover o diálogo e a troca entre diferentes grupos, e ainda ocorrem muitos casos de violência contra homossexuais, mulheres e negros, além de atitudes e comportamentos de rejeição a pessoas com deficiência, por exemplo. O simples fato de ser diferente, sob diversos aspectos, dificulta o acesso de certos indivíduos a bens, oportunidades de trabalho e até mesmo certos espaços.

Interculturalidade no cotidiano

Casal é condenado à prisão na Tunísia após beijo em público

Um tribunal tunisiano condenou a quatro e três meses de prisão, respectivamente, um franco-argelino e sua companheira tunisiana por se beijarem em público na saída de um restaurante em uma zona turística do norte de Túnis. Segundo o advogado do homem, Ghazi Marbet, ambos foram considerados culpados por "ato sexual", "atentado ao pudor", "ofensa aos bons costumes", desobediência e desacato a um funcionário público.

CASAL é condenado à prisão na Tunísia após beijo em público. *UOL*, [s. l.], 8 out. 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2017/10/08/casal-e-condenado-a-prisao-na-tunisia-apos-beijo-em-publico.htm>. Acesso em: 2 jul. 2024.

A notícia sobre o casal que se beijou na Tunísia demonstra que, mais do que reivindicar um direito de igualdade, é necessário lutar pelo reconhecimento das diferenças. Se a diferença é normal, é necessário lutar para a garantia da interculturalidade ou das relações sociais interculturais.

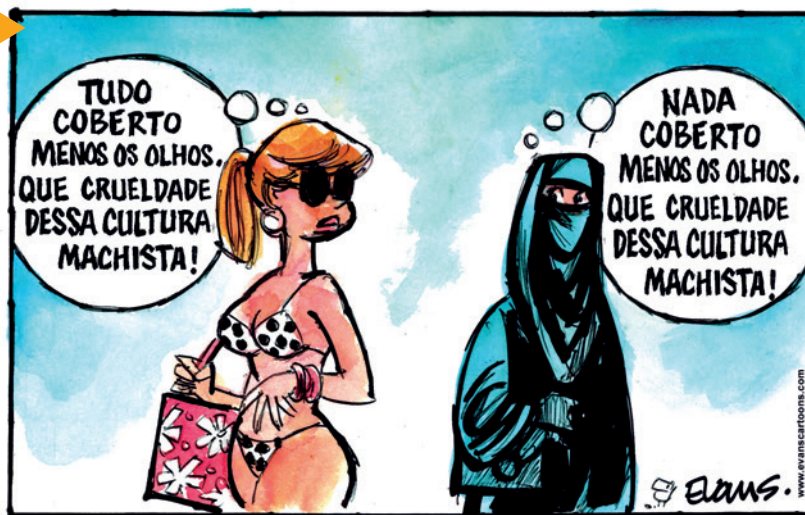
Sabemos que situações como essa não acontecem em nosso país. Por outro lado, determinadas formas de demonstração pública de afeto muitas vezes provocam reações de reprovação, em algum grau.

1. Você já presenciou uma situação específica que tenha gerado algum tipo de julgamento moral ou outra forma de repercussão?
2. Qual foi a reação das pessoas diante do que aconteceu?



Outro conceito que se relaciona com o etnocentrismo é o **relativismo cultural**. Relativismo é uma noção filosófica elaborada no fim do século XIX. Na Antropologia, o termo se refere à ideia de que cada cultura tem a própria razão de ser; portanto, tem uma explicação própria. Assim, se o etnocentrismo nos remete à ideia de julgamento e hierarquia entre as culturas, o relativismo cultural considera tradições e costumes obras de uma cultura específica.

A charge propõe que a interpretação de fazemos sobre os comportamentos e valores de outra cultura é baseada em pontos de vista de nossa própria cultura. Compreender que nossos valores não são universais e superiores aos de outras culturas é uma prática de relativismo cultural.




MALCON, E. [Charge *Cultura Cruel*]. Nova Zelândia, 2011.

O que diferencia o ser humano de outros seres é sua capacidade de responder aos diversos desafios que a realidade impõe. No entanto, essa preocupação com a realidade e esse agir no mundo não se dão de maneira isolada, e sim nas relações entre os indivíduos, construindo novas realidades, culturas e histórias.

E essas culturas e histórias sempre se relacionam entre si. Por isso, as diferenças sociais e culturais, que são os aspectos mais humanos que existem entre as pessoas e as sociedades, podem se expressar por meio do etnocentrismo ou das relações interculturais.





1. A ideia de cultura está muito presente no cotidiano das pessoas e pode apresentar diferentes significados, de acordo com o contexto e o ponto de vista. Sabendo disso, responda:
 - a) De acordo com o senso comum, o que a cultura representa?
 - b) Como a Antropologia define o conceito de cultura?
 - c) A forma como você compreende a cultura mudou após os estudos do capítulo ou permanece como você já compreendia anteriormente? Explique sua resposta.
2. Você já presenciou alguma situação em que as pessoas definiram cultura de acordo com o senso comum? Converse com seus colegas sobre essa situação, refletindo sobre o contexto em que ela ocorreu. 
3. Analise a imagem a seguir.



Lucas Lacaz Ruiz/Fotorema

Missa católica com elementos da cultura afrobrasileira e de religiões de matrizes africanas. São José dos Campos (SP).

A imagem está relacionada ao conceito de etnocentrismo ou de relação intercultural? Explique sua resposta diferenciando os dois conceitos.

4. O sociólogo brasileiro Boaventura de Sousa Santos (1940-) propõe um pensamento que contribui muito para a valorização do respeito às diferenças. 


[...] temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza.

SANTOS, B. de S. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 56.

Converse com um colega a respeito do que ela significa, principalmente em sociedades multiculturais. Escreva um parágrafo que sintetize as conclusões a que chegaram.

5. (Enem – 2020)

Uma civilização é a entidade cultural mais ampla. As aldeias, as regiões, as etnias, as nacionalidades, os segmentos religiosos, todos têm culturas distintas em diferentes níveis de heterogeneidade cultural. A cultura de um vilarejo no sul da Itália pode ser diferente da de um vilarejo no norte da Itália, mas ambos compartilham uma cultura italiana comum que os distingue de vilarejos alemães. As comunidades europeias, por sua vez, compartilharão aspectos culturais que as distinguem das comunidades chinesas ou hindus.

HUNTINGTON, S. P. *O choque de civilizações*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

De acordo com esse entendimento, a civilização é uma construção cultural que se baseia na

- a) atemporalidade dos valores universais.
 - b) globalização do mundo contemporâneo.
 - c) fragmentação das ações políticas.
 - d) centralização do poder estatal.
 - e) identidade dos grupos sociais.
6. O mural a seguir foi pintado no século XVI, no México, e retrata como teria sido o encontro entre o colonizador espanhol Hernán Cortés e o último governante do Império Asteca, Montezuma II. Analise a obra com atenção e faça o que se pede.



DeAgostini/Getty Images

Autor desconhecido. *Encontro em Tenochtitlan entre Hernán Cortés e Montezuma II*, 1519.

- a) Como europeus e astecas são representados no mural acima?
- b) Comparando o mural acima com a charge "Da Cidade do Cabo ao Cairo", apresentada na página 47, podemos afirmar que há diferença com relação à forma como são representadas as populações não europeias nas duas obras? Justifique sua resposta.

Juventudes e identidades sociais e culturais

Acho que os jovens têm mais medo do futuro. Hoje é mais difícil ser jovem que antigamente.

COHN-BENDIT, D. Um legado de perguntas sem respostas. *O Globo*, Rio de Janeiro, LXXXIII, n. 27306, 11 maio 2008. Caderno Especial 1968, p. 2.

A afirmação acima, proferida por um dos principais líderes estudantis das manifestações históricas que ocorreram na França, em 1968, revela uma avaliação sobre uma possível diferença entre ser jovem nos dias de hoje, no século XXI, e ser jovem há mais de quarenta anos. Segundo dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022 a população jovem compreendida entre 15 e 29 anos de idade no Brasil era de 45 312 128 pessoas. Isso significa que a população jovem representava, no ano citado, cerca de 22,31% da população brasileira.

A questão da juventude é um dos temas da Sociologia e diz respeito ao que chamamos de **identidade**.



wagnerokasaki/iStockphoto.com

Questionamentos

1. O que significa ser jovem no Brasil, atualmente?
2. Você acha que ser jovem hoje é mais difícil do que antigamente? Por quê?
3. As respostas a essas perguntas seriam as mesmas em qualquer parte do país?



Jovens em cafeteria. Belém (PA), 2022.

Identidade: o que é?

Quando falamos em identidade, é comum lembrarmos do Registro Geral (RG), um documento em que aparece a nossa fotografia, acompanhada do nome completo, da assinatura, do nome dos nossos familiares, do estado em que nascemos, da data de nascimento, entre outras informações. Quando registramos esses dados em um órgão do governo, recebemos a carteirinha com um número, fazendo com que estejamos devidamente identificados, representados por um registro.

O que significa o documento de identidade? Em uma visão difundida pelo senso comum, significa que, ao recebê-lo, seremos reconhecidos como membros da sociedade, como indivíduos singulares (únicos), como **sujeitos** participantes da vida social, com características específicas: nome, número, cor da pele (que aparece na fotografia), gênero, idade, naturalidade.

Para a Sociologia, no entanto, falar em identidade é muito mais complexo do que podemos imaginar.

Em primeiro lugar, os dados estampados no RG revelam diversos **pertencimentos** do indivíduo que somos: pertencemos a um país, a um estado, a uma família e a uma geração. Revelam também características físicas, como a cor dos olhos e a cor da pele. Mas será que revelam tudo a nosso respeito?

A nossa identidade formal, anunciada pelos dados, é apenas um dos aspectos da nossa identidade. Ela não expressa ideias, emoções, gostos, crenças, motivações e aspirações que temos. Todos esses e outros elementos formam de fato a nossa identidade e nos transformam em sujeitos, pertencentes a determinada época e lugar, inseridos em um tipo específico de sociedade, construída com base em uma história.

Se entendemos essa questão dessa forma, podemos dizer, portanto, que ser jovem hoje não é a mesma coisa que era há mais de quarenta anos, aqui no Brasil ou na França, assim como, de forma mais ampla e diferenciada, entre as sociedades ocidentais e uma sociedade em Bali (na Indonésia) ou em uma comunidade indígena do Xingu.

Para entender melhor o que estamos falando, vamos tomar como exemplo os acontecimentos que abalaram o mundo em 1968, nos quais a juventude teve papel de liderança.

1968: os jovens comandam uma revolução política e social

Em 1968, jovens estudantes franceses tomaram as ruas de Paris com palavras de ordem e frases de impacto, como:

“Sejam realistas: exijam o impossível!”
“É proibido proibir.”
“Abaixo a sociedade de consumo!”
“A economia está ferida. Pois que morra!”
“Parem o mundo que eu quero descer!”
“Antes de escrever, aprenda a pensar.”
“A barricada fecha a rua, mas abre o caminho.”



Aquele ano foi o momento culminante de uma série de mudanças que vinham ocorrendo nas sociedades ocidentais desde o final da década de 1950. Essas mudanças, de caráter social, político e cultural, foram comandadas por jovens: eles eram os principais líderes da Revolução Cubana – Fidel Castro, Ernesto Che Guevara e Camilo Cienfuegos –; os atores que representavam personagens desafiadores e rebeldes, que pilotavam suas motos e carros em alta velocidade, como Marlon Brando e James Dean; os músicos que transformaram o *rock* em um fenômeno mundial, como Elvis Presley, Chuck Berry e Bill Halley and His Comets.

Influenciada por esses acontecimentos, a década de 1960 assistiu ao surgimento e ao sucesso dos Beatles e seus cabelos compridos; à permanente rebeldia dos Rolling Stones; à invenção da minissaia; ao uso das drogas como forma de expandir o pensamento, a imaginação e a criatividade; e à disseminação do sexo livre, com o lançamento da pílula anticoncepcional.

Ser jovem passou a significar, nesse contexto, a afirmação da luta por uma liberdade plena, contra o conservadorismo das gerações anteriores e todas as formas de opressão política, desde a sociedade de consumo ocidental, representada pelos Estados Unidos, até as ditaduras socialistas, representadas pela União Soviética. Assim, a luta pelo “amor livre” associava-se às manifestações contra a Guerra do Vietnã e o alistamento militar; e a luta pela revolução socialista era combinada com a resistência à invasão soviética da Tchecoslováquia, que pôs fim às reformas políticas conhecidas como a Primavera de Praga.

Para ampliar

Assista

Forrest Gump: o contador de histórias, direção de Robert Zemeckis (Paramount Pictures, 1994, 141 min). O filme faz uma viagem pela história dos Estados Unidos por meio do personagem Forrest Gump, com destaque para os acontecimentos das décadas de 1950 e 1960, como a Guerra do Vietnã, os assassinatos de John Kennedy e de Martin Luther King e o surgimento do movimento *hippie*.



As manifestações estudantis que ocorreram em Paris se espalharam pelo mundo, atingindo cerca de cinquenta países, entre os quais Itália, Polônia e Iugoslávia. Cidades como Madri, Valência, Nova York, Santiago, São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro tiveram as ruas tomadas.

As bandeiras de luta eram semelhantes, mas com enfoques distintos, assim como a intensidade com a qual foram defendidas. Enquanto em Nova York a luta pela liberdade não poderia ser dissociada da luta contra a Guerra do Vietnã, no Brasil a luta pela liberdade significava posicionar-se contra a Ditadura Civil-Militar, que se instaurara no país em 1964.

Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, o assassinato de um estudante secundarista, chamado Edson Luís, ocorrido em março de 1968, provocou diversas manifestações pelo país, culminando na histórica Passeata dos Cem Mil.



Ao lado, jovens em Paris, França, em maio de 1968; abaixo, manifestantes na Passeata dos Cem Mil, organizada pelo movimento estudantil no Rio de Janeiro (RJ), em junho de 1968.



Folhapress

Independentemente do resultado concreto dessas manifestações – no Brasil, por exemplo, a ditadura não foi derrubada; ao contrário, tornou-se ainda mais violenta nos anos seguintes, promovendo perseguições, exílio, torturas e assassinatos de seus opositores –, o mundo, em permanente ebulição e sempre sob o comando da juventude, nunca mais seria o mesmo.

A crítica à sociedade de consumo teve como uma de suas consequências o surgimento do movimento ecológico e a denúncia da destruição do meio ambiente como contrapartida do “progresso”, do desenvolvimento econômico e da busca do lucro a qualquer custo. O enfrentamento das diversas formas de opressão permitiu a denúncia do machismo e dos falsos moralismos, até então vigentes, levando à redefinição do papel da mulher na sociedade, que passou a ter uma presença cada vez mais fortalecida no mercado de trabalho, e à luta pela superação de todas as formas de discriminação sexual. Essas lutas, que prosseguem até os dias atuais, se intensificaram no período. Elas significaram, também, uma mudança nas concepções sobre a identidade das pessoas – não só dos jovens, mas dos membros da sociedade em geral.

Identidade no debate da Sociologia

O debate sociológico sobre o tema da identidade não é novo. Há muito tempo, sociólogos já discutiam os significados do termo **identidade**. Dois pensadores que se dedicaram a esse tema foram George Herbert Mead (1863-1931) e Erving Goffman (1922-1982).

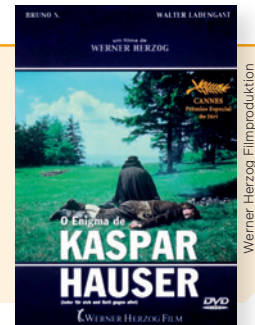
O sociólogo estadunidense George Herbert Mead afirmava que somos o que somos porque adquirimos ao longo da vida traços característicos de nosso *self* por meio das interações sociais que estabelecemos com outros indivíduos. Em uma tradução mais difundida, o termo em inglês poderia ser entendido como “si mesmo”. Para Mead, entretanto, a ideia era uma referência à existência de um *self* social, ou seja, significava que o indivíduo organiza uma série de atitudes sobre o meio social em que vive e as quais tem condições de adotar; é a consciência que um sujeito tem de si mesmo.

Mead afirmava também que essa consciência só é possível se o indivíduo estabelecer contatos sociais; não é algo que nasce com ele. O filme *O enigma de Kaspar Hauser* (1974), por exemplo, relata o caso real, ocorrido em 1820, de um menino alemão que teve seu primeiro contato com seres humanos na adolescência e que só aprendeu a falar após esse contato com outras pessoas. George Mead consideraria que esse caso ilustra como o *self* é impossível de ser concebido fora de um intercâmbio simbólico com outras pessoas.

Para ampliar

Assista

O **enigma de Kaspar Hauser**, direção de Werner Herzog (Werner Herzog Filmproduktion, 1974, 110 min). Baseado em uma história real ocorrida na Alemanha, o adolescente Kaspar Hauser aparece em uma cidade após ter vivido em um porão desde o nascimento, sem qualquer contato humano. É acolhido na casa de um professor, que inicia sua socialização.



O *self*, para George Mead, tem duas características: o “eu” e o “mim”. O **eu** refere-se ao sujeito que age, e o **mim** refere-se a como nos vemos pelos olhos de outras pessoas. Segundo o autor, o “eu” constitui uma reação do nosso corpo às atitudes dos outros, enquanto o “mim” é um conjunto organizado de atitudes dos outros que um indivíduo adota.

Quando vamos a uma festa, por exemplo, vestimo-nos de forma adequada ao ambiente, pois sabemos que as pessoas podem nos julgar pela maneira como nos apresentamos – desse modo, expressa-se o “mim”. Se nos sentimos confortáveis e elegantes com determinada roupa, é porque gostamos de nos apresentar de um jeito e sabemos que outras pessoas podem gostar dessa apresentação – expressa-se, no caso, o “eu”.



Jovem se arrumando em frente ao espelho. Brasil, 2023.

Outro sociólogo importante que se debruçou sobre o tema da identidade foi o canadense Erving Goffman. No livro *A representação do eu na vida cotidiana*, publicado em 1956, Goffman sustenta a ideia de que a vida social do indivíduo e, por consequência, sua identidade podem ser entendidas como representação teatral.

A ação de um indivíduo em relação a outros não tem apenas uma finalidade instrumental, ou seja, o objetivo de fazer algo, mas é também condicionada pelo modo como o sujeito quer aparecer diante dos outros. Goffman afirma que, quando um indivíduo está diante de outro, ele tem muitas razões para tentar controlar as impressões que as pessoas têm dele e da situação específica dessa relação. Para Goffman, portanto, o indivíduo e sua identidade são produtos de uma cena representada durante determinada situação. Leia a seguir uma citação do autor a esse respeito.

Quando um indivíduo chega à presença de outros, estes, geralmente, procuram obter informação a seu respeito ou trazem à baila a que já possuem. [...] A informação a respeito do indivíduo serve para definir a situação, tornando os outros capazes de conhecer antecipadamente o que ele esperará deles e o que dele podem esperar. Assim informados, saberão qual a melhor maneira de agir para dele obter uma resposta desejada.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 11.

Como podemos observar, a ideia de identidade de Goffman é muito parecida com a de George Mead. Em ambas, os indivíduos assumem diversas identidades, dependendo da situação social na qual estão inseridos.

Identidades sociais ontem e hoje

Como vimos, na Sociologia há diversos autores que discutem e refletem sobre o conceito de identidade. Agora, vamos destacar outro autor que escreveu um pequeno livro sobre o assunto: o teórico jamaicano, mas radicado no Reino Unido, chamado Stuart Hall.

Perfil

Stuart Hall

O sociólogo jamaicano Stuart Hall (1932-2014) foi um dos precursores da corrente teórica conhecida como Estudos Culturais Britânicos e desenvolveu diversos estudos nas temáticas referentes a raça e gênero. Foi um dos fundadores da importante revista *New Left Review*, na década de 1950. Lecionou na Universidade de Birmingham e na *Open University* e, entre 1995 e 1997, presidiu a Associação Britânica de Sociologia.



Eamonn McCabe/Popperfoto/Getty Images

Stuart Hall, sociólogo e teórico cultural jamaicano, 2000.

Quando falamos em identidade, estamos falando de papéis distintos assumidos pelo indivíduo como sujeito histórico, pertencente a determinada sociedade. Hall destaca um indivíduo genérico, membro da sociedade ocidental, ou seja, das sociedades europeias e das colonizadas pelos europeus nas Américas. O sociólogo apresenta três ideias muito diferentes sobre as identidades que se constituíram historicamente no Ocidente.

Uma primeira identidade do sujeito, segundo Hall, teve origem no **Iluminismo**, com base em uma concepção de pessoa humana como um indivíduo totalmente **centrado**, unificado, dotado de capacidades de razão, consciência e ação.

Essa ideia estava associada à afirmação da centralidade do ser humano (antropocentrismo) em oposição às concepções que vinham da Idade Média, que afirmavam a total centralidade de Deus e o poder inquestionável da Igreja. Um primeiro momento do nascimento desse “novo indivíduo” foi o Renascimento, no século XVI, com o Humanismo, que se consolidou no século XVIII com o Iluminismo. A razão humana, finalmente, se sobrepuja de modo definitivo à fé cega, que impedia o desenvolvimento da ciência e do capitalismo.

A segunda identidade que surgiu historicamente, de acordo com Hall, foi baseada na noção de um sujeito **sociológico**, que coincidiu com a ascensão da sociedade moderna, associada ao capitalismo, no século XIX. Devemos entender esse sujeito sociológico não como um indivíduo que tinha a autonomia e a autossuficiência do sujeito iluminista, mas como um sujeito que se relacionava integralmente com a sociedade em que vivia, interagindo de forma permanente com ela.

No século XIX, com a consolidação do capitalismo na Inglaterra e suas consequências para o restante da humanidade, o “sujeito sociológico” que assume o poder apresenta, então, a sua “carteira de identidade”: ele era branco, europeu, anglo-saxão, do gênero masculino, cristão. Todas as outras identidades, dentro da mesma sociedade, e principalmente em outras partes do mundo, deveriam necessariamente estar subordinadas a ele.

Por fim, segundo Hall, essa identidade, que teve origem na Era Moderna, começou a ser “desmontada” no século XX, principalmente com base nas mudanças que ocorreram na década de 1960. Trata-se, agora, de um sujeito **pós-moderno**, no qual coexistem diversas identidades simultâneas e até contraditórias, todas de caráter cultural.

Deve-se observar que esse “novo sujeito” é também produto das mudanças constantes que caracterizaram a Era Moderna desde o século XIX.

O que pode ser apresentado como “novidade” – como defende Stuart Hall – é o ritmo e a profundidade dessas mudanças, aceleradas desde os anos 1970, em comparação com as sociedades modernas que foram se consolidando no mundo ocidental a partir do século XIX, após a Revolução Francesa.

O sujeito pós-moderno, segundo essa concepção, não teria um “centro”, ou melhor, esse centro estaria “deslocado”, desarticulado, tendo perdido a estabilidade. O sujeito moderno ou sociológico do século XIX é um indivíduo com uma identidade única, centrada na sua nacionalidade (o país onde nasceu) e nas suas características físicas (cor da pele, por exemplo). É com base nessas definições que esse sujeito se situa e se relaciona com a sociedade. Já o sujeito pós-moderno apresentaria múltiplas identidades, sem que uma se impusesse às demais.

Um exemplo dessa “multiplicação de identidades” apresentado por Stuart Hall foi o episódio da indicação de um novo juiz para a Suprema Corte estadunidense, pelo então presidente George Bush (pai de George W. Bush, que também foi presidente do país), em 1991. Como presidente eleito pelo Partido Republicano, Bush desejava indicar um juiz conservador, que defendesse determinados interesses. Então, segundo Hall, ele promoveu um “jogo das identidades”: indicou para o cargo Clarence Thomas, um juiz negro de posições conservadoras. Assim, ele teria o apoio de seus eleitores brancos, que, apesar da possibilidade de terem preconceitos contra um juiz negro, veriam Thomas com outros olhos, em razão das suas ideias conservadoras, e dos seus eleitores negros, que aplaudiriam a indicação de Thomas.

Durante o processo de escolha do juiz, no entanto, Clarence Thomas foi acusado de assédio sexual por uma ex-colega, Anita Hill, que era negra. O tal “jogo de identidades” ocorreu novamente em torno do escândalo provocado pelo caso: alguns homens negros apoiaram Thomas, com base na cor da sua pele; outros se opuseram a ele, por causa do assédio sexual. As mulheres negras se dividiram: algumas apoiaram Thomas, e outras, a mulher que o acusou. Os homens e as mulheres brancas conservadoras, antifeministas, apoiaram Thomas; os mais liberais, que condenavam o **sexismo**, não.

GLOSSÁRIO

Sexismo: discriminação e preconceito baseados no sexo ou na orientação sexual de uma pessoa. Geralmente dirigidos a pessoas do sexo feminino.



Gabriel Silva/Ato Press/Folhapress

A identidade do sujeito ficou “descentrada”, na visão de Hall, porque não existiria uma identidade única, que conduziria as demais. A identidade do juiz citado seria “deslocada” de acordo com os distintos pontos de vista presentes na sociedade, de como ele era visto por homens ou mulheres, brancos ou negros, conservadores ou liberais, feministas ou antifeministas.

A parlamentar Erika Hilton se reconhece nas identidades negra e transexual; ela é um exemplo da sobreposição de identidades no sujeito pós-moderno.

Erika Hilton, deputada federal por São Paulo. São Paulo (SP), 2024.

Voltando aos jovens: quais são as suas identidades?

Começamos este capítulo refletindo sobre a juventude que viveu nos anos 1960. E os jovens de hoje no Brasil? Podemos dizer que eles têm **uma** identidade? Ou será que têm **várias** identidades?

Tanto no Brasil como na escala mundial, o debate sobre juventudes é relevante para a Sociologia.

O sociólogo estadunidense Talcott Parsons (1902-1979), ao abordar o tema da juventude, delimita-o na etapa da socialização secundária: a juventude, na estrutura funcional da sociedade, seria a etapa de transição à vida adulta, em que os indivíduos são conduzidos a rotinas e normas que ultrapassam a vida familiar e privada. Qualquer resistência a essas normas é caracterizada como **desvio** ou **anomia**.

Outro sociólogo interessado na reflexão sobre a juventude é o húngaro Karl Mannheim (1893-1947). Mannheim pensa a juventude como potência, ainda não dominada pela ordem social dominante. A juventude, segundo o autor, tem um **potencial de transformação**, que pode ou não ser mobilizado pela sociedade. Assim, jovens experimentam a realidade como um livro aberto, seja ele conservador, seja ele contraditório ou contestável.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002) vai na contramão dos estudos tradicionais sobre juventude na Sociologia, pois afirma que a juventude é “apenas uma palavra”. Em uma entrevista concedida em 1978, Bourdieu afirma que as divisões entre as idades são arbitrárias, pois cada sociedade, em tempos e contextos diferentes, atribui divisões entre jovens e velhos por questões de repartição de poder, o que acaba impondo limites a essas categorias.

No contexto dos debates no Brasil, um especialista no tema da juventude é o sociólogo Juarez Dayrell, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Dayrell parte da ideia de uma “**condição juvenil**” atual, abordando tudo o que pode ser entendido como culturas, demandas e necessidades da juventude. Segundo o pesquisador, precisamos entender as manifestações cotidianas e seus símbolos como **amostras** de uma maneira de ser jovem. O sociólogo destaca que uma parcela da juventude no Brasil é pobre, vive nas periferias das grandes cidades e frequenta majoritariamente as escolas públicas.

Para Dayrell e a também socióloga Juliana Reis, especialista na temática, a juventude é uma definição socialmente construída, marcada por variadas condições sociais, culturais, de gênero e geográficas: há jovens de diversas classes, etnias, religiões, com determinados valores, entre outros aspectos. Além de serem marcadas pela diversidade, as identidades da juventude são **dinâmicas**, ou seja, transformam-se de acordo com o tempo.

A categoria de “condição juvenil”, segundo Dayrell e Reis, diz respeito a como uma sociedade atribui sentido a esse período da vida, em situações vividas com base em recortes referidos às diferenças de classe, etnia, gênero, entre outros, além de contextos geracionais específicos.

Assim, a condição juvenil, no Brasil, manifesta-se em variadas dimensões. A primeira delas é a dimensão do **trabalho**. Esse é um desafio cotidiano para muitos jovens e, para vários deles, é a garantia da própria sobrevivência. No trabalho, os jovens buscam uma gratificação imediata e um possível projeto de futuro, ou mesmo garantir um mínimo de recursos financeiros para se divertir, namorar ou consumir.

A segunda dimensão é a **cultural**. Os jovens lidam com seus sentimentos e desejos conforme as experiências que têm no cotidiano, geralmente com a intenção de melhorar sua condição concreta. Na vida deles, aquilo que chamamos de simbólico em nossas relações sociais tem sido cada vez mais utilizado por milhões de jovens brasileiros como maneira de se comunicar e de se posicionar diante da sociedade e até de si mesmos, especialmente nas redes sociais.

A terceira é uma dimensão que pode ser chamada de **sociabilidade**. De acordo com diversos estudos sociológicos brasileiros, essa dimensão é muito importante quando pensamos sobre as identidades dos jovens, pois, entre seus pares, amigos e colegas, no lazer, na diversão, nas escolas ou no trabalho, suas referências são dadas principalmente pelos amigos. É com eles que os jovens constroem suas trajetórias de enfrentamento e afirmação diante dos adultos, distinguindo-se e afirmando-se perante esse outro mundo.

A convivência com expressões artísticas como o rap, entre outras, tem papel importante na formação dos jovens.



Apresentação de rap e batalha de poesia. São Paulo (SP), 2021.

Cesar Diniz/Pulsar Imagens

Para ampliar

Assista

As vantagens de ser invisível, direção de Stephen Chbosky (Mr. Mood, 2012, 103 min).

História de um jovem que tem dificuldades de interação e se sente deslocado em sua nova escola. Entretanto, um professor de literatura acredita nele e o considera um gênio. Ainda assim, Charlie continua pouco confiante em si mesmo, até o dia em que dois amigos passam a acompanhá-lo diariamente.



Diferentes estudos abordam também outras dimensões não menos importantes, como os espaços que são construídos como lugares “só de jovens” e a dimensão da “transição para a vida adulta”. Essa transição significa que a vida vai se constituindo como um trânsito constante entre obrigações institucionais, ritos, símbolos próprios e prazer.

Em síntese, pode-se dizer que a vida dos jovens representa um momento de transição e se apresenta como um constante “vai e vem” entre os prazeres da juventude e a rigidez das obrigações adultas.

▼ Questionamentos

1. Sabendo que os jovens têm muitas identidades, converse com seus colegas se existe uma definição única do que é ser jovem.
2. Como você se sente em relação a esse debate?
3. Na sua avaliação, os jovens, em geral, são contestadores ou conservadores? Por quê?



Existe uma identidade nacional brasileira?

GLOSSÁRIO

Eugenia: palavra derivada do grego que significa “bem-nascido”, relacionada ao conceito de racismo científico e que se baseia na possibilidade de seleção das características hereditárias dos seres humanos com o objetivo de aperfeiçoar as futuras gerações.

Racismo científico: crença pseudocientífica utilizada para justificar o racismo, estabelecendo uma suposta hierarquia entre raças superiores e inferiores.

Vamos refletir agora sobre a ideia de identidade no Brasil. Diante do que estudamos, poderíamos falar na existência, de alguma forma, de uma identidade nacional brasileira?

Poderíamos dizer que sim, até determinado ponto, se considerarmos uma série de características culturais presentes nas manifestações da maioria da população, como suas tradições religiosas ou preferências esportivas (por exemplo, o futebol). No entanto, assim como em outros países, essas tradições são construídas ou inventadas em determinado momento da nossa história.

Se fizermos uma pesquisa sobre a história do futebol no Brasil, por exemplo, descobriremos que ele foi trazido por ingleses, entre o final do século XIX e o início do século XX. Naquela época, tomando como exemplo a então capital do país, o município do Rio de Janeiro, o esporte mais popular eram as regatas – as corridas de embarcações (canoas) pilotadas por remadores, na Lagoa Rodrigo de Freitas. Somente décadas depois o futebol virou o esporte mais popular do Rio de Janeiro e no resto do Brasil. Em outros países, como os Estados Unidos, o futebol (chamado de *soccer*), apesar da origem inglesa (*football*), até hoje não é o esporte mais popular.

Em razão do passado colonial do Brasil estar vinculado a Portugal e da herança escravocrata, somente após a oficialização da Independência, durante o Império, a construção de uma **identidade nacional** passou a preocupar as elites políticas e econômicas.

A elite urbana e agrária brasileira, sob influência do **racismo científico** e de ideias **eugenistas** que estavam em voga no século XIX (conversaremos melhor sobre o tema do racismo em outro capítulo), ficou preocupada com o futuro de um país que fosse politicamente soberano, mas composto majoritariamente de descendentes de escravizados. Para termos uma dimensão desse contexto, estatísticas divulgadas no Brasil em 1872 apontavam que 58% da população brasileira era negra, sendo 42% livre e 16% escravizada.

Torcedores brasileiros em jogo da Copa do Mundo de Futebol. Doha, Catar, 2022.



A população negra era julgada por essa elite racista como “naturalmente incapaz” de ser inserida em um projeto de desenvolvimento de uma nação minimamente autônoma. Essa elite agrária dirigente, com o apoio expresso da família real, investiu em políticas de Estado voltadas de forma deliberada para o gradual “branqueamento” da população, com o incentivo à vinda de imigrantes europeus.

Esse processo já havia sido iniciado ainda antes da Independência, por meio de projetos de colonização com recursos públicos e privados. O entendimento da elite agrária era de que os “princípios da livre iniciativa” e a implantação de uma economia liberal não poderiam ser efetivados tendo como base uma população majoritariamente de origem africana.

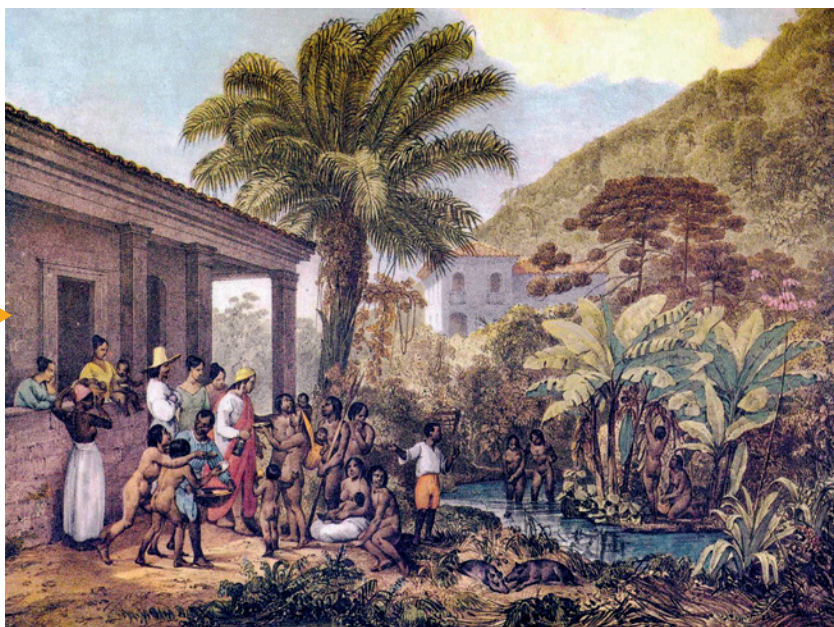
Com Dom Pedro II, os projetos de colonização foram aprofundados, inclusive sob a influência direta do embaixador francês no Brasil, conde de Gobineau, amigo pessoal do imperador e que o considerava uma exceção em uma terra “desprezível”, com uma cultura “estagnada”, ameaçada por “terríveis doenças tropicais” e composta de uma população “assustadoramente feia”, como descreve o historiador estadunidense Thomas Skidmore (1932-2016). Gobineau é apenas um exemplo conhecido entre diversos europeus que apresentaram teses racistas naquele momento histórico.

Diversos intelectuais brasileiros reforçaram as teses de cunho racista, mas havia exceções, como Alberto Torres (1865-1917) e Manuel Bomfim (1868-1932). Tanto Torres como Bomfim, influenciados pelos estudos antropológicos de Franz Boas (1858-1942), rejeitaram a ideia de inferioridade étnica no Brasil, pois entendiam o problema do país como responsabilidade do atraso das elites e da exploração estrangeira – no caso de Alberto Torres – ou como responsabilidade da colonização extremamente predatória realizada pelos portugueses – no caso de Bomfim.

Essa leitura negativa sobre uma identidade nacional, que estaria “previamente condenada” em razão da presença da população negra, segundo essas teses racistas, somente começou a ser abandonada na década de 1930, com a publicação, em 1933, da obra *Casa-grande & senzala*, do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987).

Nessa obra, que ganhou notoriedade internacional, Freyre defendeu a tese de que a sociedade brasileira, em comparação com o restante dos países do continente, foi o lugar em que a relação entre diferentes raças se constituiu de forma mais harmoniosa, resultando em um ambiente de “quase reciprocidade cultural”, no qual os valores e as experiências dos povos que aqui viviam foram aproveitados por todos. Assim, seguindo a tese de Freyre, as diversidades culturais existentes entre as três principais “raças” presentes na formação do Brasil se complementariam em uma relação harmoniosa.

Cronistas e pintores viajantes estrangeiros, como o alemão Johann Moritz Rugendas (1802-1858), deixaram registros que nos permitem conhecer um pouco mais as relações sociais no Brasil no século XIX. Nessa obra, que retrata uma fazenda de café em Minas Gerais na década de 1820, há a representação de uma convivência supostamente “harmoniosa” entre as três raças que comporiam a sociedade brasileira.



Johann Moritz Rugendas. *Índios em uma fazenda*. Minas Gerais, 1824.

É por meio dessas ideias, fundamentadas na miscigenação ou mestiçagem étnica e cultural do país, que se constrói uma concepção de identidade brasileira baseada no conceito de **democracia racial**. O país seria um grande exemplo mundial nesse sentido, representando uma experiência positiva e bem-sucedida, sem os conflitos raciais existentes em outras partes do planeta, como o **apartheid** implantado na África do Sul, a segregação racial da população negra nos Estados Unidos – que perdurou entre 1877 e 1964 – ou a perseguição e o massacre do povo judeu promovidos pelo regime nazista na Alemanha.

GLOSSÁRIO

Apartheid: regime político de segregação racial da população negra que existiu na África do Sul entre 1948 e 1994.

Seria o Brasil uma democracia racial?

A tese relativa à democracia racial brasileira como parte de nossa identidade nacional tem grande força até hoje, apesar de ter começado a ser desconstruída na década de 1950. Nessa época, pesquisas realizadas por sociólogos em várias partes do território brasileiro, patrocinadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), demonstraram que esse entendimento “harmonioso” presente na análise de Gilberto Freyre era, na verdade, um “mito”. Entre os sociólogos que demonstraram o **mito da democracia racial**, com base nos resultados de pesquisas de campo, podemos destacar os brasileiros Florestan Fernandes (1920-1995), Octavio Ianni (1926-2004), Oracy Nogueira (1917-1996) e Fernando Henrique Cardoso (1931-), assim como o sociólogo francês Roger Bastide (1898-1974). A obra e as reflexões do intelectual, político, ativista e artista Abdias Nascimento (1914-2011) também foram importantes no confronto a essa ideia de democracia racial e na denúncia do processo de embranquecimento da cultura e da população brasileira.

Décadas mais tarde, o antropólogo congolês, radicado no Brasil, Kabengele Munanga (1940-) demonstrou o quanto o mito da democracia racial brasileira penetrou profundamente

na sociedade, encobrendo as desigualdades sociais e a alienação da população não branca a respeito do racismo que sofre e da própria condição de exploração, fazendo com que a mestiçagem se configurasse como forma de apagamento de uma identidade negra própria, de origem africana.

Colection Pedro Corrêa do Lago/Instituto Moreira Salles



Senhora na liteira com dois indivíduos escravizados. Salvador (BA), c. 1860.

Para intelectuais como Kabengele Munanga e Abdias Nascimento, o mito da democracia racial serve para mascarar o passado escravocrata e o presente racista da sociedade brasileira.

Perfil

Kabengele Munanga

Kabengele Munanga nasceu em Bakwa Kalonji, no Congo, em 1940, quando o país era conhecido como Congo Belga.

Munanga cursou a graduação na Universidade de Lubumbashi, em 1969, e defendeu o doutorado em Antropologia na Universidade de São Paulo (USP) em 1977. É especialista no estudo das relações étnico-raciais e do racismo no Brasil. Mudou-se para o país em 1980, quando se tornou professor de Antropologia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). No ano seguinte, tornou-se professor na Universidade de São Paulo, onde lecionou até a aposentadoria. Entre 2014 e 2020, foi professor visitante sênior na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Algumas de suas publicações são: *Negritude: usos e sentidos* (1986), *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra* (1999), *O negro no Brasil de hoje* (2006, coescrito com Nilma Lino Gomes) e *Origens africanas do Brasil contemporâneo* (2009).



Kabengele Munanga, antropólogo e professor brasileiro-congolês. Brasília (DF), 2010.

U/Deimar/SCO/STF

Seríamos cordiais?

Voltando à década de 1930, surge nesse contexto de construção de uma identidade nacional uma segunda característica com a qual o povo brasileiro passa a ser rotulado: a ideia de **cordialidade**. A concepção do brasileiro como um **homem cordial** está presente em outra obra sociológica que alcançou grande repercussão na época, *Raízes do Brasil*, escrita pelo historiador e sociólogo Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e publicada em 1936. Sua teoria muitas vezes foi interpretada de forma equivocada, mas buscaremos explicá-la a seguir.

Diferentemente da tese da “harmonia entre as três raças” de Gilberto Freyre, a obra de Sérgio Buarque de Holanda tem como objetivo o debate sobre a superação da herança colonial brasileira, baseada em uma economia frágil, uma população vivendo em condições precárias e a constituição de uma elite e de uma sociedade agrárias extremamente autoritárias. Quanto à população brasileira, de 40 milhões de habitantes na década de 1930, 70% viviam no campo, e o índice de analfabetismo geral era de 60% dos habitantes, com percentuais ainda mais altos na Região Nordeste. Nesse contexto, como fazer para que o Brasil se tornasse uma nação moderna? Qual identidade poderíamos almejar?

Buarque de Holanda discorda das teses racistas apresentadas anteriormente. Inspirado pelas teorias e metodologias de Max Weber, ele critica o formato da colonização portuguesa e a sociedade autoritária gerada por ela, na qual os grandes senhores de terras exerciam o poder de forma ilimitada e absoluta.

Nessa relação com o poder surge o conceito de “homem cordial”: não se trata de afirmar, segundo o autor, que os brasileiros sejam “inocentes” ou “generosos”, mas, sim, de tratar todos os tipos de relação de poder do ponto de vista das interações pessoais.

No Brasil, os indivíduos não teriam acesso a direitos universais; pelo contrário, de forma generalizada, somente teria algum tipo de “direito” o indivíduo mais “próximo” de quem detém o poder. O indivíduo beneficiado seria aquele que é amigo ou parente, aquele mais “íntimo”, que é tratado de forma mais pessoal, mais “próximo do sangue e do coração” – daí o termo “cordial”: a palavra deriva do latim *cordialis*, relativo a coração.

Essas pessoas mais próximas são as que receberiam os favores do Estado, por exemplo. Assim, a relação pessoal e particular sempre determinaria todas as demais relações de poder, abarcando as instituições em geral.

Esse tipo de relação cordial, de acordo com Sérgio Buarque de Holanda, teria diversas consequências: além de se constituir como forma de mascarar os conflitos, transforma o Estado em uma instituição aparelhada por interesses particulares, na qual alguns são beneficiados e outros, não. No entanto, se esse tipo de **relação particularizada** sofre alguma ameaça, qualquer que seja, abre-se a possibilidade para a ocorrência de diversas formas de violência.

A charge nos remete à ideia de cordialidade, em que as esferas pública e privada se misturam nas relações.



DUKE. [Sem título]. [S. l.: s. n.], [20--]. Disponível em: <https://periferiadainformacao.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/12/sem-tc3adtulo2.jpg>. Acesso em: 3 set. 2024.

Enfim, podemos observar que as reflexões sobre identidade brasileira e identidade juvenil são bem amplas. Como observamos em diversos autores, não podemos falar em identidade (no singular), mas em identidades (no plural). Assim como vimos no capítulo anterior, ao abordarmos a diversidade cultural, quando refletimos sobre identidades, percebemos também uma diversidade de manifestações identitárias em nosso país e no mundo.

Ideologia e Indústria Cultural

A vida cotidiana é recheada de ideias, valores e concepções sobre determinados temas e fatos, que orientam nossas atitudes e comportamentos. Leia a seguir um exemplo relatado em uma reportagem publicada no início da década de 2020 durante a pandemia de covid-19.

Conheça o universo dos médicos que chamam a vacina contra a covid de “coisa de ideologia”

Eles receitam remédios sem base comprovada e deixam de lado o que diz a ciência sobre o vírus

Dois médicos se encontram no corredor e, às tantas, um deles pergunta: “Tem medo de coronavírus? É besteira”. Pela entrada do hospital, que mais parece um universo paralelo para eles, a julgar pelo teor da conversa, os pacientes não param de chegar. “Quem morrer é porque ia morrer”, continua o doutor. O papo acaba, e a dupla volta ao trabalho. Mas as ideias por trás daquelas falas ficam pairando no ar – e não só ali.

[...]

“Vacinação é ideologia” Em Feira de Santana, maior cidade do interior baiano, uma paciente conversava com a ginecologista, numa consulta pela qual cobra R\$ 250, quando a médica decidiu opinar sobre algo alheio à ocasião: “Tem gente querendo nos obrigar a tomar uma vacina desconhecida, que nem sabemos de onde veio”.

Na mesma consulta, a médica ainda sugeriu o fechamento do Supremo Tribunal Federal, que, em dezembro do ano passado, decidiu pela obrigatoriedade da vacinação contra o coronavírus. Do outro lado da mesa, a paciente, que pediu anonimato, arregalou os olhos.

SANTANA, F. Conheça o universo dos médicos que chamam a vacina contra covid de “coisa de ideologia”. *Correio 24 horas*, Salvador, 16 jan. 2021. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/entre/conheca-o-universo-dos-medicos-que-chamam-a-vacina-contr-a-covid-de-coisa-de-ideologia-0121>. Acesso: 4 jun. 2024.

Essas e outras centenas de notícias, que podemos ler toda semana em diversos jornais, redes sociais, entre outras mídias, vêm carregadas de ideias sobre a sociedade, a realidade do mundo e as relações sociais entre os indivíduos. O que elas querem dizer pode estar na própria notícia ou por trás dela. Podem ser metáforas, expressar preconceitos, valores ou um conjunto de ideias sobre determinado assunto. Essas ideias podem ser chamadas de **ideologia**.



Francisco Alves/Fotoarena

Estudantes universitários protestando em favor da universidade pública. Cuiabá (MT), 2022.

Questionamentos

1. Qual você diria que é a ideologia presente na manifestação retratada na fotografia?
2. Qual é a relação entre ideologia e ensino?



Leia

O que é **ideologia**, de Marilena Chaui (Brasiliense, 2008). Livro introdutório ao tema, apresentado com uma linguagem de fácil compreensão.



Editora Brasiliense

O que dizem os teóricos sobre o conceito de ideologia?

A professora de Filosofia Marilena Chaui (1941-) assim define ideologia:

[...] é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador [...].

CHAUI, M. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2008. p. 108-109.

Além dessa, encontramos ao longo da história mais algumas definições de ideologia.

O conceito de ideologia foi, literalmente, inventado por um filósofo francês chamado Destutt de Tracy (1754-1836), que escreveu, em 1801, o livro *Elementos da ideologia*. Segundo esse filósofo, a ideologia seria o **estudo científico das ideias**, e as ideias são o resultado da interação do indivíduo com seu meio ambiente.

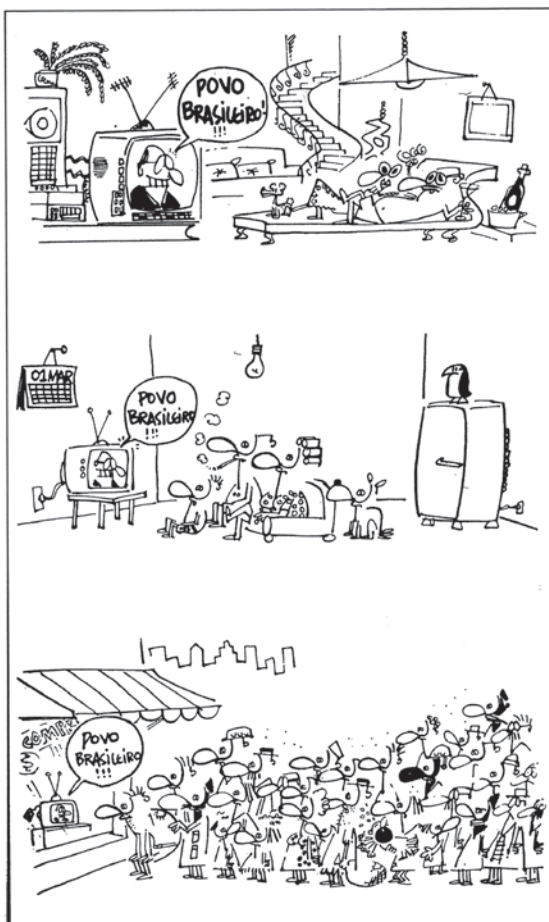
Alguns anos depois, em 1812, Tracy e seus seguidores entraram em conflito com o imperador francês Napoleão Bonaparte, que os chamou de “ideólogos”, no sentido pejorativo da palavra, ou seja, pessoas que fazem devaneios da realidade e vivem especulando sobre o mundo. Como Napoleão era a pessoa mais importante na França, naquela época, esse sentido de ideologia ficou bastante popular.

Em 1846, Karl Marx (1818-1883) deu outro sentido ao termo ideologia. Para ele – e Friedrich Engels (1820-1895), com quem escreveu a respeito do tema –, falar em ideologia significa se referir às “falsas representações” que as pessoas apresentam sobre o mundo que as cerca. Para Marx e Engels, a ideologia não é simplesmente uma ilusão, mas um reflexo das condições materiais de existência, desempenhando um papel crucial na manutenção das relações sociais existentes. São ideias (valores, sistemas, representações) provindas das condições da relação de produção. Segundo Marx e Engels, portanto, a ideologia adquire um sentido de **instrumento de dominação** de uma classe social sobre outra ou de um grupo social sobre outro.

Ao longo do tempo, a palavra foi mudando de sentido. Nos anos 1920, outro significado surgiu para o termo, tendo como base as reflexões do pensador italiano Antonio Gramsci (1891-1937). Segundo ele, as ideologias têm o papel de organizar o comportamento coletivo dos seres humanos, dando-lhes direção, sentido, certa consciência dos seus interesses e do lugar que ocupam na sociedade.

O conceito de ideologia significa, portanto, uma **concepção de mundo**, manifestando-se implicitamente na Arte, no Direito, na atividade econômica e em todas as manifestações da vida. De acordo com Gramsci, tal conceito tem por função conservar a unidade de toda a sociedade e dos grupos.

GLAUCO



GLAUCO. Ideologia. In: GLAUCO. *Abobrinhas da Brasilônia*. São Paulo: Circo Editorial, 1985.

Questionamento

- Qual dos sentidos de ideologia estudados até aqui é explorado na charge do cartunista Glaucio?



Hegemonia cultural e contra-hegemonia: a arte contemporânea indígena

O filósofo Antonio Gramsci foi responsável por desenvolver um conceito importante relacionado ao de ideologia. Trata-se do conceito de **hegemonia cultural**, que se refere a uma forma específica de dominação de uma classe social sobre as outras.

A hegemonia, segundo Gramsci, não se exerce somente por meio da coerção e do uso da força, assim como não se sustenta apenas pelo uso de recursos políticos e econômicos. A hegemonia cultural se consolida e se torna mais estável quando busca o consentimento da sociedade civil por meio da disseminação da ideologia, da cultura, dos valores e das concepções de mundo da classe dominante. Esses, por sua vez, são difundidos como se representassem os interesses de todos os grupos sociais.

Gramsci, entretanto, sustenta que essa mesma estrutura “que esmaga o homem” e o torna passivo tem o potencial de transformar-se em liberdade, um instrumento, segundo ele, para criar uma forma ético-política. Embora o pensador marxista não tenha desenvolvido o conceito de contra-hegemonia, diversos autores inspiraram-se em seus escritos para elaborar a noção de cultura contra-hegemônica, com intuito de se referir à multiplicidade de resistências e lutas sociais que não apenas questionam a ordem social vigente, as concepções de mundo, os valores culturais, políticos e econômicos, como também apontam a existência de outros modos de vida e organização social.

Seguindo essas reflexões, os professores e pesquisadores, Paulo Thadeu Franco das Neves e Elemar Kleber Favreto propõem um exercício: “ler” a arte indígena contemporânea como uma manifestação cultural que produz um contraponto interessante ao discurso hegemônico. Para tanto, eles elaboram uma análise da produção do artista plástico e escritor indígena da etnia macuxi Jaider Esbell (1979-2021).

As obras de Esbell estabelecem um diálogo com a Indústria Cultural, conceito que será estudado neste capítulo, e utilizam suas ferramentas, meios de comunicação e redes sociais, ao mesmo tempo que são profundamente críticas a esse sistema. Ao denunciarem a violência contra os povos indígenas, o desmatamento das florestas, o apagamento da arte indígena nas enciclopédias de História da Arte, as obras de Esbell trazem visibilidade a essas questões. Elas se comunicam com um público mais amplo e produzem, como defendem os professores mencionados anteriormente, uma resposta à ideologia dominante.

A arte contemporânea indígena, cuja expressão podemos ver na obra de Jaider Esbell, não só está vinculada à natureza e à expressão do povo indígena, mas também a um contraponto à ideologia dominante, ao poder do Estado e à arte mercantilizada. Nesse sentido, podemos dizer que essa forma de arte é a própria expressão da resistência indígena ao capitalismo dominante.

NEVES, P. T. F. das; FAVRETO, E. K. A arte indígena contemporânea de Jaider Esbell e o seu contraponto à Indústria Cultural. *Ambiente: Gestão e Desenvolvimento*, Boa Vista, v. 13, n. 1, p. 103-111, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/179>. Acesso em: 4 jun. 2024.



Bruno Poletti/Folhapress

Jaider Esbell em visita a exposição fotográfica. São Paulo (SP), 2016.

Ainda na década de 1920, o sociólogo húngaro Karl Mannheim (1893-1947) apresentou um novo sentido para o termo “ideologia”, com a obra *Ideologia e utopia*, publicada em 1929.

Mannheim fez, primeiro, uma distinção entre os termos ideologia e utopia. **Ideologia** seria um conjunto de concepções, ideias e teorias que orientam os indivíduos para estabilizar, legitimar ou reproduzir a ordem atual das relações sociais, ou seja, todas as ideias, concepções ou teorias que têm caráter de conservação da realidade social. **Utopia** seria o contrário: ideias, concepções ou teorias que aspiram à construção de outra realidade social, que ainda não existe. Mannheim, contudo, apresenta outra classificação para o termo ideologia: a ideologia total e a ideologia particular. **Ideologia total** seria o conjunto de formas de pensar, estilos de pensamento, pontos de vista que representam interesses das sociedades em geral. Já a **ideologia particular** é a forma que se refere aos valores e às crenças de indivíduos ou grupos específicos, ou, ainda, grupos de famílias.



BECK, A. [Sem título]. In: BECK, A. *Armandinho três*. Florianópolis: Edição do autor, 2014. p. 60.

No quadro a seguir, temos uma síntese do conceito de ideologia com as definições que estudamos até este momento.

| Ideologia | | |
|---------------------------------|---|--|
| Característica | O que faz | Exemplo |
| Prescrição de normas | Orienta as ações humanas. Modela os interesses humanos. Diz o que se deve fazer, pensar ou expressar. | A ideia de monogamia, nas sociedades ocidentais, faz com que homens e mulheres a considerem a única forma possível de relação matrimonial existente. |
| Representação da realidade | Dá sentido à realidade humana. Utiliza-se de símbolos e da criação mental. | O conceito de pátria ou o sentimento patriótico. |
| Generalização do particular | Trata o específico como exemplo de um fenômeno geral. | Todos os estudantes de uma turma são iguais. |
| Inversão da realidade | Esconde as reais causas de um fenômeno. | O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) não luta pela reforma agrária, mas, sim, invade terras produtivas. |
| Naturalização das ações humanas | Torna normal e natural aquilo que é histórico e contingente. | A desigualdade entre homens e mulheres é normal. Por isso, as mulheres podem ser tratadas de forma inferiorizada. |
| Reificação da realidade | As coisas aparecem com vida própria, como se não fossem construídas pela humanidade. | O mercado se autorregula, não depende de decisões de atores sociais e políticos. |

Fonte: Elaborado pelos autores.

▼ Questionamentos

1. Refletindo a respeito da característica de prescrição de normas da ideologia, qual outro exemplo você identificaria no seu cotidiano?
2. Sobre a naturalização das ações humanas, você identifica algum outro exemplo que esteja presente em sua vida?



Karl Mannheim

Karl Mannheim nasceu em Budapeste, na Hungria, e faleceu em Londres, na Inglaterra. Desenvolveu estudos com pensadores importantes, como o filósofo Georg Lukács (1885-1971) e o sociólogo Georg Simmel (1858-1918).

Mannheim era professor de Sociologia em Frankfurt, na Alemanha, quando foi obrigado a deixar o país devido à ascensão do nazismo, em 1935. Na Inglaterra, tornou-se professor da London School of Economics.

Apesar da inspiração inicial na obra de Marx, Mannheim formulou uma teoria própria que serviu de base para aquela que ficou conhecida como a Sociologia do Conhecimento. Para ele, apenas os intelectuais seriam capazes de se posicionar de forma independente e autônoma, por estarem acima de interesses particulares e de classe.



Karl Mannheim, sociólogo húngaro.

History and Art Collection/Alamy/Fotoarena

Cultura e ideologia

Dois outros autores abordam a temática da ideologia: os alemães Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973).

Esses autores vivenciaram um contexto histórico europeu e estadunidense singular, após a Primeira Guerra Mundial, nos anos 1920. Naquele momento, estavam se formando sociedades de massa com o nascimento de uma cultura de massa, em razão da difusão do rádio, da indústria da música, do cinema e, em especial, do nascimento da indústria do entretenimento estadunidense.

Adorno e Horkheimer partem do debate sobre ideologia e formulam, no final dos anos 1930, um novo conceito, denominado **Indústria Cultural**. Os autores são os expoentes de um instituto de pesquisa social, fundado na Alemanha, em 1924, na Universidade de Frankfurt, que ficou conhecido como Escola de Frankfurt.

Alguns anos depois da fundação do instituto, Horkheimer e Adorno se aprofundaram nos estudos da cultura e dos fenômenos sociais e políticos. Começaram a questionar e aprofundar a visão de Marx sobre ideologia, propondo duas ideias centrais:

- a cultura também condiciona as disposições e ações dos sujeitos;
- o capitalismo utiliza aparatos culturais para manter a ordem estabelecida, obtendo grande sucesso nesse sentido ao longo do século XX.

Com a publicação do livro *Dialética do esclarecimento*, em 1944, Adorno e Horkheimer afirmam que a ideologia dominante adquiriu um poder muito maior do que aquele que Marx imaginou no século XIX, graças à criação da Indústria Cultural.

Segundo os autores, a indústria do entretenimento e os meios de comunicação de massa devem ser interpretados como um sistema de **manutenção ideológica do capitalismo** por meio de uma produção cultural dirigida e em escala ampliada. A utilização do termo “indústria” também está relacionada à exigência de um volume gigantesco de investimentos capitalistas, gerando lucros ainda mais significativos.

A Indústria Cultural, segundo Adorno e Horkheimer, investe massivamente em mercadorias direcionadas ao consumo em larga escala, como as produções cinematográficas.



Fila para comprar ingressos em cinema. Guarulhos (SP), 2019.

Daniel Cymbalista/Pulsar Imagens

O filósofo brasileiro Leandro Konder (1936-2014) comenta com bastante propriedade as teses de Adorno e Horkheimer, relacionando ideologia e Indústria Cultural:

A indústria cultural conferiu poderes avassaladores à capacidade que a ideologia dominante possui de induzir o pensamento, a atenção e mesmo o olhar, a percepção, para os pontos por ela iluminados. A indústria cultural possibilitou, no século XX, a criação e o funcionamento das sociedades totalmente administradas, que já não precisam se empenhar em justificar suas prescrições e imposições: a massa dos consumidores tende a aceitá-las passivamente, considerando-as normais, legitimadas pelo simples fato de existirem.

KONDER, L. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 84.

Esse debate gerou uma ampla reflexão entre sociólogos e outros intelectuais sobre as definições de **cultura de massa** e **meios de comunicação de massa**, dentro e fora da Escola de Frankfurt. Tais definições foram utilizadas para se referir ao fato de que a cultura, em suas manifestações, passou a ser produzida na sociedade ocidental de forma padronizada, sendo consumida comercial e massivamente.

O professor canadense Marshall McLuhan (1911-1980) definiu o fenômeno da comunicação de massa com a seguinte frase: “O meio é a mensagem”. Assim, mais importante do que a análise do conteúdo de uma mensagem é a análise do seu veículo. Ele conclui, daí, que o mesmo conteúdo exposto em um livro, gibi ou transmitido em um rádio ou em programas televisivos teria efeitos diferentes. Assim, o meio pelo qual recebemos as informações – as mensagens – influencia a percepção e a compreensão que temos delas.

McLuhan identifica três etapas no desenvolvimento dos canais de comunicação:

1. A civilização oral, por meio da palavra falada e de gestos.
2. O surgimento da escrita e de sua explosão no século XVI, com a invenção da imprensa, que McLuhan denominou Galáxia de Gutenberg.
3. O surgimento dos meios de comunicação de massa, como o rádio, o cinema e a TV, que McLuhan chamou de Galáxia de Marconi.



Guglielmo Marconi, físico e inventor italiano, 1896.

Em 1962, Marshall McLuhan formulou a expressão Galáxia de Marconi para se referir ao conceito de aldeia global, a partir da invenção do telégrafo sem fio, por Guglielmo Marconi (1874-1937). Com base nessa invenção, foram criadas as condições para o desenvolvimento posterior de outras tecnologias de comunicação a distância, como o telefone, o rádio e a televisão.



Gravura representando Gutenberg tirando a primeira prova de sua prensa, 1484.

Marshall McLuhan também formulou a expressão Galáxia de Gutenberg, em que caracterizou o desenvolvimento do sistema mecânico, por Johannes Gutenberg (1400-1468), que deu origem à imprensa. Esse sistema permitiu, em 1455, a primeira impressão da Bíblia. Desde então, foi possível o relativo acesso a textos em formato de livro e a difusão da ciência e da cultura.

McLuhan escreveu principalmente entre a década de 1960 e o início dos anos 1970. Ele foi um dos primeiros a afirmar que a mídia eletrônica estava transformando a vida em uma **aldeia global**: as pessoas espalhadas pelo mundo acompanhavam os acontecimentos em tempo real – de certa forma, participando desses acontecimentos. Essa observação de McLuhan, com o passar dos anos, tornou-se perceptível para um número cada vez maior de pessoas.

Outro sociólogo que trouxe uma contribuição importante para essa discussão foi o alemão Jürgen Habermas (1929-), que também foi integrante da Escola de Frankfurt. Habermas falava que a Indústria Cultural transformou a discussão dos interesses públicos – que ele chamava de **esfera pública** –, como a política e a democracia, em interesses comerciais que beneficiam os interesses privados. Para Habermas, as discussões políticas são encenadas nos parlamentos e na mídia, e os reais interesses públicos são manipulados e controlados pela mídia.

O alemão Walter Benjamin (1892-1940) também fez uma reflexão importante sobre cultura de massa, Indústria Cultural e ideologia. Benjamin afirmava que, no momento em que os produtos culturais criados pelos indivíduos foram submetidos à ideia de consumo, eles foram transformados em mercadorias e passaram a ser fabricados em série – ou, seguindo a lógica do mercado, valorizados como bens de luxo, de alto custo e de difícil acesso. Isso vale, por exemplo, para as obras de arte: algumas exposições se transformam em grandes eventos turísticos, às vezes viajando o mundo e se deslocando entre diversos museus ou sendo expostas em praças públicas. Walter Benjamin, assim, diz que a Indústria Cultural massifica a cultura e as artes para o consumo rápido no mercado da moda e na mídia.



Steve Christo/Corbis/Getty Images

Visitantes registram imagens da pintura *Monalisa*, do artista italiano Leonardo da Vinci, em exposição em uma galeria do Museu do Louvre. Paris, França, 2022.

A reprodução da obra *Monalisa* em diversos produtos é um exemplo da lógica de consumo da cultura de massa, analisada por Benjamin.



Gizregorz Czapski/Shutterstock.com

Produtos à venda com a imagem da obra *Monalisa*. Paris, França, 2018.

Perfil

Walter Benjamin

O alemão Walter Benjamin foi um sociólogo, filósofo, crítico de arte e crítico literário vinculado à Escola de Frankfurt. Muito erudito academicamente, Benjamin defendeu, em 1919, a tese de doutorado *A crítica de arte no Romantismo Alemão*. Em outro campo do conhecimento está uma de suas obras mais conhecidas, *Teses sobre o conceito de História*, publicada no ano de sua morte, 1940. Entre seus trabalhos publicados no Brasil, destaca-se a coletânea de artigos que recebeu o título de um dos seus ensaios, *O capitalismo como religião*.

Walter Benjamin é considerado pioneiro em preocupações ecológicas, sendo um dos primeiros intelectuais a formular uma leitura crítica da ideia de “exploração da natureza” pelo desenvolvimento econômico.



Academia de Artes de Berlim/Arquivo Walter Benjamin/Wikimedia.org

Walter Benjamin, sociólogo e filósofo alemão, 1928.

A filósofa Marilena Chaui complementa a discussão de Benjamin. Para ela, a Indústria Cultural existe para vender cultura e, para isso, deve agradar e **seduzir o consumidor**. Essa indústria não pode provocar, chocar, perturbar ou fazer o consumidor pensar nas informações novas. Segundo Chaui, o que a Indústria Cultural deve fazer para ser eficiente é oferecer ao consumidor coisas e ideias já conhecidas, mas com novas aparências.

O francês Jean Baudrillard (1929-2007) também teorizou sobre a mídia de massas. Para ele, o impacto das mídias no mundo contemporâneo produz um impacto na vida das pessoas muito mais profundo do que qualquer outra tecnologia. A televisão, por exemplo, não serviria somente para representar o mundo, mas também para definir como é este mundo em que vivemos. Baudrillard diz ainda que não existe apenas uma realidade, e sim uma **hiper-realidade**, ou seja, um mundo de simulacros (representações enganosas), em que o importante são as imagens de um fato, que podem não significar o fato realmente ocorrido. É uma ideia muito parecida com a de Marshall McLuhan (de que o meio é a mensagem).

Estudaremos em capítulos adiante, com mais profundidade, os impactos sociais das mídias, das redes sociais e do chamado mundo virtual no século XXI. Certamente, o conceito de ideologia retornará ao debate.

Ideologia e controvérsias públicas

Nos últimos anos, o termo ideologia passou a figurar em uma série de polêmicas que tomaram conta do debate público no Brasil. O caso que vimos na abertura deste capítulo, em que a vacinação contra a covid-19 foi considerada uma questão ideológica, é um exemplo disso.

A acusação de que vacinar a população contra o coronavírus seria uma medida ideológica está relacionada com, pelo menos, dois aspectos. O primeiro deles diz respeito a oposições político-partidárias que têm se intensificado na sociedade brasileira nos últimos anos. Nessa polêmica específica, os defensores da vacinação urgente e universal da população foram acusados de estar sendo movidos por um posicionamento político-partidário de oposição ao governo que dirigia o país durante a pandemia de covid, entre 2020 e 2022. Nesse caso, o termo ideologia assumiu um sentido de posicionamento político-partidário: os defensores da vacinação estariam orientados por uma ideologia política específica e, por isso, se posicionariam de forma contrária às medidas do governo da época.

Existe, ainda, um segundo sentido atribuído ao termo ideologia nessa polêmica: aquele que se refere à ideia de “engano”, “compreensão falsa da realidade” ou “mistificação”. Os médicos mencionados na abertura deste capítulo sugeriram que os defensores da vacinação estariam sendo enganados por falsas evidências científicas, ou que estariam sendo manipulados a acreditar nos efeitos benéficos da vacinação.

GLOSSÁRIO

Mistificação:

ação de fazer com que uma pessoa seja enganada, que acredite em uma mentira.



Arte de Carol Ito para o "Pequeno dicionário de termos ambíguos do debate político atual", da SPM

ITO, C. ["Ideologia"]. In: TERMOS ambíguos do debate político atual: pequeno dicionário que você não sabia que existia. Coordenação: Sonia Corrêa. Ilustração: Carol Ito. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids - ABIA, 2022, p. 8. Disponível em: <https://sxpoltics.org/pequenodicionario/uploads/Pequeno%20Dicion%C3%A1rio%20Jovem.pdf>. Acesso em: 4 set. 2024.

@CAROLITO.HQ + @SXPOLITICS

Falando nisso...



Negacionismo científico e a queda nas taxas de vacinação

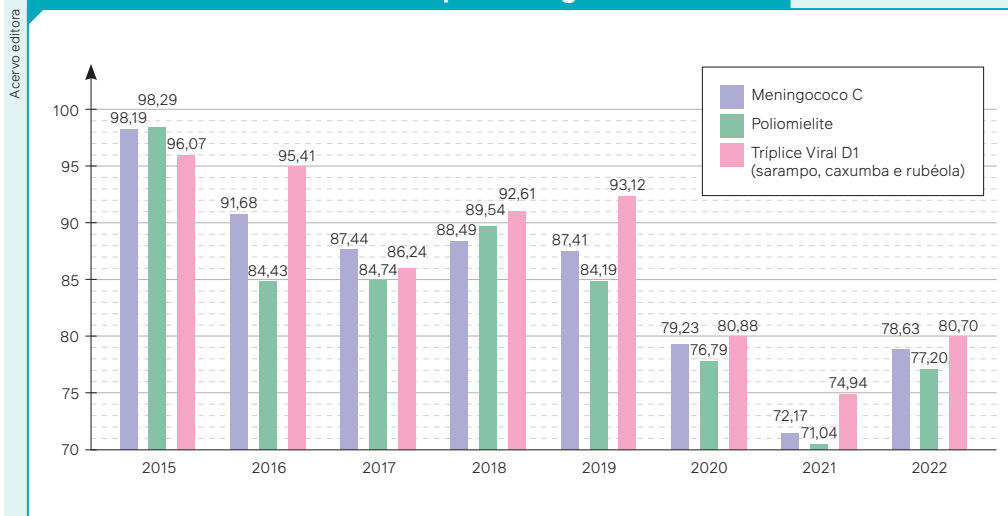
É importante registrar que o movimento que coloca em dúvida a confiabilidade da ciência tem sido chamado de **negacionismo científico** e não surgiu durante a pandemia de covid-19. A contestação da eficácia das vacinas tem origem relativamente recente, tendo como uma de suas inspirações uma publicação do médico britânico Andrew Wakefield (1957-), em 1998. Esse estudo teve repercussão na opinião pública mundial quando Wakefield, em entrevista, defendeu a existência de uma relação direta entre a vacinação contra sarampo, caxumba e rubéola (conhecida como vacina tríplice) com a crescente incidência de autismo em crianças.

Até a comprovação da fraude científica por parte desse médico, com a sua cassação pelo Conselho Médico Geral britânico, em 2010, os argumentos defendidos por Wakefield rapidamente se espalharam por meio das redes sociais, obrigando os órgãos de regulação da saúde pública a investirem tempo e recursos em pesquisas que atestassem ou não a sua tese. Além do resultado imediato de estimular o negacionismo científico, a tese teve a grave consequência de reduzir mundialmente as taxas de vacinação e fazer ressurgir o sarampo no Reino Unido e em outros países.



No Brasil, há uma queda significativa nos índices de vacinação desde 2016. Observe os dados a seguir da cobertura vacinal de três imunizantes que evitam as doenças infantis: meningite, poliomielite, sarampo, caxumba e rubéola.

Cobertura vacinal no Brasil em porcentagem (2015-2022)



Fonte: BRASIL. Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI). Imunizações - Cobertura - Brasil. In: DATASUS. *Informações de saúde* - Tabnet. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/dhdat.exe?bd_pni/cpnibr.def. Acesso em: 3 jul. 2024.

Os principais motivos para a queda da vacinação de crianças apontados pelo Ministério da Saúde são: a percepção de que as doenças desapareceram e não é mais necessário vacinar, o desconhecimento de quais são as vacinas obrigatórias e o medo de que os imunizantes causem reações que prejudiquem o organismo.

Especialistas afirmam que a desconfiança sobre as vacinas é reflexo de uma percepção pouco otimista dos brasileiros em relação às contribuições da ciência para a sociedade. Dados do estudo Percepção Pública da Ciência e Tecnologia no Brasil, de 2023, mostram que o percentual de indivíduos que consideram que a ciência só traz benefícios à humanidade diminuiu de 81% para 66%, entre 2010 e 2023, uma queda de 15%.

Esses dados sugerem, portanto, que as polêmicas públicas que envolvem a contestação da eficácia das vacinas e a denúncia da ciência como uma ideologia “enganosa” têm tido impacto na decisão das pessoas de aderir ou não à vacinação.

Outro caso emblemático envolvendo o termo “ideologia” é aquele relacionado com o crescimento das discussões sobre **identidade de gênero** e direitos das pessoas **LGBTQIAPN+** na sociedade brasileira. Estudaremos esses temas com mais profundidade em outros capítulos. Por ora, cabe mencionar que, à medida que os movimentos feministas e LGBTQIAPN+ foram ganhando espaço nas ruas e nas redes sociais e passaram a ter alguns direitos e reivindicações garantidos, alguns grupos sociais começaram a classificar essas lutas como “ideológicas”, “perigosas” e contrárias às suas crenças.

Nesses debates, a afirmação de que a identidade de gênero dos seres humanos não necessariamente corresponde ao sexo biológico designado ao nascer – masculino ou feminino – tem sido denunciada como uma “ideologia de gênero”. Aqueles que defendem a existência de identidades de gênero diversas são frequentemente acusados de estar promovendo uma ideologia. O termo “ideologia”, nesse caso, vem associado à ideia de que essas pessoas estariam promovendo um discurso falso, contrário à ordem natural e até à ordem divina dos seres humanos.

Em todos esses debates – seja sobre vacinação, seja sobre gênero –, percebemos que o termo “**ideologia**” assume uma série de sentidos. O que parece ser comum a todas essas controvérsias é que ideologia passa a ser uma categoria de acusação. Apenas o posicionamento daqueles que são acusados seria ideológico; o posicionamento daqueles que denunciam, por sua vez, seria supostamente “neutro”, “verdadeiro”, “natural”, “não ideológico”.

GLOSSÁRIO

Identidade de gênero:

refere-se à experiência interna e individual a respeito do gênero. Para as Ciências Sociais, não há, necessariamente, uma linha direta entre o sexo biológico e o comportamento de gênero, porque as práticas afetivas e sexuais não decorrem por obrigação do sexo biológico.

LGBTQIAPN+:

sigla utilizada para a identificação de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não binários e outras identidades de gênero possíveis.

Como estudamos até aqui, alguns autores definiram ideologia como visões de mundo que orientam as formas como observamos e interpretamos a realidade que nos cerca e como nos posicionamos diante dela. Desse modo, todos estaríamos orientados por ideologias.



ITO, C. ["Ideologia de gênero"]. In: TERMOS ambíguos do debate político atual: pequeno dicionário que você não sabia que existia. Coordenação: Sonia Corrêa. Ilustração: Carol Ito. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids - ABIA, 2022. p. 20. Disponível em: <https://sxpolitics.org/pequenodicionario/uploads/Pequeno%20Dicion%C3%A1rio%20Jovem.pdf>. Acesso em: 4 set. 2024.

Arte de Carol Ito para o "Pequeno dicionário de termos ambíguos do debate político atual", da SPW

@CAROLITO.HQ + @SXPOLITICS

Questionamentos

1. Você concorda que todos estamos orientados por ideologias ou acredita que alguns posicionamentos sejam mais ideológicos que outros? Debata com a turma e justifique sua resposta.
2. Você consegue identificar outros posicionamentos ideológicos nas polêmicas envolvendo vacinação e gênero? Procure descrever as ideologias ou visões de mundo que você identificar.



E na escola, há ideologia?

Como vimos anteriormente, as polêmicas acerca do conceito de ideologia atravessam vários ambientes públicos, seja na área específica da saúde, seja nas relações familiares. Outro espaço público também permeado de debates e controvérsias é a escola.

No âmbito escolar, existem pensamentos e sentimentos que, sem percebermos, podem ser caracterizados como ideológicos. Eles podem ser expressos por professores, diretores e funcionários, assim como por estudantes e seus responsáveis.

Pensamentos e frases como os seguintes podem ser recorrentes no cotidiano da escola:

"A função do professor é ensinar, e a do estudante é aprender."

"Professor não pode falar de política em sala de aula."

"A escola dá oportunidades a todos os estudantes de aprenderem as coisas da vida."

Essas frases expressam pensamentos e ideias disseminados não só na escola, mas em toda a sociedade. Elas prescrevem normas, representam uma dada concepção da realidade e generalizam o particular, além de inverter, naturalizar e ocultar determinados fatos. Prescrever normas é elaborar, repetir e manter a ordem "normal" das coisas. Por isso, dizer que "a função do professor é ensinar, e a do estudante é aprender" pode ignorar que o docente, além de ensinar os conteúdos de determinado componente curricular, sempre transmite, no seu comportamento em sala de aula, uma maneira de enxergar e se posicionar no mundo. Por esse motivo, ele sempre "faz política" quando se nega a participar de uma greve da sua categoria ou, de forma contrária, quando entende e apoia o sindicato como a instituição responsável por representá-lo nas reivindicações coletivas por melhores condições de trabalho.

Da mesma forma, o estudante também tem o direito de lutar por melhores condições para o seu aprendizado na escola, pois, assim como o professor, ele pode falar e fazer política.

O último pensamento, “a escola dá oportunidades a todos os estudantes de aprenderem as coisas da vida”, pode ocultar o fato de que a escola pode contribuir para a reprodução das desigualdades sociais.

Estudantes com condições diversas de acesso à cultura, ao lazer e aos meios de comunicação tendem a obter mais informações e maior formação fora da escola e um desempenho melhor nas aulas. Por exemplo, se um estudante tem como recurso extraclasse apenas a televisão, enquanto outro tem a oportunidade de frequentar museus, bibliotecas, teatros, viajar para diversos lugares, entre outras ações pedagógicas e culturais extraclasse, é possível que este assimile melhor do que o primeiro os conteúdos das aulas dos demais componentes curriculares, desde Arte até Biologia, por exemplo. Assim, quando a instituição escolar trata todos igualmente – usando um padrão de linguagem e ensino que tende a atender melhor quem tem mais acesso aos diversos bens culturais –, ela acaba por reproduzir ainda mais o aprofundamento das desigualdades.

A reflexão apresentada no parágrafo anterior é uma das conclusões de um importante sociólogo que se dedicou, entre outros temas, a estudar a educação na sociedade capitalista. O francês Pierre Bourdieu (1930-2002) elaborou o conceito de **capital cultural** para explicar a desigualdade de desempenho entre os estudantes, de acordo com a sua classe social de origem. Bourdieu, em parceria com o sociólogo Jean-Claude Passeron (1930-), escreveu, em 1970, uma obra que se tornou referência nos estudos da Sociologia sobre a educação, intitulada *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*.

Nela, Bourdieu e Passeron, ao analisarem o sistema educacional francês, demonstraram sociologicamente o papel assumido pela escola no sentido de reproduzir ideologicamente as desigualdades sociais. A ideologia, portando, apesar de estar sempre presente no cotidiano escolar, não é necessariamente percebida dessa forma por todas as pessoas.



Família em visita a exposição em um museu. Rio de Janeiro (RJ), 2023.

O debate político no contexto escolar

Vamos investigar outro exemplo de debate que ocorre fora da escola, mas que está relacionado aos debates em torno da ideologia e da educação de crianças e jovens. Trata-se de um movimento político surgido nos últimos anos no Brasil, denominado **Escola sem Partido**.

Em uma palestra realizada no Congresso Conservador em Curitiba (PR), em 2015, os idealizadores desse movimento afirmaram que o professor não pode se posicionar politicamente, pois isso violaria a liberdade de consciência dos estudantes, que seriam uma audiência cativa, uma vez que não podem sair da sala de aula. Outro lema desse movimento é que “professor não é educador” – o papel do professor é somente o de tirar dúvidas.

Os defensores do Escola sem Partido reivindicam a existência de certa “neutralidade” de pensamento, atacam “o abuso da liberdade de ensinar” e investem na denúncia de conteúdos das Ciências Humanas (Filosofia, Geografia, História e Sociologia) que são ensinados, segundo eles, de acordo com critérios “doutrinários”, optando pela perspectiva da “luta de classes”.

Em vários sites e em canais no YouTube, o movimento Escola sem Partido divulga artigos e vídeos que expressam o conservadorismo e a defesa da neutralidade. Outra preocupação deles é defender um conceito de família único e de sexualidade vinculada à **heteronormatividade**, não admitindo o debate sobre sexualidades, identidades de gênero e orientações sexuais diversas na escola.

O movimento já tentou várias vezes aprovar leis em diversos estados do Brasil e até no Congresso Nacional, mas não obteve o êxito que desejava. Ele acusa professores de serem ideológicos, porém defende certas ideias como imutáveis e se afirma como não ideológico. Ideologia, para o movimento Escola sem Partido, é ser de “esquerda” ou “comunista”.

GLOSSÁRIO

Heteronormatividade:

concepção difundida socialmente a respeito de gênero e sexualidade, que pressupõe que as pessoas só podem ser do sexo masculino ou do sexo feminino, com comportamentos de gênero correspondentes bem definidos, e que apenas as relações heterossexuais são normais e aceitáveis.



1. Reflita sobre o conceito de ideologia, associando-o às suas experiências. Considere a realidade em que está inserido e suas crenças e seus valores, além de avaliar como esse conceito se faz presente em sua escola. Registre suas conclusões. Em seguida, converse com os colegas, compartilhando suas percepções.
2. Podemos afirmar que o preceito constitucional brasileiro que afirma que “todos são iguais perante a lei” se trata de uma afirmação ideológica? Por quê?
3. Sobre a Indústria Cultural e a crítica apresentada na tira a seguir, avalie e indique no caderno quais afirmativas estão corretas.



© Sucesores de Joaquín S. Lavado Tejón (QUINO). TODA MAFALDA / Fotograma

QUINO. [Sem título]. In: QUINO. *Mafalda*: todas as tiras. Tradução: Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

- I. A tira faz uma crítica ao estímulo ao consumo pelos meios de comunicação de massa, como a televisão.
 - II. A mãe da personagem Mafalda é uma pessoa desapegada dos cuidados com a casa e com o corpo.
 - III. A publicidade é parte da Indústria Cultural e tem como principal objetivo criar desejos que o indivíduo compreende que poderiam ser satisfeitos por meio do consumo.
 - IV. Os meios de comunicação de massa contribuem para que os indivíduos se sintam adequados e satisfeitos com a própria vida.
- a) Apenas a afirmativa I e II estão corretas.
 - b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
 - c) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
 - d) Todas as afirmativas estão corretas.
4. Leia o trecho a seguir de entrevista concedida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu para a socióloga brasileira Maria Andréa Loyola.

MA [Maria Andréa] – *Recentemente, o senhor escreveu um livro sobre a televisão que constitui um reconhecimento da importância desse meio de comunicação no mundo atual e, ao mesmo tempo, uma crítica quase cruel de seus efeitos. O senhor diz, por exemplo, que a televisão produz um efeito global de despolitização e, mais exatamente, um desencantamento com a política. Diz que os jornalistas tendem a produzir uma representação instantânea e descontínua do mundo, através da qual passam, pouco a pouco, uma filosofia pessimista da história. Poderia nos dar alguns exemplos?*

PB [Pierre Bourdieu] – É muito difícil, pois eu teria de tomar o exemplo de um jornal televisivo brasileiro e fazer uma análise detalhada. [...] [Na lógica da televisão], [...] o que ele [o jornalista] deve

fazer é mostrar imagens e nada além de imagens. Sabemos que as imagens podem ser manipuladas por um determinado enquadramento ou por uma determinada técnica. O mais grave, porém, é o fato de se isolar a imagem daquilo de que ela é o complemento, de todo o contexto no qual ela adquire sentido e que a torna inteligível. As pessoas dizem: “Chega de humanitarismo, é muito triste, não posso mais olhar para isso”. É pior do que a despolitização. Expulsam-se pessoas do mundo, de tudo o que é importante, de tudo o que é sério. Existe uma lógica do mundo jornalístico – e em particular da televisão – que tende a apresentar um mundo absurdo, anedótico, sem pé nem cabeça.

BOURDIEU, P. *Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 41-42.

Analise as alternativas e indique no caderno qual delas melhor reflete a forma como a televisão pode reduzir as experiências e subjetividades dos sujeitos, segundo Bourdieu.

- a) A televisão apresenta um mundo coeso e interligado, o que permite uma compreensão profunda e plural dos eventos e das experiências individuais.
- b) A televisão contribui para uma visão superficial e fragmentada da realidade, reduzindo a capacidade dos indivíduos de formar uma compreensão crítica do mundo.
- c) A televisão promove uma análise detalhada e histórica dos eventos, ajudando os espectadores a relacionar as notícias ao contexto político e social mais amplo.
- d) A televisão incentiva a autonomia dos sujeitos ao fornecer diversas perspectivas e análises críticas sobre os eventos, permitindo uma formação de opinião bem-fundamentada.

Sociologia e as religiosidades no Brasil

Jovens 'sem religião' superam católicos e evangélicos em SP e Rio

As primeiras pesquisas Datafolha de 2022, por exemplo, mostram que, em nível nacional, 49% dos entrevistados se dizem católicos, 26% evangélicos e 14% sem religião – já acima dos 8% sem religião identificados no último Censo.

Entre os jovens de 16 a 24, o percentual dos sem religião chega a 25% em âmbito nacional.

Nas pesquisas Datafolha para Rio de Janeiro e São Paulo, o crescimento dos brasileiros que se dizem "sem religião" é ainda mais marcante, particularmente entre os jovens.

Em São Paulo, os jovens de 16 a 24 anos que se dizem sem religião chegam a 30% dos entrevistados, superando evangélicos (27%), católicos (24%) e outras religiões (19%).

No Rio, os sem religião nessa faixa etária chegam a 34%, também acima de evangélicos (32%), católico (17%) e demais religiões (17%).

CARRANÇA, T. Jovens 'sem religião' superam católicos e evangélicos em SP e Rio. *BBC News Brasil*, São Paulo, 9 maio 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61329257#:~:text=As%20primeiras%20pesquisas%20Datafolha%20de,a%2025%25%20em%20%C3%A2mbito%20nacional>. Acesso em: 10 maio 2024.

A pesquisa realizada pelo Datafolha em 2022, antes da divulgação dos dados do Censo sobre pertencimento religioso no Brasil, indicam que entre os jovens brasileiros de 16 a 24 anos, o percentual dos sem religião chega a 25% e supera o número de católicos e evangélicos. Mas será que declarar-se sem religião significa que esses jovens não tenham alguma "experiência de fé" ou que não acreditem em Deus?

De acordo com a antropóloga Regina Novaes, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e especialista no tema da religiosidade, com base na análise detalhada dessa e de outras pesquisas sobre a relação entre juventude e religião, esses dados representam um fenômeno que vem ocorrendo no país nas últimas décadas. Ele diz respeito à influência cada vez menor das famílias em transferir o seu pertencimento religioso para os seus filhos.

Essas mudanças atingem não somente as famílias de tradição católica, mas a realidade de famílias evangélicas. No caso destas últimas, inclusive, o fato de não frequentarem os cultos da Igreja dos seus pais não significa que eles tenham se tornado **agnósticos** ou **ateus**, mas sim que talvez vivenciem a sua fé de outra maneira, resignificando as práticas religiosas mais tradicionais.

Esse tema permite um debate muito interessante, que será desenvolvido ao longo do capítulo.



Wagner Vilas/ZUMA Press/Alamy/Fotoarena

Jovens durante Marcha para Jesus. São Paulo (SP), 2023.

Questionamentos

1. Com base em suas vivências, você acha que os jovens, atualmente, acreditam menos em religiões do que as gerações anteriores?
2. Em sua opinião, declarar-se sem religião é o mesmo que declarar-se sem fé?
3. A que você atribui o crescimento do número de jovens que se declara sem religião? Você observa isso na realidade em que vive?

GLOSSÁRIO

Agnóstico: aquele que não acredita na existência de Deus ou outras divindades, mas não nega sua possibilidade.

Ateu: que não crê em Deus ou em outras divindades.

A secularização aconteceu?

GLOSSÁRIO

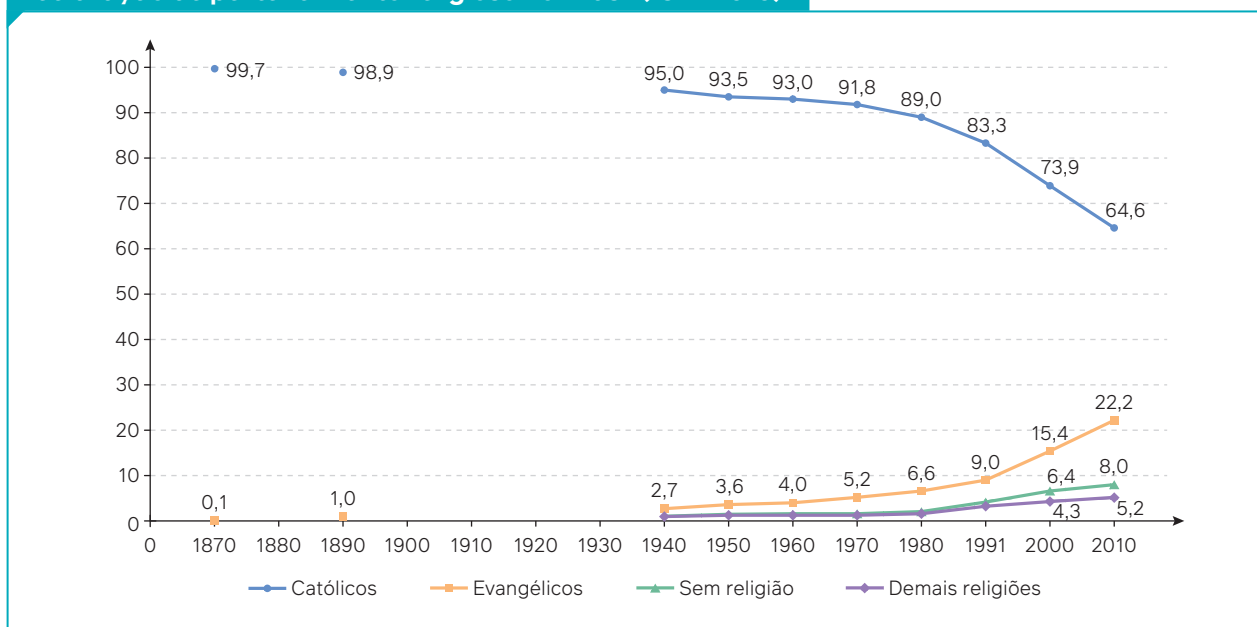
Secularização: diz respeito à passagem do domínio religioso para o domínio leigo ou laico, isto é, não religioso.

No início do século XX, o sociólogo Max Weber (1864-1920) afirmava que a ciência e as formas de pensamento racional substituiriam a autoridade religiosa. Essa é a tese da **secularização**, aceita pela maioria dos sociólogos da época. O fenômeno da secularização teria origem na separação entre igrejas e Estado, um dos elementos centrais da inauguração da Era Moderna e uma das principais características das democracias ocidentais, como o Brasil. Uma consequência desse processo de racionalização presente na modernidade é o fato de que as esferas do público e do privado se tornaram distintas. Passa a haver, então, um entendimento de que a religião deve pertencer ao plano privado, enquanto as questões relativas ao público deveriam ser cada vez mais orientadas pela ciência e pelo conhecimento técnico e racional.

Ainda segundo Weber, as consciências e ações dos indivíduos em relação à religião e suas instituições não desapareceriam, apesar de estarem em declínio no que diz respeito a sua autoridade em conduzir e influenciar decisivamente as pessoas. Nessa perspectiva, ao longo dos anos, as instituições religiosas perderiam, relativamente, a influência na vida das pessoas.

A maioria dos sociólogos começou a rever essa tese, porque a presença das religiões na vida das pessoas não diminuiu com a modernização da vida e das esferas sociais. Por exemplo: em 2021, foi realizada uma pesquisa nos Estados Unidos e constatou-se que 49% dos estadunidenses consideravam a religião importante. Já no Brasil – um dos países mais religiosos do mundo –, em uma análise dos dados do IBGE, entre o período de 1940 e 2010, não houve declínio de adesão às religiões, somente a diminuição de adeptos ao catolicismo e o aumento dos evangélicos, como mostra o gráfico a seguir.

Declaração de pertencimento religioso no Brasil (1872-2010)



Fonte: ALVES, J. E. D. A aceleração da transição religiosa no Brasil: 1872-2032. *EcoDebate*, [s. l.], 12 out. 2022. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2022/10/12/a-aceleracao-da-transicao-religiosa-no-brasil-1872-2032-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

Questionamentos

1. Observando o gráfico, você pode afirmar que houve uma diminuição do pertencimento religioso no Brasil? Procure verificar as mudanças que ocorreram ao longo das décadas e identifique o percentual de pessoas que se declararam religiosas em 2010, somando católicos, evangélicos e adeptos de outras religiões.
2. Como você percebe e avalia, com base em sua experiência, o fenômeno do declínio gradual do número de adeptos do catolicismo e o crescimento da quantidade de fiéis de religiões evangélicas?



Sociologia e religiosidade

Vamos, a partir de agora, estudar a ideia de religiosidade para entender um pouco mais o fenômeno religioso, que ainda interfere intensamente na vida da maioria dos indivíduos.

Nosso objetivo não é discutir os princípios ou conteúdos das diversas religiões para chegar à conclusão de qual é “a melhor” religião ou “a ideal” para orientar nossas vidas. O que estudaremos aqui, com base em uma especialidade dos estudos sociológicos chamada **Sociologia das Religiões**, é o papel que a religiosidade tem na formação das ideias e dos comportamentos dos indivíduos sobre o mundo, a sociedade, a política e a cultura. Como, no Brasil, a religiosidade interfere na política, na democracia e na cidadania? A sociedade brasileira sofreu mudanças em consequência disso nos últimos anos?

O objetivo da Sociologia das Religiões no Brasil é compreender os efeitos sociais do **pertencimento religioso**, ou seja, como os indivíduos se comportam e tomam decisões baseadas em crenças específicas. Outro objetivo é estudar a religiosidade de grupos sociais para entender melhor, por exemplo, como os brasileiros enfrentam seus problemas e dificuldades.

O moçambique, ou maçambique, é uma tradição cultural e religiosa que mistura elementos das religiões de origem africana e católica. Em vários estados do país, está relacionado com as congadas e com a devoção a santos católicos padroeiros de irmandades negras como Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Nossa Senhora da Penha e Santa Efigênia.



Marco Antonio Sá/Pulsar Imagens

Grupo de moçambique. Ouidor (GO), 2024.

Entende-se por **religiosidade** a disposição ou a tendência do indivíduo de perseguir o caminho da própria fé ou de integrar-se às coisas sagradas.

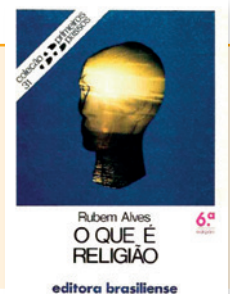
A Sociologia estuda a religiosidade também como instituição social, já que ela apresenta uma simbologia que invoca reverências ou temeridades às coisas sagradas e tem fiéis ou seguidores. A religiosidade tem rituais, isto é, práticas, gestos, atos e palavras que têm significado sacro. Por exemplo: podemos acender uma vela para iluminar nossa casa quando falta energia elétrica, mas, quando acendemos uma vela em reverência a um deus, deuses ou forças espirituais, esse gesto configura um ato sagrado. Na maioria das religiões, há também uma prescrição de condutas, o que quer dizer que, em função de determinada crença, você é induzido a se comportar, agir ou pensar de certa forma.

Para ampliar

Leia

O que é religião, de Rubem Alves (Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1984).

Deus existe? Qual é o sentido da vida? E da morte? O livro, escrito por um filósofo e teólogo protestante, procura responder a essas e outras perguntas em uma linguagem bastante acessível e atraente.



Editora Brasiliense

Émile Durkheim (1858-1917) escreveu, no século XIX, que a religião é um dado da realidade e que a ciência não pode negar esse dado como um fato social.

Para Durkheim, toda religião tem como característica separar o mundo em coisas profanas e coisas sagradas. As coisas profanas se referem às atitudes utilitárias, ou seja, a objetos e ideias que depois de utilizados podem ser descartados, pois só têm valor na medida em que são úteis. Já as coisas sagradas têm valor superior ao dos indivíduos. O sagrado é objeto de adoração, é superior ao humano, é reverenciado.

Essas características, para Durkheim, revelam que a religião é uma das fontes de regras de comportamento, normas e garantias de harmonia entre os seres humanos. É também por meio dela que as sociedades se organizam, se estruturam e formam uma imagem de si mesmas. Quantas vezes, por exemplo, ouvimos dizer que quem é religioso é também sério, honesto, cumpridor de seus deveres e obrigações?

Karl Marx (1818-1883) também analisa a importância da religião para as sociedades, mas de outra forma. Para Marx, a religião é o “ópio do povo”: a religião não faz os seres humanos; são os seres humanos que fazem a religião. Marx entendia a religião como a expressão do sofrimento real das pessoas, que teriam necessidade de acreditar em algo para aliviar seus sofrimentos – como o ópio, droga entorpecente e hoje proibida, muito popular no século XIX, época em que ele escreveu. Segundo Marx, as classes dominantes utilizam a religião como ideologia para dominar os oprimidos e explorados. O autor considera a religião, portanto, uma ilusão, uma ideologia que contribui para justificar a dominação de classe. Marx e outros intelectuais influenciados por suas teorias dizem que isso acontece, por exemplo, quando as igrejas afirmam que os pobres devem se conformar com sua condição de pobreza, pois o mundo foi criado por Deus desse modo e assim sempre será. É nesse sentido também que o debate teórico de Marx em relação à religião se conecta com o seu conceito de **alienação**.

De acordo com Marx, a “consciência religiosa” é uma forma do “pensamento alienado”. O que ele queria dizer é que, na medida em que os seres humanos não são verdadeiramente livres em sociedade, enquanto não adquirem a capacidade de se apropriar racionalmente e de forma transparente das suas relações de trabalho, do fruto do seu trabalho e da sua relação com a natureza, a religião continuará se manifestando como um “sol ilusório”, em torno do qual a humanidade se move. É uma relação **alienada**, portanto, já que encobre com uma aura mística as relações sociais da forma como estas de fato acontecem. Ao mesmo tempo, segundo Marx, a religião se torna uma necessidade humana, pois lhe proporciona determinada “consciência e sentimentos”, permitindo respostas que a humanidade ainda não conseguiu encontrar – ou, em dada situação histórica, que poderia ter perdido. A tarefa dos seres humanos, para Marx, é se apoderar do seu próprio projeto de sociedade, das suas relações sociais e materiais concretas, reais, superando sua alienação em relação ao seu trabalho e aos resultados do seu trabalho. Enquanto isso não acontecer, a religião continuará resistindo e se fortalecendo ao longo dos séculos.

Max Weber também estudou as religiões. Para ele, é na compreensão dos comportamentos religiosos que podemos entender melhor as atividades humanas, pois a religiosidade influencia também áreas como a Ética, a Economia, a Política ou as Artes. Em seus estudos, Weber procurou demonstrar as relações entre o desenvolvimento do capitalismo e um tipo de ética orientada para o trabalho, que surgiu a partir da **Reforma Protestante**.

O autor argumenta que, na Antiguidade, o trabalho era visto como uma coisa penosa e vil. Na Idade Média, com base em uma visão de mundo católica, o trabalho passou a ser percebido como fruto do “pecado original” e como tortura. O surgimento das igrejas protestantes, como a Luterana e a Calvinista, teria sido responsável, segundo Weber, pela propagação de uma visão positiva do trabalho, que serviu perfeitamente ao desenvolvimento do capitalismo. O autor chamou de **ética protestante** um conjunto de práticas e disposições incentivadas por essas igrejas, que tinham como base a concepção de que o trabalho é uma expressão de sucesso na vida terrena, uma manifestação das bênçãos divinas. O comportamento **austero**, assim, era incentivado entre os fiéis dessas religiões, já que os tornaria mais dedicados ao trabalho e, portanto, à acumulação de riquezas.

GLOSSÁRIO

Austero:

de caráter rigoroso, que exige esforços e privações do indivíduo.

Reforma Protestante:

movimento de reforma religiosa ocorrido na Europa, no século XVI, a partir da contestação de dogmas da Igreja Católica.

Para as religiões protestantes e evangélicas em geral, há uma relação entre a acumulação de riquezas e a dedicação à vida religiosa. Essa ideia está presente nas referências a bens materiais como bênçãos divinas, bastante frequentes em nossa sociedade.

Carro adesivado no vidro traseiro com a frase “PRESENTE DE DEUS”.



Dirceu Portugal/Fotoarena

O italiano Antonio Gramsci (1891-1937) também escreveu sobre a religião. Leia a seguir.

(...) Neste sentido, a religião é a mais gigantesca utopia (...) que já apareceu na história, já que ela é a mais grandiosa tentativa de conciliar em forma mitológica as contradições reais da vida histórica: ela afirma, na verdade, que o homem tem a mesma “natureza”, que existe o homem em geral, enquanto criado por Deus, filho de Deus, sendo por isso irmão dos outros homens, igual aos outros homens, livre entre os outros e da mesma maneira que os outros, e que ele pode se conceber desta forma espelhando-se em Deus, “autoconsciência” da humanidade; mas afirma também que nada disto pertence a este mundo e ocorrerá neste mundo, mas em um outro (– utópico –). Assim, as ideias de igualdade, liberdade e fraternidade fermentam entre os homens (...). Ocorreu assim que, em toda **sublevação** radical das multidões, de um modo ou de outro, sob formas e ideologias determinadas, foram colocadas estas reivindicações.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1, p. 205.

O que Gramsci quer dizer com isso é que as religiões são forças poderosas também para mobilizar os indivíduos em direção a um mundo melhor. Insatisfeitos com a realidade em que vivem, os indivíduos podem tentar transformar o mundo inspirados pela religiosidade. Essa concepção de Gramsci – de perceber a religião como **força transformadora**, e não de alienação – foi inovadora em relação aos demais sociólogos do século XIX e início do século XX. Ela se tornou bastante relevante para pensar, na atualidade, as diversas relações entre a religiosidade, a política e os movimentos sociais, estabelecidas em várias partes do mundo por movimentos religiosos de origens bem distintas.

GLOSSÁRIO

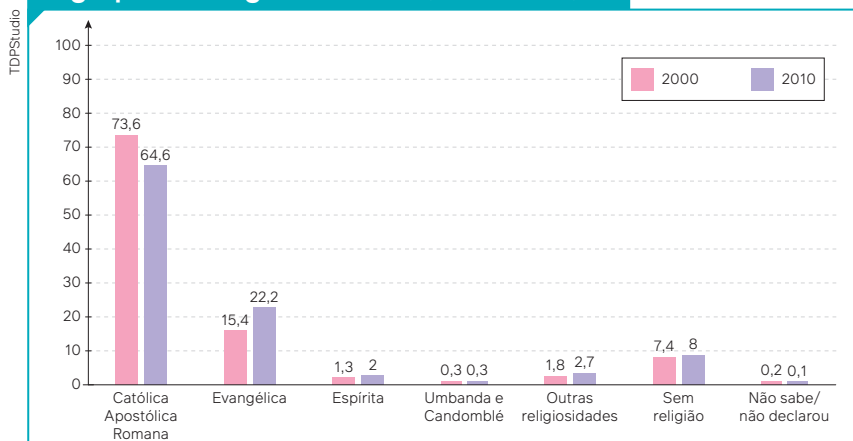
Sincretismo: trata-se da união de elementos e características de distintas origens culturais para identificar determinadas manifestações religiosas. No Brasil, está presente, principalmente, na identificação e na resignificação popular de alguns santos católicos com determinadas divindades africanas.

Sublevação: ato de rebelar-se.

Pertencimento religioso no Brasil

O Brasil é considerado um dos países mais religiosos do mundo. Entretanto, é necessário perceber que nossa formação nacional se caracteriza pela influência de várias matrizes religiosas. O catolicismo vinculado ao Vaticano é dominante, sendo expresso em diversas manifestações, como o catolicismo popular, o catolicismo carismático e o catolicismo da libertação. Temos também a presença dos evangélicos, expressa por protestantes tradicionais, pentecostais e neopentecostais. Além desses, temos as religiões de matrizes africanas – como o candomblé e a umbanda –, os espíritas kardecistas e outras denominações menos expressivas.

Percentual da população residente, segundo os grupos de religião no Brasil (2000/2010)



Segundo os dados do Censo do IBGE realizado em 2000, os católicos representavam 73,8% da população; os evangélicos, 15,4%; outras religiões, 3,5%; e os sem religião, 7,3%. Já o Censo de 2010 revelou uma mudança bastante significativa: os católicos passaram a representar 64,6% da população, e os evangélicos cresceram para um percentual de 22,2%. Além desse universo cristão, que abrangia 86,8% da população, aqueles que declararam pertencer a outras religiões correspondem a um total de 5,2%, enquanto os sem religião passaram para 8%.

Fonte: IBGE. *Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 5 jul. 2024.

Precisamos fazer duas considerações importantes em relação aos dados apresentados no gráfico. A primeira consideração se refere à predominância do cristianismo no país como um todo. Ela se manifesta de forma tão expressiva no processo de socialização – inclusive com a repetição de frases cotidianas exaltando positivamente que “vivemos em um país cristão, graças a Deus” –, que essa característica se torna um elemento naturalizado como parte da cultura nacional. Precisamos, também, considerar as interseções de algumas manifestações religiosas, que podemos identificar sob o fenômeno do **sincretismo** – conversaremos a esse respeito mais adiante.

Projeções estatísticas e a transição religiosa à brasileira

Você já ouviu falar do processo de **transição religiosa**? O demógrafo José Eustáquio Diniz Alves, em artigo publicado no ano de 2022, analisou esse fenômeno social, que consiste na substituição do predomínio de uma religião por outra. Vamos entender melhor de que forma isso ocorre.

No artigo mencionado, Alves retoma a ideia de o Brasil ter sido concebido dentro do empreendimento das Grandes Navegações da Europa cristã, portanto, em sua gênese, o país esteve profundamente vinculado à religião católica. O catolicismo se tornou uma das principais marcas da identidade brasileira.

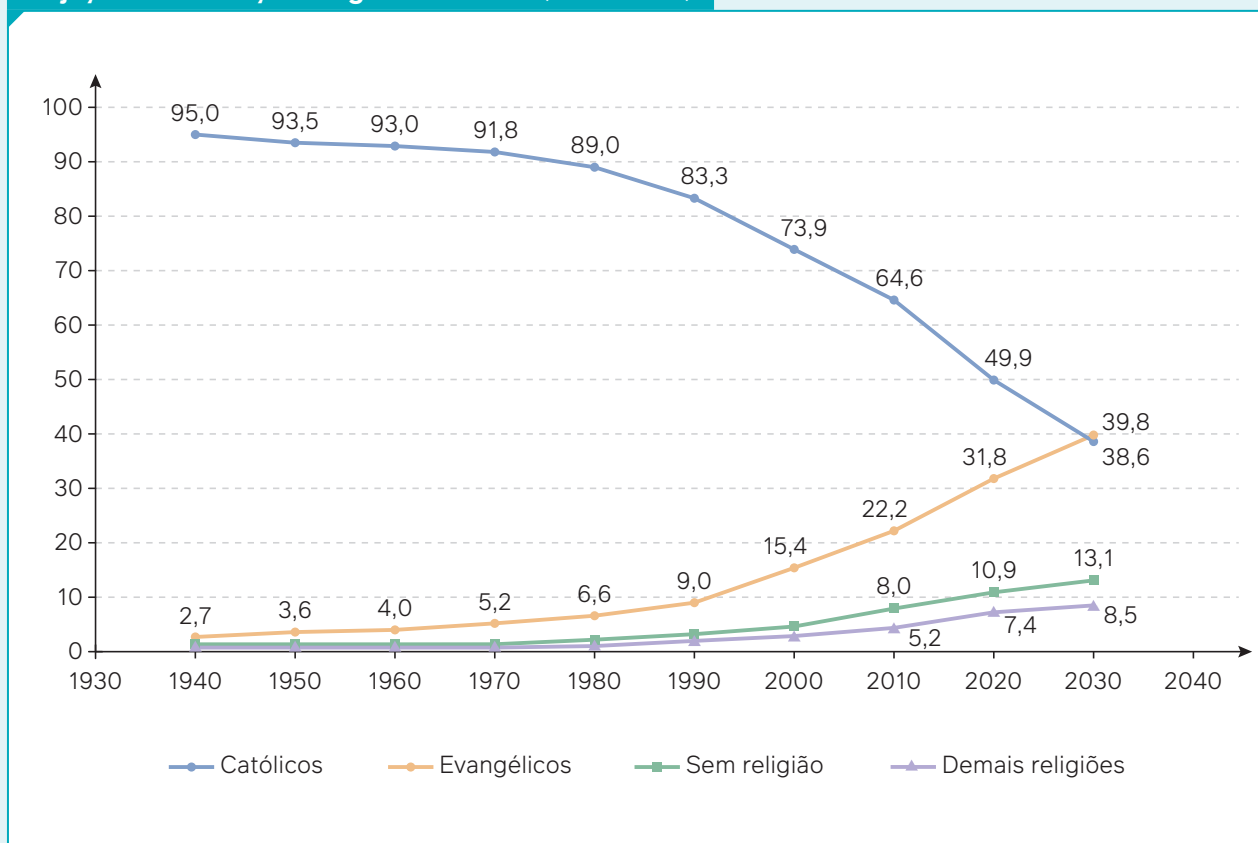
Como vimos anteriormente no Gráfico 1, em 1872, 99,7% dos brasileiros se declararam católicos e somente 0,1% se reconheciam como evangélicos. Quase 100 anos depois, em 1970, os católicos passaram a ser 91,8%, os evangélicos, 5,2%, outras religiões, 2,3%, e os sem religião, 0,8%. Já no Censo de 1991, os católicos passaram a ser 83%, e em 2000, diminuíram para 73,9% da população. Isso quer dizer, como afirma José Eustáquio Alves, que a diminuição dos que se autodeclararam como católicos, a partir de 2000, passou a ser de 1% ao ano, e o crescimento dos evangélicos de 0,7% ao ano. Além disso, “as outras religiões cresceram 0,1% ao ano e os sem religião cresceram 0,17% ao ano”.

Alves argumenta a constatação de uma projeção, no cenário da religiosidade brasileira, baseada nos seguintes pressupostos:

- continuidade da queda das filiações católicas no ritmo de 1,2% ao ano;
- aumento anual de 0,8% dos evangélicos, de 0,17% das outras religiões e 0,23% das pessoas autodeclaradas sem religião.

Vamos analisar a projeção estatística representada no gráfico a seguir, à luz dos dados apontados acima.

Projeção da transição religiosa no Brasil (1940-2032)



Fonte: ALVES, J. E. D. A aceleração da transição religiosa no Brasil: 1872-2032. *EcoDebate*, [s. l.], 12 out. 2022. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2022/10/12/a-aceleracao-da-transicao-religiosa-no-brasil-1872-2032-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

Você pode estar se perguntando: Como são feitas as projeções estatísticas de dados populacionais e por que isso é importante? As projeções populacionais são fundamentais para o planejamento e a implementação de políticas públicas. Elas permitem, por exemplo, formular políticas mais assertivas, programar o orçamento de programas sociais e orientar os recursos públicos com o intuito de atender, de forma mais efetiva, necessidades futuras. A produção de estatísticas ocorre por métodos diversos. Instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), principal fornecedor de dados e informações do país, utiliza o método dos componentes demográficos para projetar as populações do Brasil e das unidades da Federação. Esse método incorpora a interação entre tendências como fecundidade, migração nacional e regional, e mortalidade.

No caso das projeções realizadas por José Eustáquio Alves sobre as mudanças no perfil religioso da população brasileira, o demógrafo aponta a ausência de dados demográficos sobre a variável religião nas pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE na década de 2010. Contudo, pesquisas sobre a temática da transição religiosa, realizadas entre 2010 e 2022, por institutos nacionais (Datafolha) e internacionais (Latinobarômetro e Pew Research Center) corroboram a tendência de aceleração das transformações no panorama religioso do país. Outro dado importante a ser observado, segundo Alves, é o crescimento da abertura de templos no Brasil nas últimas décadas.

Com base nessas informações, responda às questões.

1. Conforme vimos, a Sociologia pode nos mostrar um novo fenômeno social ocorrendo no Brasil: pela primeira vez, em toda nossa história, o catolicismo será representado numericamente por menos da metade da população brasileira. Utilizando o vocabulário sociológico e com base no que foi abordado no capítulo até o momento, formule explicações para esse fenômeno.
2. Pesquise se já foram publicados os dados estatísticos do Censo de 2022 sobre as religiões no Brasil. Verifique se as projeções das pesquisas sociológicas sobre religiosidade, apresentadas anteriormente, foram confirmadas e converse sobre os resultados com os seus colegas.



Catolicismo no Brasil

Embora o número de praticantes do catolicismo esteja em declínio no Brasil, ele persiste como a religião mais professada no país e pode ser classificado de formas diferentes, como o catolicismo oficial, o catolicismo popular, o catolicismo carismático e o catolicismo da libertação.

Catolicismo oficial

O catolicismo oficial é identificado pela instituição da Igreja, vinculada ao Vaticano – que é a cidade-Estado sede da religião católica, onde residem o papa e a burocracia central da religião. Até a Proclamação da República, o catolicismo era a religião oficial do Estado imperial brasileiro. A partir da República, mesmo não constando mais nas constituições brasileiras, o catolicismo era a religião com maior número de adeptos no país, como mostram os dados dos censos demográficos até 2010. O catolicismo oficial tem como característica se organizar institucionalmente como Igreja Católica Apostólica Romana.

Na linguagem sociológica, Igreja é uma **organização burocrática** religiosa. Ela não desafia a autoridade do Estado, tem uma organização de treinamento de líderes, hierarquia forte e regulamentos bem definidos. Em sua hierarquia, abaixo do papa estão os cardeais, arcebispos, bispos, padres e diáconos, distribuídos em extensas subdivisões territoriais em todos os países em que a religião está presente. As mulheres têm uma participação marginal nessa estrutura hierárquica, por meio principalmente de freiras pertencentes à Igreja, vinculadas a congregações religiosas com organização interna bastante rígida e fechada. Essas características fazem a instituição ter longa durabilidade. Por conta disso, também, o catolicismo oficial frequentemente esteve ao lado dos poderes constituídos, legitimando e justificando, muitas vezes, a situação política e social do país.

A relação íntima entre a Igreja Católica e o poder político constituído teve início com a conversão do imperador romano Constantino I, responsável pelo fim da proibição dos cultos e da perseguição aos seus seguidores, no ano 380, século IV d.C. O calendário oficial dos países do Ocidente, portanto, tem origem no catolicismo, sendo contado a partir de uma data que se convencionou como o nascimento de Jesus Cristo, que é entendido como o filho direto que Deus enviou à humanidade para anunciar as suas palavras de salvação a todos os seres humanos, sem qualquer distinção. A Igreja Católica foi criada pelos fiéis discípulos (seguidores) de Cristo – os cristãos – para dar prosseguimento à sua missão.

GLOSSÁRIO

Devocional: demonstração da admiração por algo ou alguma coisa e que se manifesta por meio de determinados rituais.

Catolicismo popular

O chamado catolicismo popular, no Brasil, tem características **devocionais** de culto às imagens dos santos. A prática popular se apresenta menos como instituição e mais como experiência vivida em devoção às imagens sagradas; por isso, o catolicismo popular não forma um corpo especializado de agentes religiosos e não é vinculado ao sacramento da Igreja Católica oficial. Embora a Igreja oficial não proíba práticas devocionais por parte de seus fiéis, a devoção a imagens santas é o espaço no qual o invisível se torna palpável e acessível, possibilitando uma comunicação direta entre o devoto e o santo, que dispensa a mediação de autoridades religiosas.

Nos centros urbanos, o catolicismo popular foi constituído pelas irmandades; no campo, com o culto aos beatos, aos monges e à crença nas “rezadeiras”. Essas últimas são, sobretudo, mulheres que se consideram católicas, mas suas rezas e práticas de cura de doenças, que muitas vezes utilizam ervas, envolvendo elementos sincréticos das tradições religiosas de origem indígena e das religiões afro-brasileiras. Irmandades são grupos de devotos leigos, reunidos em associa-

ções privadas, que têm como objetivo a manutenção do culto ou devoção e têm autonomia jurídica e econômica. Os beatos e os monges são os penitentes, que vivem principalmente no interior do Brasil e que, em alguns casos, tornaram-se santos populares e passaram a atrairromeiros e devotos.

Na realidade brasileira, o catolicismo popular foi, e ainda é, um elemento utilizado para exercer a dominação política e econômica por parte de grupos pertencentes a classes dominantes, especialmente em áreas rurais. Na década de 1980, foi exibida na televisão aberta uma novela que obteve grande audiência intitulada *Roque Santeiro*, escrita pelo dramaturgo Dias Gomes. Nela, o personagem Sinhozinho Malta, um latifundiário (chamado de coronel), utilizou-se da crença popular aos santos para justificar sua dominação política no interior da Bahia. Por esse motivo, a novela foi censurada durante a Ditadura Civil-Militar. Os chamados “coronéis” diziam que o povo deveria sempre rezar e ser devoto dos santos, pois somente assim alcançaria o paraíso dos céus, já que aqui na Terra há uns que nasceram ricos e outros pobres, e não há como mudar essa situação.

Marco Antonio Sá/Pulsar Imagens



Romeiros visitam monumento em homenagem a Padre Cícero. Juazeiro do Norte (CE), 2023.

A devoção a Padre Cícero é uma expressão do catolicismo popular muito comum no estado do Ceará. Padre Cícero (1844-1934) é considerado um santo por muitos de seus devotos, embora não seja oficialmente reconhecido como tal pela Igreja Católica.

Para ampliar

Assista

O auto da compadecida, direção de Guel Arraes (Globo Filmes, 2000, 104 min).

A religiosidade característica do povo nordestino está presente nessa comédia que denuncia as desigualdades sociais do sertão, a discriminação e o racismo. Baseado na obra do dramaturgo Ariano Suassuna (1927-2014).



Catolicismo carismático

A Renovação Carismática Católica (RCC) é originária dos Estados Unidos e chegou ao Brasil em 1972. Ela nasceu do movimento de **leigos** no interior da Igreja Católica e tem como base os grupos de oração com encontros semanais. Esses grupos não pretendem substituir a vida sacramental, e sim complementá-la ao proporcionar uma experiência individual que os adeptos entendem como espiritualmente mais intensa.

Os encontros se baseiam em manifestações de louvor, ações de graça, cânticos, testemunhos e partilhas; encontros nos quais as pessoas cantam, dançam e extravasam as tensões. Os carismáticos também fazem grandes encontros em locais públicos. Para eles, “ser cristão é viver em relacionamento íntimo com a Santíssima Trindade”.

GLOSSÁRIO

Leigo: pessoa que, embora praticante de determinada religião, não faz parte da hierarquia da instituição religiosa.

Na década de 1990, o movimento carismático serviu, no Brasil, como uma reação interna da Igreja Católica tradicional à diminuição de sua influência relativa no país, em oposição ao crescimento acentuado do número de conversões das igrejas evangélicas pentecostais, que reúnem diversas características reproduzidas pelos carismáticos católicos. Começou, então, uma disputa pelo **mercado religioso** no Brasil. É a partir daí que podemos entender o grande sucesso de figuras como o padre Marcelo Rossi.



Aloisio Mauricio / Fotorena

Missa celebrada pelo Padre Marcelo Rossi. Cachoeira Paulista (SP), 2019.

O conceito de **mercado religioso** é proposto pelo sociólogo austro-estadunidense Peter Berger (1929-2017). Em seus estudos, Berger defende que o fenômeno tem origem na separação entre Estado e Igreja, na esteira das transformações que inauguraram a Era Moderna, como ressaltamos no início do capítulo. Seguindo a linha weberiana, Peter Berger afirma que, com o fim do monopólio religioso por parte do Estado, com a sua “privatização” – ou seja, com a opção religiosa tornando-se uma escolha exclusiva da vida privada –, o pluralismo religioso estabelece uma competição entre várias religiões pela filiação de um número cada vez maior de fiéis. Os fiéis seriam enquadrados, assim, em uma lógica de “mercado”, isto é, de disputa pelo número de consumidores de bens religiosos.

Catolicismo da libertação

Com a grave crise social na América Latina nos anos 1960, proliferou-se um vasto movimento social de católicos preocupados em melhorar as condições de vida da população latino-americana. Surgiram movimentos como a Ação Católica, Juventude Universitária Cristã, Juventude Operária Cristã e as Comunidades Eclesiais de Base. Na preparação da Conferência de Medellín (1968), bispos progressistas orientaram os católicos a uma opção preferencial pelos pobres; daí a adoção da expressão “Liberar os pobres da opressão”. Esse segmento do catolicismo foi denominado Teologia da Libertação (TL). Apesar de nos referirmos a esse segmento como vinculado, principalmente, ao catolicismo, a TL tem como característica o **ecumenismo**, sendo também adotada por setores de igrejas protestantes, como metodistas, luteranos e batistas. Trataremos adiante dos protestantes.

A partir de 1970, teólogos como Leonardo Boff, Clodovis Boff e Frei Betto, e bispos como Dom Hélder Câmara e Dom Pedro Casaldáliga, entre tantos outros, denunciaram as condições de miséria do povo trabalhador, defendendo alguns princípios:

1. Luta contra a idolatria do mercado, da força militar e da riqueza – identificados como inimigos principais da religião.
2. Releitura da Bíblia, em que o momento do êxodo do povo hebreu, ao lutar contra a sua condição de escravização no Antigo Egito, passa a ser entendido como modelo de luta do povo escravizado pela sua libertação.
3. Uso das teorias socialistas para entender as causas da pobreza, das contradições do capitalismo e a luta de classes.
4. Opção pelos pobres e solidariedade com sua luta pela autolibertação.
5. Criação de Comunidades Eclesiais de Base para organizar o povo em suas lutas, com o método político de Ver-Julgar-Agir-Rever. Esse movimento foi muito importante na resistência à Ditadura Civil-Militar e contribuiu para a formação do PT e do MST, assim como para a de sindicatos e outras organizações populares.

GLOSSÁRIO

Ecumenismo: o termo ecumenismo vem de ecumênico – do grego *oikoumene*, que pode significar “mundo civilizado”, “mundo habitado” ou “civilização”. Tem origem na palavra *oikos*, que representa “casa” ou “lar”. É utilizado nos meios cristãos para indicar a possibilidade de se promover entendimentos e práticas consensuais entre as várias igrejas e denominações distintas. Ganhou destaque com o surgimento da Teologia da Libertação e, no Brasil, institucionalmente, com a criação, em 1982, em Porto Alegre (RS), do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic).

Evangélicos no Brasil

A religião evangélica também tem diferentes origens e vertentes, as quais variam de acordo com o contexto histórico em que se originaram, a organização interna que estabelecem, as práticas religiosas que adotam, entre outros aspectos.

Os evangélicos protestantes

No século XVI, na Europa, várias igrejas cristãs iniciaram um movimento cujo objetivo era a reforma da Igreja de Roma. Em 1517, um monge agostiniano, o alemão Martinho Lutero (1483-1546), iniciou um questionamento sobre a infalibilidade do papa. Além de Lutero, apareceram outros como Thomas Müntzer e João Calvino, que afirmavam que os cristãos não deveriam mais se submeter às autoridades religiosas, mas somente às próprias escrituras, ou seja, à Bíblia. Assim, se iniciou o que ficou conhecido como protestantismo e uma separação entre católicos e protestantes.

O termo protestante não significa a mesma coisa que o termo evangélico. Protestante está relacionado ao movimento iniciado por Lutero e se refere, historicamente, à dissidência da Igreja Católica Romana, ou seja, marca uma posição teológica e política sobre questões que envolviam as controvérsias com a Igreja Romana. Já o termo evangélico, após os vários movimentos da Reforma Protestante, passou a ser utilizado como um conceito agregador, na perspectiva de favorecer a unidade dos vários movimentos e denominações surgidos na Europa, tais como o luteranismo, o metodismo e o calvinismo. Foi assim que o termo evangélico passou a representar todos aqueles que se diferenciaram da Igreja de Roma.

As igrejas protestantes e evangélicas não apresentam a estrutura hierárquica presente no catolicismo oficial, caracterizando-se por uma ampla fragmentação. Aqueles que comandam as igrejas e suas liturgias são chamados de pastores, que precisam frequentar um curso de teologia específico da denominação a qual se filiam. Diferentemente também da Igreja Católica, mulheres podem ser nomeadas pastoras, apesar de ainda haver grande preponderância masculina. Em algumas igrejas, há a nomeação de bispos enquanto superiores hierárquicos.

Apesar da existência de diferenças entre cada igreja, o que a liturgia apresenta em comum, em geral, é a realização de cultos dedicados ao louvor (adoração, exaltação, glorificação) a Deus, com a interpretação de diversos cânticos e momentos de oração coletiva; à leitura dos textos bíblicos; à comunhão com Jesus Cristo; e à pregação pelos pastores. Outras características importantes que acompanham e unificam esse movimento cristão desde a Reforma Protestante, apesar da sua diversidade atual, são os seguintes:

- A fé somente pode ser justificada em Jesus Cristo, que é o único responsável pela mediação entre Deus e os seres humanos.
- A autoridade máxima e a regra de fé e prática das igrejas é dada somente pela Bíblia.
- A salvação somente pode ser concedida pela vontade de Deus. Assim, cabem aos seres humanos somente adorá-lo, pois foram criados para esse objetivo.

No século XIX, apesar de o catolicismo ainda ser a religião oficial do Estado brasileiro, diversos missionários europeus e estadunidenses conseguiram autorização do Império para fundar no país igrejas cristãs não católicas, como a Presbiteriana, a Batista, a Metodista, a Congregacional e a Anglicana. Estas são consideradas igrejas protestantes históricas, juntamente com outras denominações, e suas ações eram direcionadas aos estrangeiros que aqui viviam ou que passaram a residir no Brasil a partir dos tratados de imigração.



A ilustração da capitania de Rio Grande, atual estado do Rio Grande do Norte, mostra ao fundo o que seria a primeira igreja protestante do Brasil. A Igreja Reformada Potiguara foi fundada pelos colonizadores holandeses em 1625 e mantida pelos indígenas potiguara mesmo depois da expulsão desses colonizadores pelos portugueses.

Frans Post. *A Capitania de Rio Grande*, detalhe do mapa "Brasilia qua parte paret Belgis", de George Marcgraf, 1647. Pranchas de cobre, 9 gravuras e 2 faixas adicionais, 102 cm x 153 cm.

Evangélicos pentecostais e neopentecostais

Os evangélicos pentecostais são grupos que compartilham a espera da segunda vinda de Cristo à Terra e creem ter acesso, no cotidiano, à ação do Espírito Santo, ao qual atribuem a possibilidade de curas dos males da alma e do corpo. Note-se que, nos últimos anos, ocorreu um crescimento vertiginoso dessas religiões. Ao longo da história, os pentecostais sempre foram minoria. Somente a partir do final da década de 1970 o número de adeptos começou a crescer.

Segundo o antropólogo Ari Pedro Oro, há duas doutrinas teológicas que caracterizam a visão pentecostal, tanto no Brasil como na América Latina: as teologias da Guerra Espiritual e da Prosperidade.

A primeira é expressa na crença nas atividades das “forças demoníacas”. Essas forças devem ser combatidas nos rituais de exorcismo para a “libertação dos demônios” como condição sacramental para obter a “cura” ou a “prosperidade divina”. A segunda, a Teologia da Prosperidade, é expressa na leitura do evangelho, como promessa de bem-estar; na doutrina da confissão positiva que consagra o poder da palavra, ou seja, pedir, fazer ou receber o que deseja, além de relatar ao outro o que aconteceu; na obtenção de bênçãos – o que inclui a obtenção de bens materiais; e na definição de “dar” ou oferecer bens monetários como condição para se obter bênçãos de Deus.

Oro também afirma que as denominações evangélicas neopentecostais são compreendidas como aquelas que têm aspectos específicos em comparação ao pentecostalismo original. Entre esses aspectos, podemos citar a formação de líderes com personalidades fortes e carismáticas, o estímulo à expressividade emocional nos cultos e a exclusividade de pertencimento diante de todas as religiões (incluindo as evangélicas). O antropólogo destaca, no entanto, que alguns desses aspectos já existiam entre os pentecostais originários. O que acontece entre os neopentecostais é uma exacerbação de certos aspectos. O exemplo que ele apresenta são os projetos de transnacionalização (a abertura de igrejas em outros países) e o acentuado uso das mídias, tradicionais ou novas, como as redes sociais digitais. Esta última característica levou o antropólogo brasileiro Carlos Rodrigues Brandão a afirmar que existe uma **indústria cultural evangélica** que acolhe o fiel em casa e amplifica o espectro da cultura difundida pelos neopentecostais.

A partir da década de 1980, os pentecostais se apresentaram na sociedade brasileira, que vive uma profunda crise social, como agentes que oferecem uma solução para a ausência de cidadania. Esse fato aponta algumas pistas de como as religiões operam no enfrentamento de problemas materiais e emocionais imediatos de muitos brasileiros.

E quais são os elementos e mecanismos que contribuem para a conversão pentecostal e, por consequência, para seu crescimento numérico? Os principais são: os pentecostais atraem seus futuros fiéis por meio dos meios de comunicação que têm em mãos; há acesso direto aos pastores; há permanente consolação dos aflitos; há ocupação de espaços onde quase não existem instituições como escolas, assistência social, em suma, o Estado; os pentecostais também se tornam um recurso de recuperação familiar (combatendo vícios relacionados ao uso de álcool, drogas ilícitas, entre outras substâncias). Por fim, eles se apresentam à população mais carente como uma alternativa à ausência de cidadania e ao acesso a diversos direitos que deveriam ser básicos. Além disso, nas periferias, o pertencimento a uma comunidade religiosa, com todo o apoio material e espiritual que ela pode proporcionar aos seus membros, representa uma alternativa bem concreta à falta de perspectiva social e política de parte da juventude.



PILAR OLIVARES/REUTERS/Fotoarena

Pastor abençoa fiel durante culto em uma igreja pentecostal. Mesquita (RJ), 2022.



Luis Lima Jr./Fotoarena

Show de música gospel. São José dos Campos (SP), 2015.

Religiões de matriz africana e afro-brasileiras

As religiões que têm como base o culto a seres e entidades espirituais de origem no continente africano, como o candomblé e a umbanda, por exemplo, são também denominadas religiões de matriz africana ou religiões afro-brasileiras.

Durante a colonização do Brasil, uma das únicas coisas que os portugueses não puderam roubar dos africanos escravizados foi a fé religiosa. E essa fé sempre foi um fator de reconstrução de cultura. Alguns estudiosos das culturas negras afirmam que, com a necessidade de os africanos e seus descendentes manterem suas culturas no Brasil, houve a **reterritorialização** de costumes e crenças no espaço dos terreiros de candomblé e de umbanda. Era uma espécie de recurso de sobrevivência, pois, tratados à base da tortura e do terror da escravidão, não lhes restava outra coisa senão suas crenças, valores e costumes.

Assim, a religião impregnou todas as atividades da população negra brasileira, influenciando, inclusive, a vida profana. Recriando nas comunidades-terreiro o candomblé – o espaço da África e sua herança cultural –, os africanos escravizados conservaram um profundo sentido de comunidade e transmitiram de geração em geração as raízes de sua cultura. Portanto, o candomblé é uma criação brasileira com profundas raízes ancestrais africanas. As tradições religiosas de matriz africana recebem outros nomes em algumas regiões do Brasil, bem como apresentam algumas variações nos rituais e nas divindades cultuadas, tais como Batuque, no Rio Grande do Sul; Tambor de Mina, no Maranhão; e Xangô, em Pernambuco e Alagoas.

GLOSSÁRIO

Liturgia: conjunto de cerimônias e rituais de determinada religião.

Além dos orixás, entidades divinas, poderes e patronos de forças da natureza – como Exu, Iemanjá, Oxum, Oxóssi, Xangô, Iansã, Omulú e Oxumaré –, grupos de africanos e seus descendentes também cultuavam seus antepassados, os *eguns* – espíritos de indivíduos que depois se converteram em ancestrais, em “pais” (*baba egun*). O culto aos antepassados, entretanto, não pode, em hipótese alguma, se confundir com o culto aos orixás, já que cada um deles tem doutrina e **liturgia** próprias.

Enquanto o candomblé cultua as forças da natureza dos orixás, a umbanda pratica o culto de diversos espíritos ancestrais, chamados de entidades, como pretos-velhos, caboclos, pombagiras, exus e crianças. Esses espíritos incorporam em seus fiéis – adeptos iniciados ritualmente na umbanda – para dar consultas de ajuda à comunidade. A umbanda também é uma criação essencialmente brasileira, surgida na primeira década do século XX. É um culto sincrético, pois há certa mistura de cultos africanos aos ancestrais com cultos aos ancestrais indígenas e cultos de origem cigana, remetendo a costumes de antigos povos que ainda hoje vivem em algumas regiões da Europa e da Ásia. Estão presentes também símbolos católicos e elementos do espiritismo kardecista.



Ricardo Teles/Pulsar Imagens

Homem presta homenagem a Iemanjá. Santo Amaro (BA), 2024.



Dudu Contursi/Pulsar Imagens

Centro espírita instalado em prédio de arquitetura colonial. São Francisco do Sul (SC), 2021.

Espiritismo kardecista

A doutrina espírita, ou o espiritismo, conhecida no Brasil, de modo geral, como kardecismo, é também conhecida por parte da população, em algumas regiões, como o “espiritismo de mesa branca”. Isso se dá por referência à toalha branca que sempre cobre a mesa onde se sentam aqueles que presidem as sessões nos centros espíritas, acompanhados pelos “médiuns”, ou seja, pelas pessoas que têm o dom de se comunicar com “os espíritos daqueles que já se foram da vida terrena”. Outra justificativa para o uso do termo “mesa branca” diz respeito a uma forma de diferenciação e oposição aos centros das religiões afro-brasileiras, inclusive pelo fato de sua teologia – diferentemente destas – ter como base de sustentação o cristianismo.

O espiritismo se autodefine, ao mesmo tempo, como uma religião, uma filosofia e uma ciência, criada na França, no século XIX, por Allan Kardec, pseudônimo do pedagogo francês Hippolyte Léon Denizard Rivail (1804-1869). Kardec é reconhecido pelos espíritas como o codificador da doutrina: ele não teria “inventado” nada, apenas sido o instrumento da organização

teórica que traduziu os “fenômenos espirituais” presentes no cotidiano e que já eram identificados e percebidos por centenas de pessoas. Suas leituras desses fenômenos foram sistematizadas em diversas obras que até hoje servem de referência para todos os praticantes e adeptos do espiritismo – uma delas, *O Evangelho segundo o espiritismo*, propõe a releitura dos textos dos quatro evangelhos cristãos à luz da doutrina, interpretando teologicamente, do ponto de vista espírita, a vida e as palavras proferidas por Jesus Cristo.

Apesar de o espiritismo não se definir especificamente somente como uma religião, pode-se dizer que ele assumiu esse formato no Brasil, sendo praticado por cerca de quatro milhões de pessoas. Fora esse quantitativo, os adeptos do kardecismo sempre citam a existência de uma enorme quantidade de “simpatizantes” que não são contabilizados pelas pesquisas censitárias do IBGE. Esses simpatizantes seriam adeptos de outras religiões (principalmente católicas) ou pessoas sem religião oficial definida, mas que creem na doutrina ou “na vida após a morte”, atestada pela existência dos espíritos. Um exemplo disso é a grande acolhida popular de novelas televisivas, assim como filmes de temática especificamente espírita que foram campeões de bilheteria nos cinemas brasileiros.

Coisa de brasileiro? O fenômeno do sincretismo

Um fenômeno social bastante interessante no Brasil é o **sincretismo religioso**. Este é o resultado do contato social entre povos e grupos, promovendo uma espécie de “fusão” ou “amálgama” de determinadas características religiosas e culturais distintas desses grupos. O sincretismo é, portanto, a existência comum de traços culturais e religiosos, originalmente diferentes, que poderiam ser interpretados como incompatíveis ou antagônicos, mas que acabam se apresentando como um só elemento novo e único.

No caso do Brasil, o sincretismo se dá com o encontro entre africanos escravizados, povos indígenas e brancos europeus. Porém, antes de examinar o sincretismo na religiosidade brasileira, vamos ver como ele foi analisado na história.

O fenômeno do sincretismo não foi inventado no Brasil. Ele tem origem na Grécia Antiga: dizem alguns historiadores que os cretenses, sempre dispostos a brigar entre si, se uniam quando eram atacados por um inimigo externo: *sim* + *cretismo* = união dos cretenses.

Ao longo da história, o termo foi associado aos contatos e fusões religiosas e culturais de diversos povos. Atualmente, no sul da Itália (na Calábria), por exemplo, acontece na semana de Páscoa um ritual religioso que mistura a Paixão de Cristo com rituais de autoflagelação dos antigos gregos.

No Brasil, o sincretismo se manifestou em vários níveis. O candomblé, por exemplo, é resultado da reelaboração de diversas culturas africanas. Tanto nessa religião como na umbanda ocorre a realização de um jogo de contatos, uma troca de influências. Essas religiões podem ser entendidas como “espaços de resistência”, na medida em que os africanos escravizados e seus descendentes geraram novas formações sincréticas no território brasileiro e das Américas como um todo, originais em comparação com as religiões africanas que lhes serviram de origem.

A prática do catolicismo popular também é sincrética, como o culto a Nossa Senhora dos Navegantes e a Iemanjá. A mesma imagem representa rituais na igreja e no mar. A festa do Nosso Senhor do Bonfim também reza a missa e faz a lavagem das escadarias pelas mães de santo e filhas de santo. Outro exemplo popular de sincretismo está na devoção católica a São Jorge, que corresponde, nas religiões de matriz africana, ao orixá Ogum, no Rio de Janeiro, e, ao mesmo tempo, a Oxóssi, na Bahia.



Mauro Akin Nassor/Fotoarena



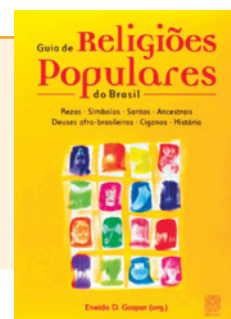
Infográfico
interativo
Religião
e festas
populares

Baianas fazem a tradicional lavagem das escadarias na Igreja do Bonfim. Salvador (BA), 2019.

Para ampliar

Leia

Guia de religiões populares do Brasil: rezas, símbolos, santos, ancestrais, deuses afro-brasileiros, ciganos, história, de Eneida Gaspar (Pallas, 2002). Inventário de manifestações religiosas populares espalhadas pelo país, com a descrição de suas principais características.



Editora Pallas

A sociedade, seus desafios e a religiosidade

A religiosidade permeia a vida individual e social para além das religiões, da espiritualidade e da construção de identidades. Ela também adentra questões da vida em sociedade e da política nacional.

Racismo, intolerância e fundamentalismo religioso

Atualmente, um dos grandes debates que se realiza na Sociologia brasileira é o fenômeno do **racismo religioso**. O conceito está relacionado aos inúmeros casos de violência contra as religiões de matriz africana no Brasil. O racismo religioso não significa uma forma de discriminação dirigida especificamente a uma pessoa, e sim a formas de cultura e existir da pessoa adepta ao candomblé ou da umbanda – em geral, pessoas negras. É importante entendermos que a história de perseguições, hostilidades, destruição de terreiros, entre outros atos decorrentes do preconceito racial desde a colonização do Brasil, representa uma tentativa de eliminar a cultura afro-brasileira. O racismo se manifesta, dessa forma, na dualidade que interpreta o mundo dividido “entre o bem e o mal” – o último seria explicitamente identificado nas atividades das religiões de matrizes africanas e nas populações negras que continuariam perseguidas e criminalizadas durante a história do Brasil.



Toninho Tavares/Agência Brasília

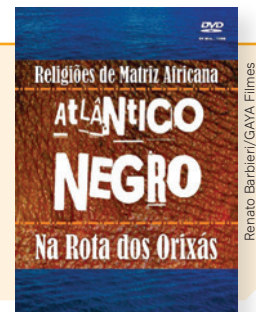
Para termos uma dimensão do que estamos tratando aqui, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania publicou, em janeiro de 2024, a identificação de 2124 denúncias de casos de **intolerância religiosa** ocorridos no país durante o ano de 2023 – número que representa um aumento de 80% em relação a 2022, quando haviam sido catalogadas 1184 denúncias de violação dos direitos humanos do ponto de vista religioso. A constatação de que a maioria desses casos tem como alvo as religiões de matrizes africanas respalda a utilização sociológica da expressão racismo religioso.

Terreiro de candomblé destruído por incêndio supostamente criminoso. Brasília (DF), 2015.

Para ampliar

Assista

Atlântico negro: na rota dos orixás, direção de Renato Barbieri (Gaya Filmes, 1998, 55 min). Documentário que faz uma viagem no espaço e no tempo em busca das origens africanas da cultura brasileira. Historiadores, antropólogos e sacerdotes africanos e brasileiros relatam fatos históricos e dados sobre as afinidades culturais que unem os dois lados do Atlântico.



É importante registrar que o termo racismo religioso tem sido utilizado com mais frequência nas análises da realidade brasileira, como assinalamos, tendo em vista o peso da herança que o passado histórico colonial e escravista ainda tem na configuração das desigualdades sociais. Não se trata, porém, de um fenômeno sociológico exclusivamente nacional, mas de cunho global, reconhecido sob a expressão de **intolerância religiosa**. A intolerância religiosa se manifesta em todas as partes do planeta em relação a manifestações religiosas diversas, tais como o islamismo, o judaísmo, o budismo e o hinduísmo. A depender da história específica vivida pela população na região, atos de intolerância e violência se repetem continuamente, acentuados por ações políticas ou de ordem social e econômica. Têm sido frequentes os casos de islamofobia em países europeus, com a crescente acusação de que os adeptos do islamismo seriam fanáticos religiosos. Assim como tem ocorrido há décadas ataques por parte de segmentos islâmicos contra a população adepta do hinduísmo no subcontinente indiano, na Ásia.

O fenômeno da intolerância religiosa tem relação direta com o conceito de **fundamentalismo religioso**. O que significa essa ideia? Trata-se da disseminação de práticas de intolerância religiosa que têm como base de sustentação uma interpretação literal dos textos definidos como sagrados por parte de algum segmento religioso específico. Essa compreensão literal contribui para a rejeição a determinadas práticas religiosas distintas, que não são consideradas divinas pelo tal segmento religioso, podendo significar o estímulo à violência contra outras concepções religiosas, assim como a seus símbolos e rituais. O fundamentalismo religioso não é característica de uma religião específica, mas pode sustentar, do ponto de vista teórico e prático, diversas formas de intolerância e de violência religiosa.

Religião e política no Brasil

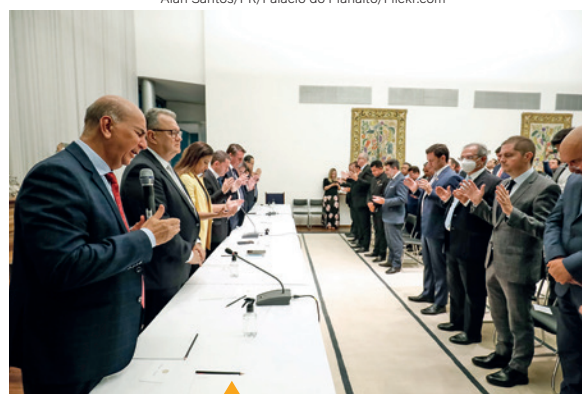
Conforme estudamos até aqui, a religiosidade fornece aos indivíduos concepções sobre a vida, a sociedade, seu passado, presente e futuro, não se restringindo à crença individual, ao culto aos deuses, ou a Deus. Como vimos nas reflexões e pesquisas de vários sociólogos, a religiosidade nos orienta a ter normas e regras de comportamento. Ela pode também, no entanto, representar os interesses de determinados grupos subjugando outros, além de interferir em outras atividades humanas, incluindo a luta contra as injustiças e explorações.

O brasileiro sempre teve na religião um dos recursos mais fortes para manter suas culturas, suas relações com a realidade social e suas lutas por uma vida mais digna. Por essa razão, afirmamos que religiosidade e política sempre se envolveram mutuamente. Isso ocorreu com frequência na história do Brasil: na resistência dos africanos escravizados e seus descendentes para manter suas culturas; no caso dos adeptos e comunidades vinculadas à Teologia da Libertação, na defesa dos seus ideais; assim como quando os pentecostais cumprem um papel onde o Estado se encontra ausente em suas políticas públicas sociais, procurando substituir e suprir as necessidades básicas de muitos brasileiros excluídos.

Se religião e política sempre estiveram relacionadas no Brasil, nos últimos anos temos observado uma presença cada vez maior da atuação religiosa na política partidária, isto é, no plano da política que diz respeito à administração do Estado e da vida pública.

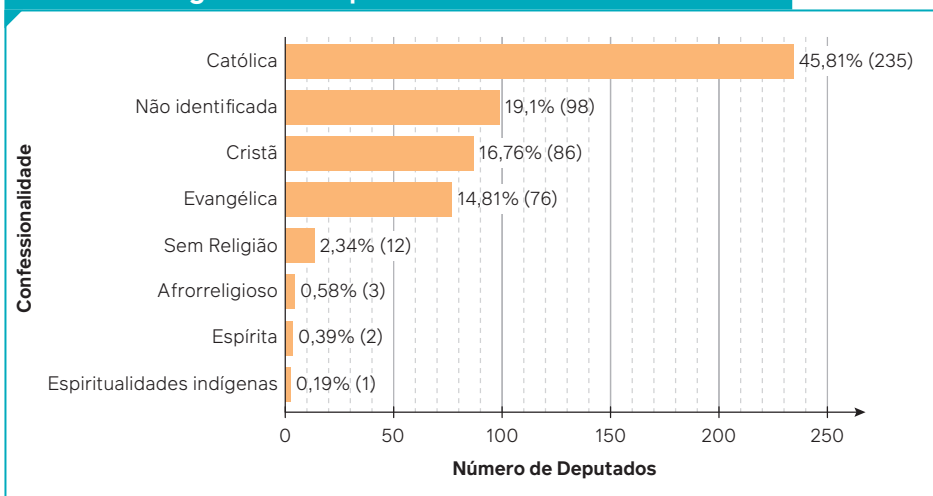
Pesquisas recentes apontam para um número crescente de candidatos a cargos políticos que constroem suas campanhas com base em identificações religiosas e pautam suas candidaturas majoritariamente por temas de interesse e posicionamentos orientados por doutrinas cristãs. Evangélicos (denominação genérica também para pentecostais e neopentecostais), em especial, aumentaram significativamente sua influência no Parlamento brasileiro desde os anos 1990. No Congresso Nacional, por exemplo, dos 513 parlamentares que foram eleitos em 2022, 403 se identificaram religiosamente – ou seja, 75,55% do total, como mostra o gráfico a seguir.

Políticos da bancada evangélica.
Brasília (DF), 2021.



Alan Santos/PR/Palácio do Planalto/Flickr.com

Confissão religiosa dos deputados federais eleitos em 2022



TDFStudio

O termo **bancada evangélica** é utilizado pela sociedade, sobretudo pela imprensa e por cientistas e analistas políticos, ao mencionar grupos de políticos que se declaram evangélicos e defendem pautas ligadas a valores religiosos cristãos.

Fonte: CUNHA, M. et al. A Câmara Federal na 57ª legislatura: pertencimento religioso dos eleitos. In: ISER. *Religião e política: um olhar a partir das pesquisas do Iser (2022-2023)*. Rio de Janeiro: Iser, 2023. p. 197. E-book.

Questionamentos

1. O que você acha da atuação de parlamentares com base em suas crenças e valores religiosos?
2. Você acredita que a identificação religiosa de um parlamentar é importante para a atuação como representante político? Debata com a turma e justifique sua resposta.





1. A Sociologia considera o estudo das religiões sob diferentes aspectos, que abrangem o conceito de secularização, a religião como instituição social, o pertencimento religioso, o entendimento da religião como instrumento de poder, entre outros. Escolha um desses aspectos e explique-o, embasando sua ideia em dados e/ou nas teorias de pensadores como Max Weber, Émile Durkheim e Karl Marx.
2. Embora seja um Estado laico, o Brasil recebe influência da religião em diferentes aspectos políticos. Que influências são essas? Cite alguns exemplos, analisando se há mais aspectos positivos ou negativos.
3. Na sua comunidade, os adolescentes se interessam pela religiosidade? Há uma busca pela compreensão do que seriam “os mistérios da vida” por meio das religiões?
4. O que significa pertencimento religioso para você? Caso sinta-se à vontade, compartilhe com seus colegas sua vivência em relação a isso, mencionando sua religião ou sua autodefinição como ateu ou agnóstico e destacando os impactos desse pertencimento em sua vida.

5. (Uece – 2022)

“A escravidão das populações indígenas e negras no Brasil produziu a desintegração dos seus diversos universos religiosos de origem e, ao longo do processo de formação social brasileiro, ocorreu a assimilação de elementos fraturados das crenças ameríndias e africanas pelas tradições cristã e católica.

E, por outro lado, houve também processos de assimilação ou sincretismo na criação de novas religiões produzidas a partir de crenças remanescentes indígenas e africanas misturadas com elementos do cristianismo. Para Ortiz (1999), o que ocorreu foi uma cristianização daquelas antigas religiões fraturadas em algumas crenças cultivadas por índios e negros escravizados e que resultaram, por exemplo, na Umbanda e no Candomblé.”

ORTIZ, R. *A morte branca do feiticeiro negro: umbanda e sociedade brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Sobre essas religiões oriundas do sincretismo de crenças africanas, indígenas e europeias, é correto afirmar que

- a) o Candomblé é uma religião afro-brasileira que nega as raízes africanas e adota o culto a santos católicos.
 - b) a Umbanda, única religião afro-brasileira, é a mais pura e próxima das tradições e crenças africanas.
 - c) o Candomblé e a Umbanda são, também, modos de sobrevivência das antigas religiões das etnias indígenas e negras.
 - d) a Umbanda, o Candomblé e a Macumba surgem, na verdade, como formas de negar a imposição do cristianismo.
6. Observe o cartaz a seguir e faça o que se pede.

Arquivo MPRN



Analise o cartaz e, com base em sua compreensão, elabore um pequeno texto indicando qual é a mensagem principal e o que ele visa combater. Destaque os elementos que lhe permitiram chegar a essas conclusões e procure apresentar exemplos do tema destacado.

Cartaz de divulgação de campanha contra a intolerância religiosa, promovida pelo Ministério Público do Rio Grande do Norte em 2019. Disponível em: <https://www.ampern.org.br/mprn-lanca-campanha-de-combate-a-intolerancia-religiosa>. Acesso em: 12 set. 2024.

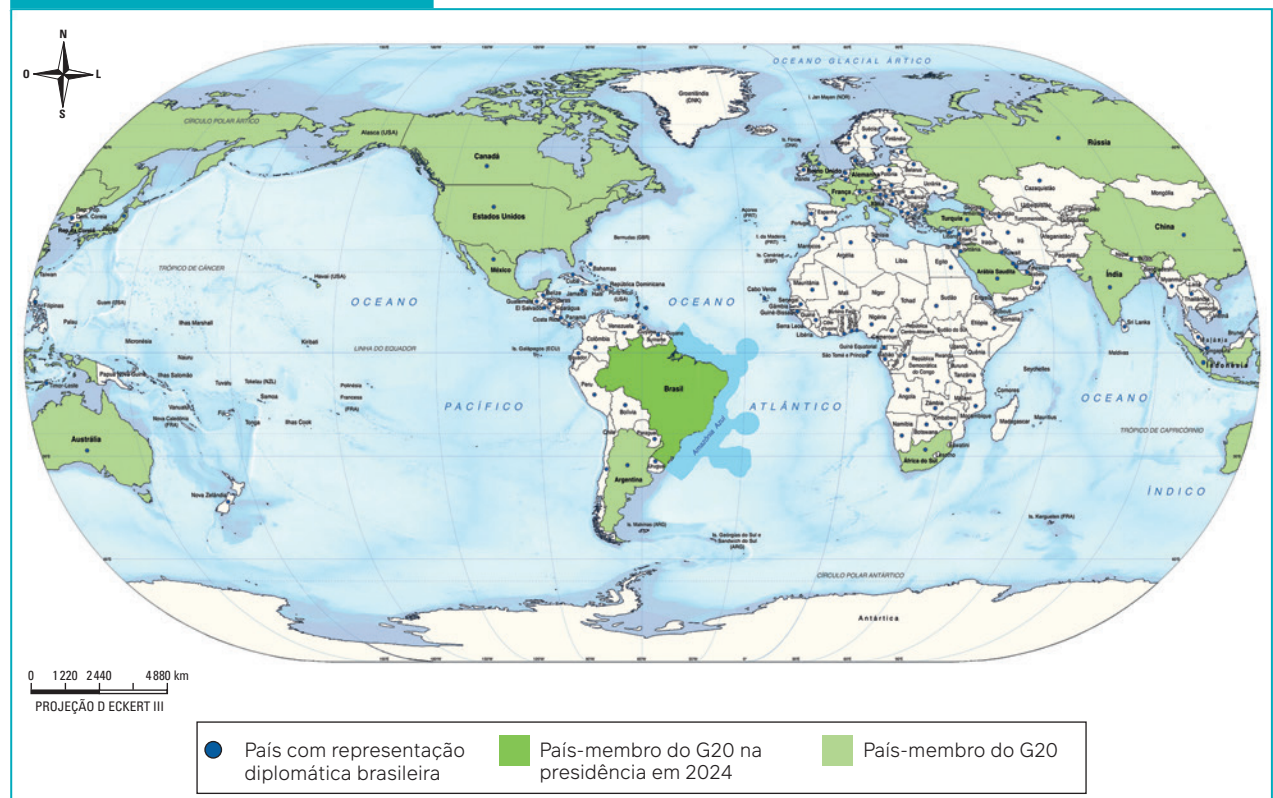
“Sou onde penso”: sociologias além da Europa



Desde publicações realizadas em 2018, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vem desenvolvendo mapas-múndi em que o Brasil aparece ao centro. Em 2024, um novo mapa foi elaborado e divulgado, apresentando os países-membros do G20 – grupo formado pelas 19 maiores economias do mundo, além da União Africana e da União Europeia.



Países-membros do G20 (2024)



Fonte: IBGE. *Países-membros do G20*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://atlascolar.ibge.gov.br/mundo/espaco-economico/blocos-economicos/22058-paises-membros-do-g20>. Acesso em: 14 ago. 2024.

Observando o mapa, Paulo Marcio Leal de Menezes, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, declarou que essa produção cartográfica “tira essa visão eurocêntrica” dos mapas tradicionais, conhecidos e utilizados pela comunidade científica. Com isso, Menezes quer dizer que, nesse mapa, o posicionamento do Brasil desafia as convenções e a visão de mundo baseadas em parâmetros europeus. Como assim? Pode-se fazer uma mudança no pensamento cartográfico adotado por uma comunidade científica?

Começamos este capítulo informando sobre essa inusitada decisão para ilustrar que algumas ideias, convencionadas como científicas, não são **universais**, ou seja, não são entendidas da mesma forma e com o mesmo significado. Geralmente, nas Ciências Sociais, os fenômenos sociais são interpretados e pensados com base na realidade que os sujeitos experimentam em seu território ou região, do ponto de vista cultural vivenciado em seu processo de socialização. Isso implica, necessariamente, a diversidade de pensamentos e teorias sociológicas desenvolvidas.

Questionamentos

1. O mapa-múndi elaborado pelo IBGE está equivocado? Por quê?
2. Os pressupostos científicos são universais, ou seja, têm o mesmo sentido no mundo inteiro? Explique sua resposta.
3. Onde a ciência é produzida?

Nas ciências sociais europeias, ficou famosa a frase do filósofo e cientista René Descartes (1596-1650): “Penso, logo existo”. A expressão pretendia ilustrar a característica universal do pensamento racional. O que veremos neste capítulo vai em outro sentido, que pode ser expresso por uma frase distinta: “Sou onde penso”. O pensamento social, assim, é fruto do **lugar** em que é formulado.

Há, além das teorias sociológicas que estudamos, outras teorizações que não foram formuladas do ponto de vista de autores de origem europeia ou estadunidense. Neste capítulo, estudaremos outros pensamentos ou imaginações sociológicas que nos ajudam a refletir sobre a realidade, inclusive brasileira, questionando o universalismo do pensamento europeu.

A crítica pós-colonial

GLOSSÁRIO

Eurocentrismo:

conceito e visão de mundo em que a Europa representa a referência principal para a compreensão de toda a realidade social e cultural do resto do mundo.

Um grupo de pensadores de meados do século XX em diante fez uma dura crítica ao **eurocentrismo** das Ciências Humanas e Sociais. Trata-se dos chamados **autores pós-coloniais**. Essa denominação se refere a variadas teorizações que ganharam popularidade, a partir dos anos 1980, e que têm como temas centrais de análise a crítica às interpretações sobre a modernidade europeia e a colonização dos países do Hemisfério Sul do planeta, também denominado **Sul Global**.

Entre esses, podemos citar Frantz Fanon (1925-1961), psicanalista nascido na Martinica; Aimé Césaire (1913-2008), poeta, também nascido na Martinica; Albert Memmi (1920-2020), professor nascido na Tunísia; Edward Said (1935-2003), crítico literário palestino; Gayatri Chakravorty Spivak (1942-), intelectual indiana; e Stuart Hall (1932-2014), intelectual jamaicano.

Esses autores e autoras, em um período de cinco décadas, ficaram conhecidos como formuladores da crítica ao processo de **colonização europeia e seus efeitos** na dominação cultural e política e na invisibilidade social e histórica dos povos colonizados na Ásia, na África e nas Américas.

A crítica pós-colonial identifica que, em razão da exploração colonial europeia, há uma relação antagônica profunda entre colonizado e colonizador. Isso leva à ideia, por exemplo, de Frantz Fanon e de Albert Memmi, de que a **identidade do colonizador** está presente na alma do colonizado, impedindo-o de ser ele mesmo.

A crítica ao eurocentrismo é uma das principais abordagens de Franz Fanon. Além de psicanalista, Fanon foi militante da Frente de Libertação Nacional da Argélia (FLN), país africano que lutava para se tornar independente, deixando de ser uma colônia da França, o que ocorreu em 1962.

Na obra *Os Condenados da Terra* (1961), Fanon descreve a situação do negro africano escravizado pelos europeus e denuncia o colonialismo e a riqueza acumulada pela Europa com base na escravidão. Seu ponto de vista é o do colonizado. Nesse livro, Fanon argumenta que a Europa, enquanto lugar de produção de conhecimento, reivindica uma posição de universalidade na interpretação da história humana, com seus valores, filosofias e visões de mundo; mas, por outro lado, massacra a humanidade fora da Europa com escravidão, racismo, exploração econômica e política. Enfim, para o autor, há uma hipocrisia do pensamento europeu quando defende a ideia de uma igualdade universal entre os seres humanos.

Negritude, orientalismo e subalternidade

Aimé Césaire é outro pensador caribenho. Quando esteve em contato com jovens africanos nos anos 1930 em Paris, na França, começou a tomar consciência da situação colonial dos africanos e da condição racial de seus descendentes na diáspora africana na América. Em 1934, fundou o jornal *O Estudante Negro*. É nesse periódico que aparece pela primeira vez o conceito de **negritude**.

Soldados das colônias britânicas lutando pelo exército inglês durante a Primeira Guerra Mundial. França, 1916.



Li. Ernest Brooks/Imperial War Museums/Getty Images

O conceito, criado por Césaire, era uma resposta à opressão cultural e colonial francesa. Ao formulá-lo, ele tinha o objetivo de rejeitar a política de assimilação cultural francesa sobre os africanos e a crítica à desvalorização da África como base cultural dos negros da diáspora. A negritude, para ele, era um **projeto cultural** para todos os oprimidos do mundo. Antes de Césaire, a palavra *négritude* (que provém do francês *négre*) tinha sentido pejorativo, de ofensa contra negros.

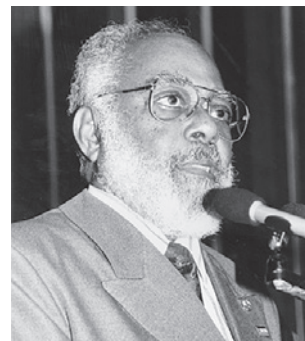
A intenção de Césaire, bem como de vários militantes antirracistas nos anos seguintes, foi reverter a lógica pejorativa da palavra *négre*, para afirmar a identidade e o orgulho racial. Esse pensamento se espalhou pelas Américas, e hoje é considerado por muitos um movimento de orgulho racial e consciente da riqueza cultural das matrizes africanas na diáspora. No Brasil, essas ideias influenciaram, na década de 1940, o militante negro antirracista Abdias Nascimento (1914-2011), fundador do Teatro Experimental do Negro (TEN).

Perfil

Abdias Nascimento

Abdias Nascimento nasceu em São Paulo em 1914 e faleceu em 2011. Considerado um dos intelectuais mais influentes das culturas afro-brasileiras e do movimento negro brasileiro, formou-se em Economia pela antiga Universidade do Rio de Janeiro, em 1938. Fez pós-graduação no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), em 1957, e no Instituto de Oceanografia, em 1961.

Em 1944, fundou o TEN, primeira entidade afro-brasileira que pretendeu romper a barreira racial no teatro brasileiro, além de lutar pelos direitos civis e pela recuperação das heranças culturais africanas no Brasil. Com dezenas de textos e livros publicados, bem como com produções artísticas – no teatro, nas artes plásticas, entre outras áreas –, Abdias foi deputado federal entre 1983 e 1987 e senador da República entre 1997 e 1999. Entre seus livros de maior repercussão, no Brasil e nas Américas, estão: *O quilombismo* (1980), *O genocídio do negro brasileiro* (1978) e *O negro revoltado* (1982).



Senado Federal

Abdias Nascimento, economista brasileiro, pioneiro nos estudos étnico-raciais, em Brasília (DF).

Assim como Fanon, Césaire compara a ideologia colonialista com o nazismo. Seus conceitos contribuíram para pensar a realidade dos descendentes de africanos nas Américas.

As críticas ao eurocentrismo não vêm somente da África. Outro intelectual de grande importância é o palestino Edward Said, que afirmava que o termo “Oriente” era uma invenção do Ocidente. Essa palavra significaria a classificação e a percepção de identidade das sociedades localizadas ao leste da Europa – no caso, os árabes –, e teria servido como exercício de dominação política e cultural. Em *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* (1978), Said definiu “Orientalismo” como uma forma do pensamento ocidental de representar o Outro, tornando-o mais ameno à sua intervenção.

Segundo Said, em diversos escritos de historiadores, enciclopedistas e filósofos há descrições sobre o caráter do ocidental e do oriental com qualificação moral. São exemplos a caracterização do nativo americano como **ereto, colérico, vermelho**; a do asiático como **rígido, melancólico, amarelo**; e a do africano como **frouxo, negro, místico**. A influência da literatura de viagem e das reportagens científicas, assim, teria fundamentado o expansionismo europeu. Em outras palavras, o Orientalismo seria, para o autor, um discurso de intelectuais ocidentais voltados para a **intervenção política** no Oriente.

Já a autora de origem indiana Gayatri Chakravorty Spivak (1942-) afirma que o **sujeito subalterno** é aquele cuja voz não pode ser ouvida, pois os intelectuais especializados pressupõem uma verdade absoluta ao falar **sobre e pelo** subalterno. Em sua tese – *Pode o subalterno falar?* (1985) –, Spivak se contrapõe aos intelectuais europeus para demonstrar a possibilidade de **emancipação** dos subalternos.

A obra é uma das muitas produções artísticas que retratam o que consideravam “o Oriente”: uma região exótica e atemporal.



Museu do Louvre, Paris

Eugène Delacroix. *As mulheres de Argel*, 1834. Óleo sobre tela, 1,80 m × 2,29 m.

Spivak questionou a capacidade de indivíduos e grupos oprimidos de falar e ter suas histórias incluídas nas histórias das nações. Sua crítica, em outras palavras, era a de que as minorias políticas são condenadas a se expressar somente por intermédio daqueles que ocupam o poder. Essa crítica ajudou no aprofundamento dos conceitos de sujeito subalterno e na condição de subalternidade, que, para a autora, eram invisibilizados nas Ciências Sociais. Ela afirma a capacidade dos colonizados de falar por meio da sua própria voz, de seus próprios conceitos, suas próprias visões de mundo e histórias, emancipando-se (libertando-se), portanto, das interpretações dos colonizadores e seus herdeiros.

Poderíamos citar muitos autores e teóricos pós-coloniais que contribuíram para o pensamento sociológico, porém vamos analisar as contribuições de mais um: o jamaicano Stuart Hall (1932-2014).

Em um de seus livros – *Da diáspora: identidades e mediações culturais* (2003) –, Hall aborda o colonialismo europeu e seus efeitos nas identidades dos colonizados. Para o autor, o colonialismo buscou introjetar no colonizado um modo de vida moderno global, mas não conseguiu abolir tradições antigas dos colonizados. Nesse sentido, **hibridismos** foram criados, assim como variadas interconexões culturais, extinguindo formas puras de identidades e culturas. Um exemplo de hibridismo – que significa a combinação de aspectos culturais provenientes de diferentes culturas e que produzem novos significados – foi a instituição da Umbanda no Brasil. Essa religião é uma combinação de elementos de culturas africanas, indígenas e europeias.

▼ Questionamentos



1. O que você pensa sobre as concepções e visões dos autores que apresentamos até o momento?
2. Como suas ideias se relacionam com a frase que compõe o título do capítulo, “Sou onde penso”?

Afrocentricidade

A professora Ama Mazama (1961-), nascida em Guadalupe, pequena ilha da América Central, define **afrocentricidade** como um movimento teórico em que os africanos devem agir como agentes autoconscientes, e não se deixar ser definidos e manipulados por ideias dominadoras europeias. Em outras palavras, a afrocentricidade propõe maneiras de ver e interpretar a realidade da perspectiva de pessoas pretas africanas, do continente e da diáspora.

A intelectual estadunidense (que também tem cidadania brasileira) Elisa Larkin Nascimento (1954-), por sua vez, afirma que a afrocentricidade como teoria não teria surgido nos anos 1980 se pensadores da Europa e dos Estados Unidos não tivessem se apropriado, com exclusividade, do direito de escrever a história de todo o resto do mundo. Segundo a autora, a Europa investiu duzentos anos de poder intelectual na construção de uma consciência histórica com base na própria imagem.

Mas é o intelectual Molefi Kete Asante (1942-), afro-estadunidense, que é reconhecido como formulador e sistematizador da teoria afrocêntrica. Segundo ele, alguns pressupostos teóricos da afrocentricidade já estavam presentes em outros autores que veremos mais adiante. Como afirma:

[...] a afrocentricidade é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos.

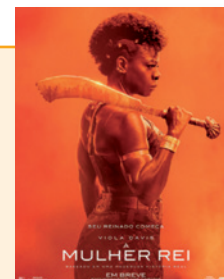
ASANTE, M. K. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, E. L. (org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93.

Pode até parecer que o autor quer negar tudo o que foi pensado do ponto de vista europeu e colocar a afrocentricidade como a teoria substituta e superior a todas as outras. Mas não se trata disso. O que Asante e outros pensadores estão propondo é pensar e interpretar a realidade de um lugar ocupado por alguém em determinado momento histórico. Assim, não faria sentido alguns africanos analisarem, por exemplo, a colonização do ponto de vista de quem “descobriu” os territórios onde os povos africanos já existiam.

Para ampliar

▼ Assista

A Mulher Rei, direção de Gina Prince-Bythewood (Sony Pictures Releasing, 2022, 2h15min). O filme acompanha a história da general Nanisca, uma Agojie, isto é, membra de uma elite de guerreiras de proteção do reino africano de Daomé, no início do século XIX. O grupo batalha contra o colonialismo e o tráfico negreiro dos colonizadores. A produção mostra a perspectiva de um povo africano diante do colonialismo europeu.



Sony Pictures

Visões afrocêntricas

Vejamos a seguir alguns exemplos de visões afrocêntricas.

O primeiro exemplo são as teses de Cheikh Anta Diop (1923-1986). Diop é considerado por muitos pensadores africanos o intelectual mais relevante da África no século XX. Fez doutorado em Física e formou-se em 1956, na França, mas seus interesses eram outros, especialmente por causa dos movimentos pela independência de países africanos que o levaram a pensar a reconstrução e reavaliação do passado africano. Ao mesmo tempo que fazia pós-graduação em Física, estudava História, Sociologia, Antropologia e Egiptologia.

Foi no campo da Egiptologia que Diop enfrentou polêmicas por defender as seguintes ideias:

- a humanidade começou na África e todas as outras “raças” (conceito utilizado pelo autor) emergiram tardiamente como ramos do tronco africano por causa das mudanças climáticas ocorridas durante a última Era Glacial;
- o Egito Antigo foi uma civilização “negro-africana”, em todos os sentidos, desde a Pré-História até a conquista do Egito pelos antigos romanos, nos anos 30 antes de Cristo;
- a Engenharia, as Artes, a Filosofia, a Medicina e as Ciências surgiram antes no Vale do Nilo (no Egito) para depois se espalhar, por meio de Creta, para a Grécia continental clássica.

Há outras teses de Diop, mas nos limitamos a essas três, que causaram reações nas Ciências Sociais europeias da época.

Essas teses questionavam algumas convenções acordadas entre os cientistas europeus e estadunidenses, como a teoria policêntrica de que o *Homo sapiens* surgiu em diversos lugares; e a teoria de que o Egito, embora se localize no continente africano, não pertenceria culturalmente a esse continente: a civilização egípcia seria oriunda, provavelmente, do “Oriente próximo”, na Ásia. Por fim, a teoria de que a Grécia Antiga seria o berço da civilização ocidental, o local onde ocorreu o “milagre grego”, ou seja, o autodesenvolvimento por si só, sem qualquer influência de outras culturas, e, ao final, se espalhou pela Europa, criando o mito de fundação da civilização ocidental.

Se ele tem razão, será que os historiadores eurocentrados teriam de reescrever a história da Europa e do mundo? Diop incomodou muito os cientistas ocidentais de sua época, porque fundamentou seus estudos na Arqueologia, na Linguística, na Química, na Sociologia e na Biologia. Os outros trabalhos são um exemplo de estudos de afrocentricidade.

Outro intelectual importante é o historiador inglês Martin Bernal (1937-2013). Bernal foi professor de estudos mediterrâneos e orientais na Universidade de Cornell, nos Estados Unidos, e autor do polêmico livro *Atenas Negra: as raízes afro-asiáticas da Civilização Clássica* (1987). Em uma concepção semelhante ao que afirmava Diop, o autor defendeu a tese da íntima relação da Grécia Antiga com seus vizinhos africanos e asiáticos – os egípcios e os fenícios.

Segundo Bernal, grande parte da cultura material, do pensamento e das filosofias da Grécia Antiga foram influenciadas profundamente pelos fenícios e antigos egípcios.



Ilustrações em parede dentro da tumba do faraó Tutancamon no Vale dos Reis. Egito, 2020.



Estátua grega de meados do século VI a.C. Atenas, Grécia, 2002.

Questionamento

1. Você consegue identificar elementos associados à cultura egípcia na fotografia da estátua grega presente nesta página? Converse sobre isso com seus colegas.

Bernal cita como um dos exemplos as palavras de Aristóteles, pensador grego, no seu livro *A Política* (século IV a.C.). O filósofo grego descrevia que os egípcios são apontados como a mais velha sociedade do mundo e que sempre tiveram um corpo de leis e um sistema político; os gregos deveriam tomar isso como exemplo e usar essa referência adequadamente, além de procurar descobrir novas formas de organização social, não pensadas pelos egípcios.

Eles vieram antes de Colombo?

Em 1976, o historiador e antropólogo nascido na Guiana, América do Sul, Ivan Van Sertima (1935-2009) publicou o livro *Eles vieram antes de Colombo*. Sua tese era de que, entre os séculos VIII a.C. e XV d.C., povos africanos navegaram até as Américas em expedições de exploração e comércio. Essa tese coloca em questionamento, portanto, que as frotas comandadas pelo navegador Cristóvão Colombo teriam sido as primeiras a alcançar o continente americano.

De acordo com Van Sertima, existem muitas evidências desse contato entre africanos e ameríndios em vários campos de conhecimento, como na Engenharia Naval, Genética Vegetal, Arqueologia, Oceanografia, entre outros. Segundo o autor, até 1974 apareceram crânios africanoides nas cidades de Tutilco Cerro de las Mesas e Monte Albán, no México, confirmando as pesquisas de antropólogos e arqueólogos de que crânios e esqueletos contêm a presença de 13,6% de DNA de africanos na população olmeca (povo anterior aos maias). Outro argumento apresentado por Van Sertima são as técnicas de mumificação utilizadas por indígenas no México e no Peru, que, segundo ele, são idênticas àquelas do Egito Antigo. Ele ainda acrescenta que essas técnicas envolvem um conhecimento de substâncias químicas muito complexo e que dificilmente seriam reproduzidas por acaso ou por coincidência entre um continente e outro.

JC Gonram/Shutterstock.com



As gigantescas cabeças da cultura olmeca nas cidades de La Venta, San Lorenzo e Três Zapotes são esculturas de 40 toneladas cada, feitas de um só pedaço de basalto. De acordo com o historiador Van Sertima, elas seriam evidências de que os povos africanos estiveram nas Américas antes de Colombo.

Cabeça gigante esculpida pelos olmecas. México, 2020.

Entre os especialistas em civilizações nativas das Américas, essa tese causou espanto e levou a respostas com críticas às teses e análises das evidências propostas por Van Sertima em seu livro.

Realizaremos agora uma análise crítica de textos científicos para entender melhor alguns pontos dessa controvérsia. A Sociologia é um componente curricular que ensina a analisar e comparar diferentes produções textuais e narrativas, com o objetivo de identificar generalizações indevidas, fragilidades argumentativas, insuficiência de dados, uso de fontes e/ou informações não confiáveis, auxilia também a compreender os contextos históricos, sociais e ideológicos nos quais os discursos e as práticas se inserem ou são produzidos. A proposta é que você use essa ferramenta para analisar excertos extraídos do livro de Van Sertima e de artigos críticos direcionados às principais teses defendidas pelo autor.

Vamos começar pelo trecho a seguir do livro de Van Sertima, em que ele argumenta existir uma influência das antigas civilizações africanas egípcia e núbica na cultura dos maias americanos, com base em um sarcófago encontrado no sítio arqueológico de Palenque, no México.

Texto I

A mumificação é outro caso extremamente interessante que merece um exame mais atento. Poucas múmias foram desenterradas no México antigo por causa da umidade corrosiva, mas mesmo assim temos provas incontestáveis da mumificação mexicana. Um dos melhores exemplos é a figura mumificada no sarcófago de Palenque. Três características deste enterro de Palenque indicam uma influência egípcia: a máscara de jade no rosto dos mortos, o próprio fato da mumificação e a base alargada do sarcófago. No que diz respeito a este último, deve-se notar que os egípcios faziam sarcófagos com uma base alargada para que pudessem colocá-los em pé, porque os seus enterros eram verticais. Os egípcios construíam suas caixas de múmia de madeira, e essas caixas muitas vezes ficavam em pé, e a base alargada lhes proporcionava estabilidade na posição em pé. Os mexicanos, tal como os núbios, enterraram-se numa posição horizontal, mas em Palenque a base alargada é mantida, embora não tenha qualquer função. A retenção de tal elemento não funcional [...] está entre as indicações mais claras de uma influência. Um artefacto emprestado muitas vezes passa por um período inicial de "imitação servil" antes de ser reestruturado para se adequar às necessidades locais.

VAN SERTIMA, I. *They came before Columbus: The African presence in ancient America*. Nova York: Random House, 1976. p. 159. (Tradução nossa).

Agora vamos analisar dois textos críticos que contestam as teorias de Van Sertima.

Texto II

Van Sertima está errado em todos os aspectos. Todo texto básico sobre os Maias afirma que o sarcófago continha um esqueleto e não uma múmia [...]. Qualquer interessado pode verificar isso olhando a fotografia do esqueleto de Pacal no sarcófago [...]. A partir desta ou de qualquer outra imagem do sarcófago aberto, também se pode verificar que a "base alargada" é, na verdade, um alargamento do interior aberto da laje, e não o fundo do sarcófago ou uma "imitação servil" de um protótipo egípcio. Para a alegação de Van Sertima ser verdadeira, os mesoamericanos teriam que imitar os egípcios de 800 a.C. até 683 d.C. (quase 1.500 anos) sem evidências de uma cultura intermediária transmitindo qualquer característica. Também deve ser observado que máscaras mortuárias de jade nunca foram usadas pelos antigos egípcios.

Finalmente, se a fonte de difusão é o local mais antigo onde a prática é encontrada, talvez viajantes do Novo Mundo tenham ido ao Egito e ensinado-os a mumificar os falecidos. As múmias mais antigas do mundo são aquelas associadas à cultura Chinchorro do Chile [...]. A múmia mais antiga lá data de 5050 ± 135 a.C. [...]. Isso é de 2.000 a 3.000 anos antes do Egito, onde a preservação artificial de corpos começou no Reino Antigo (aproximadamente 2686-2181 a.C.) [...].

HASLIP-VIERA, G.; DE MONTELLANO, B. O.; BARBOUR, W. Robbing Native American Cultures: Van Sertima's Afrocentricity and the Olmescs. *Current Anthropology*, v. 38, n. 3, p. 419-441. (Tradução nossa).

Texto III

Um dos principais argumentos de Van Sertima se baseia nas pirâmides da América Central: ele acredita que são derivadas das pirâmides egípcias. No entanto, as pirâmides americanas são plataformas de templos; as pirâmides egípcias são tumbas. Ele também confunde as pirâmides do Egito com os zigurates da Mesopotâmia. São coisas totalmente diferentes. Ele insiste que os fenícios, a serviço dos governantes negros da Núbia, no Egito chegaram à Cornualha em busca de estanho, para o qual não há sequer uma única prova.

[...] Por que professores responsáveis e credenciados escrevem tanta bobagem ignorante? Acredito que o Professor Elliot-Smith uma vez ofereceu a resposta quando disse: "A atitude mental de um acadêmico pode se tornar quase indistinguível de uma ilusão." Fell e Van Sertima são acadêmicos iludidos; seus leitores devem exercer cuidado e cautela antes de compartilhar suas ilusões sem reservas. Se alguém está tentando construir uma nova história antiga da América pré-colombiana, ela deve ser baseada em teorias bem fundamentadas apoiadas por fatos indispensáveis — os Professores Fell e Van Sertima nos oferecem teorias mal fundamentadas baseadas em fantasias.

DANIEL, G. America BC. *The New York Times*, Nova York, 13 mar. 1977. p. 257. (Tradução nossa).

Releia atentamente os textos e procure identificar os seguintes pontos, fazendo anotações no caderno.

1. Quais são as principais evidências científicas apresentadas em cada um dos textos para sustentar os argumentos defendidos?
2. Você identifica diferenças entre os textos críticos à tese de Van Sertima (textos II e III)? Caso considere que sim, comente a respeito.



Amefricanidade

Destacamos também, entre os teóricos da Afrocentricidade, uma filósofa e antropóloga brasileira. Trata-se de Lélia González (1935-1994), referência intelectual no Brasil e na América Latina em estudos e pesquisas sobre gênero, raça e classe.

Após longas interlocuções com pensadores e pensadoras em toda a América Latina e nos Estados Unidos nos anos 1980, e estabelecendo contato com as obras de Mofeli Assante, Fanon, Van Sertima e Martin Bernal, entre outros, Lélia iniciou uma profunda reflexão sobre sua visão da África e da diáspora africana. Em 1988, publicou *A categoria político-cultural da amefricanidade*. Segundo González, o termo utilizado pelo movimento negro estadunidense *afro-american* (afroamericanos) tem dois problemas: 1 – o de que só existem negros nos Estados Unidos, e não no resto do continente das Américas; 2 – de que o conceito conduz à reprodução inconsciente da posição imperialista dos Estados Unidos.

Lélia González formula, assim, o conceito de **amefricanidade**, que significa pensar a realidade de opressão e de luta dos africanos e seus descendentes em todo o continente americano, de sul a norte. Esse conceito é usado para o entendimento da condição racial de negros nas Américas e suas lutas, que ela caracteriza como afrocentrada. Gonzalez afirma:

[...] enquanto descendentes de africanos, a herança africana sempre foi a grande fonte **revivificadora** de nossas forças. Por tudo isso, enquanto amefricanos, temos nossas contribuições específicas para o mundo panafricano. Assumindo nossa Amefricanidade, podemos ultrapassar uma visão idealizada, imaginária ou mitificada da África e, ao mesmo tempo, voltar o nosso olhar para a realidade em que vivem todos os amefricanos do continente.

Gonzalez, L. *Primavera para as rosas negras*: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 331.

Lélia Gonzalez, portanto, caracteriza esse conceito para ajudar na compreensão das lutas e dos movimentos de negros e negras em todo o continente americano, pois entende que há uma especificidade da diáspora africana nas Américas no que diz respeito às heranças culturais africanas, bem como muitas similaridades em relação às lutas e resistências contra o racismo em todos os países das Américas.

Perfil

Lélia Gonzalez

A antropóloga, historiadora e filósofa Lélia Gonzalez nasceu em 1935, em Belo Horizonte, e faleceu em 1994. Uma das intelectuais negras mais importantes no Brasil, foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU), do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) e do Nzinga: Coletivo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro. Foi militante feminista negra e professora universitária. Lélia é uma grande referência nos debates de raça, gênero e classe. É considerada uma das principais autoras do feminismo negro no Brasil. Suas principais obras são: *Lugar de negro* (1982), *A categoria político-cultural de amefricanidade* (1988) e *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1984).



Lélia Gonzalez. Rio de Janeiro (RJ), 1985.

Cezar Loureiro/Agência O Globo

Os autores afrocêntricos não querem substituir uma teoria por uma outra. O que eles estão mostrando são as possibilidades de pesquisar e analisar acontecimentos e relações sociais, no passado ou no presente, do ponto de vista não europeu. Para a Sociologia, é bem salutar perceber e observar a realidade social de ângulos diversos.

Para ampliar

Assista

Tecnologias africanas na história da Humanidade – partes 1 e 2 (2024, 70 min). As aulas estão disponíveis nos links a seguir (acessos em: 14 ago. 2024):

Aula 1 – <https://www.youtube.com/watch?v=cyix3zdZJSE>

Aula 2 – <https://www.youtube.com/watch?v=wgxBfDIzE4s>

Nessas aulas, realizadas pelo canal Pensar Africanamente em conjunto com o professor e engenheiro Henrique Cunha Jr., você encontrará uma série de tecnologias que os africanos já conheciam, antes da chegada dos europeus a esse continente.

A crítica decolonial

Ao final do século XX, alguns autores latino-americanos começaram a ficar conhecidos por uma teorização inovadora nos estudos filosóficos, políticos e sociológicos. Trata-se do que eles intitularam de **crítica da modernidade/colonialidade** e **opção decolonial**.

São autores como o filósofo argentino Enrique Dussel (1934-2023), o sociólogo peruano Aníbal Quijano (1928-2018), o teórico cultural argentino Walter Dignolo (1941-), o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel (1956-), a linguista estadunidense Catherine Walsh (1952-) e o filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres (1971-). Esses autores afirmam que a modernidade europeia – período histórico a partir do século XVIII – e a colonialidade são duas faces da mesma moeda. Graças à colonialidade, a Europa produziu as Ciências Humanas, considerando-as um modelo universal para conhecer o mundo, além de descartar todos os conhecimentos fora da Europa.

Por que eles usam o termo **colonialidade** e não colonização?

Para começar, precisamos entender a crítica de Enrique Dussel aos conceitos de Europa e modernidade. Para o autor, as classes dominantes europeias inventaram a modernidade com base no contato com a América, e não por meio de um esforço da razão, que teria proporcionado à humanidade um novo parâmetro de desenvolvimento humano. Para afirmar uma razão universal a partir da Europa, segundo Dussel, os europeus estabeleceram que a Europa representava o pensamento universal. Assim, a modernidade foi inventada negando a razão do outro não europeu. A violência colonial foi a pedra fundamental para a invenção da modernidade.

Dito isso, o sociólogo Aníbal Quijano define a colonialidade como a operação intelectual que estabeleceu uma **classificação** da população do planeta para administrar a relação de poder sob domínio europeu. Para justificar essa nova relação, a Europa constituiu um novo padrão político que interpretava a realidade, legitimava as desigualdades e inferiorizava o não europeu. Quijano chamou esse padrão de **colonialidade do poder**.

Para Nelson Maldonado-Torres, a colonialidade representa, apesar do fim histórico do colonialismo, um padrão de poder ainda presente no senso comum, nos critérios de avaliação, na cultura, nos desejos dos indivíduos e na autoimagem dos povos.

Ramón Grosfoguel afirma que existe, até os dias atuais, um tipo de racismo que chama de **epistêmico**, baseado no não reconhecimento de qualquer produção de conhecimento que não seja europeu ocidental. Em outras palavras, o autor explica que foi necessário negar a racionalidade dos humanos fora da Europa, vistos como sendo de outra raça, não admitindo neles qualquer forma de pensamento crítico ou científico. Para Grosfoguel, os ocidentais se camuflaram no privilégio de serem os únicos com legitimidade para a produção de conhecimentos e com capacidade de acesso à universalidade e à verdade.

▶ A palavra **epistemologia** deriva dos vocábulos gregos *epísteme* (“conhecimento”) e *lógos* (“estudo”, “ciência” ou “palavra”), podendo ser chamada de “ciência do conhecimento” ou “teoria do conhecimento”.

De forma resumida, podemos entender a definição do termo como a análise dos modos de produção de conhecimento, tanto de caráter científico, que obedece às normas acadêmicas eurocentradas, como de outras formas de conhecimento possíveis, que estamos apresentando neste capítulo como decoloniais, sejam elas ameríndias, sejam de origem africana ou asiática.

Aníbal Quijano, assim, apresenta a ideia de **colonialidade do saber**, que significa a repressão de formas de conhecimento não europeias, e nega o legado intelectual de outros povos, classificando-os como seres “primitivos”, “irracionais”, já que pertencem a outra “raça”.

Outra categoria formulada por esses autores é a de **colonialidade do ser**. A colonialidade do ser é a negação do estatuto humano para africanos e indígenas; isso aconteceu, por exemplo, na história da modernidade colonial. A violência colonial na produção de conhecimento foi construída em torno do conceito de raças. Nesse sentido, a ideia de seres não europeus como inferiores produziu formas de desumanização. Enrique Dussel complementa essa concepção afirmando que a negação que o europeu faz do outro, colonizado, converte-o em um **não ser**. Essa foi a experiência vivida na colonialidade pelos colonizados.



Mapa interativo

O que os pensadores dizem sobre eurocentrismo?

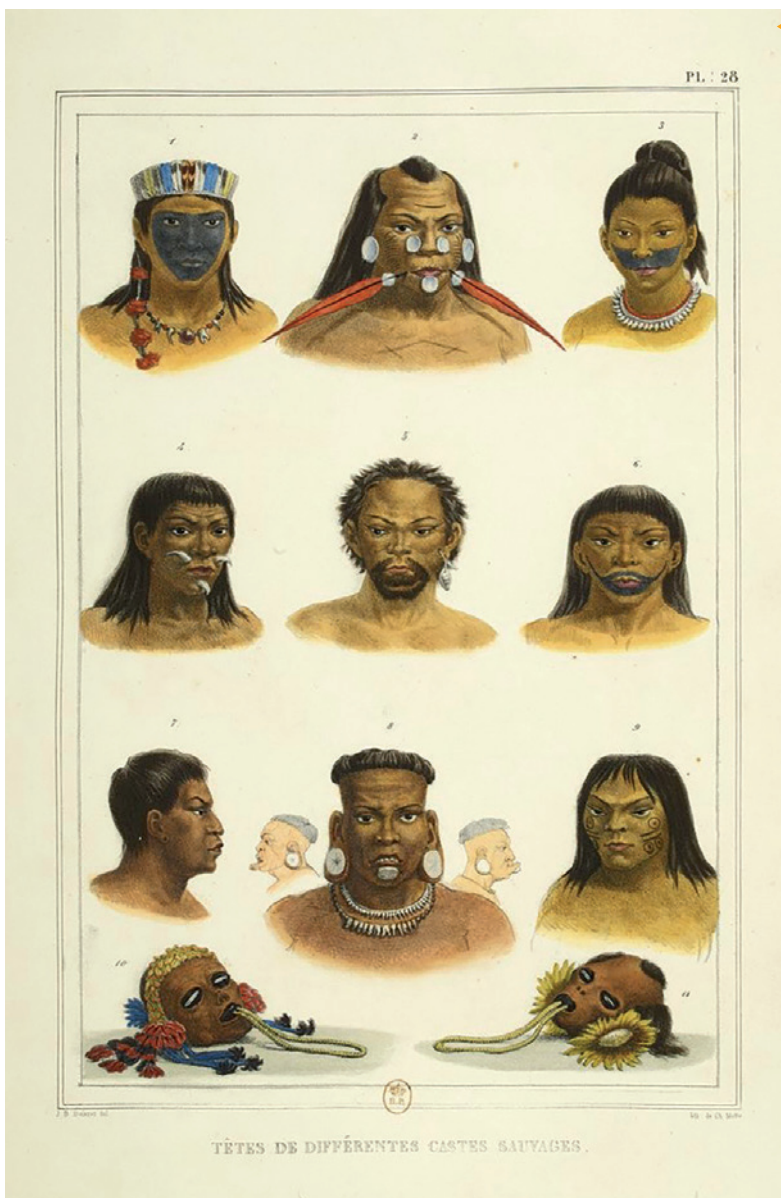
Para ampliar

Leia

A colonização explicada a todos, de Marc Ferro (Editora Unesp, 2017). Nesse livro, o autor aborda a colonização europeia entre os séculos XVI e XX por meio de perguntas e respostas. É uma leitura para ajudar a compreender as consequências da colonização até os dias atuais.



Editora Unesp



Cabeças de diferentes tribos indígenas, 1834. Litografia de Charles Motte a partir de aquarela de Jean-Baptiste Debret.

Ao formular tais críticas, esses autores propõem uma solução para o fim da dominação imperial do Ocidente.

Enrique Dussel sugere que, com base na crítica à colonialidade, é necessário lutar pela “descolonização do mundo”, projeto que Walter Mignolo chama de **opção política decolonial**, com a superação do capitalismo e da colonialidade por um mundo **transmoderno**.

Transmodernidade significa, para Dussel, um mundo em que não haja mais exploração e opressão, em oposição à violência da colonialidade. Assim, devemos lutar por uma “diversalidade” global ou razão humana pluriversal, ou seja, pela diversidade do pensamento como projeto universal. Sobre essa diversidade, Walter Mignolo afirma:

[...] o pensamento é, ao mesmo tempo, universal e local: o pensamento é universal no sentido muito simples de que é um componente de certas espécies de organismos vivos e é local no sentido de que não existe pensamento no vácuo, que pensar (como comer, evacuar, que é também universal para certas espécies de organismos vivos) corresponde a necessidades materiais e locais.

MIGNOLO, W. *Histórias globais, projetos locais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. p. 287.

Um aspecto a ser considerado em relação à teoria decolonial e a outras teorias: de fato, só recentemente as Ciências Sociais vêm redescobrendo e valorizando pensamentos de fora da Europa. Até pouco tempo atrás, afirmava-se que a Sociologia, por exemplo, era uma ciência cujos fundamentos estavam somente na Europa.

A partir do conceito de colonialidade do ser, povos indígenas, por exemplo, são retratados como selvagens, irracionais, exóticos, especialmente nas obras e pinturas do século XIX, as quais foram reproduzidas em enciclopédias e livros, inclusive didáticos.

▼ Questionamento

1. Converse com os colegas sobre as características presentes nas ilustrações da página buscando identificar de que forma elas expressam a ideia de colonialidade do ser.



Perspectivas ameríndias sobre *bem viver* e os outros mundos possíveis

TCT



No século XXI, começou a ganhar força um conceito com fortes raízes latino-americanas, especialmente dos povos indígenas de países andinos e amazônicos. Trata-se do conceito de **bem viver**, que tem como referência uma filosofia política em debate na América Latina e no Brasil e cuja apreensão tem consequências sociais, culturais e ambientais.

O bem viver, no português, é a tradução, segundo o equatoriano Alberto Acosta, do termo *Sumak Kawsay*, da língua quéchua, falada por alguns povos indígenas andinos. O conceito é considerado uma “oportunidade para imaginar outros mundos”. Pode parecer uma ideologia política, entretanto, é uma ideia que podemos caracterizar, sociologicamente, como outra forma de perceber e interpretar a realidade, com base em tradições ancestrais e atuais de povos indígenas andinos e amazônicos. Intelectuais latino-americanos já escreveram muitos artigos e livros sobre o bem viver, como o sociólogo argentino Héctor Alimonda (1949-2017), o intelectual colombiano Guillermo Rojas Quiceno, a bióloga equatoriana Esperanza Martínez e o economista equatoriano Alberto Acosta.

Alberto Acosta, em *O Bem Viver, uma oportunidade para imaginar outros mundos* (2016), afirma que o conceito representa as práticas de resistência dos povos indígenas ao colonialismo, assim como os modos de vida de várias comunidades indígenas espalhadas pelas Américas, que não foram totalmente incorporadas pela modernidade ocidental capitalista.

Segundo Acosta, aplicar o bem viver significa:

- recuperar saberes indígenas que não abarcam a ideia ocidental de desenvolvimento, ou seja, em que inexistente a concepção de progresso linear, de um estágio anterior e posterior de desenvolvimento;
- considerar que não existe a noção de riqueza e pobreza, determinadas pela acumulação e carência de bens materiais;
- conceber que há uma diversidade de ações humanas integradas pelo conhecimento, pelos códigos de ética e espiritual, pelos valores humanos e pela natureza.

Em outras palavras, o ponto de partida do bem viver são as várias maneiras de ver a vida e sua relação com a Mãe Terra (chamada de *Pacha Mama* nas culturas indígenas andinas). O que aglutina a vida, nessa perspectiva, é a relação de complementariedade de todos os seres vivos e não vivos.

Alberto Acosta afirma:

No mundo capitalista, o funcionamento da economia e da própria sociedade se baseia na **premissa** de que o melhor nível social possível se alcança deixando em liberdade (valor fundamental) cada indivíduo na busca da realização pessoal (a negação do outro) em um ambiente de competição (mercado) a partir da defesa irrestrita da propriedade privada. Esta realidade de soberanias autossuficientes, sustentada no individualismo – fundado no paradigma do “eu-sem-nós”, [...] – e na propriedade privada dos meios de produção, geraria uma ordem cósmica autorregulada, onde se desenvolvem os indivíduos isolados. E esta ordem das coisas terminaria por conduzir-nos ao desenvolvimento.

Este pretensão processo autorregulado é inviável sob qualquer ponto de vista. Basta ver a situação atual do mundo: os limites ambientais têm sido perigosamente superados e as desigualdades sociais estão por todos os lados com diversas manifestações de violência.

ACOSTA, A. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016. p. 80.



Mara D. Toledo. *Sustentabilidade*, 2024. Acrílico sobre tela, 60 cm x 80 cm.

Um dos significados do *bem viver*, na concepção de alguns povos indígenas andinos e amazônicos, é a visão de que na vida dos seres humanos há uma relação de complementariedade em relação aos seres vivos e não vivos.

GLOSSÁRIO

Premissa: ponto de partida, ideia inicial.

Como observamos, o conceito de bem viver se contrapõe à visão individualista do mundo ocidental. Isso não quer dizer que a ideia do bem viver nega o indivíduo, a diversidade, a igualdade e a liberdade. Segundo seus defensores, trata-se de incentivar uma vida em harmonia entre os indivíduos em comunidade como parte da natureza, sem colocar em risco a vida das próximas gerações, em oposição a uma vida centrada em acumular bens.

O bem viver e os direitos da natureza

Nos argumentos sobre o conceito de bem viver, a natureza está sempre presente. Aqui está um aspecto importante dessa teoria, pois se trata de um debate que é também ambiental e que é fundamental para a sobrevivência tanto dos povos indígenas como para a de todo o “Ocidente”.

Na concepção do bem viver, o ser humano é parte integrante da natureza. Essa é a primeira crítica à ideia ocidental de separar humanidade e natureza, denominada de **antropocêntrica**. Os defensores do bem viver apresentam outra visão: a **sociobiocêntrica**.

Segundo os defensores do bem viver, as pesquisas científicas sobre a natureza podem continuar acontecendo. O questionamento desses intelectuais está relacionado ao fato de que as ciências, as tecnologias e as ideologias europeias separam radicalmente seres humanos e natureza. Assim, a crítica à visão antropocêntrica se fundamenta na percepção de que o capitalismo transformou a natureza em fontes e recursos considerados inesgotáveis – e que isso, como afirmam, não é sustentável.

A concepção do bem viver, portanto, considera que, se quisermos que a natureza não entre em colapso, devemos abandonar a ideia de recursos naturais como objetos de crescimento e de desenvolvimento econômico. Além disso, há necessidade de reconhecer que o ser humano se realiza em comunidade, uns com os outros, e como parte integrante da natureza. Enfim, nós, humanos, **somos natureza**.

O autor Alberto Acosta defende de forma explícita essa ideia no trecho a seguir.

Isso nos leva a aceitar que a Natureza – enquanto construção social, ou seja, enquanto conceito elaborado pelos seres humanos – deve ser reinterpretada e revisada totalmente se não quisermos colocar em risco a existência do próprio ser humano. Para começar qualquer reflexão, devemos aceitar que a Humanidade não esteja fora da Natureza e que a Natureza tem limites biofísicos.

ACOSTA, A. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016. p. 104.

A elaboração da concepção sociobiocêntrica teve consequências sociais e políticas concretas há alguns anos. Em 2007 e 2008, ocorreram os debates da Assembleia Constituinte do Equador para a formulação de uma nova Constituição para o país. Nos debates, surgiu a proposta de instituir Direitos da Natureza, além dos Direitos Humanos já estabelecidos. A ideia básica era a de reconhecer a natureza como sujeito de direitos e conferir-lhe o direito de ser plenamente restaurada caso fosse degradada. Ao final dos debates na Assembleia Constituinte, vários artigos foram aprovados sobre os Direitos da Natureza; um deles, o Artigo 318, proíbe qualquer forma de privatização da água, ou seja, sua comercialização por empresas.

Leia, por fim, um fundamento do que seriam os Direitos da Natureza.

[...] nos Direitos da Natureza, o centro está na Natureza, que, certamente, inclui o ser humano. A Natureza vale por si mesma, independentemente da utilidade ou dos usos que se lhe atribua. Isto representa uma visão biocêntrica. Estes direitos não defendem uma Natureza intocada, que nos leve, por exemplo, a deixar de cultivar a terra, de pescar ou de criar animais. Estes direitos defendem a manutenção dos sistemas de vida – do conjunto da vida. Sua atenção se volta aos ecossistemas, às coletividades, não aos indivíduos. Pode-se comer carnes, peixes e grãos, por exemplo, desde que se assegure que os ecossistemas sigam funcionando com suas espécies nativas.

ACOSTA, A. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016. p. 131.



Cartaz de divulgação de evento realizado para discutir os Direitos da Natureza. Ilhéus (BA), 2023.

A Mãe Terra

A Sociologia antes dos clássicos

Em 1998, o sociólogo Syed Farid Alatas e a socióloga Vineeta Sinha, professores da Universidade Nacional de Singapura, começaram a dar aulas de Teoria Sociológica para estudantes de graduação. Dessa experiência surgiu uma indagação: como estudar os chamados “pensadores clássicos” da Sociologia – Karl Marx (1818-1883), Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920) – e torná-los relevantes para os estudantes em Singapura? Afinal, esses três autores clássicos são europeus que pensaram a partir da Europa. Será que suas obras dialogam com o contexto de Singapura?

Syed Farid Alatas e Vineeta Sinha não ficaram somente com essa indagação. Como pesquisadores, decidiram investigar como são os currículos e os conteúdos de Sociologia em vários países do mundo. Descobriram, então, um fato presente em quase todas as universidades: a Sociologia é apresentada como uma ciência exclusivamente europeia e masculina, e Sociologias do Sul global não aparecem como “clássicas”, ainda que tenham sido produzidas antes ou depois do século XIX. Os autores identificaram que, além de eurocêntrica, a imagem da Sociologia que se espalhou pelo mundo era também **androcêntrica**, ou seja, promovia a invisibilidade de mulheres sociólogas que produziram teorias.

Como estudiosos de culturas e sociedades asiáticas, árabes e africanas, Syed Farid Alatas e Vineeta Sinha conhecem intelectuais que nunca foram considerados “clássicos” pelos europeus. Sua crítica ao eurocentrismo das Ciências Sociais tem como proposta a formatação de um novo tipo de curso de Sociologia que contemple os pensadores sociais não ocidentais e mulheres pensadoras invisibilizadas pelo pensamento europeu.

Suas críticas partem da recusa de que o estudo da Sociologia comece obrigatoriamente com os três “clássicos” da Sociologia europeia. Os autores contestam o discurso dominante de que as Ciências Sociais têm origem ocidental e, por fim, afirmam que as teorias ditas universais raramente oferecem espaço para pensar o colonialismo. Leia, a seguir, o que dizem os autores.

Na maioria dos livros-textos sobre teoria sociológica ou das obras sobre história do pensamento social, os europeus são os sujeitos **cognoscentes**, ou seja, aqueles que pensam e escrevem. Invariavelmente, os não europeus também aparecem nesses escritos, porém, de modo geral, como assunto, objetos de estudo dos sujeitos cognoscentes europeus. É extremamente raro encontrar um pensador não ocidental apresentado como fonte de teorias e conceitos sociológicos. Com efeito, a impressão que se tem é de que não havia, na Ásia e na África, pensadores – contemporâneos de europeus como Marx, Weber e Durkheim – que refletissem, de modo sistemático, sobre o processo de desenvolvimento e modernização que ocorria em suas sociedades.

ALATAS, S. F.; SINHA, V. *Teoria sociológica para além do cânone*. São Paulo: Funilaria, 2023. p. 39-40.

Inspirados por essa interessante observação, apresentaremos intelectuais que produziram pensamento sociológico bem antes dos chamados “clássicos” fundadores da Sociologia.

Ibn Khaldun (1332-1406) nasceu no século XIV na região chamada Magreb (que hoje compreende países do norte da África, como Marrocos, Argélia, Tunísia, Mauritânia e Líbia). Segundo Alatas, o intelectual muçulmano é reconhecido como um pioneiro das Ciências Sociais.

Ibn Khaldun escreveu parte de um extenso livro sobre as histórias dos árabes e berberes, que intitulou *Muqaddimah* (*Prolegômenos ou Introdução*). A obra descreve e analisa a formação e o declínio dos Estados. Esse era um tema de seu interesse, pois vivia em um contexto histórico de muitos conflitos entre comunidades nômades e sedentárias (com estruturas de Estado). Khaldun se interessou por outros temas, mas com base nesse formulou uma reflexão interessante, que é explicitamente um raciocínio sociológico.

Busto em homenagem a Ibn Khaldoun. Bejaia, Argélia, 2023.

GLOSSÁRIO

Cognoscente: característica do ser que tem a competência de adquirir conhecimento.



Para ele, a pedra fundamental para entender a ascensão e o declínio dos Estados era a coesão social (*asabiyyah*) das comunidades nômades e sedentárias. O conceito, para o autor, faz referência a um sentimento de união dentro de um grupo, adquirido com base no conhecimento de uma ancestralidade comum. Daí, se um grupo nômade tem uma coesão social maior, ele consegue dominar povos de áreas urbanas e sedentárias.

Nessa breve reflexão há uma teorização sociológica do século XIX elaborada fora da Europa.

Já a inglesa Harriet Martineau (1802-1876) afirmou, em um de seus escritos, que, ao investigarmos a moral e os costumes de uma nação, faz-se necessário aplicar um método rigoroso de observação das instituições e das relações padronizadas dos indivíduos, a começar com o “estudo das coisas”. Martineau defendeu um método de investigação científica das sociedades, portanto 58 anos antes de Durkheim. Seu livro, *Como observar: morais e costumes*, de 1838, já foi publicado no Brasil e passou a ser considerado um dos primeiros documentos de investigação sociológica.

Para ampliar

Assista

Teoria feminista – Harriet Martineau: A primeira socióloga?!

(2017, 5 min). Vídeo em que Verônica Toste, socióloga e pesquisadora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), apresenta a obra de Harriet Martineau. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jcUlgwgMZMw>. Acesso em: 15 ago. 2024.



Richard Evans.
Retrato da teórica social inglesa Harriet Martineau, c. 1834. Óleo sobre tela, 1,27 m × 1,01 m.

Durante quase um ano, entre 1834 e 1835, Martineau viajou pelos Estados Unidos para pesquisar o funcionamento das instituições republicanas. Dessa viagem resultou o livro *Sociedade na América*, publicado em 1837. Leia a seguir o trecho de um livro dessa autora, em que fica evidente sua postura de pesquisadora social.

[...] Nenhum viajante nos Estados Unidos pode aprender muito sobre o país sem conversar igualmente com fazendeiros e comerciantes, com artistas e estadistas, com aldeões e camponeses; mas, quando cumpre este dever, ele ficará tão perplexo com a contradição das declarações e convicções que muitas vezes fechará seu caderno de anotações com **ceticismo** a respeito da existência de alguma verdade por trás de toda essa tempestade de opiniões.

[...]

O grande segredo da investigação sábia sobre a moral e os costumes é começar com o estudo das COISAS, usando o DISCURSO DAS PESSOAS como comentários sobre elas.

MARTINEAU, H. Como observar a moral e os costumes (1838). In: CASTRO, C. *Além do cânone: para ampliar e diversificar as ciências sociais*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022, p. 25-26.

Segundo a professora Fernanda Alcântara, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Martineau entendia como “coisas” não apenas os objetos do dia a dia, mas também os hábitos e costumes que foram institucionalizados no meio social e que são passíveis de identificação pela observação das Ciências Sociais. A obra de Martineau, portanto, pode ser compreendida como um “guia” para a pesquisa sobre os fenômenos da vida social. Por isso, *Como observar: morais e costumes*, de 1838, pode ser considerado o primeiro livro de metodologia de pesquisa sociológica, segundo alguns especialistas.

GLOSSÁRIO

Ceticismo:
incredulidade,
dúvida.



1. Explique o que você compreende por **eurocentrismo** e apresente as principais críticas feitas por autores considerados pós-coloniais e afrocêntricos à visão de mundo eurocêntrica.
2. Leia o texto a seguir.

A polêmica em torno da Cleópatra negra da Netflix

Atribuição do papel da rainha a uma atriz negra gerou protestos de historiadores e até do Ministério de Antiguidades do Egito, que afirmam que Cleópatra seria grega e, portanto, branca. Representações contemporâneas configuram a imagem que o público faz das personagens históricas. Desde que o ganhador do Oscar, Cleópatra, estreou em 1963, Elizabeth Taylor tornou-se, para a cultura popular, a “cara” da rainha egípcia, raramente questionada. Cleópatra 7^a (69 a.C.-30 a.C.) descendia de Ptolomeu 1^o Sóter, general greco-macedônio companheiro de Alexandre Magno e fundador da dinastia ptolemaica. Mas ninguém realmente sabe como ela era fisicamente, pois a origem étnica de sua mãe não está esclarecida.

LANDSBERG, T. A polêmica em torno da Cleópatra negra da Netflix. *Deutsche Welle*, [s. l.], 10 maio 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/a-pol%C3%AAmica-em-torno-da-cle%C3%B3patra-negra-da-netflix/a-65575851>. Acesso em: 15 ago. 2024.

Com base no que você aprendeu neste capítulo, especialmente sobre as perspectivas de pensamento afrocêntricas, responda:

- a) A que você atribui a iniciativa da Netflix de escalar uma atriz negra para interpretar a rainha egípcia Cleópatra?
 - b) A que você atribui as reações contrárias a essa iniciativa? Como você avalia essas reações? Justifique sua resposta.
3. (UEL – 2023)
Leia o texto a seguir.

Foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente para uma festa deles, dizendo que era pra gente também. Negócio de livro sobre a gente. [...] Chamaram até pra sentar na mesa onde eles tavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado [...] E a gente foi sentar lá na mesa. Só que tava tão cheia que não deu pra gente sentar junto com eles. [...] Eles tavam tão ocupados, ensinando um monte de coisa pro criolêu da plateia, que nem repararam que se apertasse um pouco até dava pra abrir um espaçozinho e todo mundo sentar junto na mesa. Mas a festa foram eles que fizeram, e a gente não podia bagunçar com essa de chega pra cá, chega pra lá. [...] Onde já se viu? Se eles sabiam da gente

mais do que a gente mesmo? Se tavam ali, na maior boa vontade, ensinando uma porção de coisa pra gente da gente?

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar. E-book.

Lélia Gonzalez escreve esse ensaio no que ela denomina **pretuguês**, que seria uma africanização da língua portuguesa brasileira e um meio de resistência pela fala, para denunciar a violência epistemológica decorrente da colonização. Essa crítica envolve o modo como construímos o conhecimento do mundo social, a relação de poder entre diferentes formas de conhecimento e a relação entre sujeito e objeto do conhecimento. Com base no texto e nos conhecimentos sobre epistemologias e teorias sociais, assinale a alternativa correta.

- a) Para a sociologia compreensiva de Weber, a experiência encontra-se em oposição ao conhecimento porque não dispõe de um método sistemático de observação da exterioridade social, de classificação e de nomeação.
 - b) Para o funcionalismo de Durkheim, a explicação religiosa sobre o funcionamento da vida social ofereceu as bases epistemológicas iniciais necessárias para a emergência do conhecimento sociológico.
 - c) Para o positivismo de Comte, o conhecimento científico caracteriza-se pela intersubjetividade, o que resulta, no funcionalismo, na regra metodológica de proximidade entre sujeito e objeto.
 - d) Para o pensamento decolonial, o todo é superior à soma das partes, o que exige capacidade de abstração do investigador, em busca de explicações universais e transculturais que fundamentem o progresso ocidental.
 - e) Para as epistemologias do Sul global, a oposição entre ciência e senso comum é uma das formas de subalternização do outro, cuja lógica binária sustenta sistemas de dominação e exploração.
4. O escritor indígena brasileiro Daniel Munduruku (1964-) afirma que, diferentemente dos brancos, o termo **parente** é utilizado pelos indígenas brasileiros para se referir a todos os outros indígenas e aos seres da natureza. Que relação podemos estabelecer entre o termo **parente**, utilizado pelos povos indígenas, e as ideias de bem viver e direitos da natureza? Você identifica, em sua vivência, ações que estão relacionadas à aplicação do bem viver?
 5. Por que os sociólogos Syed Farid Alatas e Vineeta Sinha consideram o autor Ibn Khaldun e a autora Harriet Martineau os pioneiros do pensamento sociológico?

A intolerância religiosa como tema da redação do Enem.

Chegou o momento de nos prepararmos para fazer uma boa redação do Enem. Os conhecimentos sociológicos estudados ao longo desta unidade podem ajudar você a organizar as informações, desenvolver argumentos e construir intervenções inovadoras.

Em 2016, a redação do Enem teve como tema “Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil”. Analise um trecho da Constituição Brasileira (1988) e em seguida um dos textos mobilizadores utilizados no exame.

De acordo com a Constituição Brasileira de 1988:

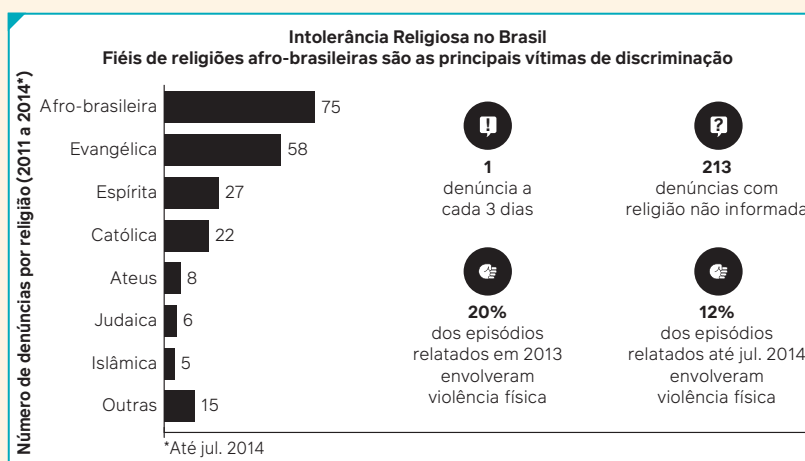
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 maio 2024.

Já no gráfico são apresentados dados do período entre 2011 e meados de 2014 que nos ajudam a compreender as situações de intolerância religiosa no Brasil.



Fonte: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

1. Considerando a proposta de redação “Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil (2016)”, vamos trabalhar os passos que nos ajudam a construir nossa redação. Para construção da redação, você deve estar atento à motivação da proposta. Portanto, **identifique a principal motivação**, tendo em mente a seguinte questão: **por que esse tema é relevante para a sociedade brasileira?** Escreva um parágrafo no caderno buscando responder a essa questão. Você pode fazer uma lista com alguns motivos que considera que tornam o assunto relevante.
2. O próximo passo é compreender como os conteúdos estudados em Sociologia podem oferecer uma base consistente para a construção dos seus argumentos. Portanto, **relacione o tema da redação com os seguintes conteúdos estudados nesta unidade**: cultura, diversidade cultural, identidades e religião. Qual conceito ou ideia ajuda você a desenvolver esse tema?
3. A introdução é uma parte fundamental da redação, pois nela você irá apresentar sua principal ideia ou posicionamento (que será desenvolvido nos parágrafos seguintes). Nessa etapa, **faça um rascunho do primeiro parágrafo**, expondo a ideia central da escrita e os principais conhecimentos sociológicos que a sustentam.
4. Agora é hora de exercitar a construção dos parágrafos de desenvolvimento da redação. **Em tópicos, anote fatos, opiniões, argumentos de diferentes pontos de vista sobre o tema**. Essas notas servirão de base para elaborar os parágrafos de desenvolvimento do texto. Por exemplo: número de denúncias por religião, quais as religiões mais afetadas pela intolerância no Brasil, inconformidade da intolerância religiosa com os direitos assegurados pela Constituição Brasileira (1988), entre outros.
5. Depois de ter apresentado o tema central, mobilizado os conhecimentos sociológicos e principais fatos e argumentos da questão, é hora de intervir! A competência 5 pede que você elabore uma proposta de intervenção, considerando o respeito aos Direitos Humanos. Portanto, no caderno, **responda em formato de tópicos: como o poder público e a sociedade podem criar estratégias para combater o problema em questão?** Que medidas de prevenção ou proteção podem ser tomadas?

A pessoa idosa na sociedade



De acordo com o censo demográfico realizado em 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 10,9% da população brasileira era idosa, o que demonstra um aumento significativo em relação ao censo realizado em 2010, que apontava a população idosa como sendo 7,4% da população.

O papel social das pessoas idosas, bem como a forma pela qual a sociedade as trata, varia de acordo com diferentes critérios, por exemplo, geográficos, políticos, religiosos e étnicos. Dialogar com elas oferece à sociedade a possibilidade de ampliar seus conhecimentos e perspectivas a partir da experiência de quem viveu em diferentes contextos históricos, políticos e sociais.

Esta atividade propõe a realização de entrevistas com pessoas idosas que tenham diferentes perfis, de modo que, de forma ampla, seja possível refletir sobre a sociedade com base em histórias e informações apresentadas por elas.

Organize-se para a realização da proposta de acordo com as orientações do professor e as etapas a seguir.

Etapa 1: Reúna-se com mais dois ou três colegas e conversem sobre o(s) potencial(is) entrevistado(s) da equipe. Se possível, cada equipe deverá entrevistar ao menos duas pessoas. Considerem pessoas com as quais possam conversar em tempo real, seja de forma presencial, seja por videochamada, por exemplo.

Etapa 2: Elabore com a turma, de forma coletiva e colaborativa, uma explicação-padrão que possa ser dada à pessoa entrevistada sobre objetivo da conversa.

Etapa 3: Com base no perfil das pessoas que entrevistarão, definam quais serão as perguntas. É importante que todas as equipes tenham algumas perguntas iguais para que se possa ser feita uma análise comparativa, mas considerem incluir perguntas específicas sobre vivências ou contextos particulares. Para dar maior significado aos estudos desta unidade, inclua questionamentos sobre como era a vida da pessoa na juventude; quais fatos ou eventos históricos mais trouxeram mudanças para a vida dela; quais aspectos culturais e religiosos são importantes para ela; se enfrentou/enfrenta algum tipo de preconceito, abordando os efeitos disso no passado e no presente.

Etapa 4: Organizem-se para a entrevista definindo qual será a forma de registro das respostas (serão registrados áudio ou vídeo? Haverá registro por escrito?) e quais componentes da equipe estarão presentes no momento da entrevista. Priorizem a realização da entrevista com registro de imagens e áudio, utilizando ferramentas digitais para, posteriormente, facilitar a retomada do conteúdo da entrevista e tornar mais significativo o formato em que ela poderá ser compartilhada com os colegas, permitindo que se observe o tom de voz, as expressões faciais, entre outros fatores essenciais para as discussões e análises que poderão ser realizadas. Caso não seja possível a captação de imagens ou áudios, cuidem para que as principais informações sejam anotadas durante as falas do entrevistado, ainda que de forma resumida. É importante, também, agendar a data, o horário e o local da conversa. No caso do uso de áudio e vídeo, providenciem, com a ajuda do professor, uma autorização de uso de imagem caso o material tenha divulgação prevista.

Etapa 5: Realizem a entrevista de forma respeitosa e séria, mas sejam cordiais e acolhedores, abrindo espaço, se possível, para a ampliação de assuntos de interesse do entrevistado ou para novas perguntas que lhes vierem à mente, considerando a realidade apresentada pela pessoa. Ao final da entrevista, enfatizem seu agradecimento para o entrevistado e expressem o quanto foi importante conversar com ele.

Etapa 6: Em sala de aula, reúnam-se em equipe e, com o material da entrevista em mãos, avaliem, com o professor e a turma, a melhor forma de compartilhar as informações. Entre as opções, podem estar: vídeos curtos com trechos das entrevistas, acompanhados de uma análise do grupo relacionando-os aos conceitos apreendidos na unidade; relatórios para contextualizar com vivências pessoais e com o perfil da juventude atual; rodas de conversa para socialização das respostas e comparação entre os perfis dos entrevistados; entre outras possibilidades.

Ao final das etapas, reflita sobre suas aprendizagens individuais na atividade realizada e registre suas percepções.



Grupo de pessoas idosas em momento de descanso e lazer.

1. (Enem – 2021)

O torém dependia de organização familiar, sendo brincado por pessoas com vínculos de parentesco e afinidade que viviam no local. Era visto como uma brincadeira, um entretenimento feito para os próprios participantes e seus conhecidos. O tempo do caju era o pretexto para sua realização, sendo chamadas várias pessoas da região a fim de tomar mocororó, bebida fermentada do caju.

VALLE, C. G. O. Torém/Toré: tradições é invenção no quadro de multiplicidade étnica do Ceará contemporâneo. In: GRÜNEWALD R. A. (Org.) *Toré: regime encantado dos índios do Nordeste*. Recife: Fundaj-Massangana, 2005.

O ritual mencionado no texto atribui à manifestação cultural de grupos indígenas do Nordeste brasileiro a função de

- a) celebrar a história oficial.
- b) estimular a coesão oficial.
- c) superar a atividade artesanal.
- d) manipular a memória individual.
- e) modernizar o comércio internacional.

2. (UEPG-PR – 2021)

A respeito da socialização e da constituição do ser social, assinale o que for correto.

01) A socialização é o processo pelo qual os indivíduos se inserem na sociedade e assimilam suas normas e seu modo de ser.

02) O ser humano se tornou um ser social a partir da modernidade e do surgimento da escola.

04) É possível identificar dois níveis do processo de socialização: a socialização primária e a socialização secundária.

08) O aprendizado, seja formal ou informal, é um importante instrumento da socialização.

3. (Unicamp-SP – 2024)

Quando desempenho minha tarefa de irmão, de marido ou de cidadão, quando executo os compromissos que assumi, eu cumpro deveres que estão definidos fora de mim e de meus atos, no direito e nos costumes. Ainda que eles estejam de acordo com os meus sentimentos próprios e que eu sinta interiormente a realidade deles, tal realidade não deixa de ser objetiva, pois não fui eu que os fiz, mas os recebi pela educação. Eis aí, portanto, maneiras de agir, de pensar e de sentir que apresentam essa notável propriedade de existirem fora das consciências individuais.

(Adaptado de: DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.)

Émile Durkheim é um dos fundadores da Sociologia e analisa a relação entre indivíduo e sociedade. A partir do texto, podemos afirmar que os modos de agir, de pensar e de sentir, em uma sociedade, são definidos

- a) pelo livre-arbítrio dos indivíduos.
- b) pelos sentimentos próprios dos indivíduos e independem do meio social.
- c) pelo direito e pelos costumes, que são, por sua vez, definidos livremente pelos indivíduos.
- d) pela própria sociedade, que constitui uma realidade objetiva que exerce coerção sobre o indivíduo.

4. (Uece – 2024)

De que maneira ocorrem as mudanças e as transformações sociais em uma sociedade? A resposta para esta indagação constitui, na verdade, um dos temas-dilemas na sociologia e podem ter respostas bastante diferentes, de acordo com a perspectiva teórico-metodológica em que se refere. Entre os primeiros teóricos desta ciência social, podemos destacar Auguste Comte, Karl Marx e Émile Durkheim como os pensadores que possuem explicações sobre como ocorrem as mudanças em sociedade. Em síntese, para entender as mudanças sociais Comte partia da perspectiva do positivismo, Marx do materialismo histórico dialético e Durkheim do funcionalismo. Considerando o enunciado acima, é correto afirmar que,

- a) para Marx, a transformação social apenas acontece com a condição da restauração da estrutura social dominante.
- b) de acordo com Durkheim, para a verdadeira mudança social é imprescindível a posse de um projeto alternativo de sociedade.
- c) conforme Marx, as mudanças nas sociedades são evolutivas e naturais e, para Durkheim, são feitas nas lutas de classes.
- d) segundo Comte, toda mudança deveria ser sinônimo de progresso e estaria condicionada à manutenção da ordem social.

5. (UFPR – 2023)

Considere o texto a seguir.

“Se fato social é considerado por Émile Durkheim o objeto sociológico por excelência, por trazer ao conhecimento uma realidade da natureza social e coletiva bem diversa da realidade dos fenômenos individuais, Max Weber elegeu a Sociologia como ciência da ação social.”

(ARAÚJO, Sílvia Maria de Araújo; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. *Sociologia*. São Paulo: Scipione, 2016. p. 29.)

O que Weber entende por ação social?

- a) Um conjunto de ações coletivas que visam à implementação de um poder revolucionário e à ruptura estrutural de uma dada sociedade.
- b) Uma ação isolada e fortalecida pela subjetividade do indivíduo, visto que, na modernidade descrita por Weber, o individualismo se torna instrumento fundamental das relações sociais.
- c) Uma iniciativa privada das empresas com intenção de melhor conduzir o comportamento

dos indivíduos na vida pública e nas estruturas burocráticas.

- d) Uma ação orientada por expectativas em relação à(s) outra(s) pessoa(s), sejam elas conhecidas ou não, vivas, mortas (ancestrais) ou nem nascidas (visando as gerações futuras).
- e) Um conceito utilizado para definir a interação dos cidadãos nas sociedades antigas, nas quais a ação social era necessária para sobrevivência dos coletores e caçadores.

6. (UEM-PR – 2022)

Sobre os conceitos de etnocentrismo e de relativismo cultural, assinale o que for **correto**.

- 01) Por definição, o etnocentrismo defende igualdade entre diferentes culturas.
- 02) O relativismo cultural entende que cada manifestação cultural é legítima quando tratada de acordo com seus próprios critérios.
- 04) A diversidade cultural é tomada como positiva no interior da prática relativista.
- 08) Para o relativismo cultural, as diferentes práticas culturais são isentas de preconceitos e de discriminações.
- 16) O etnocentrismo entende que não há relação entre discriminação e preconceito.

7. (Enem – 2022)

Quando os espanhóis chegaram à América, estava em seu apogeu o império teocrático dos Incas, que estendia seu poder sobre o que hoje chamamos Peru, Bolívia e Equador, abarcava parte da Colômbia e do Chile e alcançava até o norte argentino e a selva brasileira; a confederação dos Astecas tinha conquistado um alto nível de eficiência no vale do México, e no Yucatán, na América Central, a esplêndida civilização dos Maias persistia nos povos herdeiros, organizados para o trabalho e para a guerra. Os Maias tinham sido grandes astrônomos, mediram o tempo e o espaço com assombrosa precisão, e tinham descoberto o valor do número zero antes de qualquer povo da história. No museu de Lima, podem ser vistos centenas de crânios que receberam placas de ouro e prata por parte dos cirurgiões Incas.

SALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

As sociedades mencionadas deixaram como legado uma diversidade de

- a) Práticas medicinais alicerçadas no conhecimento científico.
- b) Heranças culturais constituídas em saberes próprios.
- c) Bens religiosos inspirados na matriz cristã.
- d) Materiais bélicos pilhados em batalhas coloniais.
- e) Costumes laborais moldados em estilos estrangeiros.

8. (UEPG-PR – 2020)

Considere o conceito antropológico de Cultura e assinale o que for correto.

- 01) Cultura diz respeito às normas, valores, saberes e práticas sociais.
- 02) As diferenças de comportamento entre os humanos são marcadas por diferenças culturais.
- 04) A Cultura é imutável, independente do tempo e do contexto social.
- 08) Cultura se refere, exclusivamente, às práticas tradicionais das sociedades.

9. (Unicentro-PR – 2021)

Segundo Stuart Hall, a identidade está vinculada ao conceito de sujeito. Para esse autor, as ciências sociais produziram três conceitos básicos de sujeito: o sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. Sobre a identidade do sujeito pós-moderno, assinale a alternativa correta.

- a) A “crise de identidade” do sujeito pós-moderno relaciona-se com o enfraquecimento das estruturas sociais que ofereciam estabilidade aos indivíduos.
- b) A “crise de identidade” do sujeito pós-moderno deve-se à centralidade do self na sexualidade e suas diversas manifestações.
- c) Na “pós-modernidade”, sujeitos estáveis, unificados e previsíveis produzem a crise de identidade vinculada à classe social.
- d) O centro essencial da identidade da pessoa é sua capacidade de razão, consciência e ação em favor de um projeto comum de sociedade.
- e) O sujeito pós-moderno é localizado no interior de grandes estruturas e formações sociais, que resolveram o dualismo entre mente e matéria.

10. (Uece – 2023)

A identidade cultural e as diferenças culturais são estreitamente dependentes, porém a forma como afirmamos nossa identidade cultural tende a esconder esta mútua dependência, pois quando digo “Eu sou brasileiro” ou “Eu sou cearense” estou me referindo a identidades culturais que se esgotam em si mesmas. Entretanto, só posso fazer a afirmação “sou brasileiro” porque existem outros que não o são: os argentinos, os noruegueses, os tibetanos. Em síntese, uma identidade cultural é, majoritariamente, definida pelo contraste com outras.

Considerando o exposto, assinale a afirmação verdadeira.

- a) Em um mundo sociocultural homogêneo, sem diferenciações, podemos afirmar que somos cearenses.
- b) A afirmação “sou baiano” faz parte de uma extensa cadeia de negações implícitas de outras identidades.

- c) Ao contrário das afirmações de identidades culturais, as diferenças culturais são referenciadas em si mesmas.
- d) A identidade cultural depende da diferença, mas a diferença não depende do contraste com a identidade cultural.

11. (Uece – 2023)

Para a compreensão das políticas públicas destinadas aos jovens no Brasil há uma interconexão entre aquilo que tende a se tornar uma representação normativa corrente da idade e dos jovens na sociedade e o próprio impacto das ações políticas. Dito de outra forma, a conformação das ações e programas públicos não sofre apenas os efeitos de representações sociais sobre a juventude, mas pode, ao contrário, provocar reformulações dessas representações dominantes que a sociedade brasileira constrói sobre os jovens.

SPOSITO, Marília Pontes e CARRANO, Paulo César R. “Juventude e Políticas e Públicas no Brasil”, *Revista Brasileira de Educação*, 24, dez./2003. Texto adaptado.

Partindo do exposto, assinale a afirmação verdadeira.

- a) As políticas públicas para a juventude no Brasil hoje estão orientadas para que se impeça a redução da maioridade penal.
- b) Os programas sociais voltados para a juventude são o retrato passivo de formas dominantes de conceber a condição juvenil.
- c) As políticas públicas para a juventude tanto são orientadas por concepções sociais como mobilizam novas representações.
- d) Os jovens são abrangidos por políticas sociais que reforçam a ideia de delinquência e rebeldia, próprias da idade.

12. (UFT-TO – 2023)

Para Karl Marx a sociedade capitalista se constituiu, e se desenvolve, pela exploração da mão de obra do proletariado pela classe burguesa, que detém os meios de produção. E, para ele, “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes [...] a sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto; a burguesia e o proletariado”. Essa dominação ocorre também pela ideologia.

(MARX, K. *Manifesto do partido comunista*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.)

Assinale a alternativa que corresponde ao conceito de Ideologia para Karl Marx.

- a) Conjunto de ideias e concepções elaboradas pela classe dominante, com o intuito de apresentar-se como sendo de todas as classes, fazendo com que “o dominado pense com a cabeça do dominante”.
- b) Conjunto de ideias e concepções elaboradas pelas diversas classes sociais, para que todas possam concorrer para serem as ideias dominantes de uma época.

- c) Conjunto de ideias e concepções elaboradas pelo Estado, impostas de forma autoritária.
- d) Conjunto de ideias e concepções elaboradas a partir da classe dominada, com o intuito de apresentar-se como sendo de todas as classes, fazendo com que “o dominante pense com a cabeça do dominado”.

13. (UEL-PR – 2023)

Leia o texto a seguir.

A *indústria cultural* conferiu poderes avassaladores à capacidade que a ideologia dominante possui de induzir o pensamento, a atenção e mesmo o olhar, a percepção, para os pontos por ela *iluminados*. A *indústria cultural* possibilitou, no século XX, a criação e o funcionamento de sociedades *totalmente administradas*, que já não precisam se empenhar em justificar suas prescrições e imposições: a massa dos consumidores tende a aceitá-las passivamente, considerando-as normais, legitimadas pelo simples fato de existirem. Num dos ensaios de *Prismas*, em 1951, Adorno escreveu: “A ideologia, a aparência socialmente necessária, é hoje a própria sociedade real”.

(KONDER, L. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 84.)

Com base nos conhecimentos sobre os conceitos de ideologia e indústria cultural e tendo como referência esse texto, explique a analogia entre ideologia e seu poder de iluminação, demonstrando por que essa relação é “uma aparência socialmente necessária”.

14. (Enem – 2023)

A diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio. Ela é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo. Mas, ao mesmo tempo, a mecanização atingiu um tal poderio sobre a pessoa em seu lazer e sobre a sua felicidade, ela determina tão profundamente a fabricação das mercadorias destinadas à diversão que essa pessoa não pode mais perceber outra coisa senão as cópias que reproduzem o próprio processo de trabalho.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

No texto, o tempo livre é concebido como

- a) consumo de produtos culturais elaborados no mesmo sistema produtivo do capitalismo.
 - b) forma de realizar as diversas potencialidades da natureza humana.
 - c) alternativa para equilibrar tensões psicológicas do dia a dia.
 - d) promoção da satisfação de necessidades artificiais.
 - e) mecanismo de organização do ócio e do prazer.
- 15.** (Unioeste-PR – 2023)
- Entre os anos de 1904-1905, uma série de escritos fragmentados do sociólogo alemão Max Weber (1864-1920) foram publicados sob o título de

Die Protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus (A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo). Trata-se de um estudo sociológico centrado na teologia calvinista, no Puritanismo Inglês e outras formas de Protestantismo, sendo indispensável para a compreensão do capitalismo moderno, que em seu início, exigiu traços pessoais e um determinado tipo de personalidade útil ao comportamento capitalista.

Sobre a obra mencionada, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Weber estava preocupado com os aspectos da moderna conduta da vida capitalista e a sua afinidade com o modo de pensar protestante.
- b) Weber procurou demonstrar que um determinado tipo de orientação religiosa — a ética protestante — influenciou a conduta econômica dos indivíduos.
- c) Weber afirma que a ética protestante foi a única causa explicativa do capitalismo, de maneira que a influência dos fenômenos religiosos explicaria todos os aspectos da vida econômica.
- d) Weber procurou assinalar que a ética de algumas seitas protestantes foi uma das causas do capitalismo, ao lado de tantas outras, como os fatores políticos e ideológicos.
- e) Weber se refere à religião calvinista como uma ética que deu ao trabalho um caráter religioso, a ponto de não reduzi-la a uma atividade pertencente somente à vida material.

16. (UFU-MG – 2022)

Trazendo um recorte racial, [...] percebemos que pessoas brancas candomblecistas tendem a sofrer racismo religioso somente quando estão paramentadas ou quando assumem publicamente sua identidade religiosa. Por outro lado, no caso da população negra, percebemos que, junto a essa discriminação religiosa, vem a discriminação racial a partir do fenótipo dessa população.

RODRIGUES, Ozaias da Silva; NYACK. *As múltiplas faces do racismo religioso: reflexões acerca do impacto desse fenômeno em “corposmacumbeiros”*. 32. RBA, 2020.
Disponível em: <https://www.32rba.abant.org.br/>.
Acesso em: 11 set. 2022.

O texto exemplifica como o racismo no Brasil

- a) ocorre de maneira implícita, buscando incorporar a diversidade étnica e religiosa.
- b) envolve a intolerância em relação aos cultos e seitas que não são reconhecidos oficialmente pelo Estado.
- c) está subordinado à desigualdade econômica, permitindo que a discriminação recaia sobre brancos e negros.
- d) está disseminado na sociedade, depreciando modos de vida de matriz africana.

17. (Fempar-SP – 2024)

O colonizado está sempre alerta, decifrando dificilmente os múltiplos signos do mundo colonial; nunca sabe se passou ou não o limite. Diante do mundo determinado pelo colonialista, o colonizado presume-se sempre culpado. Mas, no mais fundo de si mesmo, o colonizado não reconhece nenhuma instância. Está dominado, mas não domesticado. Está inferiorizado, mas não convencido da sua inferioridade. Espera pacientemente que o colono descuide a sua vigilância para atacá-lo. Nos seus músculos, o colonizado está sempre em atitude de expectativa, está sempre pronto a abandonar o seu papel de presa e a assumir o de caçador. O colonizado é um perseguido que sonha permanentemente transformar-se em perseguidor.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005. p. 70.

Com base no texto, assinale a opção que indica corretamente o aspecto que marcou o processo de descolonização africano.

- a) A resistência latente frente as práticas colonizadoras.
- b) A opressão hegemônica exercida pelos imperialistas.
- c) A politização precoce das populações colonizadas.
- d) A identificação dos colonos com uma luta de caráter nacional.
- e) A busca de soluções diplomáticas para a descolonização.

18. (Enem – 2023)

“Superar a história da escravidão como principal marca da trajetória do negro no país tem sido uma tônica daqueles que se dedicam a pesquisar as heranças de origem afro à cultura brasileira. A esse esforço de reconstrução da própria história do país, alia-se agora a criação da plataforma digital Ancestralidades. “A história do negro no Brasil vai continuar sendo contada, e cada passo que a gente dá para trás é um passo que a gente avança”, diz Márcio Black, idealizador da plataforma, sobre o estudo de figuras ainda encobertas pela perspectiva histórica imposta pelos colonizadores da América.”

FIORATI, G. Projeto joga luz sobre negros e revê perspectiva histórica. Disponível em: www1.folha.uol.com.br.
Acesso em: 10 nov. 2021 (adaptado).

Em relação ao conhecimento sobre a formação cultural brasileira, iniciativas como a descrita no texto favorecem o(a)

- a) recuperação do tradicionalismo.
- b) estímulo ao antropocentrismo.
- c) reforço do etnocentrismo.
- d) resgate do teocentrismo.
- e) crítica ao eurocentrismo.



Trabalho, política e sociedade

Nesta unidade, vamos conversar sobre grandes temas de nossas sociedades. Vivemos em uma sociedade capitalista. O que isso tem a ver conosco? Como sua família se insere no mundo do trabalho? Como você observa as desigualdades sociais no contexto em que vive? E as grandes questões atuais, como a ambiental, a democracia, a cidadania e os movimentos sociais, já parou para pensar sobre elas? Por fim, vamos conversar a respeito de uma nova realidade presente na sua geração e que não existia na geração de jovens há alguns anos: o papel das mídias conjugadas com a inteligência artificial. Qual é a contribuição que a Sociologia pode oferecer para refletir sobre essa temática?

Plano de estudos:

1. Capitalismo, globalização e neoliberalismo
2. Trabalho e desigualdades sociais
3. Capitalismo e a questão ambiental
4. Cidadania e direitos
5. Estado e democracia
6. Movimentos sociais
7. Mídias e inteligência artificial

1. As imagens fazem referência a dois momentos de luta dos trabalhadores brasileiros por direitos. Que direitos eles estão exigindo?
2. O que os protestos retratados nas duas imagens têm a ver com o tema do capitalismo e das desigualdades sociais?
3. Como os eventos retratados nas imagens estão relacionados com os temas da cidadania e da democracia?

Manifestações de trabalhadores. Na fotografia acima, greve dos servidores públicos reivindicando o 13º salário. Rio de Janeiro (RJ), 1964. Nesta fotografia, manifestação de trabalhadores informais e entregadores de aplicativo. Recife (PE), 2023.

Capitalismo, globalização e neoliberalismo



Podcast
Sociologia
da fome

Fome no mundo compromete objetivos da ONU para 2030

[...]

Conhecida pela sigla FAO, correspondente à sua denominação em inglês, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura divulgou [...] a edição mais recente [de 2023] do relatório sobre o Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo. Elaborado pela FAO em conjunto com outros organismos do sistema da Organização das Nações Unidas, a ONU, entre eles a Organização Mundial da Saúde, o relatório é alarmante.

Ele indica, com toda clareza, que alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – os ODS, fixados pela ONU para 2030 – não serão mais alcançados. São os objetivos listados no ODS número 2, que determinam para a comunidade internacional a obrigação de acabar com a fome e com todas as formas de desnutrição até 2030 [...].

[...] Atualmente, mais de 700 milhões de pessoas passam fome em todo o mundo, o que equivale a quase 10% da população do planeta. E esse número, que deveria estar caindo por conta da meta de “fome zero” fixada para 2030, aumentou significativamente nos últimos anos. São 120 milhões a mais, em comparação com 2019, antes da pandemia de covid-19. Já o quadro mais geral de insegurança alimentar atinge quase 2,5 bilhões de pessoas, praticamente um terço dos habitantes da Terra.

[...] a FAO alertou para o fato de que, desde a edição de 2017, o relatório vem repetidamente chamando a atenção para fatores que estão inviabilizando os objetivos do ODS número 2, de eliminação da fome e da desnutrição. De um lado, a intensificação e a inter-relação de conflitos armados, situações climáticas extremas e crises econômicas. De outro lado, a crescente desigualdade social, com a conseqüente falta de maior acesso a alimentos nutritivos.

As informações relacionadas ao Brasil são igualmente preocupantes. De um total de cerca de 210 milhões de habitantes, a situação de fome absoluta atinge 10 milhões em nosso país, segundo o relatório; e a insegurança alimentar, um total de 70 milhões. Apesar de um quadro de relativa estabilidade entre os dados de 2021 e 2022, no Brasil e no mundo, é um número extremamente elevado de pessoas em condições alimentares muito precárias.

DALLARI, P. Fome no mundo compromete objetivos da ONU para 2030. *Jornal da USP*, São Paulo, 26 jul. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/fome-no-mundo-compromete-objetivos-da-onu-para-2030/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

Jon Shapley/Houston Chronicle/Getty Images



Você pode se perguntar: se este capítulo tratará do tema **capitalismo**, por que ele se inicia por um texto sobre a fome no mundo? Como você perceberá ao longo do percurso, a temática da fome se relaciona de forma profunda com a maneira como as sociedades estão organizadas, evidenciando-se especialmente nas sociedades capitalistas. Assim, vamos destacar, neste capítulo, alguns aspectos e características do capitalismo, uma forma de organização social, política e econômica que, neste século XXI, apesar das suas diferenças regionais e locais, domina praticamente todo o nosso planeta.

Voluntários de organização que atua no combate à fome servem refeições para população em vulnerabilidade social. Houston, Estados Unidos, 2024.

Questionamentos



1. Milhões de pessoas passam fome no mundo. Como essa situação poderia ser revertida?
2. Por que, segundo a FAO, o objetivo de acabar com a fome e todas as formas de desnutrição até 2030 não será alcançado?
3. De acordo com o relatório da FAO, o número de pessoas em situação de insegurança alimentar em 2023 era maior do que em situação de fome. Por que isso acontece?

Origens do capitalismo

A humanidade, ao longo da história, estabeleceu formas diferentes de produzir os bens necessários à sua sobrevivência. Uma dessas formas de organização, vigente na grande maioria das sociedades atuais, inclusive no Brasil, é chamada de **capitalismo**.

Como se viajássemos em uma máquina do tempo, vamos estacioná-la na Europa, durante a Idade Média, entre os séculos IV e XIV (do ano 301 até, aproximadamente, o ano 1400). A forma de organização da sociedade, então, era conhecida como **feudalismo**.

Uma das características da sociedade feudal era uma estrutura social fixada, sem chances de mudança, de acordo com o mundo regido pela Igreja Católica. Se uma pessoa nascesse em uma família pertencente à nobreza teria o que popularmente se chama de “sangue azul”, sendo herdeira das terras em torno do castelo e escolhida por Deus como destinatária de toda a riqueza produzida, dos impostos e das taxas pagos pelos que necessitassem atravessar as terras do feudo. Mas, se nascesse servo, seria um plebeu, nada mais lhe restando do que trabalhar, resignadamente, para seu senhor durante toda a vida, tornando-se um merecedor do reino de Deus quando viesse a falecer. Esse mundo, organizado assim, não podia ser questionado nem conseqüentemente ser mais transformado.

Grandes mudanças, porém, começaram a ocorrer em toda a Europa, principalmente a partir do século XIV, para além da vontade daqueles que detinham o poder e a riqueza. Foram mudanças que ocorreram lentamente, de forma gradativa, praticamente imperceptíveis para quem vivia à época.

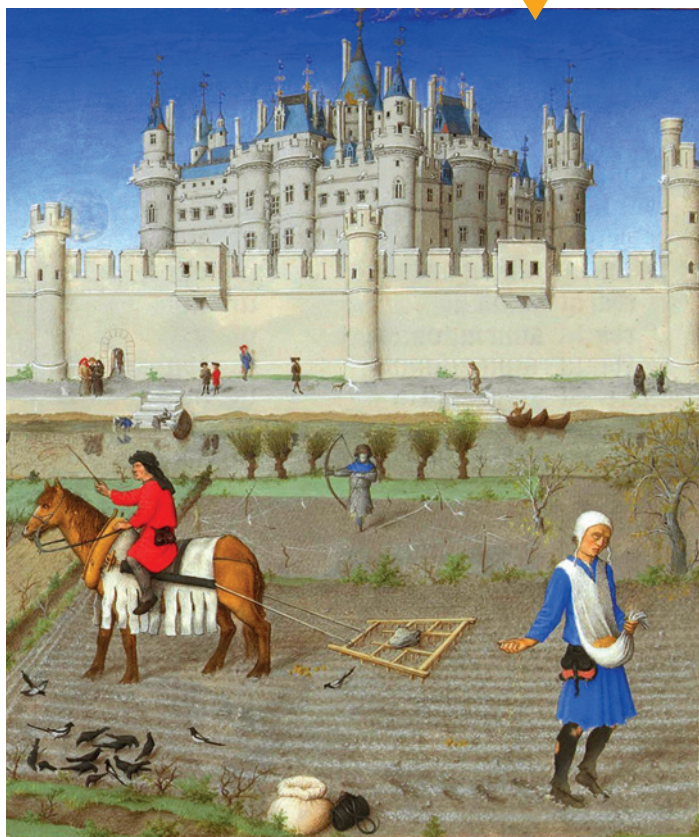
Entre as diversas transformações, podemos destacar o aumento do número de membros dos grupos sociais: comerciantes, artesãos e camponeses livres. Estes últimos surgiram a partir da cessão de terras consideradas inférteis ou improdutivas, principalmente em regiões pantanosas, a grupos de servos, mediante pagamento de taxas e estabelecimento de outros compromissos de obediência. Deve-se registrar que, na Europa do século XII, segundo o economista estadunidense Leo Huberman (1903-1968), eram cultiváveis apenas a metade das terras francesas, um terço da atual Alemanha e um quinto da Inglaterra.

Já o grupo social composto dos comerciantes havia surgido nos entroncamentos das diversas rotas comerciais existentes na Europa, que formavam grandes feiras, onde eram negociados os valiosos produtos originários do Oriente, com destaque para as chamadas especiarias. Essas feiras acabaram se transformando em verdadeiras cidades fortificadas, inicialmente chamadas de **burgos** – daí o nome **burgueses**, pelo qual aqueles comerciantes passaram a ser conhecidos.

Como destacamos anteriormente, a forma de organização social existente na Europa era o feudalismo. Os novos grupos sociais não se ajustavam ao antigo sistema social, político e econômico. Os camponeses livres, apesar de minoritários, haviam se colocado à margem da servidão feudal, e os artesãos, por sua vez, trabalhavam por conta própria nas cidades, aproveitando-se também do renascimento comercial.

Quanto aos burgueses, deve-se destacar que seu rápido enriquecimento acabou por gerar mudanças profundas naquela velha ordem, em que não havia lugar e reconhecimento para essa nova classe social. As mudanças abrangiam desde contestações à filosofia da Igreja Católica, que considerava pecado a obtenção de lucros, os juros e a **usura** – aspectos de um conjunto de mudanças que resultou na Reforma Protestante –, como também contestações ao poder acumulado pela nobreza feudal.

A obra ilustra a organização da sociedade feudal.



CPA Media Pte Ltd/Alamy/Fotoarena

Ilustração presente na obra *As horas muito ricas do Duque de Berry*, dos irmãos Limbourg, autoria desconhecida, c. 1440.

GLOSSÁRIO

Usura: empréstimo de dinheiro a juros; agiotagem.

Nesse caso, a burguesia ascendente tratou de reforçar e centralizar o poder na pessoa do rei, em uma aliança que fez nascer as chamadas monarquias nacionais e que possibilitou as Grandes Navegações, capitaneadas por Portugal e Espanha. Assim, no meio da ordem feudal, estava sendo gestado, aos poucos, um novo sistema social e econômico, o **capitalismo**. Com o tempo, desmoronava-se a velha sociedade **estamental**, como viria depois a ocorrer definitivamente com as revoluções inglesas do século XVII e a Revolução Francesa de 1789.

Acumulando capital e revolucionando a indústria

O capitalismo se tornou a organização social, política e econômica dominante a partir da Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra no século XVIII. Entretanto, para vigorar dessa forma, era necessária uma fase anterior de “acumulação de capital”. Vamos entender isso melhor.

Atualmente, para alguém iniciar um negócio, uma empresa, é necessário obter capital; isso também ocorria com os burgueses da época. Karl Marx (1818-1883), um dos principais estudiosos do capitalismo, analisou o que ocorreu na Inglaterra em seu período pré-capitalista. Ele demonstrou que houve uma transformação radical das relações de produção até então existentes no campo.

A transição do sistema feudal para o capitalista ocorreu por meio da apropriação da terra pela burguesia, com a expulsão dos camponeses que lá viviam. Marx denominou esse processo **acumulação primitiva de capital**.

Foi exatamente isso o que ocorreu: os camponeses foram expropriados, separados das terras que cultivavam, restando-lhes apenas a venda da sua força de trabalho em troca de um salário. Foram esses trabalhadores que serviram de mão de obra para as indústrias que surgiam e que passaram a ser empregados como assalariados nas terras que antes cultivavam no sistema de trocas servil.

Você talvez pergunte se em toda a Europa o capitalismo surgiu da mesma forma. A Inglaterra foi o caso analisado por Karl Marx. Mas, e depois, como aconteceu a expansão do capitalismo? Podemos responder que, de fato, as mudanças ocorreram de formas diferenciadas, em tempos distintos, de acordo com uma série de variáveis. Muitos cientistas sociais e historiadores que pesquisam o tema, por exemplo, chamam atenção para o papel decisivo desempenhado nas cidades europeias pelo comércio, pelas trocas de mercadorias. De qualquer forma – considerando como elemento principal do processo de acumulação primitiva de capital –, por meio da análise de Marx a respeito da expropriação da terra, podemos dizer que o capital prosseguiu em seu processo de acumulação com a multiplicação dos centros comerciais existentes nas cidades (os burgos). Além disso, de forma extremamente relevante e mais decisiva, prosseguiu com a expansão do chamado capital mercantil, com a apropriação da riqueza existente em terras de outras partes do mundo, durante o período das Grandes Navegações e com o avanço da colonização.

Assim, o processo de acumulação de capital foi se desenvolvendo por meio do financiamento de **corsários** e **piratas**, do tráfico de escravizados (principalmente africanos), do empréstimo de dinheiro a juros por intermédio da organização de instituições bancárias, do pagamento de salários miseráveis aos artesãos empregados nas manufaturas e, não menos importante, vencendo guerras, comerciando e impondo tratados a outros países.

Depois da indústria, o comércio passou a ser a atividade mais importante da burguesia inglesa – como forma de transportar e comercializar seus produtos industriais. Os comerciantes ingleses e seus navios estavam por toda a parte do mundo. Quanto maior a atividade comercial, maior era a concorrência. Cada mercador inglês queria abater seus concorrentes e, para vencer, era preciso oferecer produtos mais baratos. Apresentou-se, então, um questionamento entre os mercadores: como baixar cada vez mais os custos da produção?

A resposta estava no uso de máquinas. Desse modo, foi a pressão do mercado que levou a burguesia inglesa a aprimorar suas máquinas e a instalar mais indústrias.

Mas o capital depende do trabalho; ou seja, a burguesia necessitava de operários para instalar suas indústrias e fazê-las operar. Para encontrá-los, era necessário ir ao campo, onde estava a mão de obra.

GLOSSÁRIO

Corsário:

navegante saqueador que tinha o mesmo objetivo dos piratas, mas era autorizado pelas nações a atacar navios inimigos em tempos de guerra, agindo em nome de um rei.

Estamental:

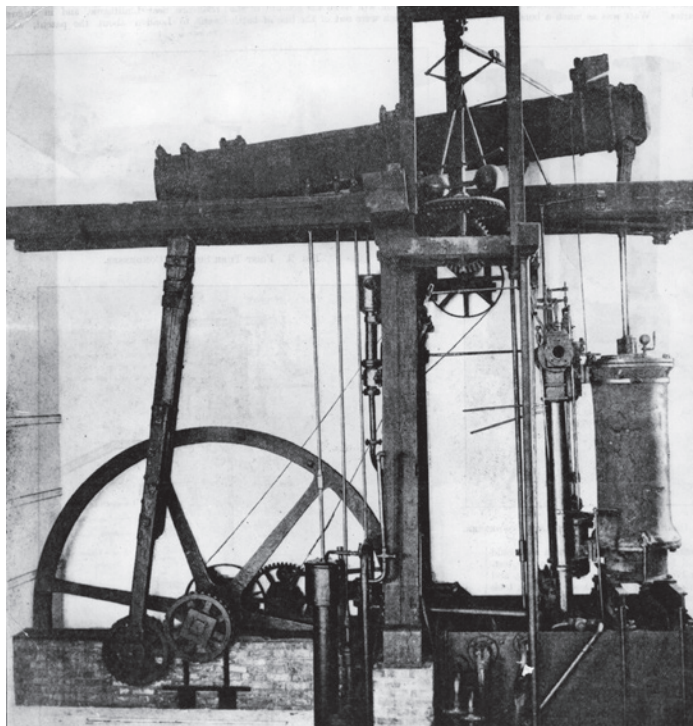
relativo a estamento, camada ou grupo social com um modo de vida comum, com as mesmas funções sociais.

Pirata:

navegante saqueador que ficou conhecido no Período Colonial por atacar as frotas dos navios para se apoderar das riquezas que eram transportadas da América para a Europa.

No século XIX, a Revolução Industrial alcançou outros países europeus, como França, Alemanha, Itália (na parte norte) e Rússia. Nos Estados Unidos, as primeiras indústrias foram instaladas no final do século XVIII, mas seu desenvolvimento se deu na segunda metade do século XIX.

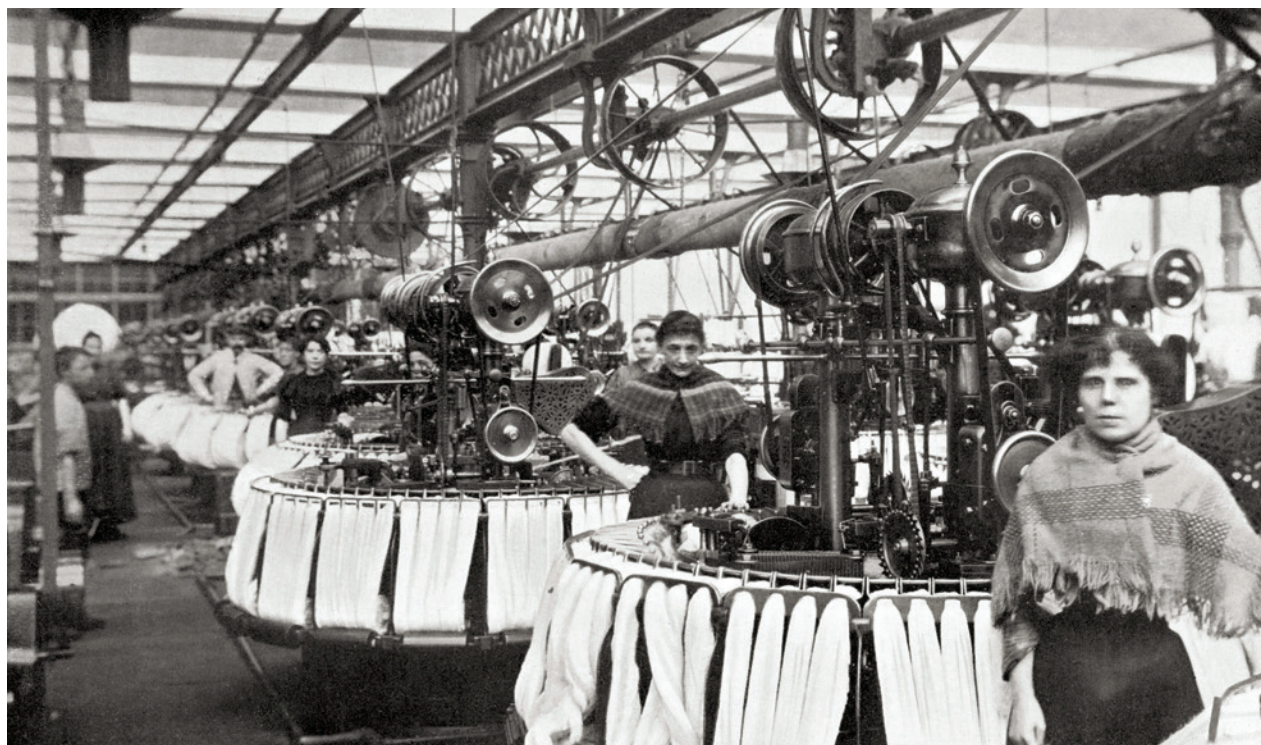
A Revolução Industrial trouxe seu símbolo máximo: a **máquina a vapor**. Era o sinal dos novos tempos: barcos, trens, ferros de passar roupa e banhos a vapor. Começou, então, a produção em massa, e o desejo do lucro tornou-se um ideal a ser seguido. As pequenas oficinas tornaram-se grandes fábricas, apareceram as chaminés, construíram-se pontes, túneis, minas.



Hulton Archive/Getty Images

Máquina a vapor, de James Watt, patenteada em 1781, c. 1899.

O desenvolvimento industrial arruinou os artesãos, já que os sapatos e os tecidos eram confeccionados mais rapidamente e de maneira mais barata em uma fábrica do que nas oficinas dos artesãos, sapateiros ou tecelões. Bem como os camponeses destituídos de suas terras, os artesãos também tiveram de buscar emprego de operários nas fábricas. Havia, então, uma multidão que não conseguia mais viver por conta própria, destinada a trabalhar para um patrão em troca de um salário. Formou-se, assim, uma nova classe social chamada **proletariado**.



Universal History Archive/Universal Images Group/Getty Images

Desse modo, o capitalismo trouxe grandes transformações para a humanidade. Como Karl Marx e Friedrich Engels (1820-1895) diziam, em 1848: “tudo que era sólido se desmanchava no ar”. As grandes potências mundiais da época eram todas capitalistas. Fábricas, terras, matérias-primas, comércio, bancos, máquinas, tudo pertencia aos capitalistas, que manipulavam o capital com um único objetivo: obter lucro e ganhar dinheiro.

Trabalhadores em fábrica inglesa. Bradford, Inglaterra, final do século XIX.

Novos ideais políticos e econômicos: o liberalismo

O que caracteriza socialmente e economicamente a sociedade capitalista são as relações assalariadas de produção (trabalho assalariado). Tais relações se baseiam na propriedade privada das fábricas, terras, bancos, minas de carvão e grandes transportadoras comerciais.

São essas relações que constituem os meios pelos quais a riqueza da sociedade é produzida; por esse motivo, são chamados de **meios de produção**. Recebem também a denominação de **capital**, termo que, no senso comum, é associado à posse de recursos monetários, ao dinheiro. Na verdade, todos os meios de produção de riqueza, ou de valor monetário, como fábricas e minas de carvão, são capitais, pelo valor que esses bens têm investidos e são capazes de produzir.

O trabalhador não é obrigado a ficar sempre na mesma terra ou fábrica; ele é livre para se empregar na propriedade do capitalista que o aceitar. Como não é dono dos meios de produção, é obrigado a trabalhar para os proprietários do capital.

Segundo Marx, há duas classes principais: a burguesia e os trabalhadores assalariados (ou proletariado). Se o capitalismo é movido pelo lucro, para aumentar seus lucros os capitalistas procuram aumentar a produção por meio do aperfeiçoamento técnico, da exigência de maior produtividade dos operários, de maior racionalização do processo de produção.

Deve-se registrar que a ascensão do poder político e econômico da burguesia, descrita anteriormente, foi acompanhada pela formulação de um conjunto de ideias que justificaram essa nova sociedade que estava surgindo nesse processo tão intenso de mudanças.

Na política, o grande marco desse processo de mudanças foi a Revolução Francesa, em 1789, em que foi aprovada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que afirmava que “todos eram iguais perante a lei”. A Revolução Francesa consagrou o lema **igualdade, liberdade e fraternidade**.

Francis G. Mayer/Corbis/VCG/ Getty Images



John Trumbull.
Declaração de Independência [...],
1787. Óleo sobre tela,
53 cm x 78,7 cm.

No caso do **liberalismo político**, o combate contra o poder da monarquia e da Igreja reuniu pensadores considerados “clássicos”, como é o caso, por exemplo, do inglês John Locke (1632-1704) e do francês Charles de Montesquieu (1689-1775).

Locke defendia que a organização política deveria ter a preocupação de preservar a liberdade individual dentro do quadro dos direitos naturais: vida, liberdade, propriedade – e suas consequências, como liberdade de pensamento, religiosa e de revolta –, tendo como limite sempre alguma ameaça à liberdade de outro indivíduo. Montesquieu, por sua vez, preocupou-se em propor uma teoria de divisão dos poderes que teria como objetivo a busca do equilíbrio na sociedade, evitando-se quaisquer tipos de arbitrariedades (retomaremos essa temática em outro capítulo, quando estudarmos as teorias sobre o Estado Moderno).

Apesar de definirmos essa corrente teórica como liberalismo político, esses pensadores não dissociavam essas questões da organização econômica, principalmente do direito à propriedade, apresentado por Locke como um direito natural dos seres humanos.

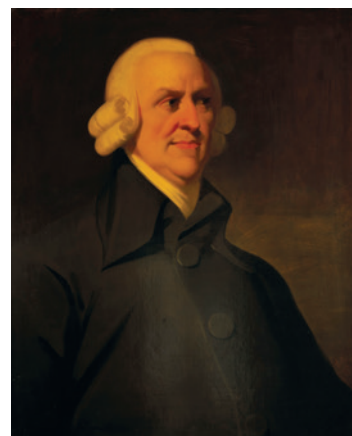
As ideias que culminaram com a Revolução Francesa foram gestadas pela burguesia europeia ascendente, durante os séculos XVII e XVIII, como reivindicação fundamental pela expressão das liberdades políticas e econômicas dos indivíduos contra as arbitrariedades do Estado absolutista vigente então no continente, tanto em relação aos entraves determinados pelo poder absoluto dos monarcas como pelo seu controle total da economia, em um modelo nomeado como **mercantilismo**. Essa corrente de pensamento de origem burguesa recebeu o nome genérico de **liberalismo**, tendo servido de suporte às revoluções capitalistas que ocorreram desde então, assim como à luta pela independência dos Estados Unidos, representada na imagem.

E de que modo se daria a relação entre a política e a economia, segundo esses pontos de vista? Como contraposição ao mercantilismo como uma política de intervenção direta do Estado na atividade econômica, outros defensores desses princípios, como Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823), diziam que as principais funções do governo deveriam ser limitadas a somente três: proteger a propriedade, não interferir no lucro e preservar a paz. Por essa razão, o conjunto de teorias formuladas por esses economistas ficaram conhecidas como **liberalismo econômico**.

Perfil

Adam Smith

Nascido na Escócia, o filósofo e economista Adam Smith é considerado um dos pais da corrente teórica que ficou conhecida como liberalismo econômico. Atuou como professor na Universidade de Glasgow, Escócia. Sua obra mais relevante foi publicada em 1776 e recebeu originalmente o título *Uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações*, que ficou mais conhecida como *A riqueza das nações*. Nesse trabalho, Smith analisa criticamente o mercantilismo e defende que a iniciativa privada – ou seja, a ação dos indivíduos no mercado e no comércio – deveria agir livremente, com um mínimo de intervenção do Estado, para que a economia se desenvolvesse a ponto de satisfazer as necessidades e o bem-estar da sociedade como um todo. Para alcançar esse objetivo, haveria uma “mão invisível” regulando os interesses envolvidos, ou seja, apesar de os indivíduos agirem no mercado em razão da satisfação de interesses próprios, a livre competição comercial – a concorrência entre os produtos – levaria automaticamente a uma queda nos preços das mercadorias e aos aumentos salariais, estabelecendo uma sociedade mais justa.



Pintura retratando Adam Smith, economista e filósofo escocês, 1795.

Fine Art Images/Heritage Images/Getty Images

Concorrência e monopólio

Desde a Revolução Industrial, como vimos, os capitalistas continuavam procurando expandir seus negócios e ampliar os lucros. Com as revoluções que ocorreram em vários países da Europa e nos Estados Unidos, o sistema capitalista prosperava cada vez mais.

Em meados do século XIX, as indústrias iniciaram uma fase de grande concorrência e, para disputar os mercados, começaram a diminuir os preços. Essa concorrência se transformou em uma “prova de resistência” para diversos capitalistas.

Para abaixar os preços, era necessário aumentar a produção e colocá-la no mercado. Com isso, procurou-se ampliar o mercado. E, para não falir, os pequenos capitalistas precisavam continuar produzindo como os grandes; mas, para produzir, precisavam de dinheiro. Como o dinheiro estava nos bancos, que se aliavam aos grandes capitalistas, muitos pequenos empresários acabaram falindo.

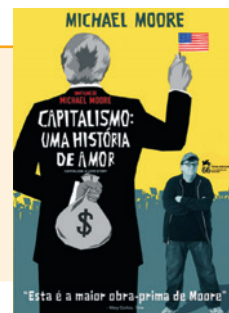
Na lógica capitalista, portanto, sobreviviam somente os “mais fortes”. As companhias de ferro, carvão, entre outras, ligadas aos bancos, estabeleciam o **monopólio**; ou seja, definiam o grupo de empresas que dominaria o mercado, controlando a quantidade de bens à disposição dos consumidores e, sem concorrência, estabelecendo os preços. Instalado a partir do final do século XIX, o **capitalismo monopolista** resiste até hoje, sendo chamado também de capitalismo financeiro.

Para ampliar

Assista

Capitalismo: uma história de amor, direção de Michael Moore (Ao Norte, 2009, 127 min).

O documentário apresenta uma análise, segundo Moore, de como o capitalismo corrompeu os ideais de liberdade previstos na Constituição dos Estados Unidos.



Dog Eat Dog Films

A crise: superprodução de mercadorias e imperialismo

A situação das economias capitalistas se tornou dramática no século XIX, pois o mercado ficou “inundado” de mercadorias. Esse processo foi nomeado pelos economistas como uma “crise de superprodução”, ou seja, muitas mercadorias e poucos consumidores, resultando em uma crise econômica.

Para Karl Marx, o capitalismo era irracional. Ele tentou provar que a concorrência entre empresas acabaria mergulhando a economia capitalista em um terrível caos, que incluiria, de tempos em tempos, grandes crises econômicas, com falências, desemprego, aumento da miséria e da violência. O capitalismo se tornaria cada vez mais ineficiente, desperdiçando recursos, causando miséria e insegurança; pois se, por um lado, com a crise de superprodução, as indústrias demitiam operários para baixar custos e prejuízos, por outro, piorava mais a situação dos operários, que, na prática, eram os consumidores das mercadorias.

No final do século XIX, representantes do capital, preocupados com a falta de mercado nos seus próprios países, partiram para novos espaços geográficos a fim de tentar resolver a crise. Encontraram como uma das soluções a colonização da África e da Ásia. As empresas capitalistas e as nações europeias fizeram a partilha do continente africano em colônias para expandir seus mercados e obter mão de obra e matéria-prima baratas. Dessa época até hoje, a história de muitos países latino-americanos, africanos e asiáticos é a de submissão aos interesses do capitalismo monopolista da Europa e dos Estados Unidos. Essa situação de submissão política e econômica, provocada pelos interesses capitalistas, passou a ser conhecida desde então como **imperialismo**.

A ilustração faz referência à partilha da África durante o neocolonialismo do século XIX, deliberada durante a Conferência de Berlim, ocorrida entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885. O evento delimitou regras e acordos durante a ocupação do continente africano pelas empresas capitalistas e as nações europeias, para que os conflitos não impedissem o fluxo do comércio.



Charge publicada no jornal francês *L'illustration*, 1885.

GLOSSÁRIO

Al Capone: Alphonse Gabriel Capone (1899-1947), conhecido também pelo apelido de Scarface (“cara de cicatriz”), era considerado a maior liderança da máfia estadunidense, que praticava crimes diversos, como agiotagem, cafetinagem, comércio ilegal de bebidas alcoólicas, entre outros.

Wall Street: referência ao centro financeiro localizado em Manhattan, em Nova York, Estados Unidos, onde se situa a principal bolsa de valores do país. No final do século XIX, o uso do termo passou a representar o sistema do mercado financeiro estadunidense na sua totalidade.

Segundo o político socialista e teórico russo Vladimir Lênin (1870-1924), o imperialismo é o capitalismo na sua maturidade. O capitalismo monopolista estende ao resto do mundo seu domínio econômico e, por consequência, militar.

Para exemplificar o alcance desse poder, veja o que dizia o general Smedley Butler (1881-1940), que passou 33 anos e quatro meses no Corpo de Fuzileiros Navais como agente de segurança do capital estadunidense, no período entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Desde segundo-tenente até general, passei a maior parte do tempo servindo de guarda-costas para **Wall Street** e seus banqueiros.

Assim, ajudei a transformar o México num lugar seguro para os interesses petrolíferos americanos em 1914.

Ajudei a fazer de Cuba e Haiti lugares decentes para que os rapazes do City Bank pudessem recolher seus lucros em paz.

Ajudei a purificar a Nicarágua para que os irmãos Brown pudessem instalar seus bancos, entre 1909 e 1912. Limpei o terreno na República Dominicana para os interesses açucareiros norte-americanos, em 1916.

Na China, em 1917, colaborei para que a Standard Oil fizesse seu trabalho. Eu tinha, como diriam os rapazes do gatilho, uma boa quadrilha.

Fui recompensado com honrarias e promoções. Voltando, agora, os olhos ao passado, acho que poderia dar umas boas sugestões a **Al Capone**.

BUTLER, S. In: NOVAES, C. E.; RODRIGUES, V. *Capitalismo para principiantes*. São Paulo: Ática, 2008. p. 108.

Max Weber e o “espírito” do capitalismo

Museu de Arte de Saint Louis, EUA

As reflexões que apresentamos até o momento podem dar a entender que a teoria formulada por Karl Marx é a única que tem força explicativa sobre o surgimento do capitalismo e suas principais características. Mas existem outras correntes teóricas que tiveram essa mesma finalidade, elaboradas por economistas, historiadores e filósofos. No entanto, na Sociologia, o também alemão Max Weber (1864-1920) apresentou uma construção teórica considerada por muitos pensadores, até os dias de hoje, como instigante e inovadora, relacionando o surgimento do capitalismo à Reforma Protestante.

Max Weber, na passagem do século XIX para o século XX, desenvolveu uma série de estudos intitulados **Sociologia da Religião**. Entre esses estudos, foi publicada em duas partes, em 1904 e 1905, a primeira versão da sua obra *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. A preocupação central de Weber era examinar os principais aspectos sociais e econômicos presentes historicamente nas sociedades ocidentais, único lugar do mundo onde, até então, havia florescido e se consolidado a organização social e econômica capitalista. Um desses aspectos era tentar entender a relação muito próxima entre as ideias predominantes em determinado segmento do protestantismo cristão, o calvinismo, e a influência qualitativa que elas exerceram para constituir o que ele denominou “espírito” do capitalismo, então nascente.

O argumento central de Weber tomava como base o princípio básico da **ascese** – termo que pode ser entendido também como abnegação – presente nas práticas religiosas calvinistas.



Nicolas Maes. *O guardião de conta*, 1657. Óleo sobre tela, 66 cm x 53,6 cm.

O **ascetismo** reúne um conjunto de práticas religiosas prescritas aos indivíduos com base em um comportamento disciplinado, rígido e simples, caracterizado também como puritano, em cumprimento a uma ética moral necessária à realização dos desígnios divinos.

Uma das ideias centrais do calvinismo é o entendimento de que o trabalho é a própria finalidade da vida. Como explica Weber:

[...] a valorização religiosa do trabalho profissional mundano, sem descanso, contínuo, sistemático, como o meio ascético simplesmente supremo e a um só tempo comprovação o mais segura e visível da regeneração de um ser humano e da autenticidade de sua fé, tinha que ser, no fim das contas, a alavanca mais poderosa que se pode imaginar da expansão dessa concepção de vida que aqui temos chamado de “espírito” do capitalismo.

WEBER, M. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 156-157.

Na análise de Max Weber, essas visões de mundo cumpriram com o papel de “libertar” ética e psicologicamente os protestantes para a aquisição de bens e a busca de lucros, considerando o sucesso eventualmente alcançado nesse sentido como fruto da vontade de Deus.

Assim, a vitória alcançada pela dedicação constante e sistemática ao trabalho – entendido como vocação – se configurava como um exemplo de afirmação da sua fé religiosa e um caminho para a salvação. Tal concepção valia tanto para os trabalhadores, em geral, que deveriam se resignar e cumprir com dignidade as tarefas exigidas pela profissão que exercessem, por mais miserável que fosse seu salário, quanto para os empresários. Nesse último caso, a demonstração de fé era devidamente recompensada sob o ponto de vista da aquisição material e da conseqüente acumulação de riqueza, entendida como parte da bênção divina alcançada por aqueles que estariam predestinados, os “eleitos” a alcançar o paraíso na Terra.

As obras do pintor holandês Nicolas Maes (1634-1693) retratam o modo de vida do período do Século de Ouro dos Países Baixos, nação onde o protestantismo se difundiu e que se tornou uma potência capitalista. Na obra, vê-se um responsável pelo gerenciamento financeiro de negócios da época. Ao fundo, o mapa retratando a expansão marítima naquela nação, responsável por grande acúmulo de capital.

O sociólogo brasileiro Maurício Tragtenberg (1929-1998) nos alerta que, de forma alguma, Max Weber entendia o tal “espírito” do capitalismo como consequência da Reforma Protestante. O que ele pretendia, de fato, era investigar de que maneira a sociedade capitalista havia sido influenciada qualitativamente pela religião. É importante registrar também que metodologicamente ele nunca se dispôs a construir uma explicação “total” sobre a origem dessa organização social e econômica. Sua tese, porém, é sempre confrontada com o pensamento de Marx, pois, diferentemente desse outro pensador, em sua abordagem mais centrada na economia, aponta para aspectos de ordem cultural que estariam presentes na constituição do capitalismo como fenômeno social.

Enfim, em sua formulação teórica, o capitalismo surge e prossegue com base no desenvolvimento de fatores culturais, e não econômicos. Segundo Weber, na origem da nova sociedade que então surgia, a ciência, a tecnologia moderna e a burocracia – com o seu papel de organizar a administração de um grande número de pessoas – tiveram um impacto ainda mais fundamental do que a economia capitalista. Esses outros aspectos – ciência, tecnologia e burocracia – têm em comum, para Weber, a característica que ele nomeava como **racionalização**, ou seja, a organização da sociedade e da economia com base na eficiência e no conhecimento técnico, princípios decisivos desse processo.

Existiria alguma alternativa ao capitalismo?

Desde o século XIX, quase todos os dias vemos nos jornais, nas revistas, nas conversas e, mais recentemente, nas redes sociais alguma frase ou ideia sobre socialismo e comunismo. Mas o que é realmente o socialismo? Qual é a diferença entre socialismo e comunismo?

Vimos, anteriormente, que a situação dos trabalhadores no início do desenvolvimento capitalista na Europa era degradante. Nesse contexto, surgiram contestações à ordem vigente, críticas ao sistema capitalista e propostas de uma nova organização da sociedade. Não existiam somente as ideias dominantes do liberalismo e do capitalismo.

Na década de 1830, surgiram pensadores ingleses e franceses que eram chamados de **socialistas**. Eles acreditavam que a economia não deveria beneficiar poucos indivíduos (a burguesia), mas toda a sociedade. Em vez da competição do mercado, propunham a cooperação. Os socialistas pensavam que as mudanças poderiam ser planejadas e que se deveria arquitetar uma nova sociedade, mais justa, mais harmônica, mais racional. Os primeiros a se destacarem nesse debate foram Robert Owen (1771-1858) e Charles Fourier (1772-1837).

Os socialistas que mais influenciaram as gerações de futuros críticos do capitalismo, porém, foram os pensadores alemães Karl Marx e Friedrich Engels, fundadores do **socialismo científico**, hoje chamado de marxismo. Suas ideias partiam das seguintes perguntas: por que existem os problemas sociais? De que modo é possível superá-los? Ao contrário de outros pensadores da época, eles acreditavam que os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; mas o que importa é transformá-lo.

Marx e Engels achavam que somente o estudo científico da sociedade poderia responder a essas questões. Para eles, havia uma única força social capaz de transformar o mundo: o proletariado.

Para os fundadores do socialismo científico, o proletariado, por conta própria, tinha força para construir uma nova sociedade. Em 1848, declararam que a emancipação da classe trabalhadora é obra da própria classe trabalhadora. Na sua obra mais famosa, *O capital*, de 1867, Marx demonstrou com dados econômicos que o capitalismo era um sistema injusto e irracional. Injusto porque só haveria um meio de a burguesia lucrar: explorando a força de trabalho do proletariado.

Maurice Savage/Alamy/Fotoarena



Monumento em homenagem a Marx e Engels. Berlim, Alemanha, 2023.

Mais-valia e luta de classes

Como se pode perceber, na análise de Marx e Engels, a burguesia e o proletariado, que são as classes sociais fundamentais do capitalismo, seriam totalmente antagônicos. Isso significa dizer que a burguesia, que é numericamente uma minoria, somente pode existir em razão da existência e da submissão da maioria, o proletariado.

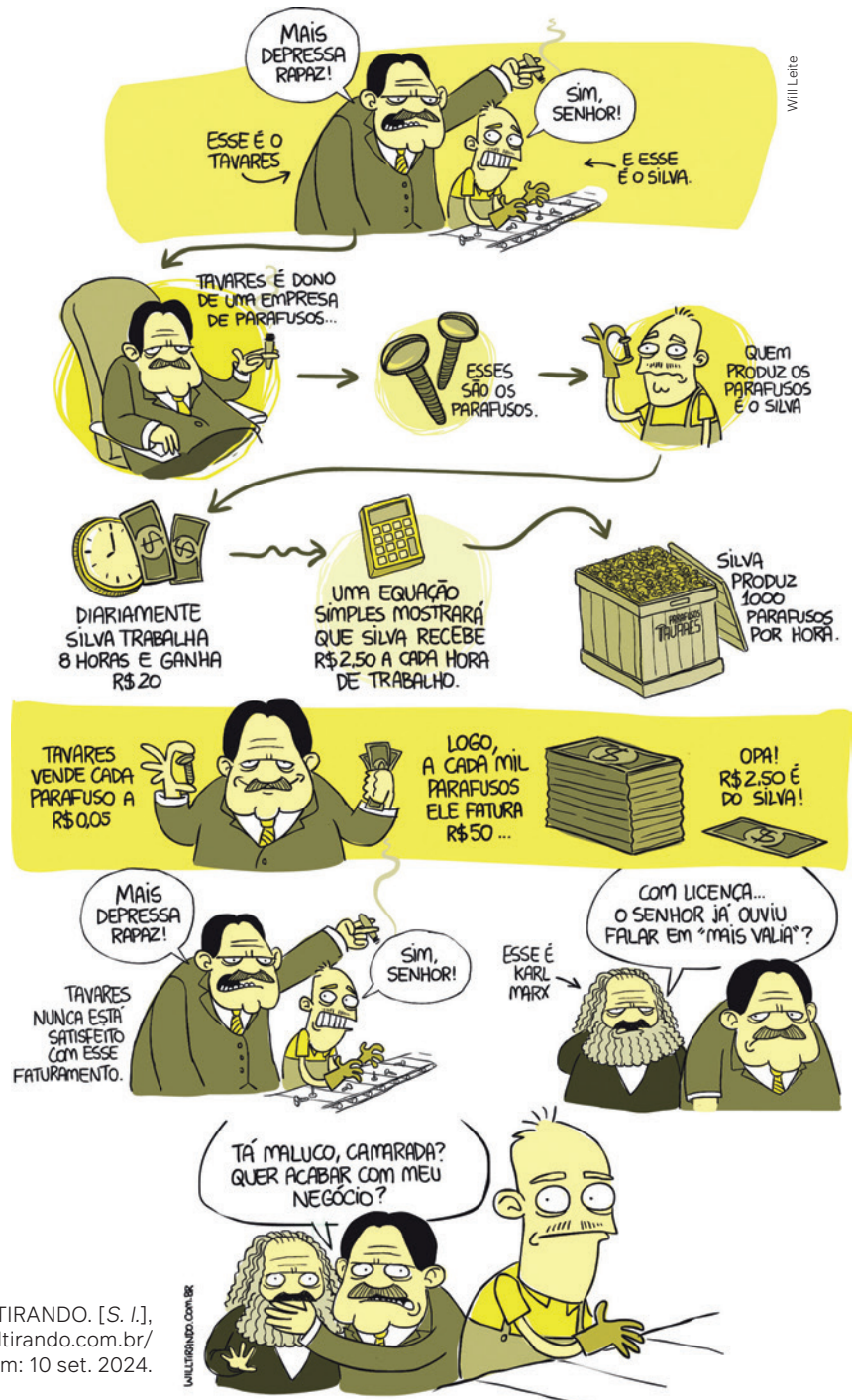
No capitalismo, os meios de produção de riqueza estão nas mãos da burguesia. Logo, para não morrerem de fome, os trabalhadores precisam se submeter a ela. Recebem um salário e, em troca, sua capacidade de trabalhar fica à disposição de um patrão, que procura explorá-la ao máximo. Desse modo, o valor do trabalho realizado pelo operário acaba sendo maior do que o salário que recebe. Mas tudo o que o proletariado produz além do valor do seu salário fica com o patrão. Essa é a origem de seu lucro. Marx chama essa diferença de **mais-valia**.

Para Marx, a mais-valia ocorria porque o capitalismo estava baseado na propriedade privada dos meios de produção.

Para solucionar esse problema, ele afirmava que o capitalismo precisava ser destruído a fim de que os trabalhadores se tornassem donos de todos os meios de produção; ou seja, o proletariado deveria expropriar a burguesia e fundar uma sociedade socialista. Nessa nova sociedade, terras, bancos, minas e fábricas pertenceriam a todos aqueles que produzissem e trabalhassem. Tudo seria de todos, e os frutos do trabalho coletivo seriam distribuídos de acordo com a produção de cada um. Dessa forma, ninguém exploraria ninguém.

Marx e Engels concluem, portanto, que “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes”. Essa se tornou uma das frases clássicas do *Manifesto Comunista*, redigido pelos dois em 1848. O antagonismo entre as classes sociais encontra a sua maior radicalidade exatamente no capitalismo – sistema em que o proletariado não teria nada a perder, como afirmam os autores no *Manifesto*.

Com base nas análises dos teóricos do socialismo científico, a partir da segunda metade do século XIX, surgiram vários movimentos de trabalhadores que lutaram contra o sistema capitalista e promoveram uma série de revoltas, insurreições e revoluções.



WILL TIRANDO. Mais Valia. In: WILLTIRANDO. [S. l.], 2013. Disponível em: <http://www.willtirando.com.br/mais-valia/>. Acesso em: 10 set. 2024.

Revoluções socialistas

No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels afirmavam também que o proletariado precisava construir seu partido para tomar o poder político e derrubar o capitalismo e a burguesia. Não podemos, aqui, confundir comunismo e socialismo.

Para Marx, **socialismo** seria a primeira etapa de construção de uma nova sociedade, em que os operários, depois de derrubarem a burguesia, instalariam um novo Estado, chamado de Estado Operário.



Cartaz em comemoração aos sete anos da Revolução Russa, com foco nos trabalhadores. Moscou, Rússia, 1924.

Com o desenvolvimento desse Estado, baseado na ampliação da participação dos produtores de riqueza nas decisões econômicas e políticas da sociedade, aos poucos, os indivíduos perceberiam que o Estado não seria mais necessário, evoluindo para o **comunismo**, com uma sociedade em que todos deveriam desfrutar das riquezas produzidas, extinguindo definitivamente as desigualdades e a exploração entre as pessoas.

Mas é somente em 1917, com a Revolução Russa, que as ideias socialistas tomam corpo. A Rússia, nos primeiros anos do século XX, era governada pelos czares (os imperadores), sendo um dos países mais pobres e opressores do mundo. Em novembro de 1917, operários e camponeses, guiados por Lênin e outros líderes do Partido Bolchevique, como Liev Trotski (1879-1940) e Josef Stalin (1878-1953), fizeram uma revolução. Foi a primeira tentativa na história de construir uma sociedade socialista.

Lênin, o grande líder da Revolução Russa, em 1917, em um de seus mais famosos livros – *O Estado e a revolução* –, escreveu que o socialismo só poderia ser realmente válido com um regime democrático, em que o poder fosse exercido pelos próprios trabalhadores. Afirmava que o Estado, após a revolução vitoriosa, se extinguiria paulatinamente, conforme defendia Marx.

A partir de 1922, a revolução socialista iniciada na Rússia se dissemina para as repúblicas vizinhas, constituindo a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Perfil

Vladimir Lênin

Vladimir Lênin é o pseudônimo de Vladimir Ilich Ulianov. Nasceu em Simbirsk (atual Ulianovsk, em homenagem a Lênin), na Rússia, em 22 de abril de 1870, e faleceu em Moscou em 21 de janeiro de 1924. Estudou Direito na Universidade de Kazan, porém seus estudos foram interrompidos em razão de seu envolvimento em atividades políticas revolucionárias. Foi líder do Partido Bolchevique, que liderou a revolução de 1917. Lênin foi um dos principais teóricos da revolução e da análise do capitalismo na sua fase imperialista. Seus principais livros foram: *Imperialismo, estágio superior do capitalismo* (1916), *O Estado e a revolução* (1917) e *Democracia e luta de classes* (1917).



Lênin, líder do Partido Bolchevique.

Após a morte de Lênin, em 1924, houve uma disputa de poder entre os dois mais importantes dirigentes russos, Trotski e Stalin. Trotski defendia a expansão da revolução a outros países, pois achava que a restrição do socialismo a um único país, com o conseqüente isolamento da URSS, levaria, de forma inevitável, ao fracasso do movimento. Essa teoria foi intitulada por ele como “revolução permanente”. Já Stalin defendia a tese de que a URSS era um país enorme, cheio de recursos naturais, com uma população grande, e que por isso seria possível construir o socialismo somente na URSS, para depois expandi-lo a outros países. Essa ideia foi chamada de “socialismo num só país”.

O fato é que Stalin estava acumulando muitos poderes, e as ideias de Trotski foram derrotadas. Pouco tempo depois, ele foi obrigado a abandonar o país, em 1927. Stalin, então, tornou-se o dirigente da URSS e, durante seu governo, milhares de comunistas foram presos e fuzilados. Ele teve pleno poder até o dia de sua morte, em 1953, exercendo-o como ditador.

Como vimos, de acordo com as teorias de Marx, Engels e Lênin, na sociedade socialista o Estado se dissolveria aos poucos. Os trabalhadores administrariam as empresas e a economia. Democraticamente, a própria sociedade se autogovernaria. Lênin acreditava que os soviets (comitês de operários, soldados e camponeses) teriam cada vez mais poder para decidir no lugar do Estado; porém nada disso aconteceu na antiga URSS.

No tempo de Stalin, o Estado passou a dominar tudo, e os soviets perderam o poder. O governo se autoprotclamava a “ditadura do proletariado”, inspirado nos ideais marxistas. Mas como o proletariado tinha cada vez menos espaço de intervenção, os críticos russos desse regime o denominaram de “ditadura da burocracia”.

Esse último termo – ditadura da burocracia – era a grande crítica de Trotski ao regime soviético. Esse revolucionário russo afirmava que os princípios escritos por Marx, Engels e Lênin jamais foram praticados, pois a realidade do país era completamente diferente das ideias originais deles. Para Trotski, o que existia na URSS era uma ditadura da burocracia do Partido Comunista. As conquistas econômicas da revolução se mantinham, o que fez a URSS se tornar uma grande potência mundial, porém a “democracia operária” fora destruída pelos burocratas do Partido Comunista.

Outras revoluções seguiram rumos parecidos com os da revolução soviética, ao longo do século XX: a da China, a do Leste Europeu, a do Vietnã e a de Cuba. Nessa última, podemos encontrar até mais elementos de democracia. Entretanto, existe um partido único, uma imprensa única, e não há eleições diretas para o poder central, apesar da grande popularidade dos líderes revolucionários – Fidel Castro (1926-2016) e Che Guevara (1928-1967), principalmente – até hoje, mesmo após a morte deles.

De forma contraditória, em nome do socialismo, das ideias de Marx e do comunismo, o regime soviético reprimiu opositores, assassinou líderes comunistas e desvirtuou a história da Revolução Russa. Autoritarismos diversos foram realizados contra o povo soviético: falta de liberdade, partido único, censura, repressão, Estado acima das pessoas. A burguesia dos países capitalistas se aproveitou disso e denominou de “socialismo real” e “ditadura comunista” tudo aquilo que ocorria na URSS.

Em resumo, podemos afirmar que o ideal socialista, de acordo com as ideias originais de Marx, nunca existiu.

Como aprofundaremos adiante, no final da década de 1980 e começo da década de 1990, começaram a ocorrer profundas mudanças políticas e econômicas na URSS e em países do Leste Europeu: caíram os governos do Partido Comunista e foram feitas reformas para tornar mais democrático o sistema político, com eleição direta para os principais cargos. A economia também passou por profundas alterações, com a diminuição do controle do Estado, a reativação dos mecanismos de mercado e com o restabelecimento da propriedade privada e do capitalismo.

Nesse contexto, surge a ideia, propagandeada pela burguesia dos países capitalistas, de que o fim dos regimes políticos da URSS e do Leste Europeu significaram a falência das ideias marxistas, socialistas e comunistas como alternativa ao capitalismo, e que o capitalismo seria o regime econômico definitivo no futuro da humanidade.



Autoridades soviéticas, incluindo Joseph Stalin, assistem ao desfile militar comemorando o aniversário da Revolução de Outubro. Moscou, Rússia, 1929.

A Queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989, foi um marco do período final da Guerra Fria e representou o fim dos regimes políticos vigentes no Leste Europeu.



Uma multidão acompanhou a Queda do Muro de Berlim.

A crise econômica da década de 1970

No início dos anos 1970, o capitalismo viveu mais uma crise, que já apresentara seus primeiros sinais na década anterior. A recuperação econômica da Europa Ocidental e do Japão, destruídos pela Segunda Guerra Mundial, havia se completado, o mercado interno estava saturado e o impulso para criar mercados de exportação para seus excedentes tinha de começar. Entretanto, a queda da produção e das taxas de lucro influenciou o início de um problema fiscal nos Estados Unidos que só seria resolvido com a aceleração da inflação.

Cabe aqui uma breve explicação: quando se fala em problema fiscal na economia – uma linguagem comum nas mídias sociais que tratam do tema –, estamos nos referindo aos gastos públicos: despesas que o Estado precisa assumir para apresentar políticas em benefício da população. Para efetuar esses gastos, os governos arrecadam dinheiro, por meio de diversos impostos e taxas, recolhidos da população e das empresas. O “problema fiscal” surge quando as despesas começam a crescer, sem acompanhamento equivalente da arrecadação.

O aumento nas taxas de inflação, na maioria dos países europeus, se originou dos compromissos assumidos pelo chamado Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), modelo adotado por muitos desses países e caracterizado pelo papel do Estado na organização da economia e na promoção de serviços básicos aos cidadãos. Com isso, buscava-se tanto conceder aos trabalhadores melhores condições de vida quanto implementar as políticas de infraestrutura de expansão ao capitalismo.

Diminuindo a produção, o Estado arrecada menos. Arrecadando menos, faz-se necessário imprimir moedas para manter os compromissos do Estado (programas de assistência, seguridade social, direitos de pensões, entre outros), gerando a estagflação, que se configura como estagnação econômica com inflação, isto é, com rápida elevação dos preços.

Além da crise monetária, houve a crise do petróleo, originada pela decisão dos integrantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), fundada em 1960 no Iraque, de aumentar o preço do produto e interromper as exportações dos países árabes para o Ocidente durante a Guerra Árabe-Israelense, de 1973. Dessa forma, para manter as taxas de lucro, os capitalistas precisaram investir em máquinas e tecnologias. Por sua vez, a inflação elevou a taxa de juros, ou seja, o dinheiro para investimento ficou mais caro, prejudicando igualmente a manutenção do lucro.

A **globalização** e a sua sustentação teórica, o **neo-liberalismo**, representaram a saída política dos capitalistas à crise instalada a partir dos anos 1970, com a implementação da produção e da **acumulação flexível de capital**, caracterizada por novos modelos de produção, comercialização e consumo, adaptados às transformações econômicas e tecnológicas (retomaremos esse tema no próximo capítulo). Implementados globalmente a partir das últimas décadas do século XX, esses novos modelos modificaram profundamente as relações de trabalho, dos empresários e do Estado com os trabalhadores, gerando novas formas de relações sociais, como veremos adiante.



H. Armstrong Roberts/ClassicStock/Getty Images

Aviso em posto de combustível sobre a falta de gasolina. Estados Unidos, 1979.

O que é um mundo globalizado?

A palavra “globalização” tem sido frequentemente utilizada, desde o final do século XX, para definir a imensa interligação comercial e cultural que ocorreu de forma acelerada entre os diversos países do planeta, determinada principalmente pela Terceira Revolução Industrial, conhecida também como Revolução Técnico-Científico-Informacional: o processamento, a difusão e a transmissão de informações, inclusive de bilhões de dólares em poucos segundos. Portanto, podemos entender que a globalização teria se iniciado no começo dos anos 1980, quando a tecnologia da informática se associou à de telecomunicações.



Em razão do alcance dessas mudanças, alguns cientistas sociais elaboraram um conjunto de formulações que ficaram conhecidas como as **teorias da globalização**. Estas se apresentaram, nesse momento histórico, como capazes de proporcionar uma explicação mais adequada, em comparação com as teorias mais conhecidas, a esse conjunto de mudanças que afetavam a sociedade moderna.

Um desses cientistas é o sociólogo espanhol Manuel Castells (1942-), que, a partir da década de 1980, procurou refletir sobre essa nova economia global, a qual nomeou também como **sociedade da informação** e **sociedade em rede**. Em sua obra *A era da informação*, Castells apresenta uma crítica à teoria marxista sobre o desenvolvimento capitalista, na medida em que a tecnologia de informática e de telecomunicações, para ele, tomou o lugar da classe trabalhadora e da produção industrial de mercadorias que caracteriza o período anterior. A nova economia continuaria a ser capitalista, mas muito diferente em sua base de produção, em relação aos períodos históricos que antecederam à globalização.

Além da ideia de uma interligação acelerada dos mercados nacionais, proporcionada pela Terceira Revolução Industrial – ou Era da Informação, apontada por Castells –, a chamada globalização também pode ser identificada com a queda das barreiras comerciais entre os países, provocada pelas instituições financeiras mundiais que procuram regular a economia capitalista.

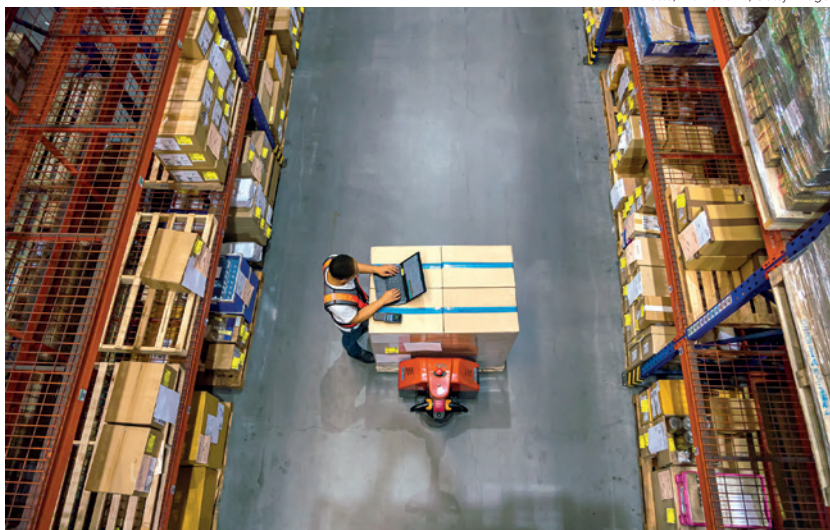
Essa última ideia aproxima-se daquela defendida pelo professor e economista brasileiro Paul Singer (1932-2018). Para ele, a globalização está associada aos avanços técnicos nas áreas de transportes e comunicação, bem como às políticas de governo ou institucionais que viabilizam a circulação de mercadorias e capitais em escala internacional. Por meio da superação de barreiras que, anteriormente, faziam com que mercadorias e capitais circulassem apenas de forma local e regional, ocorre a expansão de mercados.

A definição de globalização apresentada por Singer, na verdade, aponta para um processo relativamente recente do ponto de vista histórico. No entanto, o que acabou ocorrendo durante esse período pode ser entendido como mais uma etapa de um fenômeno que vem se desenvolvendo mundialmente desde as navegações iniciadas no século XV, que foi a expansão do capitalismo, em suas diferentes formas, para além da sua fronteira europeia original.

O atual processo de expansão capitalista, iniciado no final do século XX, assume esse caráter ainda mais global porque atingiu uma série de países que anteriormente se definiam como pertencentes ao mundo socialista. Portanto, à Queda do Muro de Berlim, em 1989, e à dissolução da URSS, em 1991, aliou-se a rapidez das comunicações provocada pelos avanços da informática, o que caracteriza a globalização que vemos ocorrer atualmente.

Desigualdades sociais e globalização

Percebendo a globalização como mais uma etapa da organização social, política e econômica capitalista é que podemos entender uma expressão formulada pelo economista canadense Michel Chossudovsky (1946-): a **globalização da pobreza**. Ele define a globalização como sendo o resultado da ação das principais instituições financeiras internacionais (ou multilaterais) – como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) – sobre principalmente aquelas nações que à época eram nomeadas como pertencentes ao Terceiro Mundo (hoje identificadas como países do Sul Global), assim como as ex-repúblicas socialistas do Leste Europeu. Esse conjunto de países foi forçado por essas instituições, em razão do peso adquirido pelas suas dívidas externas, a aderir a um programa de reformas (ou ajustes) que se alimenta da destruição do meio ambiente, que gera segregação social, estimula o racismo e os conflitos étnicos e ataca os direitos conquistados pelas mulheres nas últimas décadas.



Kmatta/Moment RF/Getty Images

Funcionário utilizando a tecnologia em um centro de distribuição de mercadorias. Tailândia, 2021.

Organizações econômicas internacionais

As organizações internacionais têm um papel importante no contexto global, atuando em prol da cooperação entre os países em diferentes âmbitos – sociais, políticos, econômicos, culturais, ambientais, entre outros. A Organização das Nações Unidas (ONU) é uma das principais.

No âmbito econômico, destacam-se o Banco Mundial, o FMI e a OMC, organismos surgidos no período pós-Segunda Guerra Mundial.

Tanto o Banco Mundial quanto o FMI foram criados em 1944 nas Conferências de Bretton Woods, encontros que procuravam elaborar acordos internacionais monetários.

O Banco Mundial era originalmente chamado de Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Algum tempo depois, com a criação da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA, na sigla em inglês), tornam-se as organizações que configuram o atual Banco Mundial, com sede em Washington, capital dos Estados Unidos. Seu objetivo principal é a cessão de empréstimos voltados para o desenvolvimento econômico. Entre suas missões oficiais, constam a erradicação da pobreza extrema e a ideia da construção de uma prosperidade global.

O FMI, também com sede em Washington, tinha inicialmente o objetivo de reconstruir o sistema monetário internacional, completamente desorganizado pela guerra. A organização é constituída por um fundo de recursos financeiros composto da contribuição dos países filiados (188 atualmente) por meio de um sistema de cotas de participação. Sua missão oficial, portanto, é a cooperação econômica, com a disponibilização de recursos aos países-membros.

Já a OMC, embora tenha sido criada oficialmente em 1995, tem como origem o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt, na sigla em inglês), estabelecido em 1947. O objetivo da OMC é supervisionar e regulamentar acordos gerais que tratam do comércio internacional entre países ou regiões e blocos regionais. Sua sede fica em Genebra, na Suíça.



Reunião do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial durante encontro anual com o FMI. Washington, Estados Unidos, 2024.

Celal Gunes/Anadolu via Getty Images

As mudanças de grande impacto que ocorreram no planeta no final do século XX, sejam do ponto de vista político (como o fim da Guerra Fria), sejam do ponto de vista cultural (como os avanços da tecnologia da internet e das comunicações), foram recebidas com extremo entusiasmo e otimismo pelas grandes corporações econômicas internacionais. Estas percebiam a possibilidade de um grande avanço das oportunidades de lucros comerciais que não eram imaginados poucos anos antes, em razão da crise provocada pelos conflitos no Oriente Médio e do aumento dos preços internacionais do barril de petróleo.

Essas expectativas foram estimuladas não somente pelas instituições financeiras multilaterais, como também por diversos setores acadêmicos das universidades dos países capitalistas centrais, vinculados ao pensamento liberal, assim como pelas maiores empresas de comunicação do mundo e suas agências internacionais de notícias. A quebra de barreiras comerciais possibilitou o estabelecimento de um sistema de intercâmbio de máquinas e instalações industriais, além de produtos e serviços em grandes dimensões; um aumento significativo de investimentos e de trocas comerciais, impulsionado por transações em um mercado financeiro sem controle estatal da ordem de bilhões de dólares, acelerado pela velocidade das transações eletrônicas digitais; e uma grande circulação mundial de bens e mercadorias transportadas por empresas transnacionais de logística comercial. Tendo em vista números tão expressivos, o diagnóstico é de que estávamos diante de uma **Nova Ordem Mundial** de progresso econômico.

As notícias veiculadas pelas empresas de mídia brasileira durante a chamada **Era da Globalização**, na década de 1990, reproduziam as informações e os dados das agências internacionais de comunicação. Estas, por sua vez, na verdade retransmitiam os indicadores divulgados amplamente pelos relatórios anuais publicados pelo Banco Mundial. Entre os dados que configuraram essa visão otimista e vitoriosa de uma nova ordem global, podemos citar: a queda extremamente acentuada nos custos de transportes (marítimos e aéreos) e comunicações (tarifas telefônicas e por uso de satélites); o crescimento dos fluxos de comércio e de capital, representando um aumento de 45% do Produto Interno Bruto (PIB, o total da riqueza gerada internamente) dos países em geral, em 1990; o crescimento dos salários e do poder de compra da classe trabalhadora nas regiões onde o comércio global se intensificava (ou seja, nas regiões que ajustavam as suas economias às exigências da globalização). Como afirmavam os relatórios do Banco Mundial, além de a globalização ser inevitável, o bem-estar seria a sua consequência direta – desde que cada país aproveitasse as oportunidades que eram oferecidas pela nova economia globalizada.

No entanto, será que podemos afirmar que os dados exemplificados, que poderiam representar combate à desigualdade e relativa distribuição da riqueza produzida, correspondiam à realidade?

É importante fazermos uma reflexão sobre esses dados estatísticos do ponto de vista dos países considerados menos desenvolvidos. Assim, de acordo com o geógrafo Milton Santos (1926-2001), a globalização deveria ser entendida, na verdade, como um mito, uma ideia que não corresponde a um exame minimamente aprofundado. No caso dos países mais pobres do Sul Global, Santos considera a globalização como “uma fábrica de perversidades”, que se manifesta por meio do aumento crescente e crônico do desemprego, do crescimento da pobreza, da fome e de pessoas vivendo em situação de rua, da perda de qualidade de vida das classes médias, do retorno de doenças antes consideradas como extirpadas, assim como da permanência da mortalidade infantil, apesar dos avanços tecnológicos da medicina, entre outras consequências.

As desigualdades socioeconômicas e a globalização



Observe, a seguir, as informações publicadas sobre a globalização por um jornal brasileiro na década de 1990.

Globalização aprofunda o abismo entre ricos e pobres

Desde 1960, quando os ricos ganhavam 30 vezes mais que os pobres, a concentração da renda mundial mais do que dobrou. Em 1994, os 20% mais ricos abocanharam 86% de tudo o que foi produzido no mundo. Sua renda era 78 vezes superior à dos 20% mais pobres.

[...]

É o que diz o Relatório da Organização das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano, de 1997. [...]

O comércio mundial cresceu 12 vezes no pós-guerra e chegou a US\$ 4 trilhões por ano nesta década. Mas foi também o vilão que mais acentuou as desigualdades entre países ricos e pobres no processo de globalização. Com 10% da população do planeta, os países mais pobres detêm apenas 0,3% do comércio mundial. Pior: é a metade do que detinham há 20 anos.

[...]

Com tantas desvantagens competitivas, a imensa maioria dos perdedores do processo de globalização tinha que estar nos países em desenvolvimento: quase 1/3 de seus habitantes (1,3 bilhão de pessoas) vive com menos de US\$ 1 por dia.

[...]

Na direção oposta à seguida até agora pela globalização, o texto propõe seis políticas nacionais para os países tentarem distribuir mais equitativamente os benefícios da integração mundial.

Entre elas, sugere que os governos adotem critérios mais seletivos na hora de abrir as fronteiras à competição internacional, invistam na educação da população mais pobre e fomentem as pequenas empresas. Em paralelo, a ONU recomenda aos países em desenvolvimento que formem blocos econômicos regionais: “Eles podem aumentar o comércio, facilitar o fluxo financeiro e melhorar os meios de transporte”.

TOLEDO, J. R. Globalização aprofunda o abismo entre ricos e pobres. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2 nov. 1997. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/11/02/caderno_especial/24.html. Acesso em: 11 jul. 2024.

1. Como você pôde observar, essa matéria, publicada à época por uma grande empresa jornalística brasileira, apresentou inúmeros dados do fenômeno da globalização. Diante desses números, qual é a sua avaliação?
2. A matéria revela que a própria ONU reconhecia a relação de desigualdade existente no comércio mundial. O que a instituição propôs?

Os ideais do neoliberalismo

Chamamos de **neoliberalismo** a ideologia que serve de suporte à expansão da atual globalização capitalista. Esse “novo liberalismo” é caracterizado por alguns elementos inspirados no liberalismo clássico dos séculos XVIII e XIX, tais como:

- maior liberdade de comércio entre as nações (fim de barreiras alfandegárias);
- redução do aparato do Estado e da sua intervenção na atividade econômica (política orientada para as privatizações de empresas estatais);
- redução da autonomia e da soberania política e econômica dos países periféricos em favor dos países capitalistas centrais, das suas instituições internacionais de caráter político (como a Organização do Tratado do Atlântico Norte – Otan) e econômico (FMI, Banco Mundial, OMC), das grandes corporações multinacionais e transnacionais e do capital financeiro internacional.

As duas primeiras características do neoliberalismo foram decisões políticas tomadas por governos capitalistas extremamente conservadores, visando resolver a crise econômica que atingiu o mundo nos anos 1970, conforme já estudamos. Essas políticas de redução de custos se opunham ao Estado de Bem-Estar Social que caracteriza alguns países europeus.

As políticas neoliberais começaram a ser implementadas primeiramente na Inglaterra e nos Estados Unidos, nos governos ultraconservadores de Margaret Thatcher (1925-2013), a partir de 1979, e de Ronald Reagan (1911-2004), a partir de 1980, respectivamente. Com isso, expandiram-se rapidamente para os principais países capitalistas europeus e, nas décadas seguintes, para os mais periféricos e do Leste Europeu.



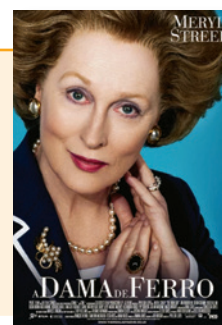
Encontro entre Ronald Reagan, então presidente dos Estados Unidos, e Margaret Thatcher, então primeira-ministra do Reino Unido. Washington, Estados Unidos, 1982.

Beitmann Archive/Getty Images

Para ampliar

Assista

A dama de ferro, direção de Phyllida Lloyd (Paris Filmes, 2011, 105 min). O filme mostra a trajetória política e pessoal de Margaret Thatcher, que foi primeira-ministra britânica entre 1979 e 1990 – período em que teve uma série de decisões políticas importantes em suas mãos. O governo Thatcher correspondeu ao momento histórico em que o neoliberalismo começou a ganhar força no mundo.



Film4 Productions

O ano de 1989 serviu de marco para a consolidação das reformas econômicas de caráter neoliberal. Em um encontro, em Washington, Estados Unidos, que reuniu ministros da Fazenda de diversos países e economistas e cientistas políticos vinculados ao FMI, ao Banco Mundial e a algumas universidades, foram traçadas as metas a serem alcançadas por todos os governos dos países capitalistas nos anos seguintes.

As metas, sistematizadas pelo futuro economista-chefe do Banco Mundial, John Williamson (1937-2021), e rotuladas depois como o Consenso de Washington, seriam basicamente as mesmas políticas que já vinham sendo implementadas em diversos países capitalistas centrais e periféricos.

1. Limitação das despesas do Estado, estimulando o fim de todos os subsídios à agricultura ou à indústria. Isso significa que o Estado deve gastar menos, deixando de financiar, com empréstimos, a produção agrícola e industrial. Mas “gastar menos” também subentende – não está escrito, mas ocorreu na prática – diminuir os investimentos em saúde, educação e outras políticas sociais.
2. Liberalização do mercado financeiro; ou seja, liberdade para investidores de ações apostarem onde quiserem, em qualquer país.
3. Liberalização do comércio, eliminando aos poucos as taxas alfandegárias. Na prática, a importação e a exportação de produtos e mercadorias ficariam cada vez mais isentas de impostos e burocracia.
4. Favorecimento do investimento estrangeiro. Com isso, toda e qualquer empresa estrangeira estaria livre para investir em qualquer país, sem restrições burocráticas.
5. Privatização das empresas estatais. Com essa medida, empresas petrolíferas, de fornecimento de energia elétrica, de abastecimento de água, correios e universidades públicas deveriam ser vendidas (como aconteceu no Chile) para empresas privadas. Assim, na visão dos neoliberais, o Estado não teria mais despesas com elas em termos de investimentos e salários e benefícios de funcionários públicos. Por sua vez, as riquezas geradas por essas empresas não poderiam mais beneficiar a população, pois seriam apropriadas pelos empresários.
6. Introdução da concorrência nos diversos setores da economia; ou seja, em todos os setores, sem distinção, teríamos empresas competindo no mercado – essa regra valeria, inclusive, para hospitais e escolas.
7. Garantia legal do direito de propriedade, com respeito às “patentes”. Por exemplo: se uma empresa de biotecnologia de ponta, americana ou japonesa, do setor, pesquisando ervas medicinais na Amazônia, encontrar determinado produto e registrá-lo (patenteá-lo) como “descoberta” sua (mesmo que seja uma erva medicinal cultivada e utilizada há séculos pelos povos indígenas locais), passa a ter exclusividade de produção e direito de receber pagamento pela sua utilização por terceiros.
8. Reforma do sistema tributário. Proposta que significa, na prática, que os governantes devem criar leis para diminuir os impostos, principalmente dos empresários.
9. Reforma trabalhista. Significa propor que, para diminuir os custos da produção e as despesas dos empresários, o Estado deve procurar acabar com os direitos trabalhistas, como 13º salário e auxílio-férias.

O caminho para o qual apontam essas reformas é a desregulação da economia, ou seja, a ideia de diminuir ou até eliminar todos os obstáculos que ainda oferecem resistência à chamada livre-concorrência. Na prática, significa dizer que o Estado não deve mais interferir na economia (no livre mercado), apenas investir no crescimento econômico do país.

O termo “consenso” – utilizado para identificar esse conjunto de políticas propostas por aqueles que se reuniram em Washington – significa dizer que teoricamente todos concordavam com essas políticas, vistas como boas, racionais e lógicas. Seriam a “única alternativa possível” para governos honestos e bem administrados. Deriva daí o surgimento da expressão **ditadura do pensamento único**, formulada por alguns críticos a essas políticas – o chamado dissenso. Aos países que estivessem “atrasados” em relação a esses itens (como era o caso do Brasil, em 1989), restaria apenas a tarefa urgente de “fazer o dever de casa”.



KAYSER. [O invencível capitalismo]. [S. l.]: Blog do Kayser, 17 set. 2008. Disponível em: <https://blogdokayser.blogspot.com/2008/09/o-invencivel-capitalismo.html>. Acesso em: 29 ago. 2024.

Analizando discursos sobre o neoliberalismo

No decorrer do capítulo, temos observado como as informações e as visões de mundo podem ser difundidas pelas mídias, especialmente as jornalísticas, considerando o contexto da globalização e das questões econômicas. O sociólogo e teórico cultural jamaicano Stuart Hall (1932-2014) buscou compreender os efeitos que a mídia produz na sociedade, refletindo sobre o papel fundamental da linguagem na construção das representações midiáticas. Leia um trecho dessas reflexões.

Mas como a linguagem constrói significados? Como sustenta o diálogo entre participantes de modo a permitir que eles construam uma cultura de significados compartilhados e interpretem o mundo de maneira semelhante? A linguagem é capaz de fazer isso porque ela opera como um sistema representacional. Na linguagem, fazemos uso de signos e símbolos – sejam eles sonoros, escritos, imagens eletrônicas, notas musicais e até objetos – para significar ou representar para outros indivíduos nossos conceitos, ideias e sentimentos. A linguagem é um dos "meios" através do qual pensamentos, ideias e sentimentos são representados numa cultura. A representação pela linguagem é, portanto, essencial aos processos pelos quais os significados são produzidos [...].

HALL, S. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Apicuri/PUC-Rio, 2016. p. 18.

Hall demonstrou, em outros trabalhos, como as hierarquias sociais são reproduzidas pelos meios de comunicação. Considerando as ideias desse autor, leia atentamente os excertos de textos a respeito das ideias neoliberais, extraídos de portais de notícias.

Texto I

Desde a década de 1980, sob os nomes de modernização ou neoliberalismo, efetivaram-se em escala internacional inúmeros ataques contundentes não somente ao que usualmente se chama de “Estado de bem-estar social”, mas à própria compreensão do que constitui a esfera pública da sociedade.

Ao afirmar que trabalho, seguridade social, saúde e educação são assuntos que não devem ser tratados pelo poder público, mas somente pela iniciativa privada, desloca-se a linha que divide o que está incluído na esfera pública da cidadania (o que é comum, compartilhado e que interessa a todas e todos) do que está fora dela (o que pertence à esfera privada dos interesses particulares de cada pessoa).

RIZZO, A. J. H. Neoliberalismo e direitos sociais: um ataque à cidadania. *Carta Capital*, São Paulo, 14 nov. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/lado/neoliberalismo-e-direitos-sociais-um-ataque-a-cidadania/>. Acesso em: 6 jun. 2024.

Texto II

As ideias neoliberais ganharam força particularmente a partir da década de 1970, quando a estagflação e outros problemas econômicos no Ocidente semearam dúvidas sobre as políticas keynesianas e muitos governos buscaram alternativas.

Os governos conservadores de Margaret Thatcher, no Reino Unido (1979-90), e Ronald Reagan, nos Estados Unidos (1981-89), adotaram políticas defendidas pelos neoliberais, como a redução do Estado e o controle rígido da oferta de moeda para baixar a inflação.

Mas o neoliberalismo está longe de ser uma doutrina uniforme. Ele inclui diversas escolas, como a austríaca de Hayek e Ludwig von Mises, a escola de Chicago (Friedman) e a escola da Virgínia, de James Buchanan – e há diferenças notáveis entre elas, por exemplo, em questões de política monetária. [...]

Os críticos do neoliberalismo afirmam que colocar o mercado no centro das prioridades, desregular a economia e dismantlar os mecanismos do Estado que asseguram o bem-estar da população contribuiu para o aumento da distância entre os mais ricos e os mais pobres em vários países.

Eles acrescentam que a desigualdade social trouxe problemas cada vez maiores para a democracia e para os indivíduos.

LISSARDY, G. O que é o neoliberalismo e por que alguns negam que ele exista. *BBC News Mundo*, [s. l.], 16 jan. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-59521979>. Acesso em: 6 jun. 2024.

Texto III

A esquerda costuma referir-se a políticas econômicas neoliberais em tom depreciativo. Busca traduzir a ideia de insensibilidade perante situações de pobreza, desigualdade e desemprego. O epíteto se aplica particularmente a minorias que pregam o Estado mínimo. Dificilmente a depreciação corresponde à realidade.

O neoliberalismo enfatiza o valor da concorrência no mercado como essencial à promoção do desenvolvimento. A competição resulta fundamental para a alocação eficiente dos recursos e a elevação da produtividade, que é a principal fonte de expansão do emprego, da renda e da riqueza.

O neoliberalismo, ao contrário do que se diz, não crê na autorregulação do mercado, mas sim no apoio e na vigilância das instituições do Estado para que o setor privado exerça sua função de gerar prosperidade. Além disso, recomenda a intervenção do Estado para regular os monopólios naturais, como os de energia elétrica, distribuição de gás, suprimento de água e saneamento básico. E também para a regulação do transporte aéreo, ferroviário e rodoviário.

NOBREGA, M. da. O neoliberalismo não acabou. *Revista Veja*, São Paulo, 4 jun. 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/mailson-da-nobrega/o-neoliberalismo-nao-acabou>. Acesso em: 6 jun. 2024.

Compare e analise os excertos e produza um texto que contemple as questões a seguir.

1. De que forma os textos apresentam o tema do neoliberalismo? Quais visões de mundo buscam defender?
2. Como você os classificaria? Você considera que eles sejam opinativos, informativos, ou que emitam juízos de valor favoráveis ou desfavoráveis ao tema? Justifique sua resposta.
3. Na sua opinião, os textos apresentam uma visão plural do neoliberalismo? Justifique sua resposta.



Globalização e neoliberalismo no século XXI

A nova realidade social estabelecida pelas mudanças econômicas e políticas inspiradas no pensamento neoliberal fez surgir o que alguns autores chamam de uma **nova pobreza urbana** e uma **nova exclusão social**. Entretanto, deve-se ressaltar que a ideia de exclusão social se trata de uma característica que sempre acompanhou o capital, desde seus tempos mais remotos. Nesse seu novo formato, a exclusão social se configura como uma característica que não pode ser separada do processo de acumulação capitalista, com a produção em massa de “seres descartáveis” da vida em sociedade. Indivíduos que, segundo a historiadora Virgínia Fontes, são considerados:

[...] inteiramente desnecessários ao universo da produção econômica. Para eles, aparentemente, não há mais possibilidade de integração ou reintegração no mundo do trabalho e da alta tecnologia. Neste sentido, os novos excluídos parecem seres descartáveis.

FONTES, V. Apontamentos para pensar as formas atuais de exclusão. In: BOCAYUVA, P. C. C. *Afinal, que país é este?* Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 117.

Logo no início do século XXI, dados sobre globalização divulgados pelo Banco Mundial confirmaram a afirmação de Fontes, demonstrando que, em 2001, de 6 bilhões de habitantes, quase a metade (2,8 bilhões) vivia com menos de dois dólares por dia, enquanto a quinta parte (1,2 bilhão) vivia com menos de um dólar por dia. Quatorze anos depois, em 2015, outra análise, intitulada *Informe sobre a riqueza global*, assinada pelo banco de investimentos Credit Suisse e baseada em dados quantitativos da economia global, demonstrava que o atual processo de produção do capital está aumentando a desigualdade e a concentração de renda: pela primeira vez na história, a riqueza de 1% da população se tornava equivalente à metade de toda a riqueza no planeta. Isso significava dizer que, no ano citado, os habitantes mais privilegiados economicamente em todo o mundo – aqueles que à época tinham bens patrimoniais avaliados em cerca de 760 mil dólares – possuíam tanto dinheiro quanto os demais 99% restantes do planeta.

Essa constatação é apresentada teoricamente pelo economista francês Thomas Piketty (1971-), que publicou em 2013 a obra *O capital no século XXI*. Nela, o autor organiza um grande volume de dados de 20 países durante o período de dois séculos. Com base neles, Piketty consegue demonstrar que as taxas de rendimento do capital mundial são superiores ao crescimento econômico global como um todo, resultando na concentração cada vez maior da riqueza e das desigualdades sociais.

Apesar disso, Piketty é otimista, entendendo que o mundo da política tem condições de reverter a concentração de renda e as desigualdades mundiais por meio da elaboração de legislações que estabeleçam regras à circulação dos capitais financeiros e que promovam a distribuição de renda, sem comprometer as bases estruturais da sociedade capitalista tal qual ela é organizada.

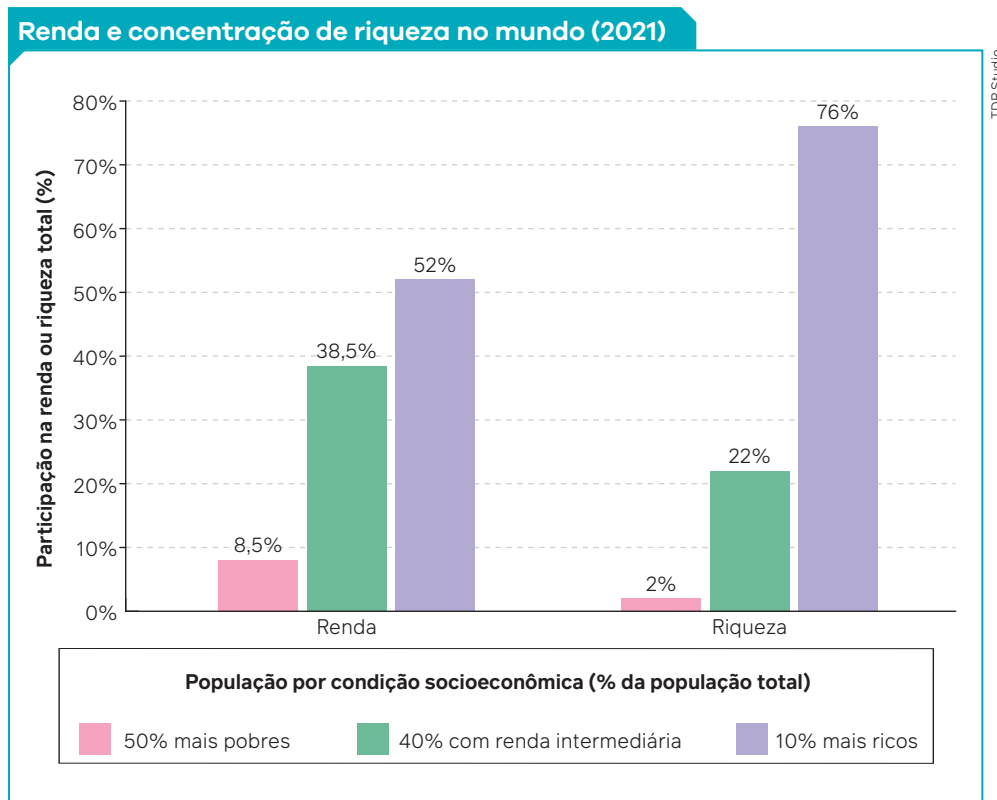
Confirmando a tendência da economia mundial, como apontado na obra de Thomas Piketty, além dos trabalhos desenvolvidos por diversos outros cientistas sociais dedicados ao tema, a Escola de Economia de Paris produziu, no final de 2021, o documento Relatório Mundial sobre as Desigualdades para 2022. O resultado, fruto de quatro anos de investigação, foi possível graças a uma equipe que reuniu 100 pesquisadores distribuídos em todos os continentes, coordenada exatamente por Piketty.

Desigualdade mundial em 2021

Os 10% dos indivíduos mais ricos do planeta acumulavam 76% de toda a riqueza produzida no mundo; já 50% da população mundial, que correspondia à metade mais pobre, detinha apenas 2% da riqueza produzida.

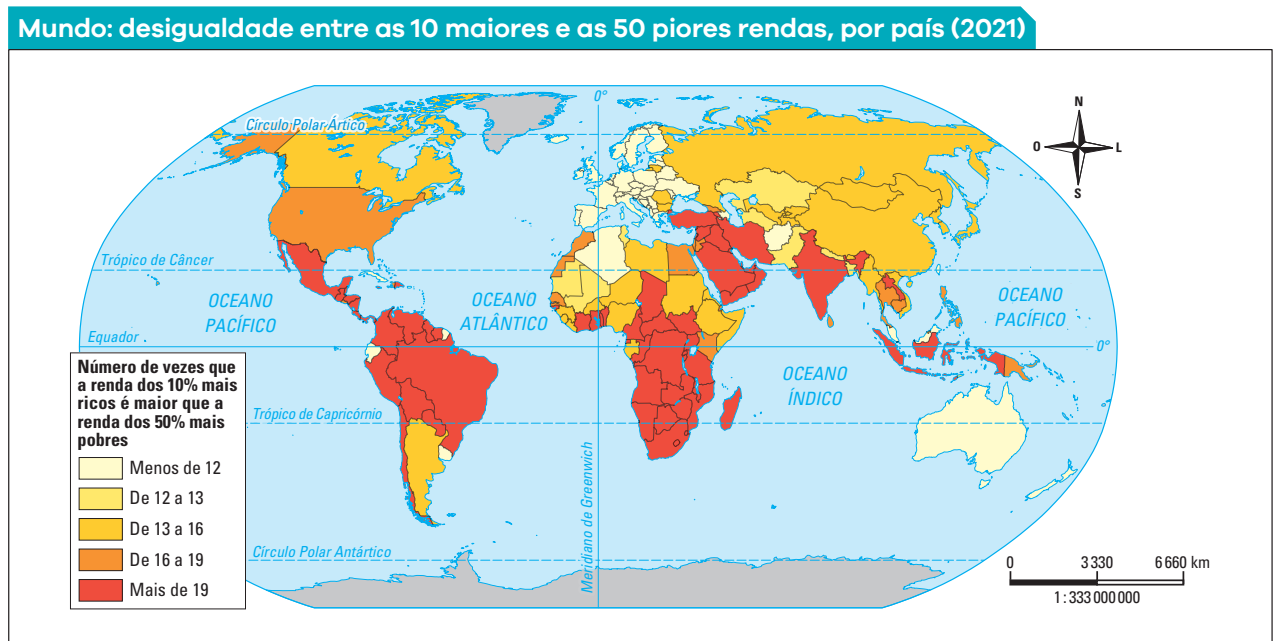
Com relação à distribuição de renda global, um indivíduo pertencente aos 10% mais ricos ganhava nesse período, em média, US\$ 122.100 por ano, ao passo que um indivíduo inserido na metade mais pobre do planeta ganhava US\$ 3.920 por ano.

Os 10% mais ricos da população atualmente respondem por 52% da renda global, enquanto a metade mais pobre corresponde a menos de 9% dela. Observe o gráfico.



Fonte: CHANCEL, L. et al. *World inequality report 2022*. [S. l.]: World Inequality Lab, 2022. Disponível em: https://wir2022.wid.world/www-site/uploads/2022/03/0098-21_WIL_RIM_RAPPORT_A4.pdf. Acesso em: 27 ago. 2024.

A desigualdade mundial pode ser analisada de diversas formas e com diferentes critérios. Um deles aponta a desigualdade por meio da diferença proporcional entre a renda dos 10% mais ricos e a dos 50% mais pobres de um determinado local. Observe o mapa a seguir.



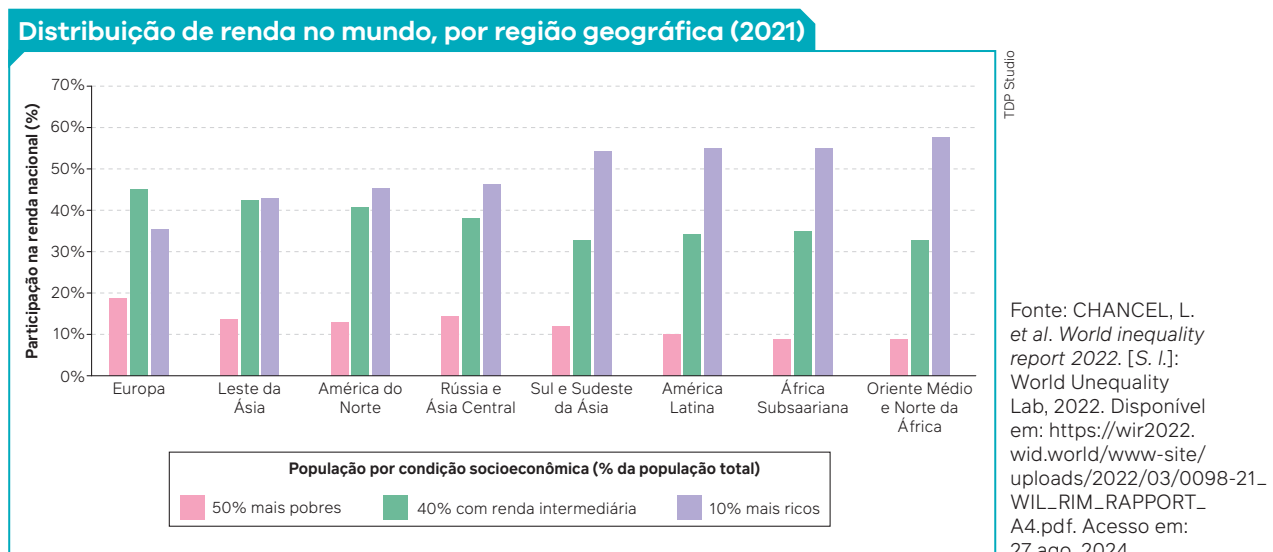
Fonte: CHANCEL, L. et al. *World inequality report 2022*. [S. l.]: World Inequality Lab, 2022. Disponível em: https://wir2022.wid.world/www-site/uploads/2022/03/0098-21_WIL_RIM_RAPPORT_A4.pdf. Acesso em: 27 ago. 2024.

O mapa mostra, por exemplo, que, na maior parte dos países europeus, a renda média das pessoas que estão entre as 10% mais ricas é de 5 a 12 vezes maior do que a das pessoas que compõem o grupo dos 50% mais pobres.

Por outro lado, em quase todos os países da África Subsaariana e da América do Sul, a renda média dos 10% mais ricos é mais de 19 vezes maior do que a dos mais pobres.

O mapa revela também que níveis de renda média interna apurada em cada país não refletem necessariamente a distribuição mundial da renda. Assim, enquanto países de alta renda se revelam bastante desiguais, como os Estados Unidos, outros são mais igualitários, como a Suécia. Por sua vez, países de renda baixa e média reúnem exemplos de extrema desigualdade, como Brasil e Índia; e índices considerados pelo relatório como moderados ou relativamente baixos, com a Malásia, no Leste Asiático, e o Uruguai, nosso vizinho na América do Sul, sendo citados como exemplo.

Ao considerarmos as diferentes regiões geográficas, é possível ainda perceber o abismo existente entre elas, considerando a participação da população na renda nacional, como mostra o gráfico a seguir.



Fonte: CHANCEL, L. et al. *World inequality report 2022*. [S. l.]: World Inequality Lab, 2022. Disponível em: https://wir2022.wid.world/www-site/uploads/2022/03/0098-21_WIL_RIM_RAPPORT_A4.pdf. Acesso em: 27 ago. 2024.

GLOSSÁRIO

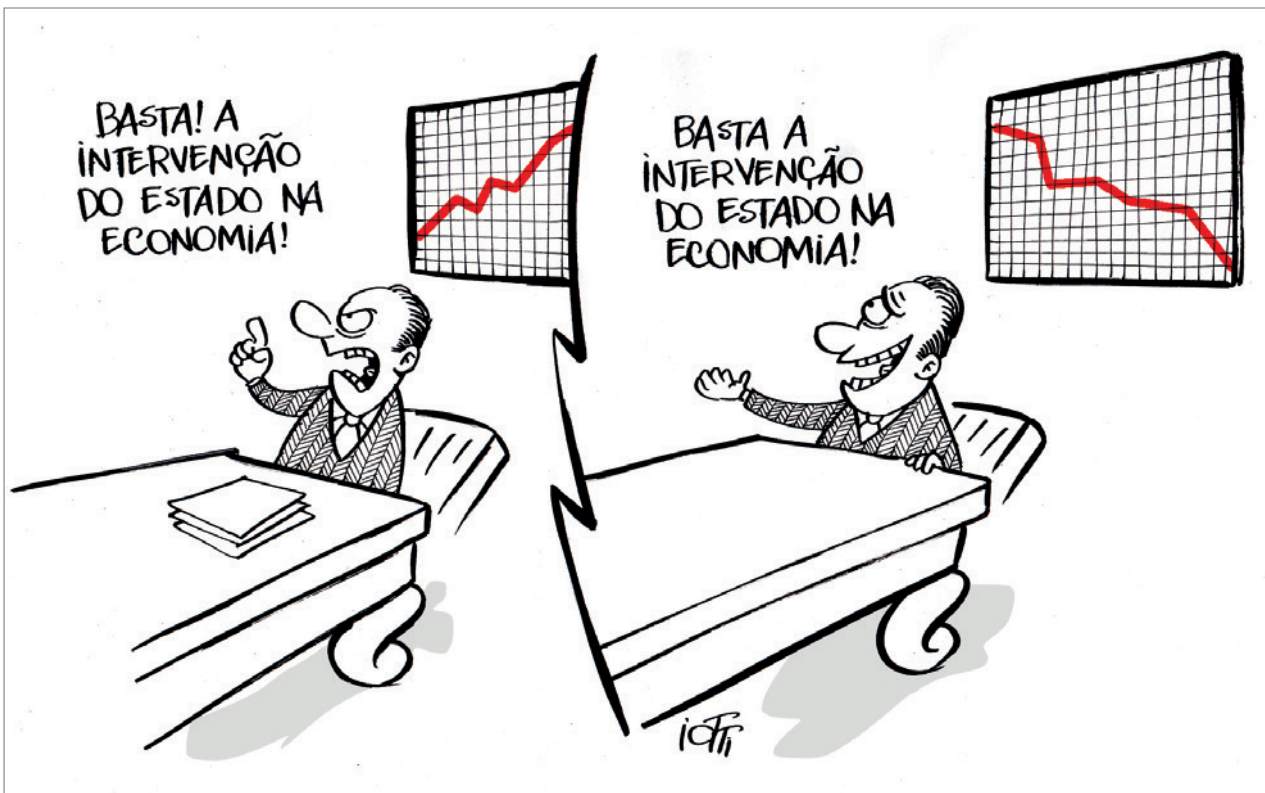
Especulação:

em contexto econômico, trata-se de uma atividade em que um indivíduo ou uma instituição faz algum tipo de investimento para obter lucros rápidos de acordo com a variação dos preços no mercado financeiro.

O neoliberalismo se sustenta sem o Estado?

Em relação às políticas neoliberais, citadas anteriormente, entendemos como importante registrar também que ocorreu uma grave crise econômica que se espalhou a partir dos Estados Unidos, a maior potência capitalista do planeta. Essa crise foi identificada pela grande imprensa em julho de 2007 e teve seu pico em setembro de 2008: uma série de **especulações** provocou a “quebra” do mercado de imóveis, arrastando diversas empresas financeiras, principalmente bancos, seguradoras e imobiliárias. Qual foi a atitude do governo do presidente Barack Obama (1961-), recém-eleito naquele momento? Ele interferiu no mercado financeiro por meio de um plano de socorro aos bancos e outras empresas, com valores que chegaram ao montante de 8 trilhões de dólares.

Assim como nos Estados Unidos, a crise foi amenizada pelo mundo globalizado mediante uma série de intervenções dos Estados nas suas economias, evitando a quebra generalizada que se anunciava – fato ocorrido inclusive no Brasil.



IOTTI. [Sem título].
Zero Hora, Porto Alegre, 7 abr. 2015.

Com essas medidas políticas, estaria decretado, pelos seus próprios defensores, o fim do neoliberalismo? Não, essas teorias continuaram firmes e fortes em todo o planeta. Um exemplo é o caso da Argentina, com a posse do economista Javier Milei (1970-), em dezembro de 2023 para a presidência daquele país. Com o intuito de interromper a grave crise econômica que assola o país há décadas, Milei defendeu medidas que o levaram a ser intitulado como representante político de um certo **ultraneoliberalismo** – concepção teórica e ideológica que significa uma radicalização e um aprofundamento das ideias neoliberais que apresentamos.

Questionamentos

1. Observe a charge presente nesta página. Qual é a crítica que ela faz ao discurso neoliberal?
2. Diante do que estudamos, você considera que o neoliberalismo consegue se sustentar sem a presença do Estado?
3. Quem é mais afetado pelas crises capitalistas?
4. Como você avalia os impactos da globalização e dos ideais neoliberais na desigualdade social mundial?






1. Quais são as principais características da sociedade capitalista e o que a diferencia da sociedade feudal, de acordo com Karl Marx?
2. Explique o que é liberalismo, diferenciando liberalismo político de liberalismo econômico.
3. (Uece – 2024) O liberalismo, em linhas gerais, defende as liberdades individuais, a propriedade privada e um Estado regido por leis e não por vontades pessoais ou privadas. Além disso, a concepção liberal de Estado aponta que as atividades econômicas devem ter a mínima intervenção estatal possível para que possam se desenvolver a contento. Contudo, para esta perspectiva política e econômica, o Estado deve manter a ordem e a segurança do meio social, sendo esta a tarefa em que este deve agir de modo firme e preciso. Esses ideais liberais, em resumo, visam garantir a prosperidade econômica de uma sociedade e o bom convívio social entre seus membros.
Partindo dessa compreensão sobre o liberalismo político, assinale a afirmação verdadeira.
 - a) O Estado liberal deve evitar a regulação excessiva e cobrar menos impostos de todos que produzem e comercializam.
 - b) A propriedade privada no Estado liberal deve ser assegurada pelos próprios indivíduos nas suas relações econômicas.
 - c) O liberalismo estabelece a mescla entre as esferas pública e privada, fazendo com que todos se sintam responsáveis.
 - d) A propriedade coletiva dos meios de produção possibilita a ordenação de livres mercados e, assim, dos bons negócios.
4. De acordo com Max Weber, qual é a relação entre a ética protestante e o desenvolvimento do capitalismo?
 - a) A ética protestante promoveu a busca desenfreada pelo lucro, incentivando a exploração e a acumulação de riquezas a qualquer custo.
 - b) A ética protestante, com sua valorização do trabalho e da disciplina, criou um ambiente cultural favorável ao desenvolvimento do capitalismo.
 - c) A ética protestante condenava a busca pela riqueza material, considerando-a um obstáculo à salvação da alma.
 - d) O desenvolvimento do capitalismo foi um processo puramente econômico, independente de qualquer influência religiosa ou cultural.
5. Leia o trecho a seguir.

O que predomina, na época em que se dá a globalização, é a visão neoliberal do mundo. [...]

O neoliberalismo compreende a liberação crescente e generalizada das atividades econômicas, englobando produção, distribuição, troca e consumo. Funda-se no reconhecimento da primazia das liberdades relativas às atividades econômicas como pré-requisito e fundamento da organização e funcionamento das mais diversas formas de sociabilidade, compreendendo não só as empresas, corporações e conglomerados, mas também as mais diferentes instituições sociais. “Neo” liberalismo porque se impõe e generaliza em escala mundial, alcançando inclusive os países nos quais se havia experimentado ou continua a se experimentar o regime socialista ou o planejamento econômico centralizado. [...]

IANNI, O. Globalização e neoliberalismo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 27-28, abr./jun. 1998.
Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n02/v12n02_03.pdf. Acesso em: 29 ago. 2024.

De acordo com o que você aprendeu, quais são as características da globalização e do neoliberalismo que explicam por que os dois fenômenos dependem um do outro?

6. Retome as principais conclusões dos estudos do economista francês Thomas Piketty a respeito da economia mundial no século XXI. Em seguida, responda às questões.
 - a) Podemos afirmar que o capitalismo promove o progresso da humanidade? Justifique sua resposta.
 - b) Quais alternativas poderiam ser adotadas para enfrentar os problemas indicados nos estudos de Piketty?
7. Em grupos, façam um levantamento dos dados mundiais atualizados sobre as pessoas que estão passando fome e apresentem essas informações à turma para um debate.
 
 - Quantas são?
 - Onde estão localizadas?
 - Esses números aumentaram ou diminuíram em relação aos relatórios anteriores?
 - Como a pandemia de covid-19, a partir de 2020, afetou essa população?
 - Refletindo sobre o Brasil, qual é nossa participação no “mapa da fome” mundial?
 - Qual tem sido, a esse respeito, a posição dos governos e das instituições multilaterais que detêm o poder no planeta?

Trabalho, estratificação e desigualdades sociais

Uma reportagem da revista *Carta Capital*, de 7 de junho de 2000, tratava do tema das profundas alterações nas relações de trabalho que ocorriam na passagem para o século XXI. Com o título “Novos tempos: fim de carreira”, o texto descrevia a situação de um trabalhador inglês chamado Huser, que, depois de 11 meses trabalhando em Londres como diretor no departamento de vendas e *marketing* da bolsa de valores da Suíça, foi dispensado e passou a executar várias tarefas para sobreviver, tais como pintor de paredes e marceneiro.

A reportagem queria demonstrar que, naquele momento histórico, estava ocorrendo uma verdadeira revolução no mundo do trabalho, com a extinção de várias carreiras profissionais, decorrente do crescimento das contratações com jornada de meio período, da redução dos contratos longos, da proliferação de pequenas empresas e dos chamados *freelancers* e da substituição da mão de obra (qualificada ou não) pelas novas tecnologias. Era a tese do fim de carreira, defendida poucos anos antes pelo economista e sociólogo estadunidense Jeremy Rifkin (1945-), em uma obra que havia se tornado *best-seller*, *O fim dos empregos* (1996), significando que nesses novos tempos crescia a cada dia o número de pessoas que não tinha compromissos com qualquer profissão e que a ideia de “trabalhar por vocação” deveria ser superada.

Gustavo Minas/Getty Images



Vendedor ambulante em terminal de ônibus. Brasília (DF), 2021.

Pouco depois, no início de 2003, no bairro de Madureira, Rio de Janeiro, um professor de Sociologia se deparou com um cartaz bastante curioso nas mãos de um vendedor ambulante: “Patrão nunca mais: vende-se máquina de pizza”. Além da criativa propaganda do trabalhador informal de rua, a frase refletia os novos tempos: como os empregos estavam cada vez mais escassos, era necessário ser inventivo e ser o seu próprio patrão, não “dependendo de mais ninguém”. Isso revelava também o aumento do trabalho precário e flexível.

Outro sinal dos novos tempos no mundo do trabalho é a formação educacional cada vez mais voltada ao ensino profissionalizante e ao desenvolvimento de conhecimentos técnicos básicos, que tornariam os estudantes aptos a conseguirem um emprego ao final dessa etapa do ensino básico. Nessa nova configuração, a educação não é mais orientada à formação de um sujeito integral, um cidadão, mas voltada para a formação profissional, para inserir os jovens em um mercado de trabalho cada vez mais estreito e precarizado.

Neste capítulo, debateremos um pouco melhor os diversos aspectos que levaram a esse cenário.

Questionamentos

1. O que significa a afirmação de que o mercado de trabalho está cada vez mais estreito e precarizado?
2. Na sua opinião, é possível conseguir um emprego somente com a formação profissional no Ensino Médio? Justifique sua resposta.



Relações entre trabalho, classes e Estado

Desde as eras mais remotas, os seres humanos precisaram enfrentar a natureza na luta pela própria sobrevivência. Para garantir esse objetivo, a organização humana deu origem, ao longo do tempo, a diversas formas de sociedade.

Como você já estudou, ao longo da história, diversos tipos de sociedades se formaram e desapareceram. Do ponto de vista sociológico, elas podem ser classificadas de acordo com a presença de algumas características, sendo uma delas a forma de organização para garantia da subsistência, da continuidade ou, escrevendo de outra forma, da **reprodução**. Esta se dá, essencialmente, por meio das formas de organização do **trabalho**.

Nas diferentes sociedades, ao mesmo tempo que todos os indivíduos procuravam lutar pela sobrevivência, alguns grupos sociais conseguiam se destacar e impor sua vontade e seus interesses sobre o restante da coletividade. Assim, dependendo do tipo de organização econômica que se impunha historicamente em cada sociedade, esses grupos sociais dominantes poderiam ser identificados como compostos majoritariamente por donos de terras, chefes militares ou sacerdotes. Esse tipo de dominação entre grupos sociais diferenciados dentro de uma mesma sociedade não acontecia, por exemplo, entre os povos indígenas encontrados pelos portugueses a partir de 1500, no Brasil. Mas, se pensarmos na maioria das sociedades que encontramos ao longo da história, identifica-se essa característica de apropriação do poder por determinados grupos.

Uma característica importante é que quase sempre havia uma coincidência de interesses entre o **poder político** e o **poder econômico**. Isto é, havia uma correspondência entre os grupos que governavam a sociedade, determinando as leis que deveriam ser obedecidas por todos, e aqueles que concentravam os bens do ponto de vista material.

Quando falamos em grupos sociais **dominantes** e os identificamos com aqueles que detinham algum tipo de poder, fosse ele militar, econômico, fosse religioso, fica subentendida a existência de grupos sociais **dominados**. Os grupos sociais dominantes são compostos quase sempre de uma parcela minoritária da população, que se destaca exatamente por exercer algum tipo de poder sobre a maioria. Por isso, podemos chamá-los de **elites**. O sociólogo e economista italiano Vilfredo Pareto (1848-1923), no início do século XX, classificou-as como elites governantes, em oposição às massas não governantes.

Outro italiano, Gaetano Mosca (1858-1941), afirmara um pouco antes que, em todas as sociedades, existiam duas classes de pessoas – uma classe que governa e uma classe que é governada. Mosca e Pareto, juntamente com outros pensadores, como o inglês Robert Michels (1876-1936), são os responsáveis por aquela que ficou conhecida na Sociologia e na Ciência Política como a teoria das elites.

Karl Marx (1818-1883), por sua vez, desde o século XIX, demonstrara que, na origem da divisão das sociedades em classes sociais antagônicas (dominantes x dominados), havia um elemento comum: a propriedade privada dos meios de produção. Ou seja, a existência de uma classe social que se apoderava, em determinado momento, das terras férteis ou das riquezas minerais existentes. O poder, a autoridade e a riqueza dessas classes dominantes poderiam ser mantidos por meio da força – daí a necessidade da constituição de forças policiais ou de poderosos exércitos, responsáveis pela “manutenção da ordem pública” – ou por meio do convencimento – para o qual foram fundamentais a criação de leis e de uma ideia de justiça, assim como a submissão a uma vontade divina, determinada por uma religião.

A gravura, de 1789, faz uma crítica à divisão da sociedade francesa feudal, pré-revolução, em três estamentos. No feudalismo, assim como em quase todas as formas históricas de organização das sociedades, houve divisão entre classes dominadas e dominantes.



Museu Carnavalet, Paris

Caricatura das Três Ordens: o terceiro Estado carregando o clero e a nobreza nas costas, 1789. Gravura colorida.

Segundo um dos principais sociólogos europeus do final do século XIX e início do século XX, o alemão Max Weber (1864-1920), a afirmação do poder e da autoridade em determinada sociedade é identificada com uma importante instituição: o **Estado**. Como o Estado e suas instituições componentes (governo, polícia, justiça) são reconhecidos por toda a população como responsáveis pela manutenção da ordem, detêm a **legitimidade** do monopólio do uso da força, impondo a vontade de determinado grupo sobre a vontade de todos os outros indivíduos.

O que Weber quis dizer quando se referiu às ideias de legitimidade e de monopólio por parte do Estado em relação ao uso da força na sociedade é a existência de um reconhecimento geral – ou seja, por parte de todos – de que esse é o papel que o Estado tem que cumprir em determinadas situações de crise ou de violência.

Falando nisso...

Diferentes formas de estratificação social

Estratificação social é o modo como as diversas sociedades estão organizadas em estratos ou camadas sociais. Em outras palavras, a forma como os indivíduos estão localizados em determinada posição em uma sociedade – ou ainda os elementos de pertencimento a um dado grupo social. Esses elementos podem se basear em critérios econômicos, políticos, sociais e culturais.

Para diversos sociólogos, existiriam diferenças marcantes entre os sistemas de classes modernos, como entende Marx e, por exemplo, os sistemas de castas, encontrados em sociedades organizadas sob outra forma.

Max Weber dizia que as sociedades não são divididas apenas em classes sociais, mas também em **grupos de status**. Os grupos de *status* diferenciam-se entre si pelo prestígio ou pela honra que gozam na sociedade, baseados em um estilo de vida reconhecido pelos demais indivíduos. Diferentemente de Marx, Weber argumenta que os critérios de estratificação não são exclusivamente econômicos, sendo as classes sociais e os grupos de *status* formas independentes de estratificação social.

Outro tipo de estratificação existente em algumas sociedades seriam as chamadas **castas sociais**. O termo deriva do latim *castus*, que significa “puro”, tendo sido utilizado primeiramente pelos portugueses ao se referirem à estratificação social que encontraram na Índia e em outras regiões localizadas no sul da Ásia, no século XV.

As castas caracterizam essencialmente uma organização social baseada em um grupo hereditário, pertencente a uma ocupação tradicional e classificado em uma escala de pureza religiosa.

As diversas pesquisas antropológicas realizadas na Índia – com destaque para os trabalhos do antropólogo francês Louis Dumont (1911-1998) – notaram diferentes tipos de linhagens existentes nas castas, variando de acordo com a região, cada uma delas apresentando uma hierarquia específica. A divisão em castas passa por modificações nas regiões mais modernas da Índia, penetradas pelo capitalismo.

Durante o século XX, Ambedkar (1891-1956), advogado oriundo de uma família de “intocáveis” – aqueles que eram considerados como “impuros” pelo hinduísmo e que, por esse motivo, não pertenciam a qualquer casta –, procurou mobilizar seu grupo de origem, conhecido como *dalits*, ou párias, e conseguiu aprovar a Constituição indiana de 1950, que não reconhece a existência de castas, mas apenas de cidadãos iguais.

Por fim, outro sistema de estratificação reconhecido e classificado pelos estudiosos foi a **sociedade estamental**, característica do feudalismo da Europa Medieval. Os estamentos formam um sistema de estratificação social baseado em hierarquias econômicas e de prestígio, que dividia a sociedade em nobreza, alto clero, comerciantes, artesãos, camponeses livres, baixo clero e servos. Assim como o sistema de castas, o pertencimento a determinado estamento apresentava caráter hereditário. Discutindo essa forma de estratificação, Max Weber mostrou que, nessas sociedades, o poder e o prestígio do estamento condicionavam determinados monopólios de produção, consumo ou uso de alguns bens, como também a permissão para contrair matrimônio e o acesso a determinadas atividades e cargos que proporcionavam o exercício do poder político.



Protesto denunciando a morte violenta de uma mulher *dalit*. Patna, Índia, 2023.

Santosh Kumar/Hindustan Times/Getty Images

O trabalho na sociedade moderna

Nas sociedades europeias antigas, principalmente na Grécia do Período Clássico, o trabalho manual era visto pelas elites como algo penoso e detestável. Era algo que cabia apenas àquelas pessoas consideradas inferiores e que se encontravam nas camadas mais baixas da sociedade, ou seja, os escravizados.

Nas sociedades feudais da Europa Medieval, o trabalho manual era considerado inferior ao trabalho intelectual e espiritual. A origem latina do termo **trabalho** (do latim *tripalium*, “instrumento de tortura”), herdada do Império Romano, indica qual era o sentido atribuído a essa atividade humana.

Associar a palavra “trabalho” a castigos, dor, esforço extremo e cansaço insuportável permaneceu na cultura europeia até o século XVIII, segundo o historiador Edgar de Decca (1946-2016). O termo foi relacionado à pobreza e à miséria, sendo que trabalho e pobreza apresentam a mesma origem etimológica nas línguas grega e alemã.

As grandes mudanças sociais que começaram a ocorrer no continente europeu a partir do século XV modificaram a visão sobre o trabalho, passando a associá-lo a algo positivo. Assim, aos poucos, ele passou a ser uma das principais preocupações dos pensadores iluministas, que caracterizavam o trabalho (manual e intelectual), as técnicas, a ciência e a mecânica como importantes atos humanos que ajudam a transformar a natureza.

Esse entendimento foi se consolidando na gestação da sociedade moderna europeia, a partir da ascensão do capitalismo e de sua base teórica, o **liberalismo**. O pensador inglês John Locke (1632-1704), por exemplo, definiu o trabalho como a origem de toda a propriedade; já o economista escocês Adam Smith (1723-1790) o identificou como a origem de toda a riqueza produzida. Com base nessas concepções liberais, Karl Marx, no século XIX, apresenta a formulação do conceito de trabalho como a essência da própria existência humana. Ele argumentava que a riqueza produzida historicamente em todas as sociedades foi obra das classes sociais que vivem do trabalho.



Infográfico
Trabalho e
sociedade



Museu de Arte, Sarasota

Piero di Cosimo. *A construção de um palácio*, c. 1520. Óleo sobre papel, 83 cm × 197 cm.

Émile Durkheim (1858-1917), também no século XIX, apresenta uma definição bastante distinta de Marx. Com o conceito de **divisão social do trabalho**, ele associa a ideia de trabalho ao nível de especialização entre os indivíduos em determinada sociedade. Essa especialização assume grande complexidade nas sociedades industriais, constituindo o que Durkheim denomina de **solidariedade orgânica**.

Solidariedade orgânica é a divisão social do trabalho típica das sociedades industriais, nas quais essa divisão é diferenciada e complexa e os indivíduos estão juntos porque fazem coisas diferentes – são interdependentes.

Essa cooperação dada pela divisão profissional do trabalho, na definição de Durkheim, como se pode perceber, é antagônica à ideia de conflito social que está presente nas formulações de Marx, como o conceito de luta de classes.

Finalmente, Max Weber, como vimos no capítulo anterior, ao estudar as origens do capitalismo, partindo de distintos pressupostos teóricos, apresentou outro tipo de formulação, refletindo como a Reforma Protestante contribuiu para a mudança na concepção de trabalho. Na visão do segmento cristão protestante analisado por Weber, o trabalho passa a ser visto como um fundamento da vida humana, interpretado como uma virtude e um dos caminhos para a salvação.

Mobilidade social

Mobilidade social significa a possibilidade que um indivíduo tem de mudar de posição social, de *status* ou de poder dentro da sociedade.

Pensando nesse conceito, observe que, nas sociedades estratificadas que utilizamos como exemplo neste capítulo – considerando a extrema rigidez do sistema de castas tradicional ou do sistema de estamentos que existia na sociedade feudal –, a mobilidade social pode ser entendida como inexistente, por ser dada apenas pela hereditariedade.

No sistema capitalista de classes, entretanto, existem dois tipos de mobilidade social: a **mobilidade social vertical** e a **mobilidade social horizontal**. A primeira ocorre quando os indivíduos mudam sua posição social de forma ascendente ou descendente. Quando os indivíduos, por exemplo, ganham heranças ou acertam na loteria, ou ainda quando adquirem *status* e prestígio, sua mobilidade social é ascendente. Nas diversas sociedades capitalistas, reconhece-se a educação escolar como a forma mais frequente de mobilidade social vertical ascendente. Outro exemplo de mobilidade ascendente se dá pelo matrimônio. A mobilidade social descendente é exatamente o oposto do que descrevemos aqui, podendo ocorrer, por exemplo, pelo fracasso de um indivíduo nos negócios, com a consequente perda de seus bens.

Já a mobilidade social horizontal ocorre, por exemplo, por meio do deslocamento geográfico, como aconteceu no Brasil, sobretudo entre as décadas de 1930 e 1970, quando muitos imigrantes da Região Nordeste migraram para as capitais da Região Sudeste do país em busca de melhores condições de vida e de emprego. Esses casos, apesar de característicos de mobilidade social horizontal, acabam por representar também, muitas vezes, uma mobilidade social vertical, pois a mudança do meio rural para o urbano implica, em geral, o aumento da renda do migrante em relação à realidade em que vivia anteriormente.

Na cidade, por sua vez, apesar do maior custo de vida, aumentam também as possibilidades de acesso à escola formal e à qualificação profissional, fazendo com que o indivíduo possa “subir um ou mais degraus” em relação às condições de vida que ele tinha até então. Quando essas mudanças ocorrem entre as gerações de uma mesma família, os cientistas sociais descrevem esse tipo de fenômeno como **mobilidade social intergeracional**.

A socióloga Celi Scalon demonstrou que em nosso país as chances de o filho de um trabalhador não qualificado – como um porteiro de edifício – conseguir se formar e trabalhar como um profissional qualificado – como um médico, por exemplo – é 133 vezes menor que as chances do filho deste último. Por sua vez, se o filho do trabalhador não qualificado for negro ou do sexo feminino, suas chances diminuem ainda mais. Assim, podemos dizer que a categoria de mobilidade social deve ser analisada em conjunto com uma série de outros aspectos, tais como as citadas diferenças de gênero e raça.

Podemos observar que todas as sociedades são estratificadas de diferentes maneiras e que elas têm uma profunda relação com as desigualdades sociais, porque estão relacionadas à divisão social do trabalho e à distribuição do poder. A ideia de mobilidade social, nesse sentido, deve ser entendida como sendo restrita, presente apenas e parcialmente no sistema de classes, característico das sociedades capitalistas.

Questionamentos

1. Você reconhece a existência de mobilidade social na sociedade brasileira? Dê um exemplo de como você observa essa ocorrência.
2. Quais possibilidades você vislumbra em seu futuro em termos de mobilidade social?



Formas de organização do trabalho na sociedade capitalista



Como já estudamos anteriormente, a principal divisão do trabalho na sociedade capitalista se dá entre a classe trabalhadora, que pode ser chamada de proletariado, e a classe proprietária, representada pela burguesia. Enquanto os primeiros são aqueles que produzem a riqueza por meio da sua força de trabalho, fazendo com que a sociedade reproduza a si mesma (ou seja, que as famílias se constituam, que pessoas se alimentem, que se locomovam, tenham lazer, entre outras atividades), os segundos são os donos dos meios de se produzir a riqueza – ou seja, os **meios de produção** –, como as fábricas, o comércio e as terras férteis.

Por ora, o que nos importa é a compreensão de alguns aspectos do funcionamento da sociedade capitalista. Vamos, então, nos ater ao grande momento de consolidação e superação das formas anteriores de organização das relações de trabalho. Isso ocorre com a Revolução Industrial, que se expandiu da Inglaterra para diversas partes do mundo no século XIX, como vimos no capítulo anterior.

Nesse contexto, as fábricas se multiplicavam, trazendo modificações estruturais nas relações sociais até então existentes, incluindo as relações de trabalho. Nesse processo de mudanças, as manufaturas, nas quais o trabalhador tinha pleno domínio e ciência do seu ofício, manipulando de forma artesanal e controlando o produto do seu trabalho, foram sendo gradativamente substituídas por máquinas no processo de industrialização. Nas indústrias, diferentemente das antigas manufaturas, o trabalhador vai perdendo aos poucos o conhecimento e o controle da mercadoria que ele produz, pois se torna responsável pela produção de apenas uma parte dela. Uma das características da produção industrial é a introdução de máquinas responsáveis por parte do processo produtivo, assim como a divisão de tarefas entre os trabalhadores, conhecida como **linha de produção**.

Na passagem do século XIX para o século XX, a organização do trabalho nas linhas de montagem passou a ser pensada de forma científica, com o objetivo de melhorar a produtividade e aumentar os lucros do empresariado. Faz parte desse processo, ao mesmo tempo, a preocupação de se controlar as tarefas rotineiras do trabalhador, desde o momento em que acorda e segue para o trabalho – com a criação de vilas operárias próximas às fábricas – até a operação das máquinas.

A produção passa, assim, por um processo de **racionalização** que se inicia no século XIX, estendendo-se pelos séculos XX e XXI. Para diminuir os custos da produção e aumentar o lucro dos proprietários, é necessário racionalizá-la ao máximo – processo que pode variar em suas formas, de acordo com o contexto mais amplo da organização da sociedade capitalista como um todo.

Vejamos como se deu esse processo.

Trabalhadores na linha de produção em frigorífico. Ubiratã (PR), 2022.

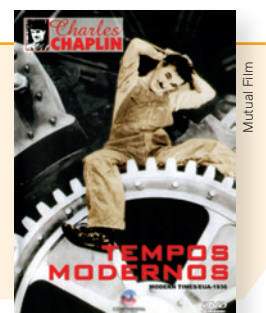


Ernesto Reghran/Pulsar Imagens

Para ampliar

Assista

Tempos modernos, direção de Charles Chaplin (United Artists, 1936, 88 min). Obra-prima do cinema mudo, ambientada durante a Crise de 1929, em que Chaplin, por meio do personagem Carlitos, procura denunciar o caráter desumano do trabalho industrial mecanizado, da tecnologia e da marginalização de determinados setores da sociedade.



O taylorismo e o fordismo

As ideias de organização da produção capitalista, que vieram a ser conhecidas como gerência, ou **administração científica**, têm origem em uma obra de 1911, *Princípios de administração científica*, escrita pelo engenheiro mecânico estadunidense Frederick Winslow Taylor (1856-1915). Acompanhando leituras das elites dominantes dessa época, Taylor julgava o trabalhador como um indivíduo preguiçoso – de forma natural ou intencional – e incapaz intelectualmente. Desse modo, ele defendia uma separação radical entre o trabalho **intelectual**, que caberia à gerência, e o trabalho **manual**, a cargo do operário. Enquanto o primeiro pensa, concebe o processo de trabalho como um todo, o segundo apenas executa o que é determinado para ele por seu superior hierárquico.

Para que o trabalho fosse executado de forma econômica e eficaz, obtendo-se sempre o melhor resultado, Taylor defendia um controle absoluto e rígido de cada movimento dos trabalhadores durante a produção da mercadoria. Ele ficaria incumbido de executar tarefas fragmentadas, repetitivas, para que a operação das máquinas fosse realizada no menor tempo possível, cada vez mais rapidamente, à medida que a mão de obra fosse adestrada naquela função específica. Esse controle do tempo se estendia às pausas para alimentação durante a jornada de trabalho. Afinal, como você já deve ter escutado em algum momento, tempo é dinheiro!

Na segunda década do século XX, os princípios administrativos defendidos por Taylor, que ficaram conhecidos como **taylorismo**, foram apropriados pelo empresário estadunidense e engenheiro mecânico Henry Ford (1863-1947) nas linhas de montagem das suas fábricas de automóveis, a Ford Motor Company, fundada em 1903, em um formato de organização da produção que ficou conhecido como **fordismo**.



Bettmann Archive/Getty Images

Trabalhadores fabris em linha de produção de automóveis. Michigan, Estados Unidos, 1913.

Em 1913, em uma unidade da Ford Motor Company, no estado de Michigan, nos Estados Unidos, pela primeira vez uma peça foi fabricada em uma linha de montagem. A peça em questão era um magneto de volante fabricada em cinco minutos, e não mais em 20 minutos, conforme ocorria no modelo de produção anterior.

Os sociólogos Marco Aurélio Santana e José Ricardo Ramalho resumem, dessa forma, as ideias que articulam e constituem o fordismo:

- Separação entre a concepção e a execução das tarefas, que deveriam ser fragmentadas e rotinizadas.
- Especialização do trabalhador na execução de uma única e simples tarefa, com necessidade cada vez menor de algum tipo de qualificação.
- Disciplina como a principal exigência de qualificação, com o cumprimento das tarefas a serem executadas com as devidas orientação e obediência a normas operacionais previamente definidas.
- Pouca ou nenhuma participação dos trabalhadores na melhoria do processo produtivo e quanto ao seu resultado, ou seja, a mercadoria a ser produzida, recusando qualquer tipo de contribuição intelectual por parte dos operários.
- Produção de bens a custos e preços cada vez menores, com a constituição de bens em massa para um mercado consumidor que também se configurasse como um mercado de massa.

Ford adotou na linha de produção a jornada de trabalho de oito horas diárias, como era reivindicado pelo movimento operário à época. Na sua visão idealizada de capitalismo, a produção em série e em massa de mercadorias homogêneas, seguindo um único modelo, teria um resultado transformador para a sociedade em termos de redução de custos e possibilidade de consumo: os próprios operários de sua fábrica, que recebiam cinco dólares por dia trabalhado, poderiam adquirir os modelos mais básicos dos automóveis que eles próprios montavam.

Para ampliar

Leia

O que é taylorismo, de Luzia Margareth Rago e Eduardo F. P. Moreira (Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 2003). Texto introdutório sobre o tema, apresentado de forma resumida e com bibliografia para quem desejar se aprofundar.



Editora Brasiliense

Falando nisso...

Linha de montagem e alienação do trabalhador

O papel da máquina é a substituição quase integral do ofício do trabalhador, tanto sob o ponto de vista físico quanto sob o ponto de vista intelectual, de se “pensar” sobre aquilo que ele está produzindo. Não estamos dizendo que “a máquina pensa”, mas sim que ela faz com que o trabalhador não precise dessa faculdade ao utilizá-la, o que acontece de maneira cada vez mais automática. Quanto mais essas máquinas são aperfeiçoadas, mais elas substituem aqueles que as operam, tornando esse trabalhador um ser “alienado”, alheio e sem qualquer tipo de controle sobre o que ele próprio produz.

Com a introdução das máquinas, a classe proprietária consegue estabelecer sua “utopia” por um mundo capitalista ideal, no qual a burguesia é a dona das fábricas, das matérias-primas, dos equipamentos utilizados na produção e do seu resultado, as mercadorias.

O trabalhador é reconfigurado como apenas mais uma peça dessa engrenagem. Dessa forma, sua mão de obra, por seu poder cada vez mais reduzido de intervir no processo de produção das mercadorias, passa a ser permanentemente desvalorizada, “vendida” ao capitalista por um valor bem inferior aos resultados financeiros proporcionados por seu empreendimento.

O controle rígido do tempo de um trabalhador desqualificado – já que seu trabalho poderia ser realizado por qualquer indivíduo, praticamente sem qualquer formação – se tornava necessário na execução da rotina diária das fábricas. Essa desqualificação justificaria os baixos salários inclusive, sendo associada ao alto índice de desempregados, dispostos a aceitar qualquer vaga que surgisse para substituir quem não conseguisse executar aquelas tarefas mínimas no tempo exigido e definido cientificamente segundo o método taylorista – ou para ocupar o lugar de quem se acidentasse ou quem estivesse insatisfeito com as condições de trabalho e se filiasse a algum sindicato.

Deve-se registrar que a execução dessas tarefas repetitivas ficava cada vez mais simples à medida que as máquinas fossem mais aperfeiçoadas tecnologicamente.



Fonte: THAVES, B. [Tirinha da série Frank & Ernest]. [S. l.: s. n.], [1996].

Frank & Ernest, Bob Thaves © 1996 Thaves/
Dist. by Andrews McMeel Syndication

O toyotismo e a flexibilização do trabalho e da produção

A partir dos anos 1960, principalmente na década 1970, o modelo fordista de produção começou a entrar em crise, em razão do esgotamento dos mercados por causa da superprodução, o que levou, consequentemente, à diminuição da lucratividade.

Fazia-se necessário encontrar uma forma de cortar os custos e ampliar as taxas de lucro. A inspiração das teorias neoliberais de Friedrich Von Hayek (1899-1992) e outros pensadores, mas também da contribuição dos engenheiros japoneses Eiji Toyoda (1913-2013) e Taiichi Ohno (1912-1990). Enquanto Hayek e seus parceiros afirmavam, desde a década de 1940, que se deveria substituir o Estado intervencionista por um Estado mínimo, Toyoda e Ohno preconizavam que a empresa capitalista deveria flexibilizar, enxugar a produção e a mão de obra, terceirizar e produzir de acordo com a demanda do mercado.

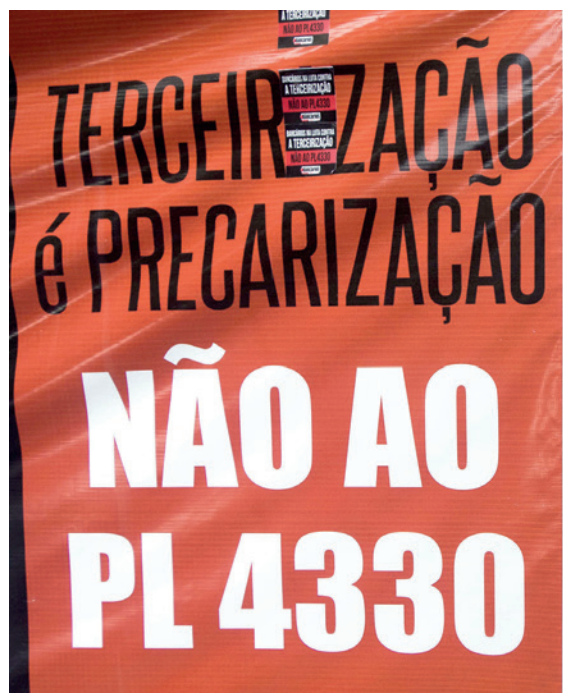
A solução para a crise veio do Japão, por meio de um novo formato de organização da produção implementado pela montadora de automóveis Toyota Motor Company, fundada em 1937. Esta, após enfrentar um processo de falência na década de 1940, passou a adotar, na década seguinte ao fim da Segunda Guerra Mundial, um **modelo de produção flexível** que, mais tarde, acrescido do avanço das tecnologias de computação e da robótica, possibilitou uma verdadeira revolução e uma reestruturação nas formas de gestão do trabalho. Por consequência, permitiu o incremento das taxas de lucro com a superexploração da força de trabalho – processo que também ficou conhecido como acumulação flexível de capital.

As teorias dos engenheiros japoneses, denominadas de **toyotismo**, significaram uma solução para aumentar consideravelmente as taxas de lucro. Essas teorias, implementadas e popularizadas globalmente a partir das últimas décadas do século XX, modificaram profundamente as relações de trabalho, dos empresários e do Estado com os trabalhadores, gerando novas formas de relações sociais. Essas novas práticas relativas à organização do trabalho se alinharam às demandas propostas pelo neoliberalismo.

No modelo de organização do trabalho toyotista, a produção de mercadorias passa a organizar-se de forma horizontal, transformando-se em processos de subcontratação e **terceirização** de atividades.

Terceirização diz respeito ao processo de extinção de partes da empresa para reduzir custos. Com isso, parte da empresa é desativada, uma vez que determinadas atividades são assumidas por outra empresa, seja ela recém-aberta ou que já esteja em atividade com tal fim. O setor objeto da terceirização pode ser produtivo ou não, ou seja, pode produzir bens materiais ou serviços.

Manifestação contra a aprovação da reforma trabalhista e de leis que facilitem a terceirização. São Paulo (SP), 2015.



Anderson Barbosa/Fotoarena



Outra característica do toyotismo é que a produção não é mais padronizada, e, sim, realizada em pequenos lotes e com grande variedade de produtos. Ou seja, são mais requintados, adaptando-se aos gostos variáveis do mercado. Isso ocorre porque a produção passa a ser voltada para a demanda do mercado. Assim, não se produz mais conforme a capacidade produtiva da empresa, mas conforme a capacidade aquisitiva do mercado.

No toyotismo, por medida de redução de custos e de aumento de lucro, não há grandes estoques. Esse fato é viabilizado por informatização e melhoria dos meios de comunicação e transporte, possibilitando que os fornecedores entreguem as peças necessárias à produção na hora certa (*just in time*).

Sob a organização do trabalho toyotista, o trabalhador passa a desempenhar múltiplas tarefas. Essas tarefas, por sua vez, não deixam de ser repetitivas. Por esses motivos, alguns sociólogos classificam o toyotismo como um modelo pós-fordista, isto é, como uma nova organização do processo de produção que incorpora o modelo fordista/taylorista, predominante até então. Um trabalhador na linha de produção da montadora de automóveis Toyota, por exemplo, na segunda metade do século XX, era obrigado a fazer 20 movimentos a cada 18 segundos, ou seja, um total de 20.600 movimentos por dia. Isso se constitui em uma intensificação ainda maior do trabalho, pois o operário atuava com várias máquinas.



The Asahi Shimbun/Getty Images

Trabalhadores em linha de produção de automóveis na Toyota Motor Company, Aichi, Japão, 1988.

O pagamento de salários no toyotismo é feito de forma pessoal, por um sistema detalhado de bonificações e prêmios por produção. O caráter pessoal do pagamento caracteriza-se pela avaliação do trabalhador, pois a remuneração leva em conta a produtividade, impondo aos trabalhadores, divididos em grupos, uma fiscalização recíproca. Para obter alta produtividade e para que possam fazer o controle de qualidade dos produtos durante a produção, os empregados são submetidos a longos treinamentos, enfatizando-se a corresponsabilidade do trabalhador com a empresa.

O controle de qualidade é feito imediatamente, durante a própria produção, evitando a identificação de erros pós-produção. Essa medida decorre de políticas produtivas de “controle de qualidade total” (CQT), transferindo para os próprios empregados-produtores tal tarefa. Como consequência, observam-se as seguintes características no mercado de trabalho:

- Diminuição do contingente de trabalhadores, processo possibilitado pela subcontratação e pela terceirização.
- Intensificação da exploração do trabalho em razão da polivalência e da multifuncionalidade do trabalhador.
- Aumento da competitividade entre os trabalhadores empregados, pois agora eles recebem de acordo com sua produtividade.
- Aumento do **desemprego estrutural**, em virtude da intensa automação e da robotização.

O **desemprego estrutural** é caracterizado pelo desaparecimento do mercado de trabalho de profissões ou funções em razão do avanço tecnológico, tornando cada vez mais alto e contínuo o percentual da população desempregada. Um exemplo dessa mudança no mercado de trabalho é o desaparecimento da função de torneiro-mecânico. Atualmente, as grandes empresas que utilizavam essa profissão possuem robôs e máquinas computadorizadas que fazem o mesmo serviço. Os caixas eletrônicos e os *self-services* também fazem parte desse processo de automação que exclui definitivamente milhares de trabalhadores do mercado.

Consequências sociais das novas formas de organização do trabalho

Como vimos, a lógica dominante hoje no mercado de trabalho é a presença massiva de empresas terceirizadas ou subcontratadas, cujos trabalhadores recebem salários mais baixos em empregos que não oferecem as mesmas garantias apresentadas pelas empresas tradicionais. Exemplo disso é o fato de se priorizar a contratação de pessoas por tempo determinado, com formas de assalariamento precário, como prestadores de serviços, autônomos, terceirizados, entre outros. Ou seja, para aumentar suas taxas de lucro, o capitalismo necessita cada vez menos de trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial (ou *part-time*) e terceirizado, como nos mostram os estudos desenvolvidos por Ricardo Antunes (1953-) e diversos outros cientistas sociais dedicados aos estudos sociológicos sobre a temática do trabalho na Sociologia.

O trabalhador que as empresas querem é aquele considerado versátil, capaz de se adaptar às normas de seu empreendimento. É o trabalhador denominado polivalente, multifuncional, apto a desenvolver as mais diversas atividades.

A prioridade dada aos contratos de trabalho flexíveis vem acompanhada, por sua vez, pela desestruturação dos direitos do trabalhador, tentando cortar todas as suas garantias jurídicas e regulamentações (como aviso-prévio, estabilidade, salário-desemprego, **FGTS**, 13º salário, férias, entre outras).

GLOSSÁRIO

FGTS: sigla para Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, benefício criado em 1966 pelo Estado brasileiro, por meio do qual os empregadores depositam em uma conta bancária específica determinado valor relativo ao salário dos trabalhadores, a fim de ser utilizado pelo trabalhador principalmente em casos de demissão e de financiamento imobiliário, garantindo sua estabilidade financeira.



Ricardo Antunes

O sociólogo Ricardo Antunes nasceu em São Paulo (SP), em 1953, e é professor na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Suas teses *Adeus ao trabalho?* (1994) e *Os sentidos do trabalho* (2000) foram publicadas e se tornaram referências importantes para a Sociologia do Trabalho, ao lado das obras *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil* (2006) e *O privilégio da servidão* (2018).

Ricardo Antunes, sociólogo e professor. Rio de Janeiro (RJ), 2004.



Guilto Moreto/Folhapress

A organização e a luta pelos direitos da classe trabalhadora

As regulamentações do trabalho que hoje sofrem ameaças em razão dos modelos de contrato de trabalho flexíveis e terceirizados têm uma longa história e estão associadas aos movimentos de luta dos trabalhadores. Como vimos, o período inicial da Revolução Industrial foi acompanhado pela submissão dos trabalhadores a condições de trabalho extremamente cansativas e insalubres, com uma carga horária extensa e sem direitos de qualquer tipo. A mobilização dos trabalhadores como classe, articulando a organização do movimento sindical, mesmo quando havia proibição legal nesse sentido, possibilitou que, gradativamente, diversas bandeiras de luta e pautas de reivindicações do movimento fossem atendidas, com a variação dessas conquistas historicamente a depender do nível de organização dos trabalhadores e de conjuntura e contexto político de cada país.



Para ampliar

Assista

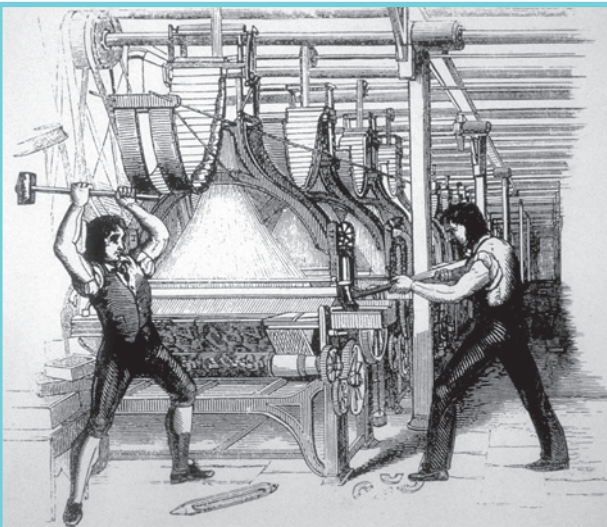
Estou me guardando para quando o Carnaval chegar, direção de Marcelo Gomes (Netflix, 2019, 85 min). Documentário sobre os trabalhadores da pequena cidade de Toritama, no interior de Pernambuco, considerada a capital nacional do *jeans*. A cada ano, mais de 20 milhões de peças em *jeans* são produzidas em fábricas de “fundo de quintal” pelos moradores da cidade, que vendem seus pertences e fogem para as praias quando chega o Carnaval.



Vitrine Filmes/Rec Produtores/Carnaval Filmes

Histórico da conquista de direitos pelos trabalhadores

API/Gamma-Rapho/Getty Images



Destruição de máquinas por integrantes do movimento ludista. Gravura, Reino Unido, 1811.

Século XVIII

A primeira reação de trabalhadores contra o processo de mudanças que ocorreu na Europa aconteceu de forma espontânea e desorganizada: embora haja divergências entre historiadores sobre sua existência, o nome de Ned Ludd se tornou famoso. Em 1779, ele quebrou as máquinas de tear a vapor de seu patrão, revoltado por ter perdido o emprego em função do desenvolvimento tecnológico. Podemos dizer que Ludd e outros ingleses da nascente indústria têxtil foram as primeiras vítimas do desemprego estrutural. Dessa suposta ação resultariam as primeiras greves de que se tem notícia, transformando-se no **movimento ludista**, que tinha como característica a destruição do maquinário industrial. Seu auge foi em 1811, mas teve fim no ano seguinte, quando o parlamento britânico aprovou uma lei que condenava à pena de morte quem participasse da destruição de máquinas.

Primeira metade do século XIX

Alguns anos depois, na década de 1830, surge, na Grã-Bretanha, outro movimento operário conhecido como **cartismo**. O movimento recebeu esse nome em função da Carta do Povo, documento enviado ao parlamento britânico com reivindicações políticas, tais como sufrágio universal masculino, instituição do voto secreto, eleições anuais e condições de igualdade para a participação política de membros da classe trabalhadora.

O cartismo foi vitorioso em termos de mobilização, conquistando a aprovação de uma primeira lei de proteção e **regulamentação do trabalho infantil**, assim como a **regulamentação do trabalho feminino** e o **limite da jornada de trabalho em 10 horas**. Na década de 1860, as reivindicações do cartismo foram incorporadas à legislação inglesa. Com isso, o movimento cartista se enfraqueceu, ao mesmo tempo que os sindicatos se fortaleciam cada vez mais, impulsionados pela organização da classe operária sob inspiração comunista e anarquista e pela fundação, em 1864, da Associação Internacional dos Trabalhadores, reunindo sindicalistas europeus e estadunidenses, conhecida depois como Primeira Internacional.



Mary Evans/Easy Mediabank

Charge de 1843 retratando a tentativa dos cartistas de aprovar sua gigantesca carta de direitos no Parlamento.

Segunda metade do século XIX

Em outros países que vivenciavam a Segunda Revolução Industrial, o movimento sindical se organizava em torno de diversas pautas reivindicatórias. Nos Estados Unidos, por exemplo, em que a jornada diária de trabalho poderia chegar a 17 horas, os trabalhadores de Chicago iniciaram uma grande greve em 1886, tendo como pauta a redução da **jornada para oito horas diárias**. Em uma de suas manifestações públicas, no dia 1º de maio de 1886, confrontos armados com a polícia resultaram na morte de dezenas de trabalhadores, além de policiais. Como forma de rememorar esse dia de luta e de luto, diversos países adotaram essa data como **Dia Internacional do Trabalhador**.

Primeira metade do século XX

Em 1919, foi criada, pela Liga das Nações (antecessora da ONU), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), para acompanhar a regulamentação das normas e convenções relativas ao trabalho, recomendadas internacionalmente pelo conjunto de países signatários. Nesse mesmo período, a jornada de oito horas de trabalho foi instituída pela maioria dos países ocidentais.

As mobilizações em reivindicação a esse direito ocorreram também no Brasil, apesar do perfil de país predominantemente rural. Em 1917, teve grande destaque a greve geral que paralisou a maior parte das indústrias existentes no país, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro.

As pautas do movimento sindical somente foram incorporadas à legislação brasileira na década de 1930, durante a Era Vargas. Assim, em 1932, a **jornada de trabalho de oito horas** foi implementada no comércio e na indústria; em 1933 foi regulamentado o **direito a férias remuneradas**; e, em 1934, foi instituído o **salário-mínimo**. Além disso, os direitos à **aposentadoria** e a **pensões** começaram a ser garantidos em 1933, de acordo com negociações com cada categoria profissional reconhecida oficialmente pelo Estado.

Na década seguinte, na data simbólica de 1º de maio de 1943, o presidente Getúlio Vargas (1882-1954) assinou, por decreto, a **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**, que reuniu as conquistas citadas e outras medidas de proteção aos trabalhadores urbanos – a legislação não valia para os trabalhadores rurais, que na época constituíam a maioria de brasileiros que viviam do trabalho.



Acervo Iconographia



Carrossel de imagens

Consolidação dos direitos trabalhistas no Brasil

Grevistas em cortejo. São Paulo (SP), 1917.

Segunda metade do século XX

Quase 20 anos depois da CLT, em 1962, durante o governo de João Goulart (1919-1976), que havia sido ministro do trabalho de Getúlio Vargas, foi instituído, sob grande protesto do empresariado, o **13º salário**.



Acervo Iconographia

Greve dos servidores públicos pelo 13º salário. Praça XV, Rio de Janeiro (RJ), 1964.

O fenômeno da uberização como precarização do trabalho

Possivelmente, em algum momento, você já precisou recorrer aos serviços de transporte por automóvel ou motocicleta por meio de um aplicativo no seu celular. Talvez, a depender das condições de locomoção no bairro onde reside, precise fazer isso todos os dias. Pode ser também que seus familiares trabalhem dirigindo para algum desses serviços. Atualmente, a palavra **uber** não é estranha para você; mas você já ouviu falar do termo “**uberização**”?



A **uberização do trabalho** é um fenômeno mundial relativamente recente, que teve origem neste século XXI, em associação com os avanços cada vez mais acelerados e profundos da tecnologia computacional e das redes de comunicação via internet. Podemos dizer que se trata de um aprofundamento radical do processo de precarização do trabalho que já vinha ocorrendo desde as últimas décadas do século passado.

Vamos tentar nos colocar no lugar de algum trabalhador que esteja eventualmente desempregado ou que, mesmo tendo um emprego, precise aumentar seus rendimentos de alguma forma. Se esse trabalhador é proprietário de um automóvel, uma moto ou uma bicicleta em condições razoáveis, ou se tem condições de adquirir esse meio de transporte mediante algum financiamento bancário, uma opção possível é se filiar a uma plataforma digital de transporte pertencente a uma empresa chamada Uber, ou outras semelhantes, oferecendo seus serviços nas cidades próximas de onde reside.

Essa empresa-plataforma reunia, em 2024, segundo seu próprio *site*, mais de 7 milhões de motoristas e entregadores “parceiros” em todo o mundo. Por que essa possibilidade é interessante para esse trabalhador? Sem a existência física de um patrão ou de um gerente que o fiscalize durante todo o tempo, sem um horário fixado para início e fim da jornada diária de trabalho, ele pode trabalhar com plena autonomia, no horário mais adequado para ele, durante o dia ou de madrugada, nos dias da semana que desejar, por quantas horas ele quiser/puder, nos lugares onde preferir, e receber em dinheiro, na sua conta bancária, o correspondente ao tempo que precisou dedicar ao serviço, somente descontando determinado valor para a plataforma à qual se filiou.

Porém, vamos tentar pensar sobre outros aspectos a respeito desse trabalhador fictício que sugerimos. Ele recebe somente o valor calculado percentualmente pela empresa quando exerce a sua atividade – o que você pode entender como perfeitamente justo. Mas e se ele ficar doente ou se precisar cuidar de alguma pessoa da família? Não recebe nada, assim como não tem direito a folgas, férias, 13º salário e aposentadoria, a não ser, nesse último caso, que contribua como autônomo para a seguridade social ou contrate algum seguro privado. Não há qualquer tipo de direito trabalhista, portanto.

Isso acontece porque, apesar de o motorista ou entregador parceiro ter se filiado e sido aceito pela plataforma, inexistem qualquer tipo de contrato de trabalho. A empresa, no entanto, tem o poder de reduzir a demanda de seu parceiro, chegando ao ponto de desvinculá-lo, caso ele não receba determinado quantitativo de avaliações totalmente positivas por parte dos clientes. Por sua vez, há casos de denúncia relativa a insultos, discriminação ou assédios que ocorrem contra esses trabalhadores durante a jornada de trabalho.

O controle tecnológico por parte da plataforma passa também pela identificação da sua localização, assim como pela quantidade de serviços que aceita ou recusa e pelo tempo que leva para cumprir suas tarefas – nesse caso, de forma mais acentuada, para aqueles que se filiam a plataformas de entrega de alimentos. Além disso, o parceiro, que utiliza seu carro ou sua moto, assume todas as despesas referentes ao veículo, como a regularização da documentação, a manutenção voltada para o desgaste provocado por uso contínuo, o combustível, seguro contra eventuais acidentes, assaltos, entre outras.



Ernesto Reghran/Pulsar Imagens

Motorista de aplicativo em horário de trabalho. Londrina (PR), 2024.

O sociólogo português João Areosa identifica a maioria dos trabalhadores vítimas da uberização como **nômades urbanos**, subcidadãos que dependem de um subemprego para sobreviver. Como o número de trabalhadores nessa condição vem aumentando mundialmente nos últimos anos, em razão das crises econômicas sucessivas e do desemprego constante no mercado de trabalho formal, a concorrência se eleva e os ganhos de cada indivíduo são reduzidos, obrigando-os a ampliar sua jornada e assumir um esforço físico mais intenso, muitas vezes trabalhando 12 ou até 14 horas por dia, mesmo que faça muito frio ou muito calor, ou que caia um temporal. Tudo isso eleva os riscos de adoecimento e de acidentes por estresse ou cansaço.

Apesar de termos citado um exemplo como símbolo desse processo, esse fenômeno envolve diversas outras empresas e tipos de serviços, como o de aquisição e entrega de qualquer espécie de correspondência e de mercadorias adquiridas por meio de plataformas de comercialização e aplicativos digitais, tais como eletrodomésticos, medicamentos, ração animal, livros, bebidas, entre outras. Grandes, médias e pequenas empresas se estabeleceram nesse mercado em franca expansão.

Para ampliar

Assista

Nomadland: sobreviver na América, direção de Chloé Zhao (Searchlight Pictures, 2020, 107 min). Filme que acompanha a história de uma mulher com cerca de 60 anos de idade que, depois de perder o que tinha durante a recessão econômica iniciada em 2008 nos Estados Unidos, passa a viver em uma van e a trabalhar de forma temporária e sem vínculos empregatícios em diferentes empresas.



Essa nova realidade do mundo do trabalho é acompanhada por um processo de precarização cada vez maior e acelerado do proletariado urbano, fenômeno que o sociólogo Ruy Braga (1972-), entre outros pesquisadores, define como **precarizado**. Este surge exatamente em função do contexto de destruição pelas políticas neoliberais, das condições de proteção social construídas no chamado período fordista pós-Segunda Guerra Mundial, com a constituição do Estado de Bem-Estar Social nos países capitalistas centrais e seus arremedos, que mantinham alguns níveis de dignidade nas relações de trabalho, como tivemos em países periféricos – caso do Brasil, com a sua CLT, instituída em 1943.

O precariado, portanto, é fruto dessa condição de perda gradativa, mas acentuada de direitos, e de desfiguração de medidas legais trabalhistas que acompanharam a era neoliberal. Não se trata de um fenômeno latino-americano ou brasileiro, mas mundial. Cada vez mais pauperizada e vivendo ameaçada pelo desemprego, a classe trabalhadora se submete a condições muitas vezes degradantes para conseguir sobreviver, como demonstra a uberização. Precarização e uberização são partes integrantes de um mesmo processo, alimentando-se mutuamente.

O fenômeno da uberização tem sido objeto de crítica por diversos especialistas da Sociologia do Trabalho. A charge exemplifica uma dessas críticas.



D'AGOSTINHO, T. *Os empreendedores*. [S. l.]: Cartuns, Charges, Caricaturas e textos satíricos de Toni D'Agostinho, 22 jun. 2020. Disponível em: <http://www.acaricaturadoBrasil.com.br/2020/06/os-empresendedores.html>. Acesso em: 12 set. 2024.



1. Faça um resumo sistematizando como os autores Karl Marx, Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Max Weber analisam as relações entre classes, trabalho e poder.
2. Explique o que é estratificação social e dê dois exemplos de estratificação além das classes sociais.
3. (Unesp – 2024)

O just in time é responsável por buscar a precisão da cadeia de produção, encaixando as operações e as execuções de acordo com o nível de demanda. Ou seja, tudo ocorre no seu devido tempo, nem antes nem depois. Essa metodologia evita o estoque parado e o desperdício de matéria-prima.

(www.totvs.com, 11.07.2022.)

A metodologia apresentada no excerto é aplicada pelo

- a) Taylorismo, ideal produtivo estimulado pela União Soviética durante a Guerra Fria, em um cenário de crescimento homogêneo para as suas repúblicas.
 - b) Mercantilismo, doutrina econômica estipulada pela China no final do século XX, em conformidade ao seu desejo de ser uma plataforma de exportação.
 - c) Desenvolvimentismo, sistema de gestão corporativa criado nos Estados Unidos no fim do século XIX, em associação à expansão do capitalismo pelo mundo.
 - d) Fordismo, princípio de produção industrial inaugurado pela Inglaterra após a Segunda Guerra Mundial, em que a esteira rolante dita o ritmo produtivo.
 - e) Toyotismo, modelo de organização do trabalho desenvolvido no Japão após a Segunda Guerra Mundial, em um contexto de restrições naturais e econômicas.
4. Leia o texto e responda às questões.



Empreendedor ou trabalhador

O Ipea também publicou estudo “O que pensam os entregadores sobre o debate da regulação do trabalho por aplicativos?”, elaborado por pesquisadores do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), sobre o perfil dos trabalhadores a partir de pesquisa tipo *survey* com aplicação de questionário, de forma presencial e *online*, junto a 247 motoristas e entregadores que atuavam no Distrito Federal no primeiro semestre de 2023.

O estudo mostra que a categoria tem posicionamento ambíguo, que alterna a autoimagem de que são empreendedores – e precisam de autonomia em relação ao Estado para o bom desenvolvimento e liberdade de suas atividades –, com a autocompreensão de que são trabalhadores e assim devem reivindicar direitos sociais previstos em outras ocupações laborais.

COSTA, G. Trabalhador de aplicativo: sem proteção social, mas contra a regulação. *Agência Brasil*, Brasília, DF, 23 maio 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/trabalhador-de-aplicativo-sem-protecao-social-mas-contra-regulacao>. Acesso em: 30 ago. 2024.

A notícia refere-se a uma pesquisa realizada entre trabalhadores dos ramos de entrega e transporte de passageiros por aplicativo em 2023.

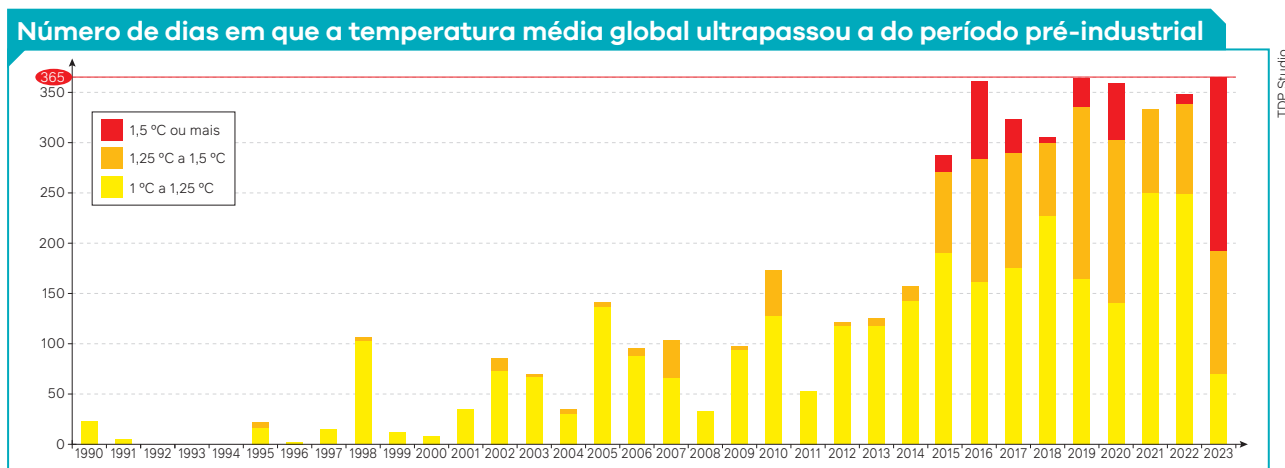
- a) Como a notícia se relaciona com a noção de precariado desenvolvida pelo sociólogo Ruy Braga?
 - b) Qual é sua percepção sobre os trabalhadores de aplicativos? Na sua opinião, eles são empreendedores ou empregados das empresas que gerenciam os aplicativos? Justifique sua resposta.
5. Em 2024, foi proposto um Projeto de Lei Complementar, o PLP 12/2024, que cria a categoria “trabalhador autônomo por plataforma” e nomeia essa relação de trabalho como “intermediada” pelas empresas de aplicativo.
 - Em duplas, façam uma pesquisa sobre quais são as previsões e regulamentações dessa lei. Em seguida, avaliem se ela traz benefícios aos trabalhadores dessas plataformas, apontando pontos positivos e negativos. Façam as anotações no caderno. 
 - Por fim, compartilhem suas avaliações com a turma. Durante o debate, procurem responder à seguinte questão: a regulamentação do trabalho plataformizado representa um avanço ou um retrocesso para os direitos dos trabalhadores em geral? 

Capitalismo e questão ambiental

Em 2007, o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) disponibilizou um relatório elaborado por 2500 cientistas de 130 países, sob a coordenação da Organização das Nações Unidas (ONU), anunciando que as mudanças climáticas na Terra são irreversíveis e colocam em risco a sobrevivência do ser humano.

Segundo um relatório mais recente do mesmo órgão, de 2022, a temperatura média do planeta poderá aumentar, neste século XXI, entre 1,2 e 4,5 °C, no mínimo, o que pode causar mudanças drásticas. Parece pouco, mas, da última vez que ocorreu um resfriamento acentuado da Terra, há 12 mil anos, a temperatura média do planeta era apenas 5 °C mais fria do que é hoje.

Conforme o gráfico a seguir, de 2015 a 2023, considerando um ano inteiro, os dias com registros de temperatura acima do padrão aumentaram. E todos os dias de 2023 apresentaram, ao menos, 1 °C acima do valor de referência do período pré-industrial (1850-1900).



TOP Studio

Fonte: ADELLE, G. Relatório aponta ano de 2023 como o mais quente do planeta desde 1850; entenda. *G1*, [s. l.], 16 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/noticia/2024/03/16/relatorio-aponta-ano-de-2023-como-o-mais-quente-do-planeta-desde-1850-entenda.ghtml>. Acesso em: 11 jul. 2024.

Como consequência direta do aumento da temperatura, as geleiras existentes na Antártica, no Ártico, na Groenlândia e no Alasca estão derretendo e se desprendendo dos continentes. Isso também ocorre com o gelo que cobria os cumes das montanhas mais altas do mundo, como as cordilheiras dos Andes, na América do Sul, do Himalaia, na Ásia Central, e o Monte Kilimanjaro, na África.

O aquecimento global não é um fenômeno recente. Diversos sinais de alerta já vinham sendo identificados, como o aumento dos períodos de secas, cada vez mais frequentes, o aumento da temperatura dos oceanos, provocando chuvas mais intensas, e a maior ocorrência de furacões, tufões e ciclones, que passaram a afetar várias regiões do planeta.

De fato, o clima está diferente. No Brasil, por exemplo, neste século XXI, tem se repetido a ocorrência de eventos climáticos extremos, como furacões, secas e inundações. Em março de 2004, no sul do país, tivemos o registro do primeiro furacão, batizado como Catarina, com ventos que chegaram a cerca de 180 km/h. Em 2024, as enchentes que ocorreram em mais da metade do estado do Rio Grande do Sul, gerando uma das maiores tragédias climáticas registradas no país, deixaram centenas de milhares de desabrigados e cerca de 200 pessoas mortas ou desaparecidas.

Questionamentos

1. No seu cotidiano e no lugar onde vive, você percebe os impactos das mudanças climáticas? Cite exemplos.
2. O que o tema das mudanças climáticas no planeta tem a ver com a Sociologia?



Capitalismo, desenvolvimento econômico e a questão ambiental

O uso dos recursos existentes na natureza, por meio da extração de minérios e de matérias-primas vegetais, faz parte, historicamente, da própria sobrevivência humana. A humanidade, mediante o trabalho, dominou a natureza a fim de colocá-la a seu serviço. Nesse processo, os seres humanos criaram tecnologias que permitiram o crescimento da população e a melhoria da qualidade de vida.

Porém, a exploração desenfreada, causando a destruição dos recursos naturais e a degradação do meio ambiente, está inserida na lógica histórica do capitalismo desde a Revolução Industrial, que impulsionou o desenvolvimento econômico por meio da evolução incessante dos instrumentos de produção.

A ideia de desenvolvimento que acompanha a Revolução Industrial até pouco tempo não havia sido colocada em questão pelos sociólogos, nem pelos governantes, nem pela população em geral. Por muito tempo, desenvolvimento foi sinônimo de progresso, de crescimento, de maior oferta de empregos, da possibilidade de consumo de novos produtos por camadas cada vez maiores da população. No capitalismo, essa ideia parece ilusória, em razão da grande desigualdade no acesso ao consumo existente entre as distintas classes sociais.

Esse tipo de visão da ideia de progresso não era exclusivo das nações capitalistas. O rápido desenvolvimento econômico da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), entre as décadas de 1920 e 1950, com a melhoria acentuada da qualidade de vida da sua população, parecia deixar claro que o desenvolvimento era um componente inquestionável e vital para a existência das diversas sociedades, independentemente de qualquer ideologia. O recente crescimento econômico da China acompanha, em parte, esse mesmo raciocínio.

Entretanto, a grande contradição que está por trás do desenvolvimento econômico sem freios das forças produtivas, segundo a visão mencionada, é a destruição da própria sociedade.

O desenvolvimento econômico da China alçou o país ao posto de nação do planeta com maior contribuição à emissão de gases responsáveis pelo aquecimento global, seguida pelos Estados Unidos.

Chinaim/Alamy/Fotoarena



Usina ao lado de movimentada rodovia na China, 2020.

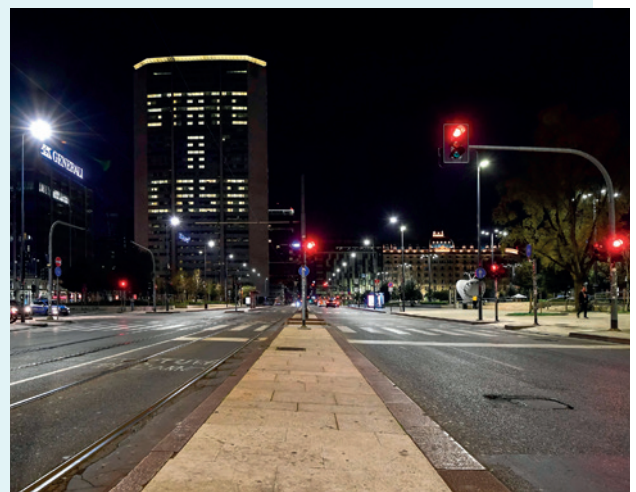
Falando nisso...

Poluição atmosférica durante a pandemia

Embora a degradação do meio ambiente seja um dos aspectos que contribuem para o surgimento de crises sanitárias, durante os anos em que passamos pela pandemia de covid-19, iniciada em 2020, observou-se uma diminuição mundial dos índices de presença de gás carbônico na atmosfera.

A Universidade de Toronto, no Canadá, divulgou, ainda em abril de 2020, um estudo que demonstrou a diminuição de 40% no nível de poluição em cidades populosas, como Milão (Itália), Seul (Coreia do Sul) e Xangai (China), entre outras. Isso ocorreu porque o isolamento social necessário para conter a pandemia levou a uma menor circulação de carros, motos e ônibus nas cidades, além da desaceleração do consumo e da produção industrial. O resultado foi a melhoria temporária da qualidade do ar que respiramos, ainda que apenas durante o tempo da crise sanitária, que perdurou até maio de 2023, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o fim do período considerado como de emergência de saúde pública no mundo.

Podemos afirmar, portanto, que a diminuição significativa dos índices de poluição durante a pandemia demonstra que a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera também está associada com o estilo de vida e os hábitos cotidianos das pessoas.



MIGUEL MEDINA/AFP/Getty Images

Ruas esvaziadas durante a pandemia de covid-19. Milão, Itália, 2020.



Desenvolvimento sustentável: uma alternativa?

A ampla degradação ambiental em curso se tornou uma preocupação crescente de forma mais acentuada a partir da década de 1970. Desde então, órgãos multilaterais vinculados à ONU, assim como diversos centros de pesquisa universitários, de diferentes países, têm se dedicado à temática ambiental por meio de pesquisas científicas. Os relatórios técnicos dessas pesquisas, por sua vez, serviram de base à formulação de projetos globais de políticas públicas que deveriam ser implementadas pelos diversos países para aliviar ou interromper o processo de destruição da natureza, que gera o desequilíbrio ambiental e coloca em risco as condições de vida da humanidade e dos demais seres vivos.

A primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, conhecida como Conferência de Estocolmo, por ter ocorrido na capital da Suécia, aconteceu ainda em 1972. Apenas em 1987, na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, é que surge o conceito de **desenvolvimento sustentável**. Segundo o documento publicado por essa comissão, que ficou conhecido como Relatório Brundtland, desenvolvimento sustentável significa

[...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991. p. 46.

DANIEL GARCIA/AFP/Getty Images



Representantes de diversos países em reunião durante a Eco-92. Rio de Janeiro (RJ), 1992.

- implicam a busca por um crescimento econômico sem agressão humana ao meio ambiente;
- significam um planejamento de longo prazo, comprometido com a qualidade de vida das próximas gerações;
- preveem a necessidade de um equilíbrio mútuo que envolve as questões ambientais, econômicas e sociais;
- propõem mudanças de comportamento da humanidade.

Assim, a partir da década de 1990, diversas conferências da ONU sobre o clima procuraram formular uma agenda global para apresentar políticas e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável, por parte de governos e grandes corporações empresariais, recomendando novas normas de comportamento em todos os níveis, inclusive para os indivíduos. No contexto dessas políticas ambientais, o destaque foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida como Cúpula da Terra, Rio-92 ou Eco-92, encontro mundial realizado no Rio de Janeiro, Brasil, cinco anos depois da publicação do relatório da ONU.

Procurando sintetizar esse debate, os pesquisadores Alexandre Feil e Dusan Schreiber afirmam que a noção de desenvolvimento sustentável abrange a implementação de estratégias e práticas que:

O aprofundamento de debates em relação ao desenvolvimento sustentável também resultou na formulação do conceito de **sustentabilidade**, que é a capacidade ou a condição de um sistema se manter com base em estratégias de desenvolvimento sustentável, tendo como preocupação central a satisfação das necessidades humanas e o seu bem-estar em equilíbrio com o meio ambiente.

Para esse fim, não há como dissociar o crescimento econômico de metas como o combate às desigualdades sociais e a eliminação da pobreza, de acordo com os relatórios da ONU publicados periodicamente sobre o tema. Nesse percurso, foram acordados, em setembro de 2015, na Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da ONU, aqueles que ficaram conhecidos como os **17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, que foram acompanhados por 169 metas que deverão ser atingidas até 2030. Entre os ODS, além de políticas que interrompam o processo de aquecimento global, destacam-se temas como o fim da fome, a erradicação da pobreza no mundo, a universalização do fornecimento de água e saneamento básico, a igualdade de gênero e outros.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU.

Diversos intelectuais, no entanto, assumindo uma postura crítica em relação a esses documentos publicados pela ONU, incluindo os 17 ODS, têm levantado ao longo dos últimos anos as seguintes questões: como pensar concretamente a noção de desenvolvimento sustentável? A lógica que está presente na destruição da natureza não seria a mesma lógica baseada na acumulação desenfreada do capital? Degradação ambiental e capitalismo não são coexistentes? Segundo esses pensadores, interromper a devastação do meio ambiente significa colocar freios à expansão do capitalismo. Para o filósofo húngaro István Mészáros (1930-2017), as opções são apenas duas: ou a humanidade aposta na construção de um novo modelo de sociedade, ou caminha para a sua autodestruição.

Na obra *O enigma do capital* (2010), o geógrafo britânico David Harvey (1935-) chama as ações humanas sobre a natureza – como a domesticação de animais, o desmatamento para agricultura, a construção de represas nos rios, entre outras – de “destruição criativa da terra”. Ao longo da história, esse processo teria produzido uma “segunda natureza”: a natureza remodelada pela ação humana. Entretanto, com o capitalismo, o crescimento dessa destruição criativa sobre a Terra tem aumentado intensamente nos últimos dois séculos.

Repare nos termos que Harvey utiliza: **destruição**, no sentido de acabar, aniquilar, exterminar; e **criativa**, no sentido de inventar, conceber, arquitetar. Ou seja, de acordo com o autor, há uma dupla ação dos homens sobre o meio ambiente.

Segundo Harvey, os dois principais agentes da nossa época que promovem a destruição criativa da Terra são o Estado e o capital, por mais que muitos outros agentes (como instituições e empresas) atuem na produção dessa segunda natureza. Ainda segundo o autor, as modificações no meio ambiente são cada vez mais impulsionadas em todo o planeta, principalmente no último século, pela busca incessante por lucros.

Se pensarmos em cidades e territórios que representam essa segunda natureza modificada pelos homens, podemos verificar que, por exemplo, a cidade de Detroit, nos Estados Unidos, é amplamente conhecida por ter sido transformada pela indústria automobilística; o Vale do Silício, na Califórnia, pelos computadores; Seattle, nos Estados Unidos, e Bangalore, na Índia, pelo desenvolvimento de *softwares*; Baviera, na Alemanha, pela engenharia automotiva; a chamada Terceira Itália, na região norte da Itália, pela microengenharia e por roupas de grife; Taipei, em Taiwan, pelo *chip* de computador e por eletrodomésticos.

Para ampliar

▼ Acesso

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

página das Nações Unidas no Brasil que destaca os ODS, suas metas e atividades que têm sido implementadas no país.

Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 16 jul. 2024.

▼ Questionamento

1. O que você acha da ideia de desenvolvimento sustentável? Dialogue com seus colegas a esse respeito, considerando as críticas apresentadas por Mészáros e Harvey.



Perspectivas e contribuições da Sociologia ambiental

No âmbito da Sociologia, a partir da década de 1970, os estudos das relações entre as diversas sociedades e o meio ambiente passaram a fazer parte do que se chamou de **Sociologia ambiental**.

Segundo os sociólogos Gustavo Ferreira da Costa Lima e Fátima Portilho, a Sociologia ambiental surgiu no contexto de movimentos que criticavam a depredação de recursos naturais e constatavam cientificamente as graves consequências ambientais dos processos de desenvolvimento econômico e do uso de tecnologias predatórias.

Portanto, esse campo de estudo não seria exatamente novo, pois reuniria preocupações manifestadas em estudos anteriores sobre o tema da ecologia humana e de áreas de pesquisa mais tradicionais da Sociologia, como a Sociologia urbana, a Sociologia do desenvolvimento e a que se dedica aos movimentos sociais, entre outras. Uma das pesquisadoras que se destacam nesses estudos no Brasil, a socióloga Selene Herculano, chama a nossa atenção para o fato de a Sociologia ambiental tratar as questões ambientais de forma integradora, utilizando o conhecimento acumulado e a produção científica de diversas disciplinas. Desse modo, segundo ela, determinada política pública, como o saneamento básico, passa a ser abordada também do ponto de vista da saúde coletiva e na perspectiva ambiental, e não somente nas dimensões mais tradicionais de estudos e pesquisas acadêmicas voltadas para a questão urbana.



Selene Herculano

Selene Herculano é graduada em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas, mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutora em Sociologia pelo antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Foi professora de Ciências Sociais e Metodologia de Pesquisa da Universidade Federal Fluminense. É uma das referências no Brasil no debate sobre a questão ambiental, tendo participado da organização das coletâneas *Justiça Ambiental e Cidadania* (2004) e *Racismo ambiental* (2018), além de ser autora das obras *Qualidade de vida e riscos ambientais* (2000) e *Meio ambiente: questões conceituais* (2000).



Ilustração da professora Selene Herculano.

Alexandre Siqueira

Cesar Diniz/Pulsar Imagens



Mudanças climáticas, desigualdades sociais e racismo ambiental

Uma perspectiva para analisar a questão do meio ambiente, do ponto de vista sociológico, é a percepção de que a poluição não é democrática, ou seja, ela não atinge todas as pessoas da mesma forma. Os mais pobres são os mais afetados pela exposição aos riscos ambientais, como podemos ver, cotidianamente, nas comunidades de baixa renda (favelas e regiões muito pobres), com moradias situadas em locais de risco, nas encostas das montanhas ou nas margens de rios poluídos, com ventilação inadequada, sem água potável ou saneamento básico, com esgoto correndo a céu aberto.

Moradias em local próximo a córrego poluído. São Paulo (SP), 2021.

Essa percepção de como os fenômenos climáticos atingem de forma desigual as classes sociais e das suas interseções raciais e de gênero vem sendo formulada no campo da Sociologia e do Direito, desde a década de 1980, sob o nome interdisciplinar de **Justiça Ambiental**.

O termo “justiça ambiental” diz respeito ao princípio de que nenhum grupo específico de indivíduos – com recortes étnicos, raciais, de gênero ou de classe – deveria ser obrigado a suportar de forma desproporcional os impactos causados pela degradação ambiental.

Essas reflexões levaram também à elaboração, em 1981, do conceito de **racismo ambiental**, pelo militante do movimento dos direitos civis estadunidense Benjamin Franklin Chavis Jr. (1948-), que atuou ao lado de uma liderança histórica bastante significativa e mundialmente conhecida, Martin Luther King Jr. (1929-1968). Em sua origem, o termo “racismo ambiental” é uma referência às desigualdades sociais que acarretam que pessoas negras sejam mais expostas aos desastres ambientais. O conceito deve ser entendido também como relacionado à discriminação racial presente na total ausência ou na falta de prioridades na elaboração e na implementação de políticas públicas de proteção ambiental a essas comunidades, sempre mais expostas a resíduos e produtos químicos poluentes e venenosos que degradam a região onde vivem, afetando as suas condições de saúde.

Perfil

Benjamin Chavis

Benjamin Franklin Chavis Jr. nasceu em Oxford, Carolina do Norte, Estados Unidos, em 1948. É ativista, escritor e jornalista. Chavis foi coordenador de juventude e assistente de Martin Luther King Jr., que o inspirou a trabalhar no movimento pelos direitos civis. Em sua militância no movimento, em 1970, Chavis ficou conhecido por liderar uma marcha em protesto, em Oxford, contra a absolvição de três homens brancos pelo assassinato de Henry D. Marrow, afro-americano veterano do Exército. Suas reflexões sobre a questão racial no contexto estadunidense contribuíram para a sua formulação do conceito de racismo ambiental.

Benjamin Chavis em evento em Atlanta, Estados Unidos, 2023.



Paras Griffin/Getty Images

Atualmente, podemos dizer que o conceito de racismo ambiental se estende para além da definição elaborada originalmente por Chavis Jr., relacionando-se a toda população mais pobre e de todas as etnias social e racialmente vulneráveis, residentes em áreas periféricas, como vemos no Brasil e em outras regiões do mundo.

Um exemplo ocorrido no Brasil foi o rompimento de duas barragens de rejeitos da exploração de minério de ferro, da mineradora Samarco, em novembro de 2015. O intenso fluxo de lama tóxica gerado pelos rompimentos destruiu completamente o distrito de Bento Rodrigues, no município de Mariana, Minas Gerais, além de todas as demais localidades que encontrou pelo caminho, deixando mais de 20 pessoas mortas ou desaparecidas. O Rio Doce também foi impactado, com a lama matando seus peixes e impedindo a distribuição de água potável para as cidades que ele banha, em Minas Gerais e no Espírito Santo. Entre as populações afetadas pelo desastre, estão as comunidades do povo indígena krenak, que utilizam a água do rio para beber, para a pesca e para a irrigação das suas plantações. É importante destacar que, além de atingir a população indígena, 84,5% das vítimas imediatas do rompimento criminoso ocorrido em Mariana eram negras – o que reforça a importância e a pertinência do conceito de racismo ambiental.

Agência Brasil/Alamy/Fotoarena



Moradias destruídas pela lama. Mariana (MG), 2015.

Para ampliar

▼ Leia

Racismo ambiental é uma realidade que atinge populações vulnerabilizadas, de Patrick Fuentes, 9 dez. 2021. Matéria em que o professor Marcos Bernardino de Carvalho reflete sobre o racismo ambiental. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/racismo-ambiental-e-uma-realidade-que-atinge-populacoes-vulnerabilizadas/>. Acesso em: 16 jul. 2024.

Universidade Federal Fluminense: Racismo ambiental, o que é isso?, de Selene Herculano, 2006. Artigo sobre o conceito de racismo ambiental. Disponível em: https://www.professores.uff.br/seleneherculano/wp-content/uploads/sites/149/2017/09/Racismo_3_ambiental.pdf. Acesso em: 16 jul. 2024.

O fato de o racismo ambiental, atualmente, afetar as populações periféricas espalhadas pelos continentes tem uma relação histórica direta com a expansão europeia iniciada no final do século XV, que teve como base de sustentação o colonialismo e a escravização de diversos povos, tanto das populações ameríndia e asiática quanto, e principalmente, de sociedades africanas sequestradas à força da África para as Américas. De acordo com o filósofo e cientista político Malcom Ferdinand (1985-), nascido na Martinica, no Caribe, não há como dissociar esse processo de dominação e opressão europeia da destruição ambiental desenvolvida desde então.

Recusando-se a separar a história colonial da história ambiental do mundo, Ferdinand defende a bandeira de uma **ecologia decolonial**, ou seja, a necessidade de que o movimento ambientalista não negligencie as colonizações históricas e o racismo estrutural contemporâneo em suas pautas de reivindicações, que, segundo ele, são centrais para a forma como ocorre a destruição da Terra.

Ferdinand entende que o debate ambiental, necessariamente, precisa considerar o processo de escravização e colonização dos diversos povos não europeus, assim como a racialização das mulheres ameríndias e africanas. Para o pesquisador, a ecologia decolonial faria a articulação desse necessário confronto das questões ecológicas presentes no mundo contemporâneo com uma emancipação colonial, resgatando um outro tipo de ecologia, focada naqueles que foram “deslocados pelos tráficos europeus”. Por manter uma linha de continuidade com a ecologia originária das comunidades africanas e ameríndias, esse tipo de ecologia teria uma perspectiva decolonial.

Assim, Ferdinand conclui:

A urgência de uma luta contra o aquecimento global e a poluição da Terra insere-se na urgência das lutas políticas, epistêmicas, científicas, jurídicas e filosóficas, visando *desfazer* as estruturas coloniais do viver-junto e das maneiras de habitar a Terra que mantêm as dominações de pessoas racializadas, particularmente das mulheres [...].

FERDINAND, M. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora, 2022. p. 34.

Como se vê, abordar o tema **meio ambiente**, portanto, não significa apenas a preocupação com a possível extinção de espécies animais e vegetais. Trata-se de um tema relacionado à qualidade de vida de toda a população, que envolve a organização da cidade, o transporte, a saúde pública e a alimentação das famílias. Trata-se de um tema relacionado à própria história de construção do mundo capitalista e da lógica desenvolvimentista que orientou sua expansão pelo mundo.

Pelo que você também já deve ter percebido, as preocupações ambientais não se iniciaram com o relatório dos cientistas do clima que anunciava o aquecimento global, mas remontam, por exemplo, ao desmatamento das margens dos rios e ao surgimento e crescimento sem planejamento das cidades, com a proliferação de inúmeras doenças causadas pelos dejetos humanos e pelo acúmulo de lixo sem tratamento adequado.



▼ Questionamentos

1. Você sabe onde, na sua cidade, são depositados os lixos químicos, hospitalares e/ou radioativos? Eles recebem tratamento adequado?
2. Quais são os principais problemas ambientais no lugar onde você mora? Identifique-os e reflita sobre possíveis soluções.



Antropoceno: estamos vivendo em uma nova era geológica?

A urgência climática na qual estamos inseridos, como habitantes da Terra, tem levado diversos cientistas, de distintas áreas do conhecimento, à compreensão de que estaríamos vivendo uma nova, ameaçadora e perigosa era geológica. Essa nova etapa da evolução do sistema terrestre tem recebido o nome de **Antropoceno** – etimologicamente, do grego *anthropo* (“homem”) e *ceno* (“novo, recente”).

O termo surgiu em 2000 no meio das geociências, difundindo-se nas diversas mídias nos anos que se seguiram, para além dos fóruns de discussão mais específicos. Apesar de a primeira utilização do termo ser relativamente remota – feita pelo geólogo soviético Aleksei Pávlov (1854-1929), em 1922, para identificar a primeira evolução dos seres humanos, há aproximadamente 160 mil anos –, seu uso atual se deve ao químico atmosférico neerlandês Paul J. Crutzen (1933-2021), com outros pesquisadores da ciência do clima.

Em um debate durante um encontro internacional ocorrido no México, em 2000, Crutzen questionou e rebateu cientistas que se referiam ao tempo geológico atual como ainda sendo o Holoceno – etimologicamente, derivado do grego *holos* (“inteiro, total”) –, que se estima ter se iniciado há cerca de 11,5 mil anos, com o surgimento e o desenvolvimento da humanidade. O pesquisador chamou a atenção de todos os presentes para o fato de que deveríamos nos referir à nossa era por um nome mais preciso, que ele chamou de Antropoceno.

O debate não é consensual entre os pesquisadores. Há quem continue entendendo que vivemos no Holoceno. Outros diversos cientistas, como Crutzen, têm defendido, por sua vez, que o Holoceno já teria sido superado por essa nova época geológica. A razão central para essa mudança é exatamente o desequilíbrio ambiental provocado pelas ações e intervenções dos seres humanos no planeta desde as revoluções industriais do século XIX.

Assim, alguns cientistas entendem que o Antropoceno deve ser compreendido em duas etapas: a primeira, da Era Industrial até o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945; e a segunda, de 1945 até os dias de hoje. A principal característica da primeira etapa tem como referência os níveis de gás carbônico na atmosfera terrestre, que ultrapassaram, com as revoluções industriais, todos os índices presentes anteriormente no Holoceno. Já a segunda etapa tem sido reconhecida por esses cientistas do clima como o momento da chamada “grande aceleração”, quando teria se iniciado a mais rápida e abrangente transformação nas relações entre os seres humanos e a natureza, provocada por um crescimento econômico exponencial associado a uma devastação ambiental de enormes e (praticamente) irreversíveis proporções.

O debate sobre o Antropoceno não se restringe aos parâmetros da ciência eurocêntrica. Povos e comunidades tradicionais, com diferentes modos de vida e visões de mundo, como os indígenas, também elaboram reflexões e contribuições sobre o tema. O intelectual indígena brasileiro Ailton Krenak (1953-), por exemplo, tem alertado, em suas diversas reflexões, sobre a necessidade de mudanças urgentes nas relações que vêm sendo estabelecidas pelos seres humanos com a natureza. Segundo Krenak, somente a constatação de que a intervenção destrutiva da humanidade no planeta Terra teria sido capaz de nomear uma nova era geológica, como o Antropoceno, já deveria servir como um alarme, pela “carga pesada” que representa a destruição da natureza às custas da transformação de todas as formas de vida em mercadoria. Assim, para ele, é necessário que a humanidade reconheça, enquanto há algum tempo, o “abismo” no qual ela tem se precipitado, o desastre que já está anunciado neste tempo em que vivemos, comprometendo, de forma praticamente irreversível, as futuras gerações.



LAERTE. Antropoceno - Temporada final. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 16 nov. 2023. Disponível em: <https://cartum.folha.uol.com.br/charges/2023/11/16/laerte.shtml>. Acesso em: 29 ago. 2024.

Para ampliar

Leia

Ideias para adiar o fim do mundo, de Ailton Krenak (Companhia das Letras, 2019). De um ponto de vista indígena sobre o futuro do planeta, Krenak reflete criticamente sobre a relação da humanidade com a natureza e coloca em debate diversas questões presentes em nosso tempo, incluindo o conceito de Antropoceno.



Companhia das Letras

Perfil

Ailton Krenak

Ailton Krenak nasceu em 1953, em Itabirinha, Minas Gerais. Indígena da etnia krenak, é um importante ativista do movimento ambientalista dos direitos indígenas e organizador da Aliança dos Povos da Floresta. É doutor *honoris causa* pela Universidade Federal de Minas Gerais e pela Universidade Federal de Juiz de Fora, além de Comendador da Ordem de Mérito Cultural da Presidência da República. Em 2024, tornou-se o primeiro indígena eleito para ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras (ABL). Suas obras principais são: *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019), *A vida não é útil* (2020), *O amanhã não está à venda* (2020) e *Futuro ancestral* (2022).



Ailton Krenak em cerimônia de posse na ABL. Rio de Janeiro (RJ), 2024.

MAURO PIMENTEL/AFP/Getty Images

Saberes em foco

“Segurar o céu”

Nós, povo Yanomami, conhecemos há muitos anos, mais de quinhentos anos, o que nosso pai colocou como *Hutukara*. *Hutukara* é uma terra, o branco chama de “mundo”, outros falam a palavra “universo”. [...]

Para nós, indígenas, a *Hutukara* sustenta nossa fome, sustenta a nossa comida. A comida vem de onde? A comida vem da *Hutukara*. A nossa mãe, o nosso pai trabalham por ela, plantam a alimentação, e a *Hutukara* deixa nascer e crescer para a gente comer. O pensamento yanomami é diferente, não podemos destruir. Destruir e ameaçar a terra para nós não é bom. Nós temos que respeitar porque a *Hutukara* é igual nós, ela está viva. Ela que cuida de nós, ela que dá a alimentação, dá a água, e essa água é uma vida. A *Hutukara*, ela cuida da nossa água para beber, para tomar banho, para fazer comida, lavar roupa e outras coisas.

GOMES, A. M. R.; KOPENAWA, D. O cosmo segundo os yanomami: *hutukara* e *urihi*. *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, v. 22, n. 1-2, 2015. p. 146-147.

Os povos indígenas anunciam a crise climática há muito tempo. Por serem os guardiões ancestrais das florestas, são vozes importantes e indispensáveis para esse debate. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*, publicado originalmente em francês em 2010, é um livro emblemático nesse sentido. Nele, o líder xamã e ativista ambiental Davi Kopenawa (1956-) apresenta ao antropólogo francês Bruce Albert (1952-), por meio de um testemunho autobiográfico, a **cosmologia**, isto é, a teoria de mundo dos povos yanomami.

De acordo com a cosmologia ianomâmi, os espíritos *xapiri* são defensores da natureza, responsáveis por protegê-la contra as ações predatórias provocadas por garimpeiros, madeireiros, fazendeiros e grileiros, o “povo da mercadoria”, conforme define Kopenawa. Os espíritos *xapiri* “seguram o céu”, impedindo que ele caia, em consequência dessas intervenções predatórias. É importante ressaltar que, para os povos indígenas, não há uma cisão entre cultura e natureza.

Assim, é preciso “ouvir a terra”, como sugere em suas obras o artista indígena Gustavo Caboco (1989-), do povo wapixana, e compreender os povos da floresta como especialistas em biodiversidade.

Marcos Amend/Pulsar Imagens



Davi Kopenawa em aldeia ianomâmi. Barcelos (AM), 2019.



1. (Enem – 2023)

Txai Suruí, liderança da Juventude Indígena, profere seu discurso na abertura da COP-26

“O clima está esquentando, os animais estão desaparecendo, os rios estão morrendo e nossas plantações não florescem como no passado. A Terra está falando: ela nos diz que não temos mais tempo.”

VICK, M. Quais são as conquistas do movimento indígena na COP-26. Disponível em: www.nexojournal.com.br. Acesso em: 10 nov. 2021 (adaptado).

O discurso da líder indígena explicita um problema global relacionado ao(à)

- a) manejo tradicional.
- b) reciclagem residual.
- c) consumo consciente.
- d) exploração predatória.
- e) reaproveitamento energético.

2. Sobre a noção de desenvolvimento sustentável:

- a) O que ela significa e como se relaciona com o capitalismo?
- b) Quais são as críticas apresentadas pelos autores István Mészáros e David Harvey a essa noção?

3. Leia o trecho da reportagem e responda ao que se pede.

O Brasil abriga 11.403 comunidades informais, onde aproximadamente 16 milhões de indivíduos residem em cerca de 6,6 milhões de residências, conforme dados preliminares do Censo Demográfico 2022, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este resultado representa um aumento de cerca de 40% na quantidade de brasileiros vivendo nessas condições na última década. “O Censo Demográfico de 2010 registrou 11,426 milhões de habitantes em comunidades informais naquele ano. Atualmente, a Sol Nascente, localizada em Brasília, é a comunidade mais populosa do país, com 87.184 residentes, enquanto a Rocinha, no Rio de Janeiro, que liderava o ranking em 2010, agora ocupa o segundo lugar em 2022, com 67.199 moradores. [...]”

Os dados mostram o quanto podemos ver da forma sistêmica, mesmo em diferentes lugares do Brasil, que a organização da pobreza se dá sob o mesmo ambiente urbano: as favelas. O conceito de [...], forjado a partir da tese “raça e território”, trouxe à tona a interseção entre discriminação racial, questões territoriais e ambientais.

MIGUEL, H. Racismo ambiental existe. *Le Monde Diplomatique Brasil*, [São Paulo], 23 jan. 2024. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/racismo-ambiental-existe/>. Acesso em: 29 ago. 2024.

- a) A qual importante conceito da Sociologia Ambiental o texto faz referência?
- b) Explique como esse conceito se relaciona com as comunidades informais descritas no texto.

4. Observe as imagens da geleira Perito Moreno em Calafate, Argentina, em 1928 (acima) e 2008 (abaixo). Explique o que é antropoceno e como as mudanças na paisagem retratada podem ser relacionadas a ele.



Salesian Museum/Greenpeace/ZUMA Press/Imagopius



5. Reveja os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e escolha um deles para elaborar um “projeto de lei”. Pesquise na internet a estrutura de um projeto de lei e desenvolva uma proposta de política pública a ser implementada em nível municipal, estadual ou federal buscando o cumprimento do objetivo escolhido.

Cidadania e direitos no mundo e no Brasil contemporâneos

Em 8 de janeiro de 2023, uma multidão de brasileiros se dirigiu até a Praça dos Três Poderes em Brasília (DF) e invadiu as sedes das principais instituições da República brasileira. Dentro do Palácio do Planalto (sede da Presidência da República), do Congresso Nacional (sede do Poder Legislativo) e do Supremo Tribunal Federal (órgão máximo do Poder Judiciário), os manifestantes destruíram móveis, relíquias históricas e símbolos da República.

Gabriela Biló/Folhapress



A maioria dos manifestantes se mostrava indignada com o resultado das eleições presidenciais de 2022, contestava a validade do pleito e reivindicava que o candidato não eleito fosse conduzido à presidência por meio de uma intervenção militar. Os atos de 8 de janeiro foram interpretados juridicamente como uma tentativa de golpe contra a democracia, e várias pessoas foram presas, não apenas por causarem danos ao patrimônio público, mas por conspirarem contra as instituições democráticas.

Como estudaremos ao longo deste capítulo, desde a instauração da República no Brasil, em 1889, a democracia foi parcialmente praticada e totalmente suspensa em vários momentos da história. Por esse motivo, muitos analistas argumentam que uma parcela grande da população brasileira ainda é pouco acostumada ao exercício da cidadania e tem pouco apreço pelos princípios e instituições democráticas, recorrendo facilmente ao autoritarismo.

Manifestante quebrando janela do Palácio do Planalto durante os atos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília (DF).

Questionamentos



1. O que você entende pelo termo **democracia**?
2. Você concorda com a afirmação de que os brasileiros têm pouca familiaridade com os princípios democráticos?
3. Qual é a relação entre o episódio de 8 de janeiro de 2023 e o autoritarismo?

Para ampliar

Assista

8 de janeiro: o dia que abalou o Brasil (2023, 69 min). Documentário da *BBC News Brasil* sobre o episódio de 8 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MxciQQRUMNk>. Acesso em: 19 jul. 2024.

Leia

Sobre o autoritarismo brasileiro, de Lilia Moritz Schwarcz (Companhia das Letras, 2019). Livro que investiga as raízes históricas e a permanência do autoritarismo entre os brasileiros, procurando explicar por que somos uma nação mais excludente do que inclusiva.



Uma breve história da cidadania

A cidadania tem uma “pré-história”. Na Grécia Antiga, **cidadão** era o nome dado ao membro da **cidade**. Os cidadãos gregos eram aqueles responsáveis pela coletividade, com o poder de atribuir e distribuir os postos ligados a funções públicas, envolvendo, por exemplo, a justiça e a política. Portanto, os cidadãos cuidavam da administração da cidade-Estado grega, a pólis. Vem daí o termo **política**, que significava a “intenção de se cuidar bem da pólis, da cidade”.

Não estamos aqui preocupados em discutir exatamente como era o funcionamento de uma cidade-Estado grega ou de outros povos da Antiguidade, porque a ideia de “cidade-Estado” difere muito do que seriam as cidades contemporâneas. Queremos ressaltar a origem dessas palavras, utilizadas até hoje.

Quando falamos em “pré-história” da cidadania, existe um motivo para isso. Como chamamos a atenção, o **cidadão** é aquele que possui e goza de determinados **direitos**. Ter direitos significa ter a capacidade e a autonomia para usufruir de determinados benefícios legais garantidos pelo Estado aos seus habitantes, como ser possuidor de documentos, tais como certidão de nascimento, carteira de identidade, título de eleitor e carteira de motorista.

Poder ter acesso a esses documentos são **direitos civis** de cada pessoa. O termo **civil** deriva do latim *civitas*, que também significa “cidadão ou o habitante da cidade”. No Brasil, a certidão de nascimento é um direito adquirido logo ao nascer; já a carteira de identidade só é adquirida posteriormente. A carteira de motorista, no entanto, somente pode ser obtida aos 18 anos. É nessa idade que o indivíduo começa a adquirir o que chamamos de **cidadania plena**, ou seja, a capacidade legal de responder pelos próprios atos diante das autoridades públicas.

Voltando ao que comentamos antes: na Grécia Antiga, poucos eram os indivíduos que tinham acesso a uma cidadania plena. Na verdade, somente aqueles que eram homens gregos, adultos e, em alguns casos, proprietários de terras detinham o poder de decidir os rumos da cidade. Estavam excluídos da cidadania grega as mulheres, os jovens, os pobres, os estrangeiros e, é claro, os escravizados.

Essa “cidadania restrita” também era característica dos primórdios da Roma Antiga, onde somente aqueles que eram considerados nobres – os patrícios – acumulavam direitos, tais como a propriedade da terra e o usufruto do poder político. Já os não nobres – os plebeus – provocaram diversas revoltas contra o poder constituído, para que tivessem acesso a alguns direitos. Eles até conseguiram, mas sempre de maneira restrita. No entanto, só o fato de os plebeus terem conseguido o acesso a alguns direitos já faz de Roma uma sociedade mais aberta do que a aristocrática Grécia.

O nascimento da cidadania moderna

Em 1789, a Revolução Francesa, que foi um marco para a história dos direitos e da cidadania, deu origem a uma Constituição elaborada pelos revolucionários. O documento era intitulado *Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão* e dizia, entre outras coisas, que “todos nascem livres e são iguais perante a lei”. O lema da Revolução Francesa era **liberdade, igualdade e fraternidade**. No entanto, a revolução não era de todos: tratava-se de uma revolução burguesa, na qual uma classe social em ascensão, já economicamente muito poderosa, começava a adquirir também o poder político, passando a governar a nação francesa e, em consequência, ter mais direitos do que o restante do povo trabalhador. Não é à toa que um dos mais importantes **direitos do homem e do cidadão** era o direito à propriedade – que poucos detinham.



No sistema político da Grécia Antiga, as decisões eram tomadas por cidadãos em assembleias como a retratada na imagem.



Museu Nacional dos Países Baixos, Amsterdã

Philipp von Foltz.
A Era de Péricles,
1852. Impressão,
9,8 cm × 12 cm.

A história das etapas da Revolução Francesa mostra o quanto a luta pelos direitos dos indivíduos custou muitas vidas. Na maior parte do tempo, a alta burguesia fez valer sua força e exerceu o poder com mãos de ferro. Um exemplo era o direito de eleger os governantes da nação, em substituição à realza: foi um direito universal praticado por muito pouco tempo, no período do governo jacobino. Durante quase todo o processo de revolução, o voto era censitário, ou seja, restrito a quem tinha determinada renda e propriedades.

De qualquer forma, a Revolução Francesa, assim como aquelas que ocorreram anteriormente, as revoluções inglesas, no século XVII, e a estadunidense, também no século XVIII,

fornecheram os alicerces da cidadania das sociedades contemporâneas. Ideias como o respeito aos direitos dos indivíduos, de liberdade e de igualdade entre todos puderam ser almeçadas com mais intensidade com base nessas experiências concretas.

Capitolo dos Estados Unidos, Washington



Howard Chandler Christy. *Momento da assinatura da Constituição dos Estados Unidos*, 1940. Óleo sobre tela, 6,09 m x 9,14 m.

A obra retrata a assinatura da Primeira Constituição dos Estados Unidos, ocorrida em 1787. A carta constitucional estadunidense passou por várias emendas nos anos seguintes e foi um documento importante para a garantia de direitos civis, como a liberdade de expressão e a liberdade religiosa. Apesar disso, ela não mencionava a escravidão, abolida naquele território apenas em 1865.

Questionamento

1. Observando a obra *Momento da assinatura da Constituição dos Estados Unidos*, o que as pessoas retratadas na cena têm em comum? Há mulheres e pessoas negras presentes na cena?



Essas revoluções foram verdadeiros “laboratórios” para as principais ideias defendidas por pensadores iluministas, como o inglês John Locke (1632-1704), o suíço Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e os franceses Montesquieu (1689-1755) e Alexis de Tocqueville (1805-1859). Esses filósofos serão estudados mais detidamente no próximo capítulo, quando serão abordadas as teorias e as origens do Estado Moderno. Suas obras serviram de referência para aquele momento da história e fornecem a base para as ideias que regem a sociedade em que vivemos. O grande obstáculo a uma igualdade de fato, como veremos a seguir, foi o conjunto de interesses distintos e conflitantes entre os seres humanos, de acordo com sua posição social na organização da sociedade capitalista.



Direitos civis, políticos e sociais

Alguns pensadores entendem a história da sociedade capitalista como uma história marcada pela evolução dos direitos do ser humano, de caráter irreversível. Entre esses autores está o sociólogo inglês T. H. Marshall (1893-1981).

Tomando a Inglaterra como modelo, T. H. Marshall procurou mostrar que, desde o século XVIII, teria acontecido uma “ampliação progressiva” da cidadania. Primeiro, no século XVIII, teriam se constituído os **direitos civis**, relacionados à liberdade individual e às relações de trabalho. Depois, no século XIX, a cidadania passou a compreender os **direitos políticos**, ou seja, os trabalhadores passaram a ter o direito de participar do exercício do poder político. Por fim, já no século XX, o Estado de Bem-Estar Social inglês significou a conquista dos **direitos sociais**, que deram acesso universal à distribuição da riqueza produzida no país, por meio da elaboração de políticas sociais.

Falando nisso...

A experiência do Estado de Bem-Estar Social nos países capitalistas

T. H. Marshall estudou a formação do Estado de Bem-Estar Social – o *Welfare State* –, considerado, durante parte do século XX, um exemplo de que o capitalismo era o sistema econômico, político e social ideal, capaz de garantir verdadeiramente a prosperidade e uma vida segura, livre e igualitária para todos os seus cidadãos.

Entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da década de 1970, os países capitalistas mais avançados, então chamados de “primeiro mundo”, conheceram níveis de progresso e de riqueza nunca vistos antes. E o Estado era o principal responsável por prover a subsistência digna dos seus cidadãos, garantindo para todos educação e saúde públicas, saneamento, transporte, rede de energia elétrica. O Estado de Bem-Estar, portanto, tinha como objetivo a garantia de pleno emprego, salários dignos e acesso a direitos para todos os indivíduos.

Ao lado dessas políticas sociais de caráter geral e universalizantes, havia também a preocupação política no sentido de que a população acompanhasse de alguma forma a gestão pública, por meio do aprofundamento da democracia como regime de governo, com partidos políticos representativos, inclusive organizados por trabalhadores vinculados a sindicatos.

A experiência inglesa do Estado de Bem-Estar Social durou cerca de 30 anos. Por esse motivo, o período foi chamado de os “Trinta Anos Gloriosos” do capitalismo.

O movimento de pessoas nessa rua comercial de Londres reflete o poder de compra da população no período. Inglaterra, cerca de 1965.



Michael Poulam/Getty Images

Nesse percurso social e histórico que foi objeto de reflexão de T. H. Marshall, é importante destacar que o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e a consequente criação da Organização das Nações Unidas (ONU) levaram à elaboração de um documento fundamental para a atualização e a reafirmação dos direitos de cidadania em um mundo traumatizado pelos horrores recentes da guerra. Trata-se da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, aprovada pela ONU em dezembro de 1948. O documento, que se inicia com a afirmação “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos” (art. 1º), assume a condição de um tratado que servirá de referência para a elaboração de todas as constituições nacionais dos países ocidentais que procuraram consolidar regimes baseados na democracia representativa, ou seja, na adoção do sufrágio universal como método de controle do poder político por parte dos cidadãos.

O conceito de **direitos humanos** que é afirmado nesse processo, diferentemente da definição mais genérica baseada no Iluminismo dos séculos XVII e XVIII, especificava que os direitos dos indivíduos deveriam ser exercidos sem “distinção de qualquer espécie” (art. 2º) e implicava o enfrentamento de quaisquer formas de discriminação – em relação a classe social, etnia, raça, orientação sexual e religião, assim como a posicionamento ou opinião política. Na prática, essas discriminações continuaram ocorrendo no mundo. O documento da ONU, no entanto, é uma referência, um parâmetro que serve de modelo para a construção da cidadania e dos direitos.



Fotosearch/Getty Images

Eleanor Roosevelt (1884-1962), ex-primeira-dama dos Estados Unidos e presidente da Comissão de Direitos Humanos da ONU, segura cópia da *Declaração Universal*. Nova York, Estados Unidos, c. 1947.

Para ampliar

▼ Leia

O que são direitos humanos, de João Ricardo W. Dornelles (Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1990). Obra introdutória que explora os conceitos fundamentais dos direitos humanos em linguagem acessível.



Tomando como ponto de partida a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, nas décadas seguintes diversos documentos e convenções da ONU deliberaram quanto à identificação mais precisa de direitos humanos, contribuindo para a elaboração de políticas nesse sentido por cada Estado Nacional. Dessa forma, o direito internacional estabelecido pelas Nações Unidas, seguindo a linha traçada nessa nova conjuntura Pós-Guerra, ainda em 1948, levou a organização a deliberar e propor políticas de prevenção e repressão ao crime de genocídio, bem como políticas voltadas para a eliminação de todas as formas de discriminação racial (em 1965) e discriminação contra as mulheres (em 1979).

Em 1984, aprovou-se a Convenção Contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Depois, em 1989, foi a vez de os países-membros da ONU aprovarem os termos da Convenção sobre os Direitos da Criança. Em 2006, por fim, foram expressos internacionalmente os princípios que devem proteger os direitos das pessoas com deficiência.

Hoje, há teóricos do Direito que consideram que a classificação elaborada por Marshall na década de 1960 não atenderia mais às necessidades dos cidadãos em relação às suas demandas por direitos humanos. Assim, defendem uma nova classificação, que ordenaria os direitos em cinco gerações diferentes. Essa nova classificação foi denominada **teoria das gerações dos direitos fundamentais**. As gerações correspondem a determinados direitos, da seguinte forma:

- Direitos de **primeira geração**: direitos relacionados às lutas históricas da humanidade, correspondendo aos **direitos civis e políticos**. Os teóricos liberais defendem que esses direitos estão relacionados à **liberdade** do indivíduo, citando como exemplos os direitos à vida, à segurança e à propriedade.
- Direitos de **segunda geração**: correspondem aos **direitos sociais e coletivos**, relacionados à defesa da **igualdade** e vinculados diretamente ao período histórico de surgimento do Estado de Bem-Estar Social. Podemos citar como exemplos os direitos à educação, à saúde e ao trabalho.
- Direitos de **terceira geração**: direitos voltados para a humanidade como um todo. Um bom exemplo é a defesa do meio ambiente, pois sua degradação afeta o planeta inteiro. Podem ser incluídas também como direitos de terceira geração as leis de proteção de crianças e adolescentes e de preservação de tudo que pode ser considerado patrimônio histórico e cultural da humanidade – mesmo que pertença à história de determinado povo ou nação.

Fala-se também em direitos de **quarta** e de **quinta gerações**. Estes, no entanto, são mais controversos e carecem de definições precisas por parte dos teóricos voltados para o tema. Entre os de quarta geração, por exemplo, estão relacionados os direitos à informação e à democracia. Outros remetem a quarta geração de direitos às questões éticas que envolvem, por exemplo, a utilização de técnicas de manipulação genética.

Por fim, os direitos de quinta geração seriam aqueles voltados para a realidade “virtual”, ligados ao avanço tecnológico proporcionado pela informática e pela cibernética e às questões éticas envolvidas na circulação de informações e imagens nas redes sociais. Dessa forma, nenhum indivíduo poderia sofrer exposição pública de sua imagem sem sua prévia autorização expressa, por exemplo. Trata-se de um direito individual, portanto. Em um campo oposto, o jurista paraibano Paulo Bonavides (1925-2020), de grande reconhecimento na área do Direito, defende “o direito da humanidade à paz” como representante da quinta geração – neste caso, Bonavides propõe a redefinição de um direito que é considerado de terceira geração.

O Marco Civil da Internet, aprovado no Congresso Nacional em 2014, garante a privacidade e a proteção de dados pessoais, mas também autoriza a disponibilização de dados mediante ordem judicial em caso de investigações de crimes cometidos nas redes.

Senadores e representantes da sociedade civil comemoram a aprovação do Marco Civil da Internet no plenário do Senado Federal. Brasília (DF), 2014.



Joel Rodrigues/Folhapress

Direitos sociais e cidadania em tempos de neoliberalismo

Como estudamos no Capítulo 8, a partir dos anos 1970, os países capitalistas ocidentais passaram por uma grave crise econômica, que colocou em risco o modelo de desenvolvimento existente, baseado na exploração industrial do petróleo como combustível. Os teóricos capitalistas, que desde a Segunda Guerra Mundial criticavam o Estado de Bem-Estar por ser extremamente dispendioso e contrário ao que julgavam serem as leis naturais da economia, viram nessa nova conjuntura a chance de colocar em prática suas ideias.

Inspirados e assessorados por pensadores neoliberais, como o alemão Friedrich Hayek (1899-1992) e o estadunidense Milton Friedman (1912-2006), novos governantes foram eleitos prometendo reformas econômicas que afastassem os países mais ricos da crise. Assim, em 1979, a Inglaterra escolheu Margaret Thatcher (1925-2013) como primeira-ministra e, em 1980, os Estados Unidos elegeram Ronald Reagan (1911-2004) como presidente. Inaugurava-se uma nova era, na qual as conquistas sociais e trabalhistas do *Welfare State* começaram a ser desmontadas. Passamos, desde então, a viver sob a hegemonia do **neoliberalismo**.

A chegada ao poder político, nos países europeus e nos Estados Unidos, dos defensores do pensamento neoliberal determinou a execução de cortes de gastos que afetaram políticas sociais fundamentais, como os financiamentos da saúde e da educação públicas.

As políticas neoliberais implicaram também a redução drástica de direitos trabalhistas, que precisaram se adequar à etapa de acumulação flexível da economia capitalista, incidindo inclusive nas condições de aposentadoria dos trabalhadores em geral, que passaram a experimentar um processo de precarização crescente.

A reação da classe trabalhadora ocorreu em diversos países europeus, com a organização de manifestações de protestos gerais, além de greves nos serviços públicos.

Ao lado da população negra estigmatizada dos subúrbios, a classe trabalhadora europeia mais tradicional também tem atravessado momentos de precarização das condições de vida, agravadas pelas políticas de reforma previdenciária. Na Alemanha, por exemplo, em 2007, uma reforma estabeleceu a elevação progressiva da idade de aposentadoria de 65 para 67 anos, definindo também uma idade mínima para solicitar esse benefício. Já na França, houve reforma similar em 2010, acrescida do aumento do tempo de contribuição previdenciária de 40 para 43 anos, a ser implementado gradualmente até 2035.

Alguns exemplos das reações da classe trabalhadora foram os protestos que abalaram os subúrbios da França no final de 2005, em imagens que correram o mundo, configurando a maior revolta urbana no país desde maio de 1968. Naquele contexto, o amplo processo de empobrecimento atingiu de forma bastante grave a população periférica, sobretudo os descendentes de imigrantes africanos, oriundos das ex-colônias francesas, vítimas de crescentes ações racistas e de xenofobia.



THOMAS COEX/AFP/Getty Images

Ginásio localizado em Clichy-sous-bois, subúrbio de Paris, destruído por um incêndio no contexto da onda de protestos na França, em novembro de 2005.

Para ampliar

Assista

Eu, Daniel Blake, direção de Ken Loach (Sixteen Films/Why Not Productions/Wild Bunch, 2016, 100 min). O viúvo Daniel Blake, marceneiro de 59 anos de idade, enfrenta diversas dificuldades ao recorrer ao serviço público de assistência social britânico após sofrer um ataque cardíaco. O filme retrata com fidelidade a precarização de um dos maiores exemplos de sucesso do Estado de Bem-Estar Social europeu do pós-Segunda Guerra.





Esse processo de reforma em curso gerou uma grande mobilização por parte dos sindicatos franceses, que paralisaram o país diversas vezes. Em março de 2023, no décimo dia de greve geral nacional, em um movimento iniciado em janeiro, milhares de manifestantes foram às ruas, com a repetição de diversas cenas de violência no confronto com as forças policiais. Em maio de 2023, 20 mil trabalhadores tomaram as ruas de Bruxelas, na Bélgica. No mesmo período, em Genebra, Suíça, a paralisação foi dos aeroviários, assim como em Berlim, em Lisboa e em outras capitais; na Romênia, houve paralisação dos professores. Todos esses movimentos tiveram como pauta a melhoria das condições de trabalho, precarizadas pelas políticas de austeridade de cunho neoliberal implementadas nos países europeus.

Manifestação de aposentados e pensionistas contra o aumento do custo de vida e reformas nas regras. Porto, Portugal, 2023.

A cidadania no Brasil: uma “corrida de obstáculos”

Podemos dizer que a construção da cidadania no Brasil tem um longo e tortuoso caminho, desde a independência de Portugal, em 1822, até os dias de hoje.

Durante o regime monárquico brasileiro, no século XIX, praticamente não se pôde falar em direitos. O voto, por exemplo, tinha caráter censitário: somente homens adultos que possuíssem bens e propriedades participavam do poder político. Mas a manutenção da escravidão era a face mais cruel de uma sociedade marcada pela extrema desigualdade.

O fim da escravidão, em 1888, e a Proclamação da República, no ano seguinte, não provocaram qualquer alteração nessa realidade. A proibição do voto para pessoas analfabetas até 1988 manteve a maior parcela da população brasileira desprovida de direitos políticos. Já o poder político local continuou nas mãos dos grandes proprietários de terras. Eram essas lideranças locais, os “coronéis”, que controlavam, além do voto, o acesso aos cargos públicos existentes e, juntamente com os governadores, acabavam também elegendo o presidente da República.

Os problemas sociais eram tratados com repressão policial, como em Canudos, entre 1896 e 1897; na Revolta da Vacina, em 1904; e nas greves operárias que pararam as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo na década de 1910. Mesmo o fim oficial da escravidão não impediu que os marinheiros de baixa patente – pobres e negros – continuassem sendo punidos com castigos físicos, como ficou evidente na Revolta da Chibata, liderada por João Cândido (1880-1969), em 1910.

Para ampliar

Assista

Uma história de amor e fúria, direção de Luiz Bolognesi (Buriti Filmes, 2013, 75 min).

Animação brasileira de ficção científica que conta a história de um homem que está vivo há 600 anos no Brasil, vivenciando momentos marcantes da história do país, desde os conflitos entre indígenas e portugueses, passando pela Ditadura Civil-Militar, até as guerras pela água, em 2096.



Podemos afirmar, portanto, que continuava inexistindo no Brasil qualquer indício do que chamamos de cidadania. A oligarquia que governou o país durante as primeiras décadas da República foi destituída com a Revolução de 1930, organizada e comandada por setores dissidentes da própria elite. Um primeiro avanço, porém, deve ser registrado: a conquista do voto feminino em 1932, incorporado à Constituição de 1934.

Mas os direitos políticos duraram pouco tempo, já que, em 1937, Getúlio Vargas implantou a ditadura do Estado Novo, inspirada pela onda do nazifascismo que tomava conta da Europa. Paradoxalmente, foi no período Vargas, de 1930 a 1945, que uma vasta legislação social começou a ser introduzida, atingindo principalmente os centros urbanos:

- Em 1932, foi decretada a jornada de oito horas diárias de trabalho para trabalhadores do comércio e da indústria.
- No ano seguinte, houve a regulamentação do direito de férias.
- A Constituição de 1934, além de estender o voto às mulheres, determinou a criação de um salário mínimo, calculado para satisfazer as necessidades básicas de uma família (mas ele somente foi adotado em 1940).
- A **Previdência Social** começou a ser organizada em 1933, com a criação de institutos por categorias profissionais (marítimos, bancários, comerciários, entre outros).

O cientista social Wanderley Guilherme dos Santos (1935-2019) formulou o termo **cidadania regulada** para se referir a esse período da história brasileira: somente tinham acesso aos direitos sociais os trabalhadores urbanos vinculados a categorias reconhecidas pelo Estado, que controlava os sindicatos, nomeando suas direções e garantindo-lhes a sobrevivência econômica por meio de impostos obrigatórios.

Apesar dos entraves em direitos políticos, o período do Estado Novo fortaleceu políticas sociais e, principalmente, trabalhistas, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), conjunto de normas aprovado em 1943 para regulamentar as relações trabalhistas no Brasil.



Acervo Iconographia

GLOSSÁRIO

Previdência Social: conjunto de instituições estatais cujo objetivo é proteger e amparar o trabalhador e suas famílias por meio de aposentadorias e pensões.

Assim, diferentemente da Inglaterra estudada por Marshall, no Brasil os **direitos sociais** foram implementados antes dos **direitos civis**, que continuavam precários, e dos **direitos políticos**, que praticamente deixaram de existir durante o regime autoritário de 1937 a 1945. Ressalte-se que esses direitos sociais não se apresentaram como uma conquista das lutas dos trabalhadores – apesar de estarem na pauta do forte movimento grevista dos anos 1920 –, mas, sim, como uma ação autoritária, de cima para baixo. Como uma concessão do chefe do Estado, autointitulado “pai dos pobres”.

Os direitos civis e políticos somente seriam inaugurados no Brasil durante a primeira experiência democrática após o fim do Estado Novo, com a República que se consolidaria com a Constituição de 1946. Tal Constituição manteve os direitos sociais do período anterior – mesmo aqueles herdados da legislação autoritária, como o direito de greve, que só poderia ser considerado legal se autorizado pela Justiça do Trabalho. Além disso, com a permanência dos graves problemas sociais e do poder dos grandes proprietários de terra, os direitos políticos sofreram sérias restrições logo em 1947, quando o Partido Comunista teve seu registro cassado, vítima da Guerra Fria no pós-Segunda Guerra Mundial.

Manifestação de trabalhadores em apoio ao Estado Novo de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro (RJ), 1940.

Em 1964, também no contexto da Guerra Fria, um novo golpe de Estado implantou a **Ditadura Civil-Militar**, que durou até 1985. Durante a maior parte desse período, os direitos civis e políticos foram restringidos com violência. Os direitos sociais também foram atingidos, já que o salário mínimo sofreu forte queda em seu poder de compra, em consequência do baixo crescimento econômico (com uma breve exceção entre o final dos anos 1960 e início dos

1970, conhecido como o período do “milagre econômico”) e da impossibilidade de organização sindical autônoma por parte dos trabalhadores.

Acervo Iconographia



Militares invadem o Sindicato dos Metalúrgicos durante greve da categoria. Osasco (SP), 1968.

O Estado militar constituiu uma máquina repressiva poderosa, disposta a calar qualquer voz que se levantasse em oposição. Foi um tempo de prisões arbitrárias, torturas, assassinatos e exílios políticos, atingindo diversos artistas, lideranças políticas pré-1964 e lideranças estudantis que organizaram a luta armada contra o regime.

Para ampliar

Assista

Cidadão Boilesen, direção de Chaim Litewski (Palmares Produções e Jornalismo, 2009, 92 min). Documentário sobre o envolvimento e o apoio financeiro direto de empresários à ditadura instaurada no Brasil em 1964, com destaque para o empresário dinamarquês naturalizado brasileiro Henning Boilesen. O documentário conta com depoimentos, entre outros, do ex-presidente da República, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, do político e ex-ministro Jarbas Passarinho e do cardeal da Igreja Católica em São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns.



Imovision

A partir de 1978, pressionados pelo estrangulamento econômico, trabalhadores metalúrgicos e de outras categorias profissionais começaram a se organizar e a enfrentar o aparato repressivo do Estado. Obteve-se a **abertura política**, com a legalização de novos partidos, o fim da censura à imprensa e a anistia a presos políticos e a exilados. Era a retomada da luta pelos direitos civis do povo.

Renato dos Anjos/Folhapress



Em 1984, comícios com mais de um milhão de pessoas, como no Rio de Janeiro e em São Paulo, exigiram o retorno das eleições diretas para a Presidência da República. Foi o movimento que ficou conhecido como **Diretas Já**.

Comício pelas eleições diretas para presidente ocorrido na Praça da Sé. São Paulo (SP), 1984.

A redemocratização e a Constituição Cidadã

Em 1988, foi elaborada uma nova Constituição, apelidada de “cidadã” por buscar garantir as principais reivindicações dos movimentos sociais que haviam eclodido no país a partir de 1979. Dentre as conquistas inseridas no corpo da nova Constituição, podemos destacar:

- a universalização do direito ao voto, tornando-o facultativo às pessoas analfabetas e aos jovens a partir da idade mínima de 16 anos;
- a fixação de um salário mínimo como limite inferior para pagamento de aposentadorias e pensões;
- a extensão da Previdência aos maiores de 65 anos e a todas as pessoas com deficiência física, mesmo que não tenham contribuído anteriormente;
- a ampliação da licença-maternidade para 120 dias e a inclusão legal do direito de cinco dias à licença-paternidade;
- o estabelecimento da jornada semanal de trabalho ao limite de 44 horas, o abono de férias correspondente a 1/3 do salário e o 13º salário para aposentados;
- a garantia de demarcação das terras indígenas, assim como o reconhecimento legal dos direitos de propriedade às terras tradicionalmente ocupadas por comunidades de remanescentes quilombolas;
- a definição da tortura e do racismo como crimes inafiançáveis;
- e, por fim, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que garantiu o acesso universal à saúde pública gratuita para todos os brasileiros, sistema regulamentado em lei dois anos após a promulgação da Constituição.

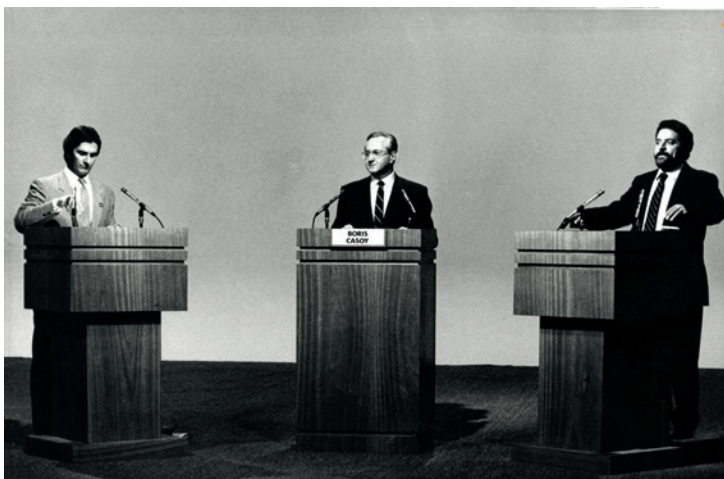


Senado Fotos

Em 1989, a população brasileira votou para presidente da República em eleições diretas pela primeira vez após 29 anos. As eleições presidenciais daquele ano foram as primeiras eleições nacionais com o retorno do **pluripartidarismo**, conforme estabelecia a Constituição de 1988. Com o sistema político organizado dessa forma, diferentes partidos, com diferentes orientações políticas e projetos para o país disputaram as eleições. Ocorreram também naquele ano os primeiros debates presidenciais televisionados da história do Brasil. As opiniões e notícias sobre os candidatos divulgadas pela imprensa tiveram grande influência na corrida presidencial, que deu vitória ao candidato Fernando Collor de Mello (1949-).

Representantes de povos indígenas acompanhando sessão da Assembleia Constituinte no Plenário da Câmara, Brasília (DF), 1987.

Vidal Cavalcante/Folhapress



No segundo turno das eleições presidenciais de 1989, ocorreram dois debates entre os candidatos, organizados conjuntamente por quatro das principais emissoras de televisão do Brasil à época: Globo, SBT, Manchete e Bandeirantes. O primeiro debate aconteceu na TV Manchete, no Rio de Janeiro, e o segundo na TV Bandeirantes, em São Paulo. A exibição do debate, editado pela Rede Globo, gerou controvérsias e acusações de que teria influenciado o resultado das eleições.

Debate entre os candidatos à Presidência da República Fernando Collor de Mello (à esquerda) e Luiz Inácio Lula da Silva (à direita) no segundo turno das eleições presidenciais, comandado pelo jornalista Boris Casoy na TV Bandeirantes. São Paulo (SP), 1989.



Carrossel de imagens
A luta pela redemocratização no Brasil

Você consegue imaginar o quão nova era toda aquela situação para a população brasileira? As últimas eleições diretas para presidente da República tinham ocorrido em 1960. Isso significa que um jovem que tivesse 17 anos naquele momento votaria para presidente pela primeira vez aos 46 anos. Depois de décadas de censura, ausência de liberdade de expressão e de liberdade de manifestação aberta de opinião política, foi um grande desafio para a população brasileira voltar a exercer a cidadania plena, como, entre outras ações, julgar com autonomia as informações que recebia.

O mandato do primeiro presidente eleito após a Ditadura Civil-Militar durou pouco mais de dois anos. Em 1992, Collor foi destituído do poder por meio do *impeachment*. Mecanismo legal previsto pela Constituição, o processo de *impeachment* permite ao Poder Legislativo impedir o representante do Poder Executivo de continuar exercendo a função quando ele é acusado de praticar atos contrários às responsabilidades do cargo. Tal episódio também foi simbólico para a democracia brasileira, pois sinalizava uma retomada da autonomia entre os poderes depois de décadas em que o poder de legislar esteve nas mãos do próprio Poder Executivo.

Direitos e cidadania no novo milênio: consolidação ou enfrentamento ao neoliberalismo?

A redemocratização brasileira veio acompanhada da implementação de políticas de caráter neoliberal pelos governos eleitos para os mandatos de 1989 (Collor), 1994 e 1998 (Fernando Henrique Cardoso). De certa forma, essas políticas iam na contramão das propostas de ampliação de direitos, sobretudo direitos sociais, previstas pela Constituição de 1988.

O controle da inflação promovido pela implementação do Plano Real, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), implicou o aumento do poder de compra do salário mínimo, trazendo melhorias para a qualidade de vida dos trabalhadores. Apesar disso, seus governos foram marcados por políticas que visavam seguir uma agenda neoliberal internacional, o que envolveu a privatização e a venda de empresas estatais a organizações multinacionais, além da redução dos investimentos públicos em áreas sociais como saúde, educação, saneamento, previdência, transporte, habitação e assistência social.

Após a Era FHC, o país elegeu, em 2002 e 2006, o ex-metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva (1945-) como presidente da República. Os governos de Lula foram reconhecidos internacionalmente como governos bem-sucedidos na garantia de direitos sociais básicos, com

destaque para as políticas de combate à fome, de distribuição de renda, de ampliação do acesso à energia elétrica e ao abastecimento de água, além da ampliação do acesso ao Ensino Superior.

As políticas sociais iniciadas nos governos Lula tiveram continuidade nos governos de Dilma Rousseff (1947-), entre 2011 e 2016, quando também houve avanços em outros direitos, como o acesso à informação sobre os serviços públicos e sobre violações de direitos humanos praticados durante o período da Ditadura Civil-Militar, por meio da instauração da Comissão Nacional da Verdade. Em 2016, Dilma Rousseff foi destituída de seu segundo mandato por meio do *impeachment*, assim como ocorreu com Collor.

Os governos que se seguiram, sob as presidências de Michel Temer (1940-), de 2016 a 2018, e Jair Bolsonaro (1955-), de 2019 a 2022, foram marcados pelo retorno da agenda neoliberal e implicaram cortes de gastos em setores estratégicos como saúde e educação, além de afrouxamento das leis trabalhistas.

Propomos, a seguir, um panorama dos principais avanços e retrocessos na garantia da cidadania no Brasil nos últimos anos. Para efeito de organização da sua leitura, vamos destacar o que podemos definir como ampliação da cidadania na forma de aquisição de direitos, seguindo as classificações teóricas que você estudou neste capítulo. Como a ideia é promover uma reflexão sobre o tema, escolhemos como referência de análise a tipologia de direitos definida por T. H. Marshall.

O Programa Bolsa Família foi instituído pelo primeiro Governo Lula, em 2003, por meio de Medida Provisória, tendo se convertido em lei em 2004. Programa de transferência de renda para famílias em situação de pobreza, o Bolsa Família busca promover o acesso a diferentes direitos sociais, sendo considerado um dos principais programas de combate à fome e à pobreza do mundo.

Inácio Teixeira/Pulsar Imagens



Cidadã mostrando o cartão do Bolsa Família em frente à sua casa em área rural. Poções (BA), 2016.

Direitos civis

Os **direitos civis** estão relacionados à garantia das liberdades individuais.



Em janeiro de 2023, foi sancionada a Lei nº 14.532, que atualiza a Lei de Crime Racial, prevista desde 1989. Essa nova regra equipara o crime de injúria racial ao crime de racismo.

A **injúria racial** consiste em ofender ou humilhar alguém com base em elementos referentes a raça, cor, etnia ou religião.

Até 2023, a injúria racial não era considerada um crime de **racismo**, pois entendia-se que o racismo ocorria apenas quando a agressão se dirigisse a todo um grupo ou coletivo de pessoas.

Com a modificação na lei, a injúria racial, assim como qualquer outro crime de racismo, tornou-se crime inafiançável, isto é, que não permite o pagamento de fiança para livrar-se do crime, podendo acarretar até cinco anos de prisão.

Essa lei implica também a proteção à **liberdade religiosa**, já que a maioria dos crimes de intolerância religiosa são praticados contra as religiões de matrizes africanas, por meio da injúria racial.



CSP CONLUTAS

Ato antirracista em São Paulo (SP), 2020.

Em relação às leis protetivas aos **direitos das mulheres**, como as de combate à violência doméstica e ao feminicídio, apesar dos inúmeros casos de violência noticiados frequentemente pelas mídias sociais, existe, desde 2006, a legislação que ficou conhecida como Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340). Essa legislação protetiva apresenta o que pode ser enquadrado como violência doméstica, determina a pena de prisão para os agressores e cria uma rede de proteção e de assistência para a mulher e seus dependentes em situação de violência.

Ainda envolvendo a violência contra as mulheres, houve, em 2015, a inclusão no Código Penal brasileiro de uma nova modalidade de homicídio qualificado, definido como **feminicídio**. A Lei nº 13.104 define o feminicídio como o crime praticado contra a mulher em razão da sua própria condição de sexo feminino, o que inclui os casos de violência doméstica e familiar.

As leis servem como medida de proteção e não necessariamente impedem as práticas de violência contra as mulheres. O que importa para a Sociologia é entender o quanto determinadas características das relações sociais no Brasil impuseram a necessidade de elaboração de uma lei para combater a violência doméstica contra a mulher.

Maria da Penha (1945-) é farmacêutica e ativista pelos direitos das mulheres. Ficou paraplégica após diversas agressões realizadas pelo seu ex-marido e foi a inspiração para a promulgação da lei contra a violência doméstica, que leva seu nome.



Maria da Penha em evento em São Paulo (SP), 2016.

Bruno Poletti/Folhapress

E quanto aos direitos da **população LGBTQIAPN+**? Como destacamos anteriormente, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, de 1948, afirma, em seu artigo 1º, que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. A Constituição brasileira acompanha essa máxima ao afirmar que “todas as pessoas são iguais perante a lei”. A discriminação e a violência contra a população LGBTQIAPN+, no entanto, são constantes em diversas partes do mundo, sendo o Brasil um dos destaques negativos. Por esse motivo, em 2019, o Supremo Tribunal Federal decidiu equiparar os crimes de violência contra a população LGBTQIAPN+ ao crime de racismo, ou seja, todos os atos de violência praticados contra essa população devem ser enquadrados da mesma forma como são definidos legalmente os crimes de racismo.

Direitos políticos

Os **direitos políticos** referem-se à participação nos processos políticos, como o direito ao voto.

No debate sobre os direitos políticos vigentes no Brasil, é importante ressaltar que a atual Constituição federal foi aquela que pela primeira vez determinou a total liberdade de reunião e de organização de **partidos políticos**, desde que se cumpram determinadas regras básicas, como a existência de certo número de filiados, a realização de convenções democráticas, a elaboração de um conteúdo programático com as propostas defendidas pelo partido, entre outras. A Constituição democrática anterior à vigente, elaborada em 1946, não teve essa mesma característica durante muito tempo, em razão da proibição legal, pouco depois da primeira eleição pós-Estado Novo, da organização do Partido Comunista Brasileiro, no contexto da Guerra Fria, que marcou boa parte do século XX. Assim, os parlamentares comunistas eleitos foram cassados e as sedes do partido foram fechadas.

O regime democrático brasileiro, no entanto, tem se mantido, apesar de alguns “sobressaltos”, como a situação que analisamos na abertura deste capítulo.

Direitos sociais

Os **direitos sociais** são relacionados à garantia de condições dignas de vida, como moradia, educação, saúde, trabalho, entre outros.

A **saúde** e a **educação** públicas vêm sendo bastante afetadas pela limitação de recursos impostos por políticas neoliberais nas últimas décadas no Brasil. Um dos exemplos mais conhecidos se vincula à Emenda Constitucional nº 95, que tramitou no Congresso com o apelido de “PEC do Fim do Mundo”, em 2016. Sob a justificativa de garantir um controle das despesas dos serviços públicos em geral, essa legislação limitou os investimentos públicos do Estado em todos os setores da economia, instituindo um teto de gastos, que incluiu as políticas públicas sociais, como saneamento, educação e saúde.

Manifestação contra diversas medidas de cortes de gastos do governo federal. Rio de Janeiro (RJ), 2016.



Luiz Souza/Fotoarena

Quanto ao **direito ao trabalho**, mesmo que a legislação trabalhista brasileira continue em vigor com as garantias dadas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), da Era Vargas, reafirmadas pela Constituição de 1988, a flexibilização crescente das regras de contrato de trabalho e as mudanças legislativas da aposentadoria têm afetado de forma decisiva a condição de vida da classe trabalhadora.

Um exemplo disso é a Lei nº 13.429, de 2017, que ficou conhecida como Lei da Terceirização. Ela flexibiliza a possibilidade de contratação de funcionários por um curto período, para executar determinado serviço sem as garantias legais previstas na CLT, ou seja, sem direito a férias e 13º salário, entre outras.

Em relação à aposentadoria, foi aprovada a Lei nº 13.183, de 2015, que alterou as regras de aposentadoria de todos os trabalhadores quanto à idade e ao tempo de contribuição. Essa lei determinou que os trabalhadores que ingressarem no mercado de trabalho precisam que a soma de sua idade com a sua contribuição previdenciária atinja o número 90, no caso das mulheres, e 100, no caso dos homens. Um exemplo concreto: se um homem tem a intenção de se aposentar com 65 anos, precisará trabalhar e contribuir para a Previdência por um total de 35 anos.

Manifestação contra a reforma da Previdência. Recife (PE), 2019.



Juliana F. Rodrigues/Shutterstock



1. Qual foi o contexto de origem da cidadania com os princípios que conhecemos hoje? Quais foram os primeiros direitos conquistados nesse contexto?
2. Defina e diferencie os direitos civis, políticos e sociais e, em seguida, indique se eles são direitos de primeira, segunda ou terceira geração.
3. Reúnam-se em grupos para pesquisar aqueles que são intitulados direitos de terceira, quarta e quinta gerações, refletindo sobre o contexto brasileiro. Algumas possibilidades de pesquisa são:



- (1) identificar as medidas políticas tomadas por governos em relação à defesa do meio ambiente, como a preservação da Amazônia;
- (2) identificar as medidas políticas tomadas por governos em relação à defesa dos povos indígenas e das comunidades quilombolas;
- (3) identificar as medidas políticas tomadas por governos em defesa da democracia brasileira.

Ao final da pesquisa, responda: A política pesquisada pode ser caracterizada como inclusiva, por garantir a extensão dos direitos à maioria ou a uma minoria que é discriminada, ou como restritiva, por corresponder a interesses das elites políticas ou do modelo econômico vigente?

4. (Unicamp-SP – 2024)

Texto 1

**ENQUANTO HOVER
RACISMO
NÃO HAVERÁ
DEMOCRACIA**

UNICAMP, 2024



Manifesto de lançamento da “Coalizão Negra Por Direitos”, reunião de entidades e coletivos do movimento negro brasileiro, 2020.

Texto 2

O sociólogo Octavio Ianni afirmou que democracia e cidadania são processos políticos marcados por dificuldades e retrocessos, pois a participação social – especialmente a de grupos como mulheres, negros, indígenas – é uma luta penosa e que, no Brasil, vem sendo realizada precariamente ao longo da história.

(Adaptado de: “Entrevista com Octavio Ianni: Comunicação e Globalização”. *Revista Novos Olhares*, n. 4, p. 25, 1999.)

De acordo com os textos 1 e 2, é possível dizer que, no caso brasileiro, os conceitos de democracia e de cidadania

- a) são limitados pela persistência histórica do racismo, pois os movimentos sociais pouco se ocupam dessa temática, reduzindo a possibilidade da conquista de igualdade.
- b) podem ser tomados como conceitos relacionados, relativos à esfera do indivíduo, e marcados por processos lineares de conquistas de direitos sociais.
- c) podem ser tomados como conceitos relacionados, próprios da esfera coletiva, e marcados por processos não lineares de conquistas e perdas de direitos sociais.
- d) são marcados por disputas sociais e históricas, e influenciam, de modo secundário, o exercício da igualdade, especialmente para grupos como mulheres, negros e indígenas.

5. Leia o texto e responda às questões.

A cronologia e a lógica da sequência descrita por Marshall foram invertidas no Brasil. Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, a base da sequência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. [...]

Na sequência inglesa, havia uma lógica que reforçava a convicção democrática.

[...] Mas é razoável supor que caminhos diferentes afetem o produto final, afetem o tipo de cidadão, e, portanto, de democracia, que se gera. [...] Quais podem ser as consequências, sobretudo para o problema da eficácia da democracia?

Uma consequência importante é a excessiva valorização do Poder Executivo.

CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil*. O longo Caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 219-221.

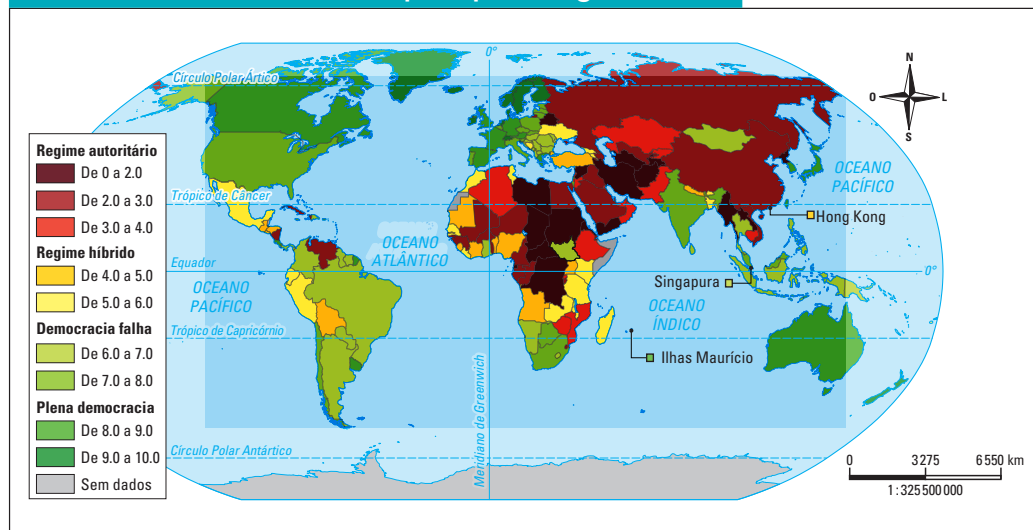
O historiador José Murilo de Carvalho aponta a existência de uma inversão na ordem da conquista de direitos no Brasil e uma das consequências desse processo para a cidadania e a democracia no país.

- a) Que consequência é essa? Dê exemplos de como ela pode ser observada em nossa realidade.
 - b) Que medidas você acredita que poderiam ser implementadas para reforçar a cidadania e os princípios democráticos no Brasil?
6. Cite alguns avanços e retrocessos nos direitos civis, políticos e sociais no Brasil, nas últimas décadas. Como eles impactaram sua realidade ou a realidade das pessoas próximas a você? Se possível, converse com familiares ou vizinhos a respeito desse tema.

Estado e democracia

O mapa a seguir apresenta os países do mundo classificados de acordo com um índice de democracia. Esse índice é baseado em cinco critérios estabelecidos pela empresa de pesquisas The Economist Intelligence: processo eleitoral e pluralismo; funcionamento do governo; participação política; cultura política e liberdades civis. Com base na avaliação desses critérios, os países são classificados em uma escala de 0 a 10: aqueles mais próximos de 0 são caracterizados como regimes autoritários, em que não há democracia; já aqueles mais perto de 10 seriam países onde vigoraria uma democracia plena.

Mundo: índice de democracia por tipo de regime – 2023



Fonte: THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. *Democracy Index 2023*. Londres: The Economist Intelligence Unit, 2024. Disponível em: <https://pages.eiu.com/rs/753-RIQ-438/images/Democracy-Index-2023-Final-report.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2024.

De acordo com esse índice, o Brasil foi classificado como uma “democracia falha” em 2023. Segundo a avaliação do relatório, apesar de o país ser muito bem avaliado pelo processo eleitoral íntegro e bem organizado, ele tem sido mal avaliado nos quesitos “funcionamento do governo” e “cultura política”. As ameaças às instituições democráticas, com o questionamento do processo eleitoral, observadas após o resultado das eleições de 2022, contribuíram para que o país caísse quatro posições no índice em relação a 2021, constando atualmente na 51ª posição do *ranking*. Além disso, a forte polarização do debate político foi apontada como um fator que contribuiu para a baixa pontuação do país no quesito “cultura política”.

Questionamentos

1. Entre os fatores avaliados para compor o índice de democracia em questão está o pluralismo. O que você entende por pluralismo ou pluralidade? Por que ele é importante para as democracias?
2. Em que continente ou continentes está localizada a maioria dos países considerados democracias plenas? Levante hipóteses que expliquem essa ocorrência.
3. O que você entende por regime autoritário? Você consegue identificar alguns países assim classificados? O que eles têm em comum?

Além de explorar mais os tipos de democracia existentes, neste capítulo vamos estudar os sistemas e as formas de governo, bem como diferentes abordagens sobre o conceito de Estado.

A Ciência Política e as teorias sobre o Estado Moderno



No mundo moderno, o conceito de **Estado** é utilizado para definir como as sociedades se organizam no aspecto jurídico, econômico e político. O Estado, hoje, é uma estrutura organizada que rege a vida em sociedade por meio de leis, ou seja, por meio da ordem jurídica. Já o termo **estado**, com letra minúscula, representa uma unidade federativa do Brasil (como Pará, Pernambuco, Paraná e Goiás).

Nós, que vivemos no Brasil, estamos submetidos ao poder de um Estado. Quando nascemos, nossos familiares têm que ir ao cartório registrar nosso nome em uma folha carimbada e reconhecida pelo Estado. Junto da Certidão de Nascimento, adquirimos também o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). Crescemos e tiramos o diploma escolar reconhecido pelo Estado. Desde muito jovens, podemos ter Carteira de Identidade. Quando iniciamos um trabalho, podem ser necessários a Carteira de Trabalho e um cadastro no Programa de Integração Social (PIS). Ou seja, tudo para sermos reconhecidos pelo Estado.

A concepção de Estado Moderno resultou de um longo processo de centralização política do poder da realeza, iniciado no final da Idade Média europeia. Desde então, o conceito passou por muitas transformações até chegar à caracterização atual.

A ordem jurídica que determina o funcionamento do Estado é constituída por um leque de normas aplicadas pelo Estado e reconhecidas, em geral, por todos os cidadãos.

O Estado compreende basicamente três funções:

- elaborar leis;
- administrar os serviços públicos e executar as leis;
- julgar a aplicação das leis, quando elas não estiverem sendo devidamente cumpridas.

O Estado é um dos temas centrais do campo de estudos das Ciências Sociais definido como **Ciência Política**. O pensador considerado o fundador desse campo na Era Moderna é o filósofo italiano Nicolau Maquiavel (1469-1527). Suas reflexões datam da época do Renascimento, inspiradas pelos ares que a sociedade respirava naqueles tempos e influenciadas pela realidade de instabilidade política e fragmentação territorial existente na Península Itálica, subdividida entre diversos reinos e repúblicas independentes. Maquiavel assumiu uma postura até então inédita em comparação com outros intelectuais conhecidos até aquele momento: **analisar a política tal como ela é**, e não como ela deveria ser.

De acordo com Maquiavel, a instituição do Estado existe concretamente, e não deve ser idealizada. Daí deriva a tese presente em sua obra principal, *O príncipe* (1532). Preocupado com a instabilidade que reinava na região e com a natureza humana, Maquiavel dirigiu-se ao monarca que exercia o poder em Florença, com o objetivo de “aconselhá-lo” a garantir politicamente a ordem e a estabilidade do poder sobre um território e uma população. Guiado pelo objetivo de manutenção do poder – e consequentemente da ordem e da estabilidade da sociedade – e pelo respeito dos governados, caberia ao governante sábio e virtuoso não se apegar à moral vigente, e sim atuar de acordo com a necessidade. Para isso, deveria agir com a devida sabedoria para resistir aos inimigos e se manter no poder, comportando-se de forma adequada às circunstâncias que lhe fossem exigidas, independentemente dos meios que precisasse utilizar nesse sentido. Essa ideia se popularizou com a expressão “os fins justificam os meios” e deu origem ao adjetivo “maquiavélico” – que pode ser entendido como sinônimo de “astuto” ou “ardiloso”.



Palácio Vecchio, Florença

Santi di Tito. *Retrato de Nicolau Maquiavel*, c. 1550-1600. Óleo sobre tela, 104 cm x 85 cm.

Para ampliar

Leia

O **príncipe**, de Nicolau Maquiavel (Escala Educacional, Coleção Filosofia em Quadrinhos, 2008). As principais ideias do clássico de Maquiavel são explicadas em formato de história em quadrinhos.



Escala Educacional

As teorias do contrato social

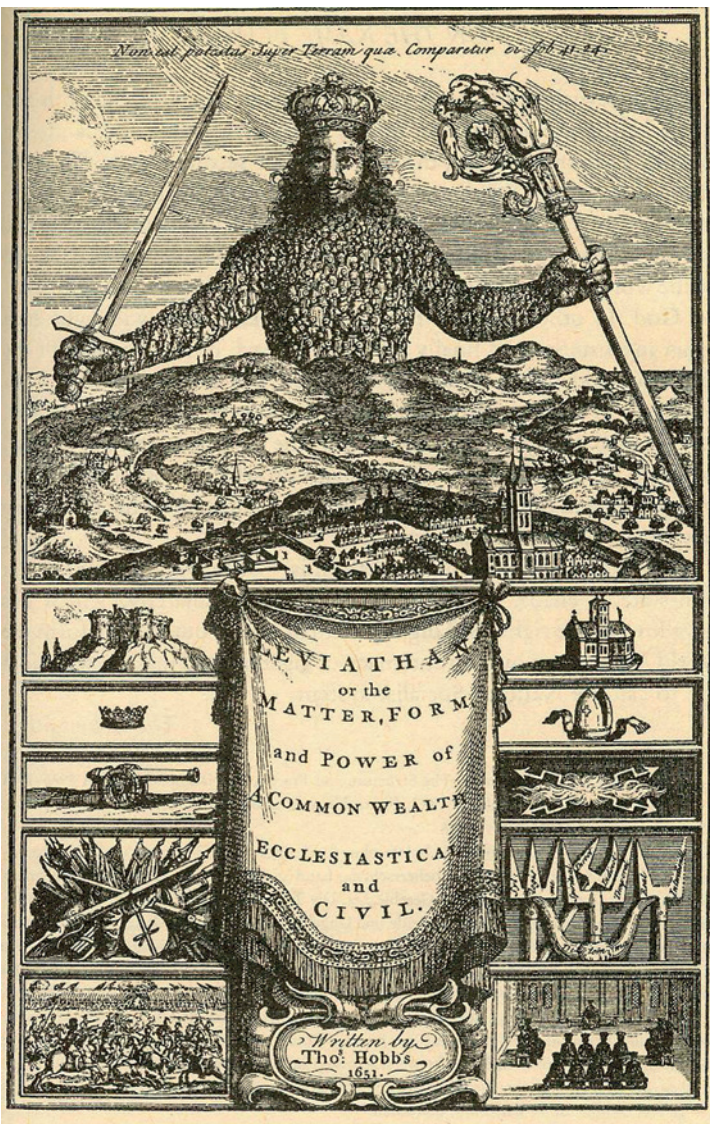
Assim como Maquiavel, o inglês Thomas Hobbes (1588-1679) estava preocupado com a estabilidade política. Ele viveu na turbulenta Inglaterra do século XVII, no auge das monarquias absolutistas europeias – cuja maior referência histórica é Luís XIV, o “Rei Sol” da frase “o Estado sou eu”. Hobbes defendeu a ideia de que a paz na sociedade somente seria possível caso os indivíduos concordassem em se submeter a um poder absoluto e centralizado. Diferentemente dos teóricos que concebiam a origem divina do poder, Hobbes entendia o poder como resultado de um acordo, um **contrato social** que regulasse a vida dos indivíduos em sociedade – tal formulação levou à consolidação da **teoria contratualista**, ou **contratualismo**.

Como assim, um “contrato”? A existência desse contrato não significa que, diante de uma realidade conflituosa, os seres humanos, por livre e espontânea vontade em determinado momento histórico, tivessem se reunido e decidido pela assinatura coletiva de um acordo que decretasse a paz nas diversas sociedades. Vamos analisar o que Hobbes quis dizer com isso.

Para entender o pensamento desse filósofo, há de se compreender sua leitura da natureza humana. Hobbes concebia a existência de determinado **estado natural**, no qual a humanidade vivia uma realidade de medo de uns em relação aos outros, pelo mal que um ou outro poderia causar ou sofrer – daí deriva uma frase conhecida dele: “o homem é o lobo do homem”. Entretanto, a realidade permanente de escassez e o entendimento de que cada um teria direito a obter o que quisesse levariam, necessariamente, a uma luta constante de **“todos contra todos”**. O fim desse estado de guerra civil somente se tornaria possível com o estabelecimento de um contrato que daria origem à organização dos indivíduos em sociedades.

Essa forma de organização social, na concepção de Thomas Hobbes, seria o Estado, que deveria ser comandado por uma autoridade à qual todos livremente se submetessem sem qualquer questionamento. Essa é a tese central de sua obra principal, *Leviatã* (1651). A **autoridade soberana** poderia ser o monarca absolutista – ou, em uma leitura distinta que não é unânime entre os cientistas políticos, uma assembleia que representasse todos os indivíduos. O que fosse decidido por essa autoridade não poderia ser questionado: somente assim a paz interna estaria assegurada, evitando o maior de todos os males – a guerra civil –, e a sociedade teria unidade para se defender de qualquer ameaça externa, permitindo que os cidadãos desfrutassem livremente das suas vidas privadas.

O leviatã é uma criatura mitológica, representada na imagem como a autoridade estabelecida pela união de todos os indivíduos.



Capa da primeira edição de *Leviatã*, com ilustração do artista francês Abraham Bosse (1604-1676).

O contratualismo teve outros expoentes importantes na teoria política europeia moderna. Um dos autores mais relevantes é outro inglês que também viveu no século XVII, John Locke (1632-1704). Assim como Hobbes, Locke concebia o princípio da existência de um “estado de natureza” da humanidade. De forma oposta, porém, na visão de Locke, os seres humanos não viviam no caos e na “barbárie”, mas sim de forma pacífica, por se reconhecerem como iguais e livres. Se já existia paz e harmonia na humanidade, por que seria necessário um contrato social?

John Locke respondeu a essa pergunta afirmando que nada garantiria a manutenção daquele estado de paz relativa. O contrato social teria como objetivo o estabelecimento de um governo baseado no **consentimento mútuo** entre os seres humanos. Essa autoridade constituída por todos teria como função a garantia do respeito ao **direito natural** da humanidade à vida, à liberdade e à propriedade. Essa definição fez de Locke o pai do liberalismo político moderno, que influenciou as três principais revoluções que marcaram a ascensão da burguesia ao poder político: a Revolução Inglesa, a Revolução Americana e a Revolução Francesa.

As ideias de Locke ajudaram a derrubar o absolutismo da Inglaterra. Na sua formulação teórica, se os direitos naturais não estivessem sendo garantidos, os indivíduos tinham o direito de resistir, se revoltar e derrubar os governantes para restabelecer a paz – não somente a vida e a liberdade, mas também a **propriedade**. O contrato social, dessa maneira, seria retomado. A origem do contrato estaria no momento da transição do estado natural da humanidade para sua organização política como sociedade. O contrato social, assim, não existe fisicamente e deve ser entendido como a relação de poder consentida por um povo àqueles que o governam.

Por fim, é importante registrar que o poder do Estado precisa ser **limitado** pelos indivíduos. Isso se daria por uma transferência de poder, ou seja, pela indicação de representantes desses indivíduos para compor uma assembleia que elaboraria e executaria as leis, fiscalizando também seu cumprimento e podendo punir aqueles que violassem o direito natural. Os membros dessa instituição, chamada de **parlamento**, recebem, por conseguinte, a denominação de parlamentares. Desse modo, na concepção lockeana, mesmo que haja uma autoridade centralizada, responsável pela execução das leis, ela deveria estar subordinada ao poder da maioria de representantes.

Hulton Archive/Getty Images



Durante a chamada Revolução Gloriosa, ocorrida entre 1688 e 1689 na Inglaterra, o rei Jaime II foi deposto, assumindo o trono sua filha Maria II e o marido Guilherme de Orange. A ilustração representa a aceitação da Declaração de Direitos (*Bill of Rights*) por Guilherme de Orange, em 1689, elaborada pelo Parlamento inglês a fim de limitar o poder dos monarcas, estabelecendo um dos marcos da monarquia parlamentar no Reino Unido.

Ilustração do século XIX que mostra Guilherme de Orange aceitando a Declaração de Direitos aprovada pelo Parlamento. Inglaterra, 1688.

Em *Dois tratados sobre o governo civil* (1689), Locke combate o Estado absolutista, criticando a ideia de origem divina do poder dos monarcas, e apresenta a teoria de constituição do Estado liberal, definindo a propriedade privada como um direito natural. A propriedade representa tudo que o indivíduo conquistou de forma legítima por meio do trabalho. Apesar de a propriedade ser um direito natural comum a todos os seres humanos, pelo fato de serem todos iguais, o indivíduo poderia se apropriar e tomar recursos da natureza como propriedade para si, por meio do trabalho, desde que não atacasse os direitos de outro indivíduo e considerasse o bem comum. A tarefa principal do Estado é a proteção desses direitos, preexistentes à formação do próprio Estado.



API/Gamma-Rapho/Getty Images

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), natural de Genebra, na atual Suíça, é mais um pensador contratualista, porém já no século XVIII, o “século das Luzes”. É considerado o intelectual que exerceu a maior influência teórica sobre a Revolução Francesa, iniciada apenas 11 anos após a sua morte. Rousseau tinha uma definição particular de estado natural e do contrato social daí derivado, que o diferencia de Hobbes e Locke.

O estado natural da humanidade, para Rousseau, é pautado pela predominância da **bondade** e da **pureza** entre os seres humanos. A emergência da sociedade, no entanto, teria desvirtuado a humanidade de sua condição original, gerando miséria, desigualdades e injustiças. Tal concepção foi desenvolvida por Rousseau desde seus primeiros escritos e aprofundada na obra *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1755).

O pensamento de Rousseau foi muito influente na época do Iluminismo, pois suas ideias contribuíram para as reflexões sobre as profundas mudanças ocorridas na Europa.

Representação de Rousseau em meio à natureza.



Nicolas H. J. de Bertry/Museu Carnavalet, Paris

Além desse livro, a publicação da obra *Do contrato social* (1762) obteve grande repercussão e exerceu influência ainda maior no contexto social e político pré-revolucionário. Nela, Rousseau propõe que a humanidade deve estabelecer um contrato social que recupere a liberdade natural, identificando o momento de derrota da condição de natureza com a instituição da propriedade privada, que seria, portanto, a origem de todos os males. Recuperando a liberdade perdida, a primeira atitude da humanidade deveria ser a convocação de uma convenção, uma assembleia geral na qual o povo, de forma consensual, garantiria os direitos de todos os cidadãos. Isso não significaria um retorno da humanidade ao seu estado natural, e sim a emergência de uma nova condição social, intitulada por Rousseau de **estado civil**, no qual o pacto a ser acordado por todos, obedecendo a certas condições essenciais, garantiria, enfim, a defesa da autonomia e da liberdade humanas.

Rousseau também tinha concepções particulares de soberania. Para esse pensador, a verdadeira soberania somente pode ser aquela pertencente ao próprio povo. Portanto, o pacto social a ser consensuado parte desse princípio, já que o povo não poderia ser prejudicado em sua liberdade por qualquer governante que aja contra a soberania verdadeira.

Como a soberania popular constitui uma totalidade homogênea, que não pode ser decomposta entre vários interesses distintos, os interesses do povo precisariam ser identificados como aqueles que de fato mais beneficiam a sociedade como um todo. Rousseau formula, assim, o conceito de **vontade geral**: a vontade da maioria. A vontade geral e a soberania do povo não poderiam ser ultrapassadas sob qualquer hipótese, constituindo-se como o limite a ser imposto a qualquer governante.

A obra representa diversos elementos da Revolução Francesa e a associa às ideias de Rousseau, sendo também uma homenagem ao filósofo.

Nicolas Henri Jaurat de Bertry. *Alegoria revolucionária*, 1794. Óleo sobre papelão, 57,5 cm x 43 cm.

A teoria da separação dos poderes

Finalizamos essa síntese de pensadores importantes da Ciência Política da Era Moderna com uma referência ao francês Charles-Louis de Secondat, o barão de Montesquieu (1689-1755). Diferentemente dos pensadores já citados, Montesquieu tinha origem na nobreza, mas criticava a monarquia absolutista com base em sua formação intelectual inspirada pelo Iluminismo do século XVIII. Era defensor da instauração de uma monarquia parlamentar, como existia à época na Inglaterra.

A grande contribuição de Montesquieu para a organização do Estado Moderno está relacionada com sua teoria política da **separação dos poderes**, descrita na obra *O espírito das leis* (1748). Nesse trabalho, Montesquieu defende que o poder público de uma nação precisa ser guiado por uma lei maior, a Constituição, subdividida e separada em três poderes: **Executivo**, **Legislativo** e **Judiciário**.

Os três poderes correspondem às funções básicas do Estado.

- Poder Legislativo: responsável pela elaboração das leis.
- Poder Executivo: responsável pela administração dos serviços públicos e pela execução das leis.
- Poder Judiciário: responsável por julgar a aplicação das leis, quando elas não estiverem sendo devidamente cumpridas.

Tendo como base a preocupação em evitar o abuso do poder por parte dos monarcas, Montesquieu defendeu que “é preciso que o poder limite o poder”, resultando na proposta de autonomia e independência de cada um dos três poderes. Esses princípios deveriam ser garantidos na forma de lei – no caso, da Constituição –, com limites que não poderiam ser ultrapassados. Isso significa que, para promover o bem-estar de todos os membros da sociedade, era essencial que qualquer um dos três poderes tivesse atribuições específicas, não podendo interferir nas atribuições de outro poder. Somente dessa forma, protegido pela lei maior e pela separação entre os poderes, o cidadão poderia viver em liberdade, com segurança e em paz diante do Estado e de outros cidadãos.

A teoria política de Montesquieu está presente nos dias de hoje em quase todas as constituições dos países que sofreram influência direta das transformações da Era Moderna, especialmente as nações ocidentais.

Uma observação relevante é a constatação de que as ideias formuladas por Montesquieu podem ser interpretadas como precursoras das análises da Sociologia, que somente viria a se organizar como campo científico no século seguinte ao qual ele viveu. Isso se dá em razão de sua preocupação em apresentar uma reflexão sobre os fatos humanos com base em um **método** de observação e interpretação sobre a realidade social, política e histórica. Por esse motivo, vale destacar sua concepção de que “não existem leis injustas”, pois elas são formuladas tendo como referência um povo, sua história concreta e as circunstâncias presentes naquele momento e na região onde vive.

Os sistemas políticos e de governo atuais têm origem nas ideias, nos conceitos e na teoria de pensadores que contribuíram para a construção da Era Moderna, nos séculos XVII e XVIII. A separação dos três poderes, proposta por Montesquieu, orienta a Constituição brasileira. Na fotografia, vemos um trecho da praça onde estão localizadas as sedes federais dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no Brasil.



Prédio do Supremo Tribunal Federal, sede do Poder Judiciário brasileiro, com a escultura *A Justiça*, de Alfredo Ceschiatti, à frente. Brasília (DF), 2021.

Para ampliar

▼ Ouça

Funciona assim | Quais são as funções dos três poderes?, de G1 (2018). Episódio de *podcast* que trata da separação entre os poderes na história do Brasil. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/34JKRMdl1S4gbiQqd2LwDX?si=1KyTgFpcQGe7S44ibjE3NQ>. Acesso em: 3 ago. 2024.

O Estado nas abordagens da Sociologia clássica

O tema do Estado sempre foi um elemento de grande debate na Sociologia desde seu surgimento como ciência, no século XIX. O sociólogo com maior produção nas questões que envolvem a temática foi Max Weber (1864-1920).

Weber afirmou que o Estado podia ser caracterizado por dois elementos principais: o aparato administrativo destinado à prestação de serviços e o exercício do monopólio legítimo da força.

As construções onde estão instalados as repartições públicas, os funcionários e os procedimentos para prestação de serviços são parte do aparato administrativo do Estado.



Cidadãos aguardando atendimento no Centro de Apoio ao Trabalhador. São Paulo (SP), 2015.

O que ele queria dizer com isso? Em primeiro lugar, quando menciona o **aparato administrativo** destinado à prestação de serviços, Weber está se referindo a todo o corpo de funcionários que trabalham em instituições pertencentes ao Estado, assim como ao conjunto de prédios e repartições públicas, às leis que regem o funcionamento dessas instituições e ainda àquelas vigentes em uma nação. Tudo isso forma um aparato administrativo, com suas normas e rotinas de funcionamento, o qual Weber também chamou de **burocracia**. A burocracia, para o autor, não tinha o sentido negativo que carrega atualmente. Ela era vista como procedimentos ideais e eficientes que permitiriam que o Estado e seus serviços estivessem disponíveis a todas as pessoas, sem distinção.

Já o segundo elemento que caracterizaria o Estado para Weber exige algumas explicações a mais. Não basta a existência de uma lei ou norma para que ela seja de fato obedecida pela maioria da população. É só pensarmos em certas regras presentes no cotidiano, como as que são comuns a quem frequenta espaços públicos: “não pise na grama” ou “não jogue lixo na praia”. Sem algum tipo de **coerção** mais efetiva, essas regras não são cumpridas. Há algumas décadas, por exemplo, as pessoas fumavam em ambientes fechados, como ônibus, lojas e bares. Regras mais rígidas foram implantadas, com multas tanto para os estabelecimentos quanto para os frequentadores. Isso vale também para a prática de ingerir bebida alcoólica e depois dirigir, o que era muito comum até que, em razão da constatação da associação direta entre álcool e acidentes graves de trânsito, elaborou-se uma legislação que passou a punir com rigor os motoristas que bebiam.

A aplicação das leis em geral, portanto, para que sejam obedecidas por todos, pressupõe algum tipo de coerção por parte do Estado sobre todas as pessoas. Essa coerção é exercida tanto por meio da legislação como pela força policial. Somente o Estado é legalmente autorizado a exercer essa coerção.

O Estado detém o **monopólio do uso da força** para fazer cumprir as regras. Trata-se de uma exclusividade legal, um procedimento que não pode ser executado por qualquer outro grupo ou instituição, a não ser de forma ilegal.

O Estado, portanto, é a única instituição social reconhecida por todos como legítima para aplicar a lei ou, se esta não for obedecida, a força. Daí é que vem o segundo conceito presente no elemento que estamos explicando: a ideia de **legitimidade**.

É necessário que o Estado tenha legitimidade para governar e, assim, exercer seu poder. A legitimidade do Estado seria dada, portanto, por meio das leis elaboradas por suas instituições políticas.

O Estado, para Weber, exerce uma forma de **dominação legal**, pois sua autoridade e seu poder são reconhecidos por aqueles que se submetem a ele, com seu aparato de leis e normas sustentadas pela burocracia.

Para o sociólogo francês Julien Freund (1921-1993), estudioso das teorias de Weber, a dominação é a expressão prática e empírica do poder, ou seja, é por meio da dominação que o poder é exercido de fato. No caso da dominação legal, a desobediência às leis por parte de um indivíduo ou de um grupo social significaria, como reação imediata, a autorização para o uso legítimo da força pelo Estado.

Falando nisso...

Tipos de dominação

Além da **dominação legal**, Weber identifica dois outros tipos de dominação, que seriam reconhecidas como tão legítimas quanto o poder do Estado: a **dominação carismática** e a **dominação tradicional**. A primeira se dá quando há obediência voluntária a uma personalidade reconhecida socialmente por todos. Essa personalidade, segundo Weber, deteria um “poder mágico”, entendido como uma característica dessa liderança carismática. Já a segunda pode ser entendida como aquela que é exercida por uma liderança reconhecida historicamente pelos indivíduos pertencentes a uma instituição ou um grupo social. Trata-se de uma obediência dada pelo hábito, pela tradição. Um exemplo seria o poder exercido pelo papa da Igreja Católica: no caso dos membros que pertencem à hierarquia da Igreja, sua autoridade tem “força de lei”, pelo fato de pertencerem à instituição; no caso dos fiéis católicos, a sua autoridade tem como fundamento, além da fé, a tradição, dada pela história da constituição da própria Igreja.

O poder do papa da Igreja Católica, como vimos, é baseado na dominação tradicional. Pode ocorrer, no entanto, que alguns líderes da Igreja sejam também figuras carismáticas, exercendo uma dominação carismática, além da tradicional. O mesmo pode ocorrer com a liderança exercida por pastores de igrejas ou políticos, por exemplo.

Papa Francisco (1936-) acenando para fiéis na Praça de São Pedro. Vaticano, 2024.



ALBERTO PIZZOLI/AFP/Getty Images

No debate sobre o Estado, quem exerce de fato o poder, ou seja, a dominação legal, é o **governo**. Este é compreendido como a direção e a administração do poder público.

Como no senso comum há certa confusão entre os conceitos de “governo” e “Estado”, vamos tentar explicar isso por meio de um exemplo recente do Brasil.

No período dos governos de Lula (1945-), falava-se que ele, um operário, “estava no poder”. Essa afirmação não é verdadeira. A função do presidente da República é “exercer o governo”, ou seja, administrar os órgãos do Estado vinculados ao Poder Executivo. Já o Estado é mais amplo: trata-se de uma instituição de caráter permanente. Quando um presidente termina seu mandato, outra pessoa é eleita para governar o Brasil. O Estado, na sua essência, continua o mesmo.

Resumindo, temos as as definições a seguir.

Estado: conjunto de instituições permanentes, distribuídas entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que servem de “suporte” legal para o funcionamento da sociedade.

Governo: ação política e administrativa vinculada principalmente ao Poder Executivo. A ação do governo é orientada por um conjunto de programas e projetos, apresentados por um ou mais partidos políticos e transformados pelo governo em diferentes políticas públicas (saúde, educação, meio ambiente, entre outras). As políticas públicas são de caráter periódico, modificando-se de acordo com o grupo de interesses que está no governo naquele momento.

Outra definição de Estado é aquela vinculada às teorias formuladas originalmente pelos pensadores Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), no final do século XIX. Na perspectiva desses pensadores, o Estado é entendido de um ponto de vista diferente daquele defendido por Max Weber: ele teria surgido, no decorrer da história, do conflito existente entre classes sociais antagônicas. Assim, o Estado teria se tornado uma necessidade concreta das classes economicamente dominantes, objetivando a criação de novos meios de dominação política, de repressão e de exploração das classes oprimidas.

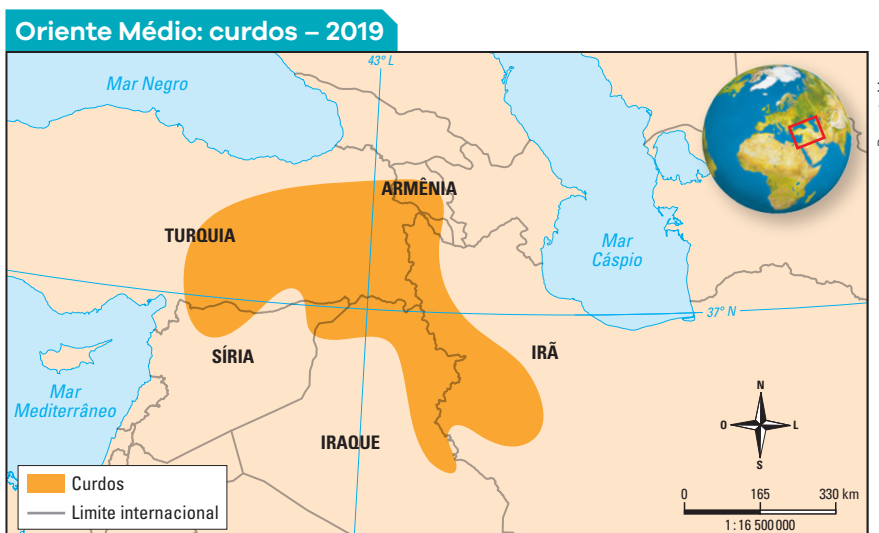
Povos sem Estado e contra o Estado

Vamos examinar agora outras formas de lidar com o Estado, em duas situações um pouco distintas: povos sem Estado e povos contra o Estado. Para isso, ampliaremos o diálogo com três ciências: História, Geografia e Antropologia, que podem nos auxiliar a compreender melhor esses casos.



Observe o mapa a seguir. Estima-se que, atualmente, 30 milhões de curdos habitem os países destacados no mapa: Turquia, Síria, Iraque, Irã e Armênia.

Os curdos ocupam uma grande região montanhosa, de cerca de 500 mil km², dos países mencionados. Eles não possuem um território próprio delimitado, o que faz da nação curda a maior nação apátrida do mundo. Os curdos também não têm Estado constituído e governo autônomo, nem usufruem dos direitos políticos e civis dos países nos quais habitam. Embora representem uma comunidade muito diversa em termos de idiomas e religiões, sua diversidade cultural costuma ser dissipada devido à homogeneização desse povo como indivíduos apátridas.



Fonte: FERREIRA, G. M. L. *Atlas geográfico: espaço mundial*. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2019. p. 100.

Desde 4300 a.C., os curdos habitam uma região histórico-cultural conhecida como Curdistão. No começo do século XX, emergiram movimentos nacionalistas reivindicando a criação de um Estado próprio, mas essa demanda foi negada pelos tratados internacionais do período pós-Primeira Guerra Mundial, e essa população tornou-se alvo de perseguições e ataques militares com o intuito de reprimir suas aspirações territoriais. Apesar de os curdos se constituírem como o quarto maior grupo étnico do Oriente Médio, nunca obtiveram um Estado próprio.

Nações ou povos sem Estado, portanto, não exercem autonomia administrativa e política sobre o território que ocupam.

Vejamos agora uma situação diferente em relação ao Estado e à própria política. O antropólogo e etnólogo francês Pierre Clastres (1934-1977), ao pesquisar as populações indígenas da América do Sul, desenvolveu a noção de **sociedades contra o Estado**. Clastres observou que as estruturas sociais de grande parte das sociedades indígenas organizavam-se sem a presença do Estado e, mais que isso, buscavam impedir qualquer tipo de concentração de poder. O espaço da chefia indígena não corresponde a um lugar de poder. Logo, o chefe indígena não representa o papel de um chefe de Estado, uma vez que não dispõe de nenhuma autoridade e de nenhum poder coercitivo; outros membros da sociedade não lhe devem obediência. O chefe indígena tem uma função pacificadora, estando encarregado de resolver conflitos, portanto deve ser um bom orador. Outros atributos necessários para exercer essa função são habilidades como a de caçador, a capacidade de coordenar atividades guerreiras e a generosidade. Segundo Clastres, o chefe está a serviço da sociedade, e a própria sociedade é o lugar de poder que exerce sua autoridade sobre o chefe.

Por meio da noção de sociedade contra o Estado, o antropólogo opunha-se às teorias evolucionistas que avaliavam o grau de desenvolvimento das sociedades pela presença ou pela ausência do Estado ou pela centralização do poder, e ainda expandiu o conceito de política, ao demonstrar outras modalidades de poder.

O Estado e as formas contemporâneas de governo

Vamos agora estudar as **formas de governo** que podem constituir a organização do Estado Moderno: a monarquia e a república.

Na Europa de cinco séculos atrás – e até há bem pouco tempo – o poder era exercido majoritariamente por reis e pela família real. Esse tipo de governo é denominado **monarquia**. No Brasil, também fomos governados por monarquias, a partir da Independência, em 1822, e durante quase todo o século XIX, com Dom Pedro I e seu sucessor, Dom Pedro II.

A queda das monarquias na Europa abrangeu os séculos XVII a XIX. Seu fim decorreu de uma série de mudanças nas ideias políticas, culturais e religiosas que se mantinham desde a Idade Média, mas que passaram a servir de obstáculos à expansão e à consolidação do capitalismo. Daí a eclosão de diversas revoluções sociais – de que são exemplos a Revolução Gloriosa, na Inglaterra, a Revolução Francesa, na França, e a Revolução Americana, nos Estados Unidos. As duas últimas revoluções citadas ficaram expressas em uma forma de governo denominada **república**, que se caracterizava, basicamente, pelo fato de os membros do governo serem eleitos periodicamente pelo povo.

Quando citamos a queda das monarquias como forma de governo, estávamos nos referindo ao fim do Estado absolutista, no qual os reis representavam o discurso de “O Estado sou eu”. Essa forma de governo não poderia ter tido continuidade em uma sociedade com tantas mudanças, provocadas pela ascensão do capitalismo e pela defesa dos interesses políticos e econômicos da burguesia. Ao mesmo tempo, nada impediria que a monarquia continuasse existindo formalmente, desde que exercesse somente uma função protocolar, sem poder decisório. Na prática, o poder político concreto exercido nas monarquias contemporâneas europeias também é determinado pelo voto, com a eleição de representantes indicados pela população. Assim, tanto no Reino Unido como em diversos países que fizeram suas revoluções capitalistas, a monarquia, de certa forma, sobreviveu.

As formas de governo podem ser combinadas com diferentes **sistemas de governo**, ou seja, com maneiras de se distribuir as competências políticas entre os poderes Executivo e Legislativo.

O primeiro-ministro inglês, por exemplo, é o chefe do Poder Executivo e coordena uma equipe de ministros de Estado. O primeiro-ministro é escolhido de forma indireta, ou seja, não é eleito pelo voto do povo, e sim pelo voto do Parlamento (cujos deputados são eleitos pelo povo). Como o exercício do poder cabe ao Parlamento, intitulamos esse tipo de sistema de governo de **parlamentarismo**.

Utilizando os países europeus como exemplo, atualmente são monarquias parlamentaristas constitucionais, além do Reino Unido, a Espanha, a Suécia, a Holanda, a Dinamarca, a Bélgica e os pequenos principados de Mônaco e Luxemburgo. No continente asiático, podemos citar como exemplo o Japão. Quanto a repúblicas parlamentaristas, podemos citar Alemanha, Portugal e Itália.

Se o exercício do poder cabe ao presidente da República, como ocorre em outros países, temos então o sistema de governo intitulado **presidencialismo**, que é outra forma de exercício do Poder Executivo. Nele, o presidente eleito e os ministros por ele escolhidos têm como principal função, além de administrar o Estado, a execução e o cumprimento das leis.

Podemos citar como exemplos de repúblicas presidencialistas França, Estados Unidos, Brasil e demais países latino-americanos.

Devemos observar que, no presidencialismo, o chefe do Executivo pode ser eleito ou não de forma direta. A eleição do presidente de forma direta ocorre, por exemplo, no Brasil e na maioria dos países que adotam esse sistema de governo. Esse não é o caso, porém, dos Estados Unidos, onde o presidente é eleito por um colégio eleitoral, cujos representantes são votados em cada estado da federação estadunidense de acordo com regras de proporcionalidade.

A Inglaterra é uma monarquia parlamentarista, em que o rei exerce a função de chefe de Estado, e o primeiro-ministro, de chefe de governo.



Hollie Adams/POOL/AFP

Primeiro-ministro britânico Keir Starmer (1962-) e o rei Charles III (1948-). Woodstock, Inglaterra, 2024.

Modelos de democracia

A palavra **democracia**, que significa “governo do povo” (das palavras gregas *dêmos* = povo + *krátos* = governo, poder), foi utilizada pela primeira vez pelo historiador Heródoto, no século V a.C., para se referir a um tipo de experiência de exercício do poder que aconteceu durante determinado período na Grécia Antiga.

A democracia grega era bastante limitada: o cidadão que detinha direitos políticos era somente o homem grego adulto e proprietário de terras, pertencente à classe dominante – portanto, uma minoria da população. Estavam excluídos da democracia grega os jovens, as mulheres, os estrangeiros, os pobres e os escravizados.

A democracia grega era uma **democracia direta**, ou seja, o povo governava diretamente tomando decisões em assembleias que poderiam reunir, segundo historiadores, até seis mil pessoas.

Até o final do século XVIII, o que se entendia como democracia era sua forma direta. Essa era, por exemplo, a compreensão da época de Jean-Jacques Rousseau, sobre o qual já discorremos neste capítulo. Para Rousseau, a vontade geral do cidadão somente poderia ser exercida por ele mesmo, de forma direta, reunido em assembleia com o restante do povo.

O modelo de democracia que acabou prevalecendo entre os iluministas, no entanto, foi aquele formulado por John Locke. Contemporâneo da Revolução Gloriosa, de 1688, que pôs fim ao absolutismo na Inglaterra do século XVII, Locke defendeu, como vimos, que o poder monárquico devesse ser controlado por um contrato, mediante a elaboração de uma Constituição. A ascensão do poder da burguesia na Inglaterra, portanto, consagrou a democracia como regime político, mas na forma de governo de uma monarquia constitucional, na qual

“o rei reina, mas não governa”. Quem exerce o poder de fato é o Parlamento, que elege para o cargo de governante o primeiro-ministro. Vem daí a expressão “rainha da Inglaterra”, quando queremos nos referir a alguém que aparenta ter o poder, mas que de fato “não manda em nada”.

Essa forma de exercício da cidadania política ficou conhecida como **democracia representativa** ou **democracia indireta**, na qual o povo elege seus representantes (parlamentares), que exercem o poder político por meio do governo.

Eleitor confirmando voto na urna eletrônica brasileira em simulação de eleição. Rio de Janeiro (RJ), 2022.

No modelo de democracia representativa, a população escolhe seus representantes do poder político por meio do voto.



Democracia participativa

Recentemente, foi criado outro conceito: o de **democracia participativa**. A discussão sobre a democracia participativa surgiu de grupos sociais subalternos que se organizaram para reivindicar, do poder público, melhorias na qualidade de vida de suas cidades por meio da execução de políticas que atendessem às necessidades da maioria da população. Esses grupos defendiam que as democracias liberais não garantiam nada além de uma democracia formal. O cidadão que “cumpria o dever” de pagar em dia todos os impostos recebia, em troca, apenas o direito de participar da escolha dos seus representantes, nos poderes Executivo e Legislativo.

Um exemplo de democracia participativa implantado em algumas cidades brasileiras são os conselhos populares – espaços públicos onde a população e os setores organizados da sociedade podem discutir e decidir, em conjunto com o poder público, as políticas voltadas para determinadas áreas, como saúde e educação.

Falando nisso...

O que é democracia liberal?

Em relação à economia, como já estudamos, os pensadores que defendiam os interesses da burguesia ficaram conhecidos como pertencentes à Escola Clássica, e suas ideias, como liberalismo econômico. Entre outros membros dessa escola, podemos destacar os pensadores Adam Smith (1723-1790), David Ricardo (1772-1823), Thomas Malthus (1766-1834) e Jean-Baptista Say (1767-1832). A obra que pode ser considerada de maior influência da economia clássica foi *A riqueza das nações*, publicada em 1776 por Adam Smith, na qual ele defende ampla liberdade econômica para a burguesia, atacando a intervenção por parte do Estado, com exceção das obras públicas, da defesa nacional e da proteção dos indivíduos.

Nesse contexto, a **democracia liberal** representou a tentativa de consolidação do poder e da dominação de classe da burguesia, culminando na interseção entre as ideias políticas defendidas pelo Iluminismo e as mudanças sociais e econômicas desencadeadas pela Revolução Industrial.

A consolidação da democracia liberal como modelo político se configurou somente durante o século XX, em meio a diversos conflitos. Com a derrota do nazifascismo, ao fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o capitalismo viveu uma era de rápido desenvolvimento social e econômico, com a produção de extrema riqueza e a implementação de diversas políticas de bem-estar social.

Assim, a democracia liberal foi implantada com sucesso nos principais países capitalistas, tendo como característica fundamental a consolidação da democracia representativa, com eleições periódicas e alternância de poder entre os partidos políticos, respaldada pela execução de políticas sociais de grande alcance.

A grave crise econômica que afetou o capitalismo a partir dos anos 1970, no entanto, provocou também a crise desse modelo político liberal tradicional, trazendo mudanças que ainda estão em curso no século XXI.



Prédio do Capitólio, sede do Poder Legislativo dos Estados Unidos, país marcado pela democracia liberal. Washington, D.C., 2024.

DANIEL SUM/AFIP/Getty Images

Segundo o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (1940-), a ideia de democracia participativa tem a intenção de resgatar o caráter revolucionário que a democracia tinha por ocasião da Revolução Francesa, contribuindo para que o povo perceba que é o verdadeiro sujeito e a razão de ser do poder político. Segundo Santos, algumas características da globalização têm destruído os principais ideais revolucionários, como o conhecido lema de igualdade, liberdade e fraternidade, assim como os princípios da não discriminação e da racionalidade. Dessa forma, a democracia participativa surge como uma nova alternativa de governo, visando recuperar esses ideais perdidos.

Assim, a democracia deveria deixar de ser entendida simplesmente como um sistema formal de regras eleitorais, no qual o compromisso do cidadão se resume ao ato do voto. Esse modelo de democracia vigente na maioria dos países capitalistas – ou seja, a democracia liberal exclusivamente representativa – não seria suficiente para dar conta das questões sociais urgentes e construir a cidadania com base nos interesses da população.

Perfil

Maria Victoria de Mesquita Benevides

Maria Victoria de Mesquita Benevides (1942-), nascida em Niterói (RJ) e professora aposentada da Universidade de São Paulo (USP), é uma importante socióloga e cientista política brasileira que se dedica ao estudo da democracia participativa. Ela defende a utilização de mecanismos de participação direta da população – a exemplo do plebiscito e do referendo, práticas que permitiriam a educação política popular e o aprofundamento da democracia no Brasil, sendo, portanto, exercícios de cidadania.

Entre suas diversas obras sobre o tema, Benevides apresenta esse debate com destaque no livro *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular* (1991).



Maria Victoria de Mesquita Benevides, socióloga brasileira. São Paulo (SP), 2023.

Mathilde Misionero/Folhapress

No Brasil, a experiência de democracia participativa considerada por diversos estudiosos como de maior sucesso na sua execução foi o orçamento participativo (OP), desenvolvido pela prefeitura de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, a partir de 1989, naquele momento sob a administração do Partido dos Trabalhadores (PT). A iniciativa permitiu a participação efetiva da população da cidade na definição das prioridades de investimento de parte do orçamento público municipal.



Moradores reunidos em assembleia do orçamento participativo municipal. Porto Alegre (RS), 2019.

Luciano Lames/PMFA

A democracia participativa seria caracterizada pela constituição de mecanismos baseados na ideia de democracia direta, recuperada do pensamento de Jean-Jacques Rousseau, mas adaptada à realidade das sociedades atuais. Nesse novo modelo, com base na implementação de uma série de dinâmicas e de regras decisórias, a população poderia ser convidada para debater seus problemas concretos e mais imediatos, estabelecendo prioridades pelo voto e acompanhando a destinação das verbas públicas por meio da criação de conselhos.

A Constituição Federal brasileira de 1988 instituiu instrumentos de participação direta, como o **plebiscito**, o **referendo** e a iniciativa legislativa popular, que são importantes mecanismos de democracia participativa estudados pela socióloga Maria Victoria Benevides. A iniciativa legislativa popular, por exemplo, garante a apresentação de uma proposta de lei ao Congresso, à Assembleia Legislativa estadual ou à Câmara de Vereadores de qualquer município, desde que subscrita por determinado número de eleitores. Esse tipo de iniciativa legislativa foi bastante utilizado pelos movimentos sociais organizados durante o processo de elaboração da Constituição de 1988, com a apresentação de projetos de lei ao Congresso, que, na época, reuniram milhares de assinaturas.

GLOSSÁRIO

Plebiscito:

consulta do poder público à população sobre medidas futuras, que podem ou não representar alguma norma jurídica.

Referendo:

votação popular sobre leis ou atos administrativos, inclusive de ordem constitucional, que estejam em vigor. O povo, nessa consulta, tem o poder para ratificar ou rejeitar a norma legal.

Existem diversas limitações e lacunas nas iniciativas de democracia participativa contemporânea. Uma delas diz respeito ao fato de que, no caso das experiências de orçamento participativo, por exemplo, havia uma parcela bem reduzida do orçamento público reservada para que a população decidisse seu destino. Outra limitação que pode ser apontada é que essas experiências ficaram restritas aos governos locais, não alcançando populações de maior porte, como os estados e o país – nessas esferas de poder, as alternativas de democracia direta se restringem, principalmente, aos mecanismos previstos na Constituição citados anteriormente.

A adoção dessas alternativas teve como um de seus objetivos a tentativa de revitalizar a democracia representativa. Ela não é excluída nesses processos decisórios, nos quais a democracia participativa acaba por assumir caráter complementar.

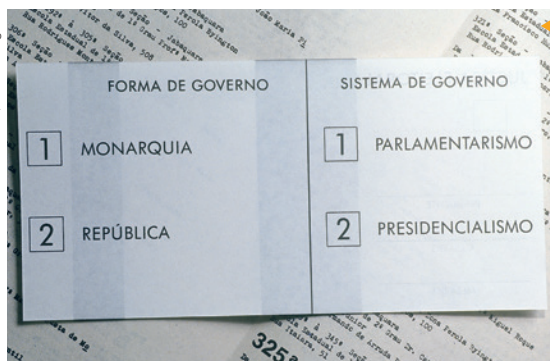
Em 1963, um referendo pela mudança do sistema de governo para o parlamentarismo foi convocado com a intenção de impedir de vez o exercício da presidência de João Goulart (1919-1976). Mediante emenda constitucional de 1961, o Congresso havia imposto que a sua posse, naquele mesmo ano, após a renúncia do presidente eleito Jânio Quadros (1917-1992), seria sob um regime parlamentarista provisório. A maioria da população votou contra o parlamentarismo no referendo, restituindo os poderes ao presidente em exercício.

Acervo Iconographia



João Goulart e sua esposa, Maria Thereza Goulart (1936-), votando no referendo de 1963.

Delfim Martins/Pulsar Imagens



Cédula do plebiscito de 1993. São Paulo (SP), 1993.

Em 1993, houve um plebiscito, previsto por ocasião da elaboração da Constituição de 1988, para mudar o sistema e a forma de governo vigentes no país. A proposta de mudança foi rejeitada.

Partidos políticos, seus programas e visões de mundo

Segundo o sociólogo Robert Michels (1876-1936), os partidos políticos em geral, independentemente da ideologia que defendem, tendem à burocratização e à elitização. Assim, eles acabam se transformando em um instrumento de poder de um pequeno grupo (oligarquia) que os controla, impedindo a formação de novas lideranças – a não ser que sejam subordinadas ao grupo que controla a “máquina partidária”. Essa tese de Michels, escrita originalmente em 1914, ficou conhecida como a **lei de ferro das oligarquias**.

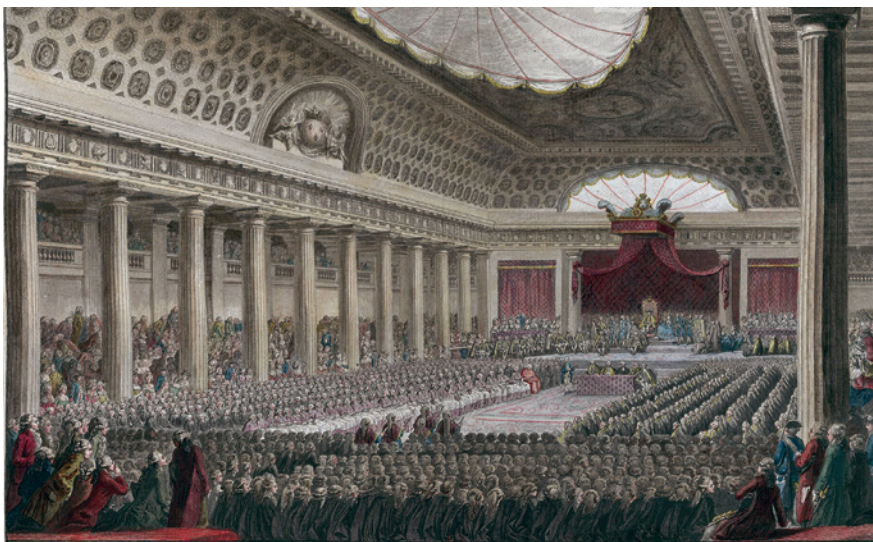
As eleições livres e periódicas, com regras predefinidas, são sempre apresentadas como o principal referencial e termômetro da democracia representativa. São também o instrumento de consolidação das propostas políticas dos partidos em sua busca pelo governo de determinado país. Nesse sentido, a garantia do pluralismo político, como vimos na abertura deste capítulo, é importante para que a diversidade de ideias e posições políticas seja representada.

Mas será que esse mecanismo – as eleições – funciona de fato? Para nos ajudar a pensar, tentaremos, agora, provocar uma reflexão a esse respeito remetendo novamente à História.

Quando se discute política de maneira geral, você já ouviu falar nos termos “direita” e “esquerda”? Esse tipo de classificação tem origem na Revolução Francesa (1789) e significava simplesmente a posição dos partidos políticos durante a Assembleia Nacional (a Convenção), conforme observamos na imagem apresentada nesta página: à **direita**, sentavam-se os parlamentares da Gironda, representantes da alta burguesia, defensores da propriedade privada e da ampla liberdade para os negócios; à **esquerda** e ao alto, situavam-se os membros da Montanha, conhecidos como jacobinos, representantes da pequena burguesia e defensores dos

direitos dos trabalhadores urbanos e camponeses. Os jacobinos eram tidos como radicais, mas eram a favor da propriedade privada, desde que vinculada ao bem-estar social. Admitiam que o Estado pudesse controlar de alguma forma a economia.

Existia ainda um partido de **centro**, a Planície – também chamada jocosamente, por seus adversários jacobinos, de Pântano. Seus membros, apesar de representarem a alta burguesia, tentavam mediar os conflitos entre a direita e a esquerda. Na maior parte da história, aliaram-se à Gironda, que eram seus parceiros de classe social.



Isidore-Stanislas Helman e Charles Monnet. *Abertura da Assembleia dos Estados Gerais em 5 de maio de 1789 no Hôtel des Menus Plaisirs, em Versalhes*. Gravura, 1790.

Direita, esquerda, centro?

Da Revolução Francesa aos nossos dias, virou uma espécie de “senso comum” relacionar a **esquerda** com o desejo de lutar por igualdade, justiça social, direitos dos trabalhadores e dos desfavorecidos; portanto, os partidos socialistas e comunistas passaram a ser entendidos como de esquerda. Destes, aqueles que se pautam pela negação da democracia burguesa e por sua derrubada a fim de tomar o poder por meio de uma revolução popular, com a implantação de um tipo de “ditadura do proletariado”, são denominados por alguns sociólogos como extrema-esquerda.

Já a **direita** ficou associada à elite econômica da sociedade capitalista, à burguesia e àqueles que defendiam seus interesses. Assim, podem ser entendidos tanto os partidos liberais como também aqueles que acreditam que o capitalismo somente se torna viável por meio da intervenção econômica e do autoritarismo, como é o caso dos partidos totalitários, contrários à democracia como forma de governo e defensores de modelos de ditadura com inspiração no fascismo – estes últimos são definidos como extrema-direita.

O chamado **centro** seria ocupado por aqueles partidos que tentam conciliar as necessidades do capital à preocupação com algumas questões sociais e a uma relativa ampliação dos direitos dos trabalhadores. Na verdade, esses partidos de centro são formados por representantes da burguesia, com a diferença de apresentarem menor ou maior preocupação social, sempre visando à manutenção de uma ideia de “paz social”. Essa pequena diferença poderia levar à subdivisão desse grupo entre **centro-direita** e **centro-esquerda**. Entendendo-se dessa forma, poderíamos vincular historicamente a centro-direita aos grupos intitulados mais recentemente pelos analistas políticos como sociais-liberais. Já a centro-esquerda reuniria os partidos políticos que se destacaram historicamente por meio da experiência da social-democracia europeia, principalmente o período dos chamados “Trinta Anos Gloriosos”, após a Segunda Guerra Mundial. Hoje, com o fim do Estado de Bem-Estar Social, os partidos de centro-esquerda se definem quase sempre como sociais-liberais.

A **esquerda**, portanto, é aquela que luta por reforma agrária, distribuição de renda, políticas de inclusão e de assistência aos menos favorecidos e a pessoas em situação de vulnerabilidade social, por mais verbas e qualidade para a saúde e a educação públicas, entre outras pautas. É identificada com os partidos que propõem mudanças mais significativas na forma de organização da sociedade.

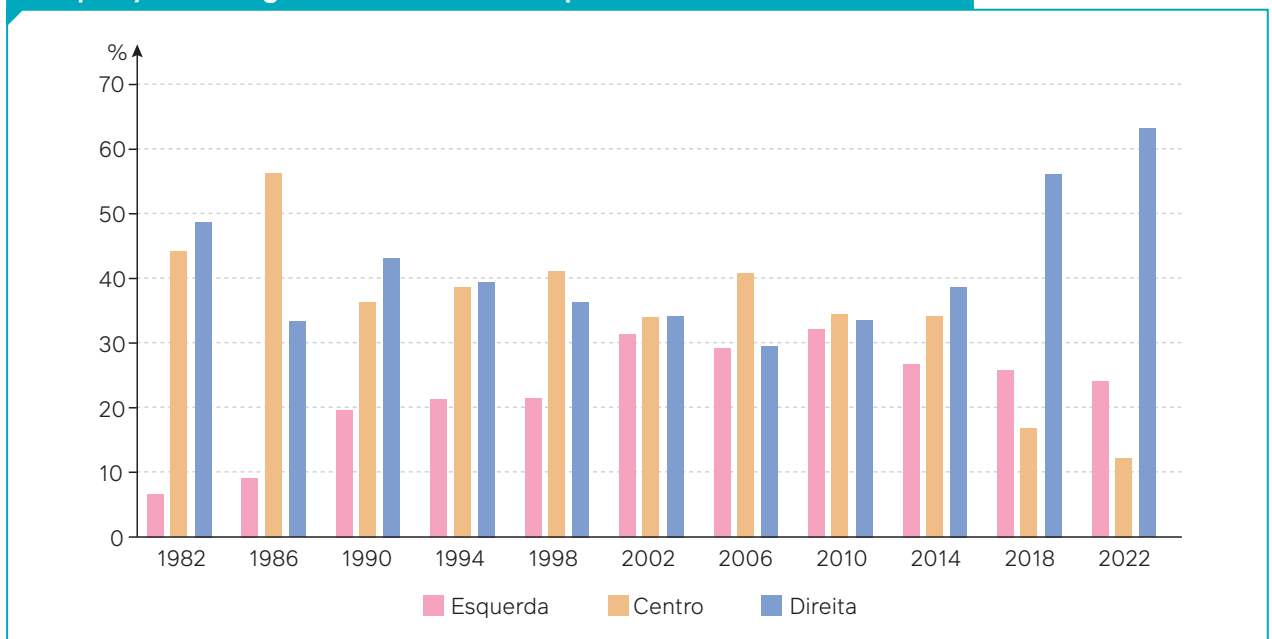
Já a **direita** pode ser nomeada como a defensora da propriedade privada, da privatização das empresas públicas, da “liberdade” econômica, da educação e da saúde privadas, entre outros posicionamentos. É identificada com os partidos conservadores, preocupados em preservar a estabilidade do sistema político.

O **centro**, por sua vez, procuraria conciliar esses dois interesses antagônicos, propondo reformas pequenas e pontuais.

Como os partidos políticos na sociedade capitalista precisam eleger seus representantes pelo voto popular (a grande maioria da população é composta dos trabalhadores e menos favorecidos em geral), configura-se uma situação curiosa: em um país como o Brasil, com maioria de eleitores composta de trabalhadores, além de pobres e miseráveis, quase todos os governantes e parlamentares eleitos pertencem à elite econômica ou defendem seus interesses.

Observe o gráfico, que demonstra a composição ideológica dos deputados federais em atuação entre 1982 e 2022, em que se destacam as posições de direita e de centro.

Composição ideológica da Câmara dos Deputados no Brasil – 1982-2022



Fonte: GALDO, R. Apesar de derrota de Bolsonaro, direita ganha força no país, mas é heterogênea. *O Globo*, Rio de Janeiro, 6 nov. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/11/apesar-de-derrota-de-bolsonaro-direita-ganha-forca-no-pais-mas-e-heterogenea.ghtml>. Acesso em: 26 jul. 2024.

A posição ideológica dos partidos políticos no Brasil

Do ponto de vista teórico, e procurando não considerar as variações já mencionadas (extrema-direita, extrema-esquerda, centro-direita, centro-esquerda), os partidos legalmente instituídos mais à **esquerda**, no Brasil, são aqueles que se definem programaticamente como comunistas ou socialistas. No primeiro caso, podemos situar, além de pequenos partidos que continuam clandestinos por opção própria, alguns como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido da Causa Operária (PCO) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). No segundo caso, estariam o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e a Unidade Popular pelo Socialismo (UP).

Deve-se registrar que, caso nos aprofundemos em nossos estudos, verificaremos que os partidos citados apresentam grandes diferenças entre si, apesar de um ou outro ter origem comum até certo ponto. É o caso do PSTU e do PSOL, por exemplo, que surgiram a partir de divergências políticas entre militantes ou correntes internas que existiam no PT. Mas o critério que tomamos como referência é a autodefinição formal desses partidos como comunistas ou socialistas, à qual acrescentamos ainda duas observações. Em primeiro lugar, embora PSTU e UP se definam como “socialistas”, seus militantes e seus programas têm como referência a construção de uma sociedade comunista. Em segundo lugar, o PT não se define programaticamente como um partido socialista, ainda que sua identificação seja com o campo da esquerda.

Os partidos ideologicamente de **direita** seriam aqueles que se autointitulam defensores radicais do liberalismo ou que defendem, de alguma forma, a solução para os problemas do país pela via autoritária – apesar de apresentarem candidatos nas eleições em geral.

Tomando como referência a história do Brasil desde 1964, podemos definir como direita os extintos partidos Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Partido Democrático Social (PDS), os quais deram sustentação à Ditadura Civil-Militar no Congresso Nacional. Atualmente, este último partido adota o nome de Partido Progressistas (PP). Vários políticos que ainda hoje atuam no país têm origem nesses partidos do período ditatorial. Entre os defensores das políticas neoliberais, poderíamos relacionar também, além dos partidos de direita já citados, o União Brasil – que já se chamou Democratas (DEM) e Partido da Frente Liberal (PFL) –, além do Partido Social Democrático (PSD), do Republicanos, do Partido Liberal (PL), do Podemos, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do Solidariedade e do Cidadania.

Esta tentativa de classificação mais formal é muito difícil de se fazer, em razão da “fluidéz” ideológica e programática desses partidos, que se relacionam com a grande instabilidade presente historicamente no país e, acima de tudo, com os interesses eleitorais daqueles que se candidatam por esses partidos. Podemos citar dois casos, a título de exemplos. O Partido Liberal (PL), apesar do seu nome e da sua origem vinculada à defesa expressa das políticas neoliberais no âmbito da democracia, a partir das eleições de 2018 pode ser definido como uma agremiação de extrema-direita, com a filiação de pessoas autoritárias e defensoras da herança da Ditadura Civil-Militar. Outro exemplo é o antigo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), atualmente MDB – sigla que utilizava originalmente, quando de sua fundação em 1966, e durante boa parte do Regime Militar, quando se caracterizava por ser o único partido de “oposição”, embora as atividades fossem autorizadas pela ditadura. Nesse período, além de reunir muitos filiados de direita, abrigava também setores da esquerda, cujos partidos foram proibidos e perseguidos, como é o caso de antigos militantes do PCB. Nos últimos anos, porém, a prática política do MDB deve ser entendida como de direita, sendo um dos principais articuladores de um grande bloco político que comanda o Congresso Nacional, intitulado como “centrão”, com um imenso poder de barganha de leis e recursos sobre o Executivo federal. O “centrão” é composto pelo atual MDB e por quase todos os partidos de direita citados anteriormente.

O termo “centrão” nos permite fazer uma breve reflexão teórica, em uma analogia com os partidos da época da Revolução Francesa, sobre quais seriam os partidos de **centro** existentes no Brasil. Podemos até entender dessa forma, na atualidade, os partidos sociais-democratas, os trabalhistas e aqueles que têm como foco a defesa do meio ambiente, como são, respectivamente, o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Verde (PV) e a Rede Sustentabilidade (Rede). Na prática política, no entanto, o PSDB foi o partido que consolidou o neoliberalismo no país, a partir dos mandatos do presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1931-), entre 1995 e 2002. Com isso, apesar do seu nome formal, atualmente é mais apropriado situá-lo no campo ideológico entre a direita e a centro-direita, a depender do perfil dos seus candidatos. Já os outros partidos citados se aproximam da esquerda ou da centro-esquerda, segundo os mesmos critérios. Da mesma forma, apesar de termos situado o PT como um partido de esquerda – como, de fato, era em sua origem, em 1980 –, nos últimos anos seria mais apropriado, pelas políticas implementadas enquanto ocupou o Poder Executivo brasileiro, como um partido também vinculado à social-democracia.

Ressalta-se que foi destacada aqui a autodefinição de todos esses partidos de um ponto de vista teórico. Mas, se estudarmos de forma um pouco mais aprofundada a política e a democracia brasileiras, perceberemos que a prática de tais partidos e de seus representantes nem sempre corresponde ao que essas agremiações defendem sob uma perspectiva programática, teórica ou ideológica.

Cidadania política × ditaduras

A forma mais usual de nos referirmos à **cidadania política** é identificar essa ideia com o direito que o cidadão tem de eleger, pelo voto direto, seus representantes: vereadores, deputados, senadores, prefeitos, governadores ou presidentes da República.

Nesse caso, o voto é um instrumento regular de renovação do poder político: de tempos em tempos, em prazo preestabelecido em lei (de quatro em quatro anos, por exemplo), o eleitor escolhe aqueles que irão representá-lo no cuidado com a coisa pública. Daí a palavra “república”, formada pela expressão romana *res publica*, que subentende que as coisas públicas devem ser de interesse de toda a população.

Apesar de ter se transformado em uma prática bastante comum na história recente do Brasil, nem sempre foi assim: o ato de votar periodicamente foi uma conquista da população organizada, obtida com base no enfrentamento do poder ditatorial que se instalou no país com o Golpe Civil-Militar de 1964. Ao longo do século XX, enquanto proliferavam as repúblicas em substituição às monarquias, apareciam também as chamadas **ditaduras**.

Em termos gerais, podemos definir **ditadura** como uma forma de exercício do poder que consiste na anulação da cidadania política, impedindo a livre participação do povo na vida pública por meio do voto.

Trata-se de um regime político caracterizado por concentração e centralização acentuadas de poder por parte de um grupo, muitas vezes personificado em um indivíduo que assume o papel de ditador – um líder, que pode ser carismático ou não – que governa de forma autoritária e sem qualquer participação popular. A ascensão de ditaduras ao poder geralmente está relacionada à ampla manipulação da opinião pública por intermédio de instrumentos eficazes de comunicação e propaganda.

Os regimes ditatoriais apresentam-se de maneiras distintas. Em alguns países, contam com grande adesão da população; em outros, há uma adesão relativa, mas legitimada por certos grupos e classes sociais; em outros, ainda, foram liderados por militares.

Do ponto de vista do contexto histórico e social, podemos dizer que as ditaduras tiveram origem no aprofundamento de crises sociais e políticas, determinadas por fatores relacionados à história específica daquelas sociedades, conjugados com aspectos da conjuntura externa. Podemos citar como exemplos de conjunturas de crise ou pós-crise o final da Primeira Guerra Mundial, em 1918, ou o período da Guerra Fria, que durou desde o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, até o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a queda do Muro de Berlim, no período de 1989 a 1991. Assim, são exemplos de ditaduras que acompanharam mudanças conjunturais durante o século XX: a Alemanha nazista, comandada por Adolf Hitler (1889-1945); a Itália fascista, dirigida por Benito Mussolini (1883-1945); o Brasil durante o Estado Novo, presidido por Getúlio Vargas (1882-1954); as diversas ditaduras militares que foram implantadas, no Brasil e na América Latina, durante os anos 1960, 1970 e 1980; a ex-URSS, a partir da ascensão de Joseph Stalin (1878-1953).

Para ampliar

Assista

One child nation, de Nanfu Wang e Jialing Zhang (Amazon Prime Video, 2019, 88 min). Filme sobre a política do filho único implementada na China na década de 1970 que retrata as consequências sociais e individuais dessa política e destaca o papel da propaganda no regime ditatorial chinês.



Amazon Studios



O dia que durou 21 anos, de Camilo Tavares (Pequini Filmes, 2012, 80 min). Documentário que apresenta os bastidores do envolvimento dos Estados Unidos na articulação do Golpe Civil-Militar de 1964 no Brasil.

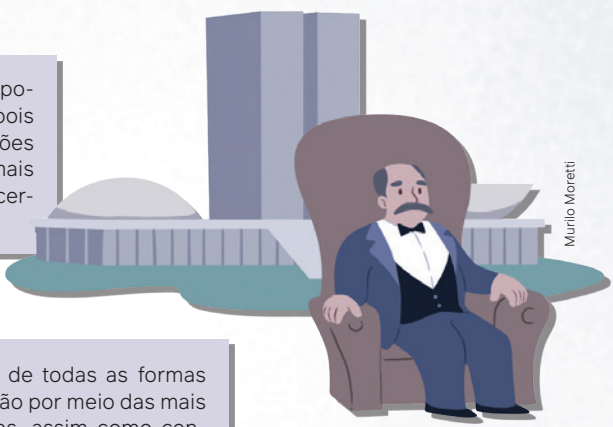
Além da supressão do direito ao voto, os regimes ditatoriais costumam ter as características a seguir.



- Restrição à livre organização partidária, com a autorização de funcionamento somente de partidos vinculados ao regime. Na Ditadura Civil-Militar brasileira iniciada em 1964, por exemplo, somente dois partidos eram permitidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). No caso de ditaduras identificadas como “comunistas”, há apenas um único partido político oficial, que representa a força política que está no poder. O maior exemplo da atualidade é o Partido Comunista da China.
- Proibição e repressão de quaisquer reuniões coletivas, associações e sindicatos de trabalhadores, assim como elaboração de legislação restritiva a direitos trabalhistas por parte principalmente de ditaduras vinculadas a grandes interesses capitalistas, como ocorreu de forma generalizada na América Latina durante os anos 1960 e 1970.

Murilo Moretti

- Supressão da separação de poderes. Não existe um padrão, pois cada país tem suas organizações políticas internas. O modelo mais comum é a concentração exacerbada de poder no Executivo.



Murilo Moretti



- Controle total de todas as formas de comunicação por meio das mais diversas mídias, assim como censura a informações que contrariem ou critiquem as políticas ditadas pelo regime.

- Propaganda profissionalizada de uma ideologia oficial e sua difusão à exaustão nos meios de comunicação, nas escolas e em todos os espaços e instituições possíveis.
- Uso de força militar e da violência contra qualquer identificação de oposição ou de algum tipo de ameaça. Outra modalidade de recurso à violência se dá com o uso de forças paramilitares, ou seja, grupos armados que não são oficiais, mas são reconhecidos abertamente pelo regime e acionados pelos detentores do poder quando julgam necessário.



Murilo Moretti

- Repressão das liberdades individuais e dos direitos humanos, bem como dos direitos políticos e sociais. Assim, são disseminados a prática de perseguição e prisão indiscriminada de opositores, o uso da tortura como meio de obtenção de alguma informação e o assassinato de líderes políticos vistos como ameaça ao poder.



1. Observe novamente o mapa “Mundo: índice de democracia por tipo de regime – 2023”, apresentado na abertura do capítulo, e faça o que se pede.
 - a) Exercitando sua visão crítica sobre essa proposta de classificação da democracia, até que ponto podemos compreendê-la de acordo com uma visão de mundo “universal” ou eurocêntrica/ocidental, assim como liberal e capitalista?
 - b) Faça uma pesquisa sobre dois países assinalados como autoritários, de continentes diferentes, procurando estabelecer variações envolvendo sua trajetória histórica e os desafios sociais, políticos e econômicos que enfrentaram ou que continuam enfrentando.

2. (Enem – 2022)

A um príncipe, portanto, não é necessário ter de fato todas as qualidades, mas é indispensável parecer tê-las. Aliás, ousarei dizer que, se as tiver e utilizar sempre, serão danosas, enquanto, se parecer tê-las, serão úteis. Assim, deves parecer clemente, fiel, humano, íntegro, religioso – e sê-lo, mas com a condição de estares com o ânimo disposto a, quando necessário, não o seres, de modo que possas e saibas como tornar-te o contrário.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. São Paulo: Martins Fontes, 2004 (adaptado).

Segundo o autor, a conquista e a conservação do poder político exigem a

- a) flexibilidade moral do monarca.
 - b) retomada dos valores cristãos.
 - c) consulta periódica dos cidadãos.
 - d) adoção do imperativo categórico.
 - e) liberdade incondicional do estadista.
3. Como as diferentes teorias do contrato social explicam o nascimento do Estado? Elabore um resumo apresentando as principais ideias, assim como as semelhanças e as diferenças entre as teorias contratualistas de Hobbes, Locke e Rousseau.
 4. Leia a notícia a seguir para responder às questões propostas.

O Legislativo e o Judiciário estão em atrito. O cardápio da crise é extenso. Entre outros, estão temas como marco temporal na demarcação de terras indígenas, aborto, drogas, lei eleitoral [...].

O problema central, no entanto, está numa disputa de poder, condimentada pelo desejo manifesto de parlamentares governistas e da oposição de impor limites ao Judiciário, principalmente ao Supremo Tribunal Federal, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Tribunal Superior Eleitoral.

“O Supremo está legislando” – é a frase mais repetida nos plenários da Câmara e do Senado. Na maioria das vezes, ela serve para ocultar a negligência, lassidão, omissão ou indecisão deliberadas, que é uma forma política de decidir.

CASADO, J. Disputa de poder provoca crise entre Congresso e Judiciário. *Veja*, [São Paulo], 21 set. 2023. Disponível em: https://veja.abril.com.br/coluna/jose-casado/disputa-de-poder-provoca-crise-entre-congresso-e-judiciario#google_vignette. Acesso em: 31 ago. 2024.

- a) Explique qual seria a função de cada um dos poderes de acordo com a teoria da separação dos poderes de Montesquieu. Como essa teoria se relaciona com o tema da notícia?
 - b) De acordo com a notícia, por que haveria um atrito entre Legislativo e Judiciário no Brasil?
5. Leia o texto a seguir.

Foi Max Weber (1864-1920), em “A política como vocação”, quem definiu a autoridade carismática como aquela que se baseia “na devoção a um ato de heroísmo excepcional, ou ao caráter exemplar de uma pessoa, o que lhe legitima a autoridade”. Mas não existe problema, teoricamente, em contar com um político carismático que tenha capacidade de energizar e capacitar a população. O problema surge quando tais personagens acabam por tomar o lugar do Estado e das demais instituições, tendo como recurso forte a capacidade de falar “diretamente” com a população, sem a intermediação de outros poderes da República.

SCHWARCZ, L. O beabá do populismo. *Nexo Jornal*, [s. l.], 9 set. 2009. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/o-beaba-do-populismo>. Acesso em: 31 ago. 2024.

Sobre o problema apontado no texto, você identifica que ele ocorre na política brasileira? Justifique sua resposta dando exemplos que ajudem a ilustrá-la.

Movimentos sociais ontem e hoje

MAB abre cozinha solidária em Canoas (RS) e distribui 600 marmitas por dia

“Uma comida gostosa e quentinha, que possa alimentar o corpo e aquecer o coração”, assim a cozinheira Maria Mathias, integrante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), descreve a produção na cozinha solidária de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre [...]. No espaço, todos os dias, são preparados 30 kg de arroz, 16 kg de feijão, 80 kg de carne e 30 kg de verdura ou salada, que se transformam em 600 marmitas distribuídas em abrigos, residências e acampamentos improvisados. A iniciativa, que conta com 30 voluntários, é fruto de uma parceria entre diversas organizações, como o Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro), o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), a Marcha Mundial de Mulheres (MMM), o Sindicato dos Motociclistas Profissionais, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), entre outras.

O município de Canoas concentra a maior população de desabrigados pelas enchentes [de 2024] no Rio Grande do Sul. De acordo com dados da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, 24,09% dos gaúchos desabrigados estão no município. Famílias da cidade têm se refugiado nas passarelas, viadutos, nos carros e carrocerias de caminhões, além dos 70 abrigos improvisados após as enchentes. [...]

Drica Cordonet, integrante da Marcha Mundial das Mulheres, ressalta que a participação das mulheres é fundamental para que as iniciativas de solidariedade saiam do papel e se mantenham em funcionamento neste momento. [...]

Para levar a comida até quem tem fome, a Cozinha Solidária conta com um apoio fundamental da rede de distribuição dos motociclistas de Canoas. Além de entregar as marmitas, os motociclistas também fazem uma conexão entre os atingidos e os parceiros. [...]

Alexania Rossato, integrante da coordenação nacional do MAB afirma que, além da alimentação, a retomada da vida das famílias atingidas também é uma preocupação do Movimento. “O direito à moradia, como será a realocação das famílias, assim como políticas sobre a tarifa de água, energia e IPTU são questões que nos preocupam”, aponta. “Nós estamos organizando as famílias para que os atingidos sejam sujeitos protagonistas nessa reconstrução, que é de responsabilidade do Estado”, completa.

GOMES, A. MAB abre cozinha solidária em Canoas (RS) e distribui 600 marmitas por dia. MAB, [s. l.], 21 maio 2024. Disponível em: <https://mab.org.br/2024/05/21/mab-abre-cozinha-solidaria-em-canoas-rs-distribuindo-600-marmitas-por-dia/>. Acesso em: 8 jun. 2024.

É comum vermos na mídia notícias a respeito das atividades de movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), muitas vezes com abordagens negativas sobre suas ações, diferentemente do texto que lemos na abertura deste capítulo sobre a atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), ao lado de outros movimentos menos divulgados, como o Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro), o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), a Marcha Mundial de Mulheres (MMM), o Sindicato dos Motociclistas Profissionais e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), entre outros.

Questionamentos

1. Você já ouviu falar de algum dos movimentos sociais citados?
2. O que você entende por “movimentos sociais”? Quais são os objetivos dessas ações?
3. Como e por que os movimentos sociais surgem em diversos momentos históricos?



Cozinha solidária organizada por movimentos sociais e voluntários em prol de pessoas atingidas pelas enchentes no Rio Grande do Sul. Porto Alegre (RS), 2024.



Vídeo
Movimentos
sociais

Definindo e caracterizando os movimentos sociais

Os **movimentos sociais** são mobilizações coletivas que devem ser compreendidas como um fenômeno intrínseco às sociedades e resultantes da reação a uma situação de grande impacto social ou de um tipo de conflito. Entendendo-os dessa forma, podemos dizer que os movimentos sociais estão relacionados a mudanças sociais. Essas transformações ocorrem porque sujeitos ou grupos atingidos por algum ato de injustiça ou vítimas de uma relação de desigualdade social ou, ainda, indivíduos que não concordam com determinada situação procuram maneiras para modificá-la, buscando conquistar e garantir direitos sociais, econômicos e políticos. Em resumo, os movimentos sociais correspondem a ações coletivas organizadas que buscam promover ou resistir a mudanças sociais, políticas, econômicas ou culturais em uma sociedade.

Grupos sociais organizados para eliminar ou pelo menos amenizar as opressões formam **ações coletivas**, que são um objeto de estudo importante para a Sociologia e para a Ciência Política.

A **reivindicação de direitos**, ou seja, tanto a implementação de novos direitos quanto a manutenção de direitos existentes, portanto, é o elemento gerador de movimentos sociais. As sociedades não são homogêneas e se dividem com base em interesses de classe, gênero, etnia ou, até mesmo, de orientação sexual e de geração. A existência de grupos de opressores e de oprimidos, em relação a essas questões, sempre significa a reafirmação de um tipo de conflito que está na origem ou na organização de movimentos sociais em uma sociedade, muitas vezes gerando a carência de bens materiais e culturais de uns em relação a outros.

Em uma perspectiva ampliada, podemos entender como exemplos de movimentos sociais ao longo da história as lutas entre patricios e plebeus e as revoltas de escravizados em Roma na Antiguidade europeia; assim como as rebeliões camponesas que ocorreram na Idade Média, como as **Jacqueries** francesas do século XIV.

Os exemplos citados representam movimentos sociais com características bem diferentes: enquanto os plebeus e os escravizados, em momentos históricos distintos, lutavam em Roma pelo que hoje chamamos de direitos políticos, os camponeses franceses se sublevaram em razão da sua condição servil, marcada pela submissão ao trabalho pesado nos feudos, em um contexto em que a miséria da população não impedia a cobrança de impostos absurdos e o confisco das propriedades camponesas pelos senhores feudais.

Saltando na história para a Inglaterra pós-Revolução Industrial e depois do surgimento do proletariado como classe social, são exemplos de movimentos sociais o ludismo, no século XVIII, no qual os operários promoviam a destruição de máquinas; e o movimento cartista, em 1830, em que o proletariado organizado reivindicava a representação política no Parlamento.

Nota-se que os movimentos sociais têm também relação de conflito com o Estado, pois, como vimos, nem sempre este satisfaz a vontade coletiva, restringindo-se à vontade daqueles que dominam os recursos materiais da sociedade e aos seus interesses.

Enquanto os movimentos sociais desejam mudanças, o Estado, na maioria das vezes, deseja manter a ordem das coisas ou, como dizem os especialistas, o *status quo*, já que, em geral, ele representa os interesses das classes dominantes.

A ilustração retrata uma Jacquerie ocorrida no mercado de Meaux, comuna francesa, em 1358, em que camponeses se rebelaram contra os nobres.

GLOSSÁRIO

Jacquerie:
revolta de camponeses contra a nobreza no final da Idade Média na França.



Ilustração de Loyset Liédet (1420-1479), presente na obra *Crônicas*, de Jean Froissart (1337-1405), século XV.

Um movimento social só tem força quando apresenta uma proposta, ou seja, quando se organiza de maneira objetiva para conquistar os fins que almeja alcançar. Por isso, há necessidade de um projeto, a ser desenvolvido de acordo com a orientação política do movimento. A ideologia também é um fator importante, já que reflete a visão de mundo dos indivíduos que participam do movimento, suas perspectivas, as mudanças que ambicionam, o mundo que esperam combater ou construir de forma alternativa.

Por fim, a organização é fundamental, porque ela é a base do movimento e essencial para o seu sucesso político. Afinal, sem instrumentos eficazes de comunicação e sem recursos financeiros mínimos, os movimentos sociais acabariam apresentando resultados bastante limitados na sua ação política.

Vamos conhecer agora algumas teorias e características de movimentos sociais.

Movimentos socialistas

O **socialismo científico** defendido por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) apresentou uma mudança qualitativa significativa na postura política dos movimentos sociais até então. Sua proposta tratava-se de uma teoria da revolução socialista, na qual o proletariado assumiria um novo papel de protagonista na história da humanidade, alterando radicalmente as relações de poder existentes. Assim, tendo como um de seus principais guias o *Manifesto Comunista* (1848), de autoria de Marx e Engels, os movimentos sociais passaram a reivindicar não mais seu lugar na ordem do sistema capitalista, mas, sim, a própria derrubada dessa ordem e a construção de uma nova sociedade, sem opressores e oprimidos.

As teorias de Marx e Engels, portanto, resultaram em uma nova conformação dos movimentos sociais, que assumiram o comunismo como o projeto político final, que deveria ser construído com base na organização e na luta do proletariado. Para alcançar esse objetivo, os trabalhadores se muniram dos ideais e das teorias marxistas – desenvolvidas mais adiante, no século XX, por outros teóricos fundamentais como Vladimir Lênin (1870-1924), Liev Trotski (1879-1940), Rosa Luxemburgo (1871-1919), Antonio Gramsci (1891-1937) e Ernesto Che Guevara (1928-1967). Eles adotaram como tática a mobilização e a organização da paralisação da produção capitalista (as greves), além da estruturação de um partido político operário (o Partido Comunista), responsável pelo comando do processo revolucionário por lideranças reconhecidas pelo proletariado (a vanguarda operária).

Portanto, entre a segunda metade do século XIX – quando foi lançado o *Manifesto Comunista* – e a maior parte do século XX, até aproximadamente os anos 1960, podemos dizer que a grande maioria dos movimentos sociais surgidos nas diversas partes do planeta, que se constituíram principalmente de sindicatos urbanos e associações camponesas, baseava-se na **luta classista**. O projeto político desses movimentos, sob a liderança dos trabalhadores, passava pela mudança radical das relações sociais de produção na ordem capitalista, com o objetivo de construir uma sociedade com outros moldes, de cunho socialista.

O caráter dos movimentos sociais começou a se modificar principalmente a partir dos anos 1960, apesar de a luta classista permanecer como referência para diversos movimentos importantes até hoje.

Trabalhadores portuários mostram seus registros sindicais durante uma greve. Inglaterra, 1925.



Capa da primeira edição alemã do *Manifesto Comunista*, publicada em Londres, Inglaterra, em 1848.



Peter Newark Pictures/Bridgeman Images/Fotoarena

Bettmann Archive/Getty Images

A Escola de Chicago e outras teorias das ações coletivas

As teorias sociológicas acerca dos movimentos sociais, em geral, definem essas formas de ação coletiva como relacionadas a algum tipo de conflito, como ressaltamos na introdução deste capítulo. No caso dos movimentos de orientação teórica marxista, como vimos, a base do conflito está relacionada às lutas entre classes sociais antagônicas em uma dada sociedade. Durante o século XX, porém, escolas de Sociologia – principalmente as estadunidenses – desenvolveram teorias sobre ações coletivas que não se relacionavam ao conceito de luta de classes. Um dos teóricos pioneiros nesse sentido foi Herbert Blumer (1900-1987), sociólogo estadunidense pertencente à prestigiada Escola de Chicago, formada por um coletivo de pesquisadores com intensa produção de formulações teóricas sobre as relações sociais.

Entendendo o **comportamento coletivo** e os movimentos sociais como centrais no pensamento sociológico, Blumer, nos anos 1920, desenvolveu uma classificação dessas ações coletivas em categorias distintas. É interessante pensar que, nessa classificação, ele incluiu, além dos movimentos operários, os movimentos de mulheres, ainda em fase embrionária em várias sociedades ocidentais naquela época, e movimentos que somente ganhariam destaque maior cerca de 40 anos depois, durante os anos 1960, como os movimentos de juventude e as mobilizações contra guerras e em defesa da paz. Essa constatação reforça o aspecto pioneiro do pensamento do autor.

Internet Archive Book/Flickr.com



O sociólogo Herbert Blumer. Columbia, Estados Unidos, 1922.

Blumer entendia que os movimentos sociais eram empreendimentos coletivos que tinham como objetivo uma mudança de vida provocada por alguma inquietação social. Tais inquietações aparecem, segundo o autor, tanto no plano individual como no psicológico e motivam o surgimento desses movimentos.

É importante registrar que a consideração das reações psicológicas a qualquer tipo de privação social como originárias de movimentos sociais é uma característica comum dos sociólogos da Escola de Chicago. Com o tempo, movimentos como esses citados por Blumer poderiam crescer e se tornar mais organizados e estruturados, com uma definição mais precisa de metas e objetivos. Assim, os movimentos sociais estabeleceriam um **espírito de corpo**, uma atmosfera maior de cooperação entre os seus membros e uma série de rituais e símbolos que fortaleceriam o próprio movimento, como a necessidade de reuniões periódicas, a organização de manifestações, a exaltação de ídolos e heróis, a escolha de determinados textos de referência (como manifestos), a criação de canções e *slogans*, entre outros. Esses elementos ainda estão presentes em diversos movimentos sociais da atualidade.

Outro autor importante da Sociologia estadunidense que se dedicou ao estudo sobre os movimentos sociais é Talcott Parsons (1902-1979). Parsons influenciou a criação de uma escola de pensamento sociológico bastante conservadora, inspirada nas teorias de Émile Durkheim (1858-1917). Nessa perspectiva, desenvolvida na década de 1950, os movimentos sociais seriam resultado de sociedades atravessando um momento intenso de mudanças sociais, em que alguma coletividade se envolveria com a promoção ou a resistência a esse processo.

A Escola Sociológica de Chicago, ou Escola de Chicago, foi uma iniciativa de pesquisadores e professores do Departamento de Sociologia da universidade, tendo seu auge nas primeiras décadas do século XX. Voltada principalmente para temáticas em contexto urbano, com destaque para pesquisas sobre crime e violência, também trouxe contribuições em estudos sobre Psicologia Social.

janniswerner/iStock/Getty Images



Um dos prédios da Universidade de Chicago, fundada em 1892. Chicago, Estados Unidos, 2015.

A socióloga brasileira Maria da Glória Gohn (1947-), uma das maiores especialistas do país no estudo dos movimentos sociais, sintetiza pontos que os caracterizariam e identificariam segundo esse ponto de vista:

- Os movimentos sociais somente ocorreriam por causa da existência de pessoas que não se ajustariam à ordem e às normas vigentes.
- Seriam característicos de sociedades em processo de mudanças, ou seja, que se encontrariam desorganizadas socialmente. No sentido oposto, sociedades integradas e estáveis teriam poucas tensões e, conseqüentemente, poucos movimentos sociais.
- Haveria uma relação bem estreita entre movimentos sociais e marginalidade social, com os movimentos atraindo membros e líderes de grupos excluídos socialmente.
- Movimentos sociais seriam gerados por ações coletivas quando houvesse algum bloqueio na estrutura da própria sociedade que impedisse a resolução do descontentamento; quando houvesse contato entre os descontentes; quando se percebesse que a ação proposta poderia aliviar o motivo do descontentamento; quando haveria uma ideologia mobilizadora justificando e apoiando essas ações.

É importante citarmos também as pesquisas desenvolvidas pelo sociólogo e cientista político estadunidense Charles Tilly (1929-2008), publicadas a partir do final da década de 1970. Utilizando como base de referência a produção teórica clássica da Sociologia e dialogando com os intelectuais que haviam se dedicado anteriormente à temática dos movimentos sociais, Tilly elaborou uma teoria na qual atribui às ações das instituições do sistema político a responsabilidade pelo estabelecimento de resistências nas comunidades em escala local. Para o autor, o Estado, sua estrutura e seu poder, seriam responsáveis por desencadear a organização de ações coletivas a partir do século XIX. As ações coletivas devem ser identificadas de

forma bastante ampla, segundo Tilly, não somente como ações de protesto ou rebelião, mas também como formas de manifestação que mobilizam os indivíduos em geral. Elas poderiam, inclusive, não ser contrárias à ordem, mas estimuladas ou apoiadas pelas próprias autoridades, visando alcançar objetivos comuns.

Charles Tilly e outros intelectuais estadunidenses, como o economista e sociólogo Mancur Olson (1932-1988), entendem também as ações coletivas como não tendo origem de forma espontânea ou motivadas pelo bem comum, e sim estimuladas por ganhos individuais. Olson intitulou essa ideia de “a lógica da ação coletiva”. Como as conquistas de um grupo acabam resultando, via de regra, no benefício de todos, os movimentos coletivos se constituem porque têm condições de oferecer aos seus membros alguma vantagem pessoal.

As teorias dos movimentos sociais elaboradas nas escolas de Sociologia estadunidenses, nas quais se destaca a Escola de Chicago, têm características e conclusões bem distintas, apesar do elemento relativamente unificador: o foco no conceito de **ação coletiva**.

Na interpretação de alguns sociólogos, os movimentos sociais também podem oferecer vantagens individuais aos seus membros e esse seria um elemento importante para sua articulação. O prestígio adquirido por Lula em sua atuação como membro do Sindicato dos Metalúrgicos nas décadas de 1960 e 1970 foi convertido em capital importante para a construção de sua carreira como político.

Luiz Inácio Lula da Silva (1945-) discursando durante assembleia do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista. São Bernardo do Campo (SP), 1979.



GOVERNO federal mobiliza movimentos sociais para atuar no auxílio à população gaúcha. Gov.br, Brasília, DF, 9 maio 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2024/maio/governo-federal-mobiliza-movimentos-sociais-para-atuar-no-auxilio-a-populacao-gaucha>. Acesso em: 21 ago. 2024.



CLOVIS CRANCHI/ESTADÃO CONTEÚDO/AE

Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2024/maio/governo-federal-mobiliza-movimentos-sociais-para-atuar-no-auxilio-a-populacao-gaucha>. Acesso em: 21 ago. 2024.

Novos movimentos sociais

A década de 1960 trouxe à tona nas sociedades industriais uma série de novas demandas e, por conseguinte, uma forma distinta de organização coletiva de setores da população, que pautaram no cotidiano político a busca por mais qualidade de vida, incluindo não somente os direitos humanos básicos, como também direitos feministas, ecológicos, antirracistas, antixenofóbicos, antibelicistas, direitos LGBTQIAPN+ e tantos outros.

Na Sociologia europeia, as questões envolvendo identidade social e cultural começaram a ser tratadas sob a denominação teórica de **novos movimentos sociais**.

Uma das principais referências desse campo de estudos foi o sociólogo francês Alain Touraine (1925-2023). Partindo do princípio de que passamos a viver, em meados do século XX, em uma sociedade pós-industrial, na qual a questão do trabalho deixou de ser central na configuração das relações sociais, Touraine formulou sua teoria sobre os movimentos sociais com base na oposição entre os movimentos sociais tradicionais e os novos movimentos sociais. Estes últimos movimentos refletiriam a nova ordem de conflitos da sociedade pós-industrial e estariam mais relacionados a identidades sociais e culturais e menos identificados com o campo da produção econômica, como estavam os movimentos sociais tradicionais. O principal objetivo desses movimentos, ao adquirirem caráter de organização nacional, seria a conquista do acesso institucional às suas demandas, constituindo, assim, mecanismos de integração à sociedade por meio da democratização das decisões políticas.

O sociólogo britânico Anthony Giddens (1938-), ao analisar os novos movimentos sociais, chama a atenção para sua organização diferenciada, em comparação aos movimentos tradicionais. Eles adotariam um formato “frouxo”, de rejeição à organização formal, a qual os teóricos dos movimentos sociais tradicionais apontavam como necessária ao seu sucesso. Segundo Giddens, essas novas formas de organização não têm estruturas centralizadas e hierárquicas de poder e rejeitam os modelos sindicais e aqueles vinculados à política partidária até então conhecida.

Apresentaremos mais detalhes dos novos movimentos sociais em capítulos posteriores. Por agora, é importante identificarmos algumas características desses movimentos que os diferenciam dos movimentos definidos como tradicionais pelo seu vínculo com a oposição entre interesses do capitalismo e demandas da classe trabalhadora.

Uma observação importante em relação a essa oposição “novos” × “tradicionais” é que essa divisão conceitual não é tão precisa, pois determinados movimentos compreendidos

como “novos” não se enquadram nessa categoria de acordo com uma leitura mais atenta. Um exemplo importante se refere ao movimento negro antirracista estadunidense. O **Movimento pelos Direitos Civis**, que ganhou grande visibilidade na década de 1960 sob a liderança do pastor Martin Luther King (1929-1968), teve origem na década de 1950.

Nesse período, em Joanesburgo, na África do Sul, um protesto pacífico da população negra ocorrido em março de 1960 foi reprimido violentamente pela polícia do regime do *apartheid*, em um episódio que ficou conhecido como o Massacre de Sharpeville. Mas a luta contra o racismo pode ser compreendida como algo que ocorre há muito mais tempo, como nas formas de resistência durante o período de escravização, que atingiu seu auge nos Estados Unidos entre os séculos XVIII e XIX.

O Movimento pelos Direitos Civis estadunidense ganhou ampla repercussão mundial com a organização da Marcha sobre Washington, em 28 de agosto de 1963, que reuniu cerca de 250 mil pessoas contra a segregação racial.



Martin Luther King na Marcha sobre Washington. Washington, D.C., Estados Unidos, 1963.

Outro exemplo dissonante da caracterização de determinados movimentos sociais como “novos” se refere ao **movimento feminista**, que citamos anteriormente como um dos objetos de estudo de Blumer, da Escola de Chicago. Afinal, as feministas tiveram suas primeiras ações coletivas organizadas a partir da segunda metade do século XIX, em países europeus e nos Estados Unidos – praticamente o mesmo período histórico de organização do movimento sindical. A principal pauta dessa primeira geração do movimento feminista era a igualdade de direitos, mais especificamente o direito ao voto, uma luta na qual se destacaram as sufragistas britânicas.

Para ampliar

Assista

As sufragistas, direção de Sarah Gavron (Pathé, 2015, 106 min). O filme retrata a luta das mulheres britânicas pelo direito ao voto no início do século XX.



Pathé/Film 4/Ruby Films

Nessa caracterização dos novos movimentos sociais, consideram-se, portanto, iniciativas de mobilização e ação coletiva voltadas para temáticas que antes não eram tratadas como prioritárias e que assumiram esse aspecto ao longo do tempo histórico.

Na década de 1960, por exemplo, tomou corpo nos Estados Unidos – mas se espalhou por toda a Europa Ocidental, com destaque para as manifestações de maio de 1968 – um amplo movimento popular, capitaneado pela juventude, em **defesa da paz mundial** e pelo fim da guerra. Tinha como objetivo a retirada total das tropas militares estadunidenses do território do Vietnã, no Sudeste Asiático.

Outro exemplo é o **movimento ambientalista**, que tem organizações bastante diversificadas e uma lista de demandas variadas envolvendo a melhoria da qualidade de vida. As reivindicações envolvem desde a proteção das baleias e a preservação de florestas e recifes de corais até a preocupação com as consequências para a população mundial de testes de bombas atômicas e o destino do lixo nuclear produzido como resíduo tóxico das usinas de energia.

A pauta referente à qualidade de vida, naquele momento, era uma característica intrínseca à realidade da juventude dos países do mundo ocidental que realizaram a sua Revolução Industrial no século XIX e experimentaram o sucesso das políticas públicas do Estado de Bem-Estar Social do pós-Segunda Guerra Mundial. Esse tipo de pauta não era prioritário, nessa mesma época, nos países mais pobres da América Latina, da África e da Ásia, sobrecarregados por problemas estruturais relacionados a saúde, educação, saneamento, economia e infraestrutura.

No caso da América Latina, a pauta central da juventude, por exemplo, era a luta contra a repressão das ditaduras militares que se instalaram na região.



Michael Ochs Archives/Getty Images

Manifestantes em protesto contra a Guerra do Vietnã, segurando cartaz com o texto “Amor, não guerra”. Chicago, Estados Unidos, 1969.



Santi Visalini/Getty Images

Primeira manifestação que marcou a criação do Dia da Terra, para alertar sobre os impactos ambientais no planeta. Nova York, Estados Unidos, 1970.



Mel Finkelstein/NY Daily News/Getty Images

Concerto para Bangladesh. Nova York, Estados Unidos, 1971.

A partir da década de 1970, a realização de grandes shows musicais de protesto, organizados para o combate à fome e à miséria na parte mais pobre do mundo, tornou-se elemento motivador de mobilização nos países capitalistas mais ricos. O evento pioneiro foi o Concerto para Bangladesh, organizado em Nova York, em 1971, pelo guitarrista inglês George Harrison (1943-2001), ex-membro da banda The Beatles, e pelo músico indiano-bengali Ravi Shankar (1920-2012). A principal motivação do concerto era a crise humanitária que ocorria em Bangladesh (antigo Paquistão Oriental) devido à Guerra de Independência contra o Paquistão, além da intensa crise de fome e da ocorrência de inundações.

GLOSSÁRIO

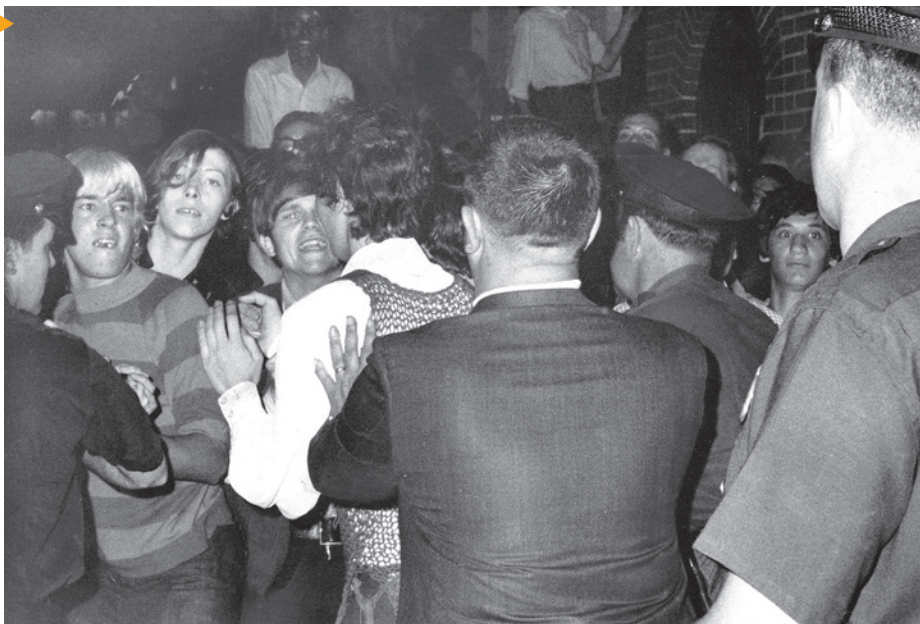
Lobby: atividade ou prática organizada por pessoas ou grupos a fim de influenciar decisões políticas.

Atividades desse porte, como a organização de festivais alternativos e a articulação de **lobbies** políticos em prol de determinados interesses, caracterizam um “repertório de ação” bem diferenciado por parte desses novos movimentos sociais, como chama a atenção Anthony Giddens. Segundo o autor, trata-se de atos diretos, com fins específicos, muitos de caráter simbólico e sem recorrer a qualquer tipo de violência – o que fortalecia um posicionamento moral em comparação às ações do Estado e suas forças militares de sustentação. São, assim, movimentos políticos que assumem uma postura “antipolítica”, no sentido de questionamento e de não compactuar com os métodos e as instituições da política tradicional em vigor nos países ocidentais.

Outra característica importante, já citada anteriormente quando nos referimos às análises sociológicas de Alain Touraine, refere-se ao debate sobre identidade. Chama a atenção a organização de um movimento crescente de luta pelos **direitos LGBTQIAPN+**, iniciado em 1969, nos Estados Unidos, com a Revolta de Stonewall – série de protestos em defesa dessa comunidade que foi duramente reprimida pelas forças policiais. O movimento transformou-se ao longo do tempo em uma mobilização de grandes manifestações de denúncia e de protesto, mas também de *performance*, reunindo anualmente milhões de pessoas nas cidades ao redor do mundo. As Paradas do Orgulho são, hoje, o maior evento de visibilidade de ativistas políticos, que se mobilizam pela implementação de políticas de reconhecimento da diversidade sexual e de combate à discriminação existente na sociedade.

Os protestos da Revolta de Stonewall iniciaram-se como resposta às constantes intervenções policiais no bar Stonewall Inn, localizado no bairro Greenwich Village, na cidade de Nova York, e frequentado por pessoas LGBTQIAPN+. O ponto de partida para as manifestações ocorreu na manhã de 28 de junho de 1969, quando os frequentadores do bar resistiram à violência de uma operação policial.

Frequentadores do bar Stonewall Inn resistindo à intervenção policial. Nova York, Estados Unidos, 1969.



NY Daily News/Getty Images

Para ampliar

Assista

Orgulho e esperança, direção de Matthew Warchus (Califórnia Filmes, 2014, 120 min). Baseado em história real, o filme relata o apoio de ativistas gays e lésbicas à greve dos mineiros, em 1984, contra o governo neoliberal de Margaret Thatcher.



Esse exemplo da luta da população LGBTQIAPN+ pela afirmação do direito a sua identidade reforça o debate proposto pelo sociólogo italiano Alberto Melucci (1943-2001). Para ele, é preciso compreender os novos movimentos sociais como depositários de uma mensagem simbólica poderosa de enfrentamento à política masculina e patriarcal e, ao mesmo tempo, de diferenciação em relação ao modelo burocrático dos movimentos sociais tradicionais, como ocorre nos sindicatos, que reproduzem, em sua organização interna, segundo Melucci, a mesma lógica do poder opressor dominante.

Os novos movimentos sociais na América Latina

Na América Latina, os novos movimentos sociais se afirmaram e se consolidaram na década de 1980, durante o processo de redemocratização dos Estados nacionais que vivenciaram experiências históricas traumáticas de ditaduras militares. Segundo a socióloga brasileira Ilse Scherer-Warren (1944-), tais movimentos, no processo de questionamento e enfrentamento da opressão e do autoritarismo, foram representados por novos sujeitos políticos que constituíram uma cultura crítica baseada em uma concepção de liberdade individual associada à liberdade coletiva. Além disso, também se baseava na afirmação de princípios como **autogestão**; **democracia de base**; direitos à diversidade, à individualidade, à identidade local e regional e a formas de organização livre e autônoma. Todos esses elementos, portanto, significavam “uma nova forma de fazer política”.

Como exemplo dos novos movimentos sociais latino-americanos, podemos citar as **Comunidades Eclesiais de Base** (CEBs), grupos de reflexão ligados oficialmente à Igreja Católica, mas impulsionados pela ala progressista de bispos e padres, que seguia os princípios da Teologia da Libertação. Esses grupos, que se espalharam por diversas regiões da América Latina durante as décadas de 1970 e 1980, tinham as seguintes características, que fazem com que sejam compreendidos como movimento social: primeiro, seu modelo de organização popular e descentralização que agregava a população mais pobre e periférica das grandes cidades, assim como comunidades de camponeses, nas áreas rurais; segundo, sua dimensão organizadora da sociedade local, em que suas reflexões se concretizavam na fundação de associações de moradores e creches comunitárias, sindicatos urbanos e rurais, comitês contra a carestia (incluindo iniciativas de plantio de hortas comunitárias urbanas), frentes de luta antirracista, entre outros. Tratava-se, portanto, de células de organização social que se multiplicaram de forma relativamente autônoma, sob o abrigo da Igreja, durante o período em que a maioria dos países latino-americanos vivia um contexto de grande repressão política por parte da imposição de ditaduras militares.

A conjuntura de proliferação das ditaduras militares e suas políticas de repressão originou outro exemplo importante de movimento social, que foi a mobilização conhecida como **Mães da Praça de Maio**, na Argentina, constituída a partir de abril de 1977. O movimento foi organizado por 14 mulheres, mães cujos filhos haviam sido presos pelos órgãos de repressão política do regime ou estavam desaparecidos, e ganhou força e visibilidade ao longo do tempo, vocalizando internacionalmente a demanda pelo paradeiro de seus filhos. A unidade e a identidade de luta por uma causa específica o distinguiam de outros grupos sociais.

GLOSSÁRIO

Autogestão: no âmbito político e social, é uma forma de organização em que os próprios participantes administram o grupo e participam das decisões de modo coletivo, sendo também uma alternativa à lógica de produção capitalista.

Democracia de base: princípio em que o poder de decisão sobre os processos políticos está nas mãos da comunidade local.

Luis ROBAYO/AFP



O movimento Mães da Praça de Maio ainda segue ativo, ampliando sua luta contra violações aos direitos humanos, políticos e civis.

Manifestação do movimento Mães da Praça de Maio, apresentando faixa com texto “O amor pode mais que o ódio”. Buenos Aires, Argentina, 2022.

Movimentos sociais no século XXI

Nestes tempos de globalização e de capitalismo informacional, os novos movimentos sociais reforçam o seu caráter de **rede de movimentos** – ou, como afirma o sociólogo Manuel Castells (1942-), de “redes de indignação e de esperança”, dedicados a “reinventar a democracia”.

Movimentos sociais ainda no final do século XX surgiram como reação aos efeitos econômicos da globalização e da implementação das políticas neoliberais. Nesse contexto, torna-se público, em 1994, um movimento composto em sua maioria de indígenas do sul do México, que denunciou a pobreza e a exclusão a que vinham sendo historicamente submetidos. Tratava-se dos **zapatistas**, como ficaram conhecidos os militantes do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). O termo “zapatista” é uma homenagem ao líder da Revolução Mexicana, ocorrida no início do século XX, Emiliano Zapata (1879-1919).

Apesar de a expressão “exército de libertação nacional” fazer referência a organizações revolucionárias de base teórica e prática política marxistas, os zapatistas podem ser inseridos no rol dos movimentos que já anunciavam um novo formato para um novo tempo. Esse movimento é composto majoritariamente de indígenas, algo praticamente inédito na história mais recente da América Latina. Seu método de articulação e de busca de apoio na internet transformou as aldeias locais – tradicionalmente espaços de resistência indígena – em instrumentos de intervenção e denúncia da “aldeia global” excludente.

Esse caráter **antiglobalização** passou a constituir movimentos sociais desse tipo daquele momento em diante, que passaram também a ser denominados movimentos **altermundialistas**. Na leitura de Ilse Scherer-Warren, tais características enquadraram esses movimentos sociais como organizações voltadas à construção de uma nova utopia de sociedade – reforçando, portanto, a ideia da origem de movimentos sociais como relacionados a situações de injustiça, de existência de conflitos e no contexto de mudanças sociais.

Partindo de locais muito específicos, o movimento zapatista denuncia a exclusão operada pelo processo de globalização.

Desfile do Exército Zapatista de Libertação Nacional, com apoio da população local. San José, México, 1995.

O Fórum Social Mundial e a resistência à globalização

A antiglobalização e o altermundialismo foram elementos agregadores de uma série de movimentos sociais e organizações de diversos tipos, que constituíram uma forma de articulação global com o objetivo de debater alternativas políticas para a sociedade no início do século XXI. Os encontros coletivos de caráter internacional em que aconteciam esses debates eram os **Fóruns Sociais Mundiais** (FSM) e passaram a ocorrer no início dos anos 2000 com o *slogan* “Um outro mundo é possível”.

Muitos associam a origem do FSM a um contraponto aos Fóruns Econômicos Mundiais, representantes das principais economias do mundo capitalista, desde governantes a donos de megacorporações empresariais e financeiras. Enquanto o Fórum Econômico Mundial tem como sede a cidade de Davos, na Suíça, o FSM acontece em diferentes cidades de países do Hemisfério Sul, tendo começado em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em 2001, passando depois por Dacar, no Senegal, e Nairóbi, no Quênia, ambos na África, e Mumbai, na Índia, entre outras localidades.

OMAR TORRES/AFP



Uma característica inovadora do Fórum Social Mundial foi a sua capacidade de reunir tanto novos movimentos sociais quanto movimentos mais tradicionais, incluindo também muitas **Organizações Não Governamentais (ONGs)**.

O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (1940-) definiu a emergência do FSM como um novo fenômeno social e político, que representou a configuração de um **novo internacionalismo**. Sua origem, segundo ele, está vinculada às reações organizadas das populações do Hemisfério Sul contra as desigualdades sociais e as políticas de exclusão e de concentração de renda que se iniciaram nas últimas décadas do século XX, na era da globalização neoliberal. Essas exclusões geraram o que Boaventura designa como uma **Sociologia das ausências**, ou seja, a necessidade de identificação das carências produzidas pelas relações sociais ditadas pela imposição da lógica capitalista nesses novos tempos e a preposição de formas e estratégias de superação dessa condição – utopia a ser viabilizada pela organização do FSM.

Uma visão menos otimista em relação à experiência dos fóruns foi manifestada por Anthony Giddens. Segundo ele, a novidade anunciada na primeira década do século XXI se desgastou ao longo dos anos seguintes, com organizações que eram então rotuladas como novos movimentos sociais se burocratizando rapidamente e se transformando em empresas de grande porte, com muitos filiados e com imensos recursos financeiros, cujo maior exemplo é a articulação ambientalista global Greenpeace. Além disso, Giddens faz referência a análises que apontam para a transformação do FSM, em menos de uma década, em uma “feira de ONGs”, perdendo totalmente o sentido original.

Evandro Leal/Agência Enquadrar/Folhapress



Mesa de debate no Fórum Social Mundial. Porto Alegre (RS), 2023.

GLOSSÁRIO

ONGs: instituições com estrutura legal e formal organizada que promovem ações de organização e formação com apoio de recursos financeiros oriundos de entidades diversas, com ligações de origem religiosa, fundações privadas e determinados governos.

Falando nisso...

Black blocs, o que significam?

No contexto dos movimentos sociais que marcaram a virada do século, ocorreram protestos violentos organizados contra a elaboração de um novo tratado para o comércio internacional, cujo encontro, promovido pela Organização Mundial do Comércio (OMC), ocorria na cidade de Seattle, nos Estados Unidos, em novembro de 1999. Os protestos antiglobalização demonstraram a força desses grupos, que conseguiram interromper as negociações em curso.

O conflito ficou conhecido como “Batalha de Seattle”, em razão da brutalidade da reação das forças policiais e da atuação também violenta de ativistas radicais treinados com táticas de guerrilha urbana, os *black blocs*. Mas as primeiras ações desse movimento ocorreram na década de 1980, em cidades das Alemanhas Oriental e Ocidental, na Dinamarca e na Noruega.

Caracterizados por uma diversidade ideológica – reunindo anarquistas, *anarcopunks*, marxistas, ambientalistas e feministas radicais –, os *black blocs* reivindicam total autonomia e descentralização em suas formas de organização (por isso, são designados como autônomistas). Eles apresentam como programa político e prioridade de atuação a ocupação de prédios abandonados; a rejeição à representação política parlamentar; a independência de partidos e sindicatos; a defesa de políticas igualitárias e de proteção dos imigrantes; o enfrentamento de agrupamentos neonazistas; a instituição de mecanismos de democracia direta; e a resistência às políticas de globalização econômica e à ideologia neoliberal.

Por usarem o corpo todo coberto, roupas pretas, máscaras no rosto e bandeiras negras com o símbolo anarquista, os integrantes dessas ações foram denominados *black blocs*, uma “tropa de choque” subversiva formada para enfrentar a “tropa de choque” oficial.



Black blocs em manifestação pela reunificação alemã. Berlim, Alemanha, 1990.

Rolf Zöllner/Süddeutsche Zeitung/Photo/Fotoarena

Das insurreições árabes ao *Occupy Wall Street*

Um segundo ciclo de movimentos sociais em rede teve início na segunda década do século XXI, no Norte da África, mais especificamente na Tunísia, e se espalhou para outros países da região. Em um breve período, essas mobilizações atingiram também os países europeus, com destaque para a Espanha, e alcançaram o centro financeiro da economia capitalista, conhecido como Wall Street, em Nova York, nos Estados Unidos.

As causas desses protestos foram relativamente diferenciadas. No caso dos países árabes, foram articulações que se iniciaram espontaneamente e se multiplicaram contra o autoritarismo e a repressão política de governos ditatoriais. Paralelamente a isso, havia um quadro crescente de insatisfação com a crise econômica, com altas taxas de desemprego atingindo a juventude. No caso dos países não árabes, a questão econômica também teve papel central, pois a mobilização estava relacionada à grave crise financeira que abalou a economia mundial a partir de 2008.

O elemento unificador e irradiador de todos esses movimentos foi o uso das plataformas digitais e das redes sociais como instrumento de mobilização e organização.

Jonathan Rashad/Getty Images



Ocupação da praça Tahrir. Cairo, Egito, 2011.

Na Tunísia, uma nação árabe, ex-colônia francesa, entre o final de 2010 e o início de 2011, uma série de protestos individuais espontâneos contra o autoritarismo, os desmandos e a corrupção da ditadura que governava o país desde 1987 foram se multiplicando por meio das redes sociais digitais Facebook, YouTube e Twitter, transformando-se em uma ampla mobilização pública popular em defesa da liberdade e ocupando as ruas e as praças. Como resultado desse processo, o ditador e seus seguidores foram obrigados a rumar para o exílio na Arábia Saudita. Eleições livres foram realizadas em outubro de 2011, com a vitória de uma coalizão islâmica moderada que, ao lado de outros partidos, assumiu a missão de elaborar uma nova Constituição para a Tunísia.

Em janeiro de 2011 – no mesmo momento em que ocorria a mobilização da juventude tunisiana pela democracia –, acontecia o que muitos intelectuais intitularam de Revolução Egípcia. O espaço principal das manifestações foi a praça Tahrir (praça da Liberdade), na capital Cairo, que se tornou o espaço simbólico central do movimento que, depois de muitas jornadas de luta, conseguiu derrubar o presidente e o grupo que detinha o poder político.

Os acontecimentos desencadeados na Tunísia e no Egito resultaram em uma insurreição generalizada em diversos países do mundo árabe nos primeiros meses de 2011, em um movimento que ficou conhecido como **Primavera Árabe**. Aconteceram levantes populares na Argélia, no Líbano, na Jordânia, na Mauritânia, no Sudão, em Omã, no Iêmen, em Barein, na Líbia, no Kuwait, em Marrocos, na Síria, no Saara Ocidental, nos Emirados Árabes e na Arábia Saudita.

Manuel Castells, analisando esse processo, registrou que o movimento ocorreu de formas bem diferenciadas, com países em que a mobilização foi reduzida e outros em que houve repressões extremamente violentas contra as populações que se manifestavam pacificamente. Em alguns países, a realidade não se alterou; em outros, o contexto levou a guerras civis – como no Iêmen, na Síria e na Líbia. Nesta última, o ditador foi derrubado em razão da intervenção militar estrangeira em apoio à rebelião popular. Como conclui Castells, e conforme outros pesquisadores, as revoluções árabes entraram para a história pela demonstração do imenso poder das redes sociais digitais.

Esse foi também o grande aprendizado de outros movimentos sociais espalhados pelo mundo. Um exemplo importante nesse sentido aconteceu na Espanha com o movimento que ficou conhecido como **Os Indignados**. Em fevereiro de 2011, no acirramento da crise econômica europeia, a Espanha contava com uma taxa de desemprego de 47% entre os jovens. Pressionado pela comunidade europeia sob liderança econômica da Alemanha e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo espanhol decidiu promover cortes orçamentários de grande porte nas políticas sociais – saúde, educação e serviços de assistência. Foi o estopim para que a população, liderada pela juventude, tomasse as ruas em todo o país para manifestar indignação. Mais uma vez, assim como nas revoluções árabes, as plataformas digitais, como o Facebook, o Twitter, entre outras, foram o instrumento principal de mobilização, com a organização, em diversas cidades, de uma rede de núcleos políticos anônimos que atuavam de forma descentralizada.

Castells, ao relatar e debater esses acontecimentos, ressalta a **revolução cultural** como a maior conquista do movimento dos Indignados. Mas eles conseguiram também conquistas políticas, ao derrotar o partido que detinha o poder à época, por ter se curvado aos interesses e determinações da União Europeia, que comprometiam ainda mais a qualidade de vida da população espanhola em uma conjuntura de grave crise econômica mundial.

Por fim, essa profusão de ações sociais coletivas articuladas pelas redes sociais digitais teve outro momento de grande repercussão mundial com o movimento que ficou conhecido como **Occupy Wall Street**.

Em 15 de maio de 2011, os manifestantes espanhóis decidiram ocupar e acampar nas principais praças de Madri e Barcelona para debater o significado do que intitulavam de “democracia real”. Essa data ficou conhecida como “15M”.

O cenário do movimento foi a crise econômica de 2008, que teve como centro o mercado imobiliário dos Estados Unidos, em que centenas de pessoas perderam as suas casas e milhões perderam seus recursos investidos no mercado financeiro. Como inspiração para a mobilização, no início de 2011, estavam as manifestações da praça Tahrir, no Cairo, e os Indignados espanhóis, ambos lutando pela ampliação da democracia, apesar de conjunturas e contextos tão distintos.

Em 17 de setembro de 2011, com base na confluência de diversas redes de apoio distintas, como a organização que ficou conhecida como Anonymous, cerca de mil pessoas se encontraram e ocuparam a região de Wall Street, centro financeiro da nação economicamente mais poderosa do planeta. Foi o estopim para a disseminação de diversas manifestações que se espalharam rapidamente pelos Estados Unidos, alcançando um número superior a 600 manifestações e ocupações de espaços públicos, que enfrentaram a repressão policial. A intensa mobilização nas redes sociais resultou na constituição de 143 grupos no Facebook, por exemplo, e na obtenção de recursos financeiros para sustentar o movimento.

O movimento ficou identificado também pela frase “Nós somos os 99%”, que remete à desigualdade entre o 1% mais rico e o restante da população. A frase foi retirada do artigo de um jornalista estadunidense que conclamava que a população se mobilizasse e se rebelasse agressivamente em defesa de uma necessária reforma política e em protesto contra as medidas do governo dos Estados Unidos em relação à crise de 2008.

O movimento *Occupy* construiu uma nova forma de ocupação do território e de organização da vida cotidiana. Nas ocupações, montavam-se barracas com sanitários, cozinhas, creches, assistência médica, bibliotecas populares, assessoria jurídica, entre outras estruturas. Constituiu-se uma “Universidade Occupy”, com palestrantes convidados a desenvolver temas de interesse para os manifestantes.

Juan Medina/
REUTERS/Fotoarena



Ocupação da praça
Puerta del Sol,
Madri, Espanha,
2011.

EMMANUEL DUNAND/AFP/
Getty Images



Acampamento do *Occupy Wall Street* no Zuccotti Park.
Nova York, Estados Unidos, 2011.

Movimentos sociais na história do Brasil

Tomando como referência a história do nosso país, precisamos destacar, em primeiro lugar, o processo de colonização portuguesa com a conseqüente escravização de povos indígenas e, depois, de africanos. Assim como os indígenas, os escravizados africanos resistiram permanentemente com fugas, revoltas e criação de espaços próprios – cujo grande exemplo são os quilombos. Veremos esses movimentos em capítulos posteriores.

Em segundo lugar, é preciso reforçar que nossa inserção subalterna e dependente no capitalismo internacional, após a Segunda Revolução Industrial, teve como reflexo direto um baixo nível de organização política dos trabalhadores em geral. Apesar disso, o operariado brasileiro – mesmo quantitativamente reduzido até a industrialização incentivada pelo Estado, após a Revolução de 1930 – protagonizou uma das maiores mobilizações de que se teve notícia em nossa história, com a organização e o desencadeamento de grandes greves no Rio de Janeiro e, principalmente, em São Paulo, entre 1880 e 1929. Nesse período, somente em São Paulo tivemos a ocorrência de 259 greves.

O movimento operário dessa época era composto, em sua grande maioria, de trabalhadores pobres originários de países europeus, que vieram para o Brasil movidos pela promessa, feita pelo governo brasileiro, de melhores condições de vida. Chegando aqui, o que encontraram foi exatamente o oposto: baixíssimos salários, alto custo de vida, jornadas diárias de até 16 horas, condições de trabalho sem nenhuma segurança, inexistência de quaisquer direitos trabalhistas e moradias em cortiços, sem condições de higiene.

Em função dessas condições de vida e de trabalho, surgiram no Brasil os primeiros movimentos sociais de trabalhadores assalariados, tendo como lideranças imigrantes europeus, principalmente italianos e espanhóis. Seus ideais de organização, porém, não eram o socialismo defendido por Marx, mas o chamado **anarcossindicalismo**, bastante influente entre os trabalhadores europeus do final do século XIX e início do século XX. Entre suas propostas, destacamos o projeto político de construção de uma sociedade anarquista, acabando com qualquer forma de “exploração do homem pelo homem”, com base na abolição da propriedade privada e sob o controle da classe trabalhadora.

Os primeiros núcleos anarquistas foram fundados no Brasil a partir de 1890, publicando jornais como meio de propaganda das suas ideias, que incluíam como instrumento de luta o recurso à greve geral, ou seja, à paralisação total dos trabalhadores. Um exemplo foi a greve geral ocorrida no dia 1º de maio de 1907, que atingiu as cidades de São Paulo, Santos, Ribeirão Preto e Campinas, envolvendo, além dos metalúrgicos e dos trabalhadores das indústrias de alimentos, gráficos, sapateiros, garis, pedreiros e serventes da construção civil.

A greve teve imensa repercussão no país e foi parcialmente vitoriosa, com algumas categorias profissionais conquistando, por lei, o direito à jornada de 8 horas diárias de trabalho. O Estado brasileiro, por sua vez, passou a tentar controlar o movimento sindical, instituindo, ainda em 1907, uma lei que ameaçava de deportação os trabalhadores estrangeiros que participassem de movimentos grevistas.

O movimento sindical recuou, mas continuou organizado. Em junho de 1917, o movimento deflagrou uma das maiores greves gerais de que se teve notícia, atingindo 35 mil trabalhadores no estado de São Paulo e, ao se estender durante o mês de julho, paralisando mais 60 mil trabalhadores no Rio de Janeiro. As principais reivindicações do movimento, apresentadas aos empresários e ao governo brasileiro, foram as seguintes: jornada de 8 horas diárias de trabalho; fim do trabalho de crianças; segurança nos locais de trabalho; redução dos valores dos aluguéis; redução do custo dos alimentos; direito à sindicalização; libertação dos operários presos durante a greve e recontração dos grevistas demitidos.

Coleção particular



Capa do jornal *A Plebe*, publicado em São Paulo, em edição n.º 6, de julho de 1917, com destaque para as ações grevistas.

O exemplo do movimento operário brasileiro do início do século XX mostra que os movimentos sociais são uma ferramenta fundamental dos trabalhadores, não somente na luta por direitos básicos de sobrevivência, mas também como elemento que contribui para a sua conscientização política e para o avanço na conquista de outros direitos sociais, políticos e econômicos.

Nesse mesmo período – final do século XIX e início do XX –, o país foi sacudido por revoltas sociais bem distintas do movimento operário, mas igualmente muito importantes, como a Guerra de Canudos (1896-1897), no interior da Bahia; a Revolta da Vacina (1904) e a Revolta da Chibata (1910), na então capital federal, Rio de Janeiro; e a Guerra do Contestado (1912-1916), entre Paraná e Santa Catarina.

Essas revoltas, ocorridas durante a Primeira República, tinham características específicas, relacionadas a determinadas situações de opressão, conjugadas com o padrão de desenvolvimento capitalista que as classes dominantes procuraram impor ao nosso país. Em todos esses casos, os trabalhadores foram vítimas de discriminação, inclusive racial, e de interesses políticos e econômicos, sendo considerados obstáculos que precisavam ser eliminados.

No Brasil, o sindicalismo e as associações camponesas tradicionais, caracterizados pela luta classista, passaram, então, a ser rotulados como representantes dos movimentos sociais tradicionais.

Novos movimentos sociais no Brasil

Como vimos, os movimentos sociais que não tinham como projeto político principal a destruição das relações de produção capitalistas e a construção de uma sociedade alternativa foram chamados de novos movimentos sociais.

Uma das sociólogas que se dedicou ao estudo dos novos movimentos sociais que ocorreram no Brasil, a partir da década de 1970, foi Ana Maria Doimo, que publicou a obra *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70* (1995). Doimo apresenta uma análise sobre o movimento contra o desemprego e os movimentos de saúde, transporte coletivo, moradia e custo de vida, afirmando que todos eles apresentam uma postura ética e política comum, sendo compostos de sujeitos coletivos autônomos e independentes, que não se deixam cooptar ou manipular na sua luta por democracia e pela construção de políticas alternativas que defendam os direitos humanos e sociais.

Os elementos listados por Doimo se repetem na maior parte dos movimentos sociais que surgem nos últimos anos da Ditadura Civil-Militar iniciada em 1964, principalmente a partir da crise econômica que atingiu com força o país no final dos anos 1970, provocando aumento desenfreado do custo de vida, inflação descontrolada e achatamento salarial. Foi nessa época que ressurgiu com força o movimento sindical brasileiro, com destaque, como já vimos, para os metalúrgicos das montadoras e autopeças da região do ABCD paulista, que foi um dos berços políticos do Partido dos Trabalhadores (PT) e de onde surgiu como grande liderança Luiz Inácio Lula da Silva, que viria depois a ser eleito presidente da República, governando entre 2003 e 2010 e entre 2023 e 2026.

As condições sociais, políticas e econômicas e o contexto em que surgiu o movimento sindical do ABCD foram analisadas pelo sociólogo Eder Sader (1941-1988) na obra *Quando novos personagens entraram em cena* (1988). Entre outras questões importantes, Sader mostra como o movimento sindical operário se articulava com outros movimentos da região, como as Comunidades Eclesiais de Base.

Trabalhadores metalúrgicos em greve em empresa fabricante de caminhões. São Bernardo do Campo (SP), 1978.



ARQUIVO/ESTADÃO
CONTEÚDO/AE

A socióloga Evelina Dagnino afirma que, no contexto da realidade brasileira, esses novos movimentos sociais, diferentemente dos anteriores, se caracterizavam principalmente por apresentarem uma luta pela cidadania relacionada à ideia de acesso à cidade como um todo, pela ampliação de direitos de mulheres, negros, indígenas, LGBTQIAPN+ e em defesa do meio ambiente.

Trata-se de uma “nova noção de cidadania”, segundo Dagnino, na qual esses movimentos apresentam como pauta básica e fundamental tanto a luta pelo direito à igualdade quanto a luta pelo direito à diferença.

Não é por acaso que quase todos os movimentos sociais surgidos no final dos anos 1970 e que se multiplicaram na década seguinte acompanharam a criação e a consolidação do Partido dos Trabalhadores como instrumento de luta e projeto de conquista do poder político, já que uma das suas características iniciais é exatamente o questionamento do modelo do “socialismo real”.

A década de 1980 foi o período áureo dos novos movimentos sociais brasileiros e de construção dessa nova cidadania, como entendida por Dagnino. Esses movimentos participaram ativamente do processo de redemocratização do país e estiveram à frente da mobilização pelo retorno das eleições presidenciais diretas, o movimento das **Diretas Já**, que organizou comícios que chegaram a reunir um milhão de pessoas. Ainda procuraram interferir com as suas propostas na elaboração da nova Constituição brasileira, por meio da organização do movimento intitulado Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte.

Em todos esses momentos de luta, travados durante a década de 1980, podemos dizer que as vitórias dos movimentos sociais foram parciais: afinal, a campanha Diretas Já foi derrotada pelo Congresso, em 1984, que manteve as eleições indiretas para o mandato presidencial seguinte, exercido por José Sarney (1930-). Além disso, a nova Constituição federal de 1988, embora apelidada de “cidadã” em razão dos avanços previstos na legislação social, acabou controlada pelos interesses capitalistas exatamente nos seus artigos sobre a ordem econômica.



Manifestação na Câmara dos Deputados pelas eleições diretas para presidente da República. Brasília (DF), 1984.

De qualquer forma, podemos dizer que essas duas derrotas dos movimentos sociais já estavam relativamente “anunciadas”, pois esses movimentos, apesar de toda a força e o apoio popular que tiveram, não conseguiram sensibilizar um Congresso em que a maioria dos parlamentares ainda estava comprometida com a Ditadura Civil-Militar, que resistia às mudanças. Os interesses conservadores, com maioria no Congresso, não permitiram a participação de representantes eleitos de forma direta pela sociedade na Constituinte que aconteceu em 1987. O Congresso deliberou pela convocação de um “Congresso Constituinte” com eleição de deputados e senadores pela via tradicional, como representantes indicados pelos partidos políticos existentes. Como se pode deduzir desse quadro apresentado, quaisquer mudanças seriam relativas, sem alterar minimamente as estruturas de poder político e econômico então vigentes.

Por fim, podemos dizer que o último marco dos novos movimentos sociais brasileiros, nessa década na qual vivenciamos o processo de redemocratização do país, foram as eleições presidenciais de 1989, das quais Fernando Collor de Mello (1949-) saiu vitorioso. A partir da sua posse e da implantação das políticas neoliberais no país, os movimentos sociais que marcaram os anos 1980 entraram em um período de desmobilização cada vez mais crescente, perdendo também parcialmente os elementos políticos inovadores que os caracterizavam.

Para completar essa situação, Lula, cuja candidatura em 1989 pelo PT representava a voz política dos movimentos sociais naquele período, tornou-se presidente da República, tempos depois, nas eleições de 2002, com o apoio de grande parte dos setores empresariais e conservadores que o haviam derrotado anteriormente – inclusive o próprio Fernando Collor de Mello, que apoiou, na ocasião, as campanhas eleitorais de Lula e, depois, da sua sucessora pelo PT em 2010, Dilma Rousseff (1947-).

Movimentos sociais no Brasil atual

Apesar dos contextos distintos e de determinadas características que são específicas e inerentes à realidade do nosso país, discorrer sobre os movimentos sociais brasileiros neste século XXI significa, de certa forma, retomar os debates que apresentamos ao longo deste capítulo em relação aos movimentos sociais no mundo. Isso pode ser atestado, por exemplo, quando nos referimos à organização do Fórum Social Mundial, cuja primeira sede foi na cidade de Porto Alegre.

Os movimentos sociais brasileiros também foram influenciados pelos ventos de indignação que varreram o mundo em 2011, como relatamos. Em nosso país, entretanto, as mobilizações ocorreram em um momento e sob um formato um pouco diferenciado, entre as quais se destacaram aquelas que ficaram conhecidas como **Jornadas de Junho de 2013**. Naquele momento, milhares de manifestantes tomaram as ruas de cidades do país, com uma composição de maioria jovem. No Rio de Janeiro, foram mais de 100 mil pessoas. As mobilizações ocorreram em várias outras cidades, como São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Belém, Porto Alegre e Maceió. Em Brasília, a manifestação ocupou o entorno do Congresso Nacional, lembrando o que havia ocorrido durante os atos públicos em prol das Diretas Já, em 1984.

A origem dessas manifestações teve como palco a cidade de São Paulo, onde ocorreu uma mobilização que tinha como objetivo a reversão do reajuste dos valores das passagens de ônibus. Foram protestos organizados por estudantes e secundaristas do Movimento Passe Livre (MPL), fundado durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em janeiro de 2005, e que foi protagonista, desde então, de diversas manifestações contra o aumento das passagens de ônibus e pelo direito dos estudantes ao passe livre estudantil nos transportes públicos.

As Jornadas de 2013, no entanto, unificaram uma série de protestos distintos, não somente quanto às passagens de ônibus: o descontentamento generalizado se relacionava com o aumento do custo de vida e dos preços dos alimentos, os baixos salários, os valores dos aluguéis, a precarização da saúde e da educação públicas, a repressão policial nas comunidades periféricas urbanas.



Pedro Ladeira/Folhapress

Manifestantes ocupando o entorno do Congresso Nacional durante as Jornadas de Junho. Brasília (DF), 2013.

Para ampliar

Assista

As Jornadas de Junho de 2013 (2018, 23 min). Vídeo que documenta imagens, depoimentos e o desenvolvimento das manifestações ocorridas em 2013 no Brasil. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HUERL_Q0QNg. Acesso em: 24 jul. 2024.

Leia

Agência Brasil: Junho de 2013: entenda o cenário de insatisfação que levou a protestos, de Daniel Mello, 4 jun. 2023. A matéria jornalística compõe uma série de reportagens sobre as manifestações e seus impactos após 10 anos. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-06/junho-de-2013-entenda-o-cenario-de-insatisfacao-que-levou-a-protestos>. Acesso em: 24 jul. 2024.

Da mesma forma que a Primavera Árabe, os Indignados espanhóis e o *Occupy Wall Street*, as mobilizações em massa de junho de 2013 no Brasil foram articuladas por meio de redes sociais digitais, nas quais uma das chamadas mais comuns era a frase “Vem pra rua!”. De forma também similar a esses movimentos, havia um sentimento geral de repulsa à política tradicional, reforçado pelos vultosos investimentos que o governo federal assumiu à época visando à realização da Copa do Mundo de Futebol masculino no país, em 2014, em meio a uma realidade de pauperização crescente.

As análises sobre os movimentos sociais que tomaram as ruas em 2013 seguiram dois rumos diferentes. De um lado, considera-se que foram movimentos que cresceram de forma popular e espontânea, manifestando o descontentamento generalizado da população. De outro lado, apesar de a origem estar relacionada ao aumento do preço das passagens de ônibus, esses movimentos teriam sido apropriados por grupos com interesses delimitados do ponto de vista político, que serviram de sustentação popular, nos anos seguintes, ao *impeachment* que retirou a presidente Dilma Rousseff do Poder Executivo em 2016.

O caráter conservador dessas mudanças ficou patente na aprovação, pelo Congresso, ainda em 2016 e no início do ano seguinte, de uma série de medidas legislativas que impuseram uma reforma da educação de nível médio, além da aprovação da Emenda Constitucional que congelava por 20 anos os investimentos em saúde, educação e outras políticas públicas.

Essas iniciativas, e outras que não chegaram a ser aprovadas no Congresso, foram alvo de paralisações dos sindicatos dos profissionais de educação, acompanhadas por protestos e mobilização por parte de estudantes de escolas públicas espalhadas pelo país. Tal modalidade de ocupação estudantil era inspirada parcialmente na dinâmica de organização do *Occupy Wall Street*: adolescentes e jovens assumiam uma série de tarefas envolvendo campanhas de arrecadação, apoio financeiro e administração de recursos, como o preparo da alimentação, a limpeza do espaço, a realização de atividades culturais e a iniciativa de convidar especialistas e ativistas para debater temas de interesse do movimento.

Durante a ocupação das escolas em 2016, os estudantes reproduziram um formato de organização que teve origem no movimento estudantil universitário e secundarista do Chile, em 2011. Esse tipo de ocupação havia acontecido também no estado de São Paulo, em 2015, para tentar impedir uma política do governo estadual de fechamento de unidades escolares.



Guilherme Artigas/Fotoarena

Colégio estadual ocupado por estudantes secundaristas. Curitiba (PR), 2016.

Para ampliar

Assista

Lute como uma menina!, direção de Flávio Colombini e Beatriz Alonso (produção independente, 2016, 76 min). Documentário que retrata a presença majoritariamente feminina nas ocupações de escolas públicas de São Paulo em 2015, vocalizando o seu protagonismo nessa experiência de auto-organização do movimento estudantil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8OCUMGHm2oA>. Acesso em: 24 jul. 2024.

Assim como o movimento estudantil tem um papel fundamental para garantir o acesso à educação pública de qualidade por parte da juventude, existem centenas de grupos que persistem na luta cotidiana contra o preconceito, o racismo, o desemprego, a falta de moradia, os salários rebaixados, o autoritarismo, o descaso com o meio ambiente, com a criança, com o idoso, em defesa da qualidade do atendimento à saúde e de outros serviços públicos, como o fornecimento de água e energia elétrica, pela demarcação das terras dos povos indígenas, pelos direitos quilombolas, entre outros.

É importante ressaltar um dos elementos mais presentes e que mostra uma força inerente aos movimentos sociais em sua luta contra todas as formas de injustiça social. Trata-se da prática da **solidariedade**, uma característica que identifica e unifica as populações que vivem situações cotidianas de opressão, conforme identificado na abertura do capítulo.



Elaborando entrevistas

Uma pesquisa científica sociológica pressupõe diversas etapas e possibilidades metodológicas, isto é, um conjunto de técnicas possíveis para buscar compreender o objeto de sua investigação. Vamos trabalhar agora com a realização de entrevistas. A **entrevista** é uma técnica de coleta de dados que envolve um processo de interação social entre pesquisadores e entrevistados com o intuito de obter informações importantes para a pesquisa que está sendo desenvolvida.

A entrevista aplicada em pesquisa sociológica difere da entrevista jornalística em ao menos dois pontos. O primeiro diz respeito à natureza da informação. Conforme afirma o antropólogo francês Edgar Morin (1921-), a informação nas Ciências Sociais é parte de um sistema metodológico, hipotético e verificador de algo que se pretende conhecer. Já no jornalismo, a informação, muitas vezes, tem um objetivo espetacular. A matéria do jornalismo é a informação; na Sociologia, a informação interessa como parte da produção de conhecimento. Outra distinção relaciona-se com o interesse sobre a informação obtida. A pesquisa científica interessa a um grupo menor e restrito de pesquisadores, enquanto a informação da entrevista de imprensa, em geral, interessa a um grupo maior.

O primeiro passo para realizar uma boa entrevista é a etapa de preparação, que envolve uma pesquisa aprofundada sobre o tema por meio de leituras prévias, o que evita perguntas óbvias, cujas respostas poderiam ser obtidas pela consulta em outras fontes. A entrevista, como observamos, é um processo que envolve a interação social, portanto é importante criar um ambiente que deixe a pessoa entrevistada à vontade. Ao entrevistar, deve-se evitar realizar muitas interferências, interromper, sugerir ou concluir as respostas.

Em *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais* (2011), a antropóloga Mirian Goldenberg (1957-) sugere um **passo a passo de como construir uma entrevista**:

1. É preciso decidir que tipo de informação deve ser procurada: dados pessoais, como idade, escolaridade, emprego; dados de comportamento; percepção em relação a valores, sentimentos. Acrescentamos a importância de incluir dados socioeconômicos, uma vez que auxiliam a produzir estudos mais aprofundados da realidade social.
2. Atentar-se ao conteúdo da pergunta. A pessoa entrevistada tem condições de respondê-la? É uma pergunta concreta e objetiva?
3. Planejar a sequência de perguntas, considerando o melhor momento para a realização de determinadas questões.
4. Decidir se as entrevistas serão abertas ou fechadas. Nas entrevistas abertas, a pessoa entrevistada tem a possibilidade de discorrer mais livremente sobre questões previamente definidas. Há uma interação maior entre pesquisadores e entrevistados.
5. Elaborar um rascunho, apresentar para outras pessoas e revisar as questões.
6. Aplicar a entrevista e discutir com os entrevistados possíveis dificuldades.
7. Reelaborar a entrevista, se necessário.

Na unidade anterior, você teve a oportunidade de exercitar a realização de uma entrevista com pessoas idosas. Agora, utilizando a entrevista como ferramenta de pesquisa sociológica, a proposta é colocar em prática os conhecimentos adquiridos neste capítulo sobre movimentos sociais e o que você aprendeu até agora nesta seção para elaborar sua própria entrevista. Sugerimos que escolha um movimento social de seu bairro ou da sua cidade, cuja atuação desperte seu interesse, e entre em contato com a organização ou algum participante para solicitar a entrevista.

1. Releia as observações sobre como preparar seu roteiro antes de começar.
2. Elabore um texto de apresentação, contando um pouco sobre você, estudante de Ensino Médio. Explique o contexto de sua pesquisa.
3. Reflita sobre a elaboração das questões. Sugere-se iniciar com questões mais introdutórias e aos poucos incluir questionamentos mais específicos. Portanto, considere iniciar a entrevista explorando a origem do movimento social, seus objetivos e suas principais reivindicações. Inclua perguntas sobre quando e como se deu o envolvimento da pessoa entrevistada com esse movimento social; pode-se questionar se é o primeiro movimento social em que ela atua.
4. Recomenda-se que esta atividade seja realizada em duplas e que seja feito um ensaio da entrevista para testar se as perguntas funcionam e se contemplam todos os pontos que se pretende atingir.
5. Elabore o registro da entrevista, que poderá ser feito por meio de anotações ou de gravação de voz e imagem. Em caso de gravação, peça autorização do entrevistado para realizar o registro.



1. O que é um movimento social? Quais são as principais características desses movimentos?
2. Por que a Sociologia passou a utilizar a denominação “novos movimentos sociais” a partir da década de 1960? Quais eram as diferenças entre eles e os movimentos anteriores?
3. (UFGD-MS – 2021)

Os movimentos sociais no campo e na cidade são atores fundamentais da sociedade civil organizada, desempenhando papel importante para a estabilidade da democracia. Sobre a relação dos movimentos sociais com o Estado e com os poderes instituídos, assinale a alternativa correta.

- a) Os movimentos sociais, exercendo constantemente a oposição, almejam a tomada do Estado a qualquer tempo.
 - b) Os movimentos sociais resultam de um fracionamento do Estado, ora como sua parcela orgânica, mas independente, ora como dissidência.
 - c) Os movimentos sociais são atores políticos, que buscam orientar suas ações e estruturas de forma autônoma em relação a governos e partidos.
 - d) Os movimentos sociais, com seu desenvolvimento, visam a substituir o Estado, tomando para si, cada vez mais, a execução das políticas públicas e a condução política dos partidos.
 - e) A perspectiva de todo o movimento social é institucionalizar-se, organizando-se em estruturas como sindicatos ou partidos.
4. Com base nas teorias da Escola de Chicago e de outros autores estadunidenses sobre movimentos sociais, indique no caderno qual das seguintes afirmações é correta.
 - a) Segundo a Escola de Chicago, os movimentos sociais são sempre resultado de conflitos entre classes sociais antagônicas.
 - b) Talcott Parsons via os movimentos sociais como resultado de sociedades em processo de mudança, podendo ser tanto promotores quanto resistentes a essas mudanças.
 - c) Charles Tilly defendia que as ações coletivas são sempre espontâneas e motivadas pelo bem comum, sem qualquer influência de ganhos individuais.
 - d) Mancur Olson argumentava que os movimentos sociais surgem apenas em sociedades desorganizadas e instáveis, com alta marginalidade social.
 - e) Herbert Blumer acreditava que os movimentos sociais só se tornam organizados e estruturados após décadas de existência.

5. Leia o trecho a seguir que aborda características dos movimentos sociais.

Esses movimentos [sociais atuais] assumem novas formas: manifestações e ocupações de massa e repentinas. Com variações em função das situações, apresentam-se como movimentos antiautoritários e horizontais. Mesmo que vejamos aparecer líderes e porta-vozes, de fato nenhum deles os controla. Por sua forma de organização e uso do digital, são movimentos da era digital, mesmo quando essa característica não é suficiente para defini-los.

MASSIAH, G. Os movimentos sociais na era digital. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 31 jan. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/os-movimentos-sociais-na-era-digital/>. Acesso em: 31 ago. 2024.

Com base no que você estudou neste capítulo, cite três exemplos de movimentos sociais que apresentam as características mencionadas no texto.

6. Elabore uma lista com os principais movimentos sociais brasileiros abordados ao longo do capítulo e mencione pelo menos uma conquista decorrente da mobilização de cada um deles.
7. Você participa ou já participou de algum movimento social ou mobilização coletiva? Se sim, quais foram os motivos que levaram você a essa participação? Descreva como é ou foi essa experiência.

Mídias, novas tecnologias e inteligência artificial

Em 1996, o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002) fez as seguintes afirmações em relação à televisão e aos apresentadores dos programas assistidos pela população:

A televisão tem uma espécie de monopólio de fato sobre a formação das cabeças de uma parcela muito importante da população. Ora, ao insistir nas variedades, preenchendo esse tempo raro com o vazio, com nada ou quase nada, afastam-se as informações pertinentes que deveria possuir o cidadão [...].

[...] a televisão não é muito propícia à expressão do pensamento. [...] E um dos problemas maiores levantados pela televisão é a questão das relações entre o pensamento e a velocidade. Pode-se pensar com velocidade? Será que a televisão, ao dar a palavra a pensadores que supostamente pensam em velocidade acelerada, não está condenada a ter apenas *fast-thinkers*, pensadores que pensam mais rápido que sua sombra...?

[...]

Mas, sobretudo, estando em condições de ter acesso permanente à visibilidade pública, à expressão em grande escala, inteiramente impensável, pelo menos até o surgimento da televisão, para um produtor cultural, mesmo muito célebre, eles podem impor ao conjunto da sociedade seus princípios de visão do mundo, sua problemática, seu ponto de vista.

BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 23, 39, 26 e 66.

A instalação *The weather project* (2003), do artista islandês-dinamarquês Olafur Eliasson (1967-), utiliza neblina artificial, espelhos e uma grande luz semicircular para criar uma representação artificial do Sol e do clima, questionando a percepção humana da natureza e a influência da tecnologia na experiência do mundo natural.

Olafur Eliasson. *The weather project*, 2003. Installation view: Tate Modern, London, 2003; Photo: Tate Photography | Andrew Dunkley & Marcus Leith; Courtesy of the artist; neugerriemtschneider, Berlin; Tanya Bonakdar Gallery, New York / Los Angeles © 2003 Olafur Eliasson



Instalação *The weather project*, de Olafur Eliasson, exibida na Turbine Hall do museu Tate Modern. Londres, Reino Unido, 2003-2004.

Para compreender melhor essas ideias, apresentaremos, neste capítulo, os meios de comunicação de massa desde meados do século XX até as mídias digitais na atual sociedade global – também conhecidas como Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) –, fenômeno proporcionado pelos rápidos avanços tecnológicos que temos presenciado nas últimas décadas, impulsionados recentemente pela chamada inteligência artificial (IA).

Nosso debate, do ponto de vista da leitura sociológica, estará centrado na forma, no poder de influência e na mudança que todas essas mídias exercem nas relações sociais.

Questionamentos

1. Você considera que podemos ser manipulados por programas televisivos? Explique sua resposta.
2. O que você acha que Bourdieu diria hoje sobre as redes sociais digitais?
3. Qual será o impacto futuro do avanço tecnológico nos meios de comunicação?



Uma revolução que não para...



Você deve estar acostumado a receber muitas informações todos os dias. Como o próprio nome permite entender, os **meios de comunicação de massa** correspondem a todas aquelas mídias – ou seja, aos suportes necessários à transmissão de informações – que podem atingir a maior parte da população do planeta. Como o acesso a diversos meios tem crescido de forma bastante acelerada em nível mundial neste século XXI, as mídias digitais se transformaram, em poucos anos, nos principais meios de comunicação de massa.

Antes do surgimento das mídias digitais, a transmissão de dados ocorria por meio da instalação de antenas nas partes mais altas da localidade. As parabólicas são antenas que recebem sinais das redes de comunicação via satélite e foram muito utilizadas em diversas residências, sobretudo nas localizadas nas zonas rurais.



João Prudente/Pulsar Imagens

Casa de bairro rural com antena parabólica instalada. Bueno Brandão (MG), 2023.

A televisão, citada por Bourdieu, tem acompanhado os avanços das **Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs)**, superando em alcance, velocidade de dados e recursos as antigas redes de transmissão de sinais.

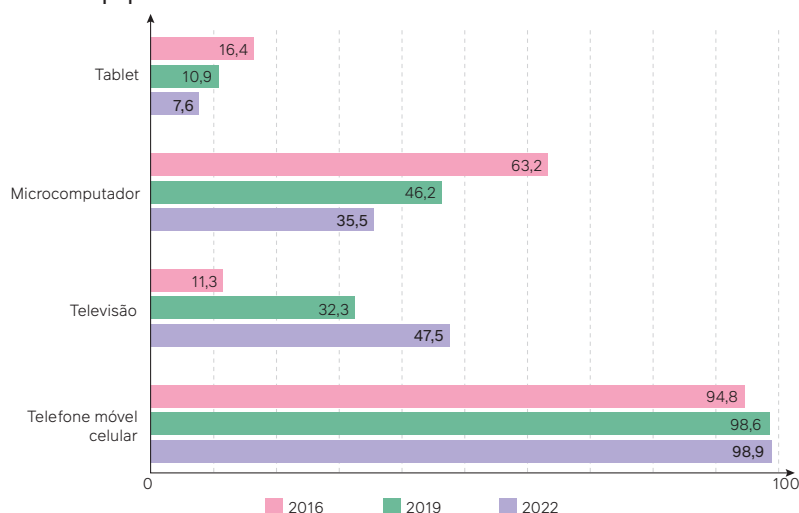
As redes de transmissão via internet e a cabo estabeleceram um novo formato para o compartilhamento dos programas de diversos tipos (noticiários, eventos esportivos, filmes, séries, desenhos, entre outros) que hoje compõem um “cardápio” de opções oferecidas pelos chamados serviços de *streaming*, por meio de aparelhos de TV cada vez maiores e mais sofisticados, assim como pelo acesso via computadores, *tablets* e celulares.

Tanto nas grandes quanto nas pequenas cidades, pessoas estão utilizando cada vez menos os correios e os telefones convencionais para se comunicar, dando preferência aos celulares, aos *e-mails*, às chamadas de vídeo, aos *chats*, aos aplicativos de trocas de mensagens e às redes sociais. O fato de poder comunicar-se em tempo real com pessoas de diferentes localidades, inclusive de outros países, torna as modernas ferramentas de comunicação ainda mais atrativas para a sociedade, sobretudo para as pessoas mais jovens.

A rotina de estudos também foi amplamente impactada pelas TICs. Se no passado era necessário adquirir livros, fazer cópias impressas de materiais ou deslocar-se fisicamente até bibliotecas, atualmente é possível consultar acervos de diversas partes do mundo na internet ou fazer uma pesquisa sobre determinado assunto por meio de um *site* de buscas por imagens, vídeos e textos. Observe o gráfico a seguir, que demonstra o crescimento exponencial da utilização das novas tecnologias da informação em detrimento das mídias convencionais do século XX.

Percentual de acesso à internet por pessoas de 10 anos ou mais de idade, por equipamento utilizado no Brasil – 2016-2022

Por equipamento utilizado



TDP Studio

Com base nos dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) em 9 nov. 2023, cerca de 161 milhões de pessoas com 10 anos ou mais de idade utilizaram a internet no Brasil em 2022. O equipamento mais utilizado foi o celular, seguido pela televisão, pelo microcomputador e, por último, pelo *tablet*.

Fonte: 161,6 MILHÕES de pessoas com 10 anos ou mais de idade utilizaram a internet no país em 2022. Agência IBGE Notícias, 9 nov. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38307-161-6-milhoes-de-pessoas-com-10-anos-ou-mais-de-idade-utilizaram-a-internet-no-pais-em-2022>. Acesso em: 16 set. 2024.

Internet e as novas formas de mobilização

O desenvolvimento das novas tecnologias da informação está revolucionando hábitos, costumes e modos de pensar dos povos e indivíduos, mas, além disso, elas têm sido cada vez mais importantes como parte da organização de movimentos sociais e de mobilizações político-ideológicas da sociedade. Podemos constatar atualmente que as redes sociais cumprem um papel importante de mobilização da juventude e da população em geral nos diversos países do mundo, como ocorreu durante revoltas de caráter popular, como a Primavera Árabe.

As redes sociais também têm sido utilizadas para a mobilização política no Brasil, como vem acontecendo desde as manifestações de junho e julho de 2013. Esses atos públicos, tanto no exterior como no Brasil, costumam ser transmitidos ao vivo pelas redes sociais, disponibilizados posteriormente em publicações de fotografias e vídeos, entre outros formatos. Além disso, cada vez mais surgem novos canais e mídias digitais voltadas para essa finalidade.

Mesmo quem não tem acesso às mídias digitais, de alguma forma tem a vida impactada por elas. Muitas decisões importantes para a sociedade, tomadas por governos, empresas e pessoas que interferem na política, na economia, na cultura, entre outros aspectos importantes relacionados à vida em sociedade, decorrem de relações estabelecidas com base nas inovações tecnológicas.

Essa reflexão é importante porque podemos afirmar que as mídias, além de informar e nos colocar em contato com outras pessoas, são importantes **agentes de socialização**, ou seja, contribuem para a disseminação de valores, ideias, atitudes e posicionamentos sobre o que ocorre no mundo. É importante ressaltar que essas mídias podem ser consideradas instituições sociais e podem transformar e produzir novas formas de relações sociais. Tais relações promovidas pelos meios de comunicação de massa, como as mídias digitais, são compreendidas, na Sociologia, sob a expressão da chamada **Indústria Cultural**, conforme já estudamos.

Mudanças de hábitos e de relações sociais

A **massificação** envolve a propagação de conteúdos e produtos em larga escala, acelerando o consumo sem proporcionar reflexões. Além disso, esse processo é influenciado pela expansão das NTICs, o que possibilitou o surgimento de formas de interação entre as pessoas que eram inviáveis há alguns anos. O uso dos celulares passou a ser quase uma regra e oportuniza mobilidade nas relações sociais, alterando comportamentos. Em determinados contextos, tais mudanças são positivas, como é o caso de familiares que podem se comunicar com os filhos adolescentes quando estes estão fora de casa. Entretanto, quando se trata das relações de trabalho, o uso do celular pode ser prejudicial ao ocupar todo o tempo das pessoas, inclusive os momentos de descanso.



Vídeo
Cultura
digital

Reality shows e redes sociais: a vida como um grande espetáculo

Algumas das programações veiculadas pelas redes sociais digitais estão também revolucionando certas ideias sobre **vigilância e controle** das pessoas. Um exemplo é o Big Brother Brasil (BBB), um programa exibido por uma grande empresa de mídia com ampla repercussão nas redes sociais e que tem obtido elevada audiência desde sua estreia.

Em 1999, o executivo de uma TV holandesa, John de Mol (1955-), teve a ideia de criar um *reality show* (*show da realidade*) no qual pessoas comuns seriam selecionadas para conviverem dentro de uma casa, vigiadas por diversas câmeras, 24 horas por dia. O nome do programa – Big Brother – teve como inspiração uma antiga obra literária de ficção científica, intitulada *1984*. Big Brother é um *reality show* em que, durante aproximadamente três meses, um grupo de pessoas tenta se manter o máximo de tempo possível em uma casa fechada, sem acesso a informações do mundo externo, a qualquer rede social, sem contato com amigos e familiares e, assim, conquistar prêmios, culminando em uma grande quantia de dinheiro para o vencedor. A decisão sobre quem sai e quem continua no jogo é tomada pela audiência que acompanha o programa e que, por algum motivo, toma partido de um ou mais membros da casa, votando pela internet para que um participante seja eliminado ou permaneça na competição.

Para ampliar

Leia

1984, de George Orwell (Aleph, 2021). Publicado em 1949, o romance retrata o cotidiano dos indivíduos numa sociedade totalitária. Nessa sociedade, todas as pessoas estão sob constante vigilância das autoridades. O livro denuncia o totalitarismo do Estado que, na figura de um homem, por meio de chamadas, governa de forma arbitrária e manipula o modo de pensar das pessoas.



Editora Aleph



CBS/Courtesy, Everett Collection/Fotoarena

Participantes da versão estadunidense do programa Big Brother em sua 24ª edição. Estados Unidos, 2022.

representando uma nova realidade social: nós somos vigiados, mas não no sentido de que perdemos nossa liberdade, e sim de que no mundo atual o fato de ser visto sempre passa a ser entendido como uma qualidade, já que a visibilidade é muito valorizada. Dessa forma, quanto mais você é visto, mais você participa do mundo.

Atualmente, há uma multiplicidade de *reality shows* nos canais de entretenimento dos serviços de *streaming* de todas as partes do mundo, com quase a totalidade deles transmitidos em tempo real.

O objetivo é estabelecer uma relação mais direta com o público, que, em geral, participa ativamente da torcida e das interações na modalidade remota.

Esses programas estão diretamente vinculados à condição de conexão e comunicação *on-line* permanentes e bastante recentes. No entanto, algumas reflexões teóricas que procuram explicar determinados aspectos dessa realidade não são tão recentes assim.

Espetáculo e sociedade

Um exemplo nesse sentido tem como referência o filósofo francês Guy Debord (1931-1994), que publicou, em 1967, a obra *A sociedade do espetáculo*. Nesse trabalho, Debord escreveu 221 pequenas teses a respeito da característica da sociedade contemporânea de ser controlada pela “tirania das imagens”, voltadas fundamentalmente para estimular o consumo e alienar o indivíduo da realidade da sua vida. Leia, a seguir, um excerto do livro.

A alienação do espectador em proveito do objeto contemplado (que é o resultado da sua própria atividade inconsciente) exprime-se assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos ele compreende a sua própria existência e o seu próprio desejo. A exterioridade do espetáculo em relação ao homem que age aparece nisto, os seus próprios gestos já não são seus, mas de um outro que lhes apresenta.

Eis porque o espectador não se sente em casa em nenhum lado, porque o espetáculo está em toda a parte.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: ContraPonto, 1997. p. 25-26.

Perfil

Guy Debord

Guy Debord nasceu na França, em 1931. Foi escritor, filósofo, cineasta e um dos fundadores do movimento político e artístico Internacional Situacionista, que criticava a intrusão da economia em todos os aspectos da vida. O livro *A sociedade do espetáculo* é a sua principal contribuição na discussão sobre os efeitos da sociedade de consumo e da mercantilização da cultura no empobrecimento da qualidade de vida e dos vínculos entre as pessoas.

Guy Debord, cineasta, escritor e filósofo francês. Munique, Alemanha, 1959.



Leemage/AFP

Questionamentos

1. O que você imagina que seja a sociedade do espetáculo cunhada por Debord?
2. Podemos dizer que, ao se referir à sociedade do espetáculo, Debord antevia o poder alcançado pelas redes sociais digitais atualmente? Justifique.



A antropóloga e pesquisadora argentina Paula Sibilia (1967-), professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), analisando as mídias digitais no tempo presente, identifica certas características comuns ao que denominou como “o *show* do Eu”, reforçando e atualizando a leitura de Debord sobre o processo de “espetacularização da vida”. Por isso o uso, por Sibilia, da palavra “*show*”, traduzindo determinado desempenho pessoal, uma *performance* que o indivíduo tem necessidade de apresentar publicamente para se sentir aceito socialmente. Trata-se, segundo a professora, de um “eu” inflacionado, inflado, que precisa ser amplamente mostrado – principalmente por meio de *selfies* quase que diárias postadas nas redes sociais. Como consequência direta dessa amostragem, há a necessidade de obter uma repercussão positiva, uma aceitação generalizada, mensurada pelo número de “curtidas” ou “compartilhamentos” – a depender do tipo de mensagem – que a postagem irá receber do público, pelos “amigos” que a seguem nas diversas redes sociais.

Sibilia chama a nossa atenção para o fato de que essa autoimagem compartilhada não significa, em momento algum, que o indivíduo esteja expondo publicamente a sua vida. Afinal, o que assistimos, por mais íntimo que seja o ambiente – assim como nos *reality shows* –, não representa quem aquela pessoa é, de fato, e sim a sua “curadoria”, ou seja, a imagem que ela deseja e procura construir para obter respostas positivas do “outro”. Há um investimento premeditado, um trabalho voltado à construção da imagem de si mesmo, agregando determinado valor. Esse valor é, inclusive, monetário e político, já que o tamanho da audiência, por um lado, pode significar contratos de patrocínio com empresas que queiram popularizar e vender o seu produto e, por outro, pode significar a aquisição de poder político por esse indivíduo, alçado à fama de “*influencer* digital”, capaz de mobilizar milhares de pessoas em prol de alguma causa ou de alguma ideia, assim como da eleição de um político ou dos projetos de um determinado grupo.

MesquitaFMS/Stockphoto.com



A publicização de imagens e opiniões nas redes sociais estão relacionadas com um processo que alguns pesquisadores identificam como “espetacularização da vida”.

Jovens utilizando celulares para trocar mensagens e acessar redes sociais.

Para ampliar

Assista

O *show* de Truman: o *show* da vida, direção de Peter Weir (Paramount Pictures, 1998, 102 min). A vida do vendedor de seguros Truman Burbank é tranquila, até certos acontecimentos levantarem suspeitas sobre como amigos, esposa e demais familiares agem com ele. Truman passa, então, a tentar desvendar a verdade sobre o controle social e a espetacularização da sua vida desde o seu nascimento.



Scott Rudin Productions

Da sociedade em rede ao colonialismo de dados: reflexões sobre o século XXI

Um dos primeiros sociólogos a abordar e analisar com profundidade a dimensão das mudanças provocadas pelas novas tecnologias dos meios de comunicação digital foi o espanhol Manuel Castells (1942-), que escreveu, na década de 1990, a trilogia *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. No primeiro volume, Castells apresentou o conceito de **sociedade em rede** para identificar a dimensão das transformações em curso. Leia um trecho do segundo volume a seguir.

A revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede. Essa sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão-de-obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pela transformação das bases materiais de vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 17. (A era da informação, v. 2).

A análise de Castells trata de como as mudanças tecnológicas provocaram uma nova forma de organização da sociedade capitalista, adaptada a estes novos tempos. Em sua obra, o sociólogo define esse processo de reestruturação como revolucionário, acompanhando os autores que utilizam a expressão Terceira Revolução Industrial para se referir a esse momento da história iniciado no final do século passado.

Castells detalha as etapas que levaram à constituição das empresas de tecnologia que se instalaram naquele que ficou conhecido como o Vale do Silício, ao sul de São Francisco, na Califórnia, Estados Unidos, listando o processo de inovação que teve diversas origens e motivações, reunindo o papel desempenhado pelo desenvolvimento da tecnologia militar estadunidense na década de 1960. Esse aprimoramento tecnológico culminou no programa Guerra nas estrelas, em 1983; nos experimentos dos laboratórios tecnológicos da Universidade de Berkeley; no encontro de “jovens visionários”, como Steve Jobs (1955-2011) e Steve Wozniak (1950-), que fundaram a Apple e criaram o PC (*personal computer* – computador pessoal, na sigla em inglês), o primeiro microcomputador com viabilidade comercial; no desenvolvimento de *softwares* de sistemas operacionais e na criação da Microsoft, por Bill Gates (1955-) e Paul Allen (1953-2018); no avanço da tecnologia de transmissão por cabos de fibra ótica, que servem de base para a internet nos dias atuais; entre outras tantas transformações que utilizamos no nosso cotidiano.

O sociólogo brasileiro Bernardo Sorj (1948-), diferentemente de Castells, considera que **sociedade da informação** é a denominação mais usual para o processo de mudanças relatado pelo sociólogo espanhol. Esse reconhecimento não significa, para Sorj, concordância com a expressão, já que pondera que “informação” é um termo relativamente vago, e que todas as sociedades, historicamente, se inserem em algum tipo de produção de conhecimento.

A definição sociologicamente mais adequada, segundo Sorj, seria “sociedades capitalistas de consumo de bens tecnológicos”. Dessa forma, entende-se que a tecnologia, com seus produtos e serviços que incorporam o conhecimento científico, exerce um papel inovador na mediação das relações sociais e econômicas, incluindo a comunicação e a qualidade de vida. Nesse último item, inclusive, também de forma diversa ao otimismo de Castells em relação aos benefícios futuros da sociedade em rede, Sorj se preocupa com a desigualdade social presente nesses processos de avanço tecnológico – a **exclusão digital** –, tanto na comparação entre países quanto no interior de cada um deles, como o Brasil, que é objeto de mais de um dos seus trabalhos de pesquisa.

Na leitura de Bernardo Sorj, por mais que as transformações proporcionadas pela telemática (termo que representa a interseção tecnológica entre os avanços das telecomunicações e da informática) sejam bastante significativas e impactantes, elas não interferem ou modificam radicalmente as relações sociais e não alteram a estrutura da sociedade, sua estratificação e os valores que são compartilhados.

Para ampliar

Assista

A rede social, direção de David Fincher (Sony Pictures, 2010, 121 min). Filme baseado em livro que conta a história da origem do Facebook, cujo sucesso levou Mark Zuckerberg (1984-) a se tornar o bilionário mais jovem do mundo.



Columbia Pictures

Conhecimento, cultura e transformações tecnológicas



Outra questão relevante apontada por diversos cientistas sociais que se dedicam ao tema está relacionada com o papel da informação, do conhecimento e da cultura nesse processo de transformações tecnológicas.

Numa avaliação otimista, na esteira aberta por Castells, o sociólogo tunisiano Pierre Lévy (1956-) aponta as oportunidades “libertadoras” que o desenvolvimento e a expansão das novas redes de comunicação ao redor do planeta podem proporcionar. Lévy intitula essas redes como “ciberespaço”, e as transformações radicais daí decorrentes como **cibercultura**. Haveria um novo padrão cultural no dia a dia dos indivíduos em todas as sociedades, determinado pelas mudanças comportamentais derivadas do desenvolvimento tecnológico crescente. Pierre Lévy faz uma leitura de caráter humanista desse processo, entendendo que o futuro se encontra em aberto e o acesso às novas tecnologias pode resultar em diminuição das desigualdades e redução gradual das exclusões sociais que ainda persistem.

Seguindo uma linha apontada por Sorj, mas numa visão mais radicalizada, a psicóloga social e professora estadunidense Shoshana Zuboff (1951-), da Escola de Administração de Harvard, se notabilizou por ter cunhado o conceito de **capitalismo de vigilância** para se referir a esta nova era. Sua visão é pessimista, distópica, e muitos consideram que é inspirada no romance *1984*, de George Orwell (1903-1950). Segundo Zuboff, vivemos um momento de mutação da sociedade capitalista, caracterizado pela transformação dos dados pessoais que circulam amplamente nas redes sociais em mercadoria, farta matéria-prima gratuita utilizada pelas empresas de tecnologia para fins extremamente lucrativos.

Assim, Zuboff identifica hábitos *on-line*, como assistir a filmes ou vídeos em plataformas de *streaming*, fazer uma pesquisa sobre algum tipo de roupa, comprar comida, planejar uma viagem, trocar de carro, aprender a tocar guitarra e gerar expectativas de visualizações e curtidas em publicações em redes sociais. Ela identifica até hábitos *off-line*, como andar de bicicleta, cuja prática pode ter algum tipo de interseção em algum momento com as redes sociais, como a associação do indivíduo a algum grupo de ciclistas.

Todas as empresas de tecnologia desenvolvem um sistema sofisticado de previsão de comportamento do indivíduo a ponto de antecipar os próximos passos do usuário nas redes sociais. Assim, podem vender produtos utilizando as informações fornecidas ao navegar na rede, e até mesmo sem o consentimento dos usuários, captadas pelos vídeos e microfones instalados em nossos computadores e celulares. Ainda assim, as empresas negam tais práticas.

Zuboff complementa a sua tese afirmando que, além da obtenção de altos lucros com a venda de dados pessoais, essas empresas, diante do processamento de tantas informações sobre os hábitos, gostos e renda da população de milhões de usuários, passam a adquirir, inclusive, o poder de influenciar o comportamento humano. Isso pode significar a conformação de uma sociedade caminhando de forma acelerada para a uma realidade de **distopia**.

Publicações, curtidas e comentários em redes sociais, além de acessos em sites, são utilizados como dados pelas empresas de tecnologia, que vendem aos anunciantes previsões sobre o comportamento dos usuários. Aumenta-se, então, a necessidade de modificar os comportamentos humanos em busca de incentivar o consumo e gerar montantes elevados de lucro para a indústria digital.



Mulher observando painel com diversos conteúdos digitais.

Goradenkoff/Shutterstock.com

Tecnologia e distopia

Distopia é um tipo de representação da sociedade, geralmente associada a um futuro imaginário, que é o oposto da ideia de utopia. Esta palavra – utopia – é de origem grega (“*ou-topos*” significa “lugar que não existe”) e representa um país imaginário descrito na literatura inglesa, inventado pelo escritor Thomas Morus (1480-1535), no qual um governo bem organizado proporcionava excelentes condições de vida à população.

O romance de ficção científica *1984*, escrito por George Orwell, como vimos, apresenta uma crítica a regimes totalitários e consiste em um exemplo de distopia, por ser ambientado em uma sociedade futura cujos cidadãos seriam totalmente controlados por um poder central, que manipula a verdade e utiliza alguma forma de vigilância eletrônica, correspondendo, de certa forma, ao modelo de capitalismo informacional citado por Zuboff. Podemos exemplificar também outras distopias famosas na literatura de ficção científica, tais como *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley (1894-1963), publicado em 1932, e *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury (1920-2012), de 1953. O que há de comum nessas obras, apesar das diferenças nas suas narrativas, é exatamente a descrição de sociedades distópicas e autoritárias, onde há supressão das liberdades individuais e utilização da tecnologia para manipulação de informações, controle total e repressão política.

Um subgênero dessa literatura de ficção científica remete à cibercultura: o *cyberpunk*. Nas narrativas desse tipo, o futuro distópico é focado nos excluídos pelo sistema, naqueles que vivem às margens e na periferia das cidades futurísticas, em condições muitas vezes sub-humanas. Embora o filme *Blade runner*, dirigido por Ridley Scott (1937-), lançado em 1982, tenha se tornado um clássico, o romance considerado precursor desse subgênero é a obra *Neuromancer*, de William Gibson (1948-), publicada em 1984.

Nele, um caubói do ciberespaço e *hacker* tem o seu sistema nervoso contaminado por uma toxina, impedindo-o de acessar o mundo virtual. Tem uma relação bem próxima com a história narrada no cinema pela trilogia *Matrix*, iniciada em 1999 e dirigida pelas irmãs Wachowski, sendo uma de suas inspirações, ao lado da obra *Simulacros e simulação*, escrita pelo sociólogo francês Jean Baudrillard (1929-2007) em 1981.

Todas as obras de ficção científica citadas nesse universo distópico têm como componentes centrais a referência à realidade virtual, o uso de tecnologias de informação e comunicação avançadas para controle social e o desenvolvimento da inteligência artificial.



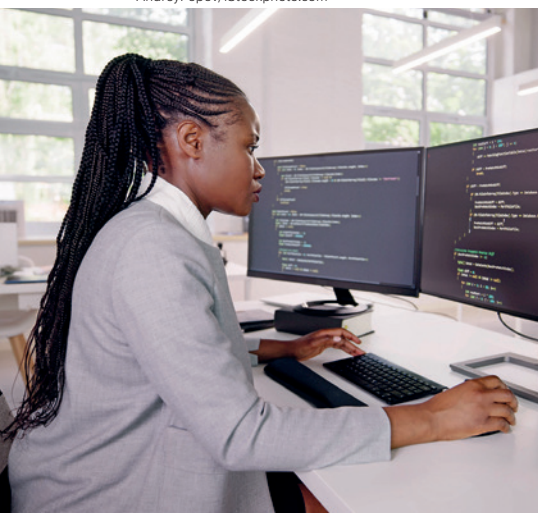
Dados e algoritmos: uma nova forma de colonialismo?

Em linhas gerais, **algoritmos** são uma sequência numérica utilizada na Matemática e em aplicações da Ciência da Computação, que tem como objetivo, na programação de dados, a execução de uma ação para resolver um problema. Pode-se entender o algoritmo como um programa, que informa à máquina (o computador) os passos e a ordem de execução de uma ação.

Essa definição ajuda a entender o que apresentamos anteriormente, com o conceito de capitalismo de vigilância, formulado por Zuboff. Quando navegamos na internet em algum aplicativo (um jogo, por exemplo), curtindo uma postagem qualquer ou buscando uma informação específica (se a pizzeria está aberta para o serviço de *delivery*, por exemplo), nós acionamos um “comando”, o qual corresponde a determinado código que é “lido” e “respondido” imediatamente (em milionésimos de segundos) pela máquina. Ela, então, nos apresenta os resultados para o que estamos buscando ou começa a repetir postagens parecidas com aquelas que acabamos de curtir ou cujo tema acabamos de pesquisar. É assim que funciona o algoritmo.

Todas as grandes corporações de tecnologia, bem como empresas capitalistas em geral, de quaisquer setores da economia, petrolíferas, redes de supermercados, empresas alimentícias ou companhias aéreas, utilizam plataformas ou aplicativos que rodam algoritmos com o objetivo de “otimizar” a experiência do consumidor. Isso permite uma leitura de seus desejos e suas preferências, facilitando a navegação do usuário no menor período de tempo possível, garantindo sua satisfação e, ao mesmo tempo, vendendo seus produtos. Quando nos referimos ao capitalismo de vigilância, portanto, estamos falando dos dados manipulados pela programação por meio de algoritmos.

AndreyPopov/iStockphoto.com



Programadora de dados compondo algoritmos.

Racismo algorítmico

Leia a seguir trechos da entrevista que o pesquisador Tarcízio Silva concedeu ao *blog* do Centro de Estudos Estratégicos da Fundação Oswaldo Cruz (CEE-Fiocruz).

Uso o termo “racismo algorítmico” para explicar como tecnologias e imaginários sociotécnicos em um mundo moldado pelo privilégio branco fortalecem a ordenação racializada de conhecimentos, recursos, espaço e violência em detrimento de grupos não brancos. Então, muito além dos detalhes das linhas de programação, falamos aqui da promoção e implementação acríticas de tecnologias digitais que favorecem a reprodução dos desenhos de poder e opressão que já estão em vigor.

O principal problema na superfície é que sistemas algorítmicos podem transformar decisões e processos em *caixas opacas inescrutáveis*, isto é, tecnologias repletas de problemas são lançadas na sociedade e podem aprofundar discriminações, que vão de buscadores que representam negativamente pessoas negras até softwares de policiamento preditivo – uso de dados e análises para prever o crime – que fortalecem a seletividade penal.

Mas o racismo algorítmico não é só a questão dos *softwares* em si, abarca também tecnologias digitais emergentes, que mesmo com tantos problemas são lançadas de forma cada vez mais acelerada. Isto acontece porque as pessoas vulnerabilizadas por tais sistemas são minorias políticas e econômicas que têm seus direitos colocados em último lugar nas prioridades do setor privado e governamental.

[...]

O racismo algorítmico é uma espécie de atualização do racismo estrutural, sua ponta de lança na era da *datificação* da sociedade. A manutenção do racismo como sistema de produção de vantagens em prol de um grupo hegemônico, a branquitude [...]. Nesse contexto, o desenvolvimento de tecnologias algorítmicas se alimenta do histórico social para oferecer uma pretensa inteligência artificial, que é comprometida com o patriarcado e o colonialismo. Mas essa *desinteligência artificial*, que atualiza opressões como o racismo estrutural, é vendida como neutra.

SILVA, T. O racismo algorítmico é uma espécie de atualização do racismo estrutural. Entrevista cedida a Daiane Batista. *Portal Geledés*, [s. l.], 13 abr. 2023. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/tarcizio-silva-o-racismo-algoritmico-e-uma-especie-de-atualizacao-do-racismo-estrutural/>. Acesso em: 19 set. 2024.

1. Reflita sobre contextos sociais em que o racismo algorítmico pode acontecer. Quais medidas são necessárias para atenuar os efeitos dessa estrutura racial desigual na sociedade?



GLOSSÁRIO

Inescrutável: aquilo que não se pode compreender, incompreensível, impenetrável.

A citação das *big techs* remete a uma outra definição que tem sido muito utilizada para se referir a estes tempos em que vivemos: a concepção de **capitalismo de plataforma**. Essa definição vem sendo utilizada por diversos autores, mas é atribuída ao canadense Nick Srnicek (1982-), professor do King's College London, que apresenta as plataformas, em seus vários tipos, como um novo modelo de empresas adequado à atual fase de acumulação capitalista, comandado não somente pelas grandes empresas de tecnologia, mas também por outras que oferecem os mais diversos serviços. São elas que exploram a profusão de dados que circulam nas redes como a matéria-prima central de produção de valor. Srnicek observa que, assim como na fase do capitalismo que se consolida no século XIX, há uma tendência crescente de constituição de monopólios, ou seja, a concentração cada vez maior de poder econômico nas empresas mais ricas, que vão se apoderando e controlando os empreendimentos menos robustos que surgem e obtêm sucesso com alguma proposta inovadora.

Vários pesquisadores preferem aplicar o conceito de capitalismo de plataforma às transformações que afetam o mundo do trabalho, como o fenômeno da uberização da classe trabalhadora. As plataformas, no caso, representam essas empresas inovadoras, do ponto de vista da economia, que oferecem diversos tipos de serviços a custos mais baixos, investindo em novas formas de emprego de mão de obra precarizada, sem estabelecimento de um vínculo formal de trabalho.

Existe outro conceito relacionado diretamente ao que tratamos anteriormente: o colonialismo de dados, também chamado de colonialismo digital ou colonialismo algorítmico. De acordo com o conceito de **colonialismo de dados**, na atual fase de domínio das tecnologias digitais por poderosas corporações, sejam as oriundas do Vale do Silício, sejam as mais tradicionais do capitalismo mundial, o armazenamento e o controle dos dados sobre as pessoas compõem um novo formato de colonialismo. Um dos pesquisadores que mais se dedicam ao estudo do tema é o sociólogo de mídia e cultura Nick Couldry (1958-), professor da London School of Economics and Political Science (LSE). Couldry, numa obra publicada juntamente com o pesquisador mexicano Ulises Mejias, debate o que os autores chamam de processo de “algoritmização da vida”, proporcionada pelo advento e pelo rápido avanço da inteligência artificial (IA) e do *machine learning* (aprendizado da máquina). Voltaremos ao tema da IA mais adiante.

Nick Couldry define da seguinte maneira esse novo tipo de colonialismo:

[...] Colonialismo de dados é uma ordem emergente, social e econômica para a apropriação da vida humana de forma que se possam extrair continuamente dados dela, visando o lucro. Portanto, é um modo de configurar o mundo inteiro, de tal forma que um recurso novo possa ser extraído – e esse recurso é a vida humana a partir da qual se pode extrair um valor econômico. Digo “visando lucro”, mas naturalmente o valor pode ser extraído de outras formas, tais como os benefícios sociais que o governo recebe ao nos rastrear mais de perto, quando ganha acesso às informações que as corporações comerciais têm de nós.

COULDRY, N. “Pela primeira vez na história humana, a produção de conhecimento funde-se com a produção de lucro”. Entrevista especial com Nick Couldry. Entrevista cedida a Patricia Fachin. *Instituto Humanitas Unisinos*, [São Leopoldo], 12 mar. 2021. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/607425-pela-primeira-vez-na-historia-humana-a-producao-de-conhecimento-funde-se-com-a-producao-de-lucro-entrevista-especial-com-nick-couldry>. Acesso em: 19 set. 2024.

Couldry faz uma associação entre esse colonialismo vinculado às tecnologias de informação e comunicação e o colonialismo histórico, explicando que se mantém a característica de exploração e “extração de recursos”. A diferença diz respeito ao tipo de recurso que é objeto de apropriação – no caso do novo colonialismo, todos os dados que as empresas conseguem obter por meio das mídias digitais.

Vemos, portanto, que, ao pesquisar as mídias digitais e os processos de transformação que as TICs vêm provocando neste século, a Sociologia objetiva compreender esse processo de uma forma crítica e embasada, permitindo identificar o lugar e o papel que podemos assumir como sujeitos ativos e conscientes, se assim o desejarmos, desvelando o mundo que nos cerca para além das suas aparências. Esse é o objetivo dos cientistas sociais no exercício de sua imaginação sociológica: em primeiro lugar, entender o mundo. Depois, procurar explicá-lo da melhor forma possível.

Sociedade de controle, aprendizado de máquina e inteligência artificial

Uma das preocupações teóricas que foi objeto de reflexão do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) dizia respeito ao que ele nomeou de **sociedades disciplinares**. Estas, gestadas nos séculos XVIII e XIX, segundo Foucault, tornaram-se uma característica essencial da sociedade capitalista moderna durante o século XX. Nessas sociedades, determinados “meios de confinamento”, como a escola, a fábrica, o hospital, o quartel e o presídio se configuram como instituições de vigilância, em que o poder é exercido por meio de dispositivos disciplinares, como a organização do espaço físico, o estabelecimento de horários, a escala de hierarquia, entre outros. O controle exercido por todos esses dispositivos é responsável por criar o que Foucault definiu como “corpos dóceis”, ou seja, comportamentos humanos homogêneos e previsíveis; corpos adaptados a essas relações de poder e que pouco resistem a elas.

Gilles Deleuze (1925-1995), outro filósofo francês, contemporâneo e em diálogo constante com a obra de Foucault, formulou, por sua vez, o conceito de **sociedades de controle**. Deleuze supera a organização disciplinar pensada por Foucault ao incorporar em sua análise formas contemporâneas de controle introduzidas pelas diversas tecnologias, afetando as rotinas e os hábitos cotidianos dos indivíduos. Estas rotinas, para Deleuze, diferentemente dos “moldes” definidos pelas sociedades disciplinadoras de Foucault, não existiriam nesse mesmo formato nas sociedades de controle. Essas seriam caracterizadas pela ausência de limites previamente definidos, pelo estabelecimento de um tempo contínuo, sem início e fim, de um aprisionamento em um “campo aberto” de onde não se poderia escapar. Gilles Deleuze estava se referindo, já no início da década de 1990, aos mecanismos de controle e de poder em processo de desenvolvimento pelas tecnologias de informação e comunicação. Segundo o autor, nas sociedades de controle,

[...] o essencial não é mais uma assinatura e nem um número, mas uma cifra: a cifra é uma senha [...]. A linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição.

DELEUZE, G. *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle. In: *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p. 222.

Enquanto nas sociedades disciplinares há a moldagem dos corpos, nas sociedades de controle há a regulação do pensamento e do comportamento de cada indivíduo por meio de máquinas. A tecnologia, portanto, substitui os espaços de confinamento por espaços que não são físicos, e sim virtuais, influenciando e manipulando os sujeitos com “formas ultrarrápidas” de controle.

O conceito de sociedade de controle de Deleuze se encaixa como um modelo explicativo possível para refletir sobre o poder que as TICs acumularam no sentido de prever e manipular o comportamento humano nos diversos momentos da nossa vida cotidiana. Esse processo somente aumenta a cada dia, e em uma velocidade exponencial, impulsionado pelo desenvolvimento de *softwares* que tornaram possível, nos dias atuais, o que vem sendo nomeado como **aprendizado de máquina**.

A expressão “aprendizado de máquina”, traduzida do inglês *machine learning*, segundo pesquisadores dessa área, como o professor português de Ciência da Computação Pedro Domingos, “é uma tecnologia que constrói a si própria” tendo como base algoritmos “de aprendizado”. Estes são diferentes dos algoritmos tradicionais, pois, nesse caso, os algoritmos são criados e se reproduzem por si próprios com os programas computacionais que os desenvolvem por meio do acesso a uma quantidade cada vez maior de dados (*Big Data*). Como afirma Domingos, quanto mais dados são acessados, maior é o aprendizado. A essência dessa tecnologia seria a previsão de comportamentos e desejos.

Partindo da tecnologia e do método do aprendizado de máquina, chegamos ao que vem sendo nomeado de **inteligência artificial** (IA). O aprendizado de máquina é, na verdade, apenas uma parte (ou um subconjunto) da IA. De acordo com a cientista da computação Carla Oliveira, mestra em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC, a origem da ideia de IA remonta a 1943, quando o psiquiatra Warren S. McCulloch (1898-1969) e o cientista cognitivo Walter Pitts (1923-1969) escreveram um artigo que intencionava relacionar células nervosas e processos eletrônicos. Já o termo “inteligência artificial” é atribuído ao cientista da computação John McCarthy (1927-2011), que o utilizou pela primeira vez em uma conferência nos Estados Unidos em 1956.

Da mesma forma que o aprendizado de máquina deve ser considerado uma parte da IA, a pesquisadora Carla Oliveira aponta para o surgimento de um novo método que recebeu o nome de **deep learning**, ou “aprendizagem profunda”, em tradução literal. O *deep learning* pode ser entendido como um subconjunto do aprendizado de máquina que aumenta o potencial da utilização dos bancos de dados existentes no planeta como recurso não somente a técnicas computacionais de reconhecimento de imagem e voz, como também à escolha dos dados ideais, visando a determinados objetivos, sem a necessidade de intervenção humana.

Assistentes virtuais utilizam o aprendizado de máquina para reconhecer comandos de voz, responder perguntas, executar tarefas e controlar dispositivos inteligentes.



Wattanachon Kongthon//Stockphoto.com

Mulher utilizando assistente virtual.

Para ampliar

Assista

A.I. – inteligência artificial, direção de Steven Spielberg (Warner Bros. Pictures, 2001, 146 min). Ficção científica inspirada em um projeto original do cineasta Stanley Kubrick (1928-1999) sobre a possibilidade da criação de máquinas com sentimentos humanos.



Warner Bros. Pictures

Segundo Carla Oliveira, esse seria um primeiro passo para que máquinas obtenham conhecimento similar aos seres humanos. Do ponto de vista dos avanços em *hardware*, como o cálculo vigente em 2021 era de que a quantidade de **transistores** para processamento de dados dobrava a cada 18 meses, em pouco tempo, de acordo com os cientistas, esse número ultrapassaria a quantidade de células existentes no cérebro humano, que é da ordem de 10 bilhões.

Voltando para a década de 1990, na qual se aceleraram as transformações relacionadas ao avanço das TICs, o cientista estadunidense Vernor Vinge (1944-2024), considerando a rapidez e o alcance das inovações tecnológicas que se anunciavam, formulou a ideia de que a sociedade poderia alcançar o que ele nomeou de **singularidade técnica** ou tecnológica: um momento histórico no qual os seres humanos seriam superados pelas máquinas. A tecnologia poderia permitir isso, segundo Vinge, em razão de quatro avanços tecnológicos:

1. A velocidade com que os computadores são aperfeiçoados e a evolução da inteligência artificial;
2. As redes de computadores se tornarem autoconscientes;
3. As interfaces homem-máquina se tornarem tão complexas que produziriam um estágio evolutivo do homem;
4. A ampliação da inteligência humana natural através de melhores técnicas da ciência biológica.

OLIVEIRA, C. Aprendizado de máquina e modulação do comportamento humano. In: SOUZA, J.; SILVEIRA, S. A.; AVELINO, R. *A sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes digitais*. 2. ed. São Paulo: Hedra, 2021. p. 77-78.

GLOSSÁRIO

Transistor: dispositivo semicondutor utilizado em circuitos eletrônicos, como *chips* de computador.

transumanismo

Para encerrar nossas reflexões neste capítulo, é importante salientar que o avanço científico pode efetivamente resultar em melhoria das condições de vida e de sobrevivência dos seres humanos em todo o planeta. Como já chamamos a atenção, há de se pensar se a tecnologia será ou não democraticamente acessível, tendo em vista vivermos em uma sociedade extremamente desigual e considerando, também, que esses avanços tecnológicos se encontram em poder de grandes corporações privadas, que rejeitam qualquer tipo de regulação por parte das instituições públicas, tanto mundialmente quanto no âmbito de cada Estado Nacional.

As ideias de singularidade tecnológica do cientista Vernor Vinge, mencionado anteriormente, estão relacionadas à definição do conceito de **transumanismo**, um movimento filosófico que busca a transformação da condição humana por meio das potencialidades permitidas pelos avanços tecnológicos. Tais potencialidades permitiriam o aumento das capacidades intelectuais, físicas e psicológicas mediante os recursos da inteligência artificial. Assim, caminharíamos para a construção de um futuro “pós-humano”, superando as limitações físicas e biológicas, erradicando o sofrimento causado por doenças e pelo envelhecimento e expandindo as habilidades naturais por meio da fusão entre o ser humano e a máquina.

[...] Transumanismo é a crença de que os seres humanos estão destinados a transcender seu corpo físico através da tecnologia. Eles acreditam que nossa biologia restringe nossa experiência da realidade e que não precisamos aceitar o que nos foi dado pela natureza. De membros e olhos biônicos à criação de novos sentidos e prolongamento da expectativa de vida, esses indivíduos estão redefinindo o que significa ser humano.

O movimento está interferindo em todos os aspectos da vida, incluindo assistência médica, cultura, política e inteligência artificial. O perfil dos transumanistas é tão diverso quanto suas criações, de artistas e diretores executivos a acadêmicos e hackers amadores. O trabalho dos indivíduos retratados neste livro demonstra como a otimização de nossos cérebros e corpos poderia revolucionar e redefinir a humanidade. Como arquitetos do corpo humano, a imaginação é nosso único limite.

Apesar de essas ideias terem surgido há muito tempo nas páginas de revistas em quadrinhos e livros de ficção científica, o movimento – atualmente uma realidade – está começando a interferir significativamente na rotina de empresas e indivíduos. Com a tecnologia evoluindo tão rapidamente quanto evolui hoje em dia, novas mudanças são iminentes. [...]

VINTINER, D. 15 fotos que mostram o futuro da evolução humana. Entrevista cedida a Gabriel H. Sanchez. *BuzzFeed News*, [s. l.], 13 abr. 2020. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20200414160340/https://www.buzzfeed.com/br/gabrielsanchez/15-fotos-do-futuro-da-evolucao-humana?origin=shp>. Acesso em: 26 set. 2024.



Homem utilizando exoesqueleto mecânico em tratamento de reabilitação dos movimentos. Espanha, 2023.



1. Sobre o tema da exclusão digital, indique no caderno qual dos seguintes desafios é central para a construção de uma sociedade da informação mais justa e inclusiva no Brasil.
 - a) Aumentar a velocidade de conexão à internet em todo o território nacional.
 - b) Promover a alfabetização digital e o acesso universal às Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs).
 - c) Estimular a produção de conteúdo digital nacional em detrimento de conteúdo estrangeiro.
 - d) Criar leis mais rígidas para o controle e a censura da informação na internet.
 - e) Incentivar a competição entre empresas de tecnologia para reduzir os preços dos dispositivos eletrônicos.

2. Leia o excerto a seguir.

O Facebook aplica literalmente um slogan bem conhecido de todos os especialistas em marketing: “Se é de graça, você é o produto”. O “produto”, neste caso, são os dados que cada usuário fornece à rede social sempre que reage a várias publicações – via “curtidas”, ou emoticons – que ele mesmo disponibiliza, ou pesquisa.

“SE é de graça, você é o produto”: saiba como Facebook lucra com dados de usuários. *RFI*, [s. l.], 20 mar. 2018. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/mundo/20180320-se-e-de-graca-voce-e-o-produto-saiba-como-facebook-lucra-com-dados-de-usuarios>. Acesso em: 16 set. 2024.

- O capitalismo de plataforma é um modelo econômico contemporâneo que se caracteriza pelo papel central das plataformas digitais na organização e na geração de valor. Explique o papel dos dados dos usuários nessa nova fase do capitalismo.

3. (Uece – 2024) Uma das características das sociedades modernas hoje é a adoção contínua e ampliada do uso de tecnologias comunicacionais e informacionais na vida cotidiana. Serviços bancários, comércio eletrônico, telessaúde, serviços de transportes e de entregas por aplicativos e as redes sociais são constantes nas interações do dia a dia de milhões de pessoas em países como Brasil e EUA. Porém, ao mesmo tempo que esse avanço é rápido, existe lentidão na absorção crítica e consciente no uso dessas tecnologias, além do surgimento de atuais problemas sociais como os variados tipos de crimes digitais, a precarização dos trabalhadores de aplicativo, o vício no uso de redes sociais e transtornos psicológicos associados, além da propagação, por vezes sem controle, de notícias falsas. É necessário que governos, sociedade civil e grandes empresas operadoras dessas tecnologias se responsabilizem e tomem medidas que possam conscientizar, amenizar e combater esses problemas gerados pelas tecnologias que deveriam servir para o melhoramento da vida em sociedade.

Considerando o enunciado, é correto afirmar que

- a) as novas tecnologias comunicacionais promovem transformações sociais que não podem ser barradas por excessos de controle governamental ou privado.
 - b) a multiplicidade de serviços possibilitados pelas novas tecnologias de informação alcança muito mais pessoas, mas de modo irregular e criminoso.
 - c) as empresas que operam o ambiente virtual das redes sociais são as que têm menor parcela de culpa no uso irresponsável da internet pelas pessoas viciadas.
 - d) o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação está em descompasso com o uso reflexivo e adequado por parte dos seus usuários.
4. Leia o trecho a seguir e faça o que se pede.

Regulação da internet é essencial para combater ataques a escolas [...]

[...]

Somente depois do ataque à escola em Blumenau, no dia 5 de abril [de 2023], 225 pessoas foram presas ou apreendidas, no caso de menores, por suspeitas de envolvimento no caso. Além disso, a Justiça já retirou ou suspendeu 756 perfis em redes digitais dedicados a difundir ódio, conforme o ministro da Justiça.

Por regular redes sociais e serviços de mensagens, a proposta é considerada um instrumento importante para combater a violência nas escolas. [...]

Entre as regras que o projeto estabelece estão a retirada imediata, da internet, de conteúdos que que possam causar dano iminente de difícil reparação ou que violem direitos de criança e adolescentes. Também deverão ser imediatamente excluídas publicações que coloquem em risco a segurança do usuário ou que contenham crimes previstos na Lei do Racismo (Lei 7.716/89).

NEVES, M. Regulação da internet é essencial para combater ataques a escolas, aponta Flávio Dino. *Agência Câmara de Notícias*, [Brasília, DF], 18 abr. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/953831-regulacao-da-internet-e-essencial-para-combater-ataques-a-escolas-aponta-flavio-dino/>. Acesso em: 16 set. 2024.

- a) Após o ataque ocorrido em uma escola brasileira em abril de 2023, a responsabilização das empresas de tecnologia pelos crimes de ódio e incitação à violência praticados por usuários tornou-se uma das controvérsias que surgiram durante a elaboração do Marco Civil da Internet. Pesquise sobre essa regulamentação e indique possíveis razões para tal medida ter dividido opiniões na sociedade brasileira.
- b) O debate sobre a regulamentação das redes sociais está presente em outros países? De que maneira?

O acesso ao cinema no Brasil como tema da redação do Enem.

Agora que você já teve contato com as análises sociológicas a respeito das relações de trabalho, do sistema econômico capitalista, compreendeu melhor a instituição do Estado e como um governo democrático é construído com base nas lutas dos movimentos sociais, está na hora de aplicar esses conhecimentos ao exercício da construção da redação do Enem. Os conteúdos estudados ao longo desta unidade podem ajudar a organizar as informações, a desenvolver argumentos e a construir intervenções inovadoras.

Em 2019, o tema da redação proposto no exame foi “**Democratização do acesso ao cinema no Brasil**”. Considerando o cinema como uma forma de acessar o lazer e a cultura, analise o artigo 6º e o 227º da Constituição Brasileira (1988):

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o **lazer**, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao **lazer**, à profissionalização, à **cultura**, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à **convivência familiar e comunitária**, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 set. 2024.

Agora, **leia um dos textos motivadores** que foram utilizados no Enem:

O Brasil já teve um parque exibidor vigoroso e descentralizado: quase 3300 salas em 1975, uma para cada 30000 habitantes, 80% em cidades do interior. Desde então, o país mudou. Quase 120 milhões de pessoas a mais passaram a viver nas cidades. A urbanização acelerada, a falta de investimentos em infraestrutura urbana, a baixa capitalização das empresas exibidoras, as mudanças tecnológicas, entre outros fatores, alteraram a geografia do cinema. Em 1997, chegamos a pouco mais de 1000 salas. Com a expansão dos *shopping centers*, a atividade de exibição se reorganizou. O número de cinemas duplicou, até chegar às atuais 2200 salas. Esse crescimento, porém, além de insuficiente (o Brasil é apenas o 60º país na relação

habitantes por sala), ocorreu de forma concentrada. Foram privilegiadas as áreas de renda mais alta das grandes cidades. Populações inteiras foram excluídas do universo do cinema ou continuam mal atendidas: o Norte e o Nordeste, as periferias urbanas, as cidades pequenas e médias do interior.

Disponível em: <https://cinemapertodevoce.ancine.gov.br>. Acesso em: 13 jun. 2019 (fragmento).

Considerando a proposta de redação “Democratização do acesso ao cinema no Brasil”, atenda aos passos a seguir:

1. Para começar, você deve **analisar os dois conceitos-chave** dessa proposta de redação. São eles: **democratização** e **cinema**. Em seu caderno, **responda às duas perguntas**: a) o que significa democratizar o acesso a determinado recurso ou serviço?; b) como o cinema está relacionado ao direito ao lazer e à cultura, previstos na Constituição Brasileira de 1988?
2. Em seguida, é hora de mobilizar os conhecimentos sociológicos apresentados na Unidade 2. Relembre os temas estudados e **selecione qual deles pode ajudar no desenvolvimento do argumento** da redação: trabalho, capitalismo, questão ambiental, cidadania, direitos, Estado, democracia, movimentos sociais, mídia e tecnologia.
3. Estruturar sua redação é um exercício fundamental para se fazer antes de partir para a escrita do texto. Mantenha em mente que, para esse exercício, você precisará utilizar a competência 3 da Redação do Enem, selecionando, organizando e relacionando opiniões e argumentos de diferentes pontos de vista sobre o tema. Nesta etapa, **escreva em tópicos duas ou três ideias que serão abordadas em cada parágrafo: um para a introdução, dois ou três para o desenvolvimento, e um para conclusão**. Por exemplo: número de salas de cinema no Brasil, diferenças e possíveis desigualdades regionais na distribuição das exhibições de cinema no país, lazer e cultura enquanto direitos assegurados pela Constituição Brasileira.
4. Depois de ter analisado os conceitos-chave da proposta, mobilizado os conhecimentos sociológicos e estruturado a redação, não se esqueça de intervir! A competência 5 pede que você elabore uma proposta de intervenção, considerando o respeito aos direitos humanos. Portanto, **responda em formato de tópicos: como o poder público e a sociedade podem criar estratégias para democratizar o acesso ao cinema no Brasil?** Responder a essa pergunta será fundamental para desenvolver sua escrita, que deverá apresentar uma criativa solução para a questão.

O acesso ao saneamento básico e as desigualdades sociais



O saneamento básico é um elemento importante para a qualidade de vida, a saúde pública e o desenvolvimento social. No Brasil, a falta de acesso adequado a serviços de saneamento impacta negativamente a vida de milhões de pessoas, agravando desigualdades sociais e econômicas. Dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) mostram que, em 2022, cerca de 35 milhões de brasileiros não tinham acesso à água potável, e mais de 90 milhões viviam sem coleta de esgoto.

A ausência de saneamento básico está diretamente relacionada à proliferação de doenças como diarreia, cólera, leptospirose e hepatite A, principalmente em áreas de baixa renda. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 88% das mortes por doenças diarreicas estão ligadas à falta de água tratada e de saneamento adequado. Além disso, crianças que vivem em locais sem saneamento têm maiores riscos de desnutrição e atrasos no desenvolvimento cognitivo.

As consequências também se estendem à educação e ao trabalho: estudos apontam que crianças em comunidades sem saneamento básico faltam mais à escola devido a doenças, o que afeta o desempenho escolar e limita futuras oportunidades de emprego. A produtividade econômica do país também é prejudicada, já que trabalhadores adoecem com maior frequência em áreas sem saneamento adequado, o que aumenta os custos com saúde pública e reduz a força de trabalho.

Esta atividade propõe a realização de uma **saída de campo** e um **minidocumentário** com base nela.

Etapa 1: Organize-se, com os colegas, em grupos de três ou quatro pessoas. O objetivo é elaborar coletivamente um minidocumentário sobre alguma questão social relevante para a comunidade, focando a relação entre trabalho, falta de saneamento básico e desigualdade social. Identifiquem, em conjunto, um tema específico que afete diretamente a comunidade local (moradia precária, falta de água tratada, impactos na saúde infantil, entre outros).



Etapa 2: Façam uma pesquisa inicial sobre a questão escolhida. Essa etapa inclui levantamento de dados, consultas a materiais disponíveis na internet, como reportagens e estudos, e uma visita a um local relevante para o tema (pode ser a própria comunidade ou o posto de algum serviço público). Com apoio do professor, planejem uma entrevista com profissionais ou moradores que possam dar depoimentos sobre o tema.

Etapa 3: Elaborem um roteiro para o documentário, incluindo perguntas aos entrevistados que abordem condições de trabalho, acesso a serviços básicos (como saneamento, água e eletricidade) e de que modo esses fatores afetam o cotidiano das pessoas. Exemplos: Como as condições de trabalho impactam a vida das pessoas em sua comunidade? Quais são os principais desafios relacionados ao saneamento básico e à saúde? Como as desigualdades sociais se manifestam no acesso a serviços essenciais?

Etapa 4: Realizem as entrevistas e captem imagens que representem a situação da comunidade (usem celulares para gravar vídeos e registrar fotografias). Lembrem-se de solicitar a autorização dos entrevistados para o uso das imagens e dos depoimentos no documentário.

Etapa 5: Reúnam o material gravado e, com o auxílio de ferramentas de edição de vídeo (disponíveis em celulares ou computadores), montem um minidocumentário de até 10 minutos. Certifiquem-se de incluir análises e conexões com o conteúdo trabalhado em sala sobre as relações entre trabalho, estratificação social e desigualdade.

Etapa 6: Apresentem o minidocumentário à turma. Em seguida, participem de uma roda de conversa para discutir como a atividade realizada ajudou a entender melhor questões relacionadas ao trabalho, à desigualdade social e ao impacto disso na comunidade. Refletir sobre o aprendizado adquirido com as entrevistas e discussões é parte fundamental do projeto. Como o estudo sociológico e a observação da realidade o ajudaram a compreender a relação entre trabalho, política e desigualdade social? De que maneira o conteúdo aprendido pode ser aplicado em soluções e melhorias para sua comunidade?

Investir em saneamento básico é essencial para garantir dignidade, saúde e desenvolvimento sustentável. O acesso universal a esses serviços é uma meta do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 6, das Nações Unidas, que visa assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e do saneamento para todos até 2030.



Rua sem saneamento básico. São Luís (MA), 2022.



Exames Brasil afora

1. (Enem – 2023)

“O trabalhador pode até saber que sua fábrica produz aviões ou medicamentos, mas a sua parcela de atividade está totalmente subordinada a uma estrutura abstrata, diluída numa massa de atividades conexas, em muitos casos dividida em diversos continentes e em proprietários não visíveis. Ele não se reconhece na materialidade final do seu trabalho, que se lhe afigura como obra da “empresa”, e sua subordinação parece ser ao ‘sistema’”.

FONTES, V. **Capitalismo em tempo de uberização**: do emprego ao trabalho. Disponível em: www.niepmarx.blog.br. Acesso em: 6 out. 2021 (adaptado).

Segundo o texto, a razão para a dificuldade do trabalhador em reconhecer o seu labor é a

- a) fragmentação da produção.
- b) regionalização da economia.
- c) aglomeração da indústria.
- d) flexibilização da jornada.
- e) qualificação da função.

2. (UFU-MG – 2023)

“Há pouco mais de uma semana, quando a varejista Amazon foi acusada de fazer com que seus funcionários trabalhassem em horários excessivos a ponto de terem de urinar em garrafas plásticas, a companhia do homem mais rico do mundo, Jeff Bezos, afirmou que, “se isso fosse verdade, ninguém trabalharia conosco”. [...] Nesta sexta-feira (2), no entanto, a Amazon voltou atrás e pediu desculpas [...] e acabou admitindo que sim, alguns funcionários não têm tempo de ir ao banheiro e acabam urinando em garrafas de água.”

VITORIO, Tamires. **Com horários de trabalho excessivos, funcionários da Amazon urinam em garrafas**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/>. Acesso em: 20 abr. 2023. (Fragmento adaptado).

A notícia de que uma das principais empresas varejistas contemporâneas admitiu que uma parte de seus funcionários trabalha em condições precárias é um testemunho de como

- a) a formação de sindicatos fortes, a partir da emergência do toyotismo, não impede a exploração do trabalho.
- b) a maior flexibilização dos vínculos trabalhistas passa a exigir uma maior qualificação técnica do trabalhador.
- c) a desregulamentação do trabalho tem como consequência o fortalecimento do papel do Estado de bem-estar social.
- d) a sociedade contemporânea produz uma contradição entre a modernização e a regressão das condições de trabalho.

3. (UEL-PR – 2023)

A partir da segunda metade do século XX, nações em todos os continentes têm incorporado às suas agendas de discussão as temáticas do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. Dessas discussões surgiu uma série de conferências, protocolos e acordos internacionais sobre o tema.

Com base nos conhecimentos sobre os temas, considere as afirmativas a seguir.

- I. A Conferência de Estocolmo foi realizada no ano de 1972 sendo a primeira conferência ambiental no mundo e na qual foi elaborada a “Declaração de Estocolmo”, com o objetivo de diminuir os impactos ambientais negativos de modo a atingir o desejado desenvolvimento sustentável.
- II. A ECO 92 apresentou como resultado o relatório conhecido como “Relatório de Brundtland”, no qual os especialistas afirmaram que o foco das discussões deixaria de ser a poluição, passando a ser as mudanças climáticas e a perda da biodiversidade.
- III. O Acordo de Paris ocorreu em 2017, sendo firmado pelos países desenvolvidos. Teve como resultado o documento “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”, no qual foram delineados 15 grandes objetivos a fim de contribuir para atingir a Agenda 2030 no Brasil.
- IV. A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Rio+20, marcou os 20 anos da realização da Rio 92. O resultado foi o documento “O Futuro que queremos”, com metas a serem atingidas visando ao desenvolvimento sustentável para as duas décadas seguintes.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

4. (Uema – 2020)

Políticas públicas e a questão ambiental no Brasil

A relação do ser humano com o meio ambiente varia conforme o contexto social, político, econômico e cultural. Entre os anos de 1988 e 2008, cerca de 370 mil km² da Floresta Amazônica foram desmatados, segundo os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Diante da pressão de organizações nacionais e internacionais para a reversão dessa situação, o governo brasileiro, em 2008, definiu uma política de controle das ações humanas sobre a chamada Amazônia Legal. Para tal, criou o Fundo Amazônia que tem por finalidade

captar doações para investimentos em ações de preservação, de monitoramento e de combate ao desmatamento, incentivando atividades econômicas de manejo florestal sustentável.

PEREIRA, Thaís Helena Miguel. Filosofia e Sociologia: 1ª série. Fortaleza: Sistema Ari de Sá de Ensino, 2018. (Adaptado).

A política pública de controle das ações humanas sobre a chamada Amazônia Legal, explicitada no texto, enquadra-se em uma relação entre sociedade e meio ambiente que visa

- a) divulgar a insustentável situação do meio ambiente.
- b) manter os recursos naturais intocáveis.
- c) promover a redução do consumo de bens e de serviços.
- d) combater a lucratividade das empresas sobre o meio ambiente.
- e) propor a conciliação do desenvolvimento com o meio ambiente.

5. (UEL-PR – 2024)

A criação de direitos foi, nos anos de 1950, objeto de estudo do sociólogo britânico Thomas Humphrey Marshall, que desenvolveu a ideia de cidadania como um status concedido aos que são membros integrais de uma comunidade. Com base nos conhecimentos sobre Cidadania e Direitos em Marshall, assinale a alternativa correta.

- a) O direito político ao voto no século XIX promoveu a distribuição igualitária de poder, superando de fato a incompatibilidade política entre igualdade e desigualdade.
- b) Os direitos civis, articulados à teoria liberal, independem do Estado, de modo que cada indivíduo é responsável pela sua garantia, bem como por sua liberdade.
- c) Os direitos sociais surgiram da luta por liberdade contratual, no século XIX, com vistas à garantia de saúde, educação, moradia, lazer e previdência social.
- d) Os direitos civis, políticos e sociais compõem o desenvolvimento progressivo da cidadania, distinguindo-se ao longo do tempo no processo de diferenciação das instituições que os reconheciam.
- e) Os direitos políticos precedem os direitos civis e sociais por pressuporem a existência de um status de liberdade, contribuindo para a adição gradativa de outros direitos.

6. (UEPG-PR – 2022)

Sobre os chamados direitos sociais, assinale o que for correto.

01) Na configuração dos estágios de direitos de cidadania, compreendidos por T. H. Marshall, os direitos sociais na Europa precederam os direitos civis e políticos.

02) O direito à educação e o direito à saúde não são considerados direitos sociais.

04) O dia remunerado de descanso e as férias remuneradas, previstos nas legislações do trabalho de muitos países, podem ser vistos como uma extensão do direito ao lazer, previsto em muitas Constituições.

08) No Brasil do século XIX, a noção de direitos sociais era praticamente inexistente.

7. (UEL-PR – 2024)

Leia o texto a seguir.

“Os níveis globais de democracia caíram em 2022 para patamares mais baixos do que em 1986 e o número de Estados comandados por ditaduras se tornou maior do que o de democracias plenas pela primeira vez desde 1995, segundo relatório anual sobre democracia feito pelo instituto sueco V-Dem, ligado à Universidade de Gotemburgo. A pesquisa é considerada uma referência na medição dos níveis de regimes políticos em nível mundial e os divide em quatro vertentes: democracias liberais, democracias eleitorais, autocracias eleitorais e ditaduras. Para classificar mais de 180 países nesses critérios, o instituto avalia itens como liberdade de imprensa, independência entre os poderes, repressão policial e integridade do sistema eleitoral, entre outros. Segundo o relatório, o número de democracias plenas no mundo caiu de 44 em 2009 para 32 em 2022. Já o número de ditaduras, que em 2012 estava em 22, seu número mais baixo, subiu para 33. As ditaduras incluem países como Nicarágua, China e Coreia do Norte.”

Adaptado de: www.dgabc.com.br

Com base nos conhecimentos sobre Democracia e regimes não democráticos, considere as afirmativas a seguir.

- I. A democracia eleitoral amplia e aprofunda os princípios da democracia liberal, tornando-se um referencial político para a superação da crise no sistema representativo.
- II. A democracia deliberativa apresenta características que permitem a ela ser implementada em larga escala, constituindo uma alternativa viável à democracia representativa.
- III. Autocracias eleitorais apresentam mecanismos de legitimação política definidos por regras democráticas de sucessão do poder.
- IV. Ditaduras como a China impactam no equilíbrio da balança global de poder, criando dependência econômica e afetando os índices globais de liberdade e direitos humanos.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

8. (Santa Casa-SP – 2023)

“A radicalização política dos anos 60 foi dessa gente jovem. Os jovens radicais eram liderados por membros de seu grupo de pares. Isso se aplicava visivelmente aos movimentos estudantis mundiais, mas onde estes provocaram motins operários em massa, como na França e na Itália em 1968-9, a iniciativa também veio de jovens operários. Ninguém, com as limitações da vida real, poderia ter idealizado os *slogans* confiantes, mas patentemente absurdos, dos dias parisienses de maio de 1968, nem do “outono quente” de 1969: *“tutto e subito”*, queremos tudo e já.”

(Eric J. Hobsbawm. *Era dos extremos: o breve século XX*, 1995. Adaptado.)

Considerando o conteúdo do excerto e conhecimentos sobre os anos cinquenta e sessenta do século passado, observa-se que

- a) as mobilizações sociais eram um fenômeno exclusivamente ocidental.
- b) as manifestações eram lideradas por políticos de partidos tradicionais de esquerda.
- c) os ativismos contestatórios restringiam-se às esferas das lutas políticas.
- d) os movimentos operários defendiam o fim da economia agroindustrial.
- e) as manifestações contrapunham-se aos ritmos habituais das mudanças sociais.

9. (Uece – 2020)

Leia com atenção o seguinte fragmento a respeito dos movimentos sociais na era da Internet:

“Os movimentos sociais são produtores de novos valores e objetivos em torno dos quais as instituições da sociedade se transformaram a fim de representar esses valores, criando novas normas para organizar a vida social. Os movimentos sociais exercem o contrapoder construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional. Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas de mídia, na sociedade em rede, a autonomia de comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida.

Entretanto, esse é apenas um componente do processo comunicativo pelo qual os movimentos sociais se relacionam com a sociedade em geral. Eles também precisam construir um espaço público, criando comunidades livres no espaço urbano. Uma vez que o espaço público institucional, o espaço constitucionalmente designado para a deliberação, está ocupado pelos interesses das elites dominantes e suas redes, os movimentos sociais

precisam abrir um novo espaço público que não se limite à Internet, mas se torne visível nos lugares da vida social”.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

Considerando a compreensão de Castells acerca dos movimentos sociais na “era da Internet”, assinale a afirmação verdadeira.

- a) Os movimentos sociais, em toda a história das sociedades, reproduziram os valores tradicionais e buscaram a manutenção dos interesses de poder.
- b) As novas redes de comunicação virtual são suficientes para comporem e orquestrarem os movimentos sociais nas sociedades contemporâneas.
- c) O poder público dos Estados modernos concede os espaços físicos das cidades para que os movimentos sociais possam se manifestar livremente.
- d) Os movimentos sociais, em uma época de redes de comunicação livres e democráticas, tendem a ser mais autônomos diante dos poderes dominantes.

10. (UFU-MG – 2023)

A fim de ampliarem sua influência, as associações cívicas e os movimentos sociais devem procurar atingir diferentes agendas: a dos meios de comunicação, a dos partidos políticos e a dos corpos parlamentares e administrativos. Através dos media, as questões e causas de atores cívicos podem alcançar uma audiência muito mais ampla do que seria possível por meio de ações diretas. Os media contribuem para inserir temas na agenda pública, para configurar a percepção que os cidadãos têm das questões-chave da política e, também, para construir o senso que as autoridades políticas formam sobre a reação dos cidadãos.

MAIA, Rousiley C. M. Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, p. 87-118, 2009. (Fragmento).

Ao descrever a necessidade do uso das mídias de massa pelos atores que formam a sociedade civil, revela-se como, na democracia participativa, os diferentes atores da sociedade civil

- a) utilizam-se da mídia para enfraquecer a capacidade de representação dos partidos políticos e os poderes do Estado.
- b) procuram controlar a mídia para conquistar a opinião pública e obter o fim da interferência estatal no espaço público.
- c) visam se mobilizar, por meio do uso das mídias sociais, para definir a posição da burguesia na esfera pública.
- d) podem influenciar as pautas políticas pelos meios de comunicação, mesmo sem controlar o Estado.

11. (Uece – 2022)

Thomas Hobbes (1588-1679) é considerado, ao lado de John Locke (1632-1704) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), como um “contratualista”. O contratualismo é uma teoria social e política desenvolvida por esses pensadores e que aponta, de forma geral, o nascimento das sociedades ou do convívio social humano a partir da passagem de um “estado de natureza” para o “mundo social”. Em síntese, os primeiros grupos humanos, para poderem conviver, tiveram que reprimir sua “animalidade” ou “natureza humana” fazendo “pactos” ou “contratos” a fim de se preservarem mutuamente e convivirem. Para Hobbes, especificamente, essa “natureza humana” faz com que os seres humanos vivam em constante guerra de uns contra os outros. E, para findar tal estado de “conflito natural”, é preciso que exista um “poder soberano” que mantenha todos em respeito mútuo.

No que diz respeito à perspectiva contratualista de Thomas Hobbes, assinale a afirmação verdadeira.

- a) O Estado é o poder soberano que impede a guerra generalizada entre os seres humanos e serve para controlar as naturais tendências destruidoras.
- b) O ser humano vive na desconfiança em relação aos outros e, para preservar sua vida, deve antecipar o perigo e atacar primeiro.
- c) Como o homem é sempre alvo de algum malfeito, deve, de imediato, se acautelar e esconder-se em algum lugar seguro para não ser vitimado.
- d) As três razões da natureza humana que podem impedir a guerra generalizada entre os homens são a competição, a desconfiança e a busca pela glória.

12. (Enem – 2023)

“Elas foram as pioneiras dos direitos das mulheres no Afeganistão. Defensoras ferrenhas da lei, buscaram justiça para os mais marginalizados. Mas, agora, mais de 220 juízas afegãs estão escondidas por medo de retaliação sob o regime do Talibã. Uma delas condenou centenas de homens por violência contra as mulheres, incluindo estupro, assassinato e tortura. Mas poucos dias depois que o Talibã assumiu o controle de sua cidade e milhares de criminosos condenados foram libertados da prisão, as ameaças de morte começaram. O país sempre foi considerado um dos lugares mais difíceis e perigosos do mundo para as mulheres. De acordo com estudos de organizações não governamentais, cerca de 87% das mulheres e meninas serão vítimas de abuso durante a vida.”

Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 12 out. 2021 (adaptado).

O texto evidencia situação representativa de

- a) afronta às estruturas sociais.
- b) desprezo aos valores religiosos.

- c) transgressão às normas morais.
- d) desrespeito à dignidade humana.
- e) oposição aos princípios hierárquicos.

13. (Enem – 2023)

“Por trás da “mágica” do Google Assistant de sua capacidade de interpretar 26 idiomas está uma enorme equipe de linguistas distribuídos globalmente, trabalhando como subcontratados, que devem rotular tediosamente os dados de treinamento para que funcione. Eles ganham baixos salários e são rotineiramente forçados a trabalhar horas extras não remuneradas. A inteligência artificial não funciona com um pozinho mágico. Ela funciona por meio de trabalhadores que treinam algoritmos incansavelmente até que eles automatizem seus próprios trabalhos.”

A Inteligência Artificial 23(IA) da economia freelancer está vindo atrás de você. Disponível em: <https://mittechreview.com.br>. Acesso em: 6 out. 2021 (adaptado).

O texto critica a mudança tecnológica em razão da seguinte consequência:

- a) Diversificação da função.
- b) Mobilidade da população.
- c) Autonomia do empregado.
- d) Concentração da produção.
- e) Invisibilidade do profissional.

14. (Unicentro-PR – 2023)

Leia o texto a seguir.

“Pierre Bourdieu redefine a famosa concepção de Estado moderno de Max Weber ao afirmar que o Estado é o “detentor do monopólio da violência simbólica legítima.”

(BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 146.)

Weber caracterizava o Estado moderno pelo fato de ser o detentor do monopólio legítimo do uso da força física.

Assinale a alternativa que identifica o fenômeno de formação do Estado moderno, sintetizada na definição de Bourdieu.

- a) A formação de um campo econômico, que tem o poder de determinar o sistema monetário de um país.
- b) A formação de um campo educacional, que tem o poder de instruir e preparar para o convívio em sociedade os cidadãos de um país.
- c) A formação de um campo jurídico, que tem o poder de determinar as leis e os demais códigos jurídicos de um país.
- d) A formação de um campo político, que tem o poder de determinar o sistema eleitoral de um país.
- e) A formação de um campo religioso, que tem o poder de definir as crenças e o exercício dos rituais religiosos de um país.

CONTRA O
GENOCÍDIO
JUVENITUD
NEGRA



PELA GARANTIA
DOS MÍNIMOS

contra a
violência

Desafios atuais

Deixamos para esta última unidade reflexões sociológicas que representam grandes desafios atuais para a humanidade e para o nosso país: os problemas urbanos e do campo, a questão da violência, do racismo, das desigualdades de gênero, da diversidade sexual e dos povos indígenas. Certamente você já deve ter se envolvido em alguns desses debates e reflexões. Quais são as grandes questões de sua cidade? Se você ou sua família vivem no campo, quais problemas enfrentam? Já refletiu sobre as desigualdades raciais e as desigualdades entre mulheres e homens? E sobre as diferentes orientações sexuais? Qual é o seu conhecimento sobre a cultura e a vida dos povos indígenas brasileiros?

Plano de estudos:

1. A questão urbana
2. A questão da terra
3. Violência e desigualdades sociais
4. Desnaturalizando as desigualdades raciais
5. Patriarcado e relações de gênero
6. Diversidade sexual e de gênero
7. Povos indígenas no Brasil

1. Quais problemas sociais brasileiros estão representados na fotografia?
2. Como esses problemas sociais estão relacionados?

Protesto contra o assassinato de jovens negros pela polícia. Rio de Janeiro (RJ), 2015.

Enchentes em SP revelam falta de planejamento urbano

Em janeiro [de 2010], o volume de chuva na cidade São Paulo (SP) foi de 480,5 milímetros. [...]

[...] De acordo com balanço da Defesa Civil, mais de 25,7 mil pessoas em toda cidade tiveram de deixar suas casas devido às chuvas.

Segundo [o arquiteto e urbanista Kazuo] Nakano, o modelo de urbanização e ocupação implementado nas várzeas dos rios foi inadequado. Os rios Tietê, Pinheiros e Tamanduateí foram transformados em canais. Isto é, perderam suas curvas acentuadas e hoje são praticamente linhas retas. A mudança do desenho dos rios e a impermeabilização do solo dificultam a absorção das águas.

MOCHIUTE, T. Enchentes em SP revelam falta de planejamento urbano. *Portal Geledés*, [s. l.], 12 fev. 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enchentes-em-sp-revelam-falta-de-planejamento-urbano/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

Tragédias causadas pelas chuvas ocorrem praticamente todos os anos, somente variando em relação à intensidade das precipitações fluviais e às localidades atingidas. No Brasil, inúmeras cidades, de norte a sul do país, capitais ou não, pertencentes às regiões metropolitanas ou situadas no interior, sofrem com esse tipo de situação. Um dos exemplos recentes ocorreu em maio de 2024, no estado do Rio Grande do Sul, quando um volume de chuvas sem precedentes na região provocou enchentes e a morte de quase 200 pessoas, além de afetar a vida de 2,34 milhões, deixando cerca de 38 mil pessoas alojadas em abrigos em pelo menos 475 municípios atingidos.

Nelson ALMEIDA/AFP



Parte da cidade de Canoas, na Região Metropolitana de Porto Alegre, ficou devastada pelas enchentes. Canoas (RS), 2024.

Se fizermos um levantamento da história desses tipos de desastres, vamos nos deparar com o recorde causado pelas fortes chuvas que atingiram a Região Serrana do Rio de Janeiro, em janeiro de 2011. De acordo com os dados dessa catástrofe, foram mais de 900 mortes e quase 100 desaparecidos soterrados pelo mar de lama que desceu das encostas dos morros e tomou os rios das cidades de 14 municípios, entre eles Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis, arrastando tudo o que encontrava pelo caminho. Na ocasião, 35 mil pessoas perderam suas casas ou precisaram abandoná-las em razão do risco de deslizamento de terras.

As áreas urbanas alagadas podem propiciar, além de prejuízos financeiros, diversos tipos de doenças na população afetada.

Questionamentos

1. É possível dizer que, além dos efeitos relacionados às mudanças climáticas, a maior parte dos problemas causados pelas chuvas está relacionada à ausência de **planejamento urbano**. Por quê?
2. Na reportagem em destaque, aponta-se a ocupação humana inadequada como uma das causas das enchentes. Por que será que isso ocorre?
3. A sociedade poderia prever antecipadamente esses problemas nas cidades? Como essas tragédias poderiam ser evitadas?



Origem e desenvolvimento das cidades e da urbanização



O termo “urbano” é derivado do latim *urbe*, que significa “cidade”, em oposição ao termo “rural”. A **urbanização**, portanto, ocorre a partir do processo de sedentarização, ou seja, quando as populações humanas começam a se fixar em determinado território e, em alguns casos, passam a se dedicar à agricultura.

Nas sociedades que passaram a praticar a agricultura, o que chamamos de áreas urbanas reuniam uma parcela bem pequena da população, já que a maior parte vivia na área rural. Nas sociedades industriais, essa relação se inverteu, com a esmagadora maioria da população migrando e se concentrando cada vez mais nas regiões urbanas. Esse movimento trouxe uma série de consequências para a vida cotidiana dos seres humanos.

A arquiteta e urbanista Raquel Rolnik (1956-) apresenta um paralelo entre a construção das cidades e o aparecimento da escrita entre os seres humanos. Segundo ela, a escrita e a cidade são fenômenos que ocorreram quase que simultaneamente, como uma necessidade de organização do trabalho coletivo, para a geração de determinado excedente, proporcionado pela agricultura:

O excedente é, ao mesmo tempo, a possibilidade de existência da cidade – na medida em que seus moradores são consumidores e não produtores agrícolas – e seu resultado – na medida em que é a partir da cidade que a produção agrícola é impulsionada. Ali são concebidas e administradas as grandes obras de drenagem e irrigação que incrementam a produtividade da terra; ali se produzem as novas tecnologias do trabalho e da guerra. Enfim, é na cidade, e através da escrita, que se registra a acumulação de riquezas, de conhecimentos.

ROLNIK, R. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 16.

Um exemplo histórico desse processo foi a civilização inca, que formou um vasto império na América do Sul. Seu território abrangia partes dos atuais Chile, Argentina, Peru, Bolívia, Equador e Colômbia, construindo, no século XV, a cidade sagrada de Machu Picchu, a mais de 2400 metros de altitude, na Cordilheira dos Andes.

No final de janeiro de 2010, enquanto a cidade de São Paulo sofria com as enchentes, mencionadas anteriormente, chuvas fortíssimas também atingiram o Vale Sagrado, região do Peru onde se localiza Machu Picchu. No Vale Sagrado, pontes foram destruídas e ocorreram diversos desmoronamentos nas estradas, isolando por dias os moradores e centenas de turistas. As construções seculares de Machu Picchu, no entanto, não foram afetadas em momento algum.

Em sítios históricos como Machu Picchu e Cusco, os incas utilizaram uma técnica de urbanização que permitia o escoamento da água e, consequentemente, impedia a destruição que fortes tempestades poderiam provocar.

Luis Vine/Shutterstock.com



Tuul and Bruno Morandi/Alamy/Fotoarena



Sistema inca de escoamento de água no Parque Arqueológico de Tipón. Cusco, Peru, 2024.

Vista de Machu Picchu, Peru, 2024.

Quando falamos da vida nas cidades, nos referimos a uma organização populacional bem diferente daquela característica dos grupos nômades. Nas cidades, a acumulação de riquezas e de conhecimentos significou também a emergência de um “poder urbano”, de uma autoridade político-administrativa, relacionada à divisão social do trabalho. Essa divisão do trabalho era encarregada, por exemplo, de gerir os excedentes e de comandar as guerras, estabelecendo uma série de hierarquias, que se distribuem de forma diferenciada no espaço urbano. Dessa forma, observa-se a construção de palácios suntuosos para abrigar a realeza, templos imponentes para o culto ao sagrado e fortalezas defendidas por guerreiros.

Falando nisso...

As primeiras cidades

Segundo o filólogo e arqueólogo australiano Vere Gordon Childe (1892-1957), o surgimento das primeiras cidades pode ser definido pelo que ficou conhecido como Revolução Neolítica. Suas pesquisas apontaram que o início desse processo de sedentarização teria ocorrido há cerca de dez mil anos. Apesar da identificação tradicional da Mesopotâmia (entre os rios Eufrates e Tigre) como a região em que teriam surgido as primeiras cidades, por volta de 3 500 a.C., acompanhada, muitos anos depois (entre 2 000 e 1 500 a.C.), pela ocupação humana em regiões férteis do Egito, da China e da Palestina, novas pesquisas arqueológicas continuam sendo realizadas, alterando datas e regiões quanto à identificação da organização da vida urbana.

Em relação ao continente africano, reconhecido cientificamente como o berço da humanidade, investigações mais recentes apontam para a prática da agricultura no delta do Rio Nilo entre 6 000 e 5 000 a.C. Além disso, ainda há outros registros desse processo de sedentarização na África, com algumas das suas características principais, como agricultura, criação de gado, sistemas de escrita, metalurgia, em pequena escala, no Deserto Ocidental; entre 12 000 e 9 000 a.C., na Núbia; e, por fim, em 13 000 a.C., na localidade de Lukenya, próxima à atual Nairóbi, no Quênia.



Ruínas do assentamento neolítico Çatalhöyük. Cônia, Turquia, 2022.

Participar da vida na cidade

Para as pessoas, participar da vida na cidade passou a significar se submeter a regras que deveriam ser seguidas por todos os seus habitantes. A pólis, cidade-Estado grega, por exemplo, era dividida territorialmente em duas: a **acrópole** e a **âgora**. A primeira era o lugar do sagrado, do religioso; a segunda era o espaço público que reunia o conjunto de “cidadãos”.



Gravura em madeira do final do século XIX, com ilustração da Roma Antiga e suas construções.

Com o mesmo sentido dado pelos gregos, os romanos se referiam à sua *civitas*, quer dizer, “a cidade no sentido da participação dos cidadãos na vida pública”. O conceito de **pólis** ou de **civitas** se referia mais à possibilidade de participação política dos habitantes da cidade-Estado do que ao fato de residir na área urbana.

Na Antiguidade, a cidade de Roma apresentava-se cosmopolita e urbanizada, com casas divididas em vários pavimentos, lojas, mercados, restaurantes, casas de banho – um modelo que se expandiu por seu vasto império.

Na Europa, durante a Idade Média, notamos diferenças substanciais em relação à cidade romana. A terra passou a ser o centro da produção de bens e de riquezas, sob o controle dos senhores feudais, com total autonomia em seus domínios. As cidades medievais eram constituídas por terras comunais, nas quais os moradores se instalavam de forma irregular dentro das muralhas, com construções sinuosas e descontínuas – sempre em torno da igreja e dos castelos dos senhores feudais. A construção dessas cidades fortificadas era determinada pela necessidade de defesa contra exércitos inimigos. O lugar de moradia muitas vezes coincidia com o lugar de trabalho, sob o comando das chamadas corporações de ofício e sua produção artesanal.

A mudança que marcou o início da Era Feudal foi determinada pela total desestruturação do Império Romano e pela perda de importância das suas cidades, a partir do processo de ocupação iniciado por outros povos, vindos principalmente do norte da Europa.

Com o tempo, a retomada do comércio nas sociedades feudais fez surgir novas cidades no caminho das rotas comerciais. Esse processo ocorreu não só na Europa Medieval, mas também nas rotas comerciais asiáticas e africanas.

Nas cidades fortificadas europeias, também conhecidas como burgos, a atividade comercial assumiu um novo papel. Aos poucos, a expansão comercial das cidades significou também sua expansão política e territorial, com a unificação de antigos feudos em reinos centralizados, governados por monarcas absolutistas e suas linhagens nobres e com vastas regiões que passaram a utilizar uma mesma moeda.

Surgem os poderosos Estados modernos, cuja organização correspondeu aos interesses crescentes da classe mercantil e manufatureira que passam a ter uma grande interferência na vida cotidiana das pessoas. Nesse processo, o espaço urbano assume outro caráter, em que os terrenos nas cidades passam a ser comprados e vendidos na condição de mercadorias, assim como louças, tapetes, entre outros. Em relação à produção, podemos observar uma divisão de classes, nas quais as pessoas com dinheiro se tornam as proprietárias dos meios de produção e as pessoas mais pobres passam a vender sua força de trabalho.

Daí por diante, a vida urbana não seria mais a mesma. Estava configurada uma nova organização da cidade, que viria a se complexificar cada vez mais a partir da Revolução Industrial.

Nesse mundo desconhecido dos europeus, mas existindo praticamente no mesmo tempo histórico medieval, um exemplo importante foi a cidade de Tombuctu, no Mali. Tombuctu servia como entreposto do vasto comércio que existia no Deserto do Saara, unindo o Norte e o Sul do continente africano.



LE PICTORIUM/Alamy/Fotorena

Mesquita Djinguereber, construída no século XIV. Tombuctu, Mali, 2020.

A cidade contemporânea como espaço de segregação socioespacial

O **centro da cidade**, em geral, é o local em que se localiza a sede da Prefeitura e a Câmara de Vereadores, ou seja, o espaço da política. Se for a capital de um estado, é o lugar em que pode estar o gabinete do governador e o prédio da Assembleia Legislativa, com seus deputados. Nos centros das cidades, é possível encontrar um posto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), delegacias de Polícia, a sede local da Receita Federal, os cartórios, entre outros.



▼ Questionamentos

1. Você considera que conhece a estrutura e o funcionamento da cidade onde mora?
2. O que você observa ao andar pelo centro da cidade?



A zona central da cidade também é um centro comercial, com supermercados, lojas, drogarias, lanchonetes, restaurantes, entre outros estabelecimentos. Em geral, os outros bairros, apesar de também contarem com áreas comerciais e alguns serviços públicos, são, principalmente, locais de residência. Boa parte da população se desloca diariamente para o trabalho no centro da cidade ou para algumas regiões características, como as chamadas “zonas industriais”, locais com grande concentração de fábricas. Esses espaços urbanos são ligados por uma malha de transportes diversos e vias de acesso e deslocamento.

A ordenação dos espaços urbanos está estruturada com base no seu objetivo principal. Eles podem ser de circulação pública, como o lugar em que funcionam as instituições do Estado e o comércio, ou de circulação privada, como é o caso dos inúmeros condomínios residenciais que proliferam nas médias e grandes cidades.

O ordenamento do espaço urbano iniciou-se com a produção industrial, quando a cidade passou por um processo de reorganização interna. As cidades medievais, com seu desenho irregular e descontínuo, foram substituídas por cidades planejadas, que cresceram em torno dos centros de comércio e do poder centralizado do Estado absolutista. Depois, com a Revolução Industrial, as áreas urbanas se organizaram em torno das fábricas, concentrando a população que migrou principalmente das áreas rurais.

A principal marca dessas novas cidades da “Era do Capital” é o que se denomina **segregação socioespacial**, ou seja, a separação, no espaço urbano, entre as classes sociais, demarcando os locais de moradia e os locais de serviços. Esse movimento foi ampliado a partir da expansão do trabalho assalariado.

Leo Caldas/Pulsar Imagens



Moradias da Comunidade do Bode e prédios residenciais na praia de Boa Viagem ao fundo. Recife (PE), 2021.

A segregação do espaço urbano está presente na expansão crescente de reorganização das cidades com base nos interesses do capital. Após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, por exemplo, o crescimento econômico dos Estados Unidos, segundo o sociólogo francês Loïc Wacquant (1960-), não impediu a segregação forçada da população negra estadunidense em distritos compactos e degradados dos centros das cidades.

Os locais apartados, racialmente identificados e definidos como um espaço de confinamento e enclausuramento da população negra estadunidense, ficaram conhecidos como **guetos**. Mesmo recebendo denominações distintas em outras partes do mundo – como *poblacione* (Chile), *villa miseria* (Argentina), *cantegril* (Uruguai), *rancho* (Venezuela), *banlieue* (França) –, os guetos estadunidenses, assim como as favelas brasileiras, reúnem “comunidades estigmatizadas”, situadas na base dessas sociedades, na escala mais inferior da hierarquia que organiza social e espacialmente as grandes metrópoles, onde residem pessoas socialmente marginalizadas. Como descreve Wacquant:

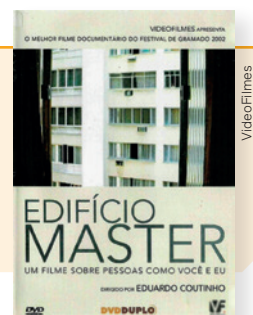
São locais conhecidos, tanto para forasteiros como para os mais íntimos, como ‘regiões-problema’, ‘áreas proibidas’, circuito ‘selvagem’ da cidade, territórios de privação e abandono a serem evitados e temidos, porque têm ou se crê amplamente que tenham excesso de crime, de violência, de vício e de desintegração social.

WACQUANT, L. *Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan; Fase, 2001. p. 7.

Para ampliar

Assista

Edifício Master, de Eduardo Coutinho (VideoFilmes, 2002, 110 min). Documentário que entrevista e filma o cotidiano de 37 moradores de um condomínio popular situado em Copacabana, Rio de Janeiro, onde residem cerca de 500 pessoas, em 276 apartamentos conjugados.



Divisões na cidade

Será que podemos afirmar que existem “muros visíveis” e “muros invisíveis” dividindo as cidades? Como isso se dá, por exemplo, no lugar onde você mora? É possível citar alguns exemplos de “muros visíveis”, como os *shopping centers* e os condomínios de luxo. Já os “muros invisíveis” estão relacionados ao fenômeno da segregação urbana, como a divisão que se percebe entre os bairros onde reside a classe média e alta e os bairros onde mora a população de classes mais baixas.

Nos bairros onde reside a classe média e alta, as ruas são asfaltadas e iluminadas, o lixo é recolhido em dia marcado, existe rede de água e de esgoto, além de haver melhor serviço de meios de transporte. Já nos bairros periféricos, onde reside grande parte da população trabalhadora, o poder público oferece menos serviços de infraestrutura. Muitas vezes não existem serviços de água encanada, tratamento de esgoto e coleta de lixo, que acaba acumulado ou descartado de maneira irregular.

Os bairros periféricos apresentam muitas ruas sem pavimentação e com transporte público precário. Esses são alguns dos elementos do que chamamos de segregação socioespacial. Assim, os investimentos públicos na cidade acabam por ser direcionados para as classes sociais com maior poder aquisitivo.

As verbas públicas também são aplicadas nos bairros periféricos, mas há uma grande diferença no nível e na necessidade dos investimentos. O Estado, dessa forma, produz uma ação de segregação na cidade moderna.

Para ampliar

Assistir

Um lugar ao sol, de Gabriel Mascaro (Vitrine Filmes, 2011, 65 min). Documentário sobre o universo dos moradores de coberturas em edifícios de luxo das cidades de Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. As entrevistas revelam as percepções da elite brasileira sobre o espaço urbano.



Gentrificação

Devemos destacar nesse debate sobre a questão urbana outro conceito importante, o de **gentrificação**. Gentrificação é uma tradução adaptada do termo em inglês *gentrification* – derivado de *gentry*, que significa “pequena nobreza”. Foi formulado pela socióloga britânica Ruth Glass (1912-1990), em 1964, para se referir às intervenções impostas pelo poder público em bairros operários de Londres naqueles anos.

Caso as regiões onde residisse a classe trabalhadora apresentassem algum atrativo em termos de localização, como a proximidade de centros comerciais e financeiros ou de áreas turísticas, suas paisagens originais eram totalmente reformadas pelo poder público, provocando o interesse de potenciais novos moradores de maior poder aquisitivo. Dessa maneira, essas regiões passavam por processos de **especulação** financeira por parte do mercado imobiliário, obrigando as antigas famílias operárias, assim como os pequenos comerciantes do bairro, a deixarem o local e se deslocarem para bairros mais afastados, com menos infraestrutura.

GLOSSÁRIO

Especulação: operação financeira que visa obter lucros apostando em variações nos preços.

O Vale do Anhangabaú, na cidade de São Paulo (SP), é um exemplo de uma região do centro da cidade que recebeu grandes aportes de investimento público em uma reforma que visou tornar a região mais atraente para investidores privados. Após a reforma, a região foi concedida para ser explorada comercialmente por uma administradora, que tem realizado eventos privados no local, além do comércio de alimentos e bebidas na região.



Alf Ribeiro/Folhapress



Cesar Dimiz/Pulsar Imagens

Vale do Anhangabaú antes e depois da reforma. São Paulo (SP), 2012 e 2020.

A análise da gentrificação ganhou força em estudos sobre a execução de políticas públicas direcionadas a atrair o interesse de setores do capital financeiro para os espaços urbanos centrais no século XXI. Podemos citar como exemplos globais de processos de gentrificação as intervenções urbanas ocorridas em cidades como Madri, Barcelona e Bilbao, na Espanha; Cidade do México, no México; Cartagena, na Colômbia; Lisboa, em Portugal; São Francisco, nos Estados Unidos; Istambul, na Turquia; entre outras. No Brasil, destacam-se as ações no bairro da Luz, em São Paulo; na região do Recife Antigo, em Pernambuco; a zona do Pelourinho, em Salvador; o centro de São Luís, no Maranhão; e o Porto Maravilha, no Rio de Janeiro.

Repressão do Estado às populações nas cidades

O Estado envolve-se na produção e na reprodução da segregação nas cidades e também atua como um gestor dos conflitos sociais. Assim, o Estado interfere na sociedade com a intenção de punir ou reprimir aqueles que fogem à “ordem”. Esse tem sido o papel, no Brasil, das polícias militares estaduais, assim como das guardas municipais em diversas cidades, principalmente nas mais populosas. As favelas, por exemplo, são caracterizadas como um “território inimigo” que, apesar de serem resultado da falta de políticas de planejamento urbano para uma parcela da população, são entendidas como territórios que precisam ser “eliminados”.

Além da população residente nas favelas e comunidades periféricas em geral, chama a atenção nas grandes cidades e regiões metropolitanas a quantidade crescente de famílias inteiras sem moradia, vivendo em situação de rua, com assistência insuficiente por parte do poder público. Essa população também pode ser entendida como mais uma “inimiga” dos interesses do mercado imobiliário.

Diferentemente da ocupação dos espaços apartados, confinados e sem infraestrutura representados pelas favelas, a população que vive em situação de rua ocupa calçadas e praças, principalmente nos bairros centrais das cidades, em meio ao movimento geral das lojas, dos bancos e de museus, na frente dos grandes *shoppings centers*, entre outros locais movimentados.

MAURO PIMENTEL/AFP



Operação militar na favela da Rocinha. Rio de Janeiro (RJ), 2017.



Zanone Fraissat/Folhapress

Na tentativa de exercer autoridade sobre os territórios ocupados pelas favelas e sobre a população em situação de rua, entendidos como um “problema”, muitos governos recorrem à intervenção armada. É comum a realização de operações da Polícia Militar sob a justificativa de combater as organizações ligadas ao tráfico de drogas nas favelas, bem como as ações violentas das guardas municipais, expulsando a população em situação de rua que “incomoda” o livre fluxo dos consumidores nas áreas centrais das cidades.

Em relação a esse cenário cada vez mais comum nas cidades, chamam a atenção as políticas de repressão impostas por diversas prefeituras; por exemplo, a prática de utilizar jatos de água nas calçadas durante a madrugada, impedindo que sejam utilizadas pela população em situação de rua, ou instalando paralelepípedos de concreto debaixo de viadutos, evitando que sejam utilizados como abrigo por essas famílias.

No início de 2021, na cidade de São Paulo (SP), a prática de instalação de paralelepípedos foi denunciada pelo padre Júlio Lancellotti (1948-), coordenador da Pastoral do Povo de Rua da Arquidiocese de São Paulo. Com a repercussão negativa dessa prática, a prefeitura apontou que a instalação dos blocos teria ocorrido como uma ação isolada de um funcionário, que teria sido imediatamente exonerado.

Paralelepípedos instalados sob viaduto para evitar abrigo de pessoas em situação de rua. São Paulo (SP), 2021.

Falando nisso...

Movimentos sociais na luta por moradia

Diante da situação da população urbana sobrevivendo em moradias precárias e ameaçadas cotidianamente por ordens de despejo, em 1997 organiza-se um movimento social urbano chamado Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Entre seus objetivos centrais está a luta pela garantia do direito constitucional à moradia digna para todos.

Em 2024, o MTST estava presente em 14 estados brasileiros, alcançando grande visibilidade. O movimento também desenvolve projetos de formação política e de organização de cozinhas solidárias, a fim de garantir alimentação completa, balanceada, diária e gratuita para famílias periféricas.

Outro movimento urbano que também ganhou destaque nas últimas décadas foi o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), surgido em 1990, com o intuito de organizar ocupações, principalmente de prédios abandonados, públicos ou privados. Igualmente com representação em 14 estados do país, o MNLN trata-se de um movimento de resistência que procura se fortalecer para o enfrentamento das políticas de remoção da classe trabalhadora das áreas centrais da cidade.



Alcides Maurício/Fotoarena

Manifestação do MTST e seus apoiadores. São Paulo (SP), 2017.

Segregação socioespacial e étnico-racial

As favelas e as ocupações nas cidades podem ser compreendidas como zonas apartadas dos interesses mais globalizados e rentáveis do capital, que prejudicam os interesses do mercado imobiliário. Como vimos, a segregação socioespacial é parte integrante da divisão da sociedade capitalista em classes sociais. Trata-se também de uma segregação étnico-racial, pois a maioria das favelas e ocupações é habitada por uma população majoritariamente negra.

Esses tipos de segregação também ocorrem em outros países, como nos bairros pobres da África do Sul pós-*apartheid*, nos bairros onde mora a classe trabalhadora de origem latina nas cidades estadunidenses ou nos bairros periféricos existentes em países europeus, onde residem imigrantes que vieram da Turquia, da Argélia, da Jamaica e de outros países asiáticos, africanos e americanos.

No Brasil, a segregação socioespacial e étnico-racial nos remete historicamente à escravidão. A abolição da escravidão e o advento da República não alteraram o quadro de segregação existente na sociedade. A população que habitava as senzalas e os quilombos na área rural migrou para as cidades e foi ocupar regiões mais afastadas ou abandonadas dos centros urbanos, acompanhando a crescente desigualdade social que marca a história do capitalismo em nosso país.



Biblioteca Pública do Estado de São Paulo, São Paulo

Cortiço no início do século XX. Rio de Janeiro (RJ), 1904.

Mas o que são mesmo as favelas?

A representação dos espaços urbanos que receberam o nome de **favela** no Brasil é marcada por negatividade e preconceitos, que ignoram a pluralidade existente nesses locais. Segundo os professores Jailson de Souza e Silva e Jorge Luiz Barbosa, a favela, nessa perspectiva, seria sempre representada pela “noção de ausência”: um espaço supostamente sem ordem, sem lei, sem moral, sem infraestrutura urbana, entre outros elementos.

Entre diferentes versões sobre o surgimento das favelas, a mais difundida aponta que a primeira favela brasileira teve origem na cidade do Rio de Janeiro, no Morro da Providência, ocupado no final do século XIX pela população negra que teria servido na Guerra de Canudos, em 1897. O termo “favela” seria utilizado para se referir ao morro em que esse grupo morava no Rio, que teria características parecidas com determinado lugar do sertão baiano, cujos moradores eram conhecidos como favela.

Desigualdade à mesa



Uma das dimensões da desigualdade urbana é a dificuldade de acesso a alimentos *in natura*, ou seja, alimentos frescos obtidos diretamente da natureza e que não sofreram alterações. Diversas pesquisas relacionam o consumo alimentar ao local de residência. Isso significa que bairros com maior nível socioeconômico apresentam uma oferta maior de alimentos nutritivos. Por sua vez, em bairros periféricos, com menor nível socioeconômico, há uma concentração maior de pequenos comércios cuja oferta de alimentos processados e ultraprocessados é maior que a de alimentos *in natura*. Os habitantes desses bairros são obrigados a se deslocar para regiões centrais ou regiões com maior poder aquisitivo para ampliarem seu acesso a estabelecimentos que ofereçam opções de alimentos saudáveis, como feiras livres, sacolões, peixarias e supermercados.

São chamados de **desertos alimentares** os locais em que há pouca oferta de alimentos saudáveis, nutritivos e com custo mais baixo.

Em 2018, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social realizou um estudo técnico sobre o tema, resultando no *Mapeamento dos desertos alimentares no Brasil*.

Esse estudo identificou que em 12 das 21 capitais brasileiras pesquisadas os **subdistritos** com menor quantidade de estabelecimentos que oferecem alimentos saudáveis também são os de menor renda.

O estudo mostrou ainda que, à medida que o porte dos municípios brasileiros cresce, aumenta o número de estabelecimentos que vendem alimentos processados ou ultraprocessados por habitante, ao mesmo tempo que diminui a densidade de estabelecimentos de venda de alimentos *in natura* e mistos, ou seja, estabelecimentos onde não predomina a oferta de alimentos saudáveis e também não predomina a oferta de alimentos não saudáveis.

Outra pesquisa importante sobre as desigualdades de acesso da população brasileira a alimentos saudáveis foi realizada por Ana Clara Duran, doutora em Ciências e pesquisadora em nutrição e saúde pública. A pesquisa corrobora o estudo mencionado ao apontar que o consumo das pessoas está atrelado à oferta de alimentos encontrados nas proximidades de suas residências, sejam frutas e verduras, sejam alimentos processados ou ultraprocessados.

Para diferenciar cada tipo de alimento, podemos nos basear nas definições a seguir.

In natura: alimentos frescos, obtidos diretamente da natureza, sem alterações.

[...]

Processados: produtos fabricados a partir do alimento natural, mas com a adição de sal ou açúcar.

Ultraprocessados: produtos transformados pela indústria, com pouco ingrediente natural e adição de vários ingredientes industriais e aditivos.

DESERTOS alimentares. In: ALIMENTANDO POLÍTICAS. São Paulo: IDEC, 2019. Disponível em: <https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Desertos-Alimentares.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2024.

GLOSSÁRIO

Subdistrito:

subdivisão administrativa existente em alguns municípios ou distritos com o intuito de facilitar a administração local.



João Souza/Shutterstock.com

Feira livre com alimentos *in natura*.
Feira de Santana (BA), 2023.



Seção de alimentos processados e ultraprocessados em supermercado. Carlos Barbosa (RS), 2019.

Considerando essas informações, propomos a realização de uma **pesquisa quantitativa** do consumo de alimentos *in natura* e processados/ultraprocessados entre as pessoas do seu bairro. Para isso, vamos entender melhor o que é esse tipo de pesquisa.

Para comparar e analisar as informações coletadas na amostra, as pesquisas quantitativas utilizam instrumentos padronizados de coleta de dados, como os questionários, buscando investigar um problema social específico.

Nesta proposta, o problema de pesquisa, portanto, será o consumo de alimentos *in natura* e de processados/ultraprocessados entre moradores do bairro onde você reside ou estuda. Para realizar a pesquisa quantitativa sobre esse tema, considere os passos a seguir:



1. Em primeiro lugar, reflita sobre o tema e busque mais informações sobre seu bairro. Anote no caderno suas primeiras impressões.
2. Na sequência, **formule hipóteses** com base no que observou e pesquisou. Registre-as e lembre-se de que as hipóteses devem ser testadas; elas não precisam necessariamente se confirmar. Com base em sua observação, você acredita que as pessoas no seu bairro consomem mais alimentos *in natura*, processados ou ultraprocessados? Por quê? As suas respostas para essas questões serão suas hipóteses.
3. **Elabore um questionário** que será sua ferramenta de coleta e mensuração de dados para a análise do consumo de alimentos no seu bairro, bem como para checar suas hipóteses. Nessa etapa, procure elaborar perguntas objetivas que abordem, por exemplo:
 - a) a frequência (diária, semanal ou mensal) de consumo de alimentos *in natura*, processados ou ultraprocessados;
 - b) as razões para as escolhas alimentares (sejam alimentos saudáveis, sejam mais processados);
 - c) quais tipos de alimentos *in natura* (frutas, verduras, legumes), processados (alimentos em conserva, pães, queijos) e ultraprocessados (embutidos, biscoitos, salgadinhos, alimentos prontos como pizzas, hambúrgueres) são consumidos;
 - d) o perfil demográfico da pessoa entrevistada (sexo, idade, escolaridade, profissão, ocupação, nível de renda familiar e estado civil).
4. Após a coleta, é importante **organizar** e **classificar** os dados obtidos para **analisar** os resultados. Por exemplo, você precisará analisar as razões que os entrevistados elencaram para consumir alimentos *in natura*, processados ou ultraprocessados e classificar essas respostas: questão de saúde, dificuldade de acesso, valor dos alimentos, entre outras. Para fazer a organização dos dados, você poderá criar tabelas manuscritas ou no computador.
5. Em seguida, você fará uma síntese dos resultados obtidos, descrevendo quantas pessoas foram entrevistadas e a recorrência de respostas para cada pergunta.
6. Por fim, você poderá comparar os resultados obtidos com as hipóteses anteriormente formuladas. Com base nos resultados de sua pesquisa, discuta com seus colegas e formule soluções para o problema identificado.



Crescimento urbano acelerado

Desde a Revolução Industrial, o movimento de urbanização da população mundial cresce de forma cada vez mais acelerada. Pesquisas populacionais desenvolvidas para o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) identificaram que, em 2022, 55% da população mundial vivia em cidades. O *Relatório mundial das cidades 2022*, publicado pelo ONU-Habitat, aponta uma projeção na qual 68% de população mundial será urbana até 2050.

O urbanista estadunidense Mike Davis (1946-2022) reuniu uma série de dados sobre o crescimento populacional urbano no livro *Planeta favela* (2006). De acordo com a análise desses dados, as cidades seriam responsáveis pelo crescimento de quase toda a população mundial, que totalizava 8 bilhões de habitantes em 2022. Projeta-se que as cidades poderiam atingir 10 bilhões de habitantes em 2050.

Segundo os dados avaliados por Davis, entre as 24 cidades mais populosas do planeta em 2004, apenas Nova York não estava localizada nos países mais pobres e “em desenvolvimento”, aparecendo em terceiro lugar, com 21,9 milhões de habitantes. Em primeiro e segundo lugares da lista, apareciam a Cidade do México (22,1 milhões) e Seul (21,9), respectivamente. Após a terceira posição de Nova York, seguiam São Paulo (19,9 milhões), Mumbai (19,1), Délhi (18,6) e Jacarta (16), entre outras. Bogotá aparecia na última posição, sendo uma megacidade com 8 milhões de habitantes em 2004. Já o Rio de Janeiro, a segunda megacidade brasileira na lista, ocupava a 16ª posição, com 11,9 milhões de habitantes, à frente de Teerã, Istambul e Pequim, que a seguiam de perto nessa “corrida”.

Aponta-se que o crescimento da população urbana, que se acentua em países mais pobres e em desenvolvimento,

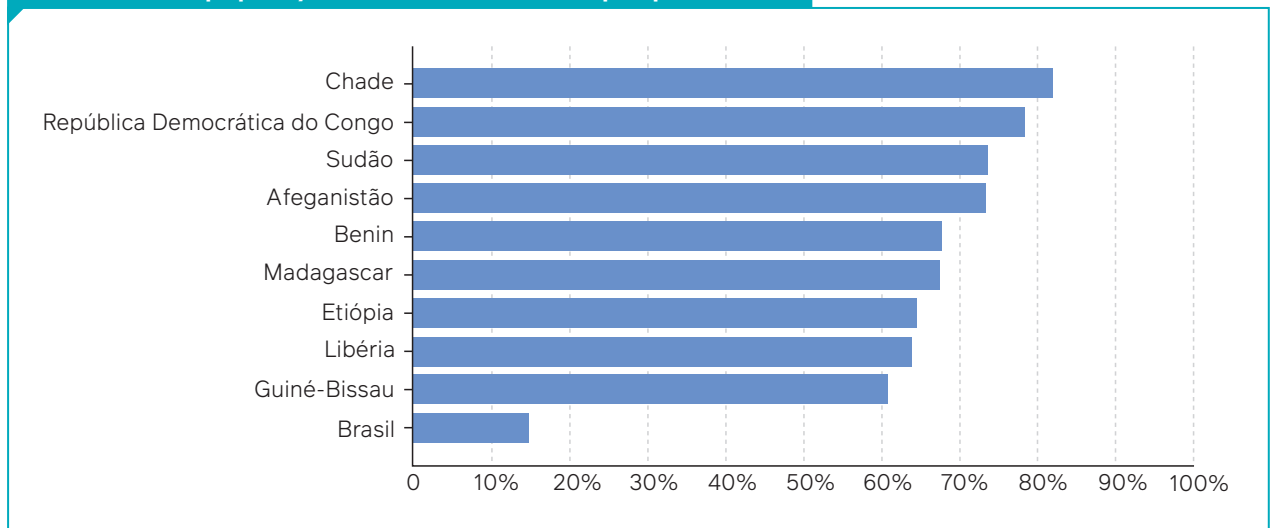
se dará principalmente em favelas. Dados preliminares do Censo Demográfico de 2022 do IBGE apontaram para a existência de 11 403 favelas no Brasil, com cerca de 16 milhões de pessoas, que residem em 6,55 milhões de unidades habitacionais. No entanto, de acordo com o relatório do ONU-Habitat de 2022, estimava-se a população favelada brasileira em mais de 26 milhões de pessoas, segundo dados de 2016, representando 14,9% do total da população.

Esse percentual, no entanto, significava um número relativamente modesto, se comparado com outros países. Observe o gráfico com dados de diferentes países.

A Cidade do México, capital do país, é um exemplo de cidade com grande população urbana situada em um país em desenvolvimento.

Vista aérea da Cidade do México, México, 2020.

Percentual da população vivendo em favelas por país – 2020



Fonte: ONU. *World Cities Report 2022*. Nova York: ONU, 2022. p. 348-349. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2022/06/wcr_2022.pdf. Acesso em: 1 ago. 2024.

Esses dados nos permitem uma reflexão sobre as condições de vida de grande parte da população que vive em áreas urbanas. A situação agrava-se quando levamos em conta os baixos padrões de qualidade de vida, segurança sanitária e social desses grupos sociais.

As cidades dos grandes eventos

Outro aspecto importante para pensarmos as cidades com base na Sociologia são os megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos. Em 2027, o Brasil será sede da Copa do Mundo de futebol feminino, mas essa não será a primeira vez que o país receberá grandes eventos esportivos. Em 2014, o Rio de Janeiro foi uma das cidades que recebeu a Copa do Mundo, além de ter sido sede dos Jogos Olímpicos de 2016.

A escolha de uma cidade como sede de megaeventos esportivos implica vários compromissos assumidos pelo governo, como melhoria da infraestrutura urbana; ampliação de ruas e avenidas para circulação de pessoas e equipes esportivas; construção de estádios que possam abrigar os eventos; mudança de algumas leis municipais e federais; ampliação da estrutura hoteleira, de restaurantes e de segurança; entre outros.

Esses compromissos, em tese, deveriam melhorar a vida das populações das cidades; no entanto, isso nem sempre ocorre para todos os moradores e classes sociais. Durante a Copa do Mundo de 2010, na África do Sul, por exemplo, mais de 10 mil pessoas que moravam em favelas e nas ruas da Cidade do Cabo foram removidas à força para cubículos minúsculos feitos de lata e cobertos por lonas, que passaram a ser conhecidos como “Cidade de Lata”.

No Brasil, durante a preparação para a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas também ocorreram remoções de moradores de diversas regiões. De acordo com a legislação, a realocação dos despejados durante as construções deveria ocorrer em um raio de dois quilômetros, mas essa regra não foi cumprida em todas as cidades-sede dos jogos de futebol.

De acordo com o pesquisador e professor Carlos Bernardo Vainer, especialista em estudos urbanos, os megaeventos esportivos são um grande negócio capitalista que significa somente a ponta de um *iceberg* da ideia de **cidade-empresa**. Desse modo, durante os megaeventos, se estabelece o que esse pesquisador chama de “cidade de exceção”.

A concepção de cidade-empresa significa transformações urbanas duradouras no acesso da população a certas áreas, no comércio de mercadorias e no acesso a locais de moradias. Mas, além dessas intervenções, elas representam uma grande mudança no perfil da cidade, com a realocação de parte de seus moradores, remanejados das áreas que são objeto da especulação imobiliária e por onde circularão os turistas.

Para a realização de megaeventos esportivos, em vez de ações políticas localizadas, a cidade inteira vira um lugar para fins específicos empresariais. Implementam-se novas regras urbanas e novas legislações de isenções fiscais, com remoções de pessoas que estão há décadas morando no lugar. Dessa forma, podemos concluir que megaeventos, como Copa do Mundo e Olimpíadas, não envolvem somente esportes, mas negócios também.

Não são simples eventos que acabam, após terem ocorrido em um determinado período. Com tantos interesses envolvidos, deixam marcas quase definitivas nas suas cidades-sede.

Dan Kitwood/Getty Images/AFP



Favela de Blikkiesdorp, que originalmente era uma área de realocação temporária. Cidade do Cabo, África do Sul, 2010.

Alex Larbac/Tyba



As moradias da antiga favela Vila Autódromo ficavam no entorno do Autódromo de Jacarepaguá, nome mais conhecido do Autódromo Internacional Nelson Piquet. Para a construção de um parque olímpico em razão das Olimpíadas de 2016, tanto o autódromo quanto as moradias foram demolidos, e as famílias removidas para outros locais.

Vista aérea da Vila Autódromo. Rio de Janeiro (RJ), 2010.

Como serão as cidades do futuro?

As cidades estão em constante transformação. Com os diversos avanços tecnológicos desenvolvidos pela sociedade da informação, é possível, por exemplo, que a cidade do futuro se torne um local descentralizado, já que o espaço e o tempo seriam redefinidos pela nova ordem gerada e gerida pelo capital financeiro.

A cidade chinesa de Xangai é conhecida como um dos centros urbanos mais modernos e tecnológicos da atualidade, além de um importante núcleo financeiro mundial.



Vista aérea de Xangai, China, 2023.

No entanto, especulações sobre o futuro da cidade não precisam estar atreladas ao “caos” ou a um “lugar do sofrimento”, mas, sim, a importantes espaços de luta, em uma construção permanente por melhor qualidade de vida. Desse modo, projetos governamentais poderiam aprovar políticas que:

- reduzissem as desigualdades e melhorassem as condições (materiais e imateriais) de vida das classes trabalhadoras, com melhor transferência de recursos para os bairros onde residem essas populações;
- contribuíssem para a organização dos trabalhadores e das lutas populares;
- enfraquecessem os grupos de poder dominantes, com o combate às políticas de clientelismo, à privatização dos recursos públicos e às práticas de corrupção, entre outras ações.

Essas e outras questões estiveram presentes, por exemplo, nos debates que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro, entre 22 e 26 de março de 2010, por ocasião da realização de dois eventos: o Fórum Urbano Mundial e o Fórum Social Urbano. Enquanto o primeiro foi organizado pelo ONU-Habitat, o segundo foi organizado por movimentos sociais e centros de estudos universitários voltados para a questão urbana no século XXI sob o ponto de vista dos trabalhadores.

O tema central do evento da ONU foi “O direito à vida: unindo o urbano dividido”. Avaliando o problema urbano do Rio de Janeiro, a tanzaniana Anna Tibaijuka, na época a diretora-executiva do ONU-Habitat, defendeu o desenvolvimento da cidade com base no investimento dos governos em saneamento básico. Segundo Tibaijuka, se os investimentos em saneamento se elevassem em um quarto nas moradias das favelas, os locais não teriam mais esse *status* e, assim, poderiam também ser geradas muitas oportunidades de emprego.

Por sua vez, o Fórum Social Urbano apresentou uma pauta diferente, tendo como preocupações principais a troca de experiências de organizações e lideranças comunitárias de todo o mundo; a denúncia sobre as iniciativas de “criminalização dos movimentos sociais” por parte dos diversos governos; a necessidade de se buscar a justiça ambiental; entre outros temas.

As questões debatidas no Fórum Social Urbano continuam em pauta e se tornam cada vez mais urgentes, diante dos inúmeros desafios sociais, políticos, econômicos e ambientais que pressionam cada vez mais as cidades.

A resposta que vem sendo dada pelas Nações Unidas, por meio do programa ONU-Habitat, aponta para a criação de **cidades e comunidades sustentáveis**, que representa o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de número 11, divulgado em 2015. Segundo a ONU, para que as sete metas previstas pelo **ODS 11** sejam concretizadas até 2030, são necessários a garantia de acesso à habitação segura e a urbanização das favelas; a expansão dos serviços de transportes públicos, com atenção às pessoas em situação de vulnerabilidade e com mobilidade reduzida; o aprimoramento de mecanismos de planejamento, de controle social e de gestão participativa; a proteção ao patrimônio natural e cultural; e o estabelecimento de mecanismos de defesa dos pobres e demais pessoas vulneráveis a crises econômicas e catástrofes ambientais – nesse item, propõe-se também a implementação de políticas de planejamento urbano que reduzam os riscos dos desastres extremos provocados pelas mudanças climáticas.

Praticamente na mesma época em que a ONU publicava seus ODS, no Brasil o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) trazia à público, em 2016, a cartilha *Reforma urbana já!* O FNRU é uma organização que reúne institutos de pesquisa universitários, organizações não governamentais, entidades profissionais e estudantes e movimentos populares urbanos. O Fórum tem origem no Movimento Nacional pela Reforma Urbana, organizado em 1987, por ocasião da mobilização social que marcou a elaboração da Constituição Federal de 1988. Na sequência desse processo, iniciado em 1987, o FNRU conseguiu aprovar em 2001, após grande pressão popular, o **Estatuto da Cidade** (Lei nº 10.257/2001).

O Estatuto da Cidade regulamenta nacionalmente a política urbana a ser desenvolvida no país, com foco em:

- promoção de políticas de inclusão, prevendo uma reforma urbana que tenha um caráter distributivo, priorizando a melhoria das condições de vida das populações mais pobres e excluídas;
- criação de instâncias públicas e efetivas de participação e controle social;
- compromisso do Estado em garantir a **função social da propriedade**, isto é, garantir que o acesso e o uso de propriedades tenham interesse coletivo, que satisfaçam às necessidades da população em sua totalidade, e não somente de minorias privilegiadas economicamente.

otopanorama360/Shutterstock.com



Copenhague, capital da Dinamarca, é uma referência de cidade sustentável. Uma de suas características é o investimento em meios de transporte mais sustentáveis, como as bicicletas. Há diversas ciclovias pela cidade, seguras e bem sinalizadas, além de estacionamentos específicos, incentivando a população a utilizar a bicicleta para se locomover.

Ciclistas no centro da cidade. Copenhague, Dinamarca, 2022.



1. O que significa e quando ocorreu o processo de urbanização dos primeiros grupos humanos?
2. O que é segregação socioespacial? Por que ela ocorre?
3. (FMC-RJ – 2021)
Observe a charge sobre a problemática social.



Disponível em: <http://www.arionaurocartuns.com.br/2016/>
Acesso em: 20 out. 2020.

A crítica contida na charge é dirigida centralmente ao seguinte problema:

- a) Crise ambiental derivada de epidemias urbanas
 - b) Desigualdade social decorrente da explosão demográfica
 - c) Segregação socioespacial gerada nos grandes centros urbanos
 - d) Redução do potencial turístico provocada pela pobreza urbana
 - e) Desigualdade social causada pela desorganização dos trabalhadores
4. Leia os textos a seguir e faça o que se pede.

Texto I

Direito à moradia é um direito social reconhecido a todos os brasileiros no âmbito dos Direitos e Garantias Fundamentais declarados na Constituição Federal. É um direito de conteúdo amplo, não significando somente uma casa para morar. A proteção do direito a moradia envolve vários aspectos: segurança na posse, disponibilidade de serviços, equipamentos e infraestrutura, disponibilidade de moradia a preços acessíveis, habitabilidade, acessibilidade, localização e adequação cultural.

Já o direito de propriedade é o direito de usar, fruir, dispor de um bem e ainda reivindicar esse bem. É também um direito fundamental, previsto na nossa Constituição Federal. Contudo, não é um

direito absoluto. Nossa constituição protege a propriedade que cumpre sua função social.

QUAL é a diferença entre “direito à moradia” e “direito de propriedade”? *Ministério das Cidades*, 23 mar. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/desenvolvimento-regional/regularizacao-fundiaria/2-qual-e-a-diferenca>. Acesso em: 9 set. 2024.



Texto II

As ocupações de prédios abandonados ganharam força após as enchentes em Porto Alegre. Ao menos quatro ocupações realizadas por famílias atingidas pelas chuvas ocorreram no centro da capital gaúcha desde a histórica enchente de maio [de 2024]. [...]

[...]

As novas ocupações são sintomas do agravamento da falta de moradia na capital gaúcha. Segundo pesquisa da Fundação João Pinheiro, em 2019 existia um déficit habitacional de mais de 87 mil habitações em Porto Alegre, situação que piorou com as enchentes que desalojaram, em todo o estado, mais de 388 mil pessoas, de acordo com o último boletim da Defesa Civil.

LEÓN, L. P. Ocupações de prédios abandonados ganham força em Porto Alegre. *Agência Brasil*, 19 jun. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-06/ocupacoes-de-predios-abandonados-ganham-forca-em-porto-alegre>. Acesso em: 9 set. 2024.

- a) Qual é a relação entre os direitos mencionados no **Texto I** e a situação descrita no **Texto II**?
 - b) Podemos afirmar que as ocupações de prédios abandonados ferem o princípio de direito à propriedade conforme descrito do **Texto I**? Por quê?
5. Reúnam-se em duplas e, considerando, os textos apresentados na questão anterior,  pensem em políticas públicas que poderiam ser implementadas para resolver o problema de falta de moradia em cidades como Porto Alegre.
 6. Sua cidade enfrenta problemas de falta de moradia? Existem pessoas morando nas ruas ou em habitações improvisadas?  Reúnam-se em grupos de até quatro pessoas e realizem uma pesquisa sobre a existência ou não de déficit habitacional na cidade onde residem. Se não houver dados disponíveis sobre esse tema na internet, procurem entrar em contato com órgãos municipais responsáveis, como a Secretaria Municipal de Habitação e a Secretaria Municipal de Assistência Social, para obter essas informações. Depois desse levantamento, compartilhem os dados encontrados com a turma e debatam o tema em sala de aula.

A questão da terra no Brasil

MTE resgatou 1 443 trabalhadores de condições análogas à escravidão em 2023

O Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Fiscalização do Trabalho, resgatou, de janeiro a 14 de junho de 2023, um total de 1 443 trabalhadores do trabalho análogo à escravidão no Brasil. [...]

No ano passado [2022], no mesmo período, foram 61 ações, tendo sido resgatados 500 trabalhadores pela Inspeção do Trabalho. Dos 174 estabelecimentos fiscalizados neste ano [2023], 38 deles ocorreram em MG, seguido de Goiás, com 21 e Rio Grande do Sul, com 14. Goiás ficou em primeiro lugar no número de resgates em 2023, com 390 pessoas resgatadas pela Inspeção do Trabalho em condições de escravidão moderna. Em seguida vieram Rio Grande do Sul, com 304 resgates, Minas Gerais com 207 e São Paulo com 184 pessoas resgatadas. O cultivo de cana-de-açúcar foi o setor onde ocorreu o maior resgate de trabalhadores, seguidos das atividades de apoio à pecuária, cultivo de uva e a construção de estações elétricas.

O resultado se deve, principalmente, à atuação da fiscalização do ministério, que coordena as ações do Grupo Móvel em parceria com outros órgãos ao longo dos anos, como a Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Defensoria Pública da União e o Ministério Público Federal (MPF), além de outras instituições, a depender do tipo de operação a ser realizada. As unidades regionais de fiscalização também são inseridas em atividades permanentes de combate ao trabalho escravo, atuando quando demandadas.

A intermediação de mão de obra ilegal ocorre, geralmente, por intermédio dos “gatos”, agenciadores que arregimentaram trabalhadores de outras regiões para atuarem de forma degradante, colocados para laborar de forma extremamente precária, sem as mínimas condições de trabalho decente.

[...]

MTE RESGATOU 1.443 trabalhadores de condições análogas à escravidão em 2023. *Gov.br* – Ministério do Trabalho e Emprego, [Brasília], 16 jun. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2023/junho/mte-resgatou-1-443-trabalhadores-de-condicoes-analogas-a-escravidao-em-2023>. Acesso em: 31 jul. 2024.

Apesar de a Abolição da Escravatura no Brasil ter ocorrido em 1888, no final do século XIX, a existência de trabalhadores em condições análogas à escravidão ainda é uma realidade em nosso país, especialmente no meio rural, como podemos observar na notícia publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Para compreendermos a persistência desse problema social, entre outros fenômenos, vamos estudar, neste capítulo, as dinâmicas do campo brasileiro.

Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego para combater o trabalho em condições análogas à escravidão. Sacramento (MG), 2013.



Juarez Rodrigues/EM/DA Press

Questionamentos

1. Na sua opinião, por que o trabalho análogo à escravidão ocorre principalmente nas atividades rurais?
2. As condições envolvendo a questão da terra no país podem ter uma relação direta com a exploração das pessoas, a ponto de serem necessárias a vigilância e a ação coordenada dos governos?



A constituição do meio rural no Brasil

Podemos dizer que a questão da terra no Brasil teve início com a chegada dos europeus em 1500, ocupando o território de forma predatória e vitimando especialmente os povos indígenas que aqui habitavam. Esses povos continuaram sendo oprimidos ao longo dos séculos, em um processo que pode ser observado até os dias atuais, com a ocupação de terras indígenas para extração ilegal de madeira, a abertura de garimpos, a construção de estradas, entre outros.

A propriedade da terra no Brasil sempre esteve concentrada nas mãos de poucas pessoas. Podemos usar como referência o momento em que todo o território da então colônia portuguesa foi dividido em capitanias hereditárias, separado da colônia espanhola pelo Tratado de Tordesilhas.

Passando rapidamente pela história do Brasil, é possível nos perguntarmos:

- No tempo do Brasil Colônia, por que os povos indígenas foram massacrados em todas as partes do território?
- O que significou e por que ocorreu a Guerra dos Sete Povos das Missões?
- Durante o Brasil Império, por que foi aprovada, em 1850, uma Lei de Terras? O que ela de fato significava?
- No início do Brasil República, por que aconteceu o massacre do povo no conflito conhecido como Guerra de Canudos?
- Quais eram as questões em torno da Guerra do Contestado, ocorrida no início do século XX, no sul do Brasil, entre Paraná e Santa Catarina?

Embora os momentos históricos destacados sejam diferentes, a lógica determinada pelos interesses econômicos e políticos da classe dominante, formada por grandes proprietários de terras, acompanhou a luta pela terra no Brasil.

Concentração de terras

Statens Museum for Kunst, Copenhagen



Frans Post. *Engenho de açúcar na capitania de Pernambuco, em meados do século XVII, 1660*. Óleo sobre tela, 97 cm × 113 cm.

Começando pelo Brasil Colônia, qual foi o modelo adotado para a ocupação do nosso imenso território? O rei de Portugal optou pelo sistema de **sesmarias**, as quais correspondiam a grandes extensões de terra que foram doadas a pessoas de sua confiança, conhecidas como donatários. Pode-se dizer que esses donatários se tornaram os primeiros latifundiários da colônia, ou seja, os primeiros grandes proprietários de terras. Para extrair a riqueza delas, escravizaram os povos indígenas e, posteriormente, os africanos, trazidos pelo tráfico negreiro.

Segundo o pesquisador Júlio José Chiavenato, uma norma que existia no regimento de 1548 – que determinava as funções do primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa (1503-1579) – foi a responsável pela instituição não só do **latifúndio** como também da **monocultura**, implantando um modelo agrícola que perdura até hoje. Essa norma recomendava a doação livre das terras aos senhores que teriam condições econômicas para desenvolver o cultivo de cana-de-açúcar e a construção de engenhos. Tal decisão significava que os gigantescos latifúndios implantados pelas sesmarias seriam ocupados, segundo o regimento, somente pela monocultura de cana-de-açúcar, impedindo a formação de pequenas propriedades.

Para ampliar

Leia

Violência no campo: o latifúndio e a reforma agrária, de Júlio José Chiavenato (Moderna, 1996). O autor examina a violência no campo como reflexo da nossa estrutura social, baseada na concentração de renda e de terras.



A concentração da terra nas mãos de poucos proprietários permaneceu durante todo o Período Colonial. Esse tipo de estrutura tinha impactos negativos para o desenvolvimento da economia, o que levou o político José Bonifácio (1763-1838), um dos membros da classe dominante, a apresentar uma proposta de legislação que previa a possibilidade de redistribuição das terras improdutivas por parte do Estado.

No entanto, essa realidade seguiu inalterada até 1850, quando, durante o Império, a Lei nº 601, conhecida como **Lei de Terras**, acabou com o sistema de posse, determinando que a terra poderia ser adquirida somente por meio da compra. Mas o que significou essa Lei de Terras, afinal? Uma das suas características foi a elevação do preço das terras e a exigência de que o pagamento por elas fosse realizado à vista. Dessa forma, a venda das terras públicas era dirigida para uma elite social. A proposta era que o dinheiro arrecadado fosse aplicado na vinda de colonos europeus, que substituiriam a mão de obra dos escravizados na lavoura.

A Lei de Terras manteve o sistema de latifúndio, pois as terras públicas que não estavam ocupadas pelas monoculturas de cana-de-açúcar, algodão e café tornaram-se muito mais caras do que as terras particulares. Assim, a aquisição de terras foi possível apenas para pessoas que já tinham muitas posses.

Como o trabalho escravo foi aos poucos substituído pelo trabalho assalariado, a Lei de Terras acabou por cumprir dois papéis: impediu que os imigrantes europeus adquirissem terras por meio da compra (com exceção de algumas regiões do sul do Brasil) e que os ex-escravizados tivessem uma alternativa de trabalho com base na propriedade da terra.

O conflito que resultou na **Guerra de Canudos** (1896-1897) pode ser considerado um exemplo desse dilema entre os interesses de latifundiários e os da população mais pobre do país. A crise econômica na Região Nordeste se contrapunha à expansão da lavoura cafeeira e ao crescimento da Região Sudeste. Nesse período, a pregação religiosa do beato Antônio Conselheiro (1830-1897) acabou por reunir uma multidão de pessoas, a maioria delas empobrecida e sem terras onde trabalhar e cultivar, que encontraram nas palavras dele e nesse movimento formas alternativas de sobrevivência.

O massacre militar de Canudos foi a “solução” encontrada pelo governo dos coronéis da República Velha, pressionados pelos latifundiários baianos que desejavam acabar com o movimento. Causava grande preocupação a possibilidade de Canudos ganhar cada vez mais força e se consolidar como um espaço de autonomia política e econômica.



Fotografia de sertanejos feitos prisioneiros na Guerra de Canudos. Bahia, 1897.

Flávio de Barros/Museu da República, Rio de Janeiro

Para ampliar

Leia

Os sertões, de Euclides da Cunha (Martin Claret, 2017). A obra, publicada originalmente em 1902, desenvolve um misto de literatura com relato histórico e jornalístico, resultado do trabalho do autor como correspondente de um jornal na cobertura do conflito de Canudos, no interior da Bahia.



Apesar de apresentarem características específicas, é possível identificar questões em comum entre o que ocorreu em Canudos e o que ocorreu com os revoltosos na **Guerra do Contestado** (1912-1916). No processo de expansão capitalista no sul do país, a população camponesa foi expulsa de suas terras e, com o conflito, massacrada pelo Exército. Assim como em Canudos, a forte resistência popular tinha entre suas bases a fé inspirada por lideranças religiosas.

A história da ocupação de terras no Brasil apresenta uma luta constante entre as demandas da população e o interesse político e econômico da chamada “oligarquia dos coronéis”, que concentra grande parte das propriedades rurais. Atualmente, esses conflitos seguem ocorrendo, principalmente quando observamos como os interesses dos grandes proprietários rurais prevaleceram sobre as necessidades da população.

Os trabalhadores do campo começam a se organizar

Durante a segunda metade do século XX, após o processo de industrialização que levou ao deslocamento dos trabalhadores das áreas rurais para as cidades, a estrutura de concentração de terras no Brasil passou a ser questionada com base em novas perspectivas.

Diferentemente do que ocorreu em Canudos e em outras regiões do país, a população rural passou a empregar-se como trabalhadora assalariada nas empresas que comandaram o processo de modernização capitalista do Brasil. Atuando muitas vezes como operários em fábricas, esses trabalhadores tiveram acesso a benefícios adicionais e inéditos.

A partir da Era Vargas, após a Revolução de 1930, as categorias profissionais reconhecidas pelo Estado passaram a ser reguladas por uma legislação que lhes garantia o recebimento de salário mínimo, férias remuneradas, estabilidade no emprego, além de contarem com um sistema de Previdência Social incluindo assistência médica e direito à aposentadoria. Porém, para os trabalhadores rurais, o tempo estava estacionado no Brasil Império e na Primeira República, sem legislação trabalhista e direitos previdenciários.

Tanto o Estado Novo do presidente Getúlio Vargas (1937-1945) quanto a política da República Populista (1946-1964) desenvolveram poucas ações de melhoria para a população que trabalhava nas áreas rurais. A modernização capitalista brasileira, com as suas consequências para o trabalho assalariado, era um fenômeno urbano, sem incidência no meio rural.

Diante desse cenário, em 1954, o Partido Comunista – que estava na clandestinidade, pois havia sido cassado no Brasil em 1947, no contexto mundial de início da Guerra Fria – lançou a Campanha Nacional pela Reforma Agrária. Ao mesmo tempo, em Vitória de Santo Antão, no estado de Pernambuco, uma associação fundada originalmente pelos camponeses, com o objetivo de obter assistência jurídica, médica, educacional e funerária, entrou em confronto aberto com os proprietários de terra.

Em 1959, como resultado da sua luta e da sua organização, essa associação camponesa conquistou a desapropriação do engenho Galileia, que passou a ser administrado pelos próprios trabalhadores rurais. Esse movimento, sob a liderança do advogado Francisco Julião (1915-1999), ficou conhecido como **Ligas Camponesas**. Ele se espalhou por 13 estados brasileiros e se tornou uma referência nacional e internacional de luta dos trabalhadores rurais pela realização de uma reforma agrária no Brasil.



Manifestação das Ligas Camponesas. Paraíba, 1964.

A causa da reforma agrária foi assumida como uma das bandeiras do governo presidido por João Goulart (1919-1976), entre 1961 e 1964, fazendeiro e ex-ministro do Trabalho de Getúlio Vargas. A “lei agrária” de Goulart fez parte da lista das prometidas “reformas de base” de seu governo, que se contrapunham aos interesses de grande parte dos capitalistas e proprietários de terras com seus projetos próprios em curso no Brasil. A burguesia brasileira era extremamente conservadora e não compreendia que a reforma agrária, no modelo que estava sendo proposto, não seria contrária aos seus interesses de classe.

A experiência das Ligas Camponesas – assim como de outros movimentos e sindicatos rurais independentes criados nesse período, como a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) – foi praticamente encerrada com o golpe civil-militar de 1964 e a prisão de suas principais lideranças. Até a atualidade, pelo papel que exerceram, as Ligas são uma referência histórica para aqueles que participam da luta pela terra em nosso país.

A permanente tensão existente no campo, entretanto, fez com que o governo militar do Marechal Castello Branco (1897-1967) aprovasse, com modificações, a “lei agrária” discutida no período anterior, resultando, ainda em novembro de 1964, no chamado **Estatuto da Terra**. Com isso, o governo pretendia, ao mesmo tempo, apaziguar os camponeses e tranquilizar os latifundiários. Nesse sentido, podemos dizer que as metas eram praticamente duas: para reduzir a pressão dos camponeses, prometia a execução de uma reforma agrária, o que não aconteceu naquele momento; em benefício dos fazendeiros, planejava a modernização e o desenvolvimento capitalista da agricultura, política de fato implementada pelos governos militares que se seguiram. Essas reflexões foram desenvolvidas pelo sociólogo José de Souza Martins (1938-), especialista na questão agrária brasileira.

Essa opção de desenvolvimento capitalista implica numa composição de classes inteiramente desfavorável à participação política das classes trabalhadoras, pois diminui o seu papel político e marginaliza, uma vez mais, os trabalhadores rurais.

[...]

No campo, a associação entre os militares e os grandes proprietários de terra se deu para concretizar transformações econômicas, baseadas na expansão do capital. Em outras palavras, a ditadura militar promoveu ou intensificou, quando foi o caso, a associação entre o grande capital e a propriedade da terra.

MARTINS, J. de S. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 89; 91.

Perfil

José de Souza Martins

José de Souza Martins nasceu em São Paulo, em 1938. É um dos sociólogos mais influentes no Brasil no debate sobre as questões agrárias. Atualmente, é professor aposentado do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. Entre suas obras sobre o tema, podemos citar *O cativo da terra* (1979) e *Não há terra para plantar neste verão* (1986).



Alexandre Siqueira

José de Souza Martins.

Em 1970, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), responsável por conduzir a política da reforma agrária e realizar a distribuição de terras entre os trabalhadores rurais. Veremos, porém, que o Brasil ainda não conseguiu realizar plenamente esse processo e os trabalhadores seguem em mobilização pela reforma.

Para ampliar

Ouçã

Lutando e cantando: Música e política dos trabalhadores rurais de Pernambuco.

Coleção Documentos Sonoros do Museu Nacional, 2008. O CD é resultado de um projeto de pesquisa sobre memória camponesa e cultura popular, realizado por pesquisadores de Antropologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Gravado na cidade de Carpina, Pernambuco, em março de 2007, o registro apresenta cantos desenvolvidos ao longo de décadas por trabalhadores rurais em suas trajetórias de luta pela terra. Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PLpv_6194cjroOi_WTt_eTwXVUKPdZyp1. Acesso em: 23 set. 2024.



Coleção Documentos Sonoros do Museu Nacional, 2008

A luta dos trabalhadores sem terra

Após uma fase de violenta repressão dos movimentos políticos, comandada pelo aparato militar que tomou o poder em 1964, a discussão sobre a questão agrária voltou com força no final da década de 1970. Nesse momento, impulsionado pelo aprofundamento da crise econômica capitalista mundial, observou-se o aumento do desemprego, da miséria e, conseqüentemente, do êxodo da população do campo para as cidades no Brasil. Nesse contexto político, diversos movimentos sociais contra a alta do custo de vida eclodiram nas cidades, sob o comando de um renovado movimento sindical em luta por melhores condições de trabalho e melhores salários.

Com relação à retomada das lutas do campo, destacou-se o papel exercido por lideranças leigas e religiosas da Igreja Católica que abraçaram as ideias da Teologia da Libertação, já estudada anteriormente. Em 1975, foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), um órgão de assessoria política e jurídica que contribuiu, efetivamente, para a organização dos trabalhadores rurais, de norte a sul do país.

Por meio da ação organizada da CPT, que associou militantes católicos e luteranos, foi criado, no final da década de 1970, no sul do Brasil, o **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** (MST). Inicialmente, o movimento reuniu as lideranças do acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, e do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (Mastro). Rapidamente, esses movimentos se articularam nacionalmente com outras lutas que se desenvolviam no campo, em diferentes regiões do país, organizando a estrutura que viria a formar o MST. Após a realização de várias reuniões regionais, o Encontro Nacional, considerado o marco de fundação do movimento, ocorreu em janeiro de 1984, em Cascavel, no Paraná.

Reprodução/MST



O **MST** se define como um movimento social que tem autonomia na organização dos trabalhadores rurais com o objetivo de conquistar a terra e implementar uma reforma agrária de caráter popular.

Logo no ano seguinte à fundação do movimento, o MST realizou o seu primeiro Congresso Nacional, entre 29 e 31 de janeiro de 1985. Além da afirmação de se constituir como uma organização independente, com plena autonomia em relação a partidos políticos e ao governo, a principal deliberação do congresso se transformou em um marco que determinou a característica mais importante da luta pela terra no Brasil. Com o lema “Ocupação é a única solução”, os militantes do movimento mobilizaram milhares de famílias em todo o país, realizando ocupações de terras e o respectivo assentamento dessas famílias em áreas rurais de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e outros estados.

Cartaz do I Congresso Nacional do MST realizado em Curitiba (PR), entre 29 e 31 de janeiro de 1985.

Para ampliar

Assista

Terra para Rose, direção de Tetê Moraes (VemVer Comunicação e Embrafilme, 1987, 84 min). Documentário sobre a história de Rose, agricultora sem terra que, com outras 1500 famílias, participou da primeira grande ocupação de uma terra improdutiva, a fazenda Annoni, no Rio Grande do Sul, em 1985.



VemVer Comunicação

O MST foi um movimento importante na luta pela redemocratização do país, participando das campanhas pelo voto direto (as Diretas Já, conforme estudamos anteriormente) e da Assembleia Constituinte, responsável por elaborar a nova Constituição. Com o apoio de diversas outras organizações da sociedade, apresentou à Constituinte três projetos de iniciativas populares – projetos de lei apresentados pela sociedade organizada – que, somados, contabilizaram 1 473 073 assinaturas em defesa da reforma agrária. Esse número aponta o quanto essa tese ganhou apoio popular ao longo da década de 1980, fortalecendo a pressão pela urgência de reformas no campo.

Com isso, a Constituição Federal promulgada em outubro de 1988, ainda em vigor, garante a desapropriação de terras entre os seus artigos 184 e 191. Segundo o texto constitucional, terras férteis, mas improdutivas – ou seja, que não cumprem com sua **função social** –, devem ser desapropriadas para fins de reforma agrária.

A reforma agrária na Constituição Federal de 1988

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

[...]

Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I – a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II – a propriedade produtiva.

[...]

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes [...].

Art. 188. A destinação de terras públicas e **devolutas** será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.

[...]

Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.



Art. 190. A lei regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira e estabelecerá os casos que dependerão de autorização do Congresso Nacional.

Art. 191. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 ago. 2024.

GLOSSÁRIO

[Terra] devoluta: terra pública sem destinação pelo poder público e que não tenha integrado patrimônio particular.

1. Como vemos, apesar de a reforma agrária ser prevista no Estatuto da Terra, de 1964, e na Constituição Federal de 1988, ainda há grande dificuldade de concretização mais ampla dessa política pública. Por que o Brasil não consegue avançar nas políticas de desapropriação de terras por interesse social? 
2. No município em que você reside, há propriedades rurais que não cumprem sua função social? Há assentamentos da reforma agrária na região? Converse a respeito dessas questões com seu professor e seus colegas. 

Ampliação do movimento e repressão

Em 1993, o MST, ao lado de diversos movimentos de trabalhadores rurais de vários países, participou da criação da **Via Campesina**. Essa organização internacional reúne pequenos e médios agricultores, lavradores e diversas comunidades indígenas. Seu surgimento se dá exatamente no contexto de afirmação do neoliberalismo como um novo modelo de organização do capitalismo mundial.

A Via Campesina é um dos movimentos de luta internacional contra a ideia de que a privatização e a financeirização global da atividade agrícola são a única alternativa para a produção rural.

Em 2024, a Via Campesina reunia entre seus membros 180 organizações, localizadas em 81 países, classificados em diferentes regiões: 17 organizações do continente africano, 6 de países árabes e da África do Norte, 28 do continente europeu, 33 do continente asiático, 84 do continente americano e 12 de países da região do Caribe. Entre as organizações de países americanos, 47 são da América do Sul, sendo 8 brasileiras: MST, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e Pastoral da Juventude Rural (PJR). A participação dessa última organização reforça o peso que setores da Igreja Católica progressista têm nos movimentos sociais rurais.



Sergio Moraes/Fotoarena

A luta do MST ganhou notoriedade entre 1995 e 1997. Ao lado das ocupações de terras improdutivas – ou seja, de terras férteis abandonadas ou subutilizadas para a produção de gêneros alimentícios –, o movimento promoveu uma caminhada de mil quilômetros até Brasília, entre fevereiro e abril de 1997. A caminhada tinha como objetivo a defesa da reforma agrária e do emprego, contra as políticas neoliberais do governo federal na época.

Nomeada como Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária, a caminhada envolveu a participação de 1300 sem-terra, que partiram de três pontos diferentes do país: São Paulo (SP), Governador Valadares (MG) e Rondonópolis (MG).

Chegada da Marcha Nacional a Brasília (DF), em 17 de abril de 1997.

Uma das motivações centrais dessa caminhada foi protestar e exigir justiça pelos dois massacres de trabalhadores rurais ocorridos nesse período: em Corumbiara (RO), em julho de 1995, e em Eldorado de Carajás (PA), em 17 de abril de 1996. Diversas lideranças dos trabalhadores foram assassinadas ou presas pelas polícias militares estaduais. Em Eldorado, 21 lavradores foram mortos e 56 foram feridos ou mutilados. Apesar do envolvimento de fazendeiros e autoridades do governo do Pará, somente dois oficiais militares foram indiciados.

Quando analisamos a forma como a sociedade considera as atividades do MST, nota-se que as reações a ele são violentas. No entanto, esse tipo de repressão não enfraqueceu o movimento, que persiste em sua luta histórica pela reforma agrária.

O MST faz pressão política para a distribuição social da terra, com base na avaliação sistemática, por órgãos oficiais, da existência de terras consideradas improdutivas. Ao ocupar essas terras em protesto, é comum uma forte reação contrária entre os grupos proprietários de terras, aliados políticos e grandes empresários dos meios de comunicação. São grupos que não reconhecem as terras como improdutivas e costumam se referir ao movimento de ocupação como “invasão de propriedade”, configurando-a como “atividade criminosa” e ignorando a legislação que garante o uso social da terra.

Em 2024, ao completar 40 anos, o MST se encontrava organizado em 24 estados, em todas as regiões do país, com 185 cooperativas, 1900 associações e 120 agroindústrias. Naquele ano, aproximadamente 470 mil famílias de trabalhadores rurais continuavam mobilizadas em prol dos ideais do movimento, entre as quais 400 mil famílias assentadas e outras 70 mil acampadas.

De acordo com dados relacionados ao histórico do MST, percebe-se que o movimento se fortaleceu com o passar dos anos. Para comparação, destaca-se que, em maio de 1985, logo após o seu primeiro congresso, ocorreram 12 ocupações por 2 500 famílias em Santa Catarina, um dos marcos inaugurais do MST. Em outubro daquele mesmo ano, houve a ocupação da fazenda Annoni, no Rio Grande do Sul. Logo após, o movimento se espalhou com ocupações em quase todos os estados brasileiros. Entre 1990 e 1996, segundo levantamento da socióloga Maria da Glória Gohn (1947-), houve um total de 518 ocupações, abarcando 151 427 famílias.

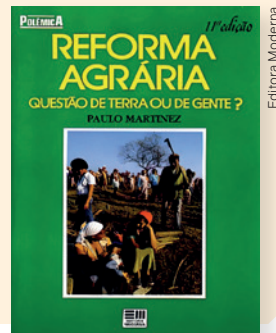
Para ampliar

▼ Leia

Reforma agrária: questão de terra ou de gente?, de Paulo Martinez (Moderna, Coleção Polêmica, 1987). Livro que apresenta as controvérsias envolvendo o debate histórico sobre a reforma agrária no Brasil.

▼ Acesse

MST. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no qual é possível se informar sobre a história do movimento, suas ações, produções audiovisuais e publicações, dados a respeito da produção agrícola das famílias assentadas, além de notícias recentes. Disponível em: <https://mst.org.br/>. Acesso em: 9 ago. 2024.



Falando nisso...

A política da reforma agrária atualmente

Como temos visto neste capítulo, o processo de implementação de uma reforma agrária no Brasil está longe de ser concluído. Conduzida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), a Política de Reforma Agrária é definida como:

[...] o conjunto de medidas conduzidas pelo Poder Público a fim de promover a distribuição de terras entre trabalhadores rurais, atendendo aos princípios de justiça social e aumento da produtividade, conforme disposto na Lei nº 4.504/64 (Estatuto da Terra).

Além de promover cidadania, proporcionar a desconcentração e democratização da estrutura fundiária e gerar renda no campo, a Reforma Agrária favorece:

- A produção de alimentos básicos.
- O combate à fome e à pobreza.
- Promoção da cidadania e da justiça social.
- A interiorização dos serviços públicos básicos.
- A redução da migração campo-cidade.
- A diversificação do comércio e dos serviços no meio rural.

BRASIL. Incra. *A política*. [Brasília, DF]: Incra, 28 jan. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/a-politica>. Acesso em: 13 ago. 2024.

Para a implementação da política, o Incra instala ou reconhece assentamentos rurais em uma grande propriedade rural que, geralmente, é desapropriada por não cumprir sua função social. Um **assentamento** é um conjunto de unidades agrícolas independentes, chamadas de parcelas ou lotes, que são distribuídas para famílias de trabalhadores rurais cadastradas e que não têm condições de adquirir um imóvel rural.

Os assentados pagam pelo lote de terra que recebem e se comprometem a morar nela e desenvolver atividades produtivas com mão de obra familiar. Recebem apoio do Incra, assistência técnica, crédito e infraestrutura. Após um complexo processo de estruturação, produção e avaliação de direitos e obrigações, os trabalhadores podem receber o título de domínio da propriedade, que assegura a posse definitiva da terra.

Segundos dados do Incra de 2024, quase 1 milhão de famílias já foram beneficiadas em assentamentos criados ou reconhecidos, que totalizam uma área de mais de 88 milhões de hectares.

Vista aérea das áreas de cultivo do assentamento da Comunidade de Tabocal, Belterra (PA), 2023.



Educação e pedagogia no MST

O MST não é um movimento isolado de outros setores da sociedade brasileira e global. Além da articulação internacional e da participação na Via Campesina, o movimento desenvolve diversos projetos na área de formação política e educacional. Muitos desses projetos são realizados em parceria com universidades públicas brasileiras e com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), agência da Organização das Nações Unidas (ONU) voltada para a defesa dos direitos e o pleno desenvolvimento das crianças.

Esses projetos de educação estão intimamente relacionados à multiplicação dos assentamentos do MST, pois estes implicam a sua “territorialização”, ou seja, a ocupação de determinados espaços geográficos. A educação e a qualificação dos assentados sempre foram prioridades do movimento, sendo relacionadas também a técnicas agrícolas de desenvolvimento e modernização de práticas de agricultura familiar.

Aliando prática e conhecimento, o MST cumpre com o objetivo de proporcionar o aumento da qualidade de vida e do poder aquisitivo das famílias assentadas. Os assentamentos e acampamentos garantem, desde a criação do Setor de Educação do movimento, em 1987, a educação de crianças, jovens e adultos das famílias, assim como escolas de formação de educadores para atuar nessas frentes de trabalho.

Nesse sentido, a **proposta de educação** do MST, segundo os pesquisadores Roseli Caldart e Edgar Kolling, tem como princípios:

1. a escolarização como um direito de cidadania, com o entendimento de que ela não se dá somente nos espaços escolares formais, mas também no cotidiano dos assentamentos e acampamentos;
2. a luta por escolas públicas de qualidade nesses espaços, reforçando a defesa da oferta de educação de qualidade por parte do Estado;
3. que a escola assuma a identidade e a realidade específica da vida no meio rural, inclusive quanto aos currículos, que devem considerar a realidade social e política;
4. a valorização do trabalho dos educadores;
5. a educação como um processo de formação e transformação das pessoas;
6. a concepção de cooperação, combatendo a cultura do individualismo dominante na sociedade, transformando os espaços de formação em coletivos pedagógicos;
7. um projeto de educação voltado para uma ação coletiva de ampliação dos direitos e a alimentação da utopia por uma nova sociedade.

Esses princípios compõem o que o MST entende como a **pedagogia do movimento**, necessária para a construção de uma educação do campo que permita um novo significado para as famílias camponesas, com um caráter libertador e emancipador. Discute-se, por exemplo, a perspectiva de um programa de Reforma Agrária Popular, que passou a ser defendido pelo movimento a partir do seu 6º Congresso Nacional, em 2014.

O caráter educativo do MST, como ressalta a educadora Roseli Salete Caldart, aponta para uma pedagogia presente na luta social desencadeada pelo movimento. Assim, espera-se que possa formar sujeitos capazes de compreender o mundo que os cerca e de transformá-lo, na busca por uma sociedade nova, a ser construída no presente e no futuro histórico.

A luta pela terra, portanto, é educativa e formativa, e nela a transformação do indivíduo implica uma transformação coletiva do mundo.

Perfil

Roseli Salete Caldart

Roseli Salete Caldart é pedagoga formada pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, tem mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná e doutorado também em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Uma das principais teóricas da educação do campo, é assessora do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra). É autora dos livros *Educação em movimento: formação de educadoras e educadores do MST* (1997) e *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola* (2000), entre outras obras.



Roseli Caldart.

Alexandre Siqueira

A pedagogia do movimento associa-se também a uma característica relacionada à sua origem em igrejas cristãs, denominada **mística**. A prática da mística envolve celebrações, *performances* e reflexões como ferramentas para a organização e a ação políticas. Nesse sentido, a mística também apresenta uma dimensão educativa na luta pela terra, pela igualdade e por justiça.

Segundo dados divulgados pelo MST, até 2024, o movimento contava com:

- mais de 2 mil escolas públicas construídas em acampamentos e assentamentos;
- 200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos com acesso à educação;
- 50 mil adultos alfabetizados;
- 2 mil alunos em cursos técnicos e superiores;
- mais de 100 cursos de graduação oferecidos para os membros do movimento em parceria com universidades públicas;
- 10 mil educadores, servidores públicos e colaboradores atuando em escolas públicas em áreas de reforma agrária.

Há também a iniciativa das **escolas itinerantes**, criadas para garantir o acesso à educação a famílias participantes do movimento nos acampamentos, enquanto se luta pela desapropriação de terras para o posterior assentamento.

Em 23 de janeiro de 2005, o movimento inaugurou a **Escola Nacional Florestan Fernandes** (ENFF), em Guararema, interior de São Paulo. Seu nome é uma homenagem a um dos mais conhecidos e respeitados sociólogos brasileiros. A ENFF foi construída pelos trabalhadores sem terra e com apoio de uma campanha para arrecadação financeira, que contou com a participação do fotógrafo Sebastião Salgado (1944-), do cantor e compositor Chico Buarque (1944-) e do escritor português José Saramago (1922-2010).

A parceria com universidades e instituições públicas permite que os membros do MST façam graduação e pós-graduação por meio dos cursos oferecidos pela ENFF. A escola tornou-se uma referência internacional na formação de militantes do movimento, oferecendo cursos sobre a questão agrária e outros temas, como feminismo e diversidade, com duração de uma semana a três meses.



Vista do 6º Congresso Nacional do MST, ocasião em que costumam ocorrer práticas da mística. Brasília (DF), 2013.



Estudantes em aula em escola municipal situada em assentamento do MST. Vitória da Conquista (BA), 2019.

A etnomatemática nos assentamentos do MST

A **etnomatemática** é um campo do conhecimento que surgiu na década de 1970, com base nos estudos do matemático e professor universitário Ubiratan D'Ambrosio (1932-2021). D'Ambrosio criou a etnomatemática ao perceber que a Matemática e seu ensino tradicional eram baseados em uma concepção eurocêntrica de mundo que desconsiderava os usos e o desenvolvimento dessa ciência por outras culturas, como as africanas e indígenas.

D'Ambrosio definia a etnomatemática como

[...] o conjunto de artes, técnicas de explicar e de entender, de lidar com o ambiente social, cultural e natural, desenvolvido por distintos grupos culturais.

D'AMBROSIO, U. O Programa Etnomatemática: uma síntese. *Acta Scientiae: Revista de Ensino de Ciências e Matemática*, Canoas, v. 10, n. 1, p. 8, jan./jun. 2008.

Assim, a etnomatemática tem como objetivo preparar jovens e adultos para a vida em sociedade, por meio do desenvolvimento da cidadania crítica e da criatividade. Para tanto, busca inserir os estudantes no aprendizado valorizando suas práticas culturais, que são incorporadas ao ensino da Matemática. Propõe, portanto, a valorização das matemáticas produzidas em diferentes contextos sociais, culturais e históricos.

A combinação entre teoria e prática, presente no caráter educativo das ações pedagógicas realizadas pelo MST, levou a etnomatemática para dentro da sala de aula das escolas localizadas nos acampamentos e assentamentos do movimento, aproximando, assim, a Matemática das práticas e necessidades cotidianas das pessoas que integram o movimento.

A professora universitária e especialista em educação matemática Gelsa Knijnik, ao relatar suas experiências com estudantes do 7º ano de uma escola do MST, no Rio Grande do Sul, apontou como eles participaram de debates que levaram a novas orientações sobre como conduzir as atividades produtivas no assentamento. Nesse processo, os estudantes foram responsáveis pelo cálculo da dívida de cada um dos grupos de assentados, aprendendo saberes matemáticos não inclusos nos currículos escolares tradicionais, como contabilidade e contratos de empréstimos bancários.

Ao mesmo tempo, práticas e conhecimentos produzidos nos assentamentos despertam um interesse fora do movimento. É o caso das práticas de cubagem da terra – método para calcular a superfície de uma determinada área de terra. Conforme apontam os pesquisadores em educação matemática Adriana Richit e Mauri Luís Tomkelski, as crianças e seus familiares aprendem, por exemplo, a calcular a superfície e o perímetro de áreas de terra desenvolvendo os canteiros de uma horta para o plantio de verduras e legumes.



Lucas Lacaz Ruiz/Fotoarena



Produção de alimentos em pequenas hortas em área de assentamento do MST. Tremembé (SP), 2014.

Ações de solidariedade do MST

Ações de solidariedade devem ser entendidas como uma tradição histórica dos movimentos sociais, na medida em que eles se opõem a concepções individualistas. Quando falamos de solidariedade, estamos nos referindo a uma concepção moral que faz parte da vida de grande parte dos indivíduos que vivem em sociedade, pois se trata de um atributo da própria condição de pertencimento à humanidade.

Mesmo entendendo a solidariedade como princípio histórico, ela se torna mais visível quando ocorre algum fenômeno social de grandes proporções, como um grave distúrbio econômico; uma tragédia relacionada a algum desastre natural; conflitos armados extremos, como em caso de guerras civis ou entre países; e situações de fome generalizada. Esses fenômenos, muitas vezes, estão conectados. Foi o caso, por exemplo, da pandemia de covid-19 a partir de março de 2020. Tivemos, naquele momento, uma crise não somente de saúde pública, mas social, econômica e política.

No Brasil, como no restante do mundo, a pandemia levou a um processo de isolamento social, para evitar a transmissão da doença. O país estava com altas taxas de desemprego e muitas famílias em condições sociais de pobreza e miséria, ampliando os impactos da pandemia entre a população.

Nesse contexto, ações de solidariedade foram muito importantes, desde as realizadas por grandes empresas, passando pela arrecadação de recursos e alimentos por organizações não governamentais, até grandes campanhas de mobilização de diversos movimentos sociais e coletivos políticos.

O MST integrou a campanha “Periferia Viva – Solidariedade para combater o Coronavírus”, com a participação de outros movimentos sociais, como o MAB, o MPA, o MAM, o Movimento dos Trabalhadores Desempregados, o Levante Popular da Juventude, entre outros.

Os assentamentos do MST doaram, nos primeiros meses da pandemia, entre março e abril de 2020, mais de 500 toneladas de alimentos, segundo levantamento da socióloga Flávia Braga Vieira e do economista argentino Javier Ghibaudi.

Na esteira dessa mobilização, o MST passou também a promover, anualmente, a Campanha Natal Sem Fome e Solidário, que faz parte do Plano Nacional “Cultivando a Solidariedade Sem Terra”, organizado pelo movimento. Entre 2020 e janeiro de 2023, havia sido contabilizada pelo MST a distribuição de 8 200 toneladas de alimentos, além de 2,3 milhões de marmitas para famílias em situação de fome e insegurança alimentar em todo o Brasil.

As ações de solidariedade do MST, ao lado de movimentos e entidades parceiras, foram mais uma vez visibilizadas por ocasião da tragédia climática que atingiu o Rio Grande do Sul em 2024: trata-se da organização de Cozinhas Populares e Solidárias. No caso específico dessas enchentes, a Cozinha Solidária aberta na cidade de Viamão iniciou em maio a sua produção com 1 500 refeições por dia, firmando parceria com a Defesa Civil para a distribuição da comida às famílias mais vulneráveis.

Todas essas ações de solidariedade reforçam o caráter pedagógico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como destacado anteriormente, na medida em que contribuem para conceber e valorizar a cooperação como um valor a ser cultivado pelo movimento em seu cotidiano. A solidariedade, portanto, juntamente com a luta pela terra, constitui-se num elemento de caráter pedagógico, formativo e de mudança de visão do indivíduo para uma perspectiva de transformação coletiva da sociedade.

Distribuição de alimentos da agricultura familiar produzidos nos assentamentos do MST de Pernambuco. Recife (PE), 2021.



João Carlos Mazella/Fotoarena

Concentração fundiária, agronegócio e agricultura familiar

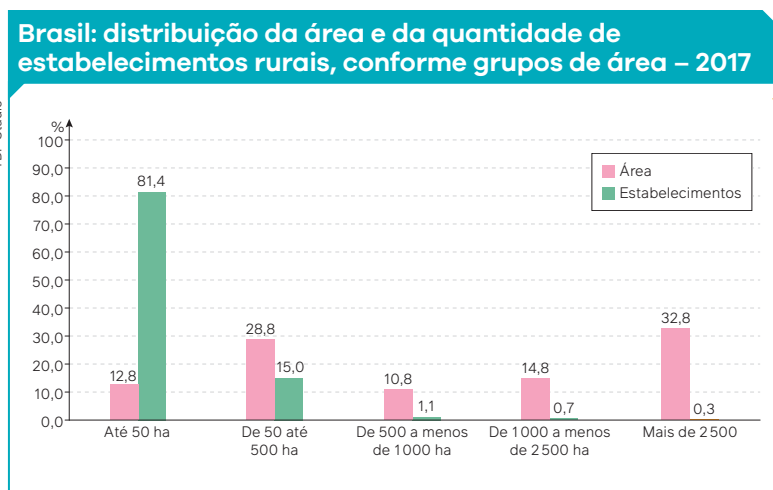
O **Censo Agropecuário** realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) representa a investigação estatística mais completa para mensurar as dimensões da estrutura fundiária brasileira. Os dados recolhidos são relevantes para se refletir sobre a produção agropecuária e a relação da concentração de terras com a desigualdade social.

A pesquisa foi realizada pela primeira vez em 1920, com periodicidade de cinco anos a partir da década de 1960. No entanto, a partir de 1985, em função da escassez de recursos no orçamento, foram realizadas somente três pesquisas, com periodicidade de dez anos, sendo a última em 2017. A próxima está prevista para 2026.

De acordo com o último Censo Agropecuário, pouco mais da metade dos estabelecimentos rurais no país tem uma extensão de menos de 10 hectares. Essas pequenas propriedades, no entanto, ocupam apenas 2,28% da área rural total reservada aos estabelecimentos agropecuários – ou seja, excluindo-se áreas de preservação florestal e reservas indígenas.

Os grandes estabelecimentos rurais, com mais de mil hectares, ocupam quase a metade (47,6%) das terras disponíveis para a agricultura e a pecuária e correspondem a 1,03% do total de estabelecimentos rurais. A comparação entre esses dados indica o tamanho da concentração fundiária no Brasil. As terras disponíveis para plantio e criação de gado estão sob controle e posse de poucas pessoas, o que ocasiona graves desigualdades sociais e econômicas não apenas no campo, mas em todo o país.

O gráfico a seguir detalha a concentração fundiária, apresentando os estabelecimentos com menos de 50 hectares e aqueles com mais de 2500 hectares.



Enquanto as propriedades com menos de 50 hectares representavam 81,4% do total de propriedades rurais no Brasil, elas ocupavam apenas 12,8% da área destinada à agricultura no país, em 2017. Já as grandes propriedades, com mais de 2500 hectares, representavam somente 0,3% do total de estabelecimentos agrícolas, mas ocupavam 32,8% das terras disponíveis para a agricultura no mesmo período.

IBGE. *Atlas do Espaço Rural Brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. p. 47. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101773_cap2.pdf. Acesso em: 13 ago. 2024.

Com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017 e nas informações publicadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), podemos destacar algumas características da produção no campo brasileiro.

A produção agropecuária brasileira apresenta duas vertentes distintas. De um lado, as grandes propriedades que concentram a maior extensão de terras, com produtos voltados principalmente para a exportação; de outro, a agricultura familiar.

O agronegócio faz parte da primeira vertente. **Agronegócio** é o termo que se tornou popular para identificar a atuação e os interesses dos grandes proprietários de terra no Brasil atual. Parte desse grupo social e econômico conta com a representação política da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que atua no Congresso Nacional. O uso do termo está associado ao *agrobusiness*, que tem origem na indústria alimentícia estadunidense, na década de 1950, com o objetivo de associar o setor da agricultura a uma perspectiva que envolvia também a produção industrial e a distribuição dos seus produtos.

O agronegócio brasileiro promove diversas campanhas publicitárias com o objetivo de se apresentar como um setor moderno, com grande investimento tecnológico e comprometido com a sociedade. Entre as campanhas mais populares, ficou conhecido o bordão “Agro é *pop*, Agro é *tech*, Agro é tudo!”, que começou a ser difundido em 2017. Em 2021, surgiu um novo bordão, “Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil”, reforçando a ideia de apresentar o agronegócio como protagonista sob o ponto de vista econômico, procurando disseminar na população em geral um determinado sentimento de orgulho pela riqueza produzida pelo setor.

O Censo Agropecuário apontou também que as grandes propriedades rurais do Centro-Sul do Brasil, por exemplo, têm sido destinadas principalmente à produção de grãos, em especial soja e milho, em razão da rentabilidade que essas culturas proporcionam com as políticas de exportação. Por isso, pecuaristas têm priorizado a criação de gado bovino nas áreas de fronteira agrícola, com destaque para o Centro-Oeste e a Amazônia.

Colheita mecanizada de soja.
Chapada dos Guimarães
(MT), 2022.

Mario Friedlander/Pulsar Imagens



Cadu De Castro/Pulsar Imagens



As chamadas lavouras temporárias, por sua vez, que constituem a base alimentar da população, com o plantio de arroz, batata, feijão, mandioca, entre outros, correspondiam à atividade principal de 30% dos estabelecimentos rurais, localizados principalmente nas Regiões Centro-Oeste e Sul. Os estabelecimentos que mais produziram arroz, feijão, batata e mandioca foram aqueles com área de até 500 hectares. Entre esses, enquanto 33,7% produziam arroz, 91,2% produziam mandioca, uma cultura característica dos agricultores de menor porte.

Agricultor colhendo mandioca em sua
propriedade rural. Boa Vista (RR), 2021.

As terras ocupadas pela **agricultura familiar** representavam 80,9 milhões de hectares, com 23% da área total das terras e 77% do total de estabelecimentos rurais. Em setembro de 2017, essas propriedades empregavam 10 milhões de pessoas, o que significavam 67% do total de trabalhadores ocupados no meio rural. As pequenas propriedades vinculadas à agricultura familiar, que ocupam percentualmente a menor extensão de terras disponíveis, são responsáveis pela produção dos alimentos que chegam à mesa da população.

Agricultores colhendo algodão orgânico
no assentamento Novo Zabele. São
Raimundo Nonato (PI), 2022.

Luciana Whitaker/Pulsar Imagens



De acordo com os dados do Censo, a agricultura familiar é a principal responsável pela produção de alimentos como milho, mandioca, frutas, hortaliças, feijão, mamona, arroz, pecuária leiteira, gado de corte, ovinos, caprinos e olerícolas. Ela responde também por 48% do valor da produção de café e banana, considerados culturas permanentes; 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão, que são culturas temporárias.

A agricultura familiar constitui-se como a base da economia dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Estes correspondem a aproximadamente 90% do total de 5 570 municípios do país.

Questão agrária e poder político

Como vimos, podemos dizer que a estrutura de divisão da terra que leva à sua concentração em grandes proprietários remonta ao período colonial brasileiro. E esses latifundiários também marcam presença na política do país. Mas, afinal, como se organiza o poder político desses grupos na atualidade?

Diversos partidos políticos representaram e defenderam historicamente o poder dos grandes senhores de terra, como os antigos Partido Republicano Paulista (PRP) antes de 1930, a União Democrática Nacional (UDN) após 1946 e a Aliança Renovadora Nacional (Arena) após o golpe de 1964. No entanto, os interesses dos donos de terra sempre estiveram distribuídos em diferentes partidos.

Atualmente, observamos no Congresso Nacional representantes de vários partidos políticos que formam aquela que ficou conhecida como a **bancada ruralista**, com significativo poder em decisões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. De maneira geral, essa bancada faz referência à **Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)**.

Arquivo FPA



Solenidade de posse da diretoria da Frente Parlamentar da Agropecuária. Brasília (DF), 2023.

Em termos quantitativos, em 2022, foram eleitos para o Congresso Nacional 513 deputados federais e 81 senadores, que correspondem à composição total estabelecida legalmente para o Poder Legislativo Federal. Em 2024, desse total de parlamentares, 340 pertenciam oficialmente à bancada ruralista, sendo 290 deputados federais e 50 senadores. Os ruralistas correspondiam, então, a aproximadamente 57% do Congresso, em ambas as casas legislativas.

A FPA contou com diversas antecessoras, sendo uma das pioneiras de que se tem registro a Sociedade Rural Brasileira (SRB), fundada em 1919 por cafeicultores e pecuaristas paulistas, mas com repercussão na-

cional. Além de verbalizar as reivindicações e defender os interesses do setor junto ao Estado em relação aos investimentos e financiamentos públicos, suas principais pautas políticas, particularmente a partir da década de 1950, passavam por tentar impedir a sindicalização rural e a extensão da legislação trabalhista ao campo e lutar contra qualquer projeto de reforma agrária. Essas políticas eram criticadas com base no argumento de que desorganizariam a produção e a economia brasileira como um todo.

Como a reforma agrária era um projeto central anunciado pelo governo de João Goulart na sua defesa das reformas de base, a SRB esteve à frente das instituições da sociedade que apoiaram a deposição do presidente da República por ocasião do Golpe Civil Militar de 1964.

No período da Nova República, iniciada em 1985 após o fim da ditadura, outra organização importante de articulação dos interesses do setor agrário foi a União Democrática Ruralista (UDR). Ela foi fundada em meados daquele ano como reação às reformas anunciadas pelo governo de José Sarney, que incluía um Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Organizada por pecuaristas de Goiás, do Triângulo Mineiro e do Pontal do Paranapanema, em São Paulo, logo expandiu sua influência para todo o país, obtendo vitórias políticas significativas. A UDR praticamente inviabilizou a execução do PNRA, além de atuar na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) com a organização da Frente Ampla Ruralista, cujo objetivo era bloquear e atrasar medidas constitucionais que acelerassem propostas de reforma agrária.

Seus principais líderes procuravam se diferenciar dos latifundiários mais tradicionais, tentando passar uma nova imagem de juventude e “modernidade” que identificasse os grandes proprietários do campo. Na década de 1980, porém, líderes da UDR foram responsabilizados pelos assassinatos de lideranças dos trabalhadores rurais, além de advogados e padres. Como ressalta o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, eram membros dessa entidade os acusados pela morte do líder seringueiro Chico Mendes (1944-1988), assassinado em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri, no Acre. O grupo ficou enfraquecido no início da década de 1990, mas voltou a se destacar quando reagiu às ocupações de terra organizadas pelo MST em 1996.

A FPA se consolidou como sucessora direta da UDR e da Frente Ampla Ruralista. Sua existência informal como bancada ruralista deu lugar à Frente Parlamentar da Agricultura, fundada em 1995. Essa organização prosseguiu como Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária, criada em 2002, culminando na atual Frente Parlamentar da Agropecuária, em 2008, cujo objetivo principal é ampliar as políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio.

A consolidação dos altos lucros obtidos pela cadeia produtiva do agronegócio é também um dos objetivos da FPA, que tem acumulado diversas vitórias no Congresso Nacional. O fortalecimento do agronegócio, no entanto, tem uma relação direta com as iniciativas políticas da bancada ruralista de restrição às ações de movimentos sociais do campo e à demarcação de terras indígenas e quilombolas. Além disso, a bancada atua na tentativa de expansão da fronteira agrícola na Amazônia, nos ataques à legislação de proteção ambiental, em projetos de isenção fiscal para a produção agropecuária, no uso indiscriminado de agrotóxicos, na legislação sobre a produção, a comercialização e a industrialização de sementes transgênicas, entre tantas outras políticas que, fundamentalmente, retiraram da pauta o debate sobre reforma agrária no Brasil.

Conflitos no campo

O Brasil tem se destacado internacionalmente pela violência e pela quantidade de assassinatos de trabalhadores rurais, ocorridos em razão de conflitos de terra. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) apurou que o número de conflitos tem aumentado ano após ano no país. Em abril de 2024, um relatório divulgado pela CPT informou que, em 2023, houve a ocorrência de um número recorde de conflitos agrários, com um total de 2 203 casos. Anteriormente, o recorde havia sido em 2020, com 2 130 casos.

Quando nos referimos às ocorrências de violência no campo, estamos tratando de conflitos envolvendo a posse da terra, o uso da água, as condições de trabalho, entre outros. Segundo a CPT, as principais vítimas da violência rural são os povos indígenas, que somam quase um terço dos casos. Na sequência, destacam-se as ocorrências contra integrantes de movimentos pela luta por terra e os quilombolas.

Os homicídios são a expressão maior da violência desses conflitos. Considerando as últimas décadas, o número recorde de casos de assassinatos foi registrado em 2017, com 72 mortes. Dados mais recentes, de 2023, apontaram para uma redução, com a ocorrência de 31 assassinatos.

Citaremos alguns casos de grande repercussão. Em 1962, aconteceu o assassinato do líder paraibano João Pedro Teixeira (1918-1962), integrante da liga camponesa da cidade de Sapé (PB). Em janeiro de 1980, o líder indígena do povo kaingang, Ângelo Kretã (1942-1980), cacique da aldeia de Mangueirinha, no Paraná, foi morto em uma emboscada. Os suspeitos eram latifundiários da região e madeireiros interessados nas terras dos kaingang, ninguém foi julgado e punido. A trabalhadora rural e sindicalista Margarida Maria Alves (1933-1983) foi morta em 1983, em Alagoa Grande (PB). Seu assassinato inspirou a organização, a partir de 2000, da Marcha das Margaridas, manifestação de protesto e de reivindicação por direitos por parte de mulheres trabalhadoras rurais.

Mais de 100 mil mulheres fizeram o trajeto da Marcha das Margaridas em sua 7ª edição. Esplanada dos Ministérios, Brasília (DF), 2023.

Ton Molina/Fotoarena



Para ampliar

Assista

O veneno está na mesa, direção de Silvio Tandler (Caliban Produções Cinematográficas, 2011, 50 min). Documentário sobre o modelo do agronegócio, baseado na monocultura e no uso extensivo de agrotóxicos, em que se destaca de que forma os agrotóxicos afetam a saúde dos camponeses e a prática da agricultura tradicional.



A na Rosa Tandler/Caliban Produções Cinematográficas



Cabra marcado para morrer, direção de Eduardo Coutinho (Mapa Filmes e Nitrato Filmes, 1984, 119 min). Documentário cuja filmagem foi iniciada em 1964, logo interrompida com a Ditadura Civil-Militar, e encerrada em 1982, durante a redemocratização. Conta a história do líder camponês João Pedro Teixeira.

O episódio de maior repercussão internacional em relação aos casos de homicídios vinculados à luta pela terra foi o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes em 1988, em Xapuri. Em 1993, Diniz Bento da Silva, o “Teixeirinha”, líder do acampamento sem terra Campo Bonito, no Paraná, foi torturado e assassinado por policiais militares. Já em 2005, ocorreu o assassinato da missionária estadunidense Dorothy Stang, em Anapu, no estado do Pará.

Perfil

Chico Mendes

Francisco Alves Mendes Filho, conhecido como Chico Mendes, nasceu no Acre, em 15 de dezembro de 1944, e faleceu no final de 1988. Foi sindicalista, ambientalista e seringueiro. Ativista e militante da reforma agrária, mundialmente reconhecido, foi assassinado por defender a luta dos povos da floresta.

Chico Mendes, ambientalista, sindicalista e seringueiro brasileiro. Xapuri (AC), 1988.



Carlos Ruggi/Estadão Conteúdo/AE

Trabalho análogo à escravidão

Denúncias contra as práticas de **trabalho análogo à escravidão** têm marcado a história do campo no Brasil. Esse tipo de prática, que discutimos na abertura do capítulo, não significa a reprodução exata das formas de escravidão vigentes em nosso país durante os períodos colonial e imperial. Ela se refere a práticas degradantes e indignas nas relações de trabalho, em condições consideradas análogas às de escravo, com jornada de trabalho excessiva e exaustiva, e que descumprem as exigências mínimas previstas na legislação. Dentre essas exigências, destacam-se o pagamento de salários e a garantia de direitos, condições sanitárias e de alimentação adequadas, local de moradia e equipamentos de proteção individual do trabalhador.

Outra característica dessa modalidade que se tornou comum no meio rural é a configuração de um sistema de endividamento contínuo do trabalhador contratado, mediante o aluguel do local onde mora e dos instrumentos que utiliza no campo, da venda da alimentação e de outras mercadorias pelo próprio empregador, além do pagamento do seu deslocamento desde a sua região de origem. Sem o pagamento da dívida, esse trabalhador não pode deixar a fazenda em que trabalha, vigiada permanentemente por pessoas fortemente armadas, sob o risco de perder a sua vida.

Diversos casos de práticas de trabalho análogo à escravidão no Brasil foram denunciados à Organização Internacional do Trabalho pelas instituições ligadas à Igreja Católica, como a Comissão Pastoral da Terra. A repercussão mundial levou o governo federal a instaurar, em 1995,

o Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Escravo, que depois recebeu o nome de Grupo de Trabalho de Combate à Escravidão Contemporânea (GTCEC), reunindo a Polícia Federal, advogados vinculados à Defensoria Pública da União, membros do Ministério Público do Trabalho e outros órgãos.

Uma figura importante nas denúncias dessas práticas é Pureza Lopes Loyola, que morava em Bacabal, no Maranhão, uma das regiões de onde migravam diversos trabalhadores que acabavam submetidos a trabalhos forçados. Sua luta para encontrar o filho desaparecido foi reconhecida mundialmente, tendo recebido homenagens e prêmios internacionais de Direitos Humanos e contra o trabalho análogo à escravidão.

Em 2023, o grupo móvel do GTCEC resgatou 3190 trabalhadores que viviam em condições análogas à escravidão. Foi o maior número de resgates em comparação com os 14 anos anteriores. Os estados de maior ocorrência desse crime naquele ano foram Goiás, com 739 ocorrências; Minas Gerais, com 651 casos; e São Paulo, com 392. Os resgates ocorreram principalmente em fazendas de café.



Sarah Silbige/Reuters/Fotoarena

Pureza Lopes Loyola é premiada pelo secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken, no lançamento do Relatório sobre Tráfico de Pessoas. Washington, D.C., Estados Unidos, 2023.

Para ampliar

Assista

A lenda da terra dourada, direção de Stéphane Brasey (Artemis Films Productions, 2007, 54 min). Documentário que aborda as condições de vida de migrantes que chegam ao estado do Pará e são obrigados a trabalhar em condições análogas à escravidão. O filme enfoca também o trabalho do padre e advogado francês Henri Burin des Rozières, que vivia há décadas no Brasil atuando em conflitos de terra e em defesa dos trabalhadores.



Artemis Films Productions



Pureza, direção de Renato Barbieri (Gaya Filmes, Ligocki Entretenimento, Z Entretenimento e Downtown Filmes, 2022, 101 min). O filme retrata a saga de Pureza Lopes Loyola na busca pelo filho desaparecido em meio ao garimpo na Amazônia. Durante a procura, ela se depara com um sistema de aliciamento e cárcere de lavradores.

Novas formas de organização do campo no Brasil: a agroecologia e o Movimento dos Pequenos Agricultores

A questão socioambiental é uma pauta importante presente na organização dos trabalhadores rurais. Assim, ao mesmo tempo que os movimentos investem na produção de alimentos orgânicos, defende-se a agroecologia como contraponto social, político e econômico à lógica de grupos empresariais do agronegócio. Este, como vimos, é voltado principalmente para a produção em larga escala de grãos para a exportação, além da expansão da pecuária comprimindo as regiões de preservação de reservas indígenas e florestais na Amazônia e no Cerrado em especial.

Nesse processo, diversos grupos têm se agregado e fortalecido a luta pela terra. Uma dessas organizações é o **Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)**, que se apresenta como um movimento nacional autônomo, constituído por grupos de famílias camponesas. Como já estudamos, o MPA é filiado internacionalmente à Via Campesina, além da Confederação Latino-Americana de Organizações Camponesas (CLOC). Criado em 1996, diante da crise econômica e social que afetou a agricultura brasileira em razão das políticas neoliberais implementadas na década de 1990, tem como base a defesa da agroecologia. Seus espaços deliberativos são os congressos e encontros nacionais, que representam cerca de 100 mil famílias camponesas.

O MPA defende mudanças na política agrícola e um novo modelo de desenvolvimento no campo, chamado de Plano Camponês, que tem cinco eixos programáticos:

Campesinato e história: afirmação dos camponeses e dos povos originários e tradicionais como a base do desenvolvimento do campo.

Soberania: biodiversidade, hídrica, mineral, energética, alimentar e territorial.

Terra e Território: reforma agrária, ocupação popular do território e projeto demográfico, cultura, educação, saúde e comunicação.

Nova base produtiva: agroecologia camponesa e abastecimento popular, cooperação, agroindústria e nova ciência e tecnologia.

Nova geração camponesa e feminismo camponês e popular: a construção de uma nova geração camponesa com base no acesso à terra e ao território, agroecologia camponesa e abastecimento popular, bem como pelo desenvolvimento de novas relações sociais que superem o capitalismo e o patriarcado.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA). *Plano Camponês*. [S. l.]: MPA, c2024. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/plano-campones/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

Mas o que é a **agroecologia**? Apesar de o termo ter a sua origem na década de 1930, somente entre os anos 1960 e 1980 que o conceito passou a ser utilizado como referência para práticas agrícolas que consideram aspectos sociais, ambientais, culturais e éticos na utilização da natureza visando à produção de alimentos. Com base no princípio de desenvolvimento sustentável, diferencia-se das práticas de agricultura de monocultura, em razão do prejuízo ambiental e social que esta provoca à biodiversidade no planeta.



Cultivo de hortaliças variadas em sítio agroecológico. Tijucas (SC), 2020.

O Movimento de Pequenos Agricultores, ao priorizar a agroecologia como base para a sua política de organização, coloca-se numa perspectiva de construção de alternativas ao modelo de grandes propriedades com produção de monocultura para exportação realizado há séculos no país.

A agroecologia pressupõe uma perspectiva ecológica e orgânica, portanto sem o uso de aditivos químicos, como fertilizantes e agrotóxicos. De acordo com os seus defensores, tem a capacidade de produzir até 10% a mais do que o agronegócio, agregando conhecimentos científicos a conhecimentos tradicionais. A opção pela agroecologia pode ser determinante no combate à emissão de gases de efeito estufa, preservando a biodiversidade, os mananciais hídricos e os solos, assim como beneficiando a saúde da população.

Outra característica importante da agroecologia é a perspectiva da **segurança alimentar**. No Brasil, as pequenas propriedades são responsáveis pela produção de 70% dos alimentos. Nesse sentido, políticas públicas voltadas para a segurança alimentar da população significam a priorização do financiamento da agricultura familiar para o combate à fome, garantindo-se alimentos saudáveis, livres de toxinas e a um preço acessível para a população.

A Sociologia e a questão da terra no Brasil

Na Sociologia, pesquisas sobre a temática do campo fazem parte da chamada **Sociologia Rural**.

Em termos gerais, a Sociologia Rural é o estudo da organização social do camponês (termo que significa “pessoa do campo”, derivado do latim *campus*), sujeito que se diferencia do “homem da cidade” em razão do seu contexto social e histórico específico; das sociedades rurais em geral; ou, ainda, dos modos de vida da população do campo, apontando distinções entre as características da vida no meio rural em comparação com a vida no meio urbano.

Nesses estudos, destacam-se as mudanças sociais provocadas pela penetração do modo de produção capitalista no campo, com as suas opções pela monocultura e pelo latifúndio, ou pela modernização tecnológica e pela mecanização das lavouras, assim como a implantação de empresas multinacionais e do agronegócio e o papel assumido pelo Estado nesse processo. Em linhas gerais, foram esses os temas que estudamos neste capítulo, com mais ênfase a uma ou outra característica desses processos.

Conhecemos um pouco mais o modelo de concentração de terras implantado historicamente em nosso país pelas classes sociais dominantes que, mesmo sob o ponto de vista do desenvolvimento capitalista, resultou em um projeto politicamente conservador. A realização incompleta de uma reforma agrária no Brasil aponta para a permanência política e econômica de um modelo capitalista dependente e subalterno em relação aos interesses internacionais.

Entre as consequências desse modelo econômico no campo, podemos citar não só a manutenção da condição de pobreza entre os camponeses brasileiros, como também as migrações contínuas do campo para as periferias das cidades. Isso leva ao “inchaço” das regiões metropolitanas, com a multiplicação de favelas, a ocupação desordenada do espaço urbano e o aumento da violência.

A ausência de políticas públicas adequadas contribui para o agravamento da questão social brasileira, em que a situação do uso e da distribuição da terra é um elemento importante dessa problemática e que precisa constar nos debates sobre o presente e o futuro do nosso país. Outra consequência direta desse modelo se relaciona com o alto custo dos alimentos no Brasil, na medida em que a opção prioritária dos grandes produtores rurais é produzir para o mercado externo, o que gera altas taxas de lucro. Essa produção envolve tanto a monocultura na produção de grãos, em especial a soja, quanto a criação de gado.

Destaca-se também, o processo de organização dos trabalhadores do campo e famílias rurais na luta contra um modelo altamente concentrador e excludente, com mobilizações como o MST e o MPA. São movimentos sociais rurais que se articulam com as lutas urbanas e cujas ações atravessam as disputas políticas que se desenvolvem no país.

A questão da terra, portanto, é uma temática de grande relevância para o Brasil e que explica até mesmo o processo cada vez maior de urbanização no país.



- Indique no caderno qual das alternativas abaixo descreve corretamente o conceito de “função social da terra”, conforme previsto na Constituição de 1988.
 - A terra deve ser utilizada apenas para fins de agricultura familiar.
 - A terra deve ser utilizada de forma a gerar o máximo lucro possível para o proprietário.
 - A terra deve ser utilizada de forma racional e adequada, respeitando o meio ambiente e as leis trabalhistas e promovendo o bem-estar dos proprietários e trabalhadores.
 - A terra deve ser dividida igualmente entre todos os cidadãos brasileiros.
- Analise os dados a seguir sobre violência no campo no Brasil em 2023.

Assassinatos na Região Amacro – 2023

Dos **31 assassinatos**, 8 foram na região, sendo 5 causados por grileiros.

Entre as **9 vítimas** da categoria “Sem Terra”, 5 delas são dessa região.

Região Amacro

Também chamada de Zona de Desenvolvimento Sustentável (ZDS) Abunã-Madeira, a região abrange 32 municípios do Amazonas, Acre e Rondônia.

Prometida como “modelo” de desenvolvimento com foco na sociobiodiversidade, tornou-se epicentro de grilagem para exploração madeireira e criação de gado, com altas taxas de desmatamento, queimadas e conflitos.



Fábio Nienow

Categoria que mais sofreu com assassinatos em 2023

Índigenas - 14 vítimas

45,17%

Sem Terra - 9 vítimas

29,03%

Posseiros - 4 vítimas

12,90

Quilombolas - 3 vítimas

9,68%



Fonte: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no campo Brasil 2023*. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 2024. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downloads?task=download.send&id=14308:conflitos-no-campo-brasil-2023&catid=41>. Acesso em: 10 set. 2024.

- Considerando os dados do relatório produzido pela Comissão Pastoral da Terra, quem foram as principais vítimas dos conflitos violentos no campo em 2023?
 - Por que você acredita que essas pessoas foram assassinadas? Quem seriam as pessoas envolvidas nesses assassinatos, considerando as informações sobre a região onde a maioria deles aconteceu?
- A concentração de terras no Brasil é um problema histórico que tem profundas implicações sociais e econômicas. Explique como essa concentração se originou e quais são seus principais impactos na sociedade brasileira atual.
 - Leia o trecho da reportagem a seguir.

Brasil é o segundo país que mais mata ambientalistas

Em 2023, pelo menos 196 ativistas foram assassinadas em todo o globo por defenderem o direito à terra e ao meio ambiente saudável. A Colômbia foi o país que registrou mais violência do tipo, com 79 mortes; e o Brasil aparece na sequência, com 25. O levantamento divulgado nesta terça-feira (10/09) é da ONG Global Witness, sediada no Reino Unido.

PONTES, N. Brasil é o segundo país que mais mata ambientalistas. *DW*, [s. l.], 10 set. 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/brasil-%C3%A9-o-segundo-pa%C3%ADs-do-mundo-que-mais-mata-ambientalistas/a-70175944>. Acesso em: 10 set. 2024.

Considerando as informações da reportagem e os dados apresentados na questão anterior, elabore uma redação sobre os conflitos no campo e a questão ambiental no Brasil. Procure articular os dados e as informações com o que você estudou no capítulo. Não se esqueça de refletir sobre formas de combater o problema.



- O MST desempenha um papel importante na luta pela reforma agrária no Brasil. No entanto, sua estratégia de ocupação de terras improdutivas é frequentemente questionada pelos meios de comunicação, assim como por grupos políticos e por parte da população brasileira em geral. Avalie as estratégias utilizadas pelo movimento para alcançar seus objetivos e expresse sua posição sobre o assunto.
- A agroecologia é apresentada como uma alternativa ao modelo de agrogênero predominante no Brasil. Produza um quadro comparativo desses dois modelos, destacando seus principais pontos positivos e negativos em relação à produção de alimentos, ao meio ambiente e à sociedade.



Violência e desigualdades sociais

PM faz operações na Zona Norte do Rio para coibir disputa de território por criminosos rivais

[...]

A Polícia Militar realiza uma operação no Morro do Juramento, em Vicente de Carvalho, na Zona Norte do Rio, na manhã desta sexta-feira (7) [de junho de 2024]. A PM diz tratar-se de uma “ação emergencial” para evitar a movimentação de criminosos rivais envolvidos em confrontos na comunidade.

[...]

No Morro da Congonha, em Madureira, dois suspeitos morreram. Segundo a PM, os agentes foram chamados à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Rocha Miranda onde os homens deram entrada. As investigações indicam que eles tinham envolvimento com quadrilhas que atuam na região.

Os confrontos também acontecem no Cajueiro, em Madureira, e no Fubá, em Campinho. Moradores afirmam terem escutado barulho de tiros e de granadas.

“Muito tiro desde 5h30. Em Vaz Lobo, Campinho, tudo é perto. E agora, às 10h, passaram helicópteros perto, teve bastante tiro, rajadas de tiros. Não consegui sair, precisava sair hoje. E muita gente não conseguiu sair para trabalhar porque a [Avenida] Edgard Romero também está engarrafada e esse conflito acontece desde cedo”, afirmou uma moradora.

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, três unidades escolares tiveram o funcionamento impactado pelos tiroteios em Vicente de Carvalho.

CASTRO, N. PM faz operações na Zona Norte do Rio para coibir disputa de território por criminosos rivais. *GI*, 7 jun. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/06/07/pm-faz-operacao-no-morro-do-juramento-para-coibir-disputa-de-territorio-por-criminosos-rivais.ghtml>. Acesso em: 21 ago. 2024

Carlos Santtos/Fotoarena



Operação policial na comunidade Cidade de Deus. Rio de Janeiro (RJ), 2024.

Tentativas da Polícia Civil ou Militar de impedir conflitos e atos criminosos muitas vezes ampliam a violência para quem vive em comunidades periféricas, em qualquer cidade do Brasil. A forma como ocorrem essas operações podem transmitir a ideia de que todos os seus moradores podem estar envolvidos com o tráfico de drogas, por exemplo. Isto é, as operações se baseiam em um estigma e acabam por reforçá-lo ao sugerir que os moradores das favelas, em sua grande maioria pessoas negras e pobres, devam ser criminalizados, uma vez que, na concepção das forças de segurança, é ali que se encontram todos os males da violência.

Em reportagem de 2003 da revista *Caros Amigos* sobre o crime organizado, três promotores de justiça afirmaram que não há organização criminosa que sobreviva sem a participação do Estado. Eles revelaram que o PCC (Primeiro Comando da Capital – organização criminosa que atua principalmente no estado de São Paulo) era constituído por líderes que, algum tempo antes, não eram considerados criminosos perigosos. Entretanto, a partir da inserção desses indivíduos em um sistema carcerário administrado pelo Estado, com torturas e maus-tratos, eles teriam sido levados ao mundo do crime organizado.

Muitas vezes, no senso comum, não percebemos que a violência e a criminalidade urbanas têm diversas origens. Estudaremos algumas causas e consequências desse fenômeno neste capítulo.

Questionamentos

1. Por que você acha que as pessoas que vivem em comunidades periféricas são tratadas como se fizessem parte do mundo do crime?
2. Você acredita que a violência e as desigualdades sociais estão relacionadas? Justifique sua resposta.



A violência no cotidiano brasileiro

No Brasil, a quantidade de linchamentos vem crescendo. Cada vez mais surgem notícias sobre um grupo ou uma multidão que decidiu “fazer justiça” com as próprias mãos, em que há a execução de uma pessoa acusada de ter praticado algum tipo de crime. Um caso de grande repercussão ocorreu em maio de 2014, com a execução de uma dona de casa na periferia de Guarujá (SP), tendo como base uma acusação falsa espalhada pela internet. Ela foi espancada e morta por dezenas de moradores que acreditaram em um boato.

Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro



Os linchamentos são uma forma de violência coletiva, praticada por pessoas comuns com o objetivo de fazer justiça prescindindo do Estado. A gravura de Angelo Agostini, de 1888, retrata que essa é uma prática antiga presente na sociedade brasileira.

Angelo Agostini. O bárbaro assassinato do Delegado de Polícia da Penha do Rio do Peixe (S. Paulo). *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, n. 485, p. 8, 18 fev. 1888.

O debate sobre a redução da maioria penal para 16 anos de idade também tem ganhado força. Devido ao fato de muitos adolescentes menores de 18 anos se envolverem com a criminalidade, existem diversas propostas para diminuir a idade a partir da qual um jovem pode ser preso e responder por um crime como adulto. No entanto, devemos estudar o fenômeno da **violência urbana** para que possamos ter um conhecimento mais preciso sobre as razões econômicas e sociais que levam certos indivíduos à prática de crimes e da violência.

A violência urbana, que é aquela que se configura pelo descumprimento de leis e regras no que se refere à vida e ao patrimônio público no contexto das cidades, pode ser compreendida como um fenômeno social relacionado à falta de acesso a condições de vida dignas de uma parcela da população. Está relacionada, portanto, à desigualdade social decorrente de um modelo econômico que impede parcelas significativas de pessoas de terem outras possibilidades de existência, longe da violência.

Falando nisso...

A guerra nas sociedades ameríndias

O fenômeno da violência, como uma questão historicamente presente em todas as sociedades humanas, é um dos objetos de estudos entre antropólogos e sociólogos. Uma obra importante sobre essa temática é *Arqueologia da violência*, escrita pelo antropólogo francês Pierre Clastres (1934-1977), publicada originalmente em 1977. Pesquisando sociedades ameríndias, Clastres procurou mostrar que elas poderiam ser entendidas como “sociedades-para-a-guerra”, em que grupos diferentes entre si podem ser vistos como inimigos, podendo ser negados e, consequentemente, destruídos ou submetidos pelos rivais, como uma afirmação da identidade.

Segundo Clastres, além da possibilidade da guerra, existia uma estrutura de alianças entre sociedades diferentes. A violência não deveria ser entendida como uma negação das relações sociais, como interpretavam outros antropólogos, mas como um elemento fundamental para a preservação e a conservação da autonomia desses grupos locais e das relações sociais vigentes.



Biblioteca Nacional da Espanha, Madrid

José Honorato Lozano. *Igorrote de Mayoyao*, 1847. Aquarela, 30 cm x 21,7 cm.

Violência nas escolas

O termo “violência” tem origem no latim *violentia*, que quer dizer “impetuosidade”, “veemência”, derivando da raiz *vis*, que significa “força”, “vigor”. Em dicionários encontramos, entre outras definições atuais para o termo, a ideia de constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém. A diferença entre a raiz latina e sua definição moderna é que a violência também pode ser entendida como psicológica.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) propõe a seguinte definição:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

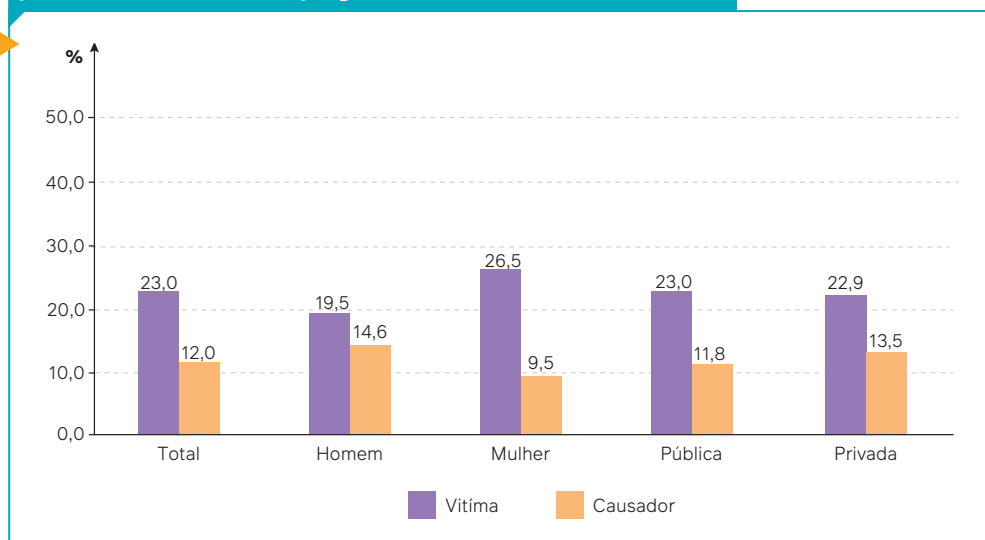
KRUG, E. G. et al. (ed). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002. p. 5.

A OMS amplia a definição de violência, que abarca a prática de atentar contra a própria vida e as situações que envolvem relações de poder, como as ameaças e as intimidações. Nesse sentido, o *bullying* (*bully* = “valentão”, “brigão”) pode ser tomado como um exemplo de violência que ocorre com certa frequência nas escolas. São formas agressivas e repetitivas de intimidação e discriminação praticadas contra determinados estudantes, por parte de um grupo ou até mesmo de um professor.

Dados de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelaram que as escolas brasileiras apresentam um ambiente interno no qual a propensão ao *bullying* ultrapassa em duas vezes os índices encontrados nas escolas de outros 48 países.

Percentual de estudantes de 13 a 17 anos que assumem praticar ou sofrer *bullying* na escola no Brasil – 2019

A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, realizada pelo IBGE em 2019, indica que a prática do *bullying* envolve entre 12% e 23% dos estudantes brasileiros. Entre os agressores, a maioria dos estudantes é do sexo masculino; já as estudantes do sexo feminino são a maioria entre as vítimas.



Fonte: IBGE. *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – 2019*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. p. 41.

Outra modalidade desse tipo de violência que tem crescido a cada ano é o *cyberbullying*. Esse tipo de violência utiliza o espaço do mundo virtual para intimidar, insultar, difamar, discriminar ou hostilizar alguma pessoa, que pode ser um colega de escola, professor, vizinho ou mesmo alguém desconhecido.

O *bullying* e o *cyberbullying* foram inseridos como crimes no Código Penal brasileiro em 2024 dada sua recorrência no cotidiano, sobretudo dos jovens.

Violência, um problema mundial

A violência pode ser definida como um problema mundial. De acordo com o *Estudo Global sobre Homicídios 2023*, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, na sigla em inglês), ocorreram cerca de 440 mil casos de homicídio no mundo entre 2019 e 2021. Esse número representa uma quantidade duas vezes maior que a de vítimas de conflitos armados somadas às mortes relacionadas a ações do terrorismo internacional em 2021. A média global foi de 52 vítimas de homicídios por hora. A América Latina é considerada a região mais violenta no mundo, conforme esse levantamento.



Mas como podemos definir o que é um **homicídio**? Consideramos, aqui, os parâmetros estabelecidos internacionalmente, que servem como base para as diversas estatísticas em termos de comparação com os dados, muitas vezes apurados segundo metodologias diferentes de análise. Portanto, de acordo com esse entendimento,

O homicídio se define [...] como a morte de uma pessoa causada por uma agressão intencional de outra(s). Nesse sentido, excluem-se os homicídios não intencionais, os acidentais e as tentativas de homicídio.

[...] Além disso, são consideradas as mortes por agressão cometidas por agentes públicos no exercício de seu dever profissional, mesmo quando sejam legais, bem como as mortes acontecidas no exercício da legítima defesa por parte de qualquer pessoa.

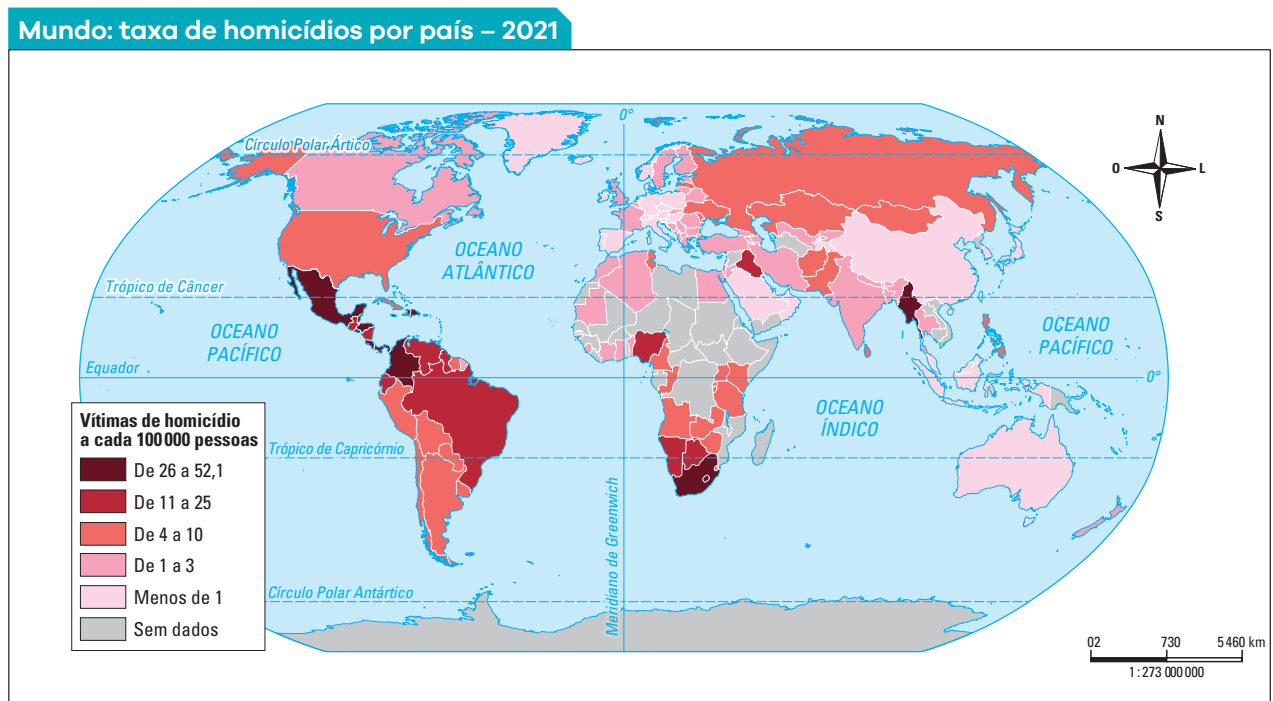
Em consequência, essa definição de homicídio não está limitada pela tipificação legal, que varia de país para país e inclui com frequência diversos tipos penais, mas por um conceito geral que não depende da legalidade ou ilegalidade dos fatos. [...]

PROTOCOLO de Bogotá sobre a qualidade dos dados de homicídio na América Latina e o Caribe. Bogotá: Homicídios en América Latina y el Caribe, 2015. p. 4. Disponível em: https://homicidiolatam.org/wp-content/uploads/2018/01/ProtocoloBogota_por.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

Os dados mundiais relativos à violência apontam que, em números absolutos, o Brasil é recordista em homicídios. Foram 46 409 ocorrências apuradas em 2022, de acordo com o *Atlas da Violência 2024*.

Na listagem sistematizada pelo UNODC, aparecem na sequência: em segundo lugar, a Nigéria, com 44 200 (dados de 2019); em terceiro, Índia, com 41 330; quarto, México, com 35 700; quinto, África do Sul, com 24 865; sexto, Estados Unidos, com 22 941; sétimo, Myanmar, com 15 299; oitavo, Colômbia, com 14 159; nono, Rússia, com 9 866; décimo, Paquistão, com um total de 9 207. Com exceção da Nigéria, todos os demais países citados apresentaram dados apurados em 2021.

Como a taxa utilizada mundialmente para mensurar a violência extrema é calculada em relação a um número de 100 mil habitantes, a classificação exposta anteriormente se modifica ao se levar em conta a população de cada país. O continente americano, o mais violento do mundo, tem taxa de homicídio de 15 por 100 mil habitantes. Observe o mapa, que classifica os países por número de homicídios a cada 100 mil habitantes.



Fonte: UNODC. *Global study on homicide 2023*. Viena: UNODC, 2023. p. 14-15. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/2023/Global_study_on_homicide_2023_web.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

De acordo com o UNODC, considerando as estatísticas globais, a quantidade de homicídios se deve a fatores como pobreza, desigualdade, crime organizado e violência de gênero contra mulheres. Em 2021, o número elevado de homicídios esteve relacionado às consequências econômicas trazidas pela pandemia de covid-19, que aumentou a quantidade de mortes ligadas ao crime organizado e à violência de gangues. Estas foram responsáveis por metade dos homicídios ocorridos no continente americano.

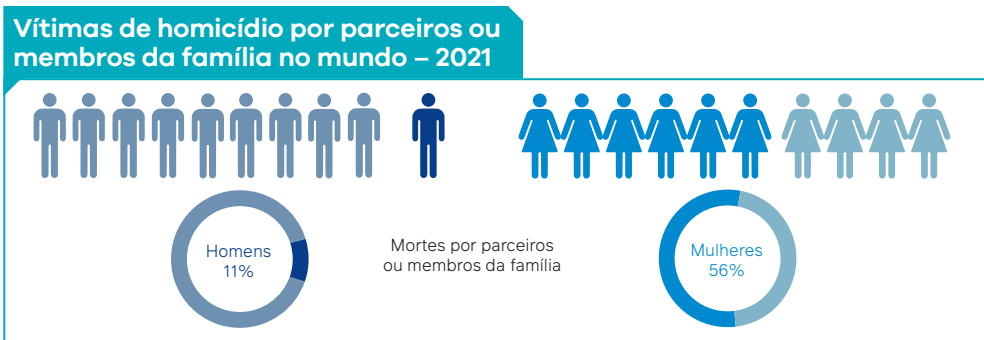
Em todo o planeta, 40% dos crimes foram causados pelo uso de armas de fogo.

Afinal, quem são as vítimas desse tipo de violência? Qual é o perfil das pessoas que perdem a vida em razão dos crimes de homicídio? De acordo com os dados apurados pelo relatório do UNODC, 81% das vítimas são indivíduos do sexo masculino. As vítimas mulheres corresponderem a 19% do total, sendo 56% dos homicídios contra elas praticados no ambiente doméstico e 66% deles efetuados por um parceiro íntimo ou membro da família.

Fonte: UNODC. *Global study on homicide 2023*. Viena: UNODC, 2023. p. 22. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/2023/Global_study_on_homicide_2023_web.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.



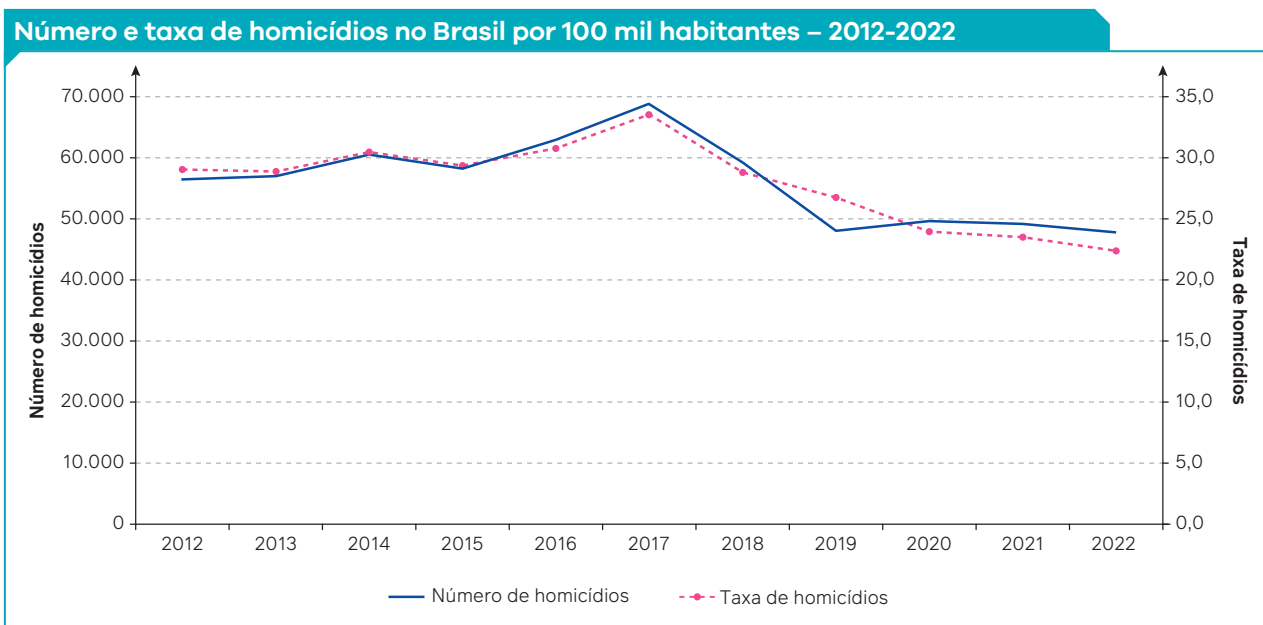
Fonte: UNODC. *Global study on homicide 2023*. Viena: UNODC, 2023. p. 22. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/2023/Global_study_on_homicide_2023_web.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.



Os dados apontam também que as crianças correspondem a 15% das vítimas, ou 71 600 indivíduos, em números absolutos. Já 9% representam assassinatos de líderes comunitários, ambientalistas, defensores de direitos humanos, jornalistas e trabalhadores em missões humanitárias.

No Brasil, também encontramos homicídios relacionados à defesa do meio ambiente, à luta pela terra e ao preconceito contra a população LGBTQIAPN+. A ONU avalia que, apesar da queda relativa na taxa de homicídios, a violência entre as facções ligadas ao tráfico de drogas contribuiu para a persistência do número elevado de ocorrências, em especial nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Sobre a quantidade e as taxas de homicídios ocorridos no Brasil em um período de dez anos, observe os dados organizados pelo *Atlas da Violência 2023*. A sistematização dos dados é realizada desde 2016 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão governamental vinculado ao Ministério do Planejamento e Orçamento, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), organização não governamental fundada em 2006.



Fonte: CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (coord.). *Atlas da violência 2024*. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. p. 8.

Os estudos sociológicos sobre violência

Os dados apresentados destacam a importância dos estudos sobre a violência presentes em centros de pesquisa de diversas universidades brasileiras, como o Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU), criado em 1999 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pelo sociólogo e professor Michel Misse (1951-). Em 2002, foi criado, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o Laboratório de Análises da Violência, que conta com a participação, entre outros, dos sociólogos Ignacio Cano e João Trajano Sento-Sé. O centro de estudos mais antigo sobre o tema, porém, é o Núcleo de Estudos da Violência (NEV), da Universidade de São Paulo (USP), criado em 1987, ao qual pertencem sociólogos como Paulo Sérgio Pinheiro (1944-), Sérgio Adorno (1952-) e Nancy Cardia.

Podemos dizer que os estudos sociológicos sobre a violência estão relacionados à própria constituição da Sociologia como ciência. O crime e a punição fizeram parte dos estudos desenvolvidos por Émile Durkheim. Ele entendia que o crime tinha um papel importante para a manutenção da ordem e da coesão social, pois a consequente punição da sociedade ao desafio dos valores e das normas estabelecidas contribuiria para reforçar a solidariedade e os valores coletivos, entendidos pelo autor como invioláveis.

O papel do Estado como detentor do monopólio legítimo da força foi uma das questões debatidas por Max Weber (1864-1920). Já Karl Marx (1818-1883) pode ser citado aqui por sua percepção e sua descrição da violência presente nas lutas de classes existentes em diferentes sociedades no decorrer da história.

Sociólogos contemporâneos, além dos brasileiros citados, também se dedicaram ao estudo da violência, tornando-se referências sobre o tema. Um exemplo relevante foi o francês Pierre Bourdieu (1930-2002).

Bourdieu elaborou o conceito de **violência simbólica** para definir uma forma de violência que é aparentemente consentida pela vítima, que não se percebe como tal. A violência simbólica diz respeito a relações de dominação que são percebidas como “naturais” e “inevitáveis”. Para Bourdieu, a violência simbólica é um mecanismo que se reproduz socialmente e legitima a dominação de uma classe sobre outra.

Um exemplo clássico estudado por Bourdieu, em parceria com outro sociólogo francês, Jean-Claude Passeron (1930-), é o sistema de ensino. Por meio deste e do processo formal de educação, é inculcada nos estudantes uma determinada forma de pensar e de se ver o mundo, que é exatamente a visão de mundo da classe dominante, com seus valores, ideias, enfim, sua cultura. Tal mecanismo arbitrário é essencial para se entender a manutenção das estruturas de poder e do pensamento conservador em determinada sociedade. Um dos sociólogos contemporâneos mais importantes que desenvolve estudos nessa área é um ex-aluno de Bourdieu, Loïc Wacquant (1960-).

A Sociologia pode contribuir para o entendimento dos mecanismos que produzem e reproduzem a violência em nossas sociedades, em todas as suas modalidades:

- As representadas pelas diversas formas de violência simbólica.
- As motivadas por disputas políticas de qualquer tipo.
- Sob a forma da criminalidade urbana.
- Na luta pela terra, tanto no Brasil quanto em outros países.
- Como uma forma de opressão.
- Nas diversas formas de submissão da mulher diante dos homens.
- Como discriminação, sob a forma do racismo.
- Na intimidação e nos maus-tratos contra idosos e crianças.

Cada uma dessas formas de violência é abordada em capítulos específicos deste livro. Neste capítulo, nos deteremos principalmente na análise sociológica da violência urbana.

Violência e desigualdades sociais

A escassez de empregos formais e a falta de acesso à educação são alguns dos motivos que levam à exclusão social.

Uma das principais questões do novo milênio entre os países considerados em desenvolvimento, como o Brasil, é a questão da desigualdade social. Assim como outras sociedades estratificadas, o capitalismo, é essencialmente excludente desde sua consolidação como organização social e econômica, no século XIX. Assim, a desigualdade e a exclusão social não são fenômenos novos. Pelo contrário, elas são inerentes ao processo de concentração de capital.



Lucas Lacaz/Ruíz/Fotorena

Homem pedindo emprego e doações em avenida movimentada. São José dos Campos (SP), 2022.

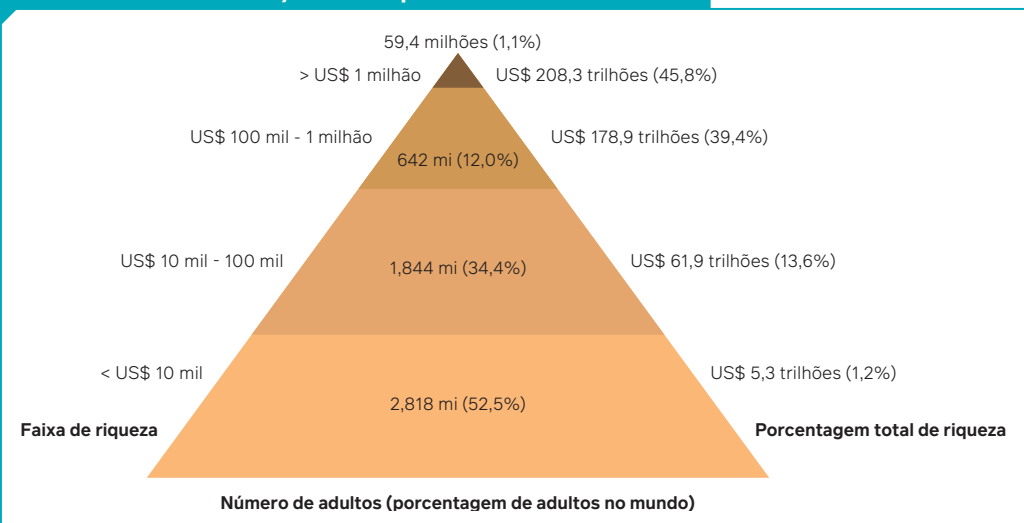
Por que então se fala tanto, nas últimas décadas, em **exclusão social**, se essa não é uma questão recente na história da nossa sociedade? A “novidade” é motivada pelo fato, como afirma a historiadora brasileira Virginia Fontes, de que a nova forma de organização da produção capitalista produz **seres descartáveis** em todas as áreas da vida social. São trabalhadores com pouca qualificação profissional condenados aos trabalhos informais, são mulheres discriminadas, jovens impossibilitados de ter educação básica e um primeiro emprego, trabalhadores rurais sem-terra que não têm direito de plantar em terras improdutivas, entre outros.

No século XXI, com o aumento do desemprego estrutural e das consequentes informalização e uberização da mão de obra em todo o mundo, a desigualdade social e os índices de concentração de renda se aceleraram cada vez mais. Dados apurados por instituições financeiras e laboratórios de pesquisa econômica de grandes centros universitários revelaram que, entre 1995 e 2021, a população 1% mais rica do mundo era responsável pelo controle de 38% de toda a riqueza produzida nesse período, ao passo que os 50% da população mais pobre ficou com apenas 2%.

Esses dados são distintos se comparados regionalmente: enquanto na América Latina uma elite de 10% da população controla 77% da riqueza, os 50% mais pobres dividem apenas 1% dela. No sentido oposto, a desigualdade e a concentração de renda são relativamente menores na Europa: a parte mais rica (10% da população) fica com 58% da riqueza total, enquanto os 50% mais pobres somam 4%.

A pirâmide que vemos adiante, elaborada anualmente pela instituição financeira Credit Suisse, que compõe o *Relatório da Riqueza Global 2023*, ajuda a compreender esse quadro de concentração de renda, levando-se em conta a população mundial.

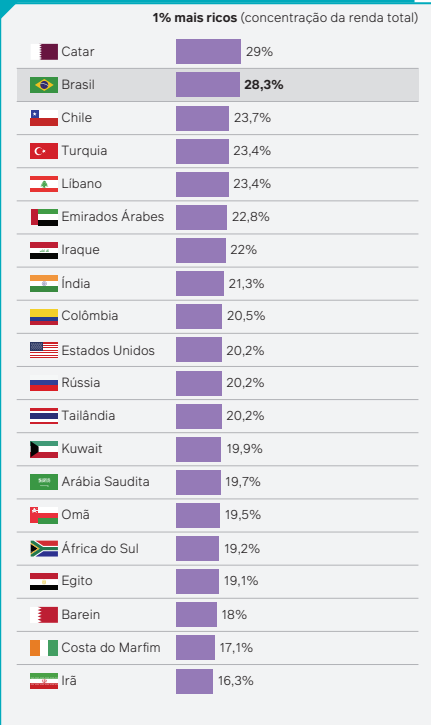
Pirâmide de distribuição da riqueza no mundo – 2022



TDF Studio

Fonte: CREDIT SUISSE AG. *Global wealth report 2023*. Zurich: UBS, 2024. p. 24.

Ranking mundial de concentração de renda – 2019



PNUD BRASIL. *Relatório do desenvolvimento humano 2019*. Brasília, DF: PNUD, 2019. In: BRASIL tem 2ª maior concentração de renda do mundo, diz relatório da ONU. *G1*, São Paulo, 9 dez. 2019.

Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/09/brasil-tem-segunda-maior-concentracao-de-renda-do-mundo-diz-relatorio-da-onu.ghtml>. Acesso em: 21 ago. 2024.

Retomando os dados do *Relatório da Riqueza Global 2023*, houve um crescimento mundial da quantidade de milionários durante a crise provocada pela pandemia de covid-19. Apesar do aumento do desemprego durante a pandemia, a crise não afetou as classes mais abastadas, com destaque para o Brasil, que foi recordista no aumento do número de novos milionários.

É importante reforçar que a classe trabalhadora não tem meios e perspectivas de estar entre os milionários mencionados nos relatórios. Um aspecto identificador da extrema desigualdade social que atinge os trabalhadores é a política econômica dominante. A partir do ideário neoliberal do chamado “Estado mínimo”, a população perde o acesso aos serviços públicos básicos, como saúde, educação, habitação e infraestrutura urbana. Para o neoliberalismo, o Estado deve ter menos ações em relação à sociedade para que o mercado se regule sozinho e a economia equilibre as desigualdades entre ricos e pobres.

Com a diminuição dos gastos sociais a cada ano, implementado por governos neoliberais, a situação das pessoas mais pobres torna-se cada vez mais precária. A desigualdade social, que atinge milhões de pessoas no Brasil, ocasiona a falta de acesso à cidadania. São indivíduos que não têm direitos sociais, civis e políticos, garantidos originalmente pela Constituição brasileira.

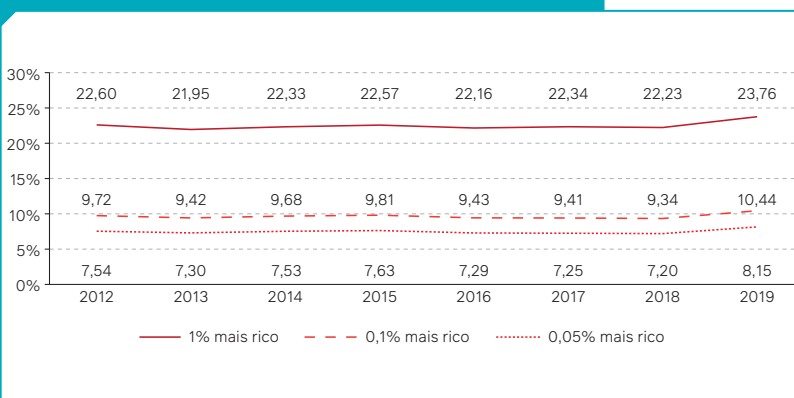
De acordo com as análises do sociólogo Pierre Bourdieu, o mundo globalizado não produz riqueza para todos. No caso da classe trabalhadora, esse modelo estabelece uma estrutura de precariedade, o trabalho se torna escasso e desejável a qualquer preço e aqueles que têm trabalho fazem qualquer coisa para mantê-lo.

No Brasil, muitas pesquisas socioeconômicas demonstram que, durante a década de 1990, antes da aceleração da precarização estrutural do trabalho, cerca de 60% da População Economicamente Ativa (PEA) estava fora do mercado formal de trabalho. Em nosso país, a distribuição desigual de renda e de riqueza é histórica.

Dados apurados pela Organização das Nações Unidas em 2019 apontavam o Brasil como o segundo país com mais concentração de renda no mundo, conforme o gráfico “Ranking mundial de concentração de renda (2019)”.

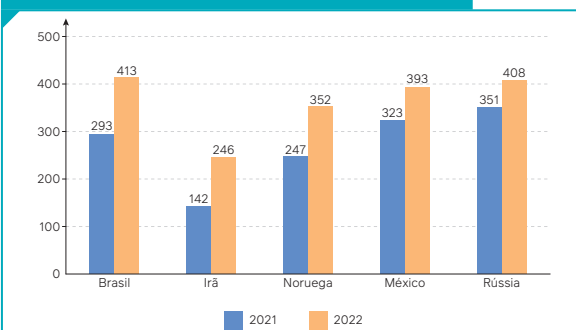
Utilizando como metodologia um estudo detalhado junto à Receita Federal com base em dados tributários divulgados por esse órgão em julho de 2021, dois economistas brasileiros, Tatiana Breviglieri e André Correa, demonstraram, por meio de cálculos matemáticos, que a parte 1% mais rica da população brasileira acumulou, em 2019, 23,76% da renda nacional – percentual que cresceu quando comparado aos dados de 2012.

Participação dos mais ricos na concentração da renda nacional no Brasil – 2012-2019



Fonte: BREVIGLIERI, T. F.; CORREA, A. L. A concentração da renda entre os ricos no Brasil, 2012-2019. *Nova Economia*, v. 33, n. 2, 2023, p. 457.

Número de milionários no mundo em milhares – 2021-2022



Fonte: CREDIT SUISSE AG. *Global wealth report 2023*. Leading perspectives to navigate the future. Zurique: UBS, 2023. p. 29. Disponível em: <https://www.ubs.com/global/en/family-office-uhnw/reports/global-wealth-report-2023.html>. Acesso em: 21 ago. 2024.

Essa situação leva à competição generalizada, à luta de todos contra todos, destruindo-se aos poucos os valores de solidariedade humana. A precariedade afeta homens e mulheres, tornando o futuro incerto, impedindo a crença em algo melhor, ou podendo gerar uma atitude de resignação, de que tudo “é assim mesmo e não tem mais jeito”.

Segundo o geógrafo brasileiro Milton Santos (1926-2001), a competitividade atual tem “a guerra como norma”. As pessoas precisam se submeter e vencer o outro, a todo custo. Isso se reflete no individualismo da vida econômica, da ordem política, na vida social e cotidiana, ou seja, nos comportamentos que significam o desrespeito às pessoas e que se tornam a base e a justificativa de grande parte das relações sociais atuais.

Violência e ausência de cidadania

Toda forma de violência deve ser repudiada. Alguns aspectos da violência na sociedade estão relacionados com o sistema capitalista e o modelo neoliberal, por exemplo, que levam à ausência de acesso à cidadania. A violência em si significa cometer danos a uma pessoa pelo uso da força, como matar, ferir, prender, roubar, humilhar, discriminar, explorar trabalho alheio, entre outros. A desconsideração pelo outro e a transgressão de uma norma social também caracterizam violência. Os motivos que levam a uma atitude violenta por parte de um indivíduo podem variar, porém nos interessa estudar a violência que causa danos a milhões de pessoas cotidianamente e que nem sempre é percebida como violência direta à pessoa. O ato violento é condenado pelo Código Penal brasileiro sob diversas formas, e aquele que o comete, dependendo da gravidade do ato, pode sofrer pena de reclusão ou multa.

A Constituição brasileira garante que todo cidadão tenha direito a uma vida digna, mas quando isso não ocorre podemos considerar que se trata de uma violência. Note que o Código Penal trata apenas de pessoas concretas que diretamente cometem violência.

Vejamos um caso ocorrido em São Paulo, em 2003, no qual o promotor de justiça José Carlos Blat questionou a quantidade de ferros-velhos na cidade. Será que aconteciam tantos acidentes de carro para justificar tamanho comércio ou será que o número de ferros-velhos estaria relacionado com furto e roubos de veículos? A ação fechou três estabelecimentos e todas as peças roubadas foram apreendidas. Um levantamento da Secretaria da Fazenda apontou que em apenas um dos ferros-velhos havia cerca de mil carros importados.

O material apreendido alcançava na época o valor de mais de 25 milhões de reais em peças de carros importados. Posteriormente, foi feito um levantamento para verificar se a ação teria alguma repercussão sobre o número de roubos e furtos de veículos em São Paulo. Os sindicatos das seguradoras informaram que os delitos caíram em 25% naquele período. Roubo e furto são crimes previstos no Código Penal, mas como os receptores e revendedores de produtos roubados são fiscalizados e responsabilizados?

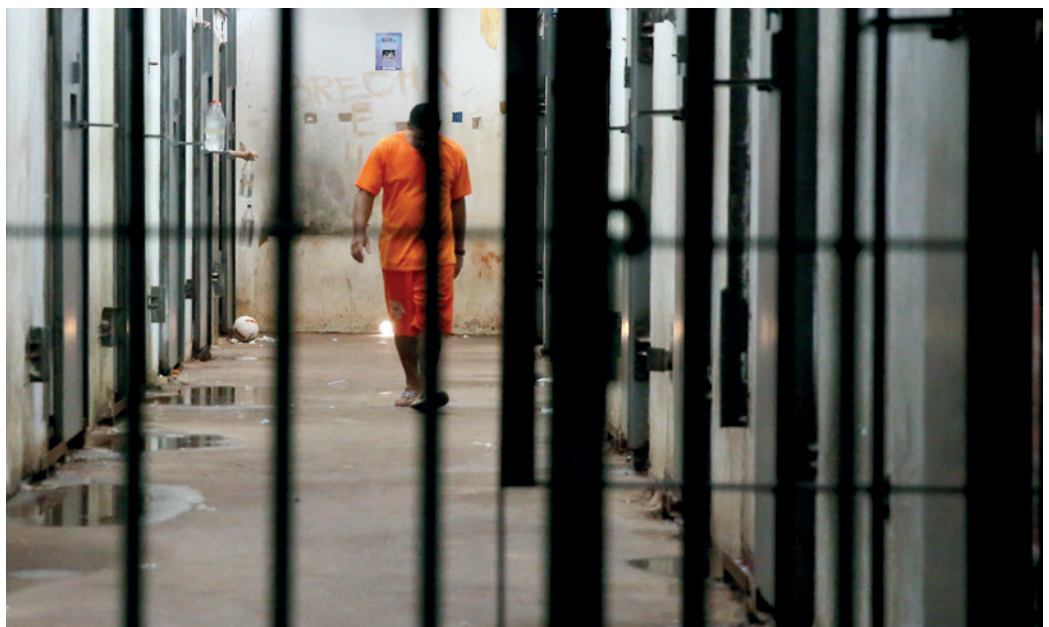
Penitenciárias no Brasil

As penitenciárias são instituições definidas como um espaço voltado para a correção e ressocialização de indivíduos que provocaram algum tipo de delito considerado grave. Segundo o Código Penal, essas pessoas precisam ser temporariamente afastadas do convívio social.

No entanto, submeter as pessoas em cumprimento de pena a condições de tratamento desumanas e degradantes reforça a falta de cidadania e o não cumprimento da função inicial do encarceramento. As condições das penitenciárias brasileiras são, em geral, muito precárias, o que dificulta a ressocialização das pessoas.

O direito à cidadania inclui o direito à vida digna, como previsto na Constituição brasileira, mas esse direito não condiz com a realidade vivida pela maioria da população.

Corredor do antigo Complexo Penitenciário de Pedrinhas, marcado por rebeliões e chacinas, atualmente Complexo Penitenciário São Luís. São Luís (MA), 2015.



Mario Iama/Getty Images

Poder do Estado e crime organizado

Os sociólogos Manuel Castells (1942-) e Loïc Wacquant, estudiosos da globalização e da criminalidade urbana, apontam a necessidade de uma análise global do fenômeno da criminalidade. Dessa forma, chamam a atenção para a necessidade de não responsabilizar os indivíduos por uma questão que faz parte de um sistema econômico e social maior. Castells afirma que a criminalidade instituída pelas organizações criminosas e seus associados é um fenômeno novo que afeta a economia, as relações sociais e principalmente os jovens.

A *cosa nostra* italiana, a máfia estadunidense, os cartéis colombianos e mexicanos, as redes criminosas nigerianas, a *yakuza* japonesa, as máfias russas, os piratas somalis, os traficantes de heroína afegãos, entre outras, formam uma rede de organizações criminosas que ultrapassam fronteiras nacionais. Realizam comércio de drogas, armas, pessoas, falsificação de mercadorias, cartões de crédito, identidades, mercadorias roubadas, entre outros crimes.

O poder econômico que essas redes concentram movimenta bilhões de dólares anualmente, em transações que podem ocorrer em diferentes países em todo o mundo.

Em relação ao narcotráfico na América Latina, Castells afirma que ele depende da demanda e da exportação de seu principal mercado: os Estados Unidos. A indústria do tráfico é internacional, com divisão de trabalho e produção. Sua sobrevivência depende de sistemas de lavagem de dinheiro, corrupção e inserção no meio institucional (o Estado, os políticos e burocratas corruptos). Dessa forma, o crime organizado só é capaz de sobreviver mediante corrupção e intimidação dos funcionários do Estado e o cumprimento de todo o conjunto de transações assegurado pelo uso de violência.

No documentário *Notícias de uma guerra particular*, Paulo Lins (1958-), autor do livro *Cidade de Deus* (1997) – que inspirou o filme homônimo –, comenta que quem consome a maior quantidade de drogas no Brasil não são as pessoas que vivem em favelas e comunidades periféricas. Aquelas que se envolvem com o tráfico, em sua grande maioria, servem apenas como mão de obra barata para os grandes traficantes e os consumidores.

Outra situação grave se refere ao fornecimento de armas. De onde elas vêm? Segundo o ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Hélio Luz (1946-), grande parte das armas em mãos dos traficantes é produzida nos Estados Unidos e na Suíça, mas também na Alemanha, na Rússia e em Israel.

O tema do desarmamento é bastante controverso na sociedade brasileira, sujeito a interpretações e posturas governamentais distintas.

Em 2003, na tentativa de coibir o tráfico de armas, o Congresso brasileiro aprovou o Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), que, embora não tenha proibido o uso, possibilitou maior controle das armas de fogo no país. No entanto, em 2019, decretos do governo de Jair Bolsonaro (1955-) voltaram a tornar mais flexível a comercialização de armas e de munição. Desde então, a maior parte dos armamentos apreendida pela polícia, utilizada em crimes comuns, passou a ser de origem legal, como aponta uma pesquisa realizada pela ONG Instituto Sou da Paz. Boa parte desses decretos de 2019 foi revogada pelo novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (1945-), que assumiu a Presidência em 2023.



Operação da Polícia Federal e do Ministério Público Federal contra o tráfico internacional de armas dos Estados Unidos para o Brasil. Rio de Janeiro (RJ), 2022.

José Lucena/TheNews2/Folhapress

Questionamentos

1. Como você analisa a legislação referente ao controle da aquisição e da comercialização de armas de fogo?
2. A regulação é uma medida necessária para a inibição da violência cotidiana no Brasil? Explique.



Para ampliar

Assista

Notícias de uma guerra particular, direção de João Moreira Salles e Kátia Lund (VideoFilmes, 1999, 57 min). Documentário que retrata a criminalidade urbana no Rio de Janeiro, apresentando o cotidiano das favelas e entrevistando os envolvidos no conflito: policiais, traficantes e moradores.



VideoFilmes

Diversos estudos, dossiês e comissões parlamentares de inquéritos (CPIs) concluíram que o crime organizado, como afirma o promotor José Carlos Blat, não sobrevive sem a participação do Estado. Portanto, o que se configura é que o problema da violência nas grandes cidades diz respeito essencialmente àquilo que Loïc Wacquant denomina de **capitalismo de pilhagem**. Ou seja, um grande negócio capitalista internacional que se utiliza de mão de obra barata (jovens da periferia, na sua maioria negros), não institucionalizada oficialmente e que, por sua vez, traz consequências para a segurança da população, especialmente das grandes cidades. Balas perdidas nas disputas entre facções ou durante ações policiais em bairros localizados nas periferias, insegurança nas ruas, morte de milhares de jovens antes de completarem 18 anos, entre outras situações, são exemplos das consequências do crime organizado no cotidiano.

Quando o Estado e suas instituições (polícia e Exército, por exemplo) não são eficientes no combate à criminalidade, quais as soluções apresentadas pelos dirigentes de Estado e governo para diminuir e combater a criminalidade urbana e o narcotráfico?

O Estado e a “tolerância zero”

Loïc Wacquant nos fornece uma possível resposta ao apontar que, com a ausência ou a diminuição de toda rede de proteção social (como hospitais, escolas, saneamento e assistência social), não resta alternativa para o Estado senão investir na repressão, substituindo sua função de “Estado previdência” pela função de “Estado penitência”. Dessa forma, o Estado se torna um **Estado penal**, deixando de lado seu papel de assistência aos cidadãos e de garantia de seus direitos. Ciente da situação que cria (violência, insegurança, entre outras consequências), tem como única solução aumentar a repressão, a vigilância, o quantitativo de cárceres e o aparato militar.

Um dos primeiros grandes exemplos dessa orientação descrita por Wacquant e seguida por diversos gestores públicos (prefeitos, governadores, presidentes da República) foi a política da “tolerância zero”, praticada na cidade de Nova York nos anos de 1990. Essa expressão é repetida exaustivamente pelos governantes em várias partes do mundo até os dias de hoje, com maior ênfase em momentos eleitorais. Mas do que se trata, afinal?

Em Manhattan, na administração do prefeito Rudolph Giuliani, entre 1994 e 2001, houve um aumento do efetivo policial de 34 mil para 46 mil, enquanto na área de serviços sociais houve uma redução de 30% no número de servidores.



Loïc Wacquant

O sociólogo de origem francesa Loïc Wacquant é professor da Universidade da Califórnia, em Berkeley, nos Estados Unidos, e um dos mais importantes estudiosos dos temas da violência e das políticas de segurança. Em suas pesquisas, ele enfatiza as relações entre violência, segregação racial e desigualdades sociais. Entre suas obras mais importantes estão os livros *As prisões da miséria* (1999), *Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe* (2000), *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada* (2008) e *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos* (2009).



Robert Bonet

Loïc Wacquant, sociólogo francês. Barcelona, Espanha, 2018.

Clarence Davis/NY Daily News Archive/Getty Images



Policiais inspecionando carros no período da política da “tolerância zero”. Nova York, Estados Unidos, 1999.

A política da “tolerância zero” tinha como essência a proposta de acabar com a criminalidade urbana, que seria simultaneamente a causa e o resultado da violência, principalmente nas áreas ditas “sensíveis”, isto é, periferias, favelas, guetos negros, bairros pobres e degradados. Além disso, seria necessário afastar das ruas, dos parques e dos trens os pobres, entendidos como “ameaçadores à ordem”. Essa iniciativa parte da ideia de que o abandono das ruas favorece a criminalidade.

No Brasil, em cidades como Rio de Janeiro (RJ), no mesmo sentido das políticas adotadas em Nova York, algumas medidas foram tomadas, como o reforço em termos quantitativos e o aumento dos salários de policiais militares e de guardas municipais – que também obtiveram autorização legal para o porte de armas de fogo.

Questionamento

1. Você identifica alguma semelhança entre a política da “tolerância zero” implementada em Nova York e as diversas políticas voltadas para a segurança pública implementadas no Brasil? Explique.



Criminalização da pobreza

Em muitos discursos, um perfil muito específico da população, formado por trabalhadoras sexuais, pessoas em condição de rua, crianças em situação de abandono, trabalhadores sem-teto, entre outros, são apontados como os “inimigos” da ordem. Dessa forma, pessoas que vivem em situações de vulnerabilidade social e econômica se tornam os alvos do poder público, que os apontam como as possíveis causas do favorecimento da criminalidade. Trata-se de mais uma face das políticas de criminalização da pobreza.

Quando se recorre ao aparato policial e à repressão do Estado como forma de se combater o problema da violência urbana e da criminalidade, muitas vezes não se leva em conta a causa principal desse problema, que está associada à própria forma de organização da sociedade como um todo. Além disso, são constantes as denúncias de que o aparelho repressor oficial passa por tentativas de corrupção e “desvios de conduta”. O termo remete a policiais que se associam aos grupos e organizações criminosas.

Relação entre Estado e criminalidade: estudos de caso

Um exemplo da relação entre o poder estatal e a criminalidade pode ser encontrado na capital do estado do Rio de Janeiro e em cidades vizinhas. Trata-se do caso das chamadas **milícias**. Esse fenômeno tem origem durante o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil, quando esses grupos eram conhecidos como “esquadrões da morte”.

Para ampliar

▶ Ouça

A república das milícias. Série de *podcast* de oito episódios baseada no livro de mesmo nome do jornalista e cientista político Bruno Paes Manso, que conta a história da formação das milícias no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/6rOkNLT6HOZLD4syOMKZxv>. Acesso em: 17 ago. 2024.

Esses esquadrões eram formados por grupos armados, compostos principalmente de ex-policiais e ex-bombeiros que expulsam o tráfico de determinadas comunidades, mas ocupam seu lugar, passando a cobrar taxas fixas dos moradores em troca de segurança. Eles também passaram a controlar serviços como transporte, transmissão de TV a cabo e de internet, distribuição de gás de cozinha e grilagem de terras para construção de moradias irregulares de baixo custo.

Em diversas comunidades, além de ligações com o popular “jogo do bicho”, que é ilícito, por ser uma contravenção penal, as milícias assumiram o tráfico de drogas devido à alta rentabilidade. Em alguns casos, existem denúncias inclusive de associação com facções do tráfico de drogas.



Sergio Moraes/REUTERS/Fotoarena

Rio das Pedras é uma das comunidades cariocas que sofrem com a ação das milícias. Rio de Janeiro (RJ), 2019.

▶ Perfil

Marielle Franco

A socióloga Marielle Franco (1979-2018) ficou mais conhecida por sua trajetória como ativista em defesa dos direitos humanos nas comunidades periféricas da cidade do Rio de Janeiro, em razão de sua atuação no Complexo da Maré, onde residia. Coursou graduação em Ciências Sociais e mestrado em Administração Pública.

Sua liderança comunitária como feminista, defensora dos direitos humanos e dos direitos da população LGBTQIAPN+ levou à eleição como vereadora do Rio de Janeiro em 2016. Durante seu mandato, denunciou vários casos de abusos de autoridade por parte de policiais contra a população residente em favelas. Exerceu um papel importante também na crítica à intervenção que ocorreu no Rio de Janeiro, em 2018, determinada pelo governo federal, tendo em vista a crise política, econômica e de segurança pública que assolava o estado.

Em 14 de março de 2018, Marielle e seu motorista, Anderson Gomes, foram assassinados a tiros, após sua participação em uma atividade do mandato. De acordo com as investigações, atribui-se seu assassinato às milícias que atuam no Rio de Janeiro.



Rodrigo Chadi/Fotoarena

Marielle Franco, socióloga brasileira. Rio de Janeiro (RJ), 2017.

Política carcerária

O aumento do fenômeno da violência no contexto político atual também apresenta outras características. Uma delas é que, se por um lado há uma diminuição dos gastos sociais do Estado e a degradação das condições de vida dos indivíduos, por outro o Estado investe cada vez mais no aumento dos recursos penitenciários.

O jornalista e ativista David A. Love, analisando os dados sobre as prisões estadunidenses, mostrou que, em 2015, em 16 estados do país havia mais pessoas presas do que em dormitórios de faculdade. Em estados como o Alabama, por exemplo, apesar de a população negra ser de 27%, ela representava 63% da população carcerária. Na Louisiana, na cidade de New Orleans, um em cada 14 homens negros estava preso. Love constata que, enquanto aumentavam os investimentos para a construção de prisões, havia cada vez menos recursos direcionados para as escolas.

A população carcerária dos Estados Unidos seria a primeira maior do mundo em relação ao total de sua população e a segunda maior em números absolutos. De acordo com dados divulgados pelo Departamento de Justiça do país, entre 2021 e 2022 a população carcerária apresentou um aumento de 2,1% chegando a 1,23 milhão de presos.

Ao lado dos Estados Unidos, China (em primeiro lugar) e Brasil (em terceiro) são os países com o maior número de pessoas encarceradas do mundo. Na China, o número de encarcerados era de mais de 1 milhão e 600 mil pessoas em 2017. Em quarto lugar consta a Índia, que tinha pouco mais de 478 mil detentos em 2021.

Em nosso país, tivemos um aumento de 0,8% no número de pessoas encarceradas entre dezembro de 2022 e junho de 2023, segundo o Sistema de Informação do Departamento Penitenciário Nacional, chegando a um total de 839,7 mil detentos. Analisando esse número em relação ao total da população – em termos relativos, portanto –, o Brasil ocupava a 26ª posição em 2021, com 322 presos a cada 100 mil habitantes. Nesse mesmo ano, os três primeiros lugares, proporcionalmente, eram os Estados Unidos, com a taxa de 639/100 mil; El Salvador, com 562/100 mil; e o Turcomenistão, com 552/100 mil.

No entanto, considerando a tendência a longo prazo, nos Estados Unidos, houve uma diminuição da quantidade de detentos em 21,7% entre 2012 e 2022. No Brasil, por sua vez, entre dezembro de 2013 e junho de 2023, a população carcerária cresceu 44%.

Segundo o advogado Felipe Angeli, do centro de pesquisa Justa, que acompanha a gestão do sistema de justiça nacional, a diferença de perspectiva na comparação entre os dois países é que a política de guerra às drogas por parte das autoridades brasileiras conduz ao encarceramento em massa, como se essa fosse a única solução possível.

De acordo com o sociólogo e pesquisador Daniel Hirata, coordenador do Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos, da Universidade Federal Fluminense, a tese

do encarceramento massivo é uma tendência mundial. Ele afirma que tal postura é uma forma muito simplista de lidar com essa realidade.

Hirata chama essa opção por uma política pública de combate à violência de **populismo penal**, na medida em que tais políticas são muito bem-vindas popularmente e contribuem para a conquista de um número de votos expressivos nas eleições gerais de diversos países.

El Salvador, na América Central, tem uma das maiores populações carcerárias do mundo. Essa e outras políticas de segurança têm rendido grande popularidade ao presidente do país, Nayib Bukele (1981-), reeleito em 2024 com mais de 80% dos votos.



Alex Peña/Getty Images

Prisão de segurança máxima denominada Centro de Confinamento do Terrorismo (CECOT). Tecoluca, El Salvador, 2024.

Para o advogado Angeli, o incentivo à política de encarceramento em massa significa a alocação de uma quantidade cada vez maior de recursos financeiros para a manutenção dos presos em condições sub-humanas, sem a perspectiva de que essa opção signifique a interrupção de seu envolvimento com a criminalidade. Na prática, segundo Angeli, na grande maioria dos países que recorrem a essa política, como é o caso do Brasil, a população não passou a se sentir mais segura, o tráfico e o consumo de drogas ilícitas não diminuíram e não se reduziu a criminalidade.

Questionamentos



1. Com base nos números sobre violência no Brasil e crescimento da população carcerária, podemos concluir que o encarceramento em massa é uma política de segurança pública efetiva? Explique.
2. Quais seriam os motivos para ela continuar a ser executada por sucessivos governos, não somente no Brasil, como em grande parte do mundo?

Controle dos pobres e racialização das políticas de segurança pública

Ao comparar os dados do Brasil e dos Estados Unidos a respeito das suas populações carcerárias, observamos que em ambos os países ela é composta majoritariamente de pessoas negras. No Brasil, o percentual de negros entre a população carcerária aumentou 381,3% entre 2005 e 2022, correspondendo à taxa recorde de 68,2% nesse último ano citado, de acordo com dados divulgados em 2023 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A advogada estadunidense e militante pelos direitos civis Michelle Alexander (1967-), autora da obra *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa* (2010), corrobora as teses de Wacquant. Segundo ela, a racialização está presente em qualquer notícia que envolva crimes nos Estados Unidos, como demonstram diversas pesquisas realizadas nesse sentido. A associação entre a população negra e o crime está tão presente no pensamento das pessoas que 70% da população estadunidense associa imediatamente qualquer ocorrência à cor da pele do criminoso como negra, mesmo sem ter acesso a qualquer tipo de informação.

Portanto, trata-se da continuidade, neste século XXI, da lógica do Estado penal contra a população negra, apontada pelos estudos de Wacquant. Podemos acrescentar à lógica o conceito de **poder disciplinar**, formulação do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) para designar a prisão e outras instituições que conformam uma **sociedade da vigilância**, em que o encarceramento, nesse caso, cumpre o papel de isolar aqueles que se distanciam da norma e ameaçam a ordem vigente.

Wacquant afirma que não existe vínculo algum comprovado em pesquisas entre índice de criminalidade e índice de encarceramento. Ou seja, a violência e o tráfico de drogas, nos Estados Unidos, não diminuíram com a política da “tolerância zero”, pois a repressão não teve influência alguma sobre os motores dessa criminalidade. Essa política teria como consequência não uma melhora na segurança pública, mas a criação de uma “economia de pilhagem” nos espaços em que a economia oficial não existe, como por exemplo aqui no Brasil, nas favelas e nas periferias das grandes cidades.

Na política da “tolerância zero” e nas inspirações que ela desencadeou, destaca-se o papel das polícias. Se o alvo destas, nos Estados Unidos, são os bairros “degradáveis”, ou seja, locais em que vivem a população negra ou de imigrantes pobres, aqui no Brasil são, por exemplo, a juventude negra e as pessoas em situação de pobreza da periferia.

Loïc Wacquant deixa mais explícito o papel da polícia na ordem econômica neoliberal, quando afirma que ela cumpre a tarefa que a assistência social não faz. Sendo o desemprego estrutural uma realidade desse modelo econômico, o Estado deixa de promover políticas de controle da pobreza por meio da promoção do trabalho assalariado e passa a exercê-lo pelo uso das forças policiais e pelos tribunais.

Luiz Eduardo Soares (1954-), sociólogo e ex-secretário nacional de segurança pública do Ministério da Justiça, apontou em várias entrevistas que há um comportamento grave da polícia em relação aos jovens negros entre 16 e 24 anos de idade. Quando a polícia entra nas comunidades ou aborda os jovens da periferia e das favelas em outros contextos, todos são considerados suspeitos ou “elementos perigosos”.

Na história do tráfico no Brasil, as ações do Estado resultaram em chacinas, como as de Acari (1990), Candelária (1993), Vigário Geral (1993) e Jacarezinho (2021), no Rio de Janeiro, além de Castelinho (2002), Várzea Paulista (2012), Osasco (2015) e Baixada Santista (2024), em São Paulo.

Afinal, quem são os verdadeiros responsáveis pela violência? O policiamento ostensivo nas ruas pode acabar com a criminalidade? Ou será que, como enfatiza o sociólogo Loïc Wacquant, grande parte da classe trabalhadora, “excluída” pelo neoliberalismo, é entregue ao seu próprio destino, vivendo da economia de pilhagem das ruas, cada vez mais dominadas por atividades criminosas controladas por poderosas redes internacionais?

O problema da violência não se limita a questões de ordem pessoal, como o “caráter”, ou à falta de maior repressão por parte do Estado. Ela deve ser analisada, do ponto de vista sociológico, com base na complexa rede de relações sociais existentes nas sociedades, nos interesses de grupos e classes sociais e nas desigualdades sociais.

Mais de 4 mil pessoas em situação de rua vivem na região de Skid Row, em Los Angeles, que concentra também população usuária de drogas ilícitas, sendo comparada à região da Cracolândia, em São Paulo (SP).



Mario Tama/Getty Images

Acampamento de pessoas em situação de rua em região conhecida como Skid Row. Los Angeles, Estados Unidos, 2024.



1. Com base no que você aprendeu neste capítulo, analise as afirmações a seguir e identifique quais delas estão incorretas. Em seguida, reescreva essas afirmações no caderno, de modo que se tornem corretas.
 - I. A desigualdade extrema gera bolsões de pobreza, mas isso não tem relação com o aumento da criminalidade, que é causado principalmente por fatores individuais.
 - II. A percepção de injustiça diante da concentração de riqueza nas mãos de poucos pode gerar ressentimento, o que pode levar a conflitos sociais ou violência.
 - III. A falta de acesso à educação, saúde e emprego de qualidade limita as perspectivas de futuro para grande parte da população, perpetuando o ciclo de pobreza e violência. A sensação de que o sistema econômico é injusto e que não há chances de ascensão social pode levar à revolta e à criminalidade.
 - IV. A concentração de poder e riqueza pode levar à corrupção e à impunidade, enfraquecendo o Estado de Direito e a capacidade de combater a criminalidade. A percepção de que as leis não se aplicam igualmente a todos aumenta a sensação de injustiça e a predisposição para a violência.

2. (Enem – 2021)

Houve crescimento de 74% da população brasileira encarcerada entre 2005 e 2012. As análises permitiram identificar o perfil da população que está nas prisões do país: homens, jovens (abaixo de 29 anos), negros, com ensino fundamental incompleto, acusados de crimes patrimoniais, e, no caso dos presos adultos, condenados e cumprindo regime fechado, majoritariamente, com penas de 4 até 8 anos.

BRASIL. **Mapa do encarceramento:** os jovens do Brasil. Brasília: Presidência da República, 2015.

Neste contexto, as políticas públicas para minimizar a problemática descrita devem privilegiar a:

- a) flexibilização do código civil.
 - b) promoção da inclusão social.
 - c) redução da maioria penal.
 - d) contenção da corrupção política.
 - e) expansão do período de reclusão.
3. Leia a manchete de jornal a seguir.

Brasil gasta quase quatro vezes mais com sistema prisional em comparação com educação básica

Cada preso custa, em média, R\$ 1,8 mil por mês aos cofres públicos, enquanto um aluno da educação básica custa R\$ 470,00. [...]

BRASIL gasta quase quatro vezes mais com sistema prisional em comparação com educação básica. *Jornal da USP*, São Paulo, 21 maio 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/brasil-gasta-quase-quatro-vezes-mais-com-sistema-prisional-em-comparacao-com-educacao-basica/>. Acesso em: 11 set. 2024.

- a) O que a notícia permite afirmar sobre as políticas públicas de combate à violência privilegiadas no Brasil?
 - b) Considerando o respeito aos Direitos Humanos, quais seriam outras opções de políticas públicas a serem adotadas para reduzir a violência no país?
4. Loïc Wacquant, em sua obra *Punir os pobres*, argumenta que a “criminalização da pobreza” é uma estratégia utilizada para controlar e marginalizar as populações mais vulneráveis. Ele descreve como o sistema penal se torna uma ferramenta para punir a pobreza em si, em vez de crimes reais.



Com base nessa perspectiva, reúnam-se em duplas e analisem como a “criminalização da pobreza” se manifesta na sociedade brasileira. Discutam exemplos concretos de políticas ou práticas que reforçam essa dinâmica e seus impactos sobre as comunidades pobres. Além disso, proponham medidas que poderiam ser adotadas para combater essa problemática e promover uma sociedade mais justa e igualitária.

Desnaturalizando as desigualdades raciais

O número de pessoas mortas pela polícia em apenas oito estados brasileiros chegou a 4219 em 2022. Desse total, 2700 foram considerados negros (pretos ou pardos) pelas autoridades policiais, ou seja, 65,7% do total. Se considerados apenas aqueles com cor/raça informada (3171), a proporção de negros chega a 87,4%.

Os dados são do estudo *Pele Alvo: a Bala não Erra o Negro*, realizado pela Rede de Observatórios da Segurança, do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec), [...] com base em estatísticas fornecidas pelas polícias do Rio de Janeiro, de São Paulo, da Bahia, de Pernambuco e do Ceará, Piauí, Maranhão e Pará [...].

Dos oito estados, apenas o Maranhão não informou a cor/raça de qualquer um dos mortos. Já nos estados do Ceará e Pará, há um grande número de mortos sem identificação de cor/raça: 69,7% e 66,2% do total, respectivamente.

Os dados mostram que a polícia baiana foi a mais letal no ano passado, com 1465 mortos (1183 tinham cor/raça informada). Desse total, 1121 eram negros, ou seja, 94,8% daqueles com cor/raça informada, bem acima da parcela de negros na população total do estado (80,8%), segundo a pesquisa, feita com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Aliás, isso ocorre em todos os sete estados que informaram a cor/raça de parte das vítimas. No Pará, por exemplo, 93,9% dos mortos com cor e raça identificadas eram negros, enquanto o percentual de negros na população é de 80,5%, de acordo com o estudo.

Os demais estados apresentaram as seguintes proporções de mortes de negros entre aqueles com cor/raça informada e percentuais de negros na população: Pernambuco (89,7% e 65,1%, respectivamente), Rio de Janeiro (87% e 54,4%), Piauí (88,2% e 79,3%), Ceará (80,43% e 71,7%) e São Paulo (63,9% e 40,3%).

[...]

“Os negros são a grande parcela dos mortos pelos policiais. Quando se comparam essas cifras com o perfil da população, vê-se que tem muito mais negros entre os mortos pela polícia do que existe na população. Esse fator é facilmente explicado pelo racismo estrutural e pela anuência que a sociedade tem em relação à violência que é praticada contra o povo negro”, diz o coordenador do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESec), Pablo Nunes.

ABDALA, V. A cada 100 mortos pela polícia em 2022, 65 eram negros, mostra estudo. *Agência Brasil*, Rio de Janeiro, 16 nov. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-11/cada-100-mortos-pela-policia-em-2022-65-eram-negros-mostra-estudo>. Acesso em: 14 ago. 2024.

Neste capítulo, vamos refletir sobre um tema importante que, por vezes, ainda é negligenciado em nossa sociedade: o racismo praticado contra pessoas negras no Brasil.

Apesar das conquistas dos movimentos negros em nossa jovem democracia, ainda é necessário estudar, refletir e debater sobre discriminação racial. Vivenciamos as consequências desse fenômeno social em escala mundial, manifestadas de muitas formas. A construção de estereótipos discriminatórios contra negros, indígenas, judeus, ciganos, latinos, mulçumanos, palestinos, entre outros grupos, é um obstáculo para a convivência pacífica diante da diversidade.

Manifestação de movimentos negros contra a violência policial. São Paulo (SP), 2023.



Bruno Santos/Folhapress

Questionamentos

1. Com base no texto lido, identifique o motivo de o número de pessoas mortas pela polícia ser maior entre negros (pretos e pardos).
2. Você concorda que há uma aceitação da violência contra pessoas negras na sociedade? Explique.
3. Em uma frase, elabore uma proposta de combate ao racismo que poderia ser implementada em sua cidade.



O que é racismo?

O **racismo** é um sistema excludente e de dominação que se baseia em diferenças físicas ou culturais percebidas entre grupos humanos. Ele é sustentado por ideias que desafiam a concepção ética da igualdade humana e que não possuem comprovação científica, como se afirmava no passado.

Em relação às pesquisas científicas, podemos citar o Projeto Genoma Humano, que reuniu, em 1989, equipes de diversos laboratórios que desenvolveram uma ampla investigação científica cujo principal objetivo era identificar o sequenciamento completo do genoma dos seres humanos. Seus resultados, apresentados em 2003, comprovam não haver, biologicamente, diferenças raciais entre os humanos. Nessa pesquisa, foi constatada que a diferença genética de uma pessoa para outra é irrelevante para se afirmar que existem raças diferentes. Esse estudo também constata que somos uma única espécie, portanto não se justifica qualquer argumento de superioridade ou inferioridade entre seres humanos devido à cor da pele, ao formato do nariz, ao tipo de cabelo ou ao tipo físico.

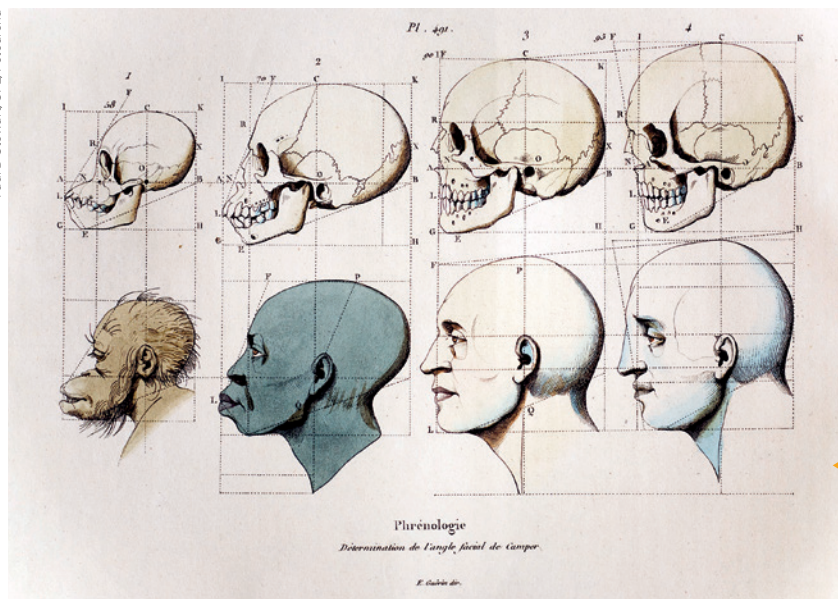
Do ponto de vista ético, a afirmação de que todos temos uma igualdade humana fundamental, isto é, o fato de sermos humanos nos garantir um valor igual de dignidade, é por si só contrária a qualquer concepção racista. Dessa forma, não há parâmetro de distinção para que determinado grupo étnico, cultural, religioso ou afim seja discriminado por suas características. Isso se aplica às noções discriminatórias que consideravam negros e indígenas menos aptos para realização de determinadas tarefas, como raciocínios lógicos.

Atualmente, é do ponto de vista sociológico e histórico que essas diferenças são tratadas de forma desigual e opressiva por aqueles que se consideram superiores. Por isso, em razão da persistência do fenômeno do racismo no Brasil e no mundo, utilizamos o termo **raça** no sentido sociológico e histórico, e não baseado em aspectos genéticos.

Os conflitos inter-raciais estão presentes nas fundações do que conhecemos hoje como sociedade brasileira, cuja história é marcada pelo racismo desde a chegada dos portugueses à nossa terra. Primeiro, foram os povos indígenas exterminados pelo branco europeu; depois, o tráfico de africanos escravizados. Ambos representaram dois dos maiores genocídios da história mundial. No tempo presente, o racismo se manifesta tanto de forma aberta quanto sutil.

Teoricamente, o racismo é uma ideia ocidental (europeia) excludente, porque versa sobre a universalização de um conceito restrito de humanidade. Universalizar, nesse contexto, segundo o sociólogo Muniz Sodré (1942-), tem o sentido de reduzir as diferenças a um ideal humano europeu. Assim, é a universalização racional de determinado conceito de ser humano que cria o racismo no século XIX.

Paul D Stewart/SPL/Fotoarena



Gravura que ilustra a teoria do ângulo facial, do anatomista holandês Petrus Camper (1722-1789), presente no *Dicionário Pitoresco de História Natural*, editado por Félix Édouard Guérin, c. 1830.

A classificação dos seres humanos em raças por meio da morfologia craniana, que alguns cientistas do século XIX também associavam a capacidades intelectuais, é uma das características do racismo científico.

A psicóloga e artista portuguesa de ascendência africana Grada Kilomba (1968-) identifica três características do **racismo**: a diferença, a hierarquia e o poder histórico, econômico, político, social e cultural.

Na primeira característica, uma pessoa é vista como diferente por causa de sua origem "racial". O negro só se torna diferente porque difere do padrão dominante, que é branco. Para a autora, a **branquitude** – conceito de que trataremos adiante – é a norma de comparação. Na segunda característica, essas diferenças estão inseparavelmente ligadas às hierarquias. O diferente do branco é estigmatizado, desonrado e inferiorizado, e esses valores são naturalizados. Por fim, a terceira característica demonstra que a construção da diferença e das hierarquias vem acompanhada do poder histórico, econômico, político, social e cultural. As três características unidas configuram e definem o racismo.

Grada Kilomba afirma que é a **supremacia branca** que dá sentido ao racismo, já que outros grupos racializados não podem ser racistas, do ponto de vista da definição teórica, porque não possuem poder para isso.

Observando esse diálogo inicial com Muniz Sodré e Grada Kilomba, podemos entender a ideia da psicanalista Neusa Santos Souza (1948-2008) sobre as origens da discriminação racial no Brasil. Ela afirma que a sociedade brasileira escravista transformou o africano em escravo, o nomeou como negro em uma raça específica, dando a ele um lugar, e ainda definiu uma forma como ele deve ser tratado. Nesse sentido, o branco europeu estabeleceu uma maneira de interação social que instituiu a ideia de que a cor negra significa ou representa o mesmo que posição social inferior.

População negra e racismo no Brasil

A centralidade do debate sobre racismo no Brasil se justifica porque o país tem a maior população negra fora da África. Além disso, a maioria de nossa população se declara negra, e em diversas pesquisas sobre temas como saúde e doença, violência, qualidade de vida, escolaridade, renda, moradia, entre outros, a população negra apresenta os piores índices nas estatísticas publicadas.

Antes de observar os resultados dessas pesquisas estatísticas, é importante destacar que o conceito de “negro” utilizado na Sociologia representa a junção de “preto” e “pardo”, termos utilizados nos censos demográficos e nas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E qual é a razão desse uso?

O IBGE tem como metodologia de pesquisa a autodeclaração das pessoas ao serem questionadas sobre sua classificação racial ou cor, considerando, desde o Censo de 1991, cinco categorias como opção: branco, preto, pardo, amarelo e indígena. Essa classificação é adotada até hoje em diversos estudos demográficos e sociológicos.

Desde o final dos anos 1990, alguns pesquisadores negros, ao investigarem os índices de escolaridade, renda e longevidade, perceberam que os piores indicadores se encontravam entre a população preta e parda. Esses números também demonstravam que, além de os brancos terem as maiores rendas, a maior escolarização e a maior longevidade, os índices de pretos e pardos apareciam próximos ou semelhantes. Tendo como base essas pesquisas, muitos autores começaram a agregar esses dados de pretos e pardos em somente uma categoria, a de **negros**.

Apesar de esse conceito ser amplamente aplicado nos estudos das Ciências Sociais, ele não é consensual. Recentemente, por exemplo, intelectuais indígenas têm contestado a classificação de pardo. Eles afirmam que os censos demográficos não identificam os indígenas que habitam o contexto urbano, pois muitas vezes esses se declaram como pardos para não sofrerem preconceito e racismo.

Esse movimento de contestação ainda requer mais pesquisas e um debate com o próprio IBGE para rever suas metodologias de apuração de classificação racial. Todavia, é importante ressaltar que os conceitos mudam ao longo do tempo. No Censo de 2022, por exemplo, a categoria **pardo** passou a ser entendida como alguém que se identifica como uma mistura de duas ou mais raças ou cores, incluindo as opções branca, negra e indígena.

Compreendido o contexto de disputa e mudanças desses conceitos, neste capítulo o foco recai sobre a abordagem das desigualdades existentes entre brancos, pardos e pretos. Por isso, agregamos estas duas últimas categorias em uma só: negros.

GLOSSÁRIO

Supremacia branca: ideologia que afirma a falsa ideia da superioridade racial branca sobre outros grupos, como negros, indígenas, asiáticos, africanos e latinos. Os defensores dessas ideias são ligados, atualmente, a grupos e lideranças neonazistas.

Questionamento

1. As populações indígenas brasileiras são descendentes dos povos originários que habitavam esse território antes da chegada dos colonizadores portugueses. Além deles, o país é formado por diversos outros grupos étnicos. A respeito da classificação do IBGE e das disputas conceituais, debata com seus colegas e avalie se essa forma de classificação contribui para pensar o racismo no Brasil.



As estatísticas de cor/raça no Brasil

O conjunto de gráficos a seguir representa dados estatísticos que mostram as profundas desigualdades baseadas na discriminação e no racismo contra pessoas negras. Esses dados contribuem para desmistificar a ideia de que “não existe racismo no Brasil”.

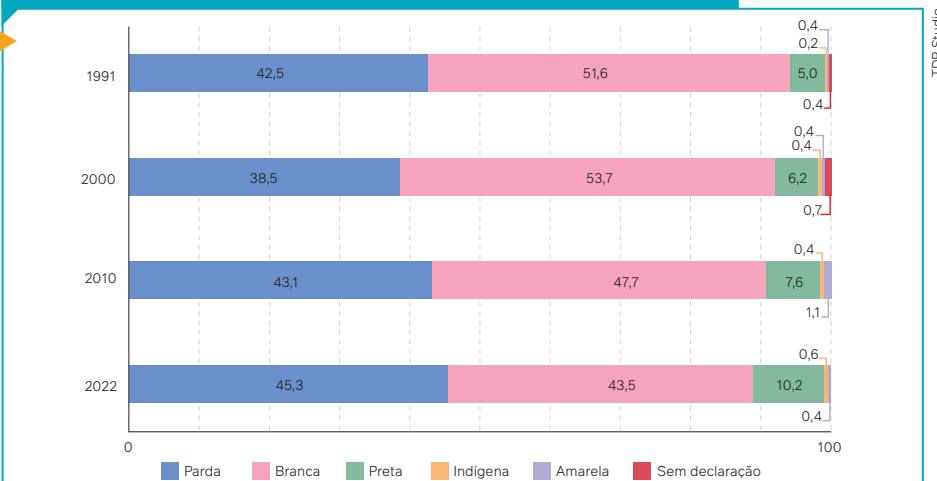
O Censo de 2022 revela, pela primeira vez desde 1991, que o grupo de pessoas que se declara parda predomina como maioria da população, com 45,3% (92 083 286 pessoas). Do restante, brancos são 43,5% (88 252 121 pessoas); pretos, 10,2%, (20 656 458 pessoas); indígenas, 0,83% (1 694 863 pessoas); e amarelos, 0,4% (850 130 pessoas). Ao reunirmos pardos, pretos e indígenas, a maioria dos brasileiros é negra e pertencente a povos indígenas, representando 56,3% (cerca de 113 967 386 do total de 203 080 756 pessoas da população brasileira em 2022).

Vejamos no gráfico a seguir o aumento do número de pessoas que se declaram pretas e pardas, desde o censo de 1991.

Observe no gráfico a tendência de aumento do número de brasileiros que se declaram pretos, pardos e indígenas. Como veremos adiante, isso pode ser resultado das ações dos movimentos sociais negros, dos movimentos indígenas e do crescimento dos debates sobre as ações afirmativas nas universidades.

Nota: Em 1991 e 2022, foram considerados os resultados da amostra. O percentual de indígenas foi calculado pela declaração de cor ou raça, não representando o total recenseado em 2010 e 2022, que inclui o quesito “se considera indígena” (totalizando 0,5% e 0,8%, respectivamente).

Proporção da população residente no Brasil, por cor ou raça – 1991-2022



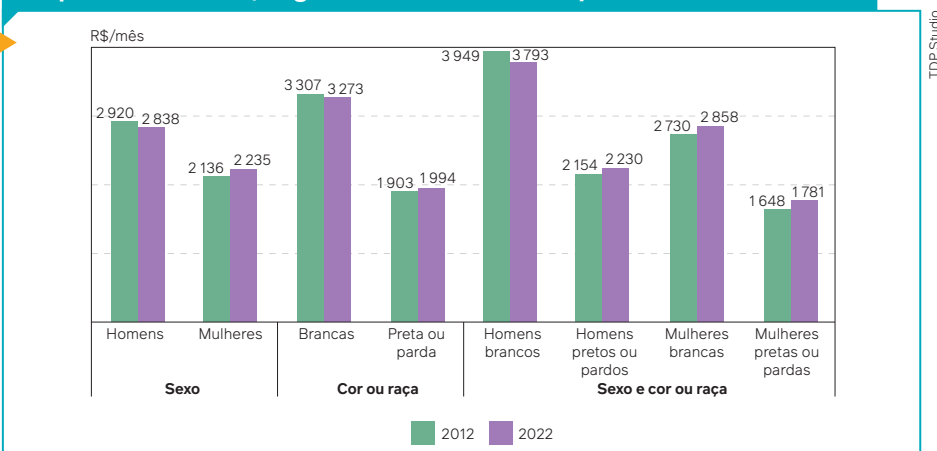
Fonte: BELANDI, C.; GOMES, I. Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. *Agência IBGE Notícias*, [Rio de Janeiro], 22 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>. Acesso em: 16 ago. 2024.

Observe o gráfico a seguir, que demonstra uma comparação dos rendimentos médios reais dos trabalhadores de acordo com os quesitos sexo e cor ou raça.

Rendimento médio real de todos os trabalhos das pessoas ocupadas no Brasil, segundo sexo e cor ou raça – 2012-2022

Observe que os grupos que recebem os menores rendimentos compreendem a população preta ou parda, sendo o menor rendimento recebido por mulheres negras, tanto em 2012 quanto em 2022.

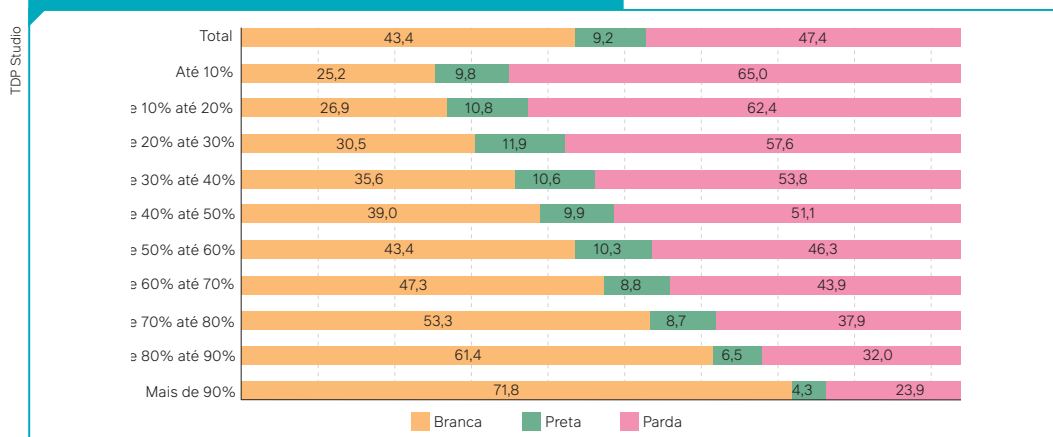
Nota: Dados consolidados de primeiras visitas em 2012 e de quintas visitas em 2022, sem resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça.



Fonte: COORDENAÇÃO de população e indicadores sociais. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2023*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023, p. 25. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2024.

A desigualdade demonstrada nessas pesquisas torna-se ainda mais evidente no gráfico a seguir, que compara a participação de brancos e negros (pretos e pardos) no rendimento domiciliar, partindo dos menores rendimentos até os maiores.

Percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita – 2021



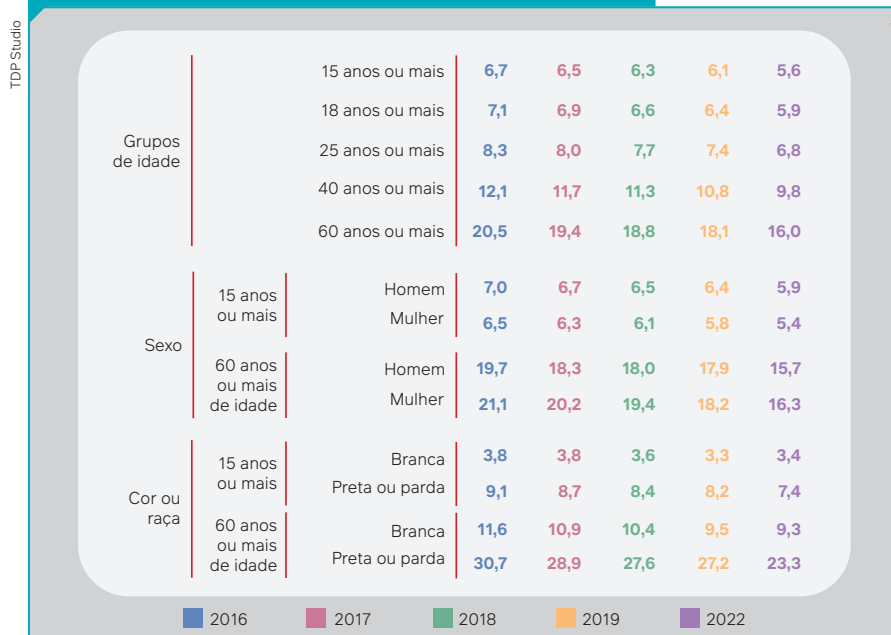
Nota: Valores deflacionados para reais médios de 2021.

Fonte: IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. *Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Econômica*, Rio de Janeiro, 2. ed., n. 48, p. 5, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Acesso em: 16 ago. 2024.

Como os dados revelam, mulheres e homens negros recebem os menores rendimentos, ao passo que a população mais rica é composta, em sua maioria, por brancos. Portanto, no Brasil, os **marcadores sociais de raça** estão diretamente relacionados aos **marcadores de classe**.

Quando verificamos as taxas de analfabetismo no Brasil, constata-se que havia 9,6 milhões de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais em 2022, o que representa 5,6% do total da população. Ao analisar esse dado articulado ao quesito cor ou raça, o que chama atenção é, mais uma vez, as diferenças entre brancos e negros. Vejamos o gráfico a seguir.

Taxa de analfabetismo no Brasil (%) – 2016-2022



Em 2022, enquanto 3,4% das pessoas brancas de 15 anos ou mais eram analfabetas, o percentual aumenta para 7,4% entre pessoas negras. Os dados mostram que, no grupo de pessoas de 60 anos ou mais, a diferença é ainda maior: brancos com 9,3% e negros com 23,3%. Portanto, observa-se uma desigualdade racial relevante.

Nota: As diferenças entre 2016 e 2022 e entre 2019 e 2022 são significativas ao nível de confiança de 95%.

Fonte: IBGE. Educação 2022. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. p. 2. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102002_informativo.pdf. Acesso em: 19 ago. 2023.

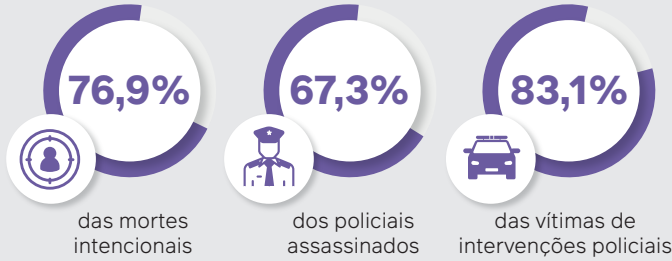
Os níveis de desigualdade racial são ainda mais extremos ao analisarmos os índices de violência no país. Observe o infográfico a seguir, baseado em dados reunidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

VIOLÊNCIA LETAL



em duas décadas
720.927
pessoas negras foram
assassinadas

Pessoas negras, em 2022, representaram

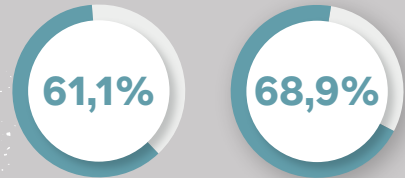


Entre as crianças de até 11 anos vítimas de homicídio em 2022
67,1% eram negras

Entre os adolescentes de 12 a 17 anos vítimas de homicídio
85,1% eram negros

VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Em 2022, mulheres negras foram vítimas de

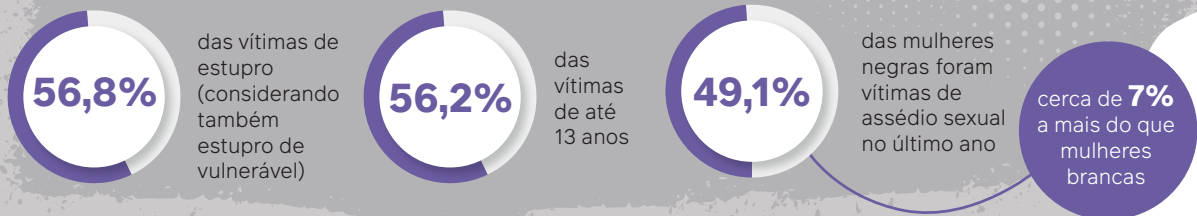


da violência provocada por um parceiro

cerca de **8%** a mais do que mulheres brancas

VIOLÊNCIA SEXUAL

Em 2022, mulheres negras corresponderam a



cerca de **7%** a mais do que mulheres brancas

RACISMO E INJÚRIA

Casos em 2022



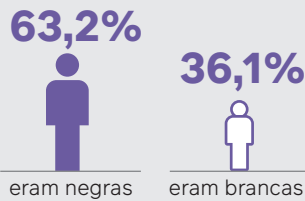
29,9%
de aumento em relação a 2021



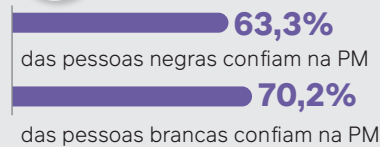
35%
de aumento em relação a 2021

CRIMES PATRIMONIAIS

Vítimas de roubo em 2022

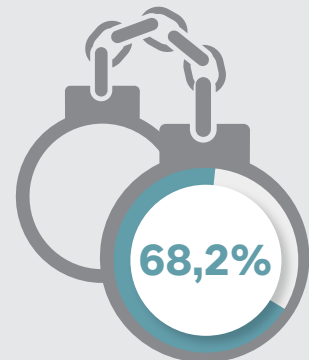


Confiança nas instituições de segurança



SISTEMA PRISIONAL

Pessoas negras, em 2022, constituíam



da população privada de liberdade

Observe que os índices de violência que atingem a população negra são muito altos. Nas duas últimas décadas, cerca de 99 pessoas negras foram assassinadas por dia no Brasil. Em 2022, as pessoas negras representavam 76,9% das vítimas de assassinato intencional e 83,1% das vítimas de intervenções policiais. Além disso, entre os policiais assassinados, 67,3% eram negros.

Quando analisamos os dados de violência contra as mulheres, percebemos que 61,1% das vítimas de feminicídio em 2022 eram negras. As mulheres negras também foram a maioria das vítimas de assassinatos não motivados por questões de gênero, representando quase 70% das vítimas de morte violenta intencional. Todos esses dados chamam atenção para a posição das mulheres negras no quadro geral de desigualdades.

Nesse sentido, para avaliar esses dados de maneira abrangente, é fundamental utilizar uma ferramenta teórico-metodológica da Sociologia: o conceito de **interseccionalidade**.

Em 1989, no contexto do feminismo negro dos Estados Unidos, Kimberlé Crenshaw (1959-), advogada e professora universitária estadunidense, formulou o conceito de interseccionalidade com o objetivo de evidenciar a sobreposição de identidades sociais e culturais marcadas por discriminação, opressão e dominação. O conceito envolve a reflexão de que as opressões sobre as mulheres negras se sobrepõem, ou seja, elas não sofrem somente racismo mas também discriminação de gênero e de classe, ao mesmo tempo e de forma articulada. Os corpos de mulheres negras são os alvos preferenciais de diversos tipos de violência.

Crenshaw afirma que não é possível pensar na existência de apenas um único tipo de discriminação que ocorre contra uma mulher negra. É imprescindível analisar as violências contra mulheres negras considerando a desigualdade racial em interseção com dados a respeito das desigualdades de renda e de gênero. São como estruturas inseparáveis, um sistema de opressão que é interligado. Esse conceito foi amplamente mobilizado pelos movimentos feministas negros não só nos Estados Unidos mas também em outros países como o Brasil, onde se destaca a intelectual e ativista Lélia Gonzalez (1935-1994).

Outro ponto que chama a atenção nos dados apresentados são os percentuais de vítimas de homicídios entre crianças e jovens. Do total de crianças de até 11 anos de idade assassinadas no Brasil em 2022, 67,1% eram negras, e do total de vítimas adolescentes entre 12 e 17 anos, o percentual de negros é de 85,1%. Por que esse percentual é tão alto, se comparado às vítimas de homicídio entre crianças e adolescentes brancos?

Vamos ver mais adiante que esses dados revelam fenômenos estudados pela Sociologia há muitos anos. Para seguir nesses estudos, três conceitos serão fundamentais para a compreensão dessa realidade: racismo institucional, branquitude e necropolítica.

Ao final, o que todos esses números nos dizem? Será que no Brasil somos todos iguais em direitos e acesso às condições dignas de vida? Quem corre mais risco de morrer no Brasil? Quando observamos os dados, é possível reconhecer que determinadas pessoas são afetadas de forma desigual.

Tendo em vista esses dados, podemos refletir sobre a importância de movimentos que reivindiquem ao poder público mudanças e melhorias na qualidade de vida das pessoas negras. Nas seções seguintes, serão apresentadas algumas histórias brasileiras fundamentais para a consolidação de pautas em prol da igualdade racial, que muitas vezes ainda recebem pouco protagonismo. Trata-se dos protestos e dos movimentos sociais negros.



Dominic Gwinn/ZUMA Press/Alamy/Fotorena

Kimberlé Crenshaw discursando em evento. Baltimore, Estados Unidos, 2024.

Movimentos negros, ativismos e antirracismo

O papel social e histórico atribuído aos africanos escravizados no Brasil pelos colonizadores, a partir do século XVI, não foi aceito de forma passiva. Na medida em que pessoas e povos foram desterritorializados e escravizados, a resistência foi permanente na história brasileira.

Durante o período da escravidão, ocorriam fugas e revoltas, individuais ou coletivas. Quando essas revoltas obtinham êxito, frequentemente resultavam na organização de **quilombos**, onde os escravizados fundavam um novo território de liberdade diante do regime escravocrata. Foram vários os quilombos construídos e reprimidos durante todo aquele período.

O **Quilombo dos Palmares** é a grande referência para os movimentos negros de luta e resistência contra a escravidão colonial europeia no Brasil.

Comunidade de escravos fugitivos formada na serra da Barriga, capitania de Pernambuco, entre o cabo Santo Agostinho e o rio São Francisco, a partir do fim do século 16.

Por volta de 1630, Palmares, reunindo vários aldeamentos, já teria cerca de três mil aquilombados, desenvolvendo uma agricultura avançada para os padrões locais e da época, plantando cana-de-açúcar, milho, feijão, mandioca, batata e legumes; fabricando artefatos de palha, manteiga e vinho; criando galinhas e porcos; e desenvolvendo uma organizada atividade metalúrgica, necessária à sua subsistência e defesa.

A chegada dos holandeses a Pernambuco, naquele mesmo ano, e as guerras que essa presença motivou facilitaram a fuga de mais pessoas para Palmares. Em consequência, a comunidade foi se fortalecendo e se transformando em uma ameaça real e perigosa ao poder colonial.

Em face dessa situação, a repressão tomou corpo. De 1596 a 1716, ano da destruição da resistência quilombola na região, os palmarinos suportaram investidas de 66 expedições coloniais, tanto de portugueses como de holandeses, e em 31 vezes tomaram a iniciativa do ataque. Durante sua longa existência, Palmares teve vários chefes, sendo Ganga Zumba e Zumbi os mais importantes e conhecidos.

Em 1677, depois de sérias perdas suportadas pelos palmarinos, Ganga Zumba, então o principal dirigente, negocia a paz com as autoridades coloniais e abandona a serra com seus seguidores, provocando uma séria dissidência e o início da liderança de Zumbi. Em 1680, no arraial de Cucaú, próximo ao litoral, onde se estabeleceu, Ganga Zumba morre envenenado.

E a repressão a Palmares, cada vez mais cruenta, conta com a participação de milhares de soldados, de milícias patrocinadas pelos senhores de terras e até mesmo de combatentes mercenários. Quinze anos mais tarde, o líder Zumbi – após 17 anos de combate, em que se destacou como um dos maiores generais da história –, traído por um de seus comandados, morre durante a expedição repressora de Domingos Jorge Velho. Após Zumbi, caem seus sucessores Camuanga (desaparecido em 1699) e Mouza do Palmar (1716).

Mas em 1725 ainda há tropas militares na serra da Barriga, antecipando a ocupação oficial do território, que se dá, afinal, em 1736. A experiência palmarina foi a maior e mais longa contestação à ordem escravista em todo mundo e em todos os tempos. Por extensão – e mesmo *por ter sido Palmares um reduto que abrigava* negros, índios e brancos pobres –, a saga de Zumbi constitui um rico episódio da luta contra o racismo. Por esse motivo, o dia de seu martírio, 20 de novembro, foi escolhido como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

LOPES, N. *Dicionário escolar afro-brasileiro*. São Paulo: Selo Negro, 2006. p. 128-129.

O Quilombo Muquém foi reconhecido em 2005 pela Fundação Palmares como o único remanescente do maior quilombo das Américas, o Quilombo dos Palmares.

Cesar Diniz/Pulsar Imagens



Vista de casas e espaço coletivo no Quilombo Muquém. União dos Palmares (AL), 2022.

Para ampliar

Leia

Angola Janga: uma história de Palmares, de Marcelo D'Saete (Veneta, 2017). O livro retrata em quadrinhos a história do Quilombo dos Palmares, sua resistência, suas batalhas e principais lideranças, como Zumbi.



Editora Veneta

A importância dos quilombos ecoa até os dias atuais por seu aspecto histórico e sua linguagem, como o uso da palavra **aquilombamento**, especialmente dentro dos movimentos negros.

No contexto brasileiro, com a herança da experiência dos quilombos, aquilombamento é um movimento de resistência e luta pela liberdade em conjunto. Refere-se à criação de espaços de acolhimento que sejam seguros para pessoas negras e grupos vulneráveis.

Entre tantas revoltas coletivas, destacamos aqui as mais organizadas durante a escravidão, que foram duramente reprimidas: a Revolta dos Búzios, em 1798, na Bahia; a Revolta das Carrancas, em 1833, em Minas Gerais; a Revolta dos Malês, em 1835, na Bahia; e a Balaiada, em 1838, no Maranhão. Essas revoltas também lutavam pela abolição da escravidão.

As revoltas e fugas, entretanto, não eram a única realidade. Os africanos escravizados, especialmente os que conquistavam suas alforrias, construíram espaços próprios, que sobreviviam entre a repressão e a negociação com os colonizadores portugueses e senhores brancos brasileiros. Eram aqueles que formaram territórios sagrados como os **candomblés** e as **irmandades religiosas**.

Quando estudamos as religiosidades no Brasil, vimos que o candomblé e a umbanda são criações brasileiras e que não foram somente expressões culturais e religiosas. Os terreiros representavam também territórios não institucionalizados pela lógica sociocultural dominante e pelo Estado. Eram espaços de resistência e de liberdade de expressão, tendo como base matrizes ritualísticas africanas.

Já as irmandades religiosas foram confrarias de resistência mútua, sob o disfarce de atividades religiosas cristãs. Essas ordens ou irmandades representavam a ampliação, além dos quilombos, de sua luta contra a escravidão nas cidades nascentes do Brasil. Recentes estudos da História evidenciam que os africanos e seus descendentes aproveitavam o espaço das irmandades para gerenciar recursos necessários à compra de cartas de alforria.

Em meados do século XIX, fica cada vez mais forte a campanha abolicionista. Além disso, sob forte pressão da Inglaterra, o governo do Império Brasileiro já não conseguia manter o regime escravocrata, apesar do crescimento do tráfico clandestino na segunda metade do século, após a aprovação da lei que determinou a sua extinção oficial – Lei Eusébio de Queirós, de 1850. Dada a continuidade do tráfico negreiro de forma clandestina, ficou conhecida como “lei para inglês ver”.

Decorre, desde então, a intensificação das fugas de escravizados, compras de alforrias e uma aliança entre alguns intelectuais brancos abolicionistas e intelectuais negros livres. Entre os intelectuais negros, destacam-se as figuras de José do Patrocínio (1853-1905), Luís Gama (1830-1882) e tantos outros. Ao final, sob forte pressão popular com a campanha abolicionista, o governo imperial é obrigado a decretar o fim da escravidão em 1888.

O fim do período escravocrata, porém, não representou a instituição de uma cidadania para a população negra recém-liberta. Revoltas posteriores também ocorreram, e as marcas e a cultura opressiva da escravidão continuaram a existir, como observamos nas pesquisas do IBGE sobre o Brasil contemporâneo.

Para ampliar

Leia

África e Brasil africano, de Marina de Mello e Souza (Ática, 2006). Livro que traz a história da África e dos africanos que vieram sequestrados para o Brasil, com uma abordagem bastante ampla do continente, da escravidão em nosso país e das manifestações culturais afro-brasileiras.



Editora Ática

Editora Agir



A África explicada aos meus filhos, de Alberto da Costa e Silva (Agir, 2008). Um dos maiores especialistas brasileiros na história da África descreve o continente em forma de conversa didática com adolescentes e jovens, mostrando como essa história está ligada intimamente ao povo brasileiro.

Assista

Doutor Gama, direção de Jeferson De (Globo Filmes, 2021, 92 min). Filme baseado na biografia de Luiz Gama, homem negro, líder abolicionista e republicano que usou leis e tribunais para libertar mais de 500 escravizados.



Paranoid

Acesse

Projeto Querino, da Rádio Novelo (2022). Idealizado pelo jornalista Tiago Rogero, o projeto apresenta acontecimentos da História do Brasil de uma perspectiva afrocentrada. Abrange um *podcast* com oito episódios e reportagens publicadas pela revista *Piauí*. Disponível em: <https://projetoquerino.com.br/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

Imprensa negra e ativismos

No início do século XX, com a chamada Primeira República, pessoas negras não eram consideradas cidadãs plenas. Nesse sentido, suas lutas por integração na sociedade brasileira foram expressas de várias formas ao longo de todo o século.

Inicialmente, temos a constituição da chamada **Imprensa Negra**, com a publicação de jornais que circulavam na época, como *O Alfinete* (1918-1921), *O Kosmos* (1922-1924), *O Clarim da Alvorada* (1924-1927), *A voz da raça* (1933-1937), entre outros, todos na cidade de São Paulo. Esses jornais eram vinculados às associações autônomas das comunidades negras. Faziam críticas ao racismo e reclamavam da falta de autoestima dos negros, além de incentivarem a instrução escolar como uma forma de buscar a “emancipação completa” no pós-abolição.

O periódico *A voz da raça*, por exemplo, era publicado pela **Frente Negra Brasileira** (FNB), importante instituição fundada em 16 de setembro de 1931, na cidade de São Paulo. A FNB instalou-se também no Rio de Janeiro, em Pernambuco, na Bahia e no Rio Grande do Sul. Em 1936, transforma-se em partido político, mas, em 1937, com a ditadura do Estado Novo, instaurada por Getúlio Vargas (1882-1954), a FNB é fechada e seus membros presos e perseguidos.



Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Cabeçalho do jornal *A voz da raça*. São Paulo, ano 1, n. 1, 18 mar. 1933.



Ensaio do Teatro Experimental do Negro, com Abdias Nascimento e Léa Garcia (1933-2023), entre outras atrizes. Rio de Janeiro (RJ), 1957.

Outro importante movimento surge no cenário nacional em 1944: o **Teatro Experimental do Negro** (TEN). Fundado pelo artista e ativista político Abdias Nascimento (1914-2011), tinha como objetivo abrir os espaços das artes cênicas para atores e atrizes negros. Publicavam um jornal chamado *Quilombo* (1948-1950) e, entre suas lutas, exigiam que o racismo fosse considerado crime. O grupo também reivindicava políticas públicas de Estado voltadas especificamente para a população negra, inclusive sugerindo alterações no conteúdo dos currículos escolares.

Foram muitas as associações construídas por negros e negras nos anos posteriores. Mas, dando um salto no tempo, chegamos ao final dos anos 1970, quando uma nova fase se apresenta na luta contra o racismo no Brasil.

Junto a outros movimentos sociais em luta contra a Ditadura Civil-Militar, o **Movimento Negro Unificado** (MNU) foi construído ao longo da década de 1970. O marco inicial de sua fundação foi a manifestação pública ocorrida em São Paulo, em 7 de julho de 1978, como ato de protesto contra a violência policial desferida contra negros, representada pela morte por tortura do operário Robson Silveira da Luz (1957-1978). A partir desse episódio, foram criados núcleos em diversos estados.

O MNU inaugura uma forma de organização que prevalecerá em outros movimentos negros, com uma estrutura mais organizada, e se apresentará à sociedade brasileira como uma entidade voltada não somente a denunciar o racismo como também a propor políticas públicas. O MNU constituiu-se em um movimento nacional, ramificado em todas as regiões brasileiras.

Da década de 1980 em diante, várias organizações e movimentos foram criados, visibilizando cada vez mais as lutas e reivindicações da população negra contra o racismo. Além disso, foram propostos novos conceitos e abordagens sobre as relações raciais no Brasil, principalmente com base em influências e reflexões internacionais, como movimentos intelectuais, movimentos negros nos Estados Unidos e de libertação nacional na África.

O conceito de **consciência negra** se desenvolveu a partir dos anos 1960 contra a opressão colonial na África e pelo Protesto Negro nos Estados Unidos. Surge, então, uma ênfase nas lutas anticolonialistas de países africanos, com a organização do movimento internacional que ficou conhecido como **pan-africanismo**, em defesa de uma África livre e descolonizada. Esse movimento ecoou nas organizações negras nos Estados Unidos, onde apareceram a Nação do Islã, liderada por Malcolm X (1925-1965), e o Movimento pelos Direitos Civis, liderado por Martin Luther King Jr. (1929-1968). Também durante os anos 1960, surgiram os Panteras Negras, e a luta feminista ganhou força, sob a liderança da filósofa e ativista Angela Davis (1944-), filiada ao Partido Comunista dos Estados Unidos.

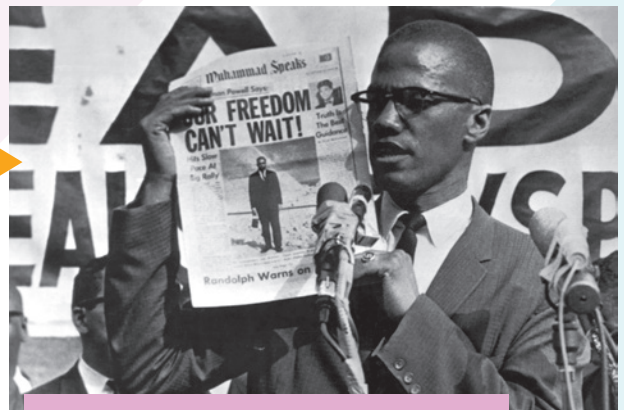
AFP



Martin Luther King Jr. em Paris, França, 1966.

Pastor batista e ativista político estadunidense, Luther King foi o líder do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos nos anos 1960.

Além de ministro muçulmano, Malcom X foi ativista dos Direitos Humanos e dos direitos civis nos Estados Unidos nos anos 1960.



Malcom X em Nova York, Estados Unidos, 1963.

Underwood Archives/UiG/Fotoarena

PL.Gould/IMAGES/Getty Images



Stokely Carmichael em Nova York, Estados Unidos, 1967.

Nascido em Trinidad e Tobago e naturalizado estadunidense, Carmichael (1941-1998), também conhecido como Kwame Ture, foi um ativista do Movimento dos Direitos Civis nas décadas de 1960 e 1970, sendo o criador do *slogan* de mobilização "poder negro" (*black power*, em inglês).

Professora e filósofa, Davis foi integrante do Partido Comunista dos Estados Unidos na década de 1970 e dos Panteras Negras.



Angela Davis em São Francisco, Estados Unidos, 1973.

Janet Fries/Getty Images

Para ampliar

Assista

Infiltrado na Klan, direção de Spike Lee (Focus Features/Universal Studios, 2018, 136 min). Um policial negro consegue se infiltrar na Ku Klux Klan, uma violenta organização supremacista estadunidense, para denunciar seus crimes. Comunicando-se com os outros membros do grupo por meio de telefonemas e cartas, enviava um policial branco no seu lugar quando havia a necessidade de contato presencial.



Focus Features/Universal Studios

Terence Spencer/Popperfoto/Getty Images



Funeral das vítimas do Massacre de Sharpeville, África do Sul, 24 de março de 1960.

No mesmo período, vieram à tona na imprensa mundial os violentos conflitos raciais existentes na África do Sul desde o processo de colonização daquela região com o regime do *apartheid*. Tratava-se de um regime de segregação racial como parte da legislação oficial do Estado. Nelson Mandela (1918-2013) e Steve Biko (1946-1977), entre outros, transformaram-se em símbolos mundiais da luta contra o racismo.

Entre os diversos conflitos ocorridos na luta da população negra sul-africana contra o *apartheid*, destacamos a manifestação que os movimentos negros daquele país realizaram no bairro de Sharpeville, na cidade de Joanesburgo, em 21 de março de 1960, reunindo cerca de 20 mil pessoas. O ato público, apesar de pacífico, foi massacrado pela repressão policial, resultando na morte de 69 pessoas e deixando 186 feridas. Por essa razão, a data de 21 de março foi transformada pela Organização das Nações Unidas (ONU) no Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial.

Movimentos de autoafirmação negra

Os primeiros movimentos negros despertaram intelectuais, profissionais liberais, estudantes, funcionários públicos e negros pobres no Brasil, a partir do final da década de 1970, ao se conscientizarem da necessidade de se autoafirmar como negros. Essa consciência aconteceu na contramão da ideia de **embranquecimento** e da hegemonia do **mito da democracia racial**. Conversaremos sobre esses dois conceitos importantes na próxima seção. Os movimentos ganham força e, com isso, aparecem *slogans* como “negro é lindo” (que tem origem na frase do movimento negro estadunidense “*black is beautiful*”), “não deixe sua cor passar em branco”, entre outros.

Com essas novas construções, o Movimento Negro Unificado, na década de 1980, no Brasil, transforma o 13 de maio no Dia Nacional de Luta e Denúncia Contra o Racismo e institui o 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra, quando se comemora a resistência e a morte de Zumbi, um dos líderes do Quilombo dos Palmares.

A partir dos anos 1980, os movimentos negros passam a exigir visibilidade e formulam novas categorias de identificação. Com base na releitura de termos como “cor preta” ou “negro”, usualmente considerados como terminologia pejorativa, os movimentos conseguem ressignificar o termo “negro” como símbolo de uma condição étnica e racial. Até o termo “raça” é ressignificado, não se tratando mais de um termo biológico, e, sim, político. Ou seja, “raça negra” como um conjunto de indivíduos que têm histórias e culturas comuns no passado e no presente.

Com a força desses movimentos, a Constituição Federal de 1988 qualificou o crime de racismo como inafiançável e imprescritível por meio do seu artigo 5º, inciso XLII, posteriormente regulamentado pela Lei nº 7.716, de 1989. No mesmo ano da promulgação da Constituição, realizaram-se diversas manifestações denunciando a farsa da abolição da escravatura, em razão da passagem do centenário da Lei Áurea.

Em 1995, foi realizada a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, na qual cerca de 30 mil pessoas foram a Brasília, no dia 20 de novembro, para entregar um documento reivindicatório de políticas públicas de promoção da igualdade racial ao então presidente da República Fernando Henrique Cardoso (1931-). Por força da pressão desses movimentos, o presidente declarou publicamente a existência de racismo no Brasil. Foi a primeira vez na história brasileira que um chefe de Estado reconheceu a presença do racismo na sociedade – um fenômeno que o presidente, na condição de sociólogo, já havia indicado nas pesquisas que desenvolveu na década de 1950, como veremos adiante.



Manifestação histórica que ficou conhecida como Marcha Zumbi. Brasília (DF), 1995.

No final dos anos 1990, diversas entidades e organizações negras começaram a se preparar para participar da Conferência contra o Racismo, a Xenofobia, a Discriminação e a Intolerância, promovida pela ONU e realizada na cidade de Durban, na África do Sul, entre 31 de agosto e 8 de setembro de 2001. Essa conferência contou com a presença de cerca de 500 militantes, intelectuais e ativistas negros brasileiros. Desde o período preparatório, foram se consolidando debates e propostas que estão presentes até hoje na sociedade brasileira, como programas e propostas de políticas públicas específicas para a população negra relacionadas ao sistema de saúde, à educação, ao trabalho e ao meio ambiente; criação de secretarias especiais de promoção da igualdade racial nos estados e municípios; criação de um ministério da presidência da República para as questões raciais, entre outras demandas. Uma delas, em especial, que vamos abordar mais adiante, foi a adoção de políticas de ações afirmativas, conhecidas popularmente como políticas de cotas.

Por fim, há dois movimentos atuais que precisamos destacar: a Marcha das Mulheres Negras e a Campanha dos 21 dias de Ativismo contra o Racismo.

A Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver foi um momento de grande impacto na sociedade, ocorrida em 18 de novembro de 2015. Nessa marcha reuniram-se cerca de 50 mil mulheres para denunciar o racismo, o genocídio da população negra, o feminicídio, além de propor políticas públicas de combate ao racismo. A partir dessa iniciativa, em todos os anos ocorrem marchas em vários estados brasileiros.

A Campanha dos 21 dias de Ativismo contra o Racismo foi idealizada em 2016, no Rio de Janeiro, pela intelectual, militante negra feminista e psicóloga Luciene da Silva Lacerda (1959-). Tinha como objetivo construir atividades antirracistas coordenadas entre diversas universidades durante 21 dias seguidos no mês de março, encerrando-se sempre no dia 21, por ocasião do Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial.

A ideia de Luciene Lacerda se espalhou e não ficou restrita às universidades. Aderiram à campanha, imediatamente, diversos militantes e ativistas de comunidades periféricas, estudantes, professores, comunidades de terreiros e coletivos de jovens negros, ampliando-se, com o tempo, para outros estados brasileiros e entre militantes antirracistas em outros países, como a Inglaterra. A campanha, além de denunciar o racismo, propõe-se a debater e reivindicar o cumprimento das políticas de promoção da igualdade racial. A primeira edição começou em março de 2017 e segue ocorrendo anualmente.

Para ampliar

Assista

Vista minha pele, direção de Joel Zito Araújo (Casa de Criação/MEC/CEERT, 2003, 15 min). Curta-metragem que faz uma paródia da realidade brasileira: em uma história invertida, os negros são a classe dominante, e os brancos foram escravizados.

Racismo e pensamento sociológico no Brasil

Podemos afirmar que os primeiros estudos sobre relações raciais no Brasil, divulgados academicamente, remontam ao final do século XIX, entre alguns intelectuais como Nina Rodrigues (1862-1906), Sílvio Romero (1851-1914), Oliveira Viana (1883-1951), entre outros.

O campo intelectual brasileiro da virada do século era dominado por teorias racistas europeias, mas não se podia negar a evidência de que existia miscigenação do povo. Decorre, portanto, entre vários autores, propostas para a solução do dito “problema racial brasileiro”: o embranquecimento. Essa tese defendia que a miscigenação produziria uma população mestiça sadia que se tornaria, a cada geração, mais branca.

Democracia racial brasileira?

Quando, em 1933, Gilberto Freyre (1900-1987) publica seu livro *Casa-grande e senzala*, ocorre uma virada radical na interpretação da sociedade brasileira. Freyre substitui o conceito de “raça” pelo de “cultura” na autoimagem do país. A linha mestra de seu pensamento era de que o Brasil, de formação portuguesa, seria a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com qualidades *sui generis*. Freyre argumenta que, devido à miscigenação dos senhores escravocratas portugueses com escravizadas africanas e indígenas, teria sido atenuado o racismo explícito. Isso representava uma ideia nova, ou seja, de uma “escravidão amena”. Freyre afirmava que não havia dúvidas de que o escravizado no Brasil era bem tratado e menos miserável que os trabalhadores europeus do século XIX.

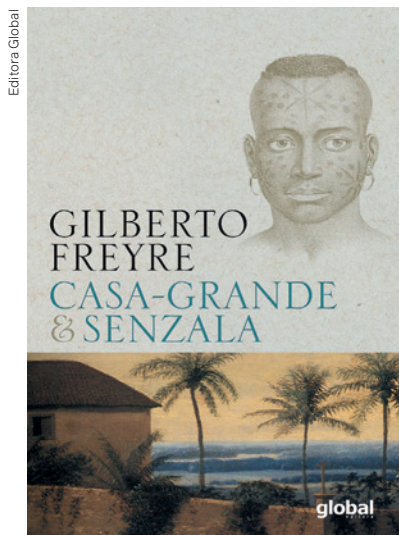
As interpretações de Freyre na Sociologia brasileira transformaram a miscigenação em algo positivo, criando, por sua vez, aquele sentimento de que vivemos em uma democracia racial, diferentemente da realidade de segregação racial existente nos Estados Unidos e do regime do *apartheid* da África do Sul.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Sociologia se mobilizou para os estudos de relações raciais, por conta da forma extrema da prática do racismo pelo nazismo e pelo fascismo. Nesse período, já nos anos 1950, as obras de Gilberto

Freyre conquistaram notoriedade internacional ao retratar o Brasil sem problemas raciais. Assim, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) resolve patrocinar um programa de investigação sobre a questão racial no Brasil. Surgem, então, os estudos de Florestan Fernandes (1920-1995) na sua crítica ao “mito da democracia racial”; de Oracy Nogueira (1917-1996), com sua tese comparando os tipos de racismo existentes no Brasil e nos Estados Unidos, identificando que em nosso país existe um “preconceito de marca” baseado na cor da pele e não na origem étnica dos indivíduos; bem como foram desenvolvidas e publicadas diversas outras pesquisas sobre preconceito racial e racismo, como as de Octavio Ianni (1926-2004), Roger Bastide (1898-1974), Fernando Henrique Cardoso, entre outros.

Oracy Nogueira formulou a ideia de que, no Brasil, predomina o preconceito racial de marca, baseado na cor da pele.

O sociólogo Oracy Nogueira.
São Paulo (SP), 1945.



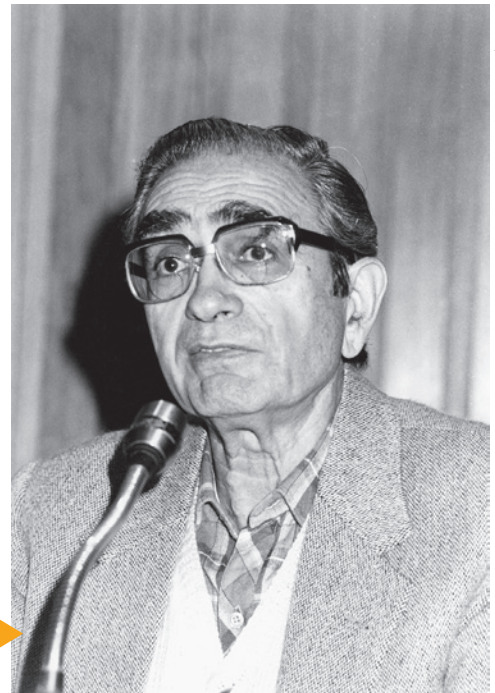
Capa da edição atual do livro *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre.



Florestan Fernandes foi o mais importante crítico das teses de Freyre nos anos 1950, preocupando-se em desenvolver pesquisas sobre a inserção do negro na sociedade brasileira pós-emancipação. Publicou, com o sociólogo francês Roger Bastide, em 1955, *Branços e negros em São Paulo*. Em 1964, escreveu *A integração dos negros na sociedade de classes*, sua obra mais completa sobre a temática.

Florestan foi em busca de um entendimento acerca das marcas produzidas pela escravidão como causa da situação vivida pela população negra. Em sua análise, a escravidão não foi configurada como suave, como Freyre indicou em suas teses, e os espaços de convivência não foram amenos, mas pautaram-se na violência e no trabalho forçado, com os africanos escravizados sendo constituídos como mercadoria. Diante dessa condição, estes ficaram restritos à submissão ou às fugas como únicas possibilidades de resistência. Nesse sentido, Florestan questiona a existência de uma democracia racial brasileira como resultado desse processo histórico.

Florestan Fernandes questionou o que chamou de mito da democracia racial brasileira.



PAULO CESAR/ESTADÃO CONTEÚDO/AE

O sociólogo e político Florestan Fernandes. São Paulo (SP), 1989.

Saltando no tempo, podemos constatar diversas pesquisas acadêmicas que trouxeram interpretações sociológicas novas sobre o racismo e as relações raciais no Brasil, como a de Carlos Hasenbalg (1942-2014), no final dos anos 1970, que apurou estatisticamente as desigualdades raciais entre brancos e negros; das intelectuais Lélia Gonzalez (1935-1994) e Beatriz Nascimento (1942-1995), nos anos de 1980, que apresentaram questões e dados sobre a condição social das mulheres negras; de Joel Rufino dos Santos (1941-2015), também da mesma época, que analisou a invisibilidade dos negros na história brasileira.

Desses que citamos, destacamos os estudos do sociólogo argentino Carlos Hasenbalg. Suas pesquisas afirmavam que a discriminação racial no Brasil era resultado direto das desigualdades entre brancos e não brancos, sendo também sustentada pelas desigualdades de uma sociedade capitalista. Não se resume, portanto, a uma simples herança do período da escravidão.

Lélia Gonzalez cunhou o termo "pretuguês", que representa a africanização do português brasileiro.



PAULO CESAR/ESTADÃO CONTEÚDO/AE

A escritora e ativista Lélia Gonzalez, c. 1980.

A argumentação central de Carlos Hasenbalg era de que a exploração de classe e a opressão racial são mecanismos de exploração do povo negro, distanciando-o de bens materiais e simbólicos. Hasenbalg afirma que a população negra foi, ao longo do tempo, explorada economicamente pelas classes dominantes brancas. Para ele, a possibilidade de uma ascensão social dos indivíduos na sociedade brasileira está diretamente ligada à cor da pele e, nesse sentido, a "raça" constitui um critério seletivo no acesso à educação e ao trabalho, por exemplo. Com base em dados estatísticos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976, o autor mostra que, ao longo de um ciclo de vida econômica, pretos e pardos sofrem desvantagens geradas por atitudes discriminatórias.

Em tempos mais recentes, o antropólogo Kabengele Munanga (1940-), a filósofa Sueli Carneiro (1950-), a psicóloga Maria Aparecida da Silva Bento (1952-), a pedagoga e antropóloga Nilma Lino Gomes (1961-), a filósofa Djamila Ribeiro (1980-) e tantos outros contribuem para enriquecer o debate.

Maria Aparecida da Silva Bento, conhecida como Cida Bento, desenvolveu o conceito de branquitude aplicado à sociedade brasileira.



Mathilde Missionheiro/Folhapress

A psicóloga e ativista Cida Bento. Paraty (RJ), 2019.

Djamila Ribeiro destacou a relevância política do movimento de mulheres negras no Brasil.

NELSON ALMEIDA/AFP



A filósofa Djamila Ribeiro. São Paulo (SP), 2021.

Nilma Lino Gomes desenvolveu a ideia de movimento negro educador contra o racismo.



Panther Media GmbH/Alamy/Fotorena

A pedagoga e antropóloga Nilma Lino Gomes. Salvador (BA), 2015.

Para ampliar

Leia

Dicionário escolar afro-brasileiro, de Nei Lopes (Selo Negro, 2006). Livro que auxilia na compreensão dos termos e conceitos sobre as relações raciais no Brasil.

Acesse

Portal Geledés: site da Geledés – Instituto da Mulher Negra, organização não governamental fundada em 1988 por Sueli Carneiro, com atuação em diversas áreas para combater o racismo. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

Ouça

A carne, de Seu Jorge, Marcelo Yuka e Wilson Capelletto: CD *Do cóccix até o pescoço* (2002), de Elza Soares. A canção representa uma denúncia da situação social do negro e das consequências do racismo no Brasil.



Selo Negro Edições

Racismo institucional e branquitude

Em virtude da estrutura discriminatória da nossa sociedade, algumas expressões ainda podem ser escutadas no cotidiano, como “na África só tem pobreza e miséria”, “dia 13 de maio é dia dos escravos”, “lista negra”, “preto de alma branca”, “samba do crioulo doido”, “ovelha negra da família”, entre outras.

Frases ou termos discriminatórios reforçam o racismo como um sistema generalizado presente na sociedade como um todo. O racismo pode ser identificado estruturalmente na discriminação que a população negra sofre no mercado de trabalho e no acesso a escola e moradia, por exemplo. Trata-se de situações de inferiorização cujos mecanismos não são identificados de uma forma totalmente explícita.

Foi nesse sentido que os militantes estadunidenses do movimento Panteras Negras Stokely Carmichael (Kwame Ture) e Charles V. Hamilton (1929-2023) conceberam, em 1967, o conceito de **racismo institucional**. Essa formulação aparece pela primeira vez na obra *Black Power: a política de libertação nos Estados Unidos*.

Segundo o conceito de racismo institucional, de Carmichael e Hamilton, o racismo se manifesta no funcionamento cotidiano da sociedade, como uma propriedade estrutural presente de forma rotineira, reproduzindo a dominação e a inferiorização da população negra.

As estruturas oficiais da sociedade funcionam de um jeito que privilegiam explicitamente sujeitos e modos de ser brancos, marginalizando os demais como grupos ou pessoas racializadas em desvantagens visíveis do lado de fora das estruturas dominantes. Assim, podemos dizer, conforme a definição de racismo institucional de Carmichael e Hamilton, que processos institucionais e comportamentos individuais são provenientes de uma sociedade em que o racismo não é exceção, mas, sim, a regra.

Outro conceito importante da Sociologia para entender mais o racismo, relacionado à formulação anterior, é a concepção de **branquitude**.

Joice Berth (1976-), escritora e psicanalista brasileira, frequentemente relata sobre sua experiência: “não me descobri negra, fui acusada de sê-la”. Já a filósofa Djamila Ribeiro compartilha:

O mundo apresentado na escola era o dos brancos, no qual as culturas europeias eram vistas como superiores, o ideal a ser seguido. Eu reparava que minhas colegas brancas não precisavam pensar o lugar social da branquitude, pois eram vistas como normais: a errada era eu.

RIBEIRO, D. *Pequeno Manual Antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 24.

Cida Bento, psicóloga ativista do feminismo negro, também relata que, em cursos de formação que ministrava para debater desigualdades raciais, sempre surgia uma pergunta: O que significa ser uma pessoa negra ou branca no Brasil? Uma das respostas que ela ouviu foi que “ser branca significa ser uma pessoa como outra qualquer! Significa ser humano”. Ou seja, pela resposta, é fácil perceber que brancos não se pensam como brancos, como pessoas também racializadas, mas como um ser humano universal. Essa é a reflexão que se faz quando aparece o conceito de branquitude.

A psicóloga reitera que os brancos não realizam reuniões secretas na madrugada para definir como vão manter seus privilégios e excluir negros. Na verdade, a branquitude se manifesta como um conjunto de vantagens simbólicas, materiais, sociais e econômicas que pessoas brancas têm em uma sociedade racista. Com base nessa vantagem, que foi construída no período da colonização, em todos os lugares que os europeus povoaram, houve a constituição de uma identidade comum, na qual africanos, ameríndios, asiáticos, entre outros, foram designados como “o outro inferior”, enquanto o branco não se reconheceu como mais um “outro”, mas, sim, como o ser humano universal. Nesse sentido, podemos entender a branquitude como sinônimo de dominação e não somente como identidade.

Para ampliar

Assista

Você sabe o que é racismo institucional? (2016, ca. 3 min). Reportagem da TV Brasil que aborda características do racismo institucional ao relatar a realização de um curso voltado para servidores públicos do Distrito Federal focado no tema. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZW0DEyF7rVg>. Acesso em: 16 set. 2024.



Capa da edição brasileira de 2021 do livro *Black Power: a política de libertação nos Estados Unidos*, de Kwame Ture e Charles V. Hamilton.

Peggy MacIntosh (1934-), feminista branca estadunidense, citada no livro de Cida Bento, fez uma lista de 46 **privilégios brancos**. Vejamos alguns.

1. Os brancos podem fazer compras sozinhos, sabendo que não serão seguidos ou assediados.
2. Conseguem proteger seus filhos de pessoas que podem não gostar deles.
3. A mulher branca pode falar em público para um grupo de homens poderosos sem ser julgada por sua raça.
4. Brancos podem ignorar a cultura de pessoas não brancas, que são a maioria do mundo, sem sentir culpa por tal ignorância.
5. Brancos podem escolher um curativo “cor da pele” e saber que ele vai parecer com seu tom de pele.

Enfim, branquitude é um conjunto de normas culturais que não são nomeadas, nem marcadas, nem presentes em qualquer lei. Há silêncio em torno dessas normas, pois elas não estabelecem necessidade de afirmação cotidiana, são naturalizadas. Pessoas brancas se posicionam na sociedade, portanto, por meio de privilégios raciais que não são entendidos dessa forma, não são verbalizados. Em outras palavras, a branquitude é um lugar social de privilégios, uma perspectiva pela qual pessoas brancas veem a si mesmas e a sociedade.

Como já estudamos, o racismo é um fenômeno histórico e sociológico, faz parte do processo de colonização e da colonialidade que foi operada pelos europeus para subjugar todos os outros que encontraram pelo mundo afora. Vamos conhecer outro conceito que também nos ajudará a compreender algumas estatísticas do racismo.

Necropolítica no dia a dia da sociedade

O termo **necropolítica** foi formulado em 2003 pelo filósofo e cientista político camaronês Achille Mbembe (1957-). “Necro”, de origem grega (*nekros*), significa “morto”. Já “política”, também do grego (*politiká*), refere-se a questões públicas ou governos e Estados ou, ainda, ao poder de governar ou administrar a coisa pública. A origem se relaciona à administração da pólis, a cidade-Estado grega da Antiguidade.

A ideia de necropolítica de Mbembe envolve o questionamento de Estados e governos terem “licença para matar”, sob a alegação da necessidade de “manter a ordem”. Para o autor, há discursos na história de muitos Estados e governos que justificaram e validaram massacres, extermínios e regimes totalitários modernos.

Mbembe afirma que necropolítica é o poder de determinar quem pode viver e quem deve morrer.

O autor quer demonstrar as variadas formas pelas quais existem no mundo estruturas de Estado que se baseiam na distinção entre pessoas e grupos que devem ter suas vidas protegidas e aqueles que podem dispensar esse cuidado. Quer dizer, há estruturas com o “poder de morte”, que definem as tecnologias para controlar populações e, ainda, com um discurso de que “deixar morrer” pode ser aceitável para uns, mas não para outros.

Nesse ponto, é importante destacar que, como Mbembe é um estudioso da escravidão, da descolonização da África e da negritude, ele associa a necropolítica a um racismo de Estado presente nas sociedades contemporâneas que praticam “políticas de morte”. Em outras palavras, pode-se dizer que a marca do “corpo matável” tem como parâmetro a raça.

Para Mbembe, o racismo é um fenômeno de controle, uma tecnologia de poder e dominação sobre os corpos de pessoas e grupos racializados. Ele se baseia nessa tese para entender o colonialismo, o sistema escravocrata e as violências cotidianas contra a população negra.

Diante da história de várias nações, Mbembe afirma que, em vez de administrar a coisa pública, os Estados usam seu poder e seu discurso para criar “zonas de morte”. Os exemplos que ele cita como zonas de morte são a Palestina, onde temos o caso extremo envolvendo o conflito na Faixa de Gaza; os conflitos presentes em alguns países africanos; e a região do Kosovo, nos Bálcãs. Nesses locais, a morte se torna a última ação de dominação.

Desse modo, o que Mbembe nos diz é que aqueles que morrem em zonas de morte são pessoas escolhidas com base no racismo, e elas são declaradas inimigas da ordem, mesmo que de forma fictícia. Com isso, pode-se matá-las sob a justificativa de interromper um ciclo de “mais violência”. Essas mortes, assim, estabelecem, contraditoriamente, uma espécie de “segurança geral”.

Pensemos agora no contexto do Brasil, por meio dos dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública que vimos anteriormente. Segundo o *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, 67,1% das crianças de até 11 anos vítimas de homicídio em 2022 eram negras; já entre os adolescentes de 12 a 17 anos, o percentual de negros vítimas de homicídio subia para 85,1%. Ao relacionar outras variáveis, como classe, evidencia-se ainda mais como jovens negros pobres e periféricos são as principais vítimas de violência letal e intencional.



▼ Questionamentos

1. Com base nos dados analisados, estabeleça uma relação entre a violência contra jovens negros no Brasil e o conceito de necropolítica.
2. É possível pensar em necropolítica quando presenciamos no cotidiano a chamada “guerra ao tráfico de drogas e à criminalidade”? Explique.

“Vidas negras importam” e as políticas de ações afirmativas

No auge da pandemia de covid-19, em 28 de maio de 2020, em Minneapolis, Estados Unidos, o segurança negro George Floyd foi assassinado por um policial branco que o estrangulou ao se ajoelhar em seu pescoço para imobilizá-lo durante uma abordagem policial. A cena foi filmada e divulgada para o mundo todo.

Ton Molina/Fotoarena

Esse crime desencadeou centenas de protestos antirracistas nos Estados Unidos, na Europa e no Brasil. Espalhou-se pelo mundo a frase “*black lives matter*”: em português, “vidas negras importam”.

O **antirracismo** foi o carro-chefe das mobilizações nas ruas estadunidenses, agregando brancos, latinos e negros. No Brasil, também aconteceram diversas manifestações antirracistas, com os movimentos negros acrescentando ao lema a afirmação “não basta dizer que não somos racistas, é preciso ser antirracista”.



Manifestação antirracista, com destaque para o movimento “Vidas negras importam”. São Paulo (SP), 2020.

Nessa onda antirracista, ainda nos anos 2000, os movimentos negros conquistaram uma reivindicação que causou muito impacto na sociedade brasileira: trata-se das **políticas de cotas** para negros e negras em diversos concursos públicos e para o acesso às universidades por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e de alguns vestibulares.

A política de cotas é uma proposta dos movimentos negros, desde os anos 1990, contida nas propostas mais gerais sobre políticas de promoção da igualdade racial, denominadas **políticas de ações afirmativas**.

As ações afirmativas se referem a diversas políticas públicas e privadas cujo objetivo é promover benefícios, recursos, oportunidades e direitos civis, políticos e culturais a vários segmentos sociais que são, ou foram, objeto de discriminação na sociedade.

A Índia foi pioneira na adoção dessas políticas, na Constituição de 1950, quando se institucionalizou a chamada “política de reserva” em assentos legislativos e cargos públicos.

Entretanto, a primeira vez que essas políticas foram pensadas para contextos de discriminações raciais foi nos Estados Unidos. Nos anos 1960, a expressão “ação afirmativa” ganha o sentido de “discriminação positiva”. Vejamos com mais detalhes, nas palavras de alguns cientistas sociais e políticos, qual é o significado dessa afirmação.

[...] parece-nos razoável considerar ação afirmativa todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo. Etnia, raça, classe, ocupação, gênero, religião e castas são as categorias mais comuns em tais políticas. Os recursos e oportunidades distribuídos pela ação afirmativa incluem participação política, acesso à educação, admissão em instituições de ensino superior, serviços de saúde, emprego, oportunidades de negócios, bens materiais, redes de proteção social e reconhecimento cultural e histórico.

FERES JÚNIOR, J. *et al.* *Ação afirmativa: conceito, história e debates*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018. p. 13.

Quando aplicada no acesso à educação ou a empregos, as ações afirmativas são denominadas “reservas de vagas” (ou cotas).

No Brasil, a primeira proposição de ações afirmativas foi apresentada pelo então deputado federal Abdias Nascimento, com seu Projeto de Lei nº 1.332, de 1983, mas não foi aprovado pelo Congresso Nacional.

Apesar dos intensos debates e das pesquisas realizadas nos anos posteriores, somente em 2002, no estado do Rio de Janeiro, foram instituídas as ações afirmativas na modalidade de cotas, nas universidades públicas estaduais. Essa medida foi alvo de diversas ações na justiça por aqueles que se sentiram prejudicados pela reserva de vagas. Entretanto, em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou constitucional a criação de política de reserva de vagas pelas universidades brasileiras. Por muitos anos, foram debatidos variados projetos de lei para instituir as políticas de cotas, até que, em 29 de agosto de 2012, foi promulgada a Lei Federal nº 12.711, batizada de Lei de Cotas.

A política de cotas de acesso às universidades se estabelece com um certo percentual de vagas exclusivas.

- Primeiro, pelo menos 50% das vagas devem ser destinadas a estudantes provenientes de escolas públicas.
- Dessas vagas, 50% devem ser reservadas para pessoas de baixa renda.
- Depois desses dois critérios, as vagas da reserva devem ser destinadas a pessoas auto-declaradas pretas, pardas, indígenas e quilombolas e pessoas com deficiência, na mesma proporção desses grupos entre a população do estado em que a universidade se encontra.

Essas são as regras gerais, e cada instituição de ensino tem suas particularidades. A reserva de vagas para ingressar nas universidades não significa que a pontuação para aprovação nesses concursos (obtida nas provas do Enem ou de vestibulares específicos) seja rebaixada. Os critérios são os mesmos para aqueles que não optam por disputar as vagas das cotas. Ou seja, se não tiver uma pontuação exigida pelos exames, não é aprovado. A diferença é que se cria uma oportunidade a mais para determinados grupos mais vulneráveis, como aqueles que se declaram pretos ou pardos.

A Lei de Cotas prevê que, a cada 10 anos, haja uma revisão desse programa, com base em pesquisas que avaliem a política. A primeira revisão ocorreu em 2023. Uma das mudanças mais significativas para os movimentos negros e por igualdade racial foi a inclusão de estudantes quilombolas na reserva de vagas, grupo que não era beneficiado pela política original.



Ton Molina/Fotarena

Cerimônia de sanção presidencial da revisão da Lei de Cotas. Brasília (DF), 2023.

Para ampliar

▼ Acesso

Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (GEMAA): Núcleo de pesquisa vinculado ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). Em seu [site](https://gema.iesp.uerj.br/), estão disponíveis diversas informações e pesquisas sobre ações afirmativas no Brasil, com foco especialmente em raça e gênero. Disponível em: <https://gema.iesp.uerj.br/>. Acesso em: 20 ago. 2024.



1. De acordo com Muniz Sodré, qual é a definição de racismo?
2. Quais são as características do racismo segundo Grada Kilomba?
3. Analise os textos e o gráfico a seguir e faça o que se pede.

Texto I

Alguém poderia resumir [...] o que Michel Foucault entende por *biopoder*: aquele domínio da vida sobre o qual o poder tomou o controle. Mas sob quais condições práticas se exerce o direito de matar, deixar viver ou expor à morte? O que a implementação de tal direito nos diz sobre a pessoa que é, portanto, condenada à morte [...]? Essa noção de biopoder é suficiente para contabilizar as formas contemporâneas em que o político, por meio da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, faz do assassinato do inimigo seu objetivo primeiro e absoluto? A guerra, afinal, é tanto um meio de alcançar a soberania como uma forma de exercer o direito de matar.

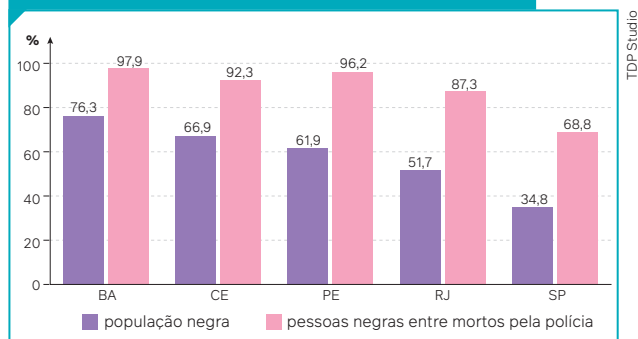
MBEMBE, A. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-124, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 16 set. 2024.

Texto II

[...] Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?

FRANCO, M. *Mais um homicídio* [...]. Rio de Janeiro, 13 mar. 2018. Twitter: @mariellefranco. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20180316123605/https://twitter.com/mariellefranco/status/973568966403731456>. Acesso em: 24 set. 2024.

Percentual da população negra e de pessoas negras mortas pela polícia por estado no Brasil – 2021



Fonte: RAMOS, S. et al. *Pele alvo: a cor que a polícia apaga*. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios da Segurança/CESec, 2022. E-book. Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2022/11/Pele-alvo-2.pdf>. Acesso em: 14 set. 2024.

- a) Qual conceito estudado neste capítulo é abordado pelo Texto I? Como ele se relaciona com a guerra mencionada no Texto II, de autoria de Marielle Franco?
 - b) Qual é a relação entre os Textos I e II e a situação apresentada no gráfico?
4. Leia o texto a seguir.

Na impossibilidade de negar os números que indicam claramente a discriminação racial no Brasil, os adeptos da ideologia da democracia racial procuram justificar as desigualdades apontando como causa da discriminação não a etnia, mas a condição econômica dos negros, na média bastante inferior à dos brancos. [...]

Ainda que tanto o estudante negro quanto o branco assistam às mesmas aulas e estudem pelos mesmos livros, este é apenas um aspecto muito reduzido de sua formação. A criança e o adolescente refletirão boa parte das expectativas que seus pais, professores e colegas depositam nele. Se o aluno branco é visto por seus professores como “brilhante” e o negro como “esforçado”, esta diferença acumulada durante mais de 10 anos de estudos resultará em níveis de autoconfiança bastante diferentes.

MOREIRA, M. Cotas da igualdade. *Ibase*, Rio de Janeiro, 25 abr. 2012. Disponível em: <https://ibase.br/cotas-da-igualdade/>. Acesso em: 14 set. 2024.

O texto utiliza o exemplo de estudantes negros e brancos que estudam na mesma sala de aula para ilustrar que:

- a) A desigualdade econômica é o principal obstáculo para o acesso de negros à universidade.
 - b) A meritocracia é suficiente para garantir a igualdade de oportunidades, independentemente da raça.
 - c) O racismo estrutural impõe desafios adicionais aos estudantes negros, mesmo em condições socioeconômicas semelhantes.
 - d) As cotas raciais são injustas, pois ignoram o mérito individual dos estudantes.
 - e) A solução para as desigualdades raciais passa pela eliminação das diferenças socioeconômicas.
5. Sobre as políticas de ações afirmativas no Brasil, responda:
- a) Quais são as principais políticas de ações afirmativas existentes no Brasil atualmente?
 - b) Qual é a relação entre essas políticas e a ideia de “reparação histórica”?
 - c) Qual é o papel dessas políticas no enfrentamento da desigualdade racial no país?

Relações de gênero no mundo de hoje

GLOSSÁRIO

Feminicídio: é a perseguição e o assassinato de pessoas do sexo feminino em razão de questões de gênero, ou seja, a mulher é morta pelo fato de ser mulher.

O Brasil registrou 1.463 casos de mulheres que foram vítimas de **feminicídio** [...] [em 2023] – ou seja, cerca de 1 caso a cada 6 horas. Esse é o maior número registrado desde que a lei contra feminicídio foi criada, em 2015.

O número também é 1,6% maior que o de 2022, segundo o relatório publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) [...] [em março de 2024]. A pesquisa apontou que 18 estados apresentaram uma taxa de feminicídio acima da média nacional, de 1,4 mortes para cada 100 mil mulheres.

O estado com a maior taxa [...] [em 2023] foi Mato Grosso, com 2,5 mulheres mortas por 100 mil.

Empatados em segundo lugar, os estados mais violentos para mulheres foram Acre, Rondônia e Tocantins, com taxa de 2,4 mortes por 100 mil. Na terceira posição aparece o Distrito Federal, cuja taxa foi de 2,3 por 100 mil mulheres [...] [em 2023].

Já as menores taxas de feminicídio foram registradas nos estados do Ceará (0,9 por 100 mil), São Paulo (1,0 por 100 mil) e Amapá (1,1 por 100 mil).

Porém, a pesquisa destaca que no Ceará é preciso fazer uma ressalva. “Desde a tipificação da lei [em 2015], a Polícia Civil do Ceará tem reconhecido um número muito baixo de feminicídios quando comparado com o total de homicídios de mulheres ocorridos no estado, o que nos leva a crer que estamos diante de uma expressiva subnotificação”, apontou o Fórum.

Em 2022, por exemplo, de um total de 264 mulheres assassinadas no estado, apenas 28 casos receberam a tipificação de feminicídio – o número é 10,6% do total de assassinatos.

Desde que a lei contra feminicídio foi criada, quase 10,7 mil mulheres foram vítimas do crime no país. A pesquisa não possui bases anteriores porque não havia uma legislação sobre o assunto.

NICOCELI, A. Brasil registra 1.463 feminicídios em 2023, alta de 1,6% em relação a 2022. *G1*, [s. l.], 7 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/03/07/brasil-feminicidios-em-2023.ghtml>. Acesso em: 1º out. 2024.

O feminicídio foi classificado como um crime hediondo no Brasil em março de 2015. Um crime é considerado hediondo quando o delito em questão causa repulsa. A Lei do Feminicídio (nº 13.104/2015) aumentou a pena de 12 para até 30 anos de prisão para os assassinos.

Em 2016, a exposição “Nunca me calarei”, de Márcio Freitas, tomou conta da praia de Copacabana, no Rio de Janeiro. Além dos 20 painéis, que representam diferentes vítimas da violência contra a mulher, foram espalhadas pela praia 420 calcinhas, em alusão ao número de estupros sofridos por mulheres a cada 72h, no Brasil, segundo dados da época.

Registro da exposição “Nunca me calarei”. Rio de Janeiro (RJ), 2016.



Márcio Freitas/Projeto Nunca me Calarei/Fotografia: Mario Tama/Getty Images/AFP

Questionamentos

1. Por que o número de feminicídios vem aumentando nos últimos anos? Levantem hipóteses para esse fato.
2. Você sabia que há uma lei que criminaliza o feminicídio? Qual é a importância dela no combate a esse tipo de crime?

Sexo, gênero e poder



As relações entre homens e mulheres são marcadas por tensões, preconceitos, discriminações e dinâmicas de poder. Este capítulo desenvolve uma reflexão sociológica sobre essas relações considerando as formas que elas assumem no mundo atual.

Para nos aproximarmos e compreendermos de forma científica, e com profundidade, a temática deste capítulo, precisamos, em primeiro lugar, definir três termos: **sexo biológico**, **gênero** e **identidade de gênero**.

O **sexo biológico** pode ser definido como o conjunto das características fisiológicas e biológicas de uma pessoa ou organismo (órgão genital, hormônios, genes, sistema nervoso e morfologia).

O **gênero** tem relação com a cultura e as formas por meio das quais cada uma elabora e transmite os papéis sociais, como o “ser homem” e o “ser mulher”.

A **identidade de gênero**, por sua vez, diz respeito à identificação de gênero, pessoal e interna, que a pessoa tem de si mesma.

Geralmente a identificação de gênero é influenciada por convenções, estereótipos e expectativas construídas na socialização das pessoas. Mas existem casos em que essa adaptação não atende aos padrões e expectativas estabelecidos. Estudiosas do tema têm argumentado que a influência do gênero em nossa socialização não é absoluta. A ideia é a de que os sujeitos se apropriam e atualizam os elementos culturais e as representações que servem à construção de sua própria identidade. De acordo com essa posição, é importante compreender que as identidades de gênero não estão preestabelecidas, não são como roupas que vestimos, nem são fixas e imutáveis.

Uma das estudiosas da temática de gênero, a socióloga estadunidense Deborah Blum (1954-), afirma que os sentimentos, as atitudes e os comportamentos dos seres humanos podem condicionar as orientações pelo masculino ou pelo feminino. É nesse sentido que podemos falar sobre gênero.

De acordo com Joan Scott (1941-), outra socióloga estadunidense e considerada uma das maiores especialistas no assunto, gênero é um termo importado da gramática pelas feministas estadunidenses, nos anos 1960, exatamente com o objetivo de se contrapor às definições presas à Biologia. Nesse contexto, a ideia de gênero passou a significar as relações de caráter cultural que estão sempre presentes – mesmo sem percebermos – nas definições e nas distinções sobre o que é “masculino” ou “feminino”.

O comportamento, com gestos ou atitudes femininos e masculinos, conforme as expectativas de outros indivíduos, diz respeito a um **papel de gênero**. O gênero é a construção social que demarca identidades, com elaborações baseadas no contexto histórico e social, e não decorrentes simplesmente da diferença anatômica dos corpos. A constituição biológica não deve tornar, portanto, indiscutível a divisão dos humanos em dois blocos distintos (homens e mulheres).

Denominamos **visão binária** (dividida em dois) essa visão de dois gêneros distintos, e ela própria é objeto da investigação científica de áreas como Sociologia e Antropologia. Porque é uma contradição nós afirmarmos que gênero é uma elaboração social e apontarmos exclusivamente duas únicas identidades de gênero, masculino e feminino, como identidades possíveis.

O estabelecimento do poder pátrio, instituído pelo Código Romano no século VIII a.C., que influenciou a produção jurídica das leis ocidentais, foi responsável por instituir uma distinção hierárquica entre o masculino e o feminino. Com o poder pátrio e a instauração da sociedade patriarcal, o homem tornou-se proprietário de sua mulher e esta foi colocada sob sua tutela, desprovida de capacidade jurídica. Sua única função era reproduzir, gerando herdeiros, e cuidar do lar.

De acordo com a filósofa Judith Butler (1956-), foi produzida e estruturada de forma arbitrária uma oposição binária entre o masculino e o feminino, um pensamento dicotômico e polarizado sobre os gêneros: homem e mulher como polos opostos dentro de uma lógica invariável de dominação-subordinação. As relações de gênero são estabelecidas como relações de poder por causa da ideia de inferioridade feminina construída ao longo da história. Essas oposições foram elaboradas por meio das instituições de controle, tais como a religião, o Estado, a Justiça, a escola, que formaram e idealizaram hierarquias fixas e imutáveis entre os gêneros. Portanto, falar de gêneros (no plural) também é falar de dominação.

Na obra de Debret, que retrata uma família brasileira no período imperial, podemos observar uma hierarquia entre as personagens representadas, com destaque para o homem branco, à frente da fila e em posição de superioridade, simbolizando as relações de poder existentes na sociedade, reproduzidas nos espaços domésticos.



Jean-Baptiste Debret. *Empregado do governo saindo a passeio*, c. 1834-1839. Litografia.

Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo

Movimentos feministas ao longo da história

Historicamente, o capitalismo apresenta um grande conflito: a luta entre as classes sociais. Entretanto, a História apresenta outros conflitos de interesses distintos da divisão da sociedade em classes e que percorrem toda a estrutura social, relacionados ou não à divisão de classes da sociedade capitalista. Por exemplo, conflitos entre homens e mulheres, entre heterossexuais e homossexuais e entre brancos e não brancos e/ou grupos étnicos diferentes. As mulheres, a partir do século XIX, passaram a demonstrar sua revolta à “dominação masculina” de forma coletiva.



Vídeo
Direito das
mulheres

Foram os **movimentos feministas** que iniciaram uma grande mudança nas ideias que preconizavam existir uma diferença natural entre o feminino e o masculino e, com isso, uma predisposição natural para os comportamentos e para as relações sociais baseadas nos papéis atribuídos a cada sexo. A visão do domínio masculino quer nos fazer crer que, segundo uma predisposição biológica, da mulher e do homem, de forma universal, elas são dóceis, e eles, agressivos; elas centram suas vidas nos cuidados com os filhos, e eles, em prover a sobrevivência material da família. Essas características foram bastante reforçadas por uma teoria sociológica do século XX denominada Sociobiologia. Esta afirma que a estrutura dos genes e do cérebro humano explicaria também os comportamentos e práticas sociais, e não somente as características físicas. Mas a influência dos movimentos feministas contribuiu para mudanças nessa forma de pensar, com o auxílio teórico de novas reflexões elaboradas pela Sociologia e pela Filosofia.

O papel das mulheres nas sociedades modernas é discutido desde pelo menos a Revolução Francesa. Entre as dezenas de participações políticas femininas durante a Revolução, se destacou Marie Gouze, que adotou o nome Olympe de Gouges (1748-1793). Como resposta ao conteúdo universalista presente na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que excluía as mulheres desses direitos, Olympe de Gouges escreveu e apresentou à Assembleia Nacional, em 1791, a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. De origem proletária, mas opositora de Robespierre, ela acabou guilhotinada em 1793, acusada de ser “contrarrevolucionária” e de mulher “desnaturada”. Veja, a título de exemplo, dois artigos da Declaração elaborada por Gouges:

ARTIGO PRIMEIRO: A mulher nasce livre e mantém-se igual ao homem em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum.

[...]

VI: A lei deve ser a expressão do desejo geral; todas as cidadãs e cidadãos devem participar, pessoalmente, ou por meio de seus representantes, de sua formação; ela deve ser a mesma para todos; todas as cidadãs e cidadãos, sendo iguais perante a lei, devem ser igualmente admitidos a todas as dignidades, cargos ou empregos públicos, segundo suas habilidades e sem outras distinções senão as de suas virtudes e de seus talentos.

GOUGES, O. de. *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã e outros textos*. Tradução de Cristian Brayner. Brasília: Câmara dos Deputados/Edições Câmara, 2021. p. 41-43.

Biblioteca Nacional da França, Paris



Em 5 de outubro de 1789, mulheres que trabalhavam nos mercados de Paris iniciaram protestos e marcharam até a cidade de Versalhes contra a escassez de alimentos, especialmente de pão, e a alta dos preços. Uniram-se também às manifestações contra a autoridade do rei e por reformas políticas, já no contexto do início da Revolução Francesa.

Marcha das Mulheres sobre Versalhes, 1789. Gravura.

A primeira onda feminista

Apesar de Olympe de Gouges e de outras mulheres revolucionárias, parte da história do feminismo considera o surgimento de uma **primeira onda** do movimento somente nas últimas décadas do século XIX. Nesse período, a primeira bandeira de luta das mulheres se deu em torno da reivindicação do **direito ao voto**. Esse movimento pioneiro teve início na Inglaterra. Lá, as chamadas *suffragettes* promoveram grandes manifestações, sendo reprimidas e presas diversas vezes. Diante do aparato repressor, reagiam organizando greves de fome. O movimento acabou sendo vitorioso em 1918, com a conquista do direito ao voto no Reino Unido. Fato relevante nesse contexto foi a morte da militante Emily Davison (1872-1913) após ser atingida pelo cavalo do Rei Jorge V (1865-1936) em um tradicional evento de corrida de cavalos.

Segundo a historiadora e cientista política Céli Regina Jardim Pinto, no Brasil foi na luta pelo voto que a primeira onda do feminismo também se manifestou publicamente. Entre as sufragistas brasileiras, destaca-se a cientista e bióloga Bertha Lutz (1894-1976), uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Ela estudou na França, retornando ao país no final da década de 1910. O movimento liderado por ela organizou uma campanha pública e um abaixo-assinado, apresentado ao Senado em 1927, pedindo a aprovação do projeto de lei que dava às mulheres o direito de voto. Esse direito, quando conquistado em 1932, foi promulgado no Novo Código Eleitoral brasileiro.

Na metade do século XX, o debate sobre a condição das mulheres e sobre a relação entre os sexos ganha um novo impulso. Em 1949, veio à público o livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir (1908-1986).

Simone de Beauvoir procurou mostrar que o termo **feminilidade** foi inventado pelos homens com intenção de limitar o papel social das mulheres. O poder que esse conceito exerceu e exerce é possível pelo fato de que uma palavra não é somente uma representação de fonemas, mas carrega consigo valores, modos de pensar e visões de mundo. A filósofa questionava a ideia de que as mulheres são inferiores e também questionava a sua posição de subordinação. Para Beauvoir, as mulheres tinham de superar o **eterno feminino**, que as amarrava e formava seu próprio ser. Além disso, elas deveriam escolher seu próprio destino, libertando-se das ideias preconcebidas e dos mitos preestabelecidos sobre o seu ser.

A palavra eterno supõe algo universal, natural e imutável. Essa crença na ideia de eterno feminino condicionou a mulher a aceitar resignada, e sem discussão, as verdades e as leis que os homens lhe propunham. Nas análises elaboradas por Beauvoir, a mulher foi condicionada a ser sempre o Outro, o Objeto, perante o homem, *Sujeito* e *Absoluto*. Isso fez com que os dois sexos não partilhassem o mundo em igualdade de condições.

Contrariamente a isso, Beauvoir afirmou: “não se nasce mulher, torna-se mulher”. A filósofa era contra qualquer tipo de determinismo que aprisionasse a mulher na condição de inferioridade em relação ao homem. Definir a mulher unicamente em virtude da sua estrutura fisiológica e pela sua condição natural seria uma forma simplista e equivocada, pois a mulher não é somente um corpo com útero, vagina, óvulos, hormônios. A mulher deve escolher afirmar e reivindicar sua liberdade e não se alienar como objeto, não ficar limitada a um papel biológico. Em vez disso, deve ter projetos pessoais, trabalhar, ter direito à remuneração equivalente à do homem e poder exercer as mesmas funções que ele. O que Simone de Beauvoir defendia é que a mulher é um ser em permanente construção que deve caminhar em direção à sua individualidade e autonomia.

Keystone/Zuma/Bridgeman
Images/Fotoarena



Louise Weiss (1893-1983), fundadora do movimento A Nova Mulher, acompanhada de um grupo de sufragistas queimando simbolicamente suas correntes na Praça da Bastilha. Paris, França, 1935.

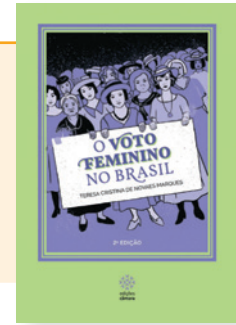


A escritora e filósofa francesa Simone de Beauvoir. Paris, França, 1986.

Para ampliar

Leia

O voto feminino no Brasil, de Teresa Cristina de Novaes Marques (Edições Câmara, 2018). O livro aborda a história da luta pelos direitos políticos das mulheres no Brasil, destacando os principais acontecimentos e as personalidades mais importantes dessa trajetória.



A segunda onda feminista

A partir da década de 1960, os movimentos feministas organizaram aquela que é considerada a **segunda onda** do movimento. Com inspiração nos trabalhos de várias intelectuais, como Simone de Beauvoir, Betty Friedan (1921-2006), Kate Millet (1934-2017), Shulamith Firestone (1945-2012), bell hooks (1952-2021) e Juliet Mitchell (1940-), nesse período se aprofundaram as lutas por **direitos iguais perante os homens**. Fazendo uma crítica à sociedade patriarcal, ou seja, a um modelo de família e de sociedade que dá privilégios aos homens, as feministas reivindicavam igualdade de condições de trabalho e salário, direito ao aborto e ao controle do corpo, autonomia intelectual e punição aos homens pela violência doméstica e sexual, entre outras questões. Pode-se dizer que outros fatores vinculados aos avanços da ciência, como é o caso da invenção da pílula anticoncepcional, na década de 1950, desempenharam um papel importante no processo de emancipação feminina.

Segundo Céli Pinto, foi no contexto de revolução comportamental que marcou essa década que Betty Friedan lançou, em 1963, a obra que passou a ser considerada como uma espécie de “bíblia” do novo feminismo: *A mística feminina*.

[...] Durante a década [de 1960], na Europa e nos Estados Unidos, o movimento feminista surge com toda a força, e as mulheres pela primeira vez falam diretamente sobre a questão das relações de poder entre homens e mulheres. O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que estas últimas tenham liberdade e autonomia para decidir sobre suas vidas e seus corpos. Aponta, e isto é o que há de mais original no movimento, que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 16, jun. 2010.

A revolução cultural vivida pelas mulheres na década de 1960 teve repercussões também na sociedade brasileira. Foi intensa a participação feminina na luta contra a Ditadura Civil-Militar instaurada em 1964, inclusive com a opção de militância pela luta armada. Nomes como o de Maria do Carmo Brito (1943-) – primeira mulher a comandar uma organização de guerrilha na América Latina –, Sônia Lafoz (1946-), Vera Sílvia Magalhães (1948-2007), Lúcia Murat (1948-), Renata Guerra de Andrade, Dulce Maia (1937-2017), entre outros, fizeram parte dos movimentos de resistência à ditadura, como a Vanguarda Popular Revolucionária. É importante mencionar também o nome de Zuzu Angel (1921-1976). Mesmo não tendo participado da luta armada, a estilista foi morta enquanto buscava notícias de seu filho, Stuart Jones, e sua nora, Sonia Maria, desaparecidos durante a ditadura.

Um dos marcos teóricos da luta feminista brasileira nesse período foi o trabalho da socióloga Heleieth Saffioti (1934-2010), *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, lançado em 1969. Essa obra foi apontada como o primeiro grande avanço teórico do feminismo dos anos 1960-70 no mundo e é considerada uma sofisticada teorização das formas como o sexo está presente na estratificação social.



Céli Regina Pinto, socióloga brasileira. Porto Alegre (RS), 2023.

A terceira onda feminista

Durante o processo de redemocratização da sociedade brasileira, uma das lideranças feministas de maior relevância foi a historiadora, filósofa e antropóloga Lélia Gonzalez (1935-1994). Sua intervenção acadêmica e sua militância feminista se pautaram por um caráter de denúncia sistemática não somente do machismo, mas também do racismo, em especial aquele que atinge e exclui de forma bastante violenta as mulheres negras e indígenas na sociedade brasileira. Lélia Gonzalez se contrapôs ao feminismo branco e elitista que se impunha como hegemônico em nosso país, destacando a necessidade de repensar as reivindicações das mulheres e a luta contra as opressões existentes tendo como ponto de partida as diferentes trajetórias vividas, demarcadas por sua classe social e pela cor da sua pele.

A militância de Lélia Gonzalez em torno do que ficou conhecido como o **feminismo negro** marcou a década de 1990 no Brasil. O feminismo negro já não era novidade nos Estados Unidos desde a década de 1960, em especial com a visibilidade alcançada pela ativista Angela Davis (1944-), que se notabilizou por se afirmar não somente como mulher negra, mas também como comunista, candidatando-se duas vezes à vice-presidência da maior potência capitalista do planeta. Mas as ideias levantadas por essa **terceira onda** tinham como principal referência as formulações da filósofa Judith Butler. Segundo a filósofa feminista Djamila Ribeiro (1980-):

As críticas trazidas por algumas feministas dessa terceira onda [...] vêm no sentido de mostrar que o discurso universal é excludente; excludente porque as opressões atingem as mulheres de modos diferentes, seria necessário discutir gênero com recorte de classe e raça, levar em conta as especificidades das mulheres. Por exemplo, trabalhar fora sem a autorização do marido jamais foi uma reivindicação das mulheres negras/pobres, assim como a universalização da categoria “mulheres” tendo em vista a representação política, foi feita tendo como base a mulher branca, de classe média. Além disso, propõe, como era feito até então, a desconstrução das teorias feministas e representações que pensam a categoria de gênero de modo binário, masculino/feminino.

RIBEIRO, D. As diversas ondas do feminismo acadêmico. *Portal Geledés*, [s. l.], 25 nov. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/diversas-ondas-feminismo-academico/>. Acesso em: 1º out. 2024.

Trata-se, portanto, da desconstrução de paradigmas existentes no próprio movimento feminista, apresentando questões que se propunham a repensar as definições de gênero, de sexualidade e de identidade, até então inexistentes ou não problematizadas. Ainda segundo Djamila Ribeiro, a obra *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (1990), de Judith Butler, se tornou a principal referência teórica do feminismo em sua terceira onda.



Van Campos/Fotoarena

A filósofa e ativista Angela Davis em conferência realizada no Brasil. São Paulo (SP), 2019.

Para ampliar

Leia

Quem tem medo do feminismo negro?, de Djamila Ribeiro (Companhia das Letras, 2018). Livro que aborda a teoria feminista, especialmente o feminismo negro, em uma seleção de artigos da autora e um ensaio autobiográfico.



Companhia das Letras

No Brasil pós-Abolição da Escravidão, apenas o estatuto jurídico de homens e mulheres livres não garantiu aos negros o acesso aos bens sociais e o direito à cidadania. Atualmente, ainda permanecem substanciais diferenças entre os sexos, agravadas pela questão racial, fazendo com que a pobreza brasileira seja em sua maioria sofrida por mulheres negras. Essas são aquelas que, acumulando desvantagens e vulnerabilidades, encontram-se na base da pirâmide social. Existem reivindicações muito mais urgentes, como, por exemplo, poder alimentar seus filhos e colocá-los em uma creche pública enquanto trabalham.

Como você aprendeu, o movimento feminista trouxe uma grande contribuição à autonomia e à luta das mulheres pelos seus direitos, expressando as mudanças que já vinham ocorrendo nas sociedades ocidentais a partir da metade do século XX, como foi o caso do crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho. O trabalho feminino havia sido uma exigência dos esforços empreendidos nas Grandes Guerras Mundiais, em especial entre 1939 e 1945. Essa experiência, no entanto, aliada à luta pelo direito ao voto, empoderou ainda mais as mulheres daquela época.

No entanto, apesar dessas mudanças, atualmente ainda são muito difundidas em nossa sociedade ideias sobre a predisposição natural de mulheres e homens. Uma forma de pensar que as feministas chamam de ideologia machista.

Falando nisso...

Três definições para entender o machismo e o seu combate

Misoginia é um termo que vem da palavra grega *misogynia*, sendo que *miseó* significa ódio, e *gyne*, mulher. Misoginia é o ódio, o desprezo e a repulsa a mulheres. É um pensamento sexista, que classifica as mulheres como subalternas em relação aos homens. A violência contra as mulheres está diretamente vinculada à visão misógina de muitos homens e mulheres.

Red Pill é um movimento que surgiu aproximadamente em 2020 e passou a ser difundido principalmente nas redes sociais. Formado por homens, denominados “*coaches* de masculinidade”, propaga a ideologia da superioridade masculina e considera que muitas leis discriminam os homens. Muitos influenciadores têm ganhado popularidade com atitudes misóginas, promovendo ideias sexistas como: “os homens são mais inteligentes”, “a sociedade promove narrativas favoráveis às mulheres em detrimento dos homens”, “a igualdade de gênero é uma farsa”, “a mulher deve ser bela, recatada e do lar”, “homens devem ser livres para viver e lutar pelos seus sonhos”. Red Pill é a mais nova expressão da misoginia em tempos de redes sociais que conectam milhões de pessoas todos os dias.

Sororidade é um termo que foi usado pela primeira vez em 1970, atribuído à escritora e ativista feminista estadunidense Kate Millett (1934-2017). Deriva do latim *soror*, que significa irmã, e só recentemente passou a ser utilizado com mais frequência pela sociedade. Para as feministas da terceira onda, sororidade é um caminho para combater a misoginia. Trata-se de uma atitude de cumplicidade e de escuta entre mulheres, que buscam eliminar inimizades e competitividades no contexto histórico do patriarcado. Essas feministas tentam difundir uma ideia além da solidariedade restrita ao partilhar experiências de opressão.

Audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte sobre campanha de combate à misoginia. Natal (RN), 2023.



João Gilberto/Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

Para ampliar

Leia

Sejamos todos feministas, de Chimamanda Ngozi Adichie (Companhia das Letras, 2015). A autora nigeriana parte de sua experiência pessoal de mulher para pensar o que ainda precisa ser feito para que meninas e meninos não se enquadrem nos estereótipos existentes que definem determinados comportamentos como “feminino” e como “masculino”. O livro é uma adaptação de um discurso da autora cujo vídeo viralizou na internet, inspirando posteriormente a música “Flawless”, interpretada pela cantora estadunidense Beyoncé.



Companhia das Letras

O transfeminismo

Quando falamos de feminismo nos dias de hoje, além de todas as questões levantadas, há a necessidade ainda de destacar uma quarta onda que ficou conhecida como **transfeminismo**. Como o próprio nome já aponta, trata-se do movimento organizado com base nas reflexões feministas e em defesa das demandas e reivindicações de pessoas **transgênero**, especialmente de mulheres trans e **travestis**. Definem-se como transgênero as pessoas que, em tempo integral, parcial ou em momentos específicos da sua vida, demonstram algum grau de desconforto ou se comportam de maneira discordante do sexo designado ao nascer, reelaborando suas identidades de gênero. Entre suas demandas específicas, podemos citar o reconhecimento do uso de um nome social (em substituição àquele que consta em seus documentos de identificação), a retificação do registro civil, as cirurgias de transgenitalização, o uso do banheiro em acordo com a identidade autorreconhecida, a implementação de ações que combatam a discriminação no mercado de trabalho (dada a imensa dificuldade que pessoas trans têm de conseguir empregos formais) e a denúncia da violência que sofrem diariamente, com a luta pela criminalização da transfobia.

A luta das pessoas trans por reconhecimento e direitos colocou sob crítica a heteronormatividade e reforçou a oposição entre o cisgênero e o transgênero. A palavra **cisgênero** aponta para a identidade de gênero construída com base no sexo biológico de um determinado indivíduo, identidade considerada socialmente aceita para o sexo biológico em questão. Diz respeito, portanto, aos indivíduos não trans. O avanço dos debates sobre os transgêneros impactou os movimentos feministas de forma crítica, revelando novas camadas de opressão.

Conforme estudamos, essas opressões abrangem diversos cruzamentos envolvendo questões de gênero, de raça, de classe social e/ou de sexualidade. Como descrito por Djamilia Ribeiro, a ideia de uma mulher “genérica”, “universal”, esconde essas mulheres concretas, com reivindicações e desejos específicos, cujas lutas refletem as configurações de poder presentes na sociedade. Existem outros saberes, outras culturas, outras experiências à margem dos poderes e da ideologia predominantes. Dessa forma, mulheres afrodescendentes, indígenas, quilombolas, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, entre outras, batalham pelo seu espaço e colocam-se como partes fundamentais da construção de propostas de políticas públicas que envolvem seus direitos em relação à saúde, à educação, ao emprego e à liberdade sexual e afetiva.

Neste início de século XXI, também assistimos ao surgimento de um novo movimento de mulheres, intitulado por alguns como o início de uma **quarta onda** do feminismo. Esse novo movimento apresenta algumas características bem demarcadas, como a participação relevante e expressiva de camadas jovens das sociedades, a articulação política e a mobilização de eventos, atos e protestos nas redes sociais e a organização, entre outras ações, de manifestações autointituladas como Marcha das Vadias (*SlutWalk*, em inglês). Estas tiveram início em Toronto, Canadá, em 3 de abril de 2011. A primeira marcha foi convocada como protesto contra os diversos casos de abuso sexual que ocorreram em janeiro daquele ano na Universidade de Toronto, como resposta a um policial que recomendara, equivocadamente, que “as mulheres evitassem se vestir como vadias [*sluts*], para não serem vítimas”.

Esse primeiro protesto contra a tentativa de culpabilização das vítimas de abusos sexuais levou 3 mil pessoas às ruas de Toronto, sendo seguido por manifestações em outras cidades, como Chicago e Los Angeles (ambas nos Estados Unidos), Amsterdã (Países Baixos) e Buenos Aires (Argentina), espalhando-se também pelo Brasil.

GLOSSÁRIO

Travesti: pessoa designada homem ao nascer, mas que não se reconhece como pertencente a uma identidade binária (homem e mulher). Muitas travestis modificam seus corpos por meio de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas.

A Marcha das Vadias ocorreu em várias cidades brasileiras pela primeira vez em junho de 2011. As manifestações contestavam principalmente a ideia machista de que as mulheres que são vítimas de estupro seriam as responsáveis por essa violência, devido a um comportamento supostamente inadequado.

Manifestação da Marcha das Vadias. Recife (PE), 2019.



Pedro de Paula/Fotoarena

As críticas à condição de opressão vivida pelas mulheres não podem ser generalizadas para todos os seres humanos. Entretanto, algumas delas podem servir como base de análise sobre a nossa sociedade. Por exemplo: o feminismo, a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho e o aumento considerável do seu nível de educação formal no século XX provocaram muitas mudanças na relação entre homens e mulheres e nas identidades de gênero. Os movimentos feministas mobilizaram e despertaram muitos grupos de mulheres, e também de homens, a questionar as ideias antigas de que existe uma predisposição natural – biológica – para o exercício dos papéis sociais pelos sexos feminino e masculino. Assim, passam a empoderar as mulheres invisibilizadas e pessoas com as mais diversas identidades de gênero que não se enquadram nas normas socialmente reconhecidas.

Violência contra as mulheres e legislação brasileira

A **violência contra a mulher** é qualquer ato ou conduta baseada no gênero, tanto na esfera pública como na esfera privada, que cause dano, morte ou sofrimento físico, psicológico ou sexual à mulher. Essa violência pode ser manifestada na agressão física, na morte, no estupro, na ameaça, na publicidade e no humor machista. Também pode ser identificada em constrangimentos, humilhação, vigilância, perseguição, chantagem, calúnia, difamação e injúria. Infelizmente ainda não é possível comemorar a diminuição, e muito menos a erradicação dessas formas de violência no Brasil.

Um marco fundamental das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres foi a criação das Delegacias de Defesa da Mulher, cuja primeira unidade foi inaugurada na cidade de São Paulo em 1985. Em 2023, após anos de mobilização de mulheres em torno da campanha “Violência não tem hora”, foi sancionado o projeto de lei que prevê o funcionamento das delegacias especializadas 24 horas por dia. Apesar desse avanço, é fundamental ampliar o número de delegacias e que elas tenham mais estrutura e atendimento de qualidade.

No plano legislativo, uma grande conquista das mulheres no Brasil foi a **Lei Maria da Penha**, aprovada pelo Congresso Nacional em 2006 com o objetivo de coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Essa norma, em diversos itens, garante às mulheres atendimento específico nas delegacias em caso de violência doméstica e familiar, além de providenciar investigações sobre os agressores. Também acabou com as penas pagas em cestas básicas ou multas e tornou o Estado o responsável pelo enfrentamento da violência contra a mulher. A lei possibilita, ainda, que agressores de mulheres no espaço doméstico ou familiar sejam presos em flagrante, ou tenham sua prisão preventiva decretada.

As diversas lutas desencadeadas pelo movimento feminista fizeram com que ocorressem no Brasil algumas mudanças no cotidiano das trabalhadoras brasileiras. No Rio de Janeiro, por exemplo, em 2006, foi aprovada uma lei que obriga trens e metrô do estado a reservarem um vagão apenas para as mulheres, nos dias úteis, das 6h às 9h e das 17h às 20h. O objetivo dessa lei era reduzir os casos de assédio sexual nesses meios de transporte e que as mulheres se sentissem seguras no vagão reservado a elas. Embora importante para o movimento feminista e para garantir a mobilidade das mulheres e a sua segurança, a luta contra o assédio não se resolve apenas com os vagões para mulheres, sendo necessárias também medidas educativas, especialmente para os homens, que podem gerar mudanças mais efetivas a longo prazo.

A lei foi chamada de Maria da Penha em homenagem à farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes (1945-), que, em 1983, por duas vezes, sofreu tentativa de assassinato por parte do seu ex-marido, ficando paraplégica por conta das agressões. Ela se tornou uma grande ativista, símbolo da luta das mulheres no combate à violência doméstica.



Maria da Penha em evento na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo (SP), 2024.

Vincent Bosson/Fotoarena

A violência contra a mulher no Brasil

Dados mais recentes divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), no *18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024*, revelaram uma queda de 3,4% no número de mortes violentas de mulheres em relação ao ano anterior; contudo, houve um crescimento de todas as modalidades de violência contra as mulheres.

O feminicídio aumentou 0,8% em 2023, chegando a 1 467 casos registrados no país. As tentativas de feminicídio também cresceram 7,2%, totalizando 2 797 vítimas. Além disso, as tentativas de homicídio contra mulheres aumentaram 9,2%, somando 8 372 casos.

Veja o infográfico que traça o perfil das vítimas de feminicídio.

O anuário aponta, ainda, aumento nas taxas de registros de agressões em contexto de violência doméstica (9,8%), ameaças (16,5%), perseguição (34,5%), violência psicológica (33,8%) e estupro (6,5%). As taxas são calculadas com base em dados extraídos dos boletins de ocorrência, primeiro registro oficial nos trâmites do Estado, de acionamentos à Polícia Militar e de Medidas Protetivas de Urgência, do Poder Judiciário. As modalidades de violência descritas atingiram o alarmante número de 1 238 208 mulheres.

Especialistas vinculadas ao FBSP, como as sociólogas Samira Bueno e Isabella Matosinhos, levantam a hipótese de que o aumento do número de feminicídios, em um contexto de queda nas taxas de homicídios, pode estar relacionado ao modo de registrar a ocorrência ao longo dos anos, uma vez que a possibilidade desse registro existe somente desde 2015. De acordo com o anuário, é esperado que os profissionais do sistema de justiça, especialmente os policiais responsáveis pelo primeiro registro, já estejam mais aptos a reconhecer o feminicídio e diferenciá-lo das demais formas de homicídio, o que, segundo as pesquisadoras, deve impactar na qualidade do registro. No entanto, ao analisar esses dados por estado, notam-se ainda diferenças importantes em relação à tipificação desses crimes como feminicídio e não como homicídio.

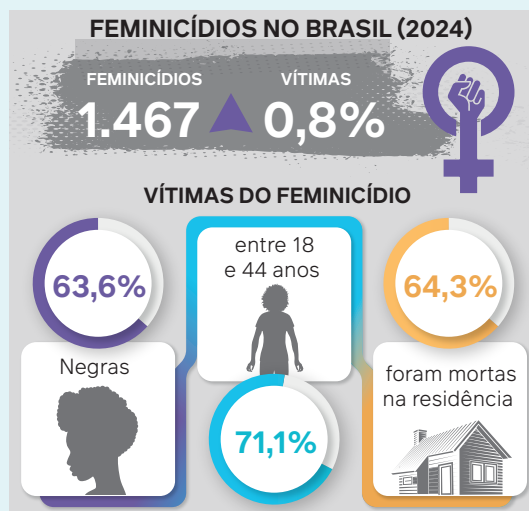
Desde a pandemia de covid-19, observou-se um crescimento em todos os tipos de violência contra mulheres e crianças. Esse é também um dado importante, levando em consideração que 64,3% dos feminicídios acontecem em casa e o isolamento social aumentou o tempo que as vítimas passavam com seus agressores. Nesse período, houve, ainda, a subnotificação de violência doméstica e a redução de acesso a redes de apoio formais e informais.

Como o próprio Anuário destaca, existem diversas teorias que buscam explicar os motivos da violência contra mulheres no Brasil. A antropóloga argentina Rita Segato (1951-) defende que a violência de gênero é uma manifestação de poder e controle profundamente enraizada nas estruturas patriarcais da sociedade brasileira e não deve ser analisada como um ato isolado de agressão. Há também a teoria dos ciclos de violência, elaborada pela psicóloga estadunidense Lenore Walker (1942-). Walker descreve os padrões cíclicos de comportamento em uma relação abusiva que auxiliam as mulheres a reconhecerem as fases desse ciclo de violência e a buscarem ajuda. Além disso, existe a teoria do *backlash*, termo em inglês que se refere à reação ou à retaliação de um grupo de pessoas a uma mudança ou a eventos recentes na sociedade. Nesse caso, o *backlash* se manifesta quando, à medida que as mulheres avançam em relação à promoção da igualdade de gênero em diferentes espaços, as violências contra mulheres aumentam, como uma tentativa de reverter esses progressos.

Diante do exposto, fica bastante evidente que a violência contra mulheres é uma questão urgente no país e que os programas de combate a essa violência foram e são importantes, mas muitos investimentos ainda precisam ser feitos em políticas nacionais e locais.

Com base nessas informações e na leitura do capítulo, reflita sobre o tema da violência contra as mulheres e proponha soluções para o enfrentamento desse grave problema social. Em seguida, em grupos, elaborem uma apresentação na qual exponham suas propostas de resolução para as seguintes questões:

1. O que motiva a violência contra as mulheres e como lidar com essas causas?
2. Como resolver o problema de subnotificações de crimes contra as mulheres?



Fonte: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário brasileiro de segurança pública 2024*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>. Acesso em: 18 set. 2024.



1. (UFU-MG – 2023)

Os estudos feministas sobre a violência de gênero consideram, em especial, como um dos pilares da violência contra a mulher, o patriarcado e, de modo correlato, a posição de dominação simbólica masculina. Contudo, reconhecem que há outros elementos que compõem a dinâmica da violência. Dessa forma, o patriarcado e a dominação masculina, se tomados isoladamente, seriam causas insuficientes para se explicar a violência contra a mulher. Apesar das fragilidades que ambos os conceitos apresentam na sociedade contemporânea, bem como das críticas que lhes são atribuídas, ainda assim trazem consigo significados e desdobramentos importantes para que se possa compreender a manutenção dos ordenamentos familiares, uma vez que não está rompida a máxima: “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”. Se a luta do movimento feminista torna pública a violência sofrida pelas mulheres, no sentido de reconhecê-la como problema que envolve a sociedade em geral, o poder familiar ainda a silencia.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Revista Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, Maio/Agosto, 2014. (Fragmento).

Conforme o texto, a violência de gênero envolve

- a hegemonia masculina, entendida como definidora de uma hierarquia de gênero no interior da família.
 - a divisão dos papéis sexuais numa sociedade patriarcal, em que a violência contra mulher sempre foi visível.
 - a família patriarcal e a conseqüente restrição desta forma de violência ao âmbito doméstico.
 - a nova condição da mulher no mercado de trabalho, o que reforça a dissimetria entre papéis de gênero.
2. Elabore um quadro para sistematizar as principais ideias que caracterizam as chamadas “quatro ondas” do movimento feminista. Para cada uma delas, procure situar o período e o contexto social em que aconteceu, quais eram as principais pautas e reivindicações, as principais intelectuais e suas ideias.
3. Sojourner Truth (c. 1797-1883) nasceu como uma mulher escravizada em Nova York, e, depois de receber alguma educação da família a que pertencia, tornou-se uma pregadora pentecostal, ativa abolicionista e defensora dos direitos das mulheres nos Estados Unidos. Leia um trecho de sua fala durante a Convenção dos Direitos da Mulher, ocorrida em Ohio, Estados Unidos, em 1851, e faça o que se pede.

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que

merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? [...]

TRUTH, S. Eu não sou uma mulher? *Geledés*, [s. l.], 8 jan. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 1º out. 2024.

O discurso de Sojourner Truth traz um elemento central abordado pelo feminismo negro, que é a intersecção entre a opressão de gênero e a racial, evidenciando a dupla discriminação sofrida pelas mulheres negras.

- Encontre no texto trechos que evidenciem essa intersecção.
- Como essa intersecção entre opressão de gênero e de raça pode ser observada na vida das mulheres negras contemporâneas? Apresente um exemplo tendo como base a realidade brasileira atual.

4. Leia o texto a seguir e faça o que se pede.

[...] esse ataque (Vila Sônia), em particular, me lembrou o caso de Realengo, que foi um massacre ocorrido em 2011, quando um ex-aluno [...] invadiu a escola armado com dois revólveres, matando 12 vítimas, e ferindo outras 22 pessoas. Uma análise do perfil das vítimas do massacre de Realengo revela que todas eram jovens estudantes do ensino médio, com idades entre 13 e 15 anos, e somente duas não eram do gênero feminino.

[...]

Em 2012, descobriu-se que o atirador de Realengo fora influenciado por uma seita masculinista, que deu origem a um fórum *online* [...] [e] foi deste mesmo fórum que os atiradores do Massacre de Suzano, anos mais tarde, tirariam dicas para outro crime. Nesse [...] [fórum], o atirador de Realengo era considerado como “herói”.

DAVID, J. F. O que nos falta aprender sobre atentados escolares em tempos digitais. *Consultor Jurídico*, [s. l.], 5 abr. 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-abr-05/juliana-david-falta-aprender-atentados-escolares/>. Acesso em: 1º out. 2024.

O caso mencionado no texto evidencia uma relação entre a propagação de discursos de ódio entre jovens em fóruns da internet, a misoginia e a violência em escolas. Em um debate coletivo com a turma, identifiquem quais são os fatores que motivam ações violentas como a descrita no texto, levando em consideração o recorte de gênero.



Representante estudantil celebra cota trans na UFRRJ: “Pode elevar expectativa de vida”

Natasha Ferrari fez história no campus de Seropédica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro ao se tornar a primeira mulher trans a entrar para a concorrida graduação em Agronomia. No entanto, relatos dão conta de que, por ser alvo de violência e não ter sua identidade respeitada, precisou mudar de curso.

Anos após o ataque aos direitos de uma pessoa trans, o Coletivo Madame – movimento estudantil pela permanência de pessoas trans na UFRRJ batizado em homenagem a Natasha, que era conhecida como Madame e faleceu em 2021, por Covid-19 – vibra com uma conquista histórica: a UFRRJ é a primeira universidade do Estado do Rio de Janeiro a reservar uma cota de 5% para pessoas trans nos cursos de pós-graduação.

Mabel Almeida, secretária-geral do coletivo, comemorou a aprovação da cota – que deve passar a valer na prática já no primeiro semestre de 2024. E mais do que respeito e, consequentemente, a abertura de mais espaço para pessoas trans estudarem em uma instituição pública de Ensino Superior, [...] o sistema talvez represente uma possibilidade a mais de sobrevivência: “Essa cota pode ajudar a elevar a expectativa de vida de pessoas LGBTQ+, que é curta... trans e travestis têm uma média de vida entre 30 e 35 anos. Então, essa condição para que entrem em uma universidade pode representar uma mudança de vida”.

MONTEIRO, L. M. Representante estudantil celebra cota trans na UFRRJ: “Pode elevar expectativa de vida”. *Jornal Atual*, 7 out. 2023. Disponível em: <https://jornalatual.com.br/representante-estudantil-celebra-cota-trans-na-ufrrj-pode-elevar-expectativa-de-vida/>. Acesso em: 2 out. 2024.

Há alguns anos, seria impossível ler uma reportagem como essa. No que diz respeito a gênero e sexualidade, nossa sociedade se modificou nas últimas décadas. A experiência de ser mulher e de ser homem passou por transformações significativas, as quais influenciaram a forma como as pessoas vivem o afeto, o sexo, o casamento, as relações familiares e a experiência de ter e criar filhos. Muitos jeitos de amar, de se relacionar e de formar uma família já existiam antes, mas eram discriminados, proibidos ou simplesmente não se falava deles. Nos últimos anos, porém,

ganham **visibilidade**.

Visibilidade, nesse contexto, significa que alguma pauta sobre a qual não se falava, que nós mesmos nem percebíamos, ou que propositalmente fingíamos que não existia, passa a ser enxergada e discutida pelas pessoas. As Paradas do Orgulho, por exemplo, foram uma estratégia que gays, lésbicas, bissexuais e transexuais criaram para dar essa visibilidade ao movimento LGBTQIAPN+, às necessidades e aos direitos das pessoas que se identificam como parte desse grupo.

Embora a sociedade esteja discutindo essas transformações, assim como ocorreu quando o divórcio e o voto feminino foram aprovados no Brasil, muitas pessoas ainda atuam de forma contrária e violenta às mudanças.



Vista aérea da 28ª edição da Parada do Orgulho LGBTQ+ na Avenida Paulista. São Paulo (SP), 2024.

Neste capítulo, vamos aprender alguns conceitos, conhecer histórias e compartilhar experiências que nos ajudem a ter uma compreensão consistente sobre a temática da diversidade sexual e de gênero.

Questionamentos

1. Discorra sobre a importância de políticas de reservas de vagas nas universidades.
2. Relacione a Parada do Orgulho com o aumento da visibilidade da pauta LGBTQIAPN+.
3. Converse com seus colegas e elabore uma defesa do valor da diversidade para o fortalecimento da democracia.



Sexo e gênero



Conforme já estudamos, quando falamos em **sexo** estamos considerando as características físicas de um ser humano, isto é, o que caracteriza os aspectos anatômicos, fisiológicos e morfológicos, entre os quais estão o órgão sexual, o genoma, o formato do corpo, entre outros aspectos relacionados à materialidade corpórea. Com base nesses critérios e aspectos, existem pessoas do sexo masculino, do sexo feminino e pessoas intersexuais, que apresentam características físicas de ambos os sexos. Para sermos ainda mais precisos: de um ponto de vista estritamente biológico, poderíamos falar em macho e fêmea; já os termos masculino e feminino são relacionados diretamente às representações socialmente elaboradas, agregando a eles expectativas de comportamento e papéis sociais que não são definidos pelas características anatômicas e fisiológicas.

O conceito de **gênero**, por sua vez, relaciona-se com a cultura e com os modos como os sujeitos reinterpretem expectativas socialmente elaboradas. Em vez de explicar as diferenças entre homens e mulheres pela anatomia, pelos hormônios ou pela genética, a ideia de gênero trata de como essas diferenças são produzidas nas relações sociais. E por serem as identidades de gênero elaborações de relações sociais, estão inseridas em hierarquias e classificações ou, em uma expressão, em relações de poder.

MOHD RASFAN/AFP



A discussão sobre sexo e gênero teve um episódio de repercussão mundial durante as Olimpíadas de Paris, França, realizadas em 2024, quando a boxeadora Imane Khelif foi vítima de notícias falsas e ataques por parte de conservadores. Enquanto a atleta sempre se identificou como mulher, outros a consideravam uma mulher trans, isto é, uma pessoa que nasceu do sexo masculino, mas que se identifica como mulher. Diferentemente do que os críticos afirmavam, a atleta nasceu com a genitália feminina, mas com os cromossomos XY, combinação atribuída geralmente a homens. Dessa forma, Imane Khelif é um caso intersexo para a Biologia. Embora sejam subnotificados, esses casos não são raros e representam, segundo a Organização das Nações Unidas, 1,7% da população mundial, uma proporção parecida com a de ruivos no planeta.

Atleta argelina Imane Khelif (1999-) conquista ouro no boxe nas Olimpíadas de Paris, 2024.

Há uma grande diferença entre um bebê humano do sexo masculino e um homem (no sentido de gênero masculino), na forma dominante como a nossa sociedade concebe um homem – no seu jeito de ser, de falar, de andar, de vestir, de agir. Via de regra, antes mesmo de uma criança nascer ela já tem um nome, que é masculino ou feminino; um enxoval, no qual predominam as cores rosa ou azul; expectativas de vida da família sobre ela, que têm a ver com a maneira como essa família entende que um homem ou uma mulher deva viver dentro dessa determinada sociedade. Não há nada na genética do cabelo da mulher que diga que ele é mais propenso a ficar comprido do que o do homem. Não há nada no formato do quadril de um homem que o impeça de usar uma saia. Se essas convenções existem, elas foram social, cultural e historicamente construídas.

Portanto, ainda que, como seres humanos, compartilhem determinadas características físicas, as concepções de masculino e feminino mudam de cultura para cultura, de grupo para grupo e se transformam ao longo do tempo dentro do mesmo espaço social. O significado de ser homem ou mulher numa grande cidade do Brasil no início do século XXI é diferente do que significa ser homem ou mulher numa grande cidade do Irã ou numa vila pequena no interior da China, nessa mesma época. E também bastante diferente do que significava ser homem ou mulher no início do século passado ou antes de 1500.

Identidade de gênero

Mesmo após diversas conquistas em direção à igualdade e liberdade nas pautas sobre sexualidade e gênero, as pessoas têm concepções diferentes de como são (ou deveriam ser) homens e mulheres. Dependendo da origem familiar, da religião, da idade, da filosofia de vida, do contexto cultural e das experiências que já viveram, as pessoas desenvolvem formas diferentes de viver o gênero e de construir sua identidade de gênero e as concepções que devem gerir a vida em sociedade.

Identidade de gênero é a consciência que cada indivíduo tem sobre si mesmo na relação com a cultura em que vive. Trata-se de uma autodeclaração de como a pessoa se sente diante dos diversos padrões de gênero.

A distinção entre sexo biológico e gênero foi definida pelo psiquiatra e intelectual estadunidense Robert Stoller (1924-1991) em 1968. Para as Ciências Sociais, não há, necessariamente, uma linha direta entre o sexo biológico e o comportamento de gênero, porque as práticas afetivas e sexuais não decorrem por obrigação do sexo biológico. O jeito de agir e de se relacionar de homens e mulheres (e a própria divisão binária dos gêneros) não é algo “natural” (no sentido biológico), que já vem programado na genética, mas é fruto de uma norma social que estabelece modelos de masculinidade e de feminilidade a serem seguidos. Essa norma não é definida por legislação – no Brasil, não há uma lei que diga como homens ou mulheres devem sentar-se, vestir-se, falar e trabalhar, mas essa norma é ensinada e aprendida a todo momento, nos programas de TV, nas postagens nas redes sociais, no cinema, no espaço de trabalho, no culto religioso, na escola, entre outros espaços de vivência da sociedade.

Durante a 27ª Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ do Rio de Janeiro, em 2022, foi apresentada a nova bandeira do movimento. A primeira versão da bandeira foi criada em 1978, nos Estados Unidos. Atualmente, além do arco-íris utilizado desde 1987, há uma seta que significa progresso; faixas preta e marrom, que representam o movimento antirracista; as cores azul, rosa e branco, que representam o orgulho trans; e as cores branco e amarelo com círculo roxo, que representam o orgulho intersexo.



Alexandre Rotenberg/Shutterstock.com

Bandeira do movimento LGBTQIAPN+.

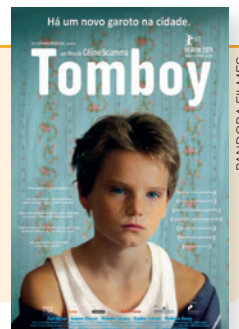
Embora não exista uma norma legal, existe uma forte norma social que direciona as pessoas a um determinado comportamento de gênero. São chamadas de **cisgênero** as pessoas que se identificam com o gênero atribuído ao nascer. Já as pessoas trans, ou **transgênero**, ao contrário do primeiro grupo, não se identificam com o gênero a elas atribuído pelos padrões sociais. Podem ser homens e mulheres trans, travestis e pessoas que transitam pelos diferentes gêneros sem se definir apenas como masculino ou feminino. No caso das travestis, o termo refere-se a pessoas atribuídas ao sexo masculino ao nascer, mas que se identificam como mulher. A distinção entre mulher trans e travesti não necessariamente passa por procedimentos médicos, mas, sim, é uma questão de identificação pessoal.

Essas identidades, portanto, dizem respeito à compreensão que a pessoa tem sobre si mesma e como ela deseja ser reconhecida socialmente.

Para ampliar

Assista

Tomboy, direção de Céline Sciamma (Hold Up Films, 2011, 82 min). Laure é uma garota de 10 anos que se muda para um novo bairro com a família. Por seu cabelo curto e seu jeito de se vestir, é confundida com um menino pelos novos vizinhos e passa a assumir essa identidade para socializar. O filme aborda, de forma sensível, a experiência da transexualidade vivida por uma criança.



Orientação sexual

Outro conceito fundamental do conhecimento sociológico nesse debate é a orientação sexual e afetiva. Esse conceito diz respeito a por quem uma pessoa se apaixona, por quem sente atração sexual e com quem deseja se relacionar. Embora geralmente se classifiquem as orientações sexuais em homossexual, heterossexual e bissexual, o desejo e o afeto são mais complexos e envolvem outras dimensões para além de sexo e gênero, de modo que há múltiplas formas de viver a sexualidade.

Com base em modelos tradicionais de gênero, existe uma forte pressão social para que as pessoas sigam os padrões; assim, a heterossexualidade é a orientação sexual mais aceita em todo o mundo. Em virtude da sociedade ocidental que vivemos estar fundamentada nessa perspectiva específica de sexo e gênero, encontramos nas formas de pensar, agir e viver uma tendência a considerar apenas esses modos de vida legítimos. Por consequência disso, todas as pessoas que não se identificam com esse padrão excludente sofrem algum tipo de discriminação.

Chamamos de **heteronormatividade** a combinação dessas duas normas, uma que divide as pessoas em homens e mulheres, com modelos de comportamento predefinidos, e outra que torna a heterossexualidade compulsória a todas as pessoas.

A heteronormatividade é a norma social que hoje ainda regula a maior parte das relações de gênero e sexualidade na nossa sociedade. Ela funciona com base em alguns pressupostos:

1. Os seres humanos são divididos em sexo masculino e sexo feminino.
2. Cada sexo corresponderia a um comportamento de gênero e uma prática social diferenciada, oposta e complementar.
3. A heterossexualidade é a única orientação possível, natural e compulsória para todas as pessoas.
4. Pela heterossexualidade compulsória, o esquema binário masculino/feminino se completa e o modelo se reproduz, confundindo-se gênero e sexualidade.

Para ampliar

Ouçã

Paula e Bebeto, de Caetano Veloso e Milton Nascimento: CD Minas, de Milton Nascimento (1975). A canção ficou marcada pela frase “Qualquer maneira de amor vale a pena”, que passou a ser frequentemente utilizada em manifestações a favor dos direitos LGBTQIAPN+.

Nossa tradição cultural sexista e machista faz com que muitas pessoas confundam o desejo por alguém do mesmo sexo com a vontade de pertencer a outro gênero. Se um homem tem modos de se comportar que identificamos como feminino, boa parte das pessoas imagina que ele seja gay. Ao contrário, homens que mantêm relações sexuais com outros homens e apresentam estereótipo masculino, muitas vezes não vão ser reconhecidos como homossexuais. Nessa discussão, é importante não confundir identidade de gênero com orientação sexual. Portanto, do mesmo modo que entre as pessoas cisgênero há hetero, bi e homossexuais, entre outros, as pessoas trans também podem ter variadas orientações sexuais, sem deixar de ser transgênero por causa disso.



Fontes: REIS, T. (org.). *Manual de Comunicação LGBTI+.* 2. ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino, 2018. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (Brasil). *Infográfico.* Florianópolis, 17 maio 2026. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=1247843461922762&set=a.165611163479336>. Acessos em: 2 out. 2024

Transfobia e homofobia

Se nos últimos anos pessoas trans, homo e bissexuais ganharam visibilidade em sua luta por ampliação de direitos, também ficou mais evidente a violência dirigida a elas.

Homofobia é a discriminação ou violência contra pessoas em razão da sua orientação sexual homossexual, seja real, seja presumida. Não permitir, por exemplo, que um casal de mulheres adote uma criança pelo fato de serem lésbicas é homofobia. Fazer piadas e comentários ofensivos a pessoas homossexuais, também.

Transfobia é a discriminação dirigida a pessoas em razão de sua identidade de gênero. O alvo são as pessoas trans. Não reconhecer a identidade de gênero de uma pessoa trans ou dispensá-la de um processo de seleção para o emprego por conta de sua identidade, por exemplo, são formas de transfobia.

Em 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) coletou, pela primeira vez, por meio da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), dados sobre a composição da população adulta de acordo com a orientação sexual autoidentificada. Entre as pessoas de 18 anos ou mais, 2,9 milhões se declaram como lésbicas, gays ou bissexuais, mas o IBGE alerta para a possibilidade de subnotificação. A respeito da discriminação dessa população, o Instituto PoderData realizou um estudo em janeiro de 2024 que demonstrou que 70% dos brasileiros acham que há homofobia no Brasil.

Para o sociólogo Gustavo Venturi (1958-2022), os altos índices de discriminação e violência, seja física, verbal, seja psicológica, demonstram que, por trás da imagem de liberalidade que o senso comum atribui ao povo brasileiro, particularmente em questões comportamentais e de sexualidade, há graus de intolerância com a diversidade sexual bastante elevados. Estes são coerentes, na verdade, com o grande número de crimes motivados por homofobia ou transfobia registrados no Brasil.

A homofobia e a transfobia se materializam de muitas maneiras. A **invisibilidade** se manifesta, por exemplo, na ausência de personagens homossexuais e de demonstrações de seu afeto na televisão ou ainda na falta de políticas públicas de saúde para homens trans são alguns exemplos de ações que pressupõem que essas pessoas não existam ou não devam ser vistas. A **estigmatização**, que alimenta preconceitos contra essas pessoas como se fossem doentes, perversas, imorais ou perigosas. A **discriminação** no acesso a direitos civis – como a liberdade de expressão, o reconhecimento legal do casamento, a adoção ou o reconhecimento da sua identidade de gênero – e a direitos sociais, como se matricular e ser respeitado na escola e não ser excluído de oportunidades de trabalho. A **violência física e psicológica**, que pode levar, em alguns casos, mesmo à morte.

Segundo o dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) sobre assassinatos contra travestis e transexuais no Brasil em 2023, foi registrado um total de 1057 assassinatos de pessoas trans, travestis e não binárias no país entre 2017 e 2023. De acordo com o dossiê, foram

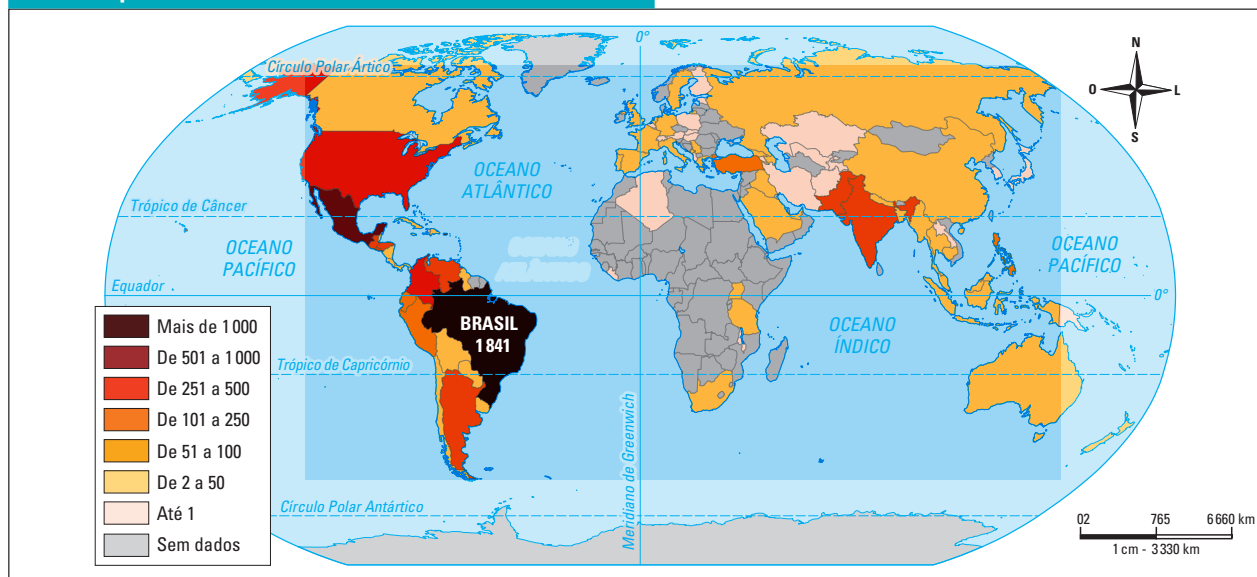
[...] 145 assassinatos em 2023 e 131 casos em 2022; 140 casos em 2021; 175 casos em 2020; 124 casos em 2019; 163 casos em 2018 e; 179 casos em 2017 (o ano com o maior número de assassinatos de pessoas trans na série histórica). O que representa uma média de 151 assassinatos por ano e 13 casos por mês.

No comparativo entre os anos de 2022 e 2023, foi percebido aumento de 10,7% no número de assassinatos contra pessoas trans, passando de 131 em 2022 para 145 em 2023. No mesmo momento em que o país observou queda de 5,7% nos assassinatos gerais da população.

BENEVIDES, B. G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*. Brasília, DF: Distrito Drag; Antra, 2024. p. 43. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 2 out. 2024

O dossiê citado noticia também os resultados apurados pelo Transrespect, observatório que acompanha a violência contra pessoas trans assassinadas no mundo. Desde o início do levantamento, iniciado em 2008, pelo 15º ano consecutivo, o Brasil tem sido o país com maior número de registros de assassinato de pessoas trans no mundo. De 2008 até setembro de 2023, foram 1841 assassinatos registrados no Brasil.

Mundo: pessoas trans assassinadas – 2008-2023



Fonte: TRANS murder monitoring numbers. In: TRANSRESPECT.ORG. [S. l.], [2023]. Disponível em: <https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/>. Acesso em: 2 out. 2024.

▼ Acesso

Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra): site com uma ampla base de dados e orientações sobre transexuais e travestis para consulta, estudo e formas de lidar contra discriminações e preconceitos. Disponível em: <https://antrabrasil.org/>. Acesso em: 2 out. 2024.

Há pesquisas que mostram como a discriminação e a violência homofóbica e transfóbica acontecem em vários espaços: na família, na comunidade, no trabalho, em espaços públicos e também na escola. Essa violência é alimentada por uma série de preconceitos que estigmatizam homossexuais, bissexuais e pessoas trans. Um desses estigmas é de que a homossexualidade e a transexualidade são doenças. Essa ideia remonta à ascensão da ciência, em especial da Medicina, no século XIX. É na Psiquiatria que se inicia o processo de patologização desses comportamentos, ou seja, caracterizar como doença padrões antes tratados como desvios no campo da moral e da religião. O que era pecado ou imoral passou a ser visto como transtorno mental, e quem antes era considerado pecador passa a ser definido como um doente que precisa de tratamento. É nessa época, inclusive, que surge a palavra “homossexualismo”.

[...] O sufixo ISMO é de origem grega e carrega dois sentidos principais: a ideia de uma doutrina, seita ou conjunto de ideias (Cristianismo, Judaísmo, Marxismo) ou a ideia de doença (tabagismo, alcoolismo, botulismo). Já o sufixo DADE traz um sentido de expressão, manifestação humana (identidade, felicidade, espontaneidade, sexualidade). Assim, o termo homossexualismo carrega uma ideia conservadora que enxerga os homossexuais como doentes ou desviantes. Já a palavra homossexualidade nos remete à ideia de que ela é apenas mais uma expressão da sexualidade ou da identidade humana. O termo homossexualismo foi criado no final do século XIX por médicos, como a classificação de uma doença. Nas últimas décadas do século XX, os códigos de doenças retiraram a homossexualidade de suas classificações e, em 1990, a Organização Mundial de Saúde aboliu a homossexualidade como doença de todas as listas. Além disso, em 2001 o Conselho Federal de Psicologia do Brasil proibiu profissionais da área de realizarem qualquer tratamento que vise uma possível “cura” da homossexualidade. O que não é doença não precisa ser curada.

BORTOLINI, A. Diversidade sexual, gênero e homofobia na escola: introduzindo um debate. *Retta*, Seropédica, Rio de Janeiro, v. 3, 2012, p. 73.

A transexualidade, no entanto, ainda é bastante patologizada. Para que uma pessoa possa fazer uma cirurgia de transgenitalização no Brasil, por exemplo, é preciso a aprovação de um grupo de profissionais de saúde. E ainda constam no Código Internacional de Doenças (CID) transtornos ligados a uma incompatibilidade entre o sexo biológico e a identidade de gênero.

Para muitos pesquisadores, principalmente das Ciências Humanas, a experiência de viver um gênero diferente daquele designado no nascimento não tem relação com qualquer transtorno mental, mas é uma experiência de identidade. Uma das lutas hoje dos movimentos sociais que reúnem pessoas trans é para que a experiência trans deixe de ser tratada como uma questão médica e passe a ser encarada como direito. O conceito de identidade de gênero permite que se possa reconhecer o direito de cada pessoa à livre construção da sua personalidade na relação com as concepções de masculinidade e feminilidade disponíveis na cultura. Um direito que, segundo reivindicam, não deve estar subjugado a um diagnóstico psiquiátrico.

Mas essa realidade já está mudando. Em 2010, a França foi o primeiro país a deixar de considerar a transexualidade como transtorno mental. Em 2012, a Associação Americana de Psiquiatria revisou a forma como a transexualidade aparece no seu Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. E em 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) removeu de sua relação oficial de doenças no CID.

Maycon Soldan/Fotoarena



Manifestação contra a transfobia. Campinas (SP), 2019.

Identidade de gênero e orientação sexual em algumas culturas

A humanidade, ao longo da história e em diferentes culturas, criou modos diferentes de lidar com o gênero e a sexualidade. Dependendo do momento histórico e da sociedade observada, encontramos culturas mais restritivas ou mais flexíveis com relação à orientação sexual e à possibilidade de transitar entre os gêneros. Apesar de esses temas parecerem novos, há registros de práticas homossexuais ou de experiências trans (usando palavras atuais para falar do passado) desde a Antiguidade. São bastante conhecidos os relatos de relacionamentos e práticas homossexuais na Grécia Antiga e no Império Romano. Na América do Sul, há registro de práticas homossexuais socialmente aceitas entre o povo indígena tupinambá. Os *tibira* e as *çacoaimbeguira* (palavras de origem tupi) eram homens e mulheres, respectivamente, que mantinham relações com pessoas do mesmo sexo, sem necessariamente assumirem o lugar social do outro gênero.

Já entre povos indígenas estadunidenses, encontramos modos próprios de lidar com o que hoje chamaríamos de experiências trans. Os *yuman* (ou *quechan*) acreditavam em uma “mudança de espírito” que podia acontecer na puberdade. Após a experiência em sonho de se transformarem em mulher, jovens homens passavam a adotar um comportamento feminino e eram então chamados de *elxa*. As mulheres que passavam pelo processo inverso recebiam o nome de *kwe'rhame*. Ambos assumiam na comunidade o lugar do seu novo gênero, e não mais do que lhes foi atribuído no nascimento.

Os séculos que se seguiram à chegada de europeus na América foram de severa repressão a práticas que eram consideradas imorais ou pecaminosas para os colonizadores cristãos. A dominação colonial trouxe consigo a imposição de uma moral judaico-cristã, que estabelecia uma hierarquia de gênero com lugares e comportamentos definidos para homens e mulheres, enxergava o sexo e o prazer como pecado e condenava qualquer prática sexual que não fosse voltada exclusivamente à reprodução. Essa moral judaico-cristã foi levada também a outros lugares do mundo colonizados pela Europa, na África, na Ásia e na Oceania.

Por sua vez, a expansão de diversas formas de islamismo, em que há alguns discursos de condenação de práticas homossexuais, contribuiu também para a disseminação de uma cultura de repressão sexual e de gênero, especialmente no Oriente Médio e na África.

Todo esse histórico explica o contexto do início do século XX, no qual a homossexualidade ainda era criminalizada e/ou perseguida em quase todo o mundo. Mas, apesar de toda essa repressão, pessoas continuaram se relacionando com outras do mesmo gênero e transitando entre o masculino e o feminino (ou rompendo com essas polaridades). A partir da segunda metade do século passado, esses sujeitos ganharam maior visibilidade, construíram identidades coletivas e se organizaram para reivindicar direitos.

Nos anos 1950 e 1960, *gays*, *lésbicas* e pessoas trans formaram comunidades em grandes cidades como Nova York, São Francisco, Paris, Londres, São Paulo e Rio de Janeiro, onde viviam um misto de tolerância e perseguição: podiam desfrutar de certa liberdade, mas eram alvo rotineiro de repressão policial e da ação de grupos conservadores. Um marco internacional do movimento por direitos de trans e homossexuais foram os conflitos ocorridos em Nova York no final da década de 1960, em que essas pessoas enfrentaram os policiais que sistematicamente os extorquiam, agrediam e realizavam prisões arbitrárias nos bares que frequentavam, como o Stonewall Inn – cujo nome foi dado ao episódio onde a revolta começou, conforme já estudamos.

[...] Uma explosão de raiva e frustração prolongou-se por dois dias e duas noites, numa dimensão nunca antes vista. Daí em diante, o “orgulho de ser gay e lésbica” tornou-se, além de uma palavra de ordem, o ponto de partida na luta contra a discriminação, o preconceito e a intolerância social contra os homossexuais.

MELLO, L. *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p. 199.

A data da Revolta de Stonewall, 28 de junho de 1969, passou a ser considerada como o Dia Internacional do Orgulho LGBT e é comemorada em Paradas do Orgulho em muitas cidades do mundo.

Chamado de Tibira do Maranhão, o indígena tupinambá teria sido o primeiro caso de assassinato por homofobia no Brasil, em 1614, segundo alguns antropólogos e ativistas indígenas. Em 2016, foi erguido um monumento em sua homenagem na Praça Marcílio Dias, no centro de São Luís, capital maranhense, onde ele foi executado, amarrado à boca de um canhão.



Gravura representando Tibira do Maranhão, de autoria do missionário francês Claude d'Abbeville (?-1632), que participou de expedição ao Brasil em 1612.

Papéis de gênero em diferentes culturas

Como estudamos neste capítulo, ao longo da história existiram diferentes modos de lidar com o gênero e a sexualidade. Um trabalho precursor dos atuais debates sobre os estudos de gênero surge antes mesmo da utilização desse termo, com base nas pesquisas desenvolvidas pela antropóloga estadunidense Margaret Mead (1901-1978) em sua obra *Sexo e temperamento em três sociedades primitivas*, publicada originalmente em 1935.

Ao comparar as etnografias de três culturas, arapesh, mundugumor e tchambuli, em Papua Nova Guiné, Mead observou que os temperamentos (personalidades) associados a mulheres e homens nessas sociedades eram bastante distintos.

Entre os arapesh, tanto homens quanto mulheres apresentavam um comportamento cooperativo em relação aos cuidados das crianças, mostrando-se gentis, afetivos e pouco agressivos.

Os mundugumor, por sua vez, caracterizavam-se pelo comportamento agressivo, violento e competitivo e, nesse sentido, também não havia diferenças significativas entre homens e mulheres.

Em relação aos tchambuli, a antropóloga notou algo bastante distinto, até mesmo em comparação com sua própria cultura – a sociedade estadunidense dos anos 1930. As mulheres tinham um protagonismo e não estavam limitadas a atividades restritas à esfera doméstica, como os cuidados com as crianças. Pelo contrário, eram as provedoras, responsáveis pelas negociações nas aldeias, mostrando-se mais competitivas e agressivas. Já os homens eram mais afetivos, dedicavam-se à arte e à estética, atividades consideradas femininas em muitas culturas.

Esse estudo levou Margaret Mead a concluir que as características atribuídas a homens e mulheres não são inatas, são culturalmente construídas e aprendidas em sociedade. De acordo com a antropóloga, a cultura é que “determinava” os temperamentos, e não a biologia. As diferenças entre os comportamentos femininos e masculinos não poderiam ser explicadas com base no corpo, mas, sim, no aprendizado cultural.



Margaret Mead dialogando com mãe e filho nas Ilhas do Almirantado. Papua Nova Guiné, 1953.

Bettmann Archive/Getty Images

Movimento social LGBTQIAPN+ no Brasil



Apesar da existência de grupos de convivência e espaços de socialização bem mais antigos, podemos dizer que um movimento homossexual, com uma intencionalidade política assim definida, surgiu no Brasil no final da década de 1970. Essa aparição tardia – se comparada com países com perfil semelhante, como México e Argentina, que viveram esse momento já nos finais dos anos 1960 – pode ser justificada talvez pela repressão política e moral imposta pela Ditadura Civil-Militar brasileira, especialmente a partir de 1968.

Quando o regime militar resolveu evitar uma explosão social ao implementar um processo de liberalização política lento e gradual em meados dos anos 70, alguns grupos imediatamente se reuniram para questionar as noções hegemônicas da homossexualidade, que a consideravam um comportamento pervertido e doentio. Embora os grupos que se formaram dos fins dos anos 70 em diante não evoluíssem para movimentos de massa, eles conseguiram provocar debates nacionais sobre temas como parceria civil, discriminação e violência social contra homossexuais.

GREEN, J. N. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2000. p. 454.

Em 1978, foi fundado o Somos, em São Paulo, primeiro grupo que reconhecidamente tinha os direitos dos homossexuais como bandeira. Em 1980, aconteceu o I Encontro Brasileiro de Homossexuais (Ebho), reunindo mais de seis grupos e 600 pessoas. Nessa época, foi fundado, no Rio de Janeiro, um jornal voltado para a comunidade homossexual, chamado de *Lampião da Esquina*, que funcionou entre 1978 e 1981.

Muito pouco tempo depois desse florescer, o movimento homossexual brasileiro, ainda incipiente, foi fortemente atingido pela epidemia da Aids. Mas, se por um lado a Aids marcou violentamente a comunidade homossexual, tanto pelo estigma cultural quanto pelas mortes concretas de muitas pessoas, inclusive ativistas e lideranças, por

outro, ela trouxe uma visibilidade antes nunca alcançada. Os meios de comunicação e a sociedade como um todo passaram a conhecer melhor o cotidiano e a realidade vivida pelos homossexuais naquele momento da história do país.

Já na década de 1990, o movimento voltou a crescer, com o aumento do número de grupos e a periodicidade dos encontros, muitos deles agora acontecendo paralelamente a eventos de combate à epidemia de Aids. Para além dos gays, as lésbicas, as travestis e os transexuais começaram a ganhar mais visibilidade. Em 1995, aconteceu também aquela que foi considerada a primeira marcha do Brasil a reunir lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, no Rio de Janeiro, em virtude do encerramento das atividades de um encontro internacional organizado na cidade.



Dadá Cardoso/Folhapress

Considerada a primeira Parada LGBTQIAPN+ do Brasil, a Marcha pela Cidadania marcou o encerramento da 17ª Conferência da Associação Internacional de Gays e Lésbicas (ILGA).

A Marcha pela Cidadania ocorreu em 25 de junho de 1995, em Copacabana, Rio de Janeiro (RJ).

Desde o início, o objetivo dessa e de tantas outras marchas e paradas realizadas no Brasil foi, em especial, visibilizar os sujeitos, denunciar a violência homofóbica e defender bandeiras de luta do movimento, como o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans e a criminalização da homofobia. Nos anos seguintes, as paradas ampliaram seu público e se consolidaram como o espaço principal de manifestação e visibilidade.

Mas foi nos primeiros anos do século XXI que elas se tornaram mais expressivas, chegando a contabilizar, no caso do Rio de Janeiro e especialmente de São Paulo, a participação de mais de um milhão de pessoas. Atualmente, as paradas não se restringem mais aos grandes centros e acontecem em pequenas cidades no interior e nas periferias dos centros urbanos. Além disso, não se usa mais o termo Movimento Homossexual e, sim, **Movimento LGBTQIAPN+** (sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, *Queer*, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não Binários e outras identidades).

Essa visibilidade também está representada na expansão de um mercado de consumo específico – agências de turismo, hotéis, revistas, bares, lojas e marcas. Uma inclusão, segundo alertam alguns especialistas, restrita a homossexuais e trans que tenham dinheiro para pagar.

Desde meados da década de 1990, é possível, ainda, encontrar uma presença mais marcante e permanente – e, talvez, numa abordagem menos estereotipada – em novelas e programas de TV. Personagens homossexuais, bissexuais e trans aparecem não como motivo de piada, pena ou condenação, mas, sim, em papéis que exercem importante impacto no debate público sobre orientação sexual e identidade de gênero.

A internet também se configura como um espaço repleto de conteúdos que discutem abertamente essas questões.

Essas mudanças parecem ter produzido resultados nas políticas públicas, e muitos governos têm investido em ações de combate à discriminação e para o reconhecimento e a valorização das diferenças.

Do ponto de vista da representação política, no que se refere ao Poder Legislativo, em 2022, foram eleitos 22 parlamentares LGBTQIAPN+, sendo quatro parlamentares federais e 18 estaduais, entre os quais estão representantes de todas as regiões do país.

Para ampliar

Ouça

Flutua, de Johnny Hooker: CD *Coração* (2017). A letra da canção aborda o amor entre dois homens e desafia as convenções sociais, questionando se as pessoas podem dizer como se deve amar.



Casal homossexual celebrando casamento civil.

Mas é no Judiciário que residem os maiores avanços. No dia 5 de maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) acolheu uma das reivindicações históricas do movimento: o reconhecimento legal da união estável de casais do mesmo sexo. Algum tempo depois, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) abriu caminho para que casais homossexuais pudessem finalmente ter direito ao casamento civil. Com essa medida, o Brasil se equiparou a outros países que já haviam regulamentado as uniões homoafetivas, como grande parte da Europa, a Argentina e o Uruguai. Em 2019, o STF reconheceu a transfobia e a homofobia como crimes, inseridos na Lei nº 7.716, de 1989. Essa norma legal ficou mais conhecida como Lei do Racismo, porém ela pune todo tipo de preconceito ou discriminação de origem, raça, cor, sexo e idade.

Nos Estados Unidos, o reconhecimento legal do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo foi aprovado pelo Poder Judiciário estadunidense em 26 de junho de 2015, com grande impacto nas redes sociais e nos meios de comunicação.

É também na Justiça que pessoas trans têm conseguido a mudança do nome e do sexo no registro civil. Não há hoje nenhuma lei federal brasileira que regule o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans e que lhes permita a alteração do prenome de registro de forma simples e ágil. Sendo assim, buscam-se estratégias para que o nome e o gênero pelos quais elas se identificam sejam reconhecidos, inclusive nas escolas. No Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), por exemplo, já é possível para pessoas trans se inscreverem e serem tratadas pelo seu **nome social**. O Ministério da Educação recomenda que todas as escolas e universidades reconheçam a identidade de gênero de pessoas trans.

No processo de construção de sua identidade de gênero, pessoas trans em geral assumem um nome social, que vem substituir, nas suas relações, o nome de registro civil. A assunção deste nome social não é mero detalhe, mas, pelo contrário, está intimamente ligada à afirmação de sua identidade. Quando uma instituição, uma empresa ou alguém não se dirige a essas pessoas utilizando o nome social que reflete sua identidade de gênero, nega-lhes o reconhecimento de sua própria identidade, contribuindo inclusive para torná-las mais vulneráveis a situações de violência e discriminação.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD-LGBT). *Parecer nº 01, Resolução nº 12, 16 de janeiro de 2015*. Brasília: SDH, 2015. p. 2. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/old/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012-anexo>. Acesso em: 2 out. 2024

Mesmo com todas essas transformações, a discriminação e a violência contra pessoas trans e homossexuais ainda persistem no Brasil e no mundo. Em 2015, o número de países que criminalizavam a homofobia chegava a 78. A pena de morte para os homossexuais, por sua vez, ainda está presente em países como Arábia Saudita, Irã, Mauritânia e Iêmen, e em regiões da Nigéria e da Somália. Já no relatório da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (ILGA), denominado *Homofobia Patrocinada pelo Estado*, divulgado em março de 2019, ainda há 11 países que punem com pena de morte relações homoafetivas. E, no total, um em cada três países do mundo condena a homossexualidade.

Trata-se de questões bem concretas, e não de um embate entre ideias. Os movimentos sociais que têm o gênero como parte da sua agenda denunciaram e continuam a denunciar o fato de que alguns indivíduos, pelas suas características, têm menos chances do que outros de ser respeitados e são alvos de violências e humilhações cotidianas. [...] A violência contra a população homossexual se ancora no entendimento de que existem formas corretas de amar e se relacionar com outras pessoas, enquanto outras seriam desvios que marcam os indivíduos negativamente, fazendo com que integrem o grupo dos que poderiam ser violentados e torturados sem que isso gere sobressaltos ou fira a democracia.

BIROLI, F. A “Ideologia de gênero” e as ameaças à democracia. *Blog da Boitempo*, 26 jun. 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/06/26/a-ideologia-de-genero-e-as-ameacas-a-democracia/>. Acesso em: 2 out. 2024.

Embora os direitos civis de pessoas trans e homossexuais tenham cada vez mais sido garantidos em países de todos os continentes, a luta por igualdade e respeito ainda continua.



1. Qual é a diferença entre sexo e gênero? O que significam os conceitos de orientação sexual e identidade de gênero?
2. (Unicamp-SP – 2022)

No Brasil, um exemplo de história que precisa ser narrada é a dos movimentos em defesa dos direitos que hoje reconhecemos como movimentos LGBTQIA+. Tais movimentos eclodiram como um ato de resistência em plena ditadura civil-militar, marcada pela repressão e por ideais conservadores. Naquele contexto, a busca por visibilidade passou a ser compreendida como um dos elementos fundamentais para a conquista da cidadania. Entre outras coisas, os ativistas defendiam que os direitos políticos, sociais e civis tornam-se socialmente legítimos para os cidadãos quando envolvem o direito aos meios de comunicação e à livre expressão.

(Baseado em Vinicius Ferreira e Igor Sacramento, Editorial: Movimento LGBT no Brasil: violências, memórias e lutas. *Reciis – Rev Eletrôn Comun Inf Inov Saúde*. 2019 abr.-jun.13(2): p. 234-239.)

A partir da leitura do texto, assinale a alternativa correta acerca da historicidade dos movimentos políticos identitários e suas estratégias políticas de ação.

- a) Esses movimentos eclodiram na segunda metade do século XX, foram perseguidos e silenciados pela ditadura militar e retornaram à cena pública após a instauração de um regime democrático.
 - b) Por sua capacidade de obter alcance social, desde a década de 1970, as mídias são ferramentas para a construção de uma cidadania plena, sendo a busca por visibilidade, portanto, uma das estratégias de ação do movimento LGBTQIA+.
 - c) O Brasil do século XX construiu-se como uma democracia racial, o que garantiu aos movimentos políticos e identitários nacionais o acesso aos direitos civis, políticos e sociais, esvaziando as agendas dos militantes LGBTQIA+.
 - d) Na atualidade, a onda de crimes de homofobia e transfobia estimulam o movimento LGBTQIA+ a rever a pauta da visibilidade dos sujeitos, tornando a militância mais discreta e voltada para o espaço privado da ação dos indivíduos.
3. Quais foram as transformações que aconteceram a partir da metade do século XX e que garantiram o avanço dos direitos de pessoas trans e homossexuais?
 4. Com base em pesquisa prévia e nos dados do relatório da ILGA que estudamos no capítulo, intitulado *Homofobia Patrocinada pelo Estado 2019*, junte-se a um colega e investiguem um país que apresente legislação sobre orientação sexual. Organizem-se para que as duplas formadas na turma pesquisem países distintos. Podem ser contemplados tanto países que tenham leis de proteção à discriminação por orientação sexual quanto países que criminalizem as relações entre pessoas do mesmo sexo. Orientem-se de acordo com as seguintes etapas.
 - a) Realizem pesquisas em *sites* na internet e portais de notícias confiáveis e procurem destacar informações respondendo às perguntas: O que diz a lei desse país sobre discriminação ou criminalização das relações entre pessoas do mesmo sexo? Qual é a situação das pessoas trans ou homoafetivas nesse país? Há movimentos sociais organizados de defesa dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+ no país?
 - b) Sistematizem as informações encontradas sobre o país estudado em uma apresentação para a turma, que pode ser feita em forma de cartaz ou em meio digital.
 - c) Em data combinada com o professor, apresentem os resultados de sua pesquisa para os colegas.
 5. O movimento LGBTQIAPN+ passou por diversas transformações ao longo das últimas décadas. Qual das alternativas abaixo **NÃO** representa uma conquista ou avanço do movimento no Brasil?
 - a) O reconhecimento legal da união estável de casais do mesmo sexo.
 - b) A criminalização da homofobia e da transfobia.
 - c) A possibilidade de pessoas trans alterarem seu nome e gênero no registro civil sem necessidade de autorização judicial.
 - d) A inclusão de personagens LGBTQIAPN+ em novelas e programas de TV.



Povos indígenas no Brasil

Dia dos Povos Indígenas: entenda por que 'dia do índio' é considerado pejorativo

[...] [O] dia 19 de abril [...] é o **Dia dos Povos Indígenas no Brasil**. A data é marcada pela luta dos povos tradicionais por reconhecimento de direitos e respeito às tradições milenares.

A data era chamada de "dia do índio". Porém, a Lei 14.402, de julho de 2022, mudou a nomenclatura. Defensores das causas indígenas argumentam que a mudança foi de um termo genérico para uma expressão que considera a diversidade dos povos indígenas que vivem no Brasil.

Para Márcio Kókoj Werá Popyguá, líder espiritual da Terra Indígena Mangueirinha, no Paraná, a mudança reflete numa nova visão sobre os indígenas e retira o tom pejorativo da palavra "índio", atribuída aos povos originários por quem, segundo ele, invadiu terras latino-americanas desde o século XV.

"Esse termo 'índio' para nós não era bom. Há muitos anos a gente vinha tentando mudar isso e, agora sim, temos povos indígenas para representar as etnias, o respeito às etnias, à questão da originalidade do povo, ou seja, somos povos originários do Brasil", disse Márcio.

Para a cacique da Terra Indígena ilha da Cotinga, no Paraná, Juliana Kerexu Rete Marian, o novo nome traz um debate importante sobre a forma como os indígenas são vistos na sociedade e reforça a ancestralidade, uma vez que indígena tem significados etimológicos como "nascido ali" e "originário".

"É um grande significado porque traz uma outra forma de entendimento para o não indígena, de reconhecer também, entre aspas, 'qual é o lugar do indígena hoje?'. [...]"

GIOMBELLI, G. Dia dos Povos Indígenas: entenda por que 'dia do índio' é considerado pejorativo. *G1*, Foz do Iguaçu, 19 abr. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2024/04/19/dia-dos-povos-indigenas-entenda-por-que-dia-do-indio-e-considerado-pejorativo.ghtml>. Acesso em: 27 jun. 2024.

Ernesto Reghran/Pulsar Imagens



Manifestação de indígenas da etnia kaingang contra a aprovação do marco temporal. Londrina (PR), 2023.

Em 2023, indígenas de todo o país se mobilizaram para pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF) a não aprovar a tese que ficou conhecida como marco temporal.

Questionamentos

1. Podemos afirmar que, antes de os portugueses chegarem às terras brasileiras, não existiam "índios"?
2. Qual é o posicionamento das lideranças indígenas que foram entrevistadas sobre essa nomenclatura?
3. Você ouviu falar sobre o marco temporal? Discuta com a turma o que isso significa.

O conceito de indígena

Um dos primeiros cuidados que se deve ter ao estudar os povos indígenas é reconhecer neles a capacidade de autodeterminação. Fazer isso passa, necessariamente, por reconhecermos o direito de cada um dos mais de 200 povos indígenas que vivem no território brasileiro de serem chamados pelo nome com o qual eles mesmos se identificam.

O nome “índio” surgiu com os colonizadores portugueses e espanhóis. Sabe-se que um dos objetivos das Grandes Navegações era encontrar uma nova rota de comércio com o Oriente. Quando os europeus desembarcaram no continente americano, no século XV, acreditaram ter chegado “às Índias” (atualmente, apenas Índia, país localizado no continente asiático). Para se referir aos nativos do território que acreditavam ser as Índias, os navegadores recém-chegados adotaram o termo “índios”. Contudo, antes da chegada dos europeus, os povos que habitavam os territórios que depois vieram a ser o Brasil e o continente americano não tinham um nome comum que os definisse. Pelo contrário, cada povo tinha sua própria denominação, que o diferenciava dos demais. Existiam, por exemplo, os pataxó, os tupinambá, os temiminó, os potiguara, e muitos outros.

Desde o início da colonização portuguesa houve muita especulação sobre a origem dos povos indígenas e até mesmo se eles eram seres humanos. A hipótese predominante em estudos tradicionais da Arqueologia é de que os povos que habitavam as Américas eram provenientes do continente asiático. Dessa forma, a teoria que se tornou mais comum é que eles teriam atravessado o estreito de Behring (localizado entre a Sibéria, na Rússia, no continente asiático, e o Alasca, na América do Norte) e se espalhado pelo continente cerca de 14 a 12 mil anos atrás. Por sua vez, pesquisas recentes questionam essas interpretações. Um exemplo é o trabalho da arqueóloga franco-brasileira Niède Guidon (1933-), que identificou vestígios na Serra da Capivara (Piauí) com datas acima de 35 mil anos, contrariando essa hipótese predominante. Para tornar essas interpretações ainda mais inconclusivas, estudos linguísticos, como os desenvolvidos pela linguista estadunidense Johanna Nichols (1945-), avaliaram o início do povoamento da América entre 30 e 35 mil anos atrás.

Entretanto, muitas pessoas ainda se referem a esses povos como “índios”. Existiria, de fato, muita diferença ao se usar a definição de “indígena”? Esses termos não seriam sinônimos?

Aprofundando o texto da reportagem de abertura, que trata dessas questões, o líder indígena e antropólogo Gersem dos Santos Luciano (1964-), conhecido como Gersem Baniwa, apresenta um debate sobre o uso desses termos. Ele pertence ao povo baniwa, que vive na fronteira do Brasil com a Colômbia e a Venezuela, e relata que, a partir de um determinado momento, o sentido originalmente errôneo e depreciativo da palavra “índio” foi sendo apropriado pelos próprios povos nativos do continente, com o objetivo de ressignificar e afirmar a sua unidade e a sua identidade numa perspectiva positiva. Esse processo, segundo o líder baniwa, fez parte do movimento indígena de configuração nacional que começou a se organizar na década de 1970, durante a luta de resistência pelo seu reconhecimento cultural e pela demarcação das suas terras. Assim, esse termo passou a assumir uma marca de caráter multiétnico, unificando povos que são cultural e historicamente diferentes em defesa de seus interesses comuns e de acordo com uma pauta de reivindicações por direitos.



Em suas investigações, Guidon encontrou vestígios de queima de madeira datados com 48 mil anos de idade. Sua hipótese é a de que os primeiros habitantes da porção sul da América teriam cruzado o Atlântico, vindo de África.



Marcus Leon/Folhapress

A arqueóloga Niède Guidon em evento em São Paulo (SP), 2017.

Para ampliar

Assista

Xingu, direção de Cao Hamburger. (O2 Filmes; Globo Filmes, 2011, 102 min). O filme narra a trajetória dos irmãos Villas-Bôas, a partir do momento em que se alistam para a Expedição Roncador-Xingu, em 1943. Ao recontar a saga dos irmãos, o longa apresenta a luta pela criação do Parque Indígena do Xingu, no estado de Mato Grosso, com os povos indígenas que aceitaram demarcar suas terras na região.



DOWNTOWN FILMES

Entretanto, a historiadora e militante indígena Márcia Mura, integrante do povo mura, que habita o atual estado de Rondônia, referenda a posição dos líderes indígenas entrevistados. Ela afirma que o uso recorrente do termo genérico "índio" por parte de alguns povos e principalmente no senso comum – além de ainda constar de documentos oficiais, trabalhos acadêmicos e de livros didáticos mais antigos – passou a ser evitado por muitos militantes do movimento neste século XXI. Segundo ela, esses povos, hoje, reivindicam o uso somente do termo "indígena", por significar "natural do lugar em que vive". Daí a importância da Lei nº 14.402, de julho de 2022, que modificou essa nomenclatura em relação à data comemorativa.

A esse respeito, o antropólogo Eduardo Vieiros de Castro (1951-) afirma:

O ponto realmente fundamental na escolha da “comunidade” como sujeito da minha definição [...] é que o adjetivo “índio” não designa um indivíduo, mas especifica um certo tipo de coletivo. Nesse sentido não existem índios, apenas comunidades, redes (d)e relações que se podem chamar indígenas. Não há como determinar quem “é índio” independentemente do trabalho de *autodeterminação* realizado pelas comunidades indígenas [...].

CASTRO, E. V. de. “No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é”. *Povos Indígenas no Brasil*, [s. l.], 2006. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf. Acesso em: 19 ago. 2024.

Isso significa dizer que essas comunidades já existiam antes da chegada dos europeus e se identificam simbólica e culturalmente de forma diferente do restante da sociedade brasileira.

Essa definição é muito semelhante àquela adotada no Estatuto do Índio (Lei nº 6.001, de 1973) que define, em seu artigo 3º, indígena como:

[...] todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional.

BRASIL. *Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973*. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, DF: Presidência da República, 1973. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 23 ago. 2024.

Assim, o que percebemos é que esse conceito tenta diferenciar os indígenas da sociedade branca e essas marcas diferentes se caracterizam predominantemente em relação às suas culturas, línguas e raízes históricas. Vamos ver algumas dessas características mais adiante.

Hoje, a demarcação dos seus territórios ainda é a principal luta dos povos indígenas no Brasil, ou seja, a reivindicação junto ao Estado pelo reconhecimento de suas terras originárias que foram tomadas e ainda são disputadas por não indígenas desde 1500 até hoje.

Outra questão importante que precisamos refletir é que, em muitos livros de História, os estudantes e os atuais professores aprendem ou aprenderam algumas coisas sobre os povos indígenas somente em relação ao seu passado. Nas histórias contadas e escritas, os povos indígenas apareciam quase sempre a partir da chegada dos portugueses e espanhóis em nossas terras do oeste do Oceano Atlântico e depois sumiam. Sempre se contou uma história do passado, dando a impressão de que os indígenas são pessoas pertencentes a uma cultura congelada no tempo, como se eles não existissem mais, ou até existissem, mas isolados nas florestas.

A presença de professoras e professores indígenas lecionando tanto para crianças indígenas quanto não indígenas possibilita que a história e a cultura dos povos originários sejam apresentadas, discutidas ou mesmo vivenciadas na perspectiva desses povos.



Professora e estudantes indígenas da etnia guarani mbyá, durante aula na escola da aldeia Tekoa Takuari. Eldorado (SP), 2024.

Outras ideias e imagens que se aprendem desses povos é a propaganda da grande mídia, principalmente na TV e no cinema, que retrata o indígena de forma folclórica e exótica, de pena na cabeça, portando arco e flecha, e com roupas que se assemelham aos povos originários estadunidenses.

Estudar os povos indígenas exige uma postura diferente, que não leva em conta apenas seu passado, mas também o seu presente. A leitura do passado, por sua vez, não é a mesma que nossos pais e avós aprenderam, mas sim a de um passado que não foi contado pelos não indígenas, por ignorância ou de forma proposital. Sobre o presente, vamos descrever e estudar – tomando como base os estudos desenvolvidos pela Etnologia Indígena, uma área da Antropologia que estuda os povos indígenas – o que fazem esses povos, quais são suas lutas e conhecimentos.

Além disso, ao contrário do que sempre vemos na mídia, esses povos não estão somente em aldeias distantes nas florestas. Há grupos indígenas também nas cidades, trabalhando, estudando, utilizando-se das novas tecnologias e, uma das coisas mais significativas, nossa cultura brasileira é repleta de símbolos e modos de viver de origem indígena.

Para ampliar

Ouça

A vida que eu levo, de Bro Mc's: CD *Rap indígena* (2022). *Rap* que descreve criticamente a vida dos jovens guarani e kaiowá nas reservas indígenas.

Luciana Whitaker/Pulsar Imagens



Apresentação do rapper indígena Mano Glower, da etnia guarani mbyá. Porto Seguro (BA), 2024.

Narrativas equivocadas sobre os povos indígenas

A visão europeia sobre os povos indígenas, quando do primeiro desembarque dos portugueses no Brasil, reflete aquilo que já discutimos com base no conceito de **etnocentrismo**. Os europeus fizeram isso muito bem: afinal, até hoje a grande maioria dos conteúdos que aprendemos nas escolas nos apresenta uma visão eurocêntrica – ou seja, o etnocentrismo sob o ponto de vista europeu – sobre o nosso país.

Um exemplo nesse sentido é a afirmação frequente de que os indígenas são selvagens, ignorantes, ou que estão congelados no tempo, fadados ao desaparecimento, entre outros preconceitos.

Etnocentrismo designa a atitude de considerar a sua etnia como o centro ou eixo de tudo, a base que serve de referência ou ponto de vista de onde se deve olhar e avaliar o mundo ao redor. Qualquer etnia pode adotar essa atitude.

É importante entendermos que essas visões deturpadas dos povos indígenas, que encontram infinitas dificuldades para encontrar espaços para divulgar seus próprios pontos de vista, vieram de uma política implementada há muitos anos no Brasil e que ainda perdura nos dias de hoje.

Falamos um pouco sobre o período colonial, a partir do século XVI, mas vejamos o que o Estado brasileiro defendia em tempos mais recentes.

Muitos artistas indígenas desenvolvem trabalhos que reúnem elementos da música indígena e da música urbana, criando uma arte própria, como é o caso do *rap* indígena e de outras formas de expressão que demonstram como a cultura indígena está integrada na sociedade atual.

Segundo o professor e historiador José Ribamar Bessa Freire, em 1900, Paulo de Frontin, engenheiro, que nessa época era presidente da Comissão do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil, fez uma afirmação pública na inauguração do Monumento ao Descobrimento do Brasil, na Praia do Russel, na cidade do Rio de Janeiro:

GLOSSÁRIO

Silvícola: aquele ou aquela que vive na selva.

[...] “O Brasil não é o índio; os **silvícolas**, esparsos, ainda abundam nas nossas majestosas florestas e em nada diferem dos seus ascendentes de 400 anos atrás; não são nem podem ser considerados parte integrante da nossa nacionalidade; a esta cabe assimilá-los e, não o conseguindo, eliminá-los.”

FREIRE, J. R. B. Silêncios e Omissões [...]. *Combate Racismo Ambiental*, [s. l.], 12 jan. 2016. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2016/01/12/silencios-e-omissoes-por-jose-ribamar-bessa-freire/>. Acesso: 30 jun. 2024.

O que fica evidente – nesse discurso e em outros que ouvimos nas ruas atualmente – é o incômodo em relação aos povos indígenas, relacionado à posse das terras e aos modelos de organização comunitária que esses povos defendem, o que se contrapõe ao modelo dominante em nossa sociedade. Sem resistência indígena, as terras passam a ficar disponíveis para o mercado.

Essa comparação com a dinâmica de exploração presente na sociedade capitalista fica evidente quando as sociedades indígenas são chamadas de “primitivas”. Na verdade, segundo o antropólogo estadunidense Marshall Sahlins (1930-2021), trata-se de “sociedades afluentes”, isto é, de abundância. Diferentemente do que ocorre no capitalismo, os membros dessas sociedades trabalham somente o necessário para suprir suas necessidades, não havendo vontade de acumular, e não por incapacidade ou preguiça, como o senso comum costuma afirmar.

Isso não esconde o fato de que muitos povos indígenas apresentaram e apresentam uma realidade de escassez. Mas deve-se registrar que isso ocorre principalmente pela restrição imposta aos modos de vida indígena que vem ocorrendo

desde a colonização. Portanto, os preconceitos e o desconhecimento que existem ainda hoje no país sobre os povos indígenas têm uma origem histórica e são justificados pelos interesses de alguns grupos que pretendem eliminar qualquer resistência aos seus projetos de desenvolvimento. A violência praticada contra esses povos e o preconceito que os meios de comunicação difundem contribuem para a desvalorização dessas populações que se quer dominar, desqualificando suas culturas, seus saberes, para depois desumanizá-los e tornar aceitável o seu extermínio físico, cultural e simbólico.

Referência à resistência indígena pela defesa de suas terras durante a II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas. Brasília (DF), 2021.



José Ribamar Bessa Freire, que é um dos especialistas a respeito da questão indígena no Brasil, nos traz uma reflexão sobre cinco ideias equivocadas acerca dos povos indígenas brasileiros.

- O primeiro equívoco que a maioria dos brasileiros tem sobre os indígenas é o de que eles constituem um bloco único, com a mesma cultura, compartilhando as mesmas crenças, a mesma língua. Ora, veremos no debate deste capítulo que existem diversas línguas e diversas etnias.
- O segundo equívoco é considerar as culturas indígenas como “atrasadas e primitivas”. Os povos indígenas produziram conhecimentos, ciências, arte, literatura, poesia, música e religião. Suas culturas, portanto, não são “atrasadas”, como durante muito tempo pensaram os colonizadores – e como ainda pensam muitas pessoas.
- O terceiro equívoco é a ideia do “congelamento” das culturas indígenas. Ou seja, entre muitos brasileiros há uma imagem de como deve ser o indígena: nu ou de tanga, no meio da floresta, com arco e flecha nas mãos, tal como foi descrito na carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal. Essa imagem foi “congelada” pela visão do senso comum. Quando o indígena não se enquadra nessa imagem, vem logo a consideração de que ele não é mais indígena. O “indígena autêntico” seria aquele que perpetua as imagens da colonização.

- O quarto equívoco consiste em achar que os indígenas fazem parte apenas do passado do Brasil. Um passado “primitivo”, que não tem nenhuma contribuição a dar ao “progresso” da humanidade.
- Por último, o quinto equívoco diz respeito ao brasileiro não considerar a existência do indígena na construção de sua identidade. Ora, existem diversas contribuições dos povos indígenas para a formação do Brasil. Não é possível pensar a história do nosso país sem a participação dos povos indígenas, mesmo sofrendo um processo de quase extermínio físico e cultural.

É fundamental conhecer uma história diferente dessas visões, que seja distinta daquelas que denominamos como eurocêntricas, como explicamos anteriormente, que nada têm a ver com a realidade dos povos indígenas.

As populações indígenas e seus territórios

Quando os portugueses chegaram nesta terra, os povos indígenas estavam organizados e divididos em diferentes grupos étnicos.

Referimo-nos nas Ciências Sociais ao conceito de **grupos étnicos** para identificar as diferenças físicas (cor de pele e dos olhos, tipo de cabelo, entre outros) e culturais (língua, costumes, formas de organização social, religiosidade, entre outros) entre os diversos povos que formam a humanidade.

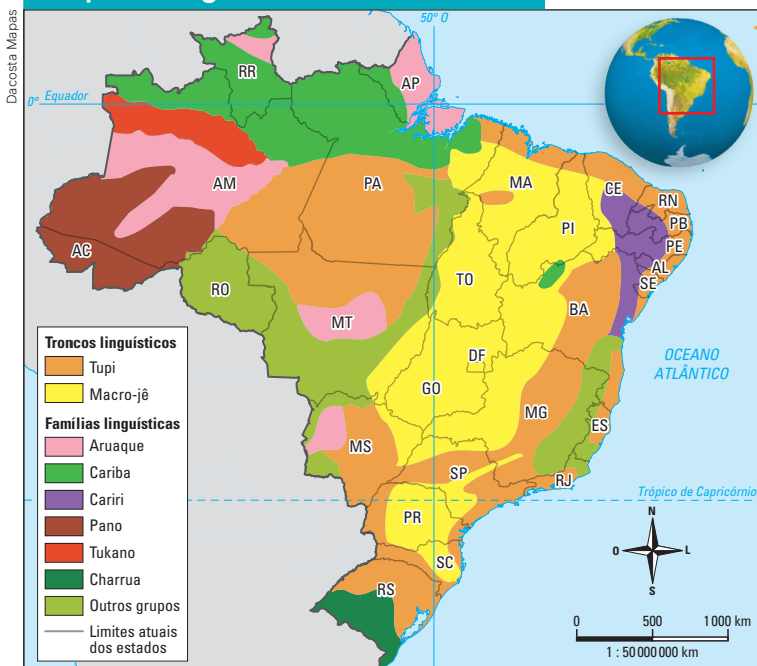
Esses povos falavam uma diversidade de línguas e, por meio delas, davam nomes e entendiam o mundo à sua volta. Assim, podemos pensar que, se até hoje existem povos indígenas, essa terra que conhecemos atualmente como Brasil tem, na verdade, muitos nomes e muitas línguas. Vamos tentar entender o que é essa pluralidade de povos que habitam este lugar com base na diversidade de línguas existentes até hoje no país.

Existem muitos estudos de antropólogos e historiadores que afirmam que, à época da chegada dos europeus, existiam milhões de indígenas. Alguns falam em 20 milhões, outros em 10 milhões, outros, ainda, em 4 ou 5 milhões. Não há consenso entre os especialistas, entretanto o etnólogo alemão Curt Nimuendajú (1883-1945) catalogou um montante de 1400 povos, que eram divididos em grandes famílias linguísticas.

Os grupos primeiramente contatados foram os povos de línguas provenientes do tupi, localizados no litoral, que chamavam este território de Pindorama (*Pindó Rama* ou *Pindó Retama*), cujo significado é “Terra das Palmeiras”.

Quando os europeus chegaram por aqui, encontraram dezenas de povos. Se, em um primeiro momento, houve admiração e encantamento, anos depois, com a ocupação do território, vieram as doenças e a escravidão. As doenças eram a varíola, o sarampo, a tuberculose, a gripe, entre outras, que foram uma das principais causas da diminuição progressiva das populações indígenas até o século XX. O primeiro registro de varíola ocorreu em 1562, na Bahia, quando foram dizimadas aldeias inteiras dos Tupinambá.

Brasil: troncos e famílias linguísticas dos povos originários – 1500



Troncos linguísticos são afinidades linguísticas que costumam ser organizadas em famílias de línguas, de modo a identificar origens comuns ou semelhanças. A língua portuguesa, por exemplo, pertence ao tronco linguístico de origem latina, assim como o francês, o espanhol e o italiano. Com as línguas indígenas acontece o mesmo.

Fonte: ARRUDA, J. R. de. *Atlas histórico básico*. 17. ed. São Paulo: Ática, 2011. p. 35.

A escravidão também foi outro fator de extermínio de povos inteiros. Com o início da exploração colonial, a mão de obra de indígenas escravizados foi muito utilizada na extração do pau-brasil e em muitos outros trabalhos exigidos pelos portugueses. O historiador Claudio Figueiredo relata que:

O missionário francês Claude D’Abeville reproduziu a seu modo, em um relato publicado em 1614, as palavras de um velho chefe Tupinambá do Maranhão, mostrando como, aos olhos dos indígenas, a escravidão foi sendo imposta na sua relação tanto com os portugueses (os “peró”) como com os franceses: ‘Vi a chegada dos peró. Começaram eles como vocês, franceses, fazem agora. De início queriam apenas comerciar, sem morar aqui. [...] depois mandaram vir os padres, e estes levantaram cruzeiros. Mais tarde afirmaram que nem eles, nem os padres podiam viver sem escravos para os servirem e por eles trabalharem. [...] Não satisfeitos com os escravos capturados em guerra, quiseram também os filhos dos nossos e acabaram escravizando toda a nação; e com tal tirania e crueldade que os que ficaram livres foram forçados a deixar a região’.

FIGUEIREDO, C. *História e cultura dos povos indígenas no Brasil*. São Paulo: Balsa Planeta, 2009. p. 69.

Esse relato e muitos outros são importantes para nos lembrar que não somente os africanos escravizados foram vítimas da empresa colonial europeia. A escravidão indígena foi anterior e, inclusive, concomitante à africana.

No início da colonização, o contato com os europeus foi tratado como uma relação de troca e negociação de mercadorias – a mesma que se realizava no continente americano entre os diversos povos que aqui viviam. A partir do momento que os europeus começaram a empreitada da colonização, parte dos povos indígenas tentou fugir para o interior do país, passando a resistir de várias formas. Nem todos os povos fugiram; muitos foram dizimados, tendo suas línguas completamente extintas; outros tantos foram escravizados. Muitos também foram catequizados, passando a viver parcialmente “protegidos” nas **missões** comandadas pelos jesuítas.

GLOSSÁRIO

Missões: aldeamentos indígenas organizados e administrados pelos padres jesuítas durante a colonização portuguesa e espanhola do continente americano, com o objetivo de evangelizar os povos indígenas.

Para ampliar

▼ Ouça

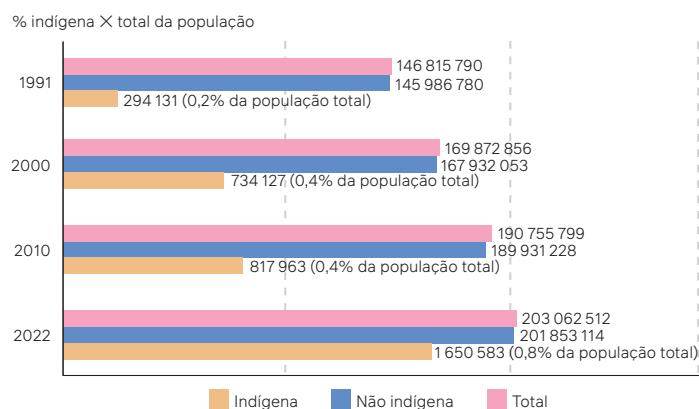
Canoa, canoa, de Fernando Brant e Nelson Ângelo: CD Clube da Esquina 1 e 2 (1978), de Milton Nascimento.

A letra da canção reverencia a vida e a luta pela resistência do povo indígena *ãwa*, que habita o Rio Araguaia, no atual Tocantins, e que ficou conhecido como *Avá-canoeiro*. Foi considerado o povo do Brasil Central que ofereceu maior resistência ao genocídio promovido pela Ditadura Civil-Militar. Apesar de terem sido declarados como extintos, em 2021 foram identificados cerca de três dezenas de sobreviventes.

Atualmente, existem 305 povos indígenas espalhados pelo Brasil, segundo os censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 e 2022. Não constam nesses levantamentos os povos isolados – ou “resistentes”, como define Gersem Baniwa – que vivem na região amazônica e que ainda resistem aos contatos com a nossa sociedade. Portanto, temos poucas informações sobre quantos são esses povos, assim como suas línguas e organizações sociais. De qualquer forma, os últimos censos do IBGE apontam um crescimento da população indígena no país. Observe os gráficos a seguir.

Enquanto o total da população brasileira, em pouco mais de 30 anos, cresceu cerca de 38%, a população indígena aumentou em aproximadamente 317%. Apesar desse aumento, os indígenas correspondem a apenas 0,83% do total da população brasileira. Esses dados mostram, contudo, como os povos indígenas não serão extintos ou irão desaparecer, como se pensava décadas atrás.

Brasil: total da população indígena e não indígena – 1991-2022

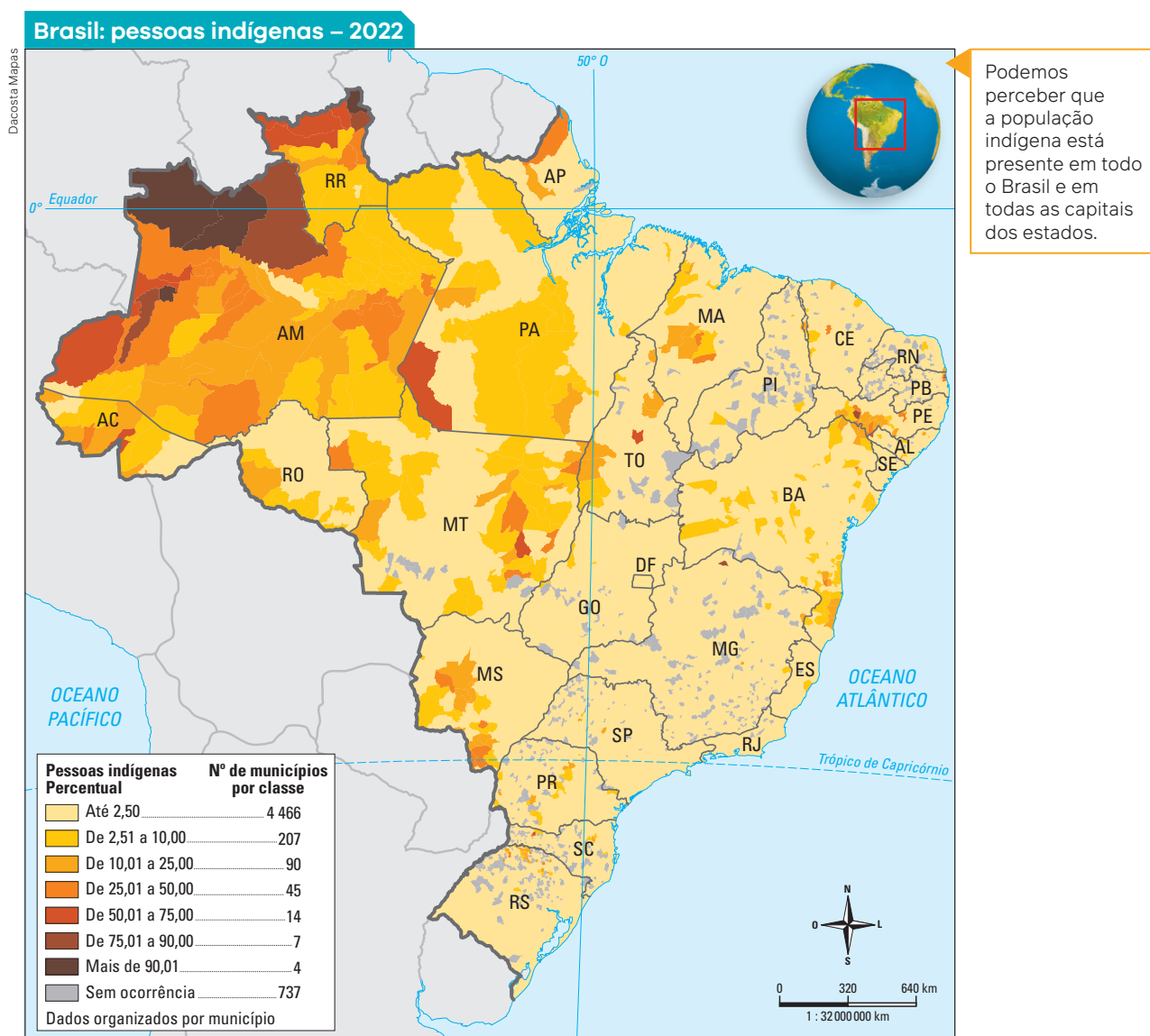


Fonte: IBGE. *Censos demográficos 1991, 2000, 2010, 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

Segundo as especialistas no tema Célia Collet, Mariana Paladino e Kelly Russo, os principais fatores que explicam esse crescimento populacional entre as populações indígenas são o aumento da taxa de natalidade, a diminuição da mortalidade infantil, e, principalmente, o maior número de pessoas e comunidades que estão reivindicando o reconhecimento de suas origens e de suas culturas e terras. Após a promulgação da Constituição de 1988, muitas comunidades reivindicaram seu reconhecimento como povos indígenas.

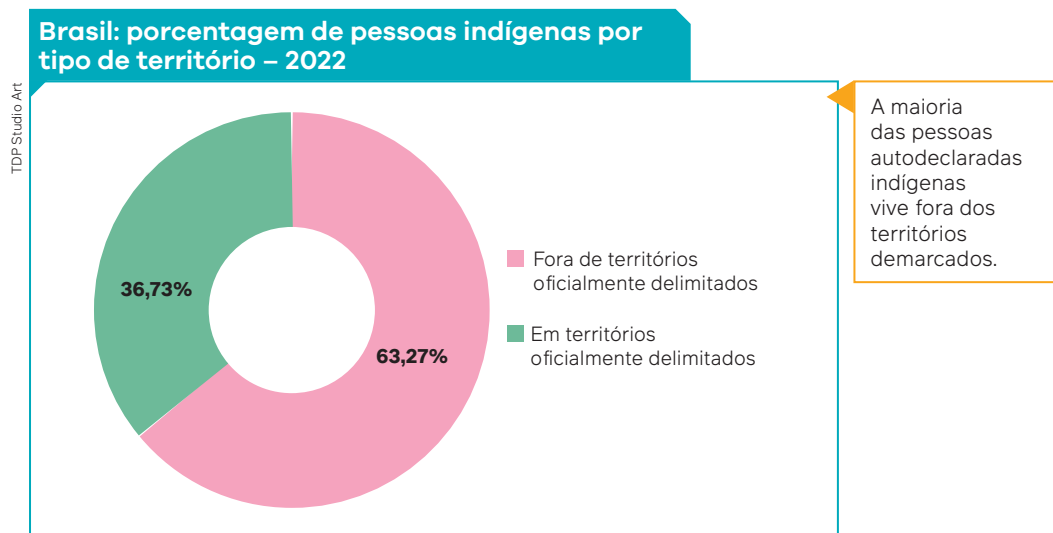
Grande parte da sociedade passou a questionar: é possível uma comunidade virar indígena de uma hora para outra? Não, esse é um processo muito longo e histórico, visto que muitas dessas comunidades ocultavam suas línguas e suas práticas culturais ancestrais para se protegerem da violência das políticas de colonização branca e de tomada de suas terras. Durante a Ditadura Civil-Militar, por exemplo, as transmissões de rádio em línguas indígenas foram proibidas, e os governos militares estimularam a educação dos indígenas em língua portuguesa, substituindo as línguas indígenas, mesmo em regiões onde essa população era maioria. Somente a partir da Constituição de 1988 os indígenas tiveram seus direitos linguísticos reconhecidos, o que permitiu que comunidades pudessem reconstruir suas histórias e iniciar um processo de reconhecimento étnico.

Veja um mapa com o percentual de população indígena em cada estado do país.



Fonte: IBGE. *Censo Demográfico 2022. Pessoas indígenas 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Populacao_por_cor_ou_raca_Resultados_do_universo/Cartogramas/6_Pessoas_Indigenas_2022.pdf. Acesso em: 28 jun. 2024.

No Censo demográfico de 2010, ocorreu um aprimoramento da pesquisa sobre populações indígenas, identificando os povos, suas línguas, além da população residente em suas terras e fora delas, com o acréscimo da pergunta: “Você se considera indígena?”. Essa mesma metodologia foi utilizada no Censo de 2022.



Fonte: IBGE. *Censo demográfico 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

Indígenas e o direito às terras: uma luta que continua

Deve-se registrar que o processo de reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, conquistados com a Constituição de 1988, não significou o fim da sua luta. Até hoje os seus direitos – em especial, o direito ao reconhecimento e à demarcação das suas terras – têm sido objeto de questionamento e ataques por parte das classes sociais politicamente dominantes, com destaque para o agronegócio.

É nesse contexto que se deu o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2021, do chamado **marco temporal**. Afinal, o que significa isso?

Consta no artigo 231 da Constituição:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].

Esse artigo constitucional, juntamente com o Estatuto do Índio, de 1973, define o significado das **Terras Indígenas** (TIs). A Constituição Federal, ao estabelecer o princípio de que os povos indígenas são os primeiros ocupantes das terras, entende esse direito como anterior a qualquer outro. Assim, deveria ser garantido a esses povos, pelo poder público, independentemente do reconhecimento por lei. No entanto, setores vinculados à agropecuária, interessados na posse desses territórios, interpretaram que somente aqueles povos que ocupavam suas terras na data de promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988, é que poderiam reivindicar esse direito. Daí a ideia de marco temporal. Por esse motivo, o STF foi provocado a julgar o tema, a partir de uma série de conflitos que eclodiram país afora.

Um primeiro conflito de grandes dimensões ocorreu ainda na década de 1990, logo após a aprovação da Constituição, envolvendo o processo de demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, na fronteira com a Venezuela e a Guiana. Lá vivem povos indígenas distintos, que se subdividem etnicamente em patamona, makuxi, taurepang e ingarikó, da família linguística karib, além do povo wapichana, da família linguística aruak. Depois de muitas lutas, inclusive conflitos armados, somente em 2006 a União e o STF garantiram os direitos dos povos citados a esse território.

Contudo, o que forçou a necessidade de uma deliberação decisiva do STF sobre o marco temporal foi uma ação do governo de Santa Catarina, em 2003, apoiando agricultores que contestavam a criação da Terra Indígena Ibirama-Laklãnõ, dos povos xokleng, kaingang e guarani. Em setembro de 2023 – 20 anos depois, portanto –, o Supremo Tribunal Federal, por 9 votos contra 2, decidiu que a tese do marco temporal é inconstitucional, garantindo não só o direito dos povos indígenas daquela região específica que se encontrava sob julgamento, mas tomando uma decisão com abrangência nacional para quaisquer áreas de conflitos envolvendo a demarcação de terras indígenas.

E atualmente, qual é a situação das Terras Indígenas? Onde elas se localizam no país?

Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), uma organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) que atua desde 1994 no desenvolvimento de projetos sustentáveis em parceria com comunidades indígenas e quilombolas, as Terras Indígenas ocupam 13,9% da extensão territorial brasileira, abrangendo um total de 1179574 km². Dessa extensão de TIs, 98,25% se encontram na região da Amazônia, na qual 430 áreas ocupam 23% desse território. No Brasil, existem 791 Terras Indígenas. O mapa a seguir mostra a distribuição dessas áreas, considerando as reservas já homologadas e as terras declaradas, identificadas ou em processo de identificação.

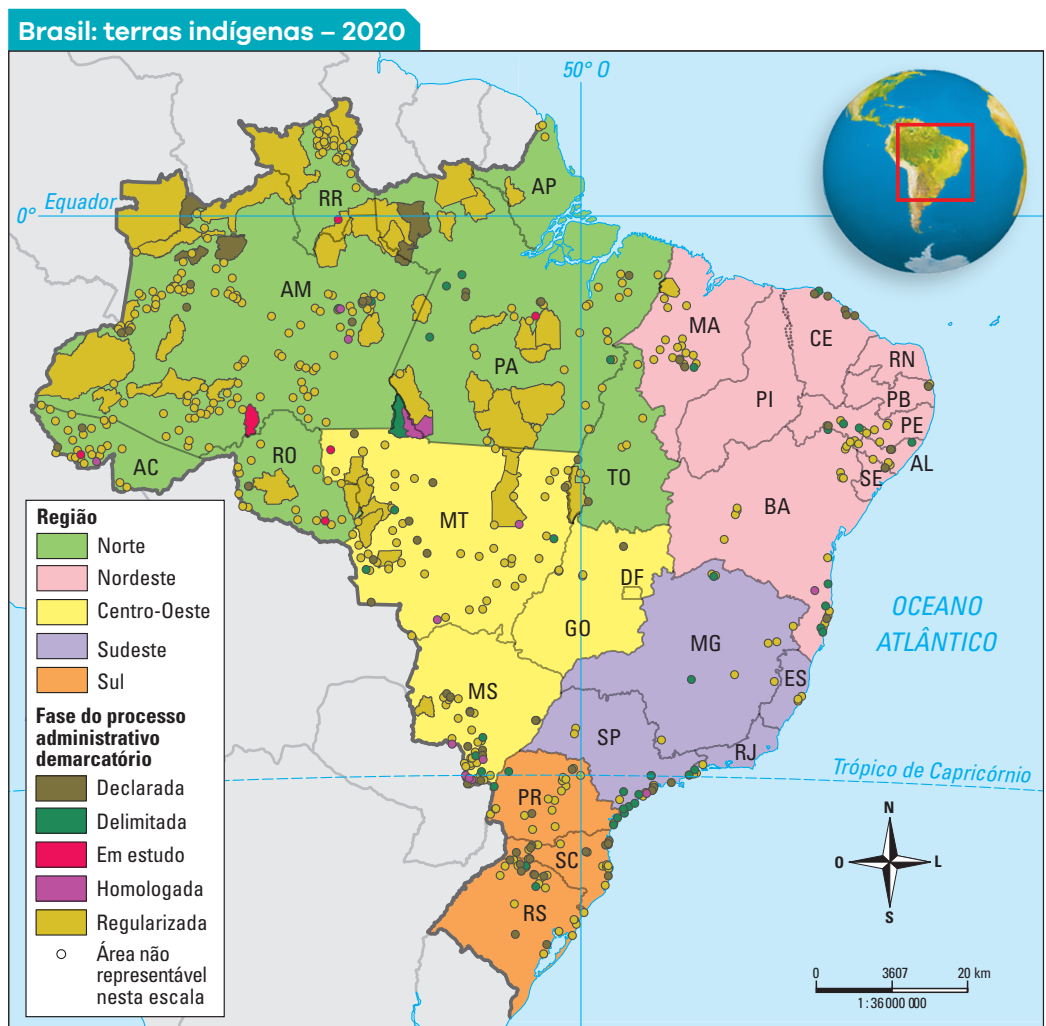
A distribuição geográfica dessas terras, com a sua concentração na Amazônia, revela o caráter predatório da colonização, que ocupou o território brasileiro a partir do litoral, expulsando e tomando as terras dos povos indígenas que aí viviam. Poucos povos conseguiram resistir e permanecer nas regiões mais povoadas do país.

Para ampliar

Assista

Wari'u - Canal sobre povos indígenas no Brasil.

Canal apresentado por Cristian Wariu, jovem indígena da etnia xavante, que discute diversos temas que envolvem os indígenas brasileiros. Disponível em: <https://www.youtube.com/@wariu>. Acesso em: 18 set. 2024.



Fonte: IBGE. *Atlas geográfico escolar*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://atlascolar.ibge.gov.br/brasil/3031-unidades-de-conservacao-federal/terras-indigenas.html>. Acesso em: 22 ago. 2024.

Existem questionamentos provenientes de visões de mundo colonialistas e conservadoras, com destaque para os interesses de expansão capitalista do agronegócio, em relação à extensão das Terras Indígenas, em especial na Amazônia. A alegação, sempre repetida, é de que há muita terra para poucos indígenas. No entanto, segundo o ISA, além de os indígenas se sustentarem por meio dos recursos naturais existentes nessas terras, grande parte dessas áreas não são agricultáveis ou sofreram impactos de diversos tipos, como a ocupação por posseiros, a mineração clandestina e a extração ilegal de madeira.

Podemos acrescentar também como extremamente relevante o fato de as áreas de reservas indígenas significarem a preservação e o manejo sustentável da floresta, evitando a destruição desenfreada do meio ambiente pela expansão da fronteira agrícola e da pecuária. A demarcação e a preservação das Terras Indígenas, portanto, é um direito fundamental desses povos, significando o resgate e a manutenção da sua cultura e da sua sobrevivência diante de uma realidade da sua história no Brasil.

Influências linguísticas e culturais dos povos indígenas no Brasil

Apesar de todo um processo histórico marcado pelo genocídio e tentativa do Estado brasileiro de integração da população indígena e suas culturas, muitos povos indígenas resistem na luta pela sua afirmação. O Censo 2010 contabilizou 274 línguas indígenas no Brasil. Mas linguistas ligados às principais instituições de pesquisa do país estimam que haja entre 160 a 180 línguas faladas pelos indígenas brasileiros atualmente.



Para ampliar

Assista

Quantas línguas indígenas o Brasil tem e como é escutá-las? (2023, 12 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dKBt5btcq0>. Acesso em: 18 set. 2024. Reportagem em vídeo na qual é possível ouvir diferentes línguas indígenas faladas no Brasil.

Brasil: famílias linguísticas indígenas



Fonte: FAMÍLIAS linguísticas indígenas no Brasil. *Instituto Socioambiental*, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://mirim.org/pt-br/lingua>. Acesso em: 18 set. 2024.

Estima-se que, desde a chegada dos europeus, foram extintas 80% das línguas indígenas do continente. Muitos desses povos são políglotas, ou seja, falam o português e uma ou mais línguas específicas.

Atualmente, estima-se que sejam faladas 160 línguas indígenas no Brasil, as quais foram identificadas como pertencentes a dois grandes troncos linguísticos – tupi e macro-jê –, existindo ainda línguas isoladas, ou seja, aquelas que não pertencem a nenhum tronco linguístico.

Vejamos o que diz Bruna Franchetto (1950-), antropóloga e linguista italiana radicada no Brasil e especialista em línguas indígenas:

[...] Assim como não há um índio genérico, mas muitas etnias indígenas distintas, também não há apenas uma língua indígena.

[...]

As línguas indígenas são línguas no sentido pleno do termo, como qualquer outra língua falada no mundo.

Não existem línguas mais pobres ou mais ricas; línguas com poucas palavras ou com vocabulário extenso; línguas sem gramática, ou com gramática simples, em oposição a línguas com gramáticas complexas; ou língua com sons esquisitos e outras com sons normais.

Não existe língua primitiva. Toda língua é completa e rica, servindo plenamente para todos os usos que dela se possa fazer.

FRANCHETTO, B. As línguas indígenas. In: MEC. *Índios do Brasil 2*. Brasília, DF: MEC: SEED: SEF, 2001. p. 9-10. (Coleção Cadernos da TV Escola).

Algumas dessas línguas não se perderam ou ficaram isoladas. Por exemplo, nossa língua portuguesa falada e escrita incorporou e sofreu uma profunda influência das línguas dos povos originários das Américas. Vejamos alguns termos indígenas que usamos cotidianamente: aipim, arara, batata, capim, capenga, catapora, cuíca, guri, mandioca, mata, mingau, minhoca, peteca, pipoca, piranha, tatu, tucano, urubu, entre tantos outros.

Bessa Freire afirma que, numa das edições do dicionário Houaiss, existem cerca de 45 mil palavras de origem indígena, em um total de 228 mil verbetes.

Também são inúmeros os lugares, as cidades, as instituições e nomes de pessoas que adotam nomes de origem tupi e outras línguas, tais como: o estado do Paraná, a Rua Visconde de Pirajá, o viaduto do Anhangabaú, o estádio do Maracanã, as cidades de Piracicaba (SP), Aracajú (SE), Gravatá (PE), Niterói (RJ) e tantas outras. Ao todo, como lembra a pesquisadora Raquel F. A. Teixeira, 70% do vocabulário do português brasileiro sobre animais e plantas provém do tupi-guarani, que tem vasta influência no nome de cidades e acidentes geográficos no país. Aliás, você conhece alguém que se chama Moacir, Thaynara, Janaina, Maira, Mara, Tainá ou Cauã? Pois é, se conhece, converse com a pessoa se ela sabe a origem do seu nome.

Precisamos ainda recordar alguns hábitos cotidianos que temos e que são de origem indígena. É o caso do uso do pilão, da peneira e dos **balaio**s. Na cozinha, o uso das **gamelas** e das panelas de barro. O mais interessante, para quem não sabe: tomar banho diariamente, andar descalço em casa ou ficar de cócoras são todos hábitos da tradição tupi-guarani.

GLOSSÁRIO

Balaio: cesto grande feito de palha, bambu, cipó e outros materiais, utilizado para guardar objetos ou para transporte.

Gamela: tigela muito grande, em geral de madeira ou barro, utilizada para dar comida a animais, mas também para uso em banhos, lavagens, entre outros.



Tales Azz/Pulsar Imagens



rparobe/Stockphoto.com

O uso de panelas de barro é uma tradição associada à cultura indígena. Na fotografia, vemos a produção de panelas de barro na Associação Panelleiras de Goiabeiras, considerada patrimônio cultural imaterial brasileiro. Vitória (ES), 2023.

O hábito de dormir ou descansar em redes também é uma herança cultural indígena presente no cotidiano dos brasileiros.

Conhecimentos medicinais indígenas

Muitos ignoram o profundo conhecimento indígena sobre doenças e práticas medicinais. Por essa razão, nos últimos anos, os estudos sobre povos indígenas deixaram de atrair o interesse somente de antropólogos e começaram a se tornar tema de estudos de químicos, biólogos e médicos. Vamos refletir sobre isso com base em um relato de um ex-professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro:

Em janeiro de 2009, uma indígena de 12 anos, da etnia tucano, foi picada no pé direito por uma jararaca na região do Alto Rio Negro, na fronteira de Amazonas com a Colômbia, onde não há luz elétrica nem posto médico, e a cidade mais próxima dista 14 horas de lancha. “Eu queria que ela recebesse o soro e depois fosse tratada em casa mesmo, como já fizemos com outras pessoas da tribo”, narra o pai, “mas os médicos se desesperaram e quiseram mandá-la ao hospital em Manaus”.

Armou-se aí um conflito. Internada num pronto-socorro infantil, a criança passou por cirurgias para retirar os tecidos necrosados pelo veneno da cobra, ao mesmo tempo em que a direção do hospital barrava a entrada do pajé, levado pelo pai, assim como a realização de rituais e a aplicação de ervas curativas. Mas o diagnóstico médico era pessimista: seria necessário amputar a perna da menina para evitar infecção generalizada.

Inconformados, os índios tucanos recorreram à Procuradoria da República e, depois da passagem por uma casa de saúde indígena, conseguiram a internação da criança no Hospital Universitário, cujo diretor propôs a combinação do tratamento médico convencional com os rituais e as ervas indígenas, ministrados pelo pajé. Em três dias de tratamento simultâneo, segundo a imprensa, a criança deixou de ter febre, e logo cresceu a pele, cobrindo os ossos do pé, antes expostos pela ferida. A amputação foi descartada.

SODRÉ, M. *Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 23.

Alison Wright/The Image Bank Unreleased/Getty Images



Criança e mulher indígenas do povo mayoruna na coleta de folhas de plantas medicinais. Bacia do Rio Amazonas, Peru, 2016.

Esse episódio, narrado pelo sociólogo e jornalista Muniz Sodré (1942-), evidencia a resistência que os saberes tradicionais, entre eles os milenares conhecimentos indígenas sobre Medicina, sofrem em serem considerados como saberes tão embasados em evidências empíricas quanto os conhecimentos científicos produzidos pelas sociedades ocidentais.

Isso significa afirmar que os povos indígenas vêm, há milênios, produzindo conhecimentos que ainda são ignorados e recusados pela cultura ocidental dominante. Em outros casos, quando reconhecidos, alguns conhecimentos são apropriados de forma indevida para a produção de medica-

mentos sem que haja consentimento das comunidades e nenhum retorno que as beneficie. Recentemente, o povo matsés, que vive nos territórios do Brasil e do Peru, criou uma enciclopédia de 500 páginas sobre sua Medicina tradicional. Ela foi escrita por cinco xamãs com a ajuda do grupo de conservação Acaté, organização que luta pela preservação das culturas e dos povos da Floresta Amazônica. Essa obra detalha cada planta utilizada pelos matsés como remédio para curar uma enorme variedade de doenças.

O conteúdo dessa enciclopédia, no entanto, não é uma novidade na história dos povos indígenas. O conhecimento das plantas medicinais foi sempre muito rico e diversificado. Entre muitos povos existem ervas, plantas ou algumas **beberagens** terapêuticas destinadas às curas de muitas doenças. Algumas delas, inclusive, foram incorporadas pela Medicina mundial, como a ipecacuanha (*Cephaelis pecacuana*), recomendada contra diarreias sanguinolentas, ou a quina (*Cinchona ledgeriana*), que age na cura da malária.

GLOSSÁRIO

Beberagem:

bebidas ou práticas de caráter medicinal, muito presente em culturas indígenas, especialmente dos tupinambá.

Práticas e saberes para a saúde indígena

Ecologia de saberes é um conceito desenvolvido pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (1940-) que se fundamenta no reconhecimento da diversidade e da pluralidade dos conhecimentos heterogêneos, incluindo a ciência moderna e outros tipos de saberes e práticas, como os conhecimentos indígenas e quilombolas. A ecologia de saberes considera o conhecimento como interconhecimento, isto é, ele se constrói e se expande por meio das interações sustentáveis e dinâmicas entre os diferentes saberes (científicos, artísticos, populares, tradicionais, entre outros), sem, no entanto, abandonar seus próprios.

No caso das populações indígenas, o Sistema Único de Saúde (SUS) reconhece a importância e a necessidade de um tratamento especializado para a saúde indígena, no que diz respeito à organização, gestão e execução dos serviços. De acordo com o Programa Articulando Saberes em Saúde Indígena (Passi), elaborado pela Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) e pelo Ministério da Saúde, a diversidade das medicinas tradicionais indígenas exige diferentes estratégias de articulação entre o sistema oficial de saúde e os saberes e práticas indígenas que devem ser desenvolvidos localmente, tendo como base um diálogo intercultural com as comunidades indígenas. Ressalta-se, ainda, a impossibilidade de se optar por um modelo único de atenção diferenciada à saúde indígena, dada a diversidade das medicinas tradicionais. Desse modo, faz-se necessário desenvolver múltiplos modelos interculturais de atenção diferenciada que atendam a diferentes povos e comunidades distribuídos pelo país. Contudo, ainda há um longo caminho a ser percorrido em relação à integração desses saberes.

Em 2018, um estudo realizado com três etnias indígenas localizadas na divisa do Brasil com o Peru e a Colômbia investigou as principais queixas relacionadas às dores dos indígenas e as terapias utilizadas para o tratamento delas. Essa pesquisa buscou compreender também a atuação dos agentes de saúde no atendimento a essas populações. Segundo a pesquisadora Elaine Barbosa de Moraes, entre os indígenas entrevistados que recorriam à Medicina convencional para o tratamento da dor – utilizando medicamentos como anti-inflamatórios, relaxantes musculares e corticoides, conhecidos entre eles como “remédios do branco” – apenas 22,2% consideraram o tratamento eficaz. Em contraste, entre os que utilizaram a medicina tradicional indígena, como benzimentos, cantos, banhos, **pajelaças**, rezas, fumaça, veneno de sapo e picadas de formiga, 64,4% relataram melhoras da dor. Ainda, de acordo com essa pesquisa, 73% dos participantes disseram que a dor não é investigada pelos profissionais de saúde que prestam atendimento às três etnias entrevistadas.

Moraes e a pesquisadora Eliseth Ribeiro Leão argumentam que, se houvesse um acompanhamento mais adequado, com profissionais de saúde mais qualificados, dotados de conhecimentos em relação à saúde indígena e suas dores, possivelmente, o alívio da dor com o uso da Medicina convencional poderia ser maior. Elas defendem a sistematização dos saberes indígenas por meio de políticas públicas. Assim, as pesquisadoras elaboraram uma cartilha com informações e recomendações para o manejo da dor, baseada nas práticas culturais da Medicina tradicional indígena, com o intuito de promover o diálogo entre esses saberes e, assim, atender melhor à população indígena.

Por sua vez, a população indígena também tem desenvolvido iniciativas interessantes, como o Bahserikowi – Centro de Medicina Indígena da Amazônia, localizado em Manaus, capital do Amazonas, cuja criação, em 2017, decorre dos conflitos relacionados ao episódio da jovem indígena da etnia tucano picada por uma cobra. São dois tratamentos milenares de cuidado de saúde praticados nesse centro de medicina: bahseese, um conjunto de benzimentos oriundos do Alto Rio Negro, que evoca a presença de seres da floresta – detentores do conhecimento da humanidade – para curar doenças, e o uso de plantas medicinais utilizadas tanto para prevenção quanto para tratamento de enfermidades. Cabe ressaltar que tais práticas são compreendidas como práticas espirituais e, por isso, não foram regulamentadas e não são oferecidas gratuitamente à população pelo SUS.



GLOSSÁRIO

Pajelaça: conjunto de rituais e práticas, características de populações amazônicas e lideradas por pajés, para a cura de doenças.



Tratamento ocular com pimenta benzida ministrado durante ritual Yenu'yeikato, da etnia makuxi. Normandia (RR), 2021.

Modos de vida e formas de resistência indígena

Ao contrário da cultura branca, para muitos povos indígenas não existe divisão entre a dimensão da natureza e a dimensão humana, porque elas estão inter-relacionadas. Para alguns desses povos, tudo é vivo, tudo tem uma mensagem. Em muitas comunidades, por exemplo, a árvore não é apenas uma árvore, mas uma entidade que liga o céu e a terra (sua copa e suas raízes). Ou como diz a música Txai, cantada por Milton Nascimento: “Tudo se chama nuvem, tudo se chama rio” (CD Txai, 1990), ou seja, as pessoas são interligadas com a natureza, em laços íntimos e essências. Essa visão é milenar entre muitos povos indígenas, mas só recentemente é que a ciência ocidental descobriu esse aspecto (por meio das ciências da terra, como Física, Biologia e Ecologia).

Piratá Waura/Pulsar Imagens



Indígenas da etnia baniwa confeccionando cestos com fibra de arumã. Parque Indígena do Xingu, São Félix do Araguaia (MT), 2024.

Outra característica das populações indígenas é a forma como organizam suas comunidades. De acordo com Gersem Baniwa, cada povo indígena tem um modo de organizar suas relações sociais, políticas e econômicas, em geral, por meio de relações de parentesco ou afinidade política ou econômica. Portanto, essas comunidades aglutinam um número de pessoas e de famílias muito maior do que uma família tradicional europeia. Uma família extensa indígena geralmente reúne a família do patriarca ou da matriarca, as famílias dos filhos, dos genros, das noras, dos cunhados e outras famílias afins que se filiam à grande família por interesses específicos.

Em relação à economia dos povos indígenas, há uma característica que pode ser atribuída à maioria: a necessidade de suprir as questões vitais (físicas, sociais e espirituais) das pessoas como membros participantes de coletividades. As atividades estão centralizadas na caça, na pesca, na coleta e no artesanato, mas principalmente na agricultura, cuja prática faz parte da maioria dos grupos indígenas no Brasil. Assim, a produtividade da maioria dos povos indígenas tem como objetivo resolver basicamente três dimensões da vida humana: alimentação, moradia e solidariedade entre pessoas. Segundo Gersem Baniwa:

[...] Entre os índios, não adianta ser bom pescador (provedor de alimentos) e trabalhador (casa é o símbolo da qualidade) se não for solidário. Este é o principal ensinamento que o jovem iniciante recebe depois de ter passado dias em jejum e no isolamento no mato, caçando, pescando e realizando, o mais que puder, a coleta de frutas nativas sob a rigorosa orientação do seu instrutor (pajé), as quais irá oferecer integralmente aos membros de toda sua comunidade e aos convidados, como gesto concreto de solidariedade e espírito comunitário, durante a festa final. Desta forma, percebemos que as sociedades indígenas, diferente da visão convencional dos economistas, sempre praticaram o excedente produtivo não cumulativo. Não é um excedente que visa à acumulação de bens ou de riquezas, mas sim ao cumprimento de valores sociais e morais. Os Yanomami, por exemplo, costumam realizar longas caçadas e, quando estas são bem-sucedidas, convidam outras comunidades, às vezes até da Venezuela, para participarem dos resultados da caçada. Mesmo a caçada bem-sucedida de um dia costuma ser partilhada com todos os membros da comunidade ou da unidade doméstica.

BANIWA, G. dos S. L. *O índio brasileiro*: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006. p. 194-195.

Como já destacamos anteriormente, nem todo indígena vive nas aldeias ou na mata. Eles também vivem nas cidades, usam celulares e computadores, frequentam a escola e se formam em diferentes profissões; alguns se tornam políticos, mas nem por isso deixam de pertencer a comunidades indígenas, como é o caso de Sônia Guajajara (1974-), do povo guajajara/teneteara, que habita a Terra Indígena Arariboia, no Maranhão. A ativista atuou como coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), e que foi candidata a vice-presidência da República em 2018. Em 2022, foi eleita uma das 100 pessoas mais influentes do mundo pela revista estadunidense *Time*. Sônia, pela sua militância, passou a ocupar o cargo de ministra de Estado dos Povos Indígenas, em 2023, acompanhada por outras lideranças importantes do movimento indígena. No mesmo ano, pela primeira vez na sua história de 55 anos de existência, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), órgão federal responsável pela política indigenista do país, passou a ser presidida por uma mulher indígena, a advogada Joênia Wapichana (1973-), uma das lideranças da luta pela demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.



A ministra dos Povos Indígenas do Brasil, Sônia Guajajara, em cerimônia no Palácio do Planalto, Brasília (DF), 2023.

Outra liderança indígena que tem se destacado no Brasil nos últimos anos é o pensador, ambientalista e escritor Ailton Krenak (1953-), nascido na região do vale do rio Doce, entre Minas Gerais e Espírito Santo, território do povo krenak devastado pelo crime ambiental provocado pelo rompimento da barragem de Mariana (MG), em novembro de 2015. Ailton Krenak teve papel protagonista durante o processo de aprovação dos direitos indígenas consagrados na Constituição Federal de 1988. Suas palavras ganharam relevância também durante a epidemia de covid-19, em textos-denúncia, como os livros *Ideias para adiar o fim do mundo* e *O amanhã não está à venda*. Apesar da crise mundial que então vivíamos, e para além da reflexão sobre os males do consumismo e da ganância capitalista, Krenak fazia questão de apresentar uma perspectiva otimista, inspirada nas concepções de mundo e cosmologias indígenas:

Em abril de 2024, Ailton Krenak se tornou o primeiro indígena a assumir uma cadeira na centenária e eurocêntrica Academia Brasileira de Letras, instituição com sede no Rio de Janeiro. Fazendo menção aos 305 povos indígenas existentes no país, em seu discurso de posse, Krenak ressaltou a importância da oralidade presente nas diversas culturas originárias e criticou o etnocentrismo reinante, esperando que a sua eleição represente uma “virada de página” na história da Academia.

Portanto, aquela velha visão de que o indivíduo só pode ser indígena porque tem cabelo preto e liso, pouco pelo no corpo, só vive no mato e não usa roupa, é preconceituosa e limitada, por reproduzir o senso comum. Como vimos, os povos indígenas estão presentes em todos os estados do Brasil e em várias grandes cidades. Assim como outros povos (brancos, negros, asiáticos), eles se relacionam com outras culturas. E, assim como todos nós, trocam e se misturam culturalmente, sem perder a sua identidade.

Para ampliar

▼ Ouça

Rádio Novelo Apresenta | Programa de índio, da Rádio Novelo (2024). Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6q7eojRQ4AnWvE8liTMeU1>. Acesso em: 27 set. 2024. Episódio de *podcast* que conta a história de um programa de rádio pioneiro apresentado por Ailton Krenak na década de 1980.

O caso dos yanomâmis

Os yanomâmis são um povo que habita o norte da Amazônia brasileira, na fronteira com a Venezuela, e cujo nome significa, segundo os estudos antropológicos, “seres humanos” – em oposição aos animais, a seres invisíveis e aos considerados inimigos, como os estrangeiros, em geral, incluindo os brancos. Eles podem ser caracterizados como uma sociedade de caçadores-agricultores cujo território compreende cerca de 9 milhões e 665 mil hectares, reconhecidas oficialmente em 1992 como reserva de proteção da biodiversidade amazônica, passando a configurar com o título de Terra Indígena Yanomâmi (TI Yanomâmi). Sua população total, em 2023, era de 31.223 habitantes.

Wirestock/Alamy/Fotoarena



Indígenas do povo ye'kwana na floresta amazônica em território venezuelano. Venezuela, 2018.

ALAN CHAVES/AFP



Exploração ilegal de minério na Terra Indígena Yanomâmi. Roraima, 2023.

Os yanomâmis apresentam grande diversidade cultural e linguística, com a existência de seis subgrupos pertencentes à mesma família linguística, conforme relata o antropólogo francês Bruce Albert (1952-) em pesquisas recentes. O Instituto Socioambiental apresenta o quadro completo com a relação dos subgrupos e suas diferenças em termos de linguagem, além da existência, na reserva, de mais seis grupos yanomâmis que permanecem isolados do contato com os homens brancos, e de uma comunidade da família linguística karib, o povo ye'kwana.

Desde o final da década de 1980, em função de projetos de ocupação da Amazônia implementados pela Ditadura Civil-Militar, parte das comunidades yanomâmis de Roraima começou a sofrer as consequências da descoberta de ouro em sua região. Houve uma mortandade logo no primeiro contato, durante o projeto de construção da rodovia Perimetral Norte. Logo depois, entre 1988 e 1990, as mortes vitimaram cerca de 15% do povo yanomâmi, com a chegada de quase 40 mil garimpeiros, trazendo consigo extrema violência e espalhando diversas doenças, como a malária, e outros graves problemas sociais e ambientais.

Apesar de várias ações governamentais que procuraram inibir o garimpo ilegal nessas terras, nos anos que se seguiram e, mais recentemente, no início de 2023, a mídia mundial repercutiu a grave crise humanitária que vem devastando o povo yanomâmi nos últimos anos, em função da rápida expansão das atividades de mineração em suas terras. Dados apurados pelas organizações que atuam na defesa da Amazônia e das reservas indígenas, como a Hutukara Associação Yanomâmi (HAY), apontaram um crescimento de 309% no desmatamento de 1.236 hectares em razão das atividades do garimpo no período compreendido entre outubro de 2018 e o final de 2022. A expansão da atividade de garimpo vem resultando na proliferação de doenças como malária, pneumonia, além da grave contaminação pelo mercúrio utilizado na separação do ouro.

Esse cenário desolador em nada se compara com aquele vivenciado anos atrás pelo antropólogo Bruce Albert:

Quando conheci os yanomami, totalmente isolados, havia uma fartura enorme: festa atrás de festa. Tinha tanta banana, caça o tempo todo, muita comida. Nunca comi tão bem quanto junto aos yanomami. Colhiam 300 tipos de frutas diferentes, 32 tipos de mel, animais de caça de todo tipo e tamanho cuja qualidade da carne varia o gosto em função das estações. Ou seja, tem um requinte na comida deles; uma riqueza degustativa, alimentícia e uma fartura enorme.

Agora, eles vivem em situação de má nutrição e o governo tem que enviar cesta básica porque os garimpeiros destruíram a floresta. O barulho das máquinas afasta a caça, os rios viraram um mar de lama e não dá mais para pescar. Todo mundo está doente e não plantam mais roça. Ou seja, provocou-se uma desestruturação total no modo de subsistência tradicional e depois se diz que os coitados são malnutridos, os selvagens não trabalham e é preciso enviar latas de sardinha. Minha primeira reação em relação

à má nutrição dos povos indígenas é dizer que isso não existe na origem; é produzido pela destruição que impomos aos seus territórios e modos de vida.

ALBERT, B. Povo yanomâmi: "A floresta não é uma coleção de árvores, mas um universo de povos vivos". Entrevista especial com Bruce Albert. Entrevistadora: Patrícia Fachin. *Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, 31 jul. 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/629287-povo-yanomami-eles-me-deram-uma-formacao-humana-e-intelectual-entrevista-especial-com-bruce-albert>. Acesso em: 6 abr. 2024.

Esse quadro já vinha sendo alertado há bastante tempo pelo escritor, xamã e líder indígena Davi Kopenawa Yanomâmi, como ele afirma em seu livro com Bruce Albert, *A queda do céu: "Os brancos vão fazer adoecer a terra e o céu"*. Ele se refere não somente à destruição das florestas, mas também às epidemias – como a de covid-19 que assustou o planeta a partir de 2020 – e à crise climática cada vez mais acentuada. Kopenawa ressalta que, apesar de os brancos afirmarem que “a terra é muito grande e tem pouco índio”, em uma referência ao tamanho da Terra Indígena Yanomâmi, o que está acontecendo é exatamente o oposto:

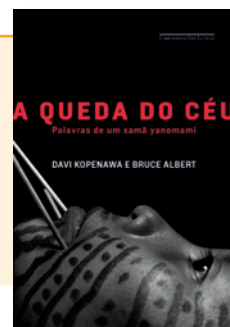
O pouco índio está sustentando o planeta Terra. Sem índio, não vai ser sustentado, vai afundar, porque o pajé está segurando a queda do céu para não cair em cima da gente. O pajé está segurando para equilibrar. O nosso trabalho, do pajé yanomami, é outra coisa. O trabalho é para proteger o povo da terra. O pajé yanomami não está ganhando dinheiro, não está roubando terra do outro. A grande alma da Amazônia, junto com meu povo, junto com os xapiri pë [espíritos auxiliares], junto com o nosso criador Omama, está sustentando a nossa floresta Amazônica. Nós sempre falamos isso. Falamos muito, não é só agora que estamos falando não. Agora nós estamos falando mais e mais, até o branco da cidade, o povo da mercadoria, entender, escutar e respeitar.

KOPENAWA, D. É o 'pouco índio' que está sustentando o planeta Terra, avisa Davi Kopenawa. [Entrevista cedida a] Paulina Chamorro. *National Geographic*, [s. l.], 3 set. 2021. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2021/09/amazonia-entrevista-davi-kopenawa-yanomami#:~:text=O%20pouco%20C3%ADndio%20est%C3%A1%20sustentando,cair%20em%20cima%20da%20gente>. Acesso em: 6 abr. 2024.

Para ampliar

Leia

A queda do céu: palavras de um xamã yanomâmi, de Davi Kopenawa e Bruce Albert (Companhia das Letras, 2015). Um texto reflexivo e provocativo a respeito do futuro do planeta diante da destruição da natureza pelos seres humanos, assim como acerca da importância dos povos indígenas na preservação das florestas.



Perfil

Davi Kopenawa

Davi Kopenawa (1956-) é uma figura importante no cenário político, social e cultural do Brasil. Além de xamã e líder político de seu povo (os yanomâmi), tem se dedicado à defesa da Amazônia e dos povos indígenas por mais diversos meios. Destaca-se sua intensa atuação como ativista dos direitos dos povos originários, iniciada no final da década de 1960, quando se juntou à Funai para trabalhar como intérprete, passando por momentos críticos, como as lutas pelo reconhecimento do território yanomâmi, no início da década de 1990. Além disso, ressaltam-se os anos em ações como a fundação da Hutukara Associação Yanomami, o enfrentamento do desmonte de políticas de proteção aos povos indígenas e as medidas para a proteção dos yanomâmi durante a pandemia de covid-19. Seu nome, Kopenawa, atribuído durante sua iniciação como xamã, representa sua bravura equivalente à dos chamados espíritos-vespa na tradição yanomâmi.



Davi Kopenawa, xamã e líder yanomâmi. Roma, Itália, 2024.

Marco Ravagli/Future Publishing/Getty Images



1. Leia o trecho da reportagem e responda ao que se pede.

Katu é indígena urbana, ou seja, nasceu na cidade. Ela estudou em escola pública e conta que foi com base em sua experiência que criou a campanha sobre o Dia do Índio nas escolas.

“A escola sempre reforçou o estereótipo do índiozinho pelado e selvagem. A professora dava um desenho do índio que só usava uma folhinha pra cobrir as genitais, pintávamos o desenho, fazíamos cocar de papel e quando colocavam na minha cabeça diziam: 'Você é índia selvagem' e batiam na boca. Nunca vi a escola falar a verdade sobre nós”, diz ela.

Katu diz que isso ainda não mudou. “Na antiga escola da minha filha, o Dia do Índio ainda está lá, com o cocar de papel, música da Xuxa e pipoca. Uma vez fui buscar minha filha na escola e ela falou para a amiguinha que somos indígenas. A amiguinha respondeu que não, pois, no Dia do Índio, a professora falou que eles moram na oca, no meio do mato e comem mandioca”, conta.

VIEIRA, B. M. Indígenas lançam campanha contra estereótipos para o Dia do Índio: 'Não precisamos de outras pessoas para nos definirem'. *GI*, São Paulo, 19 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/04/19/indigenas-lancam-campanha-contr-estereotipos-para-o-dia-do-indio-nao-precisamos-de-outras-pessoas-para-nos-definirem.ghtml>. Acesso em: 19 set. 2024.

- De acordo com o que você estudou neste capítulo, qual é o motivo e a importância da mudança de nomenclatura de “Dia do Índio” para “Dia dos Povos Indígenas” ocorrida em 2022?
 - Você experienciou atividades parecidas com as descritas na reportagem na sua vida escolar? Como elas ajudaram a construir a imagem que você tem dos indígenas brasileiros?
 - Quais ações poderiam ser realizadas nas escolas para evitar os estereótipos descritos por Katu?
2. (Enem – 2023)

“Há uma década, Alter (PA) e Santarém (PA) resgatam o idioma de nheengatu – a língua mais falada no Brasil e proibida em 1758 pela Coroa portuguesa – por meio do ensino em 47 escolas. Uma delas é a Escola Indígena Antônio de Sousa Pedroso, mais conhecida como Escola Borari. A região é hoje repleta de mestres nativos de nheengatu. Nhe'eng significa “língua”, e “boa” é a tradução de katu. Daí o nheengatu ou nhengatu (ou língua geral), criado no século 16 pelos jesuítas a partir do tupi e criminalizado no século 18 por um decreto do Marquês de Pombal.”

LEMOS, S. Indígena ensina língua proibida pelos portugueses na paradisíaca Alter (PA). Disponível em: <https://tab.uol.com.br>. Acesso em: 11 nov. 2021 (adaptado).

O ensino da língua mencionada no texto tem como objetivo a

- resolução dos conflitos legais.
 - estetização do dialeto regional.
 - gramatização do vocabulário local.
 - valorização da tradição cultural.
 - reabilitação das autoridades políticas.
3. Reúnam-se em duplas para realizar uma pesquisa sobre as populações indígenas do estado onde vocês residem. Acessem a página do IBGE (<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html>. Acesso em: 19 set. 2024) e observem as instruções a seguir. Na categoria “tema”, selecionem a opção “indígenas”; na categoria “local”, selecionem o estado onde vocês residem; na categoria “comparação”, selecionem “Brasil” ou outro estado da região onde vocês residem para estabelecer uma comparação. Analisem os dados disponibilizados na página e respondam às questões a seguir.
- O que se pode dizer sobre o número de indígenas no seu estado em relação ao número de indígenas no Brasil em 2010 e 2022? O número de indígenas no seu estado representa qual percentual da população indígena brasileira?
 - Há variações significativas entre a pirâmide etária, a população não alfabetizada e a população residente em terras indígenas do seu estado e do Brasil em geral?
4. Faça uma pesquisa na internet sobre a existência de conflitos envolvendo a ocupação ou a demarcação de terras indígenas no estado onde você reside. Selecione um desses conflitos e explique por que eles ocorrem, quem são os envolvidos e quais têm sido as consequências para a população indígena local.
5. Qual das seguintes alternativas **NÃO** representa um equívoco comum sobre os povos indígenas?
- A ideia de que os indígenas formam um grupo homogêneo com a mesma cultura e língua.
 - A visão de que as culturas indígenas são “atrasadas” e “primitivas”.
 - A crença de que os indígenas pertencem apenas ao passado do Brasil.
 - A percepção de que os indígenas contribuíram significativamente para a formação da cultura brasileira.
 - A representação estereotipada do indígena como alguém que vive isolado na floresta.





A invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher como tema da redação do Enem

Chegou a hora de treinar suas habilidades mais uma vez para desenvolver a redação do Enem. No decorrer dos estudos dos conteúdos da Unidade 3, você compreendeu quais são e como funcionam as desigualdades sociais, de raça, de gênero e de sexualidade, conheceu os diferentes tipos de violência e analisou as questões urbanas e rurais, além do contexto atual dos povos indígenas no Brasil.

Em 2023, o tema da redação do Enem foi “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil”. Como os temas sociológicos desta unidade, as teorias e os conceitos trabalhados podem ser ferramentas eficientes para a elaboração da sua redação?

Primeiro, analise o texto motivador que é um trecho do documento informativo da Oxfam International, uma confederação que reúne diversas organizações em busca de soluções para o problema da pobreza, da desigualdade e da injustiça.

O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade

O trabalho de cuidado é essencial para nossas sociedades e para a economia. Ele inclui o trabalho de cuidar de crianças, idosos e pessoas com doenças e deficiências físicas e mentais, bem como o trabalho doméstico diário que inclui cozinhar, limpar, lavar, consertar coisas e buscar água e lenha. Se ninguém investisse tempo, esforços e recursos nessas tarefas diárias essenciais, comunidades, locais de trabalho e economias inteiras ficariam estagnadas. Em todo o mundo, o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago é desproporcionalmente assumido por mulheres e meninas em situação de pobreza, especialmente por aquelas que pertencem a grupos que, além da discriminação de gênero, sofrem preconceito em decorrência de sua raça, etnia, nacionalidade, sexualidade e casta. As mulheres são responsáveis por mais de três quartos do cuidado não remunerado e compõem dois terços da força de trabalho envolvida em atividades de cuidado remuneradas.

DOCUMENTO informativo – Tempo de Cuidar. *Oxfam Brasil*, São Paulo, [20–]. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br>. Acesso em: 18 jul. 2024. (adaptado).

Em seguida, observe o segundo texto motivador, que é uma tabela com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Média de horas dedicadas pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, por sexo

| Brasil – 2019 | |
|---------------|----------------|
| Sexo | Horas semanais |
| Homens | 11,0 |
| Mulheres | 21,4 |

Fonte: IBGE. *Pnad contínua anual*. Rio de Janeiro: IBGE, [2019]. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 set. 2023.

Com base nas reflexões instigadas pelos textos motivadores e considerando a proposta de redação do Enem “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil” (2023), siga os próximos passos.

- Existem duas questões centrais na proposta de redação. Para iniciar sua escrita, você precisa identificá-las. Em seu caderno, responda às perguntas:
 - Por que o trabalho de cuidado é considerado invisível?
 - Como o cuidado realizado pela mulher no Brasil explicita uma situação de desigualdade de gênero?
- Considerando os conteúdos estudados ao longo da Unidade 3, anote exemplos de como as desigualdades sociais, de gênero e de raça estão presentes na realidade do trabalho de cuidado no Brasil.
- O próximo passo é identificar e analisar os desafios do problema apresentado na proposta de redação. Para isso, você precisará mobilizar a competência 3, selecionando, organizando e relacionando opiniões, argumentos de diferentes pontos de vista sobre o tema. Você pode enumerar os desafios em seu caderno.
- Agora que você respondeu às questões centrais da proposta, relacionou-as com os conhecimentos sociológicos sobre desigualdades sociais, de gênero e de raça e analisou os desafios do problema, está pronto para elaborar sua intervenção, conforme demanda da competência 5, tendo em vista o respeito aos direitos humanos. Portanto, responda em formato de tópicos:
 - Como o poder público e a sociedade podem criar estratégias para valorizar o trabalho de cuidado realizado no Brasil?
 - Como superar as expectativas de gênero e responsabilizar os homens para realização desse tipo de atividade?

Campanha antibullying: construindo um ambiente escolar seguro e inclusivo

O bullying é um tipo de violência que vem aumentando de forma significativa na sociedade. Trata-se de um problema que deve ser tratado com muita seriedade, pois pode afetar a saúde mental e emocional dos estudantes, prejudicando o desempenho escolar e o bem-estar geral. Essa realidade requer uma ação conjunta da comunidade escolar a fim de promover um ambiente seguro e acolhedor, em que todos se sintam respeitados.

Etapa 1: organizem-se em grupos de quatro a cinco estudantes. De forma colaborativa, elaborem um questionário de pesquisa sobre a incidência de *bullying* na escola. As perguntas básicas podem ser:

- Você já presenciou ou foi vítima de *bullying*? (sim/não)
- Com que frequência isso ocorre? (diário, semanal, mensal, raramente, nunca)
- Em que área da escola a prática costuma ocorrer?
- Que tipos de *bullying* você presenciou? (verbal, físico, psicológico, *cyberbullying*)

Considerem a realidade em que escola está inserida para ampliar e diversificar as perguntas, envolvendo, por exemplo, o *bullying* motivado por racismo, por homofobia, por desigualdade socioeconômica, por questões culturais, entre outros casos. É importante que haja ao menos uma pergunta sobre a motivação da prática.

Etapa 2: comuniquem aos estudantes da escola informações sobre atividade e a importância de todos participarem. Enfatizem que a pesquisa é anônima e, portanto, não serão solicitados dados de identificação.

Cada grupo pode se direcionar para uma área da escola ou, ainda, ficar responsável por aplicar o questionário a turmas específicas, que deverá ser impresso. Disponibilizem os questionários e canetas em uma área em que os estudantes possam responder com privacidade.

Etapa 3: com os dados em mãos, o grupo deverá realizar a tabulação deles, contabilizando o número de entrevistados, a frequência e as porcentagens das respostas e representando-os graficamente (gráficos de barras, gráficos de *pizza*, entre outros).

Etapa 4: com a turma reunida, discutam os dados de cada grupo, associando-os para determinar:

- a porcentagem de estudantes que relataram ter sofrido *bullying*;
- o tipo de *bullying* mais prevalente na escola;
- as principais motivações do *bullying* sofrido ou observado.

Ao discutir sobre as motivações e o contexto das práticas de *bullying*, considerem as temáticas abordadas na unidade como fatores que contribuam com a análise, de modo a identificar casos de racismo, homofobia, machismo, questões socioeconômicas ou outras. Essa percepção será fundamental para conduzir as atividades da etapa seguinte.

Etapa 5: com base nas discussões e nos resultados da pesquisa, cada grupo promoverá ações de conscientização. Isso pode incluir a criação de cartazes informativos para distribuição na escola, a elaboração e exibição de um vídeo educativo com depoimentos sobre como o *bullying* ocorre na escola, quais as consequências e a importância de combatê-lo, uma gravação de um *podcast*, com a participação de vítimas que desejem dar depoimento e profissionais especializados no apoio e tratamento relacionados ao *bullying*, como advogados, psicólogos e psicopedagogos, entre outras possibilidades.

Etapa 6: com a ajuda do professor, pesquisem se no seu município há alguma instituição de apoio a pessoas vítimas de *bullying* e, caso exista, verifiquem a possibilidade de realizar uma visita para participar de atividades e palestras que possam contribuir com a campanha. Caso a visita não seja possível, verifiquem com seu professor a possibilidade de a escola convidar algum profissional que aborde esse tema com os estudantes.

Etapa 7: para encerrar, escrevam uma reflexão sobre o impacto do *bullying* na escola. Considerem os dados coletados, o papel da Matemática na compreensão do problema, as discussões sobre as motivações e quais estratégias vocês consideram mais eficazes no combate a esse tipo de violência.



A atividade tem o intuito de realizar uma campanha antibullying na escola, promovendo a conscientização sobre os efeitos do *bullying* e contribuindo para a criação de propostas de prevenção contra essa prática e de ações de apoio às vítimas. Para identificar de que forma essa violência está presente na escola onde estudam, organizem-se para a realização das etapas a seguir, de acordo com as orientações do professor.



1. (Enem – 2021)

Hoje o Rio de Janeiro é famoso pela bela alcahueta de “Cidade Maravilhosa”, mas seu passado esconde apelidos muito menos lisonjeiros. “Porto Sujo” e “Cidade da Morte” eram os nomes que os estrangeiros usavam para se referir à capital fluminense antes da Reforma Pereira Passos. Muitos navios passaram a evitar a Baía de Guanabara por medo. Em um episódio dramático, em 1895, 333 marinheiros do navio italiano Lombardia, que tinha 340 tripulantes, contraíram febre amarela, e 234 morreram.

BIAS, M. *Passado a limpo*. Disponível em: www.revistadehistoria.com.br. Acesso em: 14 abr. 2015 (adaptado).

Os termos pelos quais a cidade era conhecida no passado, antes da reforma mencionada no texto, são explicados pela associação entre os seguintes fatores:

- a) endividamento e dependência financeira.
- b) insalubridade e ocupação desordenada.
- c) criminalidade e decadência moral.
- d) pobreza e corrupção política.
- e) imigração e êxodo rural.

2. (Uece – 2024)

Trata-se de um fenômeno de caráter urbano consequente da ocupação desordenada de terrenos e de encostas de morros com o surgimento de moradias precárias resultante, dentre outros problemas sociais, do aumento da pobreza, da miséria e da desigualdade socioeconômica. Esse fenômeno, que não é exclusividade da realidade brasileira, atualmente existe em muitas sociedades que têm características comuns tais como a falta de saneamento e dificuldades para o acesso a serviços básicos como transporte público dentre outros.

O fenômeno social a que o enunciado acima se refere é denominado

- a) urbanização.
- b) planejamento.
- c) favelização.
- d) risco ambiental.

3. (Uece – 2024)

Assim como a luta por uma Reforma Agrária no Brasil visa promover a melhor distribuição de terras entre as populações camponesas para trazer justiça social, a Reforma Urbana busca o mesmo objetivo com a promoção da inclusão social das parcelas mais pobres das populações que vivem nos perímetros urbanos através, por exemplo, do acesso à moradia. Nas últimas décadas, no Brasil, tem havido uma intensificação na reivindicação de lares para a moradia nos centros urbanos por parte das ações

de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, a Frente de Luta por Moradia e o Movimento Nacional de Luta por Moradia. Esses movimentos demandam, na verdade, através da ocupação de espaços como prédios e galpões abandonados nos centros urbanos, direitos constitucionais básicos e projetos habitacionais para a população de baixa renda nas cidades brasileiras. Enfim, as lutas desses movimentos visam, em síntese, atender a essa necessidade vital básica, a moradia, para trabalhadores urbanos e outras categorias sociais, que visam à melhoria de suas condições de vida na sociedade brasileira.

Partindo do exposto, é correto afirmar que

- a) os movimentos sociais que lutam por moradia se articulam para reivindicar a reforma das partes precárias dos imóveis que estão abandonados.
- b) as lutas por moradia encampadas por esses movimentos sociais buscam a democratização do direito à cidade e a uma reforma urbana.
- c) a moradia é um direito civil básico, o direito de propriedade, e como não se trata de um direito social, essas ocupações de prédios são equivocadas.
- d) diferentemente do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, esses movimentos lutam pela reintegração de posse de imóveis inutilizados.

4. (Uece – 2022)

A violência física não é o único instrumento de que se vale o Estado dentro dos limites de seu território, mas é seu instrumento específico, afirma Weber, de forma categórica. Para este teórico clássico da sociologia, a relação entre Estado e esse tipo de violência é particularmente íntima. Na história humana, muitos agrupamentos políticos – a começar pela família – recorreram à violência física, tendo-a como instrumento de manutenção de poder. Segundo Weber, o Estado moderno, que é um tipo legal-racional de agrupamento humano, reivindica o uso legítimo da violência física e isso significa dizer que existe o reconhecimento, por parte dos membros de um Estado, de que somente esse Estado é autorizado a usar dessa violência conforme os mandamentos legais e constitucionais.

WEBER, Max. *Ciência e Política*: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2011.

Considerando a relação Estado e violência, apresentada por Weber, assinale a afirmação verdadeira.

- a) O Estado possui, como um de seus monopólios singulares, a legitimidade do uso da força e da violência física diante dos seus membros.
- b) Os grupos humanos, dentro dos limites de seus territórios, reivindicam o monopólio legítimo da violência física diante dos Estados.

- c) A violência é legitimada no Estado e é prerrogativa dos cidadãos fazer justiça quando as autoridades falharem nessa tarefa.
- d) O Estado, com suas funções burocráticas e fins territoriais, legitima-se através do uso instrumental da violência física sobre seus membros.

5. (UEM-PR – 2020)

Sobre as relações entre violência urbana, criminalidade e pobreza no Brasil, assinale o que for correto.

- 01) A pobreza não é um fator óbvio de violência, como atestam as estatísticas sobre os denominados crimes do colarinho branco, praticados por membros das classes econômicas média e alta.
- 02) As taxas de desemprego e de crimes violentos não apresentam variação conjunta no contexto nacional.
- 04) A desigualdade persistente no acesso aos bens de consumo valorizados socialmente conecta a situação de vulnerabilidade econômica à prática de crimes, principalmente entre os mais jovens.
- 08) As taxas de criminalidade entre jovens provenientes da classe baixa e da classe média tendem a ser semelhantes, pois a motivação é a mesma: a busca por prestígio e poder.
- 16) O perfil da população carcerária, predominantemente pobre, negra e jovem, evidencia a forte relação entre pobreza e criminalidade.

6. (UFPR – 2024)

“Nós surgimos, efetivamente, do cruzamento de uns poucos brancos com multidões de mulheres índias e negras. Essa situação não chega a configurar uma democracia racial, como quis Gilberto Freyre e muita gente mais, tamanha é a carga de opressão, preconceito e discriminação antinegro que ela encerra. Não o é também, obviamente, porque a própria expectativa de que o negro desapareça pela mestiçagem é um racismo. [...] O aspecto mais perverso do racismo assimilacionista é que ele dá de si uma imagem de maior sociabilidade, quando de fato, desarma o negro para lutar contra a pobreza que lhe é imposta, e dissimula as condições de terrível violência a que é submetido. [...] Tudo isso demonstra, claramente, que a democracia racial é possível, mas só é praticável conjuntamente com a democracia social. Ou bem há democracia para todos, ou não há democracia para ninguém”.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p. 225-227.

No que concerne ao tema da democracia racial expressa no fragmento acima, é correto afirmar:

- a) A democracia social possui maior viabilidade que a democracia racial, pois esta última apenas acentua os traços conflitivos entre diferentes classes sociais que compõem a sociedade brasileira, enquanto a democracia social daria condições efetivas de construção de uma sociedade sem classes.

- b) A mestiçagem é uma forma de racismo dissimulado, que impede a construção de uma sociedade fundada na ideia de democracia racial e, portanto, oblitera a realização de uma democracia social, livre de qualquer luta de classe entre brancos e negros.

- c) A assimilação da população negra pela sociedade branca é um fator importante na construção de uma resistência antirracista, sobretudo porque se soma aos elementos da cultura indígena presente na sociedade brasileira e firma um pacto social pela diversidade étnica.

- d) A democracia racial é uma tese sociológica problemática na medida em que ela está relacionada aos princípios da luta de classes e não promove a integração racial mas, ao contrário, a disputa étnica entre diferentes grupos que buscam o domínio político na democracia social.

- e) A tese da democracia racial, empregada para ensejar a integração entre diferentes etnias que formaram a sociedade brasileira, deixa de ser realmente democrática quando empregada para justificar o apagamento das culturas africanas, o qual anula seu caráter de resistência quando da incorporação da população negra à sociedade branca.

7. (Enem – 2023)

A torcida do Fluminense inicia um movimento para mudar a letra de uma das músicas mais populares das arquibancadas tricolores. Grupos pedem a remoção do termo “mulambo imundo”, em uma provocação direta ao Flamengo. Mulambo é um termo que surgiu em Angola, na época da escravidão, e eles eram chamados de mulambos pelos senhores de engenho, os patrões das fazendas.

Disponível em: <https://oglobo.globo.com>. Acesso em: 23 nov. 2021.

Qual mudança no comportamento social a proposta reportada no texto reflete?

- a) Rejeição de costumes elitistas.
- b) Repulsão de condutas misóginas.
- c) Condenação do preconceito racial.
- d) Criminalização de práticas homofóbicas.
- e) Contestação do comportamento machista.

8. (Uece – 2024)

“A miscigenação corrigiu a distância social entre a Casa-Grande e a Senzala.” Esta afirmação, formulada por Gilberto Freyre na sua obra *Casa-Grande e Senzala* (1933), aponta que os extremos antagônicos, os senhores de engenho e seus escravos no Brasil colonial foram contrariados pelos efeitos sociais da miscigenação. Para esse autor, a relação dos senhores de escravos com as índias e as negras escravizadas resultou na mestiçagem característica do povo brasileiro e, em consequência, ajudou a

trazer um equilíbrio em uma relação de dominação-subjugação. No geral, Freyre é criticado nesta sua concepção sobre a mestiçagem ter sido uma vantagem para o Brasil por ter propiciado uma suposta plasticidade cultural de convivência equilibrada entre as raças no país. E ele não apenas apontou algo de positivo na relação de dominação escravocrata promovido pela miscigenação, mas sugeriu que esta agiu poderosamente na democratização social da sociedade brasileira.

Considerando o enunciado acima apresentado, assinale a afirmação verdadeira.

- a) Esta interpretação freyriana sobre a mestiçagem é entendida como o mito da democracia racial que disfarça a existência do racismo na sociedade brasileira.
- b) As relações raciais no Brasil estão historicamente condicionadas pela mobilidade social entre esses antigos antagonísticos: senhores e escravos.
- c) A mestiçagem como causa do equilíbrio entre brancos e escravos deixou como herança o protagonismo negro nos lugares de poder na sociedade.
- d) Esta concepção da mestiçagem como cola da democracia racial na sociedade brasileira demonstra que de fato há muita harmonia social entre as raças.

9. (Uece – 2022)

Para alguns, uma das formas de se combater o racismo seria, também, deixando de usar o conceito de “raça” para se tratar das diferentes coletividades humanas e usar, para isto, conceitos como o de “etnia”. Porém, segundo Munanga (2003), os conceitos de “etnia” e de “raça” implicam uma “relação hierarquizada entre culturas diferentes” e a noção de hierarquia entre culturas é um dos componentes que fundamentam as discriminações raciais e étnicas. Na verdade, Munanga (2003) considera que o racismo nas sociedades contemporâneas está reformulado “com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural”, termos que comportam o mesmo “esquema ideológico” que aponta para a dominação e a exclusão de grupos sociais ou de coletividades.

MUNANGA, Kabengele. “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia”, palestra proferida no 3º Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/2003.

Partindo dessa compreensão, é correto afirmar que

- a) a discriminação racial é melhor tratada quando se usa o conceito de etnia.
- b) o conceito de etnia pode substituir o de raça para o enfrentamento do racismo.
- c) a discriminação racial persiste e se reforça na ideologia de políticas como a de cotas.
- d) o simples uso do conceito de etnia não muda a realidade do racismo.

10. (UFPR – 2024)

“Desenvolver uma reflexão sociológica sobre a participação de mulheres no desenvolvimento da Sociologia implica incluir, tanto as ideias daquelas que produziram em ambientes legitimados, quanto daquelas que atuaram nas margens e que, por circunstância de classe, raça ou nacionalidade foram relegadas ao esquecimento [...]. Ao frisarmos a importância de lermos e estudarmos suas obras, não o fazemos simplesmente com base no argumento de que é preciso incluir mulheres no cânone, mas pela constatação que por meio de suas obras podemos trazer para a órbita da Sociologia clássica uma série de temas e perspectivas que não estão contempladas atualmente: vida privada, cotidiano, intimidade, família, casamento, sexualidade e divisão sexual do trabalho são alguns dos temas mais evidentes nas suas obras”.

DAFLON, Verônica Toste; CAMPOS, Luna Ribeiro [org.]. *Pioneiras da sociologia: mulheres intelectuais nos séculos XVIII e XIX*. Niterói: EdUFF, 2022. p. 18-19.

Considerando a reflexão apresentada pelas autoras sobre mulheres sociólogas, é correto afirmar que:

- a) o trabalho de teorização de mulheres na sociologia contribui para pensar a relação entre gênero e as diversas instituições, mas também possibilita colocar novos desafios a análises hegemônicas sobre o poder, a solidariedade, desigualdades e outros processos sociais que marcaram o mundo moderno e contemporâneo.
- b) a reflexão sociológica desenvolvida por mulheres favorece a construção de um questionamento crítico do conhecimento criando condições epistemológicas para o banimento da chamada sociologia clássica dos currículos escolares e das pesquisas em ciências sociais.
- c) as chamadas “pioneiras da sociologia”, ao incorporarem o tema de gênero no campo das ciências sociais, denotam o esforço de recompor as tradições sociológicas do século XIX e elaborar uma crítica contundente sobre os movimentos feministas dos séculos XX e XXI.
- d) a sociologia sempre teve participação das mulheres no processo de elaboração das teorias sociais sobre a vida moderna e contemporânea, mas que não foram suficientemente eficazes porque a questão do gênero ocupou centralidade analítica em seus sistemas teóricos.
- e) a construção do cânone sociológico, via de regra, sempre considerou a participação de mulheres na formulação dos sistemas e das teorias sociais, visto que a discussão de classe, raça ou nacionalidade prescinde da questão de gênero, pois diz respeito a qualquer cidadão do mundo moderno e contemporâneo.

11. (Enem – 2022)

Se por um lado podemos falar de certa “influência” do feminismo nas organizações de esquerda armada a partir da admissão das mulheres nessas

organizações, e de sua efetiva participação, muitas vezes de armas na mão, nos eventos, além de sua prisão, tortura e desaparecimento, por outro lado, a impressão que temos ao ler os relatos ou ouvir os testemunhos das pessoas entrevistadas é que uma “consciência feminista” apenas se deu nessas mulheres num momento posterior. Como se o contato com os movimentos e literatura feministas no exílio ou após 1975, com o Ano da Mulher instituído pela Organização das Nações Unidas, desse a tais mulheres palavras para expressar o que antes seria um sentimento difuso diante daquilo que lhes acontecia no cotidiano.

WOLFF, C. S. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Revista Brasileira de História*, n. 54, 2007.

Para as mulheres apresentadas no texto, a reflexão sobre a perspectiva feminista proporcionou o(a)

- a) desvalorização de suas demandas na resistência.
- b) direcionamento da ação militante contra a violência doméstica.
- c) enfraquecimento da atuação nos movimentos subversivos.
- d) ressignificação da memória acerca do engajamento político.
- e) limitação da participação das trabalhadoras em manifestações.

12. (Saresp – 2023)

A criminalização da homofobia e da transfobia foi permitida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em decisão de junho de 2019. Por 8 votos a 3, os ministros consideraram que atos preconceituosos contra homossexuais e transexuais passariam a ser enquadrados no crime de racismo.

(<https://g1.globo.com>. 30.09.2021. Adaptado)

Os registros de racismo e homofobia (ou transfobia) cresceram mais de 50% no Brasil em 2022 na comparação com o ano anterior, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública divulgados em julho de 2023. As ocorrências de homofobia ou transfobia passaram de 316, em 2021, para 488, em 2022, o que representa aumento de 54% no período.

(<https://g1.globo.com>. 20.07.2023. Adaptado)

A análise dos excertos permite concluir que, em relação à homofobia e à transfobia,

- a) a união de fatores sociais e políticos atenuaram as manifestações de violência.
- b) as demandas dos movimentos sociais foram supridas nos últimos anos.
- c) o judiciário brasileiro instituiu obstáculos legais para a efetivação da democracia.
- d) a legislação nacional permanece conivente com práticas discriminatórias.
- e) a ampliação formal da cidadania encontra barreiras significativas no cotidiano.

13. (UFU-MG – 2022)

De 1969 até meados da década de 1970, a Fundação Nacional do Índio (Funai) manteve silenciosamente em Minas Gerais dois centros para a detenção de índios considerados “infratores”. Para lá, foram levados mais de cem indivíduos de dezenas de etnias, oriundos de ao menos 11 estados das cinco regiões do país. O Reformatório Krenak, em Resplendor (MG), e a Fazenda Guarani, em Carmésia (MG), eram geridos e vigiados por policiais militares sobre os quais recaem diversas denúncias de tortura, de trabalho escravo, de desaparecimentos e de intensa repressão cultural.

CAMPOS, André. Ditadura criou campos de concentração indígena. *Repórter Brasil*, 2014. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/>. Acesso em: 11 set. de 2022.

O texto revela um exemplo de repressão das comunidades originárias no Brasil durante a ditadura. A partir de uma leitura antropológica, esse episódio revela a

- a) consequência de ideais relativistas que ignoravam a diversidade étnica.
- b) influência de teorias racialistas na tutela de comunidades indígenas.
- c) tentativa de pacificar indígenas civilizados.
- d) ausência da resistência indígena em face do poder colonizador.

14. (Uece – 2021)

“O ‘índio’ é qualquer membro de uma comunidade indígena, reconhecido por esta como tal. E ‘comunidade indígena’ é toda comunidade fundada em relações de parentesco ou vizinhança entre seus membros, que mantém laços histórico-culturais com as organizações sociais indígenas pré-colombianas”.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. “No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é”. In: *Povos Indígenas no Brasil*, 20 de janeiro de 2016.

Segundo esta definição do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, é correto concluir que, no Brasil,

- a) as comunidades indígenas assim definidas foram praticamente dizimadas etnicamente e fisicamente no ferrenho processo colonial de formação do país.
- b) as populações indígenas hoje diferem da sociedade não índia, por suas identificações culturais próprias e ligações com os povos originários do país.
- c) os índios que ainda restam em nossa sociedade estão caminhando para extinção, uma vez que suas culturas são destruídas pela cultura moderna.
- d) não podem ser caracterizados como indígenas aqueles que têm as mesmas necessidades da sociedade branca, como possuir trabalho remunerado e telefone celular.

Referências

- ACOSTA, A. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016.
O livro apresenta o conceito de bem viver inspirado em cosmovisões indígenas.
- ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (org.). *Justiça ambiental e cidadania*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.
O livro reúne reflexões sobre a relação entre justiça ambiental e cidadania, destacando como grupos vulneráveis são desproporcionalmente afetados por problemas ambientais.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
A obra critica o Iluminismo, argumentando que a razão instrumental leva à dominação e à alienação.
- ALATAS, S. F.; SINHA, V. *Teoria sociológica para além do cânone*. São Paulo: Funilaria, 2023.
Os autores defendem a necessidade de descentralizar a teoria sociológica ocidental, trazendo à tona perspectivas asiáticas e do Sul global.
- ALBERT, B. Povo Yanomami: "A floresta não é uma coleção de árvores, mas um universo de povos vivos". Entrevista especial com Bruce Albert. Entrevistadora: Patrícia Fachin. *Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, 31 jul. 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/629287-povo-yanomami-eles-me-deram-uma-formacao-humana-e-intelectual-entrevista-especial-com-bruce-albert>. Acesso em: 6 abr. 2024.
Entrevista com o antropólogo francês acerca do povo yanomami.
- ANGUS, I. *Enfrentando o Antropoceno*. São Paulo: Boitempo, 2023.
Na obra, o autor aborda os impactos ambientais e sociais causados pelo Antropoceno.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1997.
Antunes discute as transformações no mundo do trabalho.
- AREOSA, J. O meu chefe é um algoritmo: reflexões preliminares sobre a uberização do trabalho. *Segurança Comportamental*, [s. l.], ano 11, n. 14, 2021.
Neste artigo, Areosa explora o impacto da tecnologia no mundo do trabalho, com ênfase na "uberização", em que trabalhadores são geridos por algoritmos.
- ASANTE, M. K. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, E. L. (org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.
Na obra, o autor propõe a afrocentricidade como uma perspectiva epistemológica centrada nas experiências e nos conhecimentos africanos.
- BANIWA, G. dos S. L. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília, DF: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: LACED/Museu Nacional, 2006.
Retrata a população indígena brasileira atual, tocando em temas como o movimento indígena.
- BAUDRILLARD, J. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.
Baudrillard analisa a substituição da realidade por simulacros, em que as representações substituem o real.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
Aborda questões de gênero em relação ao papel e posição da mulher na sociedade ocidental.
- BENEVIDES, B. G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*. Brasília, DF: Distrito Drag; Teresina: Antra, 2024. Disponível em: <https://antrabrazil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2024.
Relato acerca de violências ocorridas contra travestis e transexuais no Brasil em 2023.
- BENEVIDES, M. V. M. *A cidadania ativa*. Referendo, plebiscito e iniciativa popular. São Paulo: Ática, 1991.
A obra explora as formas de participação popular na democracia, analisando instrumentos como referendos e plebiscitos.
- BENTO, C. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
Questiona as vantagens sociais que pessoas brancas têm em relação às demais.
- BERGER, P. L. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulinas, 1985.
No livro, o autor propõe que a religião cria um "dossel sagrado" que organiza e dá sentido ao mundo social.
- BIROLI, F. A "Ideologia de gênero" e as ameaças à democracia. *Blog da Boitempo*, [São Paulo], 26 jun. 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/06/26/a-ideologia-de-genero-e-as-ameacas-ademocracia/>. Acesso em: 27 ago. 2024.
Disserta acerca da "ideologia de gênero" e de sua relação com a democracia e com movimentos sociais.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília, DF: UnB, 1998. v. 1.
O dicionário reúne definições e conceitos essenciais da Ciência Política, oferecendo um panorama abrangente das principais teorias e figuras políticas.

- BONAVIDES, P. A quinta geração dos direitos fundamentais. *Revista Brasileira de Direitos Fundamentais e Justiça*, Porto Alegre, n. 3, abr./jun. 2008.
No artigo, Bonavides discute a evolução dos direitos fundamentais, introduzindo a ideia de uma quinta geração que abrange novos desafios sociais e ambientais.
- BORTOLINI, A. Diversidade sexual, gênero e homofobia na escola: introduzindo um debate. *Retta*, Seropédica, v. 3, p. 71-86, 2012.
Discute a questão de gênero e sexualidade em ambientes escolares, com foco na violência.
- BOURDIEU, P. *Contrafogos: tática para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
Discute conceitualmente o neoliberalismo e meios de mitigá-lo.
- BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
O livro apresenta uma série de ensaios que exploram a relação entre poder, cultura e educação.
- BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
Na obra, Bourdieu analisa o papel da televisão na sociedade contemporânea, discutindo como os meios de comunicação moldam a percepção pública e as práticas sociais.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
A obra discute como o sistema educacional perpetua as desigualdades sociais.
- BRAGA, R. B. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
Braga analisa a ascensão do precariado no Brasil e sua relação com o populismo e os primeiros governos de Lula.
- BRANDÃO, C. R. *Os deuses do povo*. São Paulo: Brasiliense, 1997.
A obra examina as práticas religiosas populares no Brasil, abordando as relações entre cultura, fé e identidade.
- BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD-LGBT). *Parecer nº 01, Resolução nº 12, 16 de janeiro de 2015*. Brasília: SDH, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacaosocial/old/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012-anexo>. Acesso em: 27 ago. 2024.
Estabelece meios de garantia da permanência de pessoas travestis e sexuais em instituições de ensino.
- BRASIL. *Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973*. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, DF: Presidência da República, 1973. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 23 ago. 2024.
Regula a situação jurídica de povos indígenas visando a preservação de suas culturas.
- CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001.
Discute a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
- CALDART, R. S.; KOLLING, E. J. O MST e a educação. In: STÉDILE, J. P. *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 223-242.
Aborda a importância da educação no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
- CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil*. O longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
O autor parte da análise da trajetória histórica da cidadania no Brasil.
- CARVALHO, L. População carcerária cresce nos EUA e no Brasil. *Poder 360*, [s. l.], 10 mar. 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/seguranca-publica/populacao-carceraria-cresce-nos-eua-e-no-brasil/>. Acesso em: 23 jun. 2024.
Discute o aumento da população carcerária nos Estados Unidos e no Brasil e o encarceramento em massa.
- CASTELLS, M. *A era da informação*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
O autor explora as transformações sociais, econômicas e culturais resultantes da revolução da informação.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. v. I.
Na obra, Castells examina como a internet e as novas tecnologias de comunicação reestruturam a economia, a cultura e o poder.
- CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança – Movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
Na obra, o autor analisa como a internet transformou a dinâmica dos movimentos sociais, facilitando a mobilização e a organização coletiva.
- CASTRO, C. (org.). *Franz Boas: antropologia cultural*. 6. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2024.
Pioneiro da antropologia moderna, Boas rejeita as teorias raciais e introduz o conceito de relativismo cultural.
- CASTRO, E. V. de. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.
O volume introduz cosmologias amazônicas, segundo as quais o mundo seria habitado por diferentes espécies, humanas e não humanas.
- CASTRO, E. V. de. “No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é”. Entrevista cedida a ISA. *Povos Indígenas no Brasil*, [s. l.], 2006. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf. Acesso em: 19 ago. 2024.
Entrevista com Eduardo Viveiros de Castro acerca de povos indígenas brasileiros.

- CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (coord.). *Atlas da violência 2024* – Brasília, DF: Ipea: FBSP, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/286/atlas-2024-municipios>. Acesso: 21 jun. 2024.
Relatório com estatísticas acerca da violência no Brasil.
- CÉSAIRE, A. *Discurso sobre a negritude*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.
A obra reflete sobre o movimento da negritude como uma resposta à colonização e ao racismo.
- CHÂTELET, F.; DUHAMEL, O.; PISIER-KOUCHNER, E. *História das ideias políticas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
Os autores traçam um panorama histórico das ideias políticas, desde a antiguidade até os tempos modernos.
- CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
A autora explora a ideologia como um conjunto de ideias que mascara as relações de dominação.
- CHOSSUDOVSKY, M. *A globalização da pobreza*. São Paulo: Moderna, 1999.
No livro, o autor critica as políticas neoliberais, argumentando que a globalização econômica aumentou a pobreza global.
- CLASTRES, P. *Arqueologia da violência: pesquisas de Antropologia Política*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
Analisa a questão da violência contra populações indígenas na América do Sul.
- CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Ubu, 2017.
Clastres investiga as sociedades indígenas da América do Sul, argumentando que elas se organizam de maneira a evitar a formação de um Estado.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
Relatório seminal que popularizou o conceito de desenvolvimento sustentável, enfatizando a necessidade de equilibrar crescimento econômico com proteção ambiental.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no campo Brasil 2023* – Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 2024. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downloads?task=download.send&id=14308:conflitos-no-campo-brasil-2023&catid=41>. Acesso em: 10 set. 2024.
Levantamento sobre os conflitos ocorridos no campo em 2023 em todo o Brasil.
- COMTE, A. *Curso de filosofia positiva e outros escritos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os pensadores).
A obra introduz o positivismo como a base para o desenvolvimento das ciências sociais, propondo a busca de leis invariáveis do comportamento social.
- CREDIT SUISSE AG. *Global Wealth Report 2023* – Leading perspectives to navigate the future. [S. l.]: UBS, 2023. Disponível em: <https://www.ubs.com/global/en/family-office-uhnw/reports/global-wealth-report-2023.html>. Acesso: 20 maio 2024.
Relatório sobre a riqueza e sua distribuição em todo o mundo em 2023.
- CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, Chicago, n. 1, p. 139-167, 1989.
Discute o conceito de interseccionalidade em contexto de raça e sexo.
- CUCHE, D. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.
Examina a evolução do conceito de cultura nas Ciências Sociais, abordando suas implicações metodológicas e epistemológicas.
- D'AMBROSIO, U. O Programa Etnomatemática: uma síntese. *Acta Scientiae: Revista de Ensino de Ciências e Matemática, Canoas*, v. 10, n. 1, p. 7-16, jan./jun. 2008.
Discute o Programa Etnomatemática e seus desafios.
- DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
Dagnino investiga a relação entre os movimentos sociais e a redefinição da cidadania no Brasil, destacando como esses movimentos têm ampliado o entendimento dos direitos e da participação política.
- DAMATTA, R. Você tem cultura? In: DAMATTA, R. *Explorações: ensaios de sociologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2012. *E-book*.
Questiona o que significa “ter cultura” em sociedades contemporâneas, problematizando as noções de identidade e pertencimento cultural.
- DAVID, J. F. O que nos falta aprender sobre atentados escolares em tempos digitais. *Consultor Jurídico*, [s. l.], 5 abr. 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-abr-05/juliana-david-falta-aprender-atentados-escolares/>. Acesso em: 16 set. 2024.
Analisa atentados escolares e sua relação com o uso da tecnologia.
- DAVIS, M. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
Reflete sobre o crescimento de áreas de moradias precárias em países de Terceiro Mundo.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: ContraPonto, 2007.
Debord apresenta uma crítica ao papel da imagem e da espetacularização na sociedade moderna.
- DECLARAÇÃO dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. [Santa Maria]: UFSM, [2018]. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/414/2018/10/1789.pdf>. Acesso em: 26 set. 2024.
O documento, emanado durante a Revolução Francesa, estabelece princípios universais sobre os direitos individuais e coletivos.

- DELEUZE, G. *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, G. *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- No texto, Deleuze discute a transição das sociedades disciplinares para as sociedades de controle, em que a vigilância se torna uma prática disseminada.
- DESCARTES, R. *Discurso do Método*. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- Descartes apresenta seu método filosófico para alcançar o conhecimento verdadeiro, baseado na dúvida.
- DESERTOS alimentares. In: ALIMENTANDO POLÍTICAS. São Paulo: IDEC, 2019. Disponível em: <https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Desertos-Alimentares.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2024.
- Discute o que são desertos alimentares, onde se encontram e quais são seus impactos para a sociedade.
- DIOP, C. A. Origem dos antigos egípcios. MOKHTAR, G. (ed.). *História Geral da África II: África antiga*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- Diop argumenta que a civilização egípcia antiga tinha raízes africanas, desafiando narrativas eurocêntricas sobre a história africana.
- DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Anpocs, 1995.
- No material, Doimo examina o papel dos movimentos sociais na reestruturação da política brasileira após a ditadura civil militar.
- DOMINGOS, P. *O algorítmico mestre*. São Paulo: Novatec, 2017.
- Domingos investiga o papel dos algoritmos na modelagem da realidade contemporânea.
- DUMONT, L. *Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: Edusp, 1992.
- Dumont investiga o sistema de castas na Índia, explorando sua estrutura hierárquica e as implicações sociais e culturais.
- DURKHEIM, É. *As regras do método sociológico*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- Estabelece os princípios da sociologia como ciência, destacando a necessidade de tratar seu objeto próprio: os fatos sociais.
- DURKHEIM, É. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- Explora a evolução da sociedade a partir da divisão do trabalho, relacionando-a com a coesão social.
- DURKHEIM, É. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores, v. XXXIII).
- Durkheim estuda as religiões primitivas para entender a função social da religião.
- DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- Dussel critica o eurocentrismo e sua conexão com a modernidade, destacando as exclusões e violências do colonialismo.
- ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. I.
- Analisa a evolução das normas de comportamento e autocontrole nas sociedades ocidentais.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- Na obra, o autor analisa a evolução das formas familiares e como destas derivaram a monogamia, o patriarcalismo, a propriedade privada e, por último, o estado.
- FANON, F. *Os Condenados da Terra*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.
- Fanon examina as consequências psicológicas e sociais do colonialismo, defendendo a luta pela libertação dos povos oprimidos.
- FERDINAND, M. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- A obra propõe uma ecologia decolonial que integra as questões ambientais e as lutas pós-coloniais, tomando o Caribe como ponto de partida.
- FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L. A.; DAFLON, V. T.; VENTURINI, A. C. *Ação afirmativa: conceito, história e debates*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.
- Expõe o papel da ação afirmativa no acesso à universidade pública.
- FIGUEIREDO, C. *História e cultura dos povos indígenas no Brasil*. São Paulo: Barsa Planeta, 2009.
- Panorama acerca de povos indígenas brasileiros e sua história.
- FONTES, V. Apontamentos para pensar as formas atuais de exclusão. In: BOCAJUVA, P. C. C. *Afinal, que país é este?* Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- No material, o autor discute as novas formas de exclusão social geradas pelas transformações no capitalismo contemporâneo.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário brasileiro de segurança pública 2024*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0>. Acesso em: 18 set. 2024.
- Relato de 2024 acerca da segurança pública no Brasil.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- Foucault examina a evolução das práticas de punição e controle social desde a Idade Média até a modernidade.

- FRANCHETTO, B. As línguas indígenas. In: ÍNDIOS no Brasil 2. Brasília, DF: MEC, 2001. (Cadernos da TV Escola).
Análisa a diversidade linguística de povos indígenas no Brasil.
- FRANCO, M. *Mais um homicídio* [...]. Rio de Janeiro, 13 mar. 2018. Twitter: @mariellefranco. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20180316123605/https://twitter.com/mariellefranco/status/973568966403731456>. Acesso em: 24 set. 2024.
Postagem sobre o assassinato de um jovem ocorrido em 2018 com possível envolvimento da Polícia Militar.
- FREIRE, J. R. B. A herança cultural indígena: quem são os herdeiros? In: CONDURU, R.; SIQUEIRA, V. B. (org.). *Políticas públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sirius/FAPERJ, 2003.
Examina aspectos culturais indígenas, quem os mantêm vivos e políticas de preservação cultural.
- FREIRE, J. R. B. Índio falou, tá falado. In: SANSON, C. *Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, 10 fev. 2014. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/170-noticias-2014/528090-indio-falou-ta-falado>. Acesso em: 30 mai.2024.
Discute a língua portuguesa falada no Brasil e a influência de termos indígenas na língua.
- FREIRE, J. R. B. Silêncios e Omissões. *Combate Racismo Ambiental*, [s. l.], 12 jan. 2016. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2016/01/12/silencios-e-omissoes-por-jose-ribamar-bessa-freire/>. Acesso: 30 jun. 2024.
- FREYRE, G. *Casa-grande e senzala*. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
Um estudo seminal sobre a formação social brasileira, enfatizando as relações de miscigenação.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
A obra introduz a ideia de que a cultura deve ser vista como um sistema de significados compartilhados.
- GIDDENS, A. Movimentos sociais e mudanças sociais. In: GIDDENS, A. *Sociologia*. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
Giddens discute a interação entre movimentos sociais e mudanças sociais, destacando como esses movimentos podem provocar transformações significativas na estrutura social.
- GOFFMAN, E. *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.
Explora a forma como os indivíduos "encenam" papéis sociais para manter suas identidades e relações.
- GOHN, M. G. *Sociologia dos movimentos sociais*. São Paulo: Cortez, 2013.
No livro, Gohn investiga a sociologia dos movimentos sociais, analisando as condições sociais, políticas e econômicas que influenciam sua formação e atuação.
- GOHN, M. G. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2017.
Gohn apresenta uma análise crítica das principais teorias que explicam os movimentos sociais, abordando desde os paradigmas clássicos até as abordagens contemporâneas.
- GOLDENBERG, M. "Entrevistas e questionários". In: GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
Goldenberg discute métodos qualitativos de pesquisa, com ênfase em entrevistas e questionários, abordando as melhores práticas para coleta de dados.
- GONZALEZ, L. *Primavera para as rosas negras*: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.
A obra reúne reflexões e ensaios de Lélia Gonzalez sobre questões de raça, gênero e classe no Brasil.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.
Nos *Cadernos*, Gramsci elabora sua teoria de hegemonia e discute como a ideologia dominante molda o consenso social.
- GOUGES, O. de. *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã e outros textos*. Tradução de Cristian Brayner. Brasília, DF: Câmara dos Deputados/Edições Câmara, 2021.
Reunião de textos sobre os direitos das mulheres e igualdade entre os sexos.
- GRAMSCI, A. *A concepção dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
Gramsci discute a história como resultado de processos dialéticos entre forças sociais opostas.
- GREEN, J. N. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: UNESP, 2000.
Análise sobre a expressão sexual e a homossexualidade masculina no Brasil no século passado.
- GROSFUGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, [s. l.], n. 80, 2008.
O autor propõe uma crítica à economia política a partir de uma perspectiva decolonial, abordando a colonialidade do saber.
- HALL, S. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Apicuri/PUC-Rio, 2016.
Na obra, o autor explora como a cultura está interligada às formas de poder e representação, influenciando a identidade e as percepções sociais.
- HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
Discute-se o conceito de identidade como algo fluido, influenciado pela diáspora e pela cultura global.

- HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
A obra investiga as crises recorrentes do capitalismo, argumentando que o sistema está intrinsecamente ligado a contradições que resultam em crises cíclicas.
- HERCULANO, S. *Racismo ambiental, o que é isso?* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006. Disponível em: https://www.professores.uff.br/seleneherculano/wp-content/uploads/sites/149/2017/09/Racismo_3_ambiental.pdf. Acesso em: 9 abr. 2024.
No trabalho, Herculano examina o conceito de racismo ambiental, explicando como populações marginalizadas são desproporcionalmente afetadas por questões ambientais.
- HERCULANO, S. Sociologia ambiental: origens, enfoques metodológicos e objetos. *Revista Mundo e Vida: alternativas em estudos ambientais (UFF/PGCA-Riocor)*, Niterói, ano I, n. 1, 2000.
Explora as raízes da sociologia ambiental e suas abordagens metodológicas, analisando o desenvolvimento do campo e seus principais temas.
- HOBBS, T. *Leviatã: matéria, palavra e poder de uma República eclesiástica e civil*. Petrópolis: Vozes, 2020.
No clássico da filosofia política, Hobbes argumenta que a ordem social e a paz são possíveis somente sob um governo absoluto.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
Analisa a formação da sociedade brasileira e o desafio para a constituição de uma sociedade democrática e moderna, que deveria se desvencilhar da herança colonial ibérica.
- HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*. 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.
A obra oferece uma história crítica do desenvolvimento econômico, destacando as lutas de classes ao longo dos séculos.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods11.html> Acesso em: 06 jun.2024.
Objetivo de Desenvolvimento Sustentável que visa, entre outras coisas, o acesso à moradia e à sustentabilidade.
- KONDER, L. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
Konder analisa o conceito de ideologia na tradição marxista e sua importância para o entendimento das relações sociais, por meio da análise do conceito como apresentado por diversos autores.
- KONDER, L. *Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
No livro, Konder explora o conceito de alienação no pensamento marxista, focando a separação do trabalhador dos meios de produção.
- KOPENAWA, D. É o 'pouco índio' que está sustentando o planeta Terra, avisa Davi Kopenawa. Entrevista cedida a Paulina Chamorro. *National Geographic*, [s. l.], 3 set. 2021. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2021/09/amazonia-entrevista-davi-kopenawa-yanomami>. Acesso em: 6 abr. 2024.
Entrevista que o líder e xamã yanomami concedeu à época da mobilização contra o marco temporal e o garimpo ilegal nas terras indígenas.
- KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomâmi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
Davi Kopenawa, um líder yanomâmi, narra sua visão de mundo e a luta de seu povo contra a destruição da Amazônia.
- KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
Ailton Krenak reflete sobre a crise ambiental e o distanciamento da humanidade em relação à natureza, questionando o modelo de progresso que ignora a interdependência entre seres vivos.
- KRUG, E. G. *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.
Relatório acerca de violência e saúde ao redor do mundo, de 2002.
- LÊNIN, V. *O estado e a revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
Lênin examina o papel do Estado burguês enquanto “produto do caráter inconciliável das contradições de classe”, elencando os desafios da revolução proletária. É obra fundamental do marxismo-leninismo.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
Propõe que as culturas humanas compartilham estruturas subjacentes comuns, apesar de suas diferenças superficiais.
- LÉVY, P. *Cibercultura*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.
Lévy analisa o impacto das tecnologias digitais na cultura contemporânea, explorando como a internet redefine as interações sociais, a comunicação e o conhecimento.
- LIMA, G. F. da C.; PORTILHO, Fátima. A sociologia ambiental no contexto acadêmico norte-americano: formação, dilemas e perspectivas. *Teoria & Sociedade* (UFMG), Belo Horizonte, n. 7, jun. 2001.
Os autores discutem a evolução da sociologia ambiental nos Estados Unidos, analisando seus principais desafios e contribuições acadêmicas.
- LOCKE, J. *Dois tratados sobre o governo civil*. Coimbra: Edições 70, 2006.
Locke defende a ideia de um governo baseado no consentimento dos governados, propondo que os direitos naturais devem ser protegidos.
- LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil – e outros escritos*. Petrópolis: Vozes, 1994. (Coleção Clássicos do pensamento político).

- Locke expõe suas ideias sobre o contrato social, defendendo que o governo deve proteger os direitos naturais de liberdade e propriedade.
- LOPES, N. *Dicionário escolar afro-brasileiro*. São Paulo: Selo Negro, 2006. p. 128-129.
Apresenta informações acerca da população afro-brasileira, trazendo, por exemplo, aspectos culturais.
- LORDE, A. Não há hierarquias de opressão. In: TEXTOS escolhidos de Audre Lorde. [S. l.]: Difusão Herética Edições Lesbosfeministas Independentes, [2009].
Vincula diversos tipos de violência contra minorias, como o racismo e a homofobia.
- MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia*. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os pensadores).
Um estudo clássico sobre o sistema de troca chamado Kula nas ilhas da Melanésia, destacando a importância dos rituais e das redes de relações sociais.
- MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M. (org.). *Mannheim*. São Paulo: Ática, 1982.
Propõe que as gerações constituem um fator sociológico importante na análise de mudanças sociais, sendo moldadas por eventos históricos significativos.
- MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
Mannheim diferencia entre ideologia e utopia, propondo que a ideologia serve para manter a ordem, enquanto a utopia busca transformá-la.
- MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. São Paulo: Penguin-Companhia, 2010.
Maquiavel oferece uma análise pragmática do poder e da política, discutindo como um governante pode adquirir e manter o controle.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
Marshall investiga a relação entre cidadania e estrutura social, propondo que a cidadania é um *status* que varia conforme as classes sociais.
- MARTINEAU, H. Como observar a moral e os costumes. In: CASTRO, C. *Além do cânone: para ampliar e diversificar as ciências sociais*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.
Oferece uma metodologia para estudar a moral e os costumes de uma sociedade, enfatizando a observação empírica.
- MARTINS, J. de S. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1986.
Discute crise agrária, concentração de terras, agricultura familiar e vínculos entre os tópicos.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
Conjunto de manuscritos com críticas aos jovens hegelianos. Introduz os princípios do materialismo histórico, que afirma que as condições materiais da vida determinam a consciência humana.
- MARX, K.; ENGELS, F. *O manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2017.
O manifesto apresenta crítica ao capitalismo e propõe a revolução proletária como necessidade para a libertação humana.
- MBEMBE, A. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 16 set. 2024.
Explora o conceito de necropolítica e como se dá o exercício do poder em sociedades desiguais.
- MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1971.
McLuhan argumenta que os meios de comunicação não apenas transmitem mensagens, mas transformam a própria experiência humana.
- MEAD, G. H. *Espírito, persona e sociedade*. Barcelona: Paidós, 1973.
Desenvolve a teoria do interacionismo simbólico, que destaca a importância das interações sociais na formação da mente e do self.
- MELLO, L. *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
Discute a questão da conjugalidade homossexual no Brasil e a imposição da heterossexualidade.
- MELUCCI, A. *A invenção do presente*. Movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.
Melucci examina como os movimentos sociais emergem e se desenvolvem em sociedades complexas, propondo que esses movimentos são cruciais para a inovação social e política.
- MEMMI, A. *O retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
A obra analisa a relação entre colonizador e colonizado, destacando as dinâmicas de opressão e alienação.
- MÉSZÁROS, I. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.
Mészáros argumenta que a sobrevivência da humanidade depende da superação do capitalismo, propondo o socialismo como alternativa.
- MICHELS, R. *Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna*. Lisboa: Antígona, 2001.
Michels apresenta a "lei de ferro da oligarquia", argumentando que todos os partidos políticos, mesmo os mais democráticos, tendem a se tornar oligárquicos.
- MIGNOLO, W. *Histórias globais, projetos locais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
Explora a colonialidade do saber e as possibilidades de subverter as narrativas eurocêntricas.
- MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
Apresenta a "imaginação sociológica" como a capacidade de conectar ambientes individuais ("milieu") com contextos sociais mais amplos.

- MILLS, C. W. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
Discute a importância do trabalho intelectual comprometido e consciente, considerando a prática acadêmica como um processo criativo e crítico.
- MONTESQUIEU. *O espírito das leis*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
Montesquieu desenvolve uma teoria sobre a separação de poderes como base de um governo justo e equilibrado.
- MONTESQUIEU. *O Espírito das Leis*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
Montesquieu analisa as leis e instituições políticas de diversas sociedades, propondo a separação dos poderes como um meio de evitar abusos.
- MOREIRA, M. Cotas da igualdade. *Ibase*, Rio de Janeiro, 25 abr. 2012. Disponível em: <https://ibase.br/cotas-da-igualdade/>. Acesso em: 14 set. 2024.
Reflete sobre a inexistência de igualdade de oportunidades e a farsa da meritocracia.
- MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
Revisa o conceito de mestiçagem, contrapondo a ideia de uma "identidade nacional mestiça" com a valorização das identidades negras.
- NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2007.
Discute o racismo e sugere meios de interpretação das relações raciais no Brasil.
- NOVAES, C. E.; RODRIGUES, V. *Capitalismo para principiantes*. São Paulo: Ática, 2008.
A obra simplifica conceitos complexos do capitalismo, oferecendo uma visão crítica e histórica para leitores não especializados.
- OLIVEIRA, C. Aprendizado de máquina e modulação do comportamento humano. In: SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sergio Amadeu; AVELINO, Rodolfo. *A sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes digitais*. 2. ed. São Paulo: Hedra, 2021.
Oliveira explora como o aprendizado de máquina influencia e modula comportamentos humanos nas redes digitais.
- OLSON, M. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: Edusp, 2015.
Olson investiga as razões que levam indivíduos a participar de ações coletivas, argumentando que a lógica econômica pode explicar a mobilização social.
- ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Genebra: ONU, 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/por.pdf>. Acesso em: 26 set. 2024.
Adotada em 1948, esta declaração estabelece um padrão comum de direitos fundamentais para todos os seres humanos.
- ORO, A. P.; SÉMAN, P. Os pentecostalismos nos países do Cone Sul: panorama e estudos. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, v. 18, n. 2, 1997.
O texto analisa o crescimento dos movimentos pentecostais no Cone Sul, discutindo suas características e impactos sociais.
- PARSONS, T. A classe como sistema social. In: BRITTO, S. (org.). *Sociologia da juventude*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. v. 3.
Analisa as classes sociais dentro do contexto de sistemas mais amplos, propondo que as diferenças de classe desempenham um papel funcional na sociedade.
- PIKETTY, T. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
Piketty analisa as crescentes desigualdades econômicas no capitalismo contemporâneo, sugerindo que o capital tende a se concentrar nas mãos de poucos.
- PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.
Conta a história do feminismo e a relação entre mulheres e poder.
- PROTOCOLO de Bogotá sobre a qualidade dos dados de homicídio na América Latina e o Caribe. Bogotá: Homicídios en América Latina y el Caribe, 2015. Disponível em: https://homicidiotam.org/wp-content/uploads/2018/01/ProtocoloBogota_por.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.
Analise a definição de homicídio e sua ocorrência na América Latina e no Caribe.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.
Introduz o conceito de colonialidade do poder, analisando como a hierarquia racial foi central para a modernidade e a colonização.
- RIBEIRO, D. As diversas ondas do feminismo acadêmico. *Portal Geledés*, [s. l.], 25 nov. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/diversas-ondas-feminismo-academico/>. Acesso em: 24 jun. 2024.
Diferencia os diversos movimentos ocorridos dentro do feminismo acadêmico.
- RIBEIRO, D. *Pequeno Manual Antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019
Introdução ao conceito de racismo e a como lutar contra o preconceito racial.
- RIFKIN, J. *O fim dos empregos*. São Paulo: Makron Books, 1996.
Prevê a extinção de empregos tradicionais devido ao avanço da automação e da tecnologia.
- ROLNIK, R. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos).
Introdução à ideia de cidade e de conceitos correlatos, como urbanização.

- ROUSSEAU, J.-J. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martin Claret, 2009.
Rousseau examina as raízes da desigualdade social, argumentando que ela é um produto da sociedade e não da natureza humana.
- ROUSSEAU, J.-J. *Do contrato social*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os pensadores).
Rousseau argumenta que a legítima autoridade política reside no povo, com base no contrato social.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
Sader analisa a emergência de novos atores sociais na política brasileira, discutindo como esses personagens transformaram o cenário político.
- SAHLINS, M. A primeira sociedade da afluência. In: CARVALHO, A. A. (org.). *Antropologia econômica*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978, p. 6-43.
Argumenta que as sociedades de caçadores-coletores foram as primeiras sociedades da afluência.
- SAID, E. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
Said denuncia como o Ocidente construiu uma visão estereotipada e exotizada do Oriente para justificar o imperialismo.
- SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. *Sociologia do trabalho*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
Os autores examinam as principais teorias e debates da sociologia do trabalho, com foco nas mudanças contemporâneas nas relações laborais.
- SANTOS, B. de S. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
Propõe o cosmopolitismo multicultural como um caminho para superar as injustiças globais, valorizando as lutas pelo reconhecimento do direito à diferença.
- SANTOS, B. S. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
Santos propõe uma reflexão sobre a necessidade de aprofundar a democracia por meio da participação cidadã.
- SANTOS, B. S. *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005.
Santos apresenta uma análise do Fórum Social Mundial, explorando sua origem, objetivos e impactos.
- SANTOS, E. Índio ou indígena? Entenda a diferença entre os dois termos. *G1*, [s. l.], 19 abr. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/04/19/indio-ou-indigena-entenda-a-diferenca-entre-os-dois-terminos.ghtml>. Acesso em: 27 jun.2024.
Explica a diferença entre os termos “índio” e “indígena”.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
Santos critica a globalização hegemônica e propõe uma nova visão que valorize a diversidade e as necessidades locais.
- SANTOS, W. G. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
Santos examina a interseção entre cidadania e políticas sociais no Brasil, discutindo como a justiça social pode ser promovida em um contexto desigual.
- SCALON, M. C. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
Scalon analisa as dinâmicas da mobilidade social no Brasil, observando como fatores como classe, educação e raça influenciam o movimento entre classes sociais.
- SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. J. (org.). *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.
O livro explora a interconexão entre diferentes movimentos sociais, discutindo como as redes podem fortalecer a mobilização e a troca de experiências.
- SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. J. (org.). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
Os organizadores discutem a natureza e a relevância dos novos movimentos sociais na América do Sul, abordando suas características e desafios.
- SERRANO, C.; WALMAN, M. *Memória D'África: a temática africana em sala de aula*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
Apresenta a inclusão de temáticas africanas no currículo escolar, buscando resgatar memórias e histórias do continente africano.
- SIBILIA, P. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
Sibilía investiga a relação entre a intimidade e a exposição nas redes sociais, argumentando que a vida pessoal se torna um espetáculo.
- SINGER, P. Um histórico da globalização. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro: Sette Letras, ano 1, n. 1, 1997.
Singer traça o processo histórico da globalização, desde suas raízes no comércio internacional até sua forma contemporânea.
- SKIDMORE, T. E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
Explora as ideias de raça e nacionalidade no pensamento brasileiro, analisando o impacto das teorias raciais na política e cultura do país.
- SMITH, A. *A riqueza das nações*. São Paulo: Edipro, 2021.
Smith defende o mercado livre como regulador natural da economia, com base em seu conceito de “mão invisível”.

- SODRÉ, M. *Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes*. Petrópolis: Vozes, 2012.
Reflete acerca dos desafios da educação contemporânea.
- SORJ, B. O que é a sociedade da informação. In: SORJ, B. *Brazil@povo.com – A luta contra a desigualdade na sociedade da informação*. Rio de Janeiro: JZahar; Brasília, DF: Unesco, 2003.
Sorj discute a natureza da sociedade da informação, abordando suas características, seus desafios e suas implicações sociais.
- SORJ, B.; GUEDES, L. E. *Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas*. *Novos estudos – Cebrap*, São Paulo, n. 72, julho 2005.
O artigo analisa o fenômeno da exclusão digital, discutindo suas causas e consequências.
- SOUZA, C. M.; MACHADO, A. C. *Movimentos sociais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Loyola, 1997. (Coleção História Temática Retrospectiva, v. 4).
As autoras examinam a evolução dos movimentos sociais no Brasil, destacando suas características, conquistas e desafios no contexto atual.
- SOUZA E SILVA, J.; BARBOSA, J. L. *Favela: alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.
Explora a favela não apenas como um local de pobreza, mas como um local de cultura, resistência e solidariedade.
- SPENCER, H. *Primeiros princípios*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2012. *E-book*.
A obra questiona os limites do conhecimento e elabora uma teoria da evolução, inspirada na biologia, abrangendo as áreas da sociologia, psicologia e ética.
- SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
A obra examina a possibilidade de o subalterno se expressar em contextos de dominação colonial e pós-colonial.
- SRNICEK, N. *Capitalismo de plataformas*. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.
Srnicek examina o fenômeno do capitalismo de plataformas, analisando como empresas como Google, Amazon e Facebook dominam a economia digital.
- TAYLOR, F. W. *Princípios de Administração Científica*. Rio de Janeiro: LTC, 2019. *E-book*.
Taylor apresenta a Administração Científica, propondo métodos para otimizar a eficiência no trabalho por meio de estudo detalhado das tarefas.
- TOURINE, A. *Igualdade e diversidade: o sujeito democrático*. São Paulo: EDUSC, 1998.
Tourine investiga a relação entre igualdade e diversidade na construção da democracia, propondo que ambos são essenciais para a efetivação dos direitos humanos.
- TRUTH, S. Eu não sou uma mulher? *Geledés*, [s. l.], 8 jan. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 16 set. 2024.
Reflete acerca do que define ser mulher.
- TYLOR, E. B. *A ciência da cultura*. Rio de Janeiro: Expresso Zahar, 2014.
Considerado um dos fundadores da antropologia, Tylor define cultura como “todo complexo”, incluindo conhecimentos, crenças, arte e costumes.
- UNODC. *Global study on homicide 2023*. Viena: UNODC, 2023. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/2023/Global_study_on_homicide_2023_web.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.
Expõe dados acerca da ocorrência de homicídios ao redor do mundo em 2023.
- VAINER, C. B. *Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XIV., 2011, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.
Discute a desigualdade social no Rio de Janeiro e o planejamento urbano.
- WACQUANT, L. *Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
Trata da marginalização e da desigualdade social em periferias de centros urbanos contemporâneos.
- WACQUANT, L. *Prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
Discute a relação entre encarceramento e pobreza.
- WEBER, M. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
Weber explora como a ética protestante, especialmente o calvinismo, influenciou o desenvolvimento do capitalismo moderno.
- WEBER, M. *Economia e sociedade*. 3. ed. Brasília: UnB, 1998. v. 1.
Analisa os diferentes tipos de dominação e os fundamentos da organização social, cobrindo temas como religião, política, economia, administração pública e sociologia.
- WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
Reúne textos fundamentais de Weber, desenvolvendo seus conceitos para a interpretação social, como estruturas de poder, ética, classe, ordem social, burocracia, disciplina, religião e capitalismo.
- WEFFORT, F. (org.). *Os clássicos da política*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2000. v. 1.
A coletânea reúne textos fundamentais da teoria política, oferecendo uma visão abrangente das ideias que moldaram o pensamento político ocidental.
- ZUBOFF, S. *A era do capitalismo de vigilância*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.
Zuboff investiga como as empresas coletam e utilizam dados pessoais na era digital, transformando a privacidade em uma mercadoria.